ARMOR PIRES MOTA

OIÃ

TERRAS E GENTES

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORES DA BAIRRADA

ARMOR PIRES MOTA

OIÃ

TERRAS E GENTES

biblRIA

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

bibRIA

Agradecimento

A meus pais, minha cepa e raiz.

Ao escritor e jornalista Arsénio Mota, primeiro leitor e crítico deste livro.

A todos quantos, relatando lembranças, me ajudaram, especialmente na recolha de usos e costumes, crendices e cancioneiro: jovens do ATL (1987); Maria da Anunciação de Jesus e Fernando Francisco dos Reis, de Malhapão; Constantino Simões da Fonte e Manuel Casimiro, da Pedreira; José Braz, do Ramalheiro; Rosa da Conceição Freitas e José Freitas, da Gesta; Manuel Caldeira Albuquerque, Célia Albuquerque Sousa Maia Castro, prof. Antero Lopes Moreira e Rosa da Conceição de Jesus, de Oiã; Maria Rosa Rodrigues Ascenção, dos Carris; Rosa Simões Barreiro e Maria Marques dos Santos Dinis, de Águas Boas; Maria dos Anjos Oliveira e Manuel Coelho, da Silveira; Jaime Moreira de Campos, Maria Lopes Oliveira e Olívia Lopes Oliveira, do Silveiro; Antero dos Santos Réu e profª. Judite dos Santos, de Perrães.

Lembrança

Os lucros provenientes da venda deste livro, acrescidos naturalmente da boa e larga generosidade dos meus conterrâneos, destinam-se a obras que, depois de concluídas, muito beneficiarão a freguesia — concretamente, o Centro de Dia e Lar dos Idosos do Centro Social de Oiã.

biblORIA

Ficha Técnica

Título: *Oiã, Terras e Gentes*
Autor: *Armor Pires Mota*
Copyright: *Armor Pires Mota*
Edição: *Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada*
Apartado 57 — 3781 Anadia Codex
Tiragem: *1ª edição: 1 000 exemplares*
Data: *Abril de 1991*
Capa: *Sobre tela de Álvaro Marques*
Fotos: *Adriano Felipe*
Fotocomposição e impressão:
Coraze - Ind. Gráficas, Lda.
Tel.: 685506
3720 Oliveira de Azeméis

Depósito Legal Nº 45402/ 91

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

bibRIA

Colecção Pedras do Lar

Encontros de Escritores e Jornalistas da Bairrada **— Comunicações.**

Oiã, Terras e Gentes, **monografia por Armor Pires Mota.**

Biblioteca de Autores Bairradinos

Letras Bairradinas **— Antologia, por Arsénio Mota**

In vino veritas — A Verdade no Vinho, **por António Breda Carvalho.**

Subsídios para a História da Vinha na Bairrada (séc. X a XII), **por Deniz de Ramos.**

DUAS PALAVRAS

Embora o projecto de escrever um livro sobre a freguesia que me viu nascer me andasse, há muitos anos, na mente, só há três anos me foi possível meter ombros a tão árdua quão gratificante tarefa.

Árdua, porque tinha de partir do zero. Sobre Oiã ninguém se havia abalançado a escrever um único artigo de jornal, de carácter histórico, qualquer que fosse o seu campo, quanto mais uma monografia ou um aturado estudo. Um ou outro autor tinha somente lançado de passagem, ao interesse de alguns uma ou outra curiosidade, mas ninguém passou daí e eu confesso que sentia, de algum modo, frustração, porque ninguém escrevia sobre a minha (nossa) terra, uma das duas maiores freguesias de toda a Bairrada.

biblRIA

Tarefa também gratificante, porque julgo estar a cumprir a minha missão. Isto é, com este gesto largo de escrever, estou a amar a minha terra. Sem história ou talvez pobre, é minha. Não tenho outra. Como só tenho uma mãe.

Não foi fácil: um dia encontrava uma curiosidade e na semana seguinte outra e assim sucessivamente até amontoar material para, com interesse, encher estas páginas antes brancas. Mergulhar nas nossas raízes ancestrais ou num pedaço da história da nossa terra é como tomar banho, pela primeira vez, em água límpida. Evidentemente neste mergulho revolvemos muito cascalho e há que utilizar por isso a joeira, a lupa e algo mais. Mas, se entre todo o cascalho reluzir uma pedra mais fina, dá-se o homem por satisfeito do seu esforço, pago do seu suor. E embora acredite que não é ainda a pedra ideal e final, é a luz possível, o desbravar necessário, o começo tão somente do fio da história que nunca está completa.

É verdade que parti do zero ou quase. Por isso tive que me haver com centenas de livros, com milhares de páginas (e a maior parte de Oiã nem uma palavra, era o deserto), com um contínuo vasculhar de papéis

avulsos e considerados perdidos, com a leitura de documentos antigos (e alguns bens intragáveis, a exigir boa lupa, muita paciência e alguma sagacidade), com o estudo aturado de documentos, passando por muitas dezenas de títulos de jornais, que tive de soletrar em busca de peças para um puzzle verdadeiro, consultas, viagens às bibliotecas de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto, viagens no próprio terreno, contactos com muitas pessoas — tudo isso tive de fazer. Com persistência, com alegria. Se produzi livro ou poema com amor foi este, porque, ao fim e ao cabo, foi andar em busca de mim e de nós todos, nas origens comuns.

Corri livros, muitíssimos livros que, em relação à freguesia e seus lugares, são mudos e quedos. Por exemplo, «Portugal Sacro e Profano», página 76, dizia apenas isto:

«Oiã, freguesia do Bispado de Coimbra, tem por Orago S. Simão Apóstolo, o Páraco he Cura da apresentação do Vigario de Espinhel, rende duzentos mil reis; dista de Lisboa quarenta e duas léguas, de Coimbra sete, tem cento e dos moradores».

É quase nada.

Consultada a «Corografia Portuguesa» do padre António Carvalho da Costa, edição de 1868, e incluído no Termo de Aveiro topa-se pouco mais.

«Oyam tem 82 visinhos com huma Paróquia dedicada a São Simão, Curado estes lugares, Fevra, Silveyra & Carril.

Perraens tem 112 visinhos, & estes lugares, Silveyro, Gesta, Rego & Furadouro».

Eram as ouvidorias de Oiã e Perrães, onde há logo um mistério. Onde ficava o lugar de Fevra?

Era como andar em busca de preciosidades perdidas em montes de caruma e de séculos. Hoje uma linha, amanhã uma página, seguindo-se dois dias de jejum, assim era a demorada pesquisa. Não foi fácil esta tarefa de escrever sobre uma terra que, tal como a Bairrada, já foi chão por onde rolou, mais bravo ou manso, o mar, que deixou algumas boas pegadas a atestá-lo ainda que tal acontecesse há milhares de anos antes de Cristo. Se antes foi terra no fundo do mar, depois havia de ser terra ao sol de outras coisas. Como chão de oliveiras, que vêm do tempo dos Romanos estabelecidos aqui

biblRIA

com as suas agras, as suas vilas.

De todo este trabalho sobrou-me um livro vasto, denso, mas acessível, penso eu, porque, de mãos na massa, nesta coisa sempre difícil de levedar em obra perfeita e correcta, havia que recolher e registar tudo o que contribuísse para fazer a história de Oiã e suas gentes, descendo ao pormenor das rezas e crendices e passando por jogos e cancioneiro.

Andei com confrarias diversas, fui às escolas primeiras, embarquei em comboios ronceirões no apeadeiro de Oiã, fui a todo o lado onde havia que ir, até enterrar os primeiros mortos no cemitério com o padre Joaquim Duarte Rosa. Para levar a missão a bom fim.

Não achei castelos, gente de fina linhagem ou terras cobiçadas por mourama. Mas encontrei o bastante para dar uma ideia, ainda que breve, do que foi a freguesia a partir da fundação da nacionalidade (ou melhor dizendo, do que foram as terras que compõem a freguesia, especialmente as *Terras de Perrães* — assim se chamava, então, a toda faixa ribeirinha do Silveiro, Gesta, Perrães e Rego do Espinheiro...) e, sobretudo, pude verificar quanto no século do maior progresso em meios de comunicação e no ensino, os nossos antepassados se deram em esforço, suor e fazenda, para que se conseguisse sempre mais e melhor.

Foram três anos de trabalho insano (mas não inglório), de muita reflexão, na ânsia de descobrir novos achados, o que é sempre difícil, até em relação ao próprio nome de Oiã, quando as oliveiras apenas agitam um rumor de fartura antiga nesta terra que nascera para a luz do mundo coroada de imensas oliveiras, com as grandes agras produzindo azeitonas *(a ólea)*, em grande abundância.

Não será a última palavra (a História não é uma ciência exacta), em muitos casos, mas este livro tem a vantagem de ser a primeira semente. É o abrir da porta de casa que tem estado cerrada há séculos, sem que alguém lhe tenha dado uma janela. Esta é a janela que eu abro na casa (talvez mais do que uma!),esperando que cada um tenha a coragem de dar lá para dentro uma espreitadela, se possível demorada. Aí estará o mérito da obra. Se alguém não o achar, peço um pouco de benevolência pelas dificuldades que envolveram tamanha missão. Com a certeza também de que a última

biblRIA

palavra poderá ser dada por investigadores mais credenciados, sentados à mesa da sua especialidade. Mas ainda com a certeza de que esses não o farão com maior desvelo e carinho.

O método que segui foi o do repórter, porque mais ameno para o leitor. Não serei pois apenas o frio historiador, exacto e conspícuo, mas também o repórter da História que, sem querer aqui e ali, poderá ser acometido de excesso de zelo e cometer o pecado venial de adjectivar honras e feitos dos antepassados.

Tenho a serena convicção de que não será obra perfeita, mas resta-me a consolação de que lutei por isso.

O livro apresenta-se dividido em duas partes: a primeira tem carácter histórico e a segunda é de ordem etnológica (usos e costumes). Une ambas um traço comum: a de saber que em nenhum campo esgotei a possibilidade de vir a desbravar e lavrar mais fundo e mais largo, especialmente no primeiro.

BIBRIA

Victor Hugo escrevia: «*se nada mais souberdes, conhecei, ao menos, a história da vossa terra*». Foi o que andei aprendendo nos três últimos anos, com interesse e com aquela curiosidade de quem busca um pequeno tesouro. Tesouro não será este livro que vos deixo, porque minguado é o engenho e ténue é a arte, mas, se for recado, que se deseja ou lembrança atada com fitinha azul, será bom. Se conseguir ser uma pequena cartilha da nossa história comum, tanto melhor. Em qualquer dos casos, que nunca este gesto signifique escrever sobre a água, ainda que estejamos situados na confluência de dois rios que já não levam barcos a nenhures, o Levira e o Cértima. O barco é este livro. Com mastro da boa vontade e velas da paciência abertas às raízes ancestrais.

Sonhar o livro, ao longo de mais de vinte anos, foi bom, mas fazê-lo e acabá-lo, muito melhor. Sem vaidades serôdias, sinto que é o que de melhor eu podia ter feito. Mas sem nunca esquecer que, segundo o poeta brasileiro, Olavo Bilac «*o que realizamos nunca é tão belo como o que sonhamos*».

Águas Boas, 08 de Agosto de 1990.

I PARTE

UM POUCO DE HISTÓRIA

bibRIA

bibRIA

OIÃ - TERRA DE OLIVEIRAS

bibRIA

A FREGUESIA de Oiã não disfruta de um passado histórico ou heróico embora tenha ido à guerra da Restauração, em 1646, com uma companhia de soldados auxiliares *«para benefício e alívio dos povos»* comandada pelo capitão Faustino Simões[1], o que não significa, forçosamente, que não se tenham havido com valentia. O seu título de nobreza vem-lhe naturalmente do facto de amanhar com suor a terra, ao longo dos séculos, e de surrar os tamancos pelos caminhos tortuosos e difíceis.

Suporta esta ideia o que declarava em 1721 o cura que paroquiava Oiã e era nomeado pelo vigário de Espinhel: *«Não há nesta freguesia mosteiro algum nem casa de misericórdia nem hospitais (...) que não há memória de algumas prerrogativas que fossem concedidas (...) que não há sepultura alguma ou capelas em que nelas haja letreiros nem armas. Todas são lisas e sem letreiros»*. Mas o cura José Manso Preto é mais completo quando afirma que *«quanto ao oitavo interrogatório e último, não sei nem achei que nesta freguesia houvesse nome algum insigne e nem de presente o há, porque todos os que há são uns pobre lavradores...»* [2]

Embora o documento mais antigo que se lhe refere date de 1220, constando das Inquirições de D. Afonso II, onde aparecem citadas, com outra importância, terras como Sá, Aradas, Verdemilho, Eixo e Requeixo, Espinhel, Óis da Ribeira e Recardães—Oiã,

até pela sua origem etimológica, pode situar-se séculos antes.

Reza assim o citado documento: *«In paradella habet dominus rex XJ. casalia et faciunt forum sicut alij de Oes preter quod dant V. alqueires de fogazas. Interrogati de hereditatibus ordinum dixerunt quod Loruano habet in Perraes e in Oyana Viij casalia».*

Quer dizer: o rei D. Afonso II tinha em Paradela onze casais que pagavam de foro a Óis da Ribeira nada menos de *«cinco alqueires de fogaças»*. Entretanto, inquiridos àcerca de herdades, eles disseram que o Mosteiro de Lorvão possuía em Perrães e Oiã oito casais. Logo aqui se nos afigura uma certa dependência de Oiã e Perrães relativamente a Paradela, que foi freguesia, em tempos remotos, e que englobaria também o lugar de Espinhel.

De passagem diremos que Paradela, bem como Fermentelos (*Foramontanellos*) e outras terras (Bolfiar, Segadães, Santa Maria de Lamas, etc.)faziam parte do inventário de bens de Gonçalo Luz e D. Flâmula, em 24 de Abril de 1081, senhorio de Óis da Ribeira, ao qual pertenciam Paradela e Fermentelos por inteiro (*«Et in riba de certuma villa paratella ad integra e foramontanellos ad integros»*).

Sem embargo de outra posição mais fundamentada, que desconhecemos, é de presumir, sem grandes riscos de erro, que o lugar de Oiã terá sido povoado a partir das Agras. Isto é, no lugar das Agras se situaram *as vilas* que albergavam os donos das terras e seus trabalhadores.

A favor desta posição funcionam dois argumentos. Ou três. Agras é proveniente da palavra latina *ager-agri*, que significava campo. Portanto, campos eram as *agras* cultivadas, tal como Oiã, proveniente de *olea*. Por outro lado, no século XVI, ainda se encontra nos livros paroquiais referência (que depois começou a escassear, acabando por desaparecer dos documentos e da boca dos vivos) ao sítio denominado de *Villas Velhas*, nas Agras. Do facto não se pode ter outro entendimento que não seja o de que ali, naquele local, exactamente, existiram os primeiros casais, formando a primitiva aldeia. *Villas Velhas* (no sentido de casais) se terá chamado, assim, mais tarde, em confronto com novos aglomerados populacionais, o que chegou ao século XVI, altura em que era habitada, por memória bem viva dos descendentes dos primeiros habitantes ou povoadores.

No século XVI ainda existia outra aldeia, de nome Silhas, onde fica a zona conhecida por Quinta, a poente das Agras, mas também as Silhas Velhas, o que corrobora a ideia que temos e a convicção que vamos ganhando de que, efectivamente, Oiã se foi povoando a partir das redondezas.

Outro argumento, também concludente e credível, é o que nos proporciona o vigário Manuel do Vale que, a dada altura e nas respostas ao inquérito de 1758, afirma textualmente:

«Está o dito lugar de Oiã situado numa campina cercada de muitos pinhais e dele se discorrem algumas povoações, como são a igreja e parte de Oliveira do Bairro, o lugar do Carregal e Mamodeiro». Mas vai ainda mais longe, ao pormenor, quando afirma que *«está a igreja fora do lugar, no fim dele, mas no meio da freguesia, porque consta esta não somente do mesmo lugar, que tem oitenta e um vizinhos e duzentas e quarenta pessoas...»*. Ora o vigário, Manuel do Vale, que era filho da terra, afirmava

ICIRIA

para fins oficiais que *«a igreja está fora do lugar e no fim dele...»*. Daqui, se infere que, se assim era, Oiã começou a formar-se e a crescer a partir das Agras, que por sua vez tivera início nas *Villas Velhas*.

Julgamos infundado, assim, o argumento, por falta de quaisquer referências no terreno ou exaradas em documentação, de que Oiã tenha nascido no sítio denominado Forno do Telha. (3)

À volta de Oiã, e a começar pelo seu próprio nome, a toponímia é bem significativa e conduz-nos inevitavelmente ao tempo da romanização. Vejamos: Oiã (*olea* - azeitona); Agras, Costa do Agro, que, primeiro em latim e, depois, em português, falam de campos; o sítio do Castelo (*castellum-castelli*, significando fortificação mais pequena, em relação ao *castrum*, que era povoação fortemente fortificada); *Villas Vellas*, (4) nome que restou dos primeiros casais. Chegados a este ponto, questionamos: há na sede da freguesia, com especial incidência nas Agras, o apelido Vilas - os Vilas, as Vilas. Não será o último vestígio das Villas Velhas, neste caso colado à pele de quem é descendente dos que habitaram em remotos tempos aquela aldeia? Dos senhores ou dos caseiros? Ou Oiã não passará de um apelido que sobrou da passagem ou fixação dos frades ou colonos da Galiza, concretamente de Santa Maria de Oia, onde também não falta a árvore dos Vilas? O próprio lugar do *Carril*, que inicialmente queria dizer passagem estreita de carros, para não descermos a Perrães e Gesta — tudo indica a ocupação romana destas paragens, onde deixaram, pelo menos, uma coisa, com toda a certeza: o baptismo de alguns dos nossos sítios. E nem é por mero acaso que hoje, os habitantes de Oiã, de Perrães e Águas Boas se chamam, sem equívocos, Oianenses e Perranenses Aquabonenses ou Aguabonenses. É que a língua respeitou a origem etimológica — Oyana, Perranes e Aquas Bonas.

Aliás, ainda hoje se verifica esse sentido de crescimento de nascente para poente. De há umas décadas a esta parte, o lugar de Oiã desceu a encosta do Agro, ocupou mesmo o sítio denominado de Castelo e espraiou-se bastante pela zona das Cavadas, enquanto também da outra parte, do lado dos Carris, a povoação desceu o pequeno morro e veio espreitar outros carris, por onde correm os comboios.

Quanto à origem do nome Oiã e porque não queremos figurar no número dos fantasiadores da toponímia, damos a palavra ao historiador A. de Almeida Fernandes, a quem pedimos opinião (que aliás vem confirmar a que tínhamos):

«Oyana (Milenario de Aveiro, página 63) *é um latinismo pois que — ana já não se pronunciava: logo Oyãa a forma real, orgânica.*

Não se trata de topónimo antroponímico em — ana (Correlhã, Lourinhã, Campanhã, etc.) mas de um dos muitos derivados em — ana (>-ãa >-ã) de nomes comuns (como Torgã, Paçã, Montã, Arcã, Grelã, Fiã, Poçã, Soutã, Silvã, etc.), derivados de torga, paço, monte, arca, grelo, poço, souto, silva, etc, ou dos étimos ou formas de evolução destes.

Tal derivação não se circunscreve à antroponímica toponímica da romanização, contra o que de comum se alega, porque se encontra em todas as épocas — e até com nomes pessoais de origem germânica (Alvarã, Rebaldã, Gulfarã, etc. dos nomes pessoais dessa origem, Avarus, Rabaldus, Wulfarius, etc.)

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Em meu ver, revela-se perfeitamente em Oiã a evolução de latim oleana, *derivado do latim* olea *"azeite"* (oleana *sc. terra*) *Sem podermos dizer em qual das fases se fixou o topónimo, foi este o processo evolutivo.*

latim *Oleana* > Oleana { >Oiana>1220>Oiãa>Oiã / >Oeãa>1220>Oiã>Oiã

A fonética é normalíssima e a síncope das suas consonantes, um fenómeno geral do latim para o Português; a ditongação Oe>Oi para desfazer o difícil hiato e a contracção crásica das sílabas finais. Fenómenos verdadeiramente irreprimíveis.

Aplicou-se, sendo assim, a uma área de villa (romana ou medieval) produtiva de azeite».

No século XVII eram mencionadas as pequenas aldeias da Marinha, Póvoa do Chão do Coelho e Boca da Cabra (que englobava Vale dos Boréis, Feital e Vale da Quinta, entre Oiã e Silveiro), mas ainda o lugar de Lagoa Grande, também Monte Grande, junto à Gândara do Pano e um pouco mais para cima a Póvoa dos Matos, que, no ano de 1758, tem quatro vizinhos e dez habitantes.

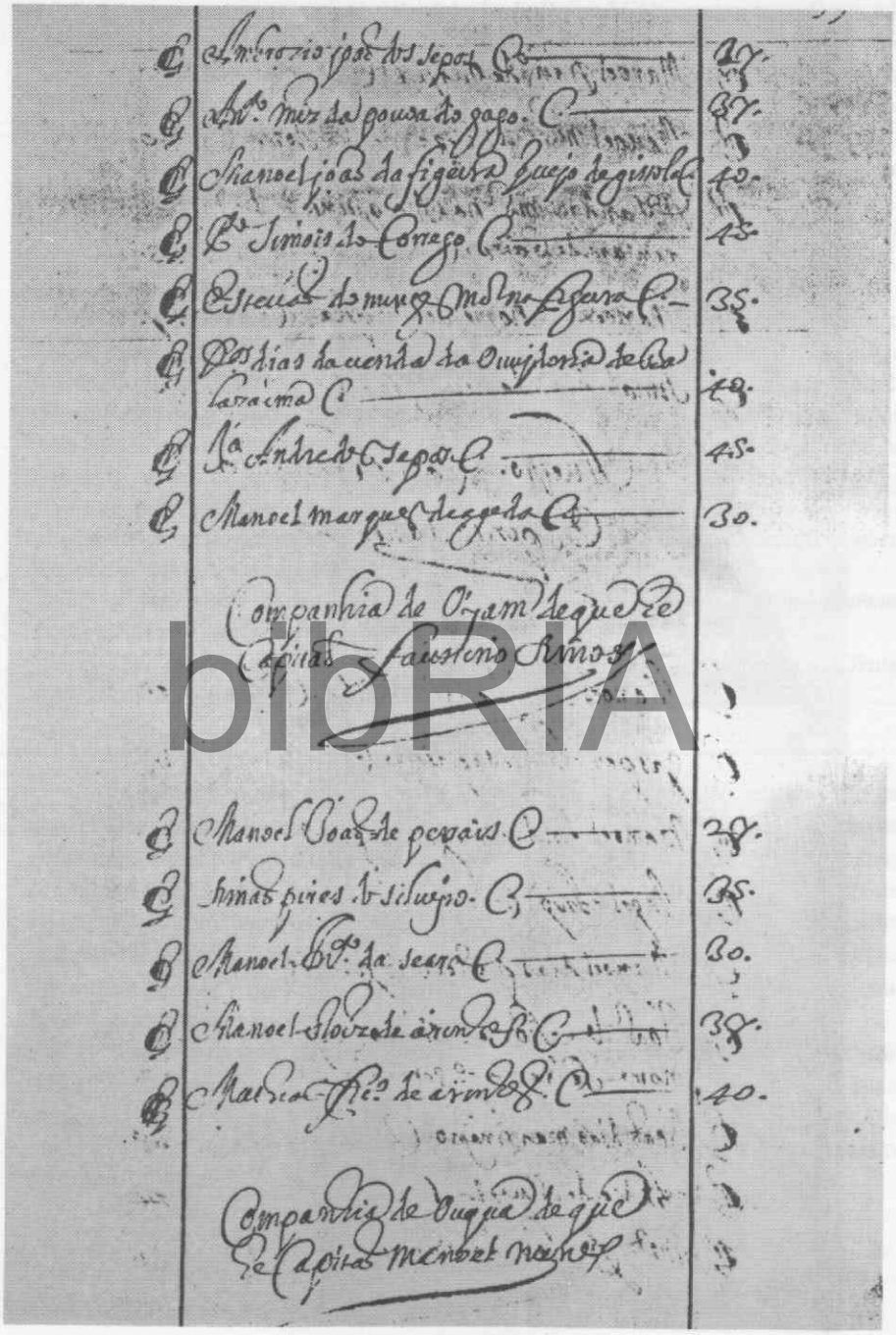
A confirmar esta tese é que embora a oliveira tenha vindo a desaparecer, é árvore, que se perfila ainda em muitas testadas de terras, como guardiãs postadas no horizonte de um tempo de glória. Os olivais ainda abundavam no início deste século.

A mesma raiz *olea* se acha nas terras de Óis da Ribeira, Óis do Bairro. Aliás, nos documentos antigos dizia-se: *«Villa Oles cum ajuntionibus suis»* (Portugalia Monumenta Historica) ou: *«ad partem aquilonis cum villa Oles... ad partem solis ocasum Vilarinnum»* (idem). Este *Oles* é proveniente do ablativo do plural de *olea*, que era *Oleis*. Depois, pela queda do l, formou-se Oes e Óis que, etimologicamente, quer dizer o mesmo que Oiã — terra de oliveiras. Consideram ainda alguns estudiosos que os nomes de Oliveira do Bairro, Oliveira de Frades, por exemplo, são de formação posterior à de Óis e de Oiã: estas existiam já na baixa latinidade, ao passo que aquelas se formaram já na língua portuguesa e de *Ulvaria*.

É a opinião que se nos afigura mais consentânea com mais razões para a defendermos a não ser que a palavra Oiã tenha sido transportada por frades ou outros da própria Galiza. Efectivamente, na diocese de Tuy, existe um município com o nome de Oia e uma freguesia de invocação mariana, mais exactamente Santa Maria de Oia. A evolução etimológica da palavra Oiã é a mesma de um e de outro lado do rio Minho. Por outro lado, pela carta topográfica do Município de Oia verificam-se algumas curiosas coincidências, como a existência de Facho, que é comum às duas povoações e ainda Preans, uma evolução etimológica diferente em relação a Perrães? Não serão coincidências a mais?

O Município de Oia faz parte da província de Pontevedra, situando-se a 30 kms de Vigo, também junto ao mar. Em Santa Maria de Oia havia um mosteiro cisterciense cujas origens aparecem carregadas de densas brumas. Há quem mesmo situe a sua fundação no século VI. Outros colocam-na em 1139. Era este mosteiro senhor de muitas

biblRIA



biblRIA

Cópia do documento celebrado na vila de Podentes, em 10 de Março de 1646, em que é nomeada uma companhia de soldados da freguesia de Oiã para participar na guerra da Restauração.

Vista parcial da vila de Oiã (nascente).

biblRIA

possessões que se estendiam por toda a região do Baixo Minho, passavam a Portugal e chegavam mesmo às portas de Lisboa.

Não enjeitamos esta possibilidade. A carta de Aforamento feita em Março de 1253 pelo Mosteiro de Lorvão a Paio Oiã (sic) de uma herdade em Verba, conforme documento inserido no «Milenário de Aveiro», página 74, refere como senhorio útil Pelagio Oiane. Ora este Oiane não acusa senão a evolução de Oyana que nos aparece documentado em 1220 nas «Inquirições».

«In dei nomine.

Ego. Vierna per gratiam dei et beatissimae Virginis mariae abbatissa de laurbano una cum conventu nostro et frater garsie vicarius monasterii tibi. Pelagio Oiane. Facimus. Karta. De ipsa hereditate quod habemus in loco que dicitur Verba terminis per via puplica colimbriana et alia parte quomodo vadit per arnario fontane cum totis suis puluoribus. Damus et concedimus tibi ut habeatis et faciatis quodcunque volueritis de ea. Et faciatis de foro outava parte. et x^{a} parte de vini. et de eiradiga. similiter. inter tritico et milio mediator, et fogaza. ij^{o} alqueires, et uno capone. Et si aliquis de nostris sucessoribus venerint qui hanc [c]artam voluerint dirrumpere pectent. d. soldos et sit anatema.

Facta Karta. Mense marcij. Sub. Era. M^{a} CC^{a} LxL^{a} 1ª Nos qui hanc Kartam. Jussimus facere cum manibus nostris roboramus.

Qui presentes fuerunt et Oiderunt. F. testis. gunsaluo presbiter. testis. frater menendus. testis frater ijohanne testis. M. Notuit».

bibRIA

Acontece muitas vezes que as pessoas na sua emigração acabam por ser conhecidos e chamados não já pelos seus apelidos ou nomes próprios, mas tão somente pelos nomes das terras de origem. Isso mesmo pode ter acontecido com os colonos oriundos de Oiã, Galiza. Assim, o que não podia passar de utopia, à primeira vista e em contacto com este documento, que nos mereceu profunda atenção, começa a ganhar alguns contornos fixos e palpáveis. Este ilustre Pelagio Oiane (Paio Oiã) não seria um dos muitos descendentes dos primeiros ou novos povoadores que ganharam o direito ao apelido que lhes ficara da terra de onde tinham vindo, a Oiã galega?

Por outro lado, como se explica que, havendo várias terras propícias à produção de azeite em Portugal, só à nossa coubesse essa honra? É no país caso único, ao passo que na região da Galiza há pelo menos três terras assim baptizadas: San Miguel de Oia, Santa Maria de Oia, ambas paróquias da diocese de Tui e ainda um monte de 1981 metros de altura, Oia Castano, em Orense.

Esta zona, que mais tarde se chamou Oiã, esteve assim na rota dos frades e colonos galegos?

Aqui está um bom assunto para um investigador traquejado nos segredos e nos intrincados caminhos da História.

DO VISO AO CASTELO

Nas confrontações das terras do Silveiro aforadas a Fernão Vasques Sinqueiro e Álvaro Pires e seu genro, moradores em *«Barrô do Bairro»*, aparece textualmente escrito *«... outrossim, lhe aforou pela veia do Recamondo até à água do Cértima e da outra parte pelo viso de Oiã, como se vai à terra do Conde...»*. Pondo de lado o Conde, quem quer que fosse (D. Sancho de Noronha, conde de Odemira?), é oportuno deter-nos um pouco sobre o viso de Oiã. Toponímicamente, este nome aparece por todo o país, em especial, na metade norte. Há numerosos locais e até povoações com esse nome. Mas talvez seguramente mais locais. O nome, segundo a «Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira» da Editorial Enciclopédia, *«revela antiguidade de denominação»*.

«No geral, o local denominado de Viso é elevado em relação às redondezas e serviria de local de observação dos arredores», até uma distância significativa ou não. Como quer que seja, tratava-se de um ponto alto, dominador, sobranceiro e *«assim é que não raro o topónimo pode tomar certo sentido arqueológico, de defesa castreja que não é uma simples coincidência resultante da topografia naturalmente disposta a um tal sistema de fortificação antigo»*.[5]

Ainda que Viso não possa corresponder necessariamente a um lugar fortificado (do latim *castrum, castri*), pode ser considerado um posto de observação avançado em relação àquele. Seriam locais despovoados e incultos por sua própria natureza, mas óptimos para o que se pretendia: dominar com a vista, o mais longe possível.

Este Viso, que tem começo no Cabeço Grande, a norte do rio Levira e irrompe como que abruptamente no horizonte, era, pela sua própria natureza geológica, um ponto estratégico de onde se podia escoldrinhar as redondezas. E, como ponto estratégico, que era, nada admira que dispusesse, como último reduto a norte, sobre a Costa do Agro, de um castelo (?)

Na documentação paroquial do século XVI aparece citado o sítio do Castelo, quando era mais viva a memória do povo. Castelo mesmo? Não no sentido que hoje terá a definição de um castelo, de fortes ameias e pontes levadiças, uma mole imensa de pedra com a sua torre de menagem. Mas tão somente na significação apropriada de *castellum castelli*, que é um diminuitivo de *castrum castri*. Portanto, temos que se tratava de um pequeno local fortificado, com boa visibilidade para Mamodeiro e Costa do Valado e outros pontos, ou local habitado, onde sobressaía a casa apalaçada do senhor.

Como quer que seja, não encontrámos outros pontos com esse nome de Castelo, quando há outros igualmente altos, se não mais. Por outro lado, também não achámos documentos que desfizessem estas reticências avolumadas. Não deixa de ser, todavia, uma dedução plausível. Do Cabeço Grande avista-se uma vasta área a sul e a nascente, disfrutando-se Barrô, Paradela (onde passava a via romana) e Aguadas.

Uma coisa é certa: na zona, onde era o sítio do Castelo, tudo fala da influência romana, a começar pelo próprio diminuitivo de *castrum castri*: é o Agro (de latim *ager agri*), significando campo, terra cultivada, território, campo em oposição à cidade (a *civitas romana*) e também Costa do Agro.

biblRIA

FREGUESIA RELIGIOSA

A freguesia religiosa formou-se com a junção de dois blocos distintos: de um lado, a aldeia de Perrães ou terras de Perrães, incluindo os lugares de Silveiro, Gesta e Rego do Espinheiro; e do outro lado, as terras do Prazo de Águas Boas, mas nem todas, já que era constituído pelos lugares de Oiã, Carris, Silveira, Seara, Pedreirã, Grou, Ramalheiro, Vila Nova da Palhaça, Vessada e o lugar de Nariz. Ou, englobando todo o território que ia de Perrães até aos extremos de Verba (*in extremis Verbae*), se constituída mais cedo. De uma maneira ou de outra, a grandeza da freguesia, que ocupa 2670 hectares, explica-se por uma destas situações.

A freguesia de Oiã foi filial e anexa da freguesia de Espinhel, situação que se manteve até 1798.

Todavia não se sabe, exactamente, por falta de documentação, quando foi criada, ainda que anexada inicialmente à de S. Pedro de Paradela e, mais tarde, à de Espinhel. O lugar de Paradela, antes de pertencer à de Espinhel, como Oiã *«foi em tempo muito antigo sede de freguesia, antes de pertencer à de Espinhel»*, que tinha no Grou o seu lugar mais longínquo.

Sobre este assunto, damos ao papel por falta de outros elementos o que escrito vem no «Portugal» citado no «Dicionário Corográfico de Portugal» de Américo Costa, pag. 1925, edição de 1943.

biblRIA

«Há um antigo documento em que se lê o seguinte: que suposto algum tempo davam ao pároco os casais alqueire e meio de milho e os viúvos e viúvas, ou solteiros e solteiras três quartas, foi por que estava esta freguesia sujeita à de S. Pedro de Paradela, que ainda hoje lá se conserva o adro e seria então o número de oitenta fogos e era aqui uma capela, etc». Deste documento pode deduzir-se que Paradela foi freguesia, não querendo imaginar-se que Oiã só ali estivesse sujeita para o caso de no referido adro se sepultarem os defuntos. Pelo andar do tempo, conforme o citado documento, Oiã separou-se de Paradela, constituindo-se freguesia independente. O que o documento afirma é que as pessoas falecidas em Oiã eram enterradas no adro da igreja de Paradela, dizendo que era ali o seu adro e uma tradição constante tem conservado este facto na memória dos dois povos. Mais tarde, ignorando-se em que tempo, a freguesia de Oiã passou a ser sujeita à de Espinhel, talvez na mesma ocasião em que o lugar de Paradela, deixando de ser paróquia independente, também a ela se sujeitou, mas o curato de Oiã aumentou tanto que em 1798 era já muito maior que a igreja matriz de Espinhel e o pároco desta freguesia, Francisco Tavares da Silva, requereu ao vigário geral de Aveiro licença para mudar a sua residência para Oiã. O vigário negou-lha, baseando-se na falta do consentimento do padroeiro da matriz e da resposta do povo desta e da filial. Francisco Tavares da Silva apelou para Braga e a sentença foi revogada com o fundamento de que o padroeiro não ficava prejudicado nem os moradores de ambas as freguesias, sendo supérfluo ouvi-los, visto que nunca podiam decidir da utilidade que resulta à igreja de semelhantes trânsitos. A sentença tem a data de 5 de Março de 1798 e é assinado por Peixoto Silva e dr. Couto Ribeiro».

Acrescenta o documento que o vigário, Francisco Tavares da Silva, num grito de Ipiranga, se passou com armas e bagagens para a freguesia de Oiã, onde esteve até 1834, exercendo as funções de pároco.

Espinhel e Oiã eram da Comenda de Ordem de Cristo que andava na Casa dos Marqueses de Arronches e duques de Lafões.

Efectivamente, o eco do enterramento das pessoas falecidas na freguesia de Oiã no adro da igreja de S. Pedro de Paradela ainda hoje ressoa, especialmente, na zona ribeirinha. Ao tempo em que não havia pontes a abraçar as duas margens do Cértima, muito, muito antes de 1600, quando morria alguém, logo a comunicação se fazia para a outra margem: *«Oh tu lá de além vem cá prós de aquém»* ou ainda este outro grito: *«Oh gente do lado de além, vem aquém, traz a caldeirinha, está nosso irmão morrido»*.

Se não há documento que nos permita afirmar a data da criação da freguesia religiosa, ficou explanada uma certeza: foi no dia 5 de Março de 1798 que se deu a sua independência, graças à apetência do padre Francisco Tavares pela gorda côngrua que recebia o cura encomendado em Oiã.

A freguesia crescia demograficamente a olhos vistos e assim é que em 1708 tem 194 fogos, segundo Padre Carvalho, autor da «Coreografia de Portugal», mas já em 1868 o número subia para 756 fogos.

«Portugal Corográfico», por sua vez referindo-se a Oiã, já no começo deste século, diz que tem automóveis de aluguer, fábricas de adubos, fogo de artifício, lagares de azeite, destilação e aguardentes e é sede de juiz de paz, para acrescentar que *«a terra é fértil em todos os géneros agrícolas do país, sobretudo, em óptimo vinho, que exporta, assim como feijão, arroz e cortiça; importa trigo e milho, que também produz, mas não chega para o consumo da população. Cria muito gado de toda a qualidade»*. Mas, quanto à sua história, nem uma palavra.

biblRIA

Os párocos de Oiã, em 1877, ano em que a freguesia pertencia ao arciprestado de Vilarinho do Bairro, juntamente com Ancas, Fermentelos, Óis do Bairro, Sangalhos, S. Lourenço, Troviscal, Sosa, Vagos e a «Vila Nova da Palhaça», eram da apresentação dos Duques de Lafões, tal qual os da vila de Oliveira do Bairro.

Tinha, então, a freguesia, 630 fogos e 2.660 habitantes, distanciando-se já demograficamente da sede do concelho, que, nesse mesmo ano, tinha 664 fogos e 1825 habitantes.

ANTIGAS CHAGAS SOCIAIS

Religiosamente, a freguesia pertenceu mais de uma vez à Diocese de Coimbra e à Diocese de Aveiro, criada em 12 de Abril de 1774 pelo Papa Clemente XIV. Pertenceu também ao Arcediago do Vouga. [6]

Embora se pense que, nesses remotos tempos, se mantinham os bons costumes, sem mancha ou desmazelo, tal não é verdade e, através dos documentos das Visitações, se conclui pela existência de diversas chagas sociais na freguesia, como o alcoolismo, a mancebia, os filhos incógnitos, a bruxaria.

Pela renovação espiritual da Igreja e a defesa da doutrina católica se bateu o Concílio de Trento (1545), porque abundava a heresia e campeava uma certa indisciplina no seio do clero e do povo cristão. Urgia, portanto, pôr cobro a desmandos e levar ao bom redil as ovelhas tresmalhadas por actos menos ilícitos.

Um dos meios, então utilizados para atingir essa finalidade de saneamento religioso eram as visitas (ou visitações) ou da parte dos bispos ou dos seus delegados, — os arcediagos ou outros. A 29 de Outubro de 1684, D. João de Melo tomou conta da diocese de Coimbra. Homem austero e de fé profunda, iniciou uma actividade intensa, percorrendo todo o bispado, numa ronda apostólica, destinada à descoberta dos males da igreja e da sociedade, conforme nos dá conta Alice Rodrigues em «Subsídios para o Estudo da Diocese de Coimbra — O Bispo-Conde D. João de Melo». Essa azáfama envolvia o trabalho de escrever e enviar imensas pastorais, onde expunha doutrina e regulamentava a actividade dos párocos. Por exemplo, na Pastoral de 26 de Fevereiro de 1694 *«pede-se a intercessão da Virgem Maria para a obtenção da misericórdia de Deus»* perante *«a devassidão dos costumes, tanto dos prelados como dos fregueses»*, o que, no entender de D. João de Melo, atraía a ira de Deus.

As visitas, em alguns casos, tinham a missão (hoje incompreensível porque entravam no terreno da privacidade de cada cidadão) de proceder à *«devassa de casos públicos e escandalosos»* , recolher informações de como e onde viviam os respectivos párocos, fazer-lhes exames, verificar o estado de asseio dos altares, a pia baptismal, os santos óleos. Apresentados alguns casos graves, eram chamadas a depor algumas testemunhas (também a favor ou contra os párocos). E muitas vezes os infractores eram condenados a penas remíveis a dinheiro ou sofriam o degredo para as Beiras.

DIORIA

«O registo das visitas nada nos diz do conteúdo do ensino, nem dos métodos empregados pelos curas, no entanto, nota-se, através dos delitos cometidos que a massa campesina se encontra mal instruída na fé, demasiado enterrada no seu materialismo quotidiano » — afirma Alice Rodrigues, no seu estudo. E assim era com católicos não guardando domingos e dias santificados, não acompanhando o viático aos enfermos, carregando por vezes uma vida dissoluta.

As visitas à freguesia de Oiã, face aos documentos disponíveis e consultados no Arquivo da Universidade de Coimbra, referentes às visitações, começaram em 1651. Algumas mazelas que eram comuns a todos a Bairrada, atingiam obviamente a população de Oiã e eram o alcoolismo, a mancebia e a prática de bruxaria. São estes os três pecados mais ou menos públicos e graves.

Em 1657, por exemplo, era condenada a dois anos de degredo Madalena, mulher solteira do lugar de Malhapão e Tomé André que era useiro e veseiro na prática de actos ilícitos, até com uma sua parente em 3ª grau, *«livrou-se»* e foi absolvido. Era do lugar das Juntas. Padre Manuel Ribeiro da Silva foi mesmo admoestado por confessar sem licença e celebrar missa e pagou multa. Padre Geraldo Fernandes Marques, por ter dado umas bofetadas num ébrio, foi chamado à razão e multado. António Simões da Silva foi condenado ao pagamento de quatrocentos reis e um ano de degredo, por concubinato.

Em 10 de Janeiro de 1703 estavam presentes o cura, padre Manuel Laborinho,

e a maioria dos fregueses. Foi feita visita ao Santíssimo Sacramento, santos óleos, pia baptismal, altares e imagens, indo, de seguida, fazer a visita temporal, bem como ouvir depoentes. Nessa altura, Pascoal Martins, lavrador, afirmou que o padre residia com pontualidade nesta igreja e sempre ensinava a doutrina aos seus fregueses, antes da *«missa de pastores»*, e pregava doutrina nos domingos e dias santos. Por sua vez, outra testemunha, Manuel Francisco Lourenço, de Oiã, depunha que o padre vivia na paróquia *«sem fazer ausências largas»* e que administrava por si os sacramentos aos seus fregueses e ensinava doutrina constante das pastorais.

Depois, passou-se aos casos *«escandalosos»*: Manuel André Castelhano, casado, do Ervedal, tinha tratos ilícitos com Isabel Bastos, do lugar de Oiã, e sabia por ser pública a fama que ela tinha tido uma criança *«há três meses, mais ou menos, sem ter fama com outros»*.

António Ferreira, lavrador, do Troviscal, apareceu a depor contra Domingas António Jorge, solteira, feiticeira e curandeira, de quem era pública a fama. Ela dizia algumas fórmulas (também era benzedeira), mas ele declarou que não sabia nenhuma. Mas também fazia outras mezinhas. Para que se procedesse a um minucioso exame (interrogatório) bastava a má reputação.

Também acontecia que este se fazia,muitas vezes, depois da visita, em Coimbra e em casa do desembargador ou provedor de justiça (especialmente para os casos de superstição, como é o anteriormente apontado). As visitas funcionavam como uma primeira filtragem, já que a maioria dos casos não chegava ao tribunal inquisitorial. Os que praticavam magia negra (feiticeiros e bruxos — casos considerados maléficos) caíam na alçada da lei, enquanto que a magia branca (curadores, benzedores, mezinheiros ou encarchadores — casos considerados benéficos) nem tanto, embora houvesse castigos de ordem monetária e degredo.

IBERIA

Nos livros das visitas, em número de 166 (tantos que foi impossível folheá-los todos) há verdadeiras histórias, sobretudo, no campo das devassas, coisas curiosas que um trabalho deste género não permite alongar mais, mas claramente extensivas ao país. No caso de feitiçaria, as mulheres são acusadas com mais frequência. (Ainda hoje, passados séculos, esta actividade não desapareceu da face das nossas terras e continuam ainda a ser as mulheres as mais dedicadas a estes serviços, a que corresponde também a uma maior procura por banda do seu sexo).

Das devassas à inquisição não ia grande passo. E assim é que a Inquisição estendeu também os seus tentáculos à freguesia de Oiã. Será uma curiosidade, mas é natural que nos nomes dos acusados e seus familiares muitos revejam os seus antecessores. Entre muitos citam-se os seguintes, (a partir do Arquivo Distrital de Aveiro):

Manuel Domingues Portugal: natural da Pedreira e morador em Malhapão, filho de Domingos João, natural da Pedreira e de Sebastiana Domingues, natural da Feiteira e lavradores na Pedreira; neto paterno de Manuel João, natural da Pedreira e de Maria Manuel, natural de Vila Nova, lavradores na Pedreira e materno de Manuel Domingues e Sebastiana André, natural da Feiteira.

Carta familiar de 10 de Março de 1761.

José da Silva Gama: Clérigo in minoribus, natural do Recife, Pernambuco e

morador em Lisboa, freguesia de S. José, filho do capitão António da Silva Gama, de Oiã e Ana da Silva Gorjão, natural da freguesia de S. Pedro Gonçalves, Recife.

Carta familiar de 30 de Julho de 1776.

João Caetano Martins: natural do Furadouro e aí morador; filho de António Martins, natural do Furadouro e de Maria Francisca, natural do Silveiro; neto paterno de Pedro Simões, de Barrô e de Maria Martins, do Furadouro: e materno de Domingos António, o Novo, natural do Silveiro e de Páscoa Fernandes, natural do Rego, ajustado para casar com Mariana Simões dos Santos, filha do alferes João Simões de Matos, familiar do Santo Ofício e de Maria Martins, naturais da Gesta.

Carta familiar de 12.8.1766.

Joaquim António Ramos: casado, proprietário, morador em Oiã, filho de João António e de Maria Martins, neto paterno de Manuel António e de Ascensa Miguéis; neto materno de Pascoal Martins e de Isabel Simões.

Carta familiar de 22.12.1761.

Padre Manuel de Oliveira; natural do Silveiro e aí morador, filho de Pedro da Oliveira, natural de Vila Verde e de Maria Francisca, natural do Silveiro e aí moradores; neto paterno de Manuel Miguéis, natural da Amoreira do Repolão e de Maria João, natural de Vila Verde; e materno de António Pires, o Cativo, natural da Silveiro e de Maria André, natural de Montelongo, e moradores no Silveiro.

Manuel José de Brito: bacharel formado na Faculdade de Cânones pela Universidade de Coimbra, natural da Seara e morador no Furadouro, filho de Bartolomeu Simões de Brito, natural da Seara e de Antónia Josefa, natural do Ervedal, então moradores no Furadouro, onde eram lavradores; neto paterno de Domingos André, natural da Seara e de Maria Simões, natural do Furadouro, lavradores na Seara e materno de Manuel Nunes, natural do Ervedal e de António Simões, natural da Gesta.

Carta familiar de 9 de Janeiro de 1773.

biblRIA

DUAS OUVIDORIAS

No ano de 1580, a freguesia de Oiã disfrutava, naturalmente mercê do seu tamanho e da sua importância, de duas ouvidorias, a de Oiã e a de Perrães (8).

Para Oiã, então, foi nomeado Pedro Fernandes, morador nas Silhas, o qual jurou pelos santos Evangelhos *«prometer servir bem e verdadeiramente o dito ofício, guardando em tudo o serviço de Deus e de Sua Alteza»*. Para o de Perrães, fora nomeado Tomé Luis e exactamente com os mesmos objectivos e missão. A tomada de posse realizara-se na quarta sessão da Câmara de Aveiro (9 de Janeiro de 1580), em que a Câmara deu também juramento aos juízes de crime eleitos para Albergaria, Belazaima e S. João de Loure conforme «Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580 (Subsídio para o estudo da vida municipal e nacional Portuguesa no Seculo XVI)» página 50, 1971 de Francisco Ferreira Neves.

Juramento do Juiz de Perrães:

«E logo no dito dia mês e ano atrás, pelo dito Juiz de Fora (o licenciado Gonçalo Esteves) foi dado juramento sobre os santos Evangelhos a Tomé Luis, morador na ouvidoria de Perrães, que foi eleito por juiz este presente ano, para que bem e verdadeiramente sirva de juiz no dito lugar, guardando em tudo o serviço de Deus e de Sua Alteza e às partes seus direitos, e ele assim o prometeu e assinou com ele juiz. António da Fonseca o escrevi. Gonçalo Esteves, Tomé Luis.

O mesmo juramento deu o dito Juiz e Mateus Gonçalves para servir de quadrilheiro no dito lugar e assinou. António da Fonseca o escrevi. Gonçalo Esteves, Mateus Gonçalves».

Juramento do Juiz de Oiã.

«E logo no dia mês e ano atrás, pelo dito Juiz de fora foi dado juramento sobre os santos evangelhos a Pero Fernandes, morador das Silhas, ouvidoria do lugar de Oiã, que ele sirva de Juiz no dito lugar este presente ano, em que ele pôs a mão e prometeu servir bem e verdadeiramente o dito ofício, guardando em tudo o serviço de Deus e de Sua Alteza e às partes seu direito e assinou. António da Fonseca o escrevi. Gonçalo Esteves».

biblRIA

A Ouvidoria de Perrães, que beneficiava da sua posição geográfica, pela sua localização junto do rio Cértima, (os rios eram grandes vias de comunicação entre os povos, nos remotos tempos), era composta, no ano de 1708, pelos lugares de Silveiro, Gesta, Rego e Furadouro e tinha 112 vizinhos, ao passo que a Ouvidoria de Oiã se compunha pelo lugar sede da freguesia, Silveira, Carril e Fevra *(sic)*, terra que só achamos referida pelo autor desta informação, Padre António Carvalho da Costa, na sua «Coreografia Portuguesa» página 141, 1708. Que terra era esta Fevra e onde ficava? Um mistério ou um lapso?

Oiã tinha nesse ano 82 vizinhos.

FREGUESIA CIVIL

Se é difícil estabelecer a data da criação da freguesia religiosa, embora se possa apontar para a época da Reconquista, até pela invocação de S. Simão Apóstolo, seu padroeiro, já parece mais acessível estabelecê-la na parte civil.

De referir que, antes de 1836, a palavra freguesia tinha o sentido de paróquia e só este.

Exactamente neste ano pode ter-se verificado a sua criação, como freguesia civil. Vejamos: em 18 de Julho de 1835, foi publicada a lei que veio regular a reforma

administrativa, pela qual são modificados os distritos e as províncias. Na circular nº 2, dimanada do Governo Civil de Aveiro, são dadas instruções às Câmaras para que nas freguesias em que não haja população suficiente para formar uma Junta (de Paróquia) elas se reúnam a outras, dando cumprimento à Lei de 30 de Abril de 1835.

Naturalmente que a sua população era suficiente para tal fim e, por isso, foi a freguesia criada. Eis um quadro demográfico de Oiã:

Ano	1708	1758	1862	1864	1868	1890	1900
Fogos	194	546	703		756	739	795
Habitantes		1577	2608	2531		2600	2920

Se Oiã era grande paróquia, grande freguesia ficou concorrendo para tal facto a existência de dois blocos — o da faixa ribeirinha do rio Cértima, que desde a nossa proto-história assumiu um papel de relevo no desenvolvimento da agricultura da Bairrada e no tráfego fluvial, juntamente com as condições excepcionais de um chão fértil e apto para as mais variadas culturas (a vinha que vem do reinado de D. Afonso Henriques, a oliveira, o trigo e o milho e todo o género de árvores de fruto), e a outra parte, a poente, formada pelas terras do Prazo de Águas Boas.

A paróquia chegou a pertencer ao arciprestado de Aveiro, por portaria do bispo conde de Coimbra, com data de 13 de Fevereiro de 1882. Administrativamente, também não esteve sempre incluída no concelho de Oliveira do Bairro.

Desde os tempos da Idade Média até fins de 1836, a freguesia pertencia parte ao concelho de Aveiro e parte ao de Esgueira.

Por desmembração de antigas comarcas ou criação de outras, foi formada em 1533 a de Esgueira, (no reinado de D. João III, em 20 de Dezembro de 1533, segundo opinião do Dr. J. Pinto Loureiro). Anteriormente, pertencia Esgueira à Comarca de Coimbra, pelo que, em face da diminuição das receitas, a Comarca de Coimbra litigou e a contenda chegou à Casa da Suplicação, mas, tendo-se abstido tanto o Rei como a Casa da Suplicação, vingava a recém criada comarca de Esgueira que inicialmente ficou constituída por 31 vilas, 10 concelhos e um couto. Em 1689 Vicente Ribeiro Meireles elaborou um trabalho a que deu o título de «Promptuário das Terras de Portugal com declaração das Comarcas a que tocam», em que nos dá conta dessa alteração.

Assim, é que, nesse ano de 1533, a vila de Oliveira do Bairro de que era donatário o marquês de Arronches tinha um juiz ordinário do civil, crime e órfãos, dois vereadores e um procurador, escrivão da Câmara e almotaçaria, todos escolhidos por eleição, mas sempre sujeita a confirmação por parte do donatário e pertencia à Comarca de Aveiro, incluindo os lugares de Bairro do Mogo, Vila Verde, Monte Longo de Além e d'Aquém, Lavandeira, Cercal de Baixo, Repolão e Póvoa da Bouça. Por outro lado, à vila e concelho de Esgueira, que era da Coroa e cabeça de comarca, tendo a abadessa do Real Mosteiro de Lorvão na mesma ração e foro, ficavam-lhe a pertenter os lugares de Malhapão (naturalmente com a Silveira incluída, porque do mesmo ramo), Águas Boas (incluindo Cruzes, Pousios, Carro Quebrado, Pedreira, Ramalheiro, Juntas) e também

biblRIA

o lugar de Vila Nova de Cutilhões (hoje englobada na Vila Nova da Palhaça). Mas à comarca e vila de Aveiro, que era do duque de Aveiro, pertenciam também os lugares de Oiã e Perrães, lugares estes que tinham jurisdição civil e crime. Por curiosidade, acrescente-se que outra parte de Vila Nova da Palhaça pertencia à Vila de Recardães, bem como Saima, (Sangalhos), Troviscal e Feiteira e, como tal, pertenciam à vila e comarca de Aveiro. Pertenciam, à época, à vila de Sosa o lugar de Mamarrosa e o lugar de Malhapãozinho e à vila de Sorães (hoje Santa Catarina, de que era donotário o comendador de Ansemil) Bustos e parte de Sobreiro.

Porém, por decreto de 6 de Novembro de 1836, quando se verificou a grande reorganização administrativa liberal, as freguesias inteiras de Oiã e Oliveira do Bairro formaram o novo concelho. No entanto, pequeno, porque a do Troviscal ficava a pertencer ao de S. Lourenço do Bairro, Mamarrosa ao concelho de Mira e Fermentelos e Nariz ao de Eixo, enquanto Palhaça pertencia ao de Sosa. Antes deste ano de 1836, a freguesia do Troviscal era toda de Recardães, enquanto a de Fermentelos era de Óis da Ribeira. Mamarrosa, terra bastante antiga, podendo recuar-se à proto-história aparece mencionada em 1020 numa doação feita ao Mosteiro de Vacariça, juntamente com as vilas de Levira e Lázaro - *«ad occidentale partem per ubi dicunt Mamoa Rasa ubi...»*) e, era dividida por nada menos de que quatro concelhos: ao concelho de Sosa pertenciam parte da Mamarrosa, Malhapãozinho, parte da Caneira e Barreira; ao de Aveiro cabiam Azurveira e parte do Sobreiro: ao de Sorães Bustos e parte do Sobreiro e ao de Cantanhede a outra parte da Mamarrosa e parte da Caneira.

Mas a dança não acaba: em 1853 é aperfeiçoado o sistema administrativo. São suprimidos alguns concelhos que só concorriam para uma autêntica manta de retalhos, no dizer de Dr. Joaquim da Silveira. O concelho de Oliveira do Bairro fica de pé e vê o seu território aumentado com a inclusão das freguesias da Mamarrosa, Troviscal e Fermentelos, Nariz e Palhaça.Este arranjo porém foi transitório pois, por decreto de 4 de Dezembro de 1872, são-lhe amputadas as freguesias de Nariz e Palhaça, que passaram para o concelho de Aveiro, a seu pedido.

Em 1857, Oliveira do Bairro escapou ao golpe administrativo que visava também a sua eliminação pura e simples do mapa dos municípios portugueses, mas isso viria a acontecer um pouco mais tarde, em 1895, por decreto de 2 de Novembro, pelo que foram transferidas para Anadia as freguesias de Oliveira do Bairro, Troviscal e Mamarrosa e para o de Águeda, Oiã e Fermentelos. No distrito de Aveiro, pelo mesmo decreto, eram classificados como concelho de 1ª ordem Aveiro, e de 2ª ordem os de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Castelo de Paiva, Estarreja, Feira, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Ovar e Vagos. Foram suprimidos ainda os concelhos de Ílhavo (anexado ao de Aveiro), o de Macieira de Cambra, cujas freguesias foram anexadas ao de Oliveira de Azeméis, e ainda o concelho de Sever do Vouga, cujas freguesias foram anexadas ao concelho de Albergaria-a-Velha, com excepção da freguesia das Talhadas, que passou para o de Águeda.

Oiã e Fermentelos passava, pelo mesmo decreto, a pertencer à comarca de Águeda.

DIGITAL

As divisões administrativas andavam ao sabor dos ventos. Por fim um decreto de 13 de Janeiro de 1898, veio restaurar o concelho de Oliveira do Bairro, levando em conta *«as convenientes informações oficiais e tendo em vista conciliar, quanto possível, as comodidades dos povos com os superiores interesses do Estado»*. Voltou assim ao concelho de Oliveira do Bairro a freguesia da Palhaça, mas foi-lhe arrancada, contra toda a razão lógica e geográfica, Fermentelos, enquanto que Nariz passava para o de Aveiro.

A extinção de um concelho ou a passagem de uma freguesia para um outro causavam sempre uma certa guerra fria, moviam-se influências, preenchiam-se gordos abaixos-assinados. Em 1895, as gentes de Oliveira do Bairro sentiram uma dolorosa impressão, agravada porque começaram a chegar ali os primeiros soldados para manter a ordem que se receava fosse alterada. E doloroso era ver os arquivos carregando carros de bois para seguirem para Anadia. Alguns não suportando a afronta, abalavam para o Brasil, como Miguel Pinto de França. Porém, em Oiã e Fermentelos, deu-se a reacção. inversa As gentes *«festejaram ruidosamente a sua passagem para Águeda»* e os de Águeda ofereceram um jantar aos de Oiã, em que participou Gabriel Nunes da Rosa. As duas freguesias haviam mesmo pedido, através de três representações, a partir de 1885, a sua passagem para Águeda. Porém, a alegria foi efémera, porque, decorridos dois anos, era restaurado o concelho de Oliveira do Bairro, com o regresso da freguesia de Oiã. Porém, as gentes não aceitaram de bom grado a decisão governamental e começaram a agitar-se, juntamente com as de Fermentelos.

Um dos seus argumentos era o de que em Águeda pagavam muito menos décima do que em Oliveira do Bairro, exactamente, pelo facto de este ser mais pequeno. Mas invocavam outras situações: que não havia em Oliveira do Bairro *«homem prestigioso que nos atraia, que nos arraste, que nos seduza pela sua alta individualidade, pelos seus serviços prestantes, pelos seus obséquios inolvidáveis»*, comentava Gelásio Maria. Se a vila tivera alguma importância, fora no tempo do padre António Areeiro que era natural de Perrães. Fora professor público, e *«um dos mais ilustres e prestantes membros do Partido Progressista»*, adiantava ainda.

Considerando essa situação, o mesmo articulista, afirmava vigoroso: *«pedimos, então, que seja em Oiã, na Mamarrosa ou Palhaça onde já se tentou criar uma comarca»*. Isto é: não queriam pertencer, de modo nenhum, a Oliveira do Bairro e justificavam a sediação do concelho na Mamarrosa, Oiã ou Palhaça, porque nas eleições, realizadas em 1892, haviam sido as duas primeiras freguesias que salvaram Oliveira do Bairro de *«uma derrota monumental»*.

Os actos eleitorais não decorriam nesse tempo de forma pacífica, acontecendo até, em muitas partes, cenas de tiroteio e facada, quando não se ficavam pelo amaciar dos costados com rijos marmeleiros. Na base destas discórdias, todo o género de trapacice e de embustes, que não se circunscreviam ao concelho, abrangendo a Bairrada, o país. Para documentar o que acabamos de afirmar e para que se entenda um pouco o espectro político de então, não fugimos à tentação de abrir um parêntesis para fixar este desabafo de Henrique Ferreira Pinto Basto, de Águas Boas: *«Fez-me ensemble lembrar uma casa de batota, havendo até ao centro da mesa vários macinhos de listas que*

BIBRIA

pareciam pequenos baralhos de cartas, os quais, quem presidida, passava aos seus amigos». Além disso, havia a legião dos riscados, que chegaram a querer fazer, nesse ano de 1892, uma manifestação contra a atitude dos Regeneradores que, mesmo assim, perdiam no concelho as eleições a favor dos Progressistas, graças aos votos daquelas freguesias.

A passagem para Águeda não era pacífica,formavam-se dois grupos: os defensores de tal situação e os críticos. Os primeiros declaravam-se contentes com *«a administração dos negócios públicos»*. Por detrás dos críticos e detractores, estavam também os semeadores de promessas de que, na altura do regresso de Oiã e Fermentelos a Oliveira do Bairro, *«eles virão com música e foguetes e visitar aqueles que assinaram»*.

Instalava-se, assim, a guerra dos abaixo-assinados, de um lado e de outro, e do jogo das influências.

Uma comissão numerosa, composta por pessoas importantes de Oiã e Fermentelos, avistou-se mesmo com o Presidente do Conselho de Ministros em 22 de Junho de 1897, com o intuito de manifestar que a maioria das populações das duas freguesias queria continuar no concelho de Águeda.

A comissão cumpria, assim, *«um dever indeclinável»*, uma vez que tinham grande força a apoiá-los, — *«a quase totalidade dos seus habitantes que não desejam, de forma alguma, separar-se do concelho de Águeda, onde estão muito bem, porque tem ali quem advogue com solicitude os seus interesses»*, escrevia Abel Gomes da Conceição e Silva, que fez parte dessa comissão e defendia a sua dama, isto é, a integração de Oiã no seu concelho.

bibRIA

As duas freguesias estiveram efectivamente bem representadas em Lisboa pelas juntas de paróquia, sobraçando um molho de folhas de papel com quase oitocentas assinaturas. A petição fora assinada por todos os membros da de Oiã, enquanto, da parte de Fermentelos, haviam assinado *«todos menos um»*.

No entanto, nem todos queriam manter-se no concelho de Águeda. Os adeptos da restauração do concelho de Oliveira do Bairro recolheram algumas assinaturas (cerca de duzentas), mas houve viciação em muitos casos. Da relação constavam *«os ausentes, os menores, os mendigos, as assinaturas falsificadas, as assinaturas repetidas e não sei se até as dos mortos»* — comentava padre Abel, que concluia: *«veja bem o valor político do extinto concelho de Oliveira do Bairro! Avalie bem a seriedade de carácter dos que se socorreram destes meios pouco dignos»* . Dirigia-se nestes termos a um dos defensores da outra parte, António Tavares de Araújo e Castro, que havia publicado no «Correio da Noite» algumas coisas menos exactas sobre o que se estava a passar. Mas pontificavam outros expedientes, como oferecer três *«tachos»*, só de uma assentada, como acontecera com Domingos António Branco, *«o que ele recusou nobremente, deixando em péssima condição o engajador de votos de taberna»*.

Padre Abel não se importava que fosse criado o concelho de Oliveira do Bairro, só não queria é que o fosse à custa da freguesia de Oiã e Fermentelos, chegando a comentar: *«Respeitem as nossas aspirações, se querem que respeitemos as vossas. Digo mais: Oiã tem mais direito a ser respeitada por Oliveira do Bairro, porque é a força»*.

Mas ele, que viera a terreiro, se argumentava com o facto de ter baixado a décima, apontava ainda que *«não há em todo o extinto concelho de Oliveira do Bairro um bacharel formado em Direito; não há gente à altura de formar uma vereação»*. Justificando a sua atitude, escrevia em 1 de Julho de 1897 que*«não fizemos mais do que acompanhar o movimento forte de simpatia por Águeda...»*.

Este desejo de Oiã pertencer a Águeda começara a manifestar-se com mais veemência por volta de 1885, [10] já que, em 26 de Abril desse mesmo ano, os habitantes de Fermentelos e Oiã moviam influências para a passagem para aquele concelho [11].

No entanto, a sua incorporação não era olhada nessa altura como oportuna e desejável pelos políticos locais, que argumentavam que *«o limite natural da comarca de Águeda é a margem direita do Cértima e estamos completamente perdidos, se, um dia, o nosso domínio for além desse limite.»* E isto tudo, só porque temiam que, alargando o território, fosse criada, a norte, uma nova Comarca, a de Albergaria-a-Velha.

Em 1898, o partido Regenerador defendia a manutenção da Palhaça no concelho de Aveiro, enquanto o Progressista apoiava a medida governamental da sua transferência para o de Oliveira do Bairro. Em Janeiro de 1898, fez-se mesmo um grande comício em Aveiro, onde alguns oradores foram descomedidos. Era a luta partidária que fica bem patente neste naco de notícia: *«tem-se feito um grande ruído a propósito da questão chamada Palhaça. A oposição explora o caso sem modo, inventando trapalhadas que não se deram e espalhando notícias que são pura fantasia dos espíritos pequeninos que querem lançar a desordem e a anarquia...»* [11]

Depois da integração no concelho actual que foi a definitiva, não houve mais movimentos fortes a favor do regresso a Águeda. O mesmo não aconteceu relativamente à comarca. Em 1952, a freguesia esteve em vias de pertencer à de Águeda. Desde logo, a Junta manifestou desejo contrário e, aproveitando o descontentamento das gentes, foi elaborado um amplo abaixo-assinado. Manuel dos Santos Pereira, presidente da Câmara, rejeitou também essa ideia no que foi secundado pelo governador civil de Aveiro, Francisco Vale Guimarães, que se empenhou pessoalmente a favor da sua manutenção na actual.

DOCRIA

VILA

O único título que, por direito próprio, usufrui Oiã é o de vila, estatuto que lhe foi conferido pela Lei nº 42/89 de 24 de Agosto do mesmo ano.

Diz a Lei (publicada no nº 194 de 24.8.1989 do «Diário da República»):

«A Assembleia da República decreta, nos termos do artigo 164º, alínea d) e 169º nº 2 da Constituição, o seguinte:

Artigo único: A povoação de Oiã, do concelho de Oliveira do Bairro, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 30 de Junho de 1989.

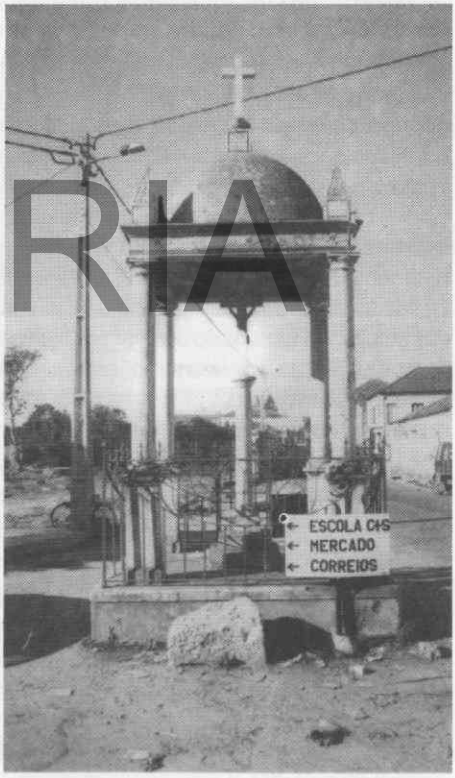
O presidente da Assembleia da República, Vítor Pereira Crespo.

Promulgada em 26 de Julho de 1989.

Publique-se.
O Presidente da República, MÁRIO SOARES
Referendada em 31 de Julho de 1989.
O Primeiro Ministro, Anibal António Cavaco Silva».

Por sugestão da Junta de Freguesia, a proposta da elevação a vila foi apresentada na AR pelo deputado do PS, Hélder Filipe, natural da Silveira. Invocava algumas razões, como: *«terra de gente laboriosa e bairrista, nos últimos anos, vem sofrendo um enorme crescimento, resultante de implementação de duas zonas industriais, que comporta e de uma próspera actividade comercial e agrícola»* e porque *«é, sem dúvida, uma terra de futuro»*, satisfazendo plenamente os requisitos exigidos pela Lei nº 11/82, de 2 de Junho de 1989.

1



2

1 — Cruzeiro de Oiã, antes de 1940 (com porta em madeira, cruz em madeira, que foi recolhida na igreja; em vez do gradeamento de ferro havia paredes que fechavam na cúpula; 2 - depois de restaurado, 1940.

biblRIA

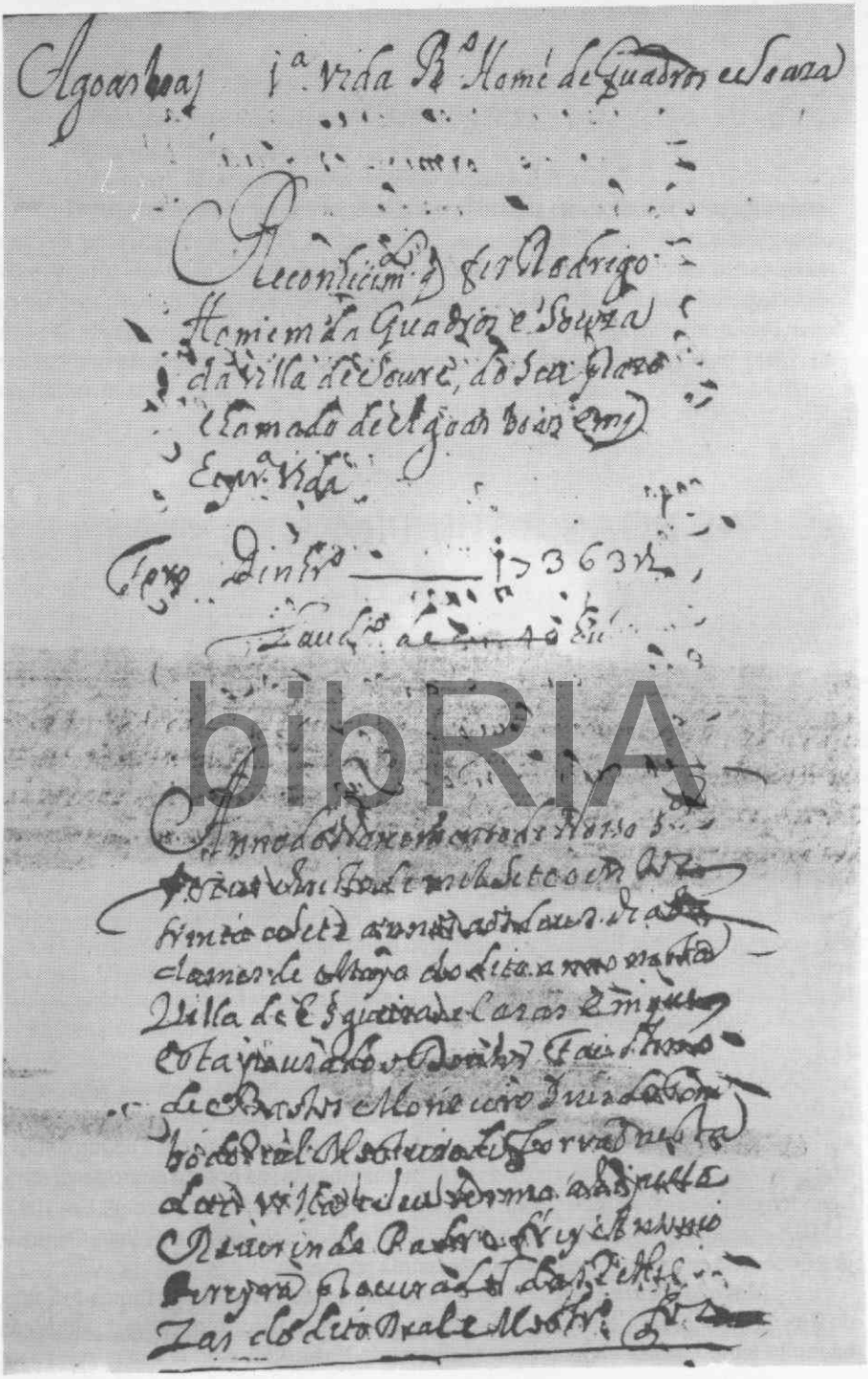
ÁGUAS BOAS E SEU PRAZO

bibRIA

ÁGUAS BOAS talvez seja o lugar de toda a freguesia cuja proveniência toponímica seja mais fácil de encontrar. Exactamente ao nível da água, límpida e boa. Portanto, tudo muito transparente. Quer o nome remonte aos romanos (*aquas bonas*), quer tenha nascido com a nacionalidade, a água não serve apenas para beber, é um generoso título, afinal. Daí que se entenda que no romance «Crucificadas», cuja acção decorre na Quinta do Salão, surja o seu proprietário, o senhor Bredford, com a tentação de analisar as águas para engarrafar e vender.

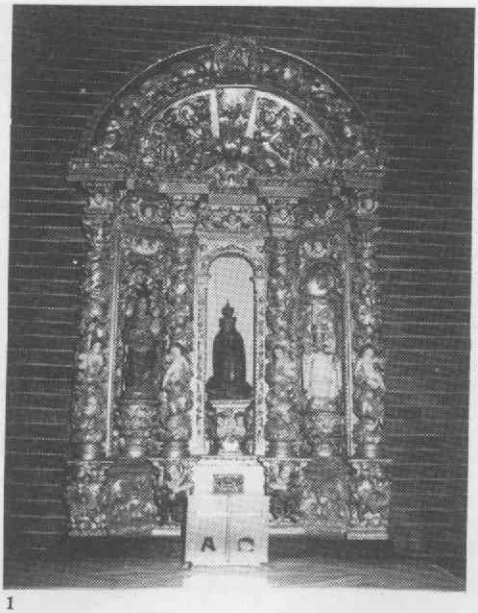
Ainda que tenha sido uma freirinha da Ordem de Nossa Senhora de Rocamador (que entrou em Portugal no tempo do conde Henrique, construindo convento em Sosa), a dar o nome à terra, esta anda sempre de veias escorrendo água. Um dia, passando a freirinha por estes sítios, na sua humanitária tarefa de dar apoio e assistência às gentes atacadas por pestes, encontrou água tão boa que logo disse para quem a acompanhava que eram *aquas bonas*. Terá nascido nesse momento pela sua boca o nome desta terra, ficando por desvendar se não seriam utilizadas também na cura dos enfermos. Em 1097--1110, segundo aponta M. de Almeida, autor da monografia «Sosa e as Suas Gentes», já a Ordem se encontrava naquela antiquíssima povoação.

Mas não era só a qualidade, também a quantidade de líquido (as fontes do Salão, do Rio, da Parede, das Colmeias, do Sobrado, das Piçarras). Em verões secos, ainda não há muito tempo, a elas vinham lavar mulheres de Nariz, Oiã, etc.



bibRIA

Cópia do documento do reconhecimento do Prazo de Águas Boas.



1

2

3

bibRIA

1 - Altar-mor da capela de Águas Boas; 2 - imagem de Stª. Margarida, séc. XV; 3 - Imagem de A Virgem e o Menino, séc. XVI.

1

2

3

4

bibRIA

1 - Casa solarenga do Salão; 2 - Marco da Casa de Bragança (Fontão), onde chegava o Prazo de Águas Boas; 3 - - Henrique F. Pinto Basto; 4 - padre João Martins Ribeiro.

1

bibRIA

2

3

1 - O que resta do antigo celeiro; 2 - Casa do Quartel-mestre; 3 - Casa do Beco.

Todas as fontes terão a sua história, mas quedemo-nos na Fonte do Rio. Porquê este nome, se nem fio de água há , a não ser a da própria bica ou a das chuvas? Simplesmente por este facto que se regista: há muitos, muitos anos, havia um braço da Ribeira do Pano que chegava aos Lagadouros, cansado no verão ou mais pujante no inverno.

Embora Padre Manuel Caetano da Silva escrevesse que *«este lugar é o pobre pária da freguesia»*[12], Águas Boas já foi terra de certo modo importante, por via do seu Prazo — o Prazo das terras de Águas Boas e o sítio do Salão denuncia, de certa maneira, a existência remota de um solar ou casa importante. Essa casa era o celeiro existente para o recebimento dos foros que eram pagos em géneros de toda a espécie, *«todas as novidades que as terras davam»*. Ao celeiro impropriamente se terá passado a chamar Salão, por fazer naturalmente parte de uma vasta edificação, havendo, por isso, de denominar toda a zona que vai da actual Quinta do Salão e para poente da estrada que corre para o Carro Quebrado, até aos Cabeços, o que constituiria, séculos atrás, uma grande quinta, a Quinta do Salão.

O romance «Crucificadas», cuja acção decorre em parte nesta Quinta refere, historiando-a ou não, que tinha sido propriedade de um fidalgo, que nunca podia ter sido Henrique Ferreira Pinto Basto ou o seu tio Duarte, que fora tenente coronel e adido à Embaixada de Portugal em Paris.

Mas onde o celeiro?

Não é de recear situá-lo precisamente junto ao largo da capela. Dele restam de pé algumas paredes e telhado, com rés do chão e sótão e alguns anexos de um só água e de um só piso. Foi seu último proprietário, — do celeiro, casa de habitação e amplos logradouros, a norte, que eram protegidos por altos e espessos muros de pedra, — Albino Simões da Silva.

BIBRIA

O celeiro era composto por rés do chão e sótão, onde se multiplicavam alguns cómodos, no início deste século, naturalmente em resultado de uma transformação, pois o celeiro com os Liberais deixou de exercer o seu préstimo. Era local onde os lavradores iam pagar os seus dízimos e outras contribuições devidas ao município e, muitos anos atrás, aos senhorios úteis das terras, não só de Águas Boas, mas de todas quantas faziam parte do seu Prazo, o que era feito em géneros, galinhas *«boas de receber»* ou capões, alqueires de trigo *«bom e de receber»*,*«pão partido na eira»*, *«o vinho à boca do lagar e o linho no tendal»*. Eram os chamados foros.

A casa, senhorial, ficava nas traseiras, toda de cantarias feita, com bacias e lavatórios também de pedra com alguns desenhos. Era casa baixa, bem sólida e havia mesmo, uma estufa, onde, à entrada, havia uma flor de jarra pintada com estes dizeres: *«Vês com os olhos, não vês com as mãos»*. Era neste edifício, com largos e amplos armários de madeira embutidos nas paredes, que se refugiavam muitos mancebos que se esquivavam a servir o rei no Exército e se escondiam até que as forças se pusessem ao largo.

Tratar-se-ia de fidalgo ou do almoxarife, cobrador dos foros e impostos? Como quer que seja, ainda que algumas paredes e telhados resistam ao tempo, a história foi-se a golpes de picareta no entulho. Por outro lado, documentos não existem que atestem e reforcem esta tese.

Pelo que resta, verifica-se que é uma construção muito antiga, em pedra, de paredes robustas, sendo mais largas até sensivelmente à altura de 1,30. Nesse ponto, surgia uma fiada de tijoleira vermelha a todo o comprimento, assente ao través. A partir daí, as paredes metiam dentro um pouco e, subindo, davam azo à existência de um salão amplo, onde, aliás, a juventude chegou a fazer alguns bailaricos.

O local da sua construção terá tido razão de ordem jurídica, porque Águas Boas era a sede do Prazo e ali havia o largo, onde os lavradores poderiam deter-se, a fim de passar para o celeiro os foros. O celeiro acha-se hoje destruído com a implantação de uma casa de habitação no meio do seu corpo velho e decrépito.

O Prazo abrangia uma área bastante grande. Ocupava a maior parte da freguesia e, em 1564, ano em que é feita também a sua demarcação, Águas Boas tem juiz de órfãos. Era ele Simão Rodrigues, morador neste mesmo lugar.

Em consequência do Prazo que [13] remontava, no mínimo, ao século XVI, o ramo de Águas Boas ocupava e ocupa ainda hoje uma enorme e dispersa área. Em 1669, são habitados ainda os lugares das Juntas, Caniçais e Tronchão e aparece pertencendo à freguesia «Póvoa das Vessadas» e também o Ramalheiro, as Cimalhas. Caniçais, entretanto, despovoava-se, bem como a Póvoa do Tronchão. Das Juntas e dos moinhos, que foram também propriedade do Quartel Mestre, resta um casal e a memória. Foram afrouxando com o advento das atafonas e com a falta de forças do último moleiro, Francisco Vinagre.

O PRAZO

bibRIA

O prazo de Águas Boas (ou as terras do prazo de Águas Boas, como mais frequentemente se acha, especialmente nos tombos de medição e demarcação da Ouvidoria de Ouca, com que fazia limite, a nascente), pelo menos existia em 1564.

Em 1732 — altura em que, na vila de Esgueira, estando presentes o provedor doutor Faustino de Bastos Monteiro, juíz de tombo e o procurador das religiosas do Real Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, era seu enfiteuta[14] Rodrigo Homem Quadros de Sousa, da vila de Soure, que pagava foro ao seu directo senhorio, o Real Convento de Lorvão que era assim o verdadeiro dono das terras que do prazo faziam parte. Porém, em 1775, já o enfiteuta era outro, embora da mesma família. Chamava-se Pedro Fabião de Quadros de Sousa, fidalgo da Casa Real, também natural de Soure e, nesse ano, era seu bastante procurador o capitão Manuel Martins da Maia, da chamada Quinta dos Carris [15]. Foi nessa qualidade que esteve presente na demarcação das terras da Ouvidoria de Ouca que faziam fronteira com as do prazo de Águas Boas de que era dono útil o tal fidalgo da Casa Real. Isto aconteceu aos 30 dias do mês de Janeiro de 1781, no sítio da Casa Velha, do lugar do Sobreiro. As propriedades da dita Ouvidoria ficavam para dentro da estrada velha, que seguia para Coimbra, porque aí acabava a medição da Ouvidoria de Ouca com a vila de Sorães. Foram louvados Manuel de Oliveira Gaspar, do lugar de Ouca e Manuel da Silva, do lugar do Sobreiro.

Efectivamente, a 2 de Maio de 1732, Rodrigo Homem de Quadros e Sousa,

senhorio útil do prazo de Águas Boas, jurando de mão pousada nos santos Evangelhos, declarava reconhecer por directo senhorio do prazo o Real Mosteiro de Lorvão e apresentou pergaminho onde constava o foro e demais obrigações, feito e assinado em público por Manuel Figueiredo, tabelião do dito prazo, a 29 dias do mês de Setembro de 1715.

O prazo englobava os seguintes lugares: Águas Boas, Carris, Oiã, Seara, Silveira, Malhapão e Pedreira, Tojeira, Vila Nova, o lugar de Nariz, o de Vessada e o Ramalheiro. Mas repare-se nas suas fronteiras: começava na ponte das Vessadas, seguia a veia de água até ao Fontão, onde estava um marco que dividia o termo de Eixo e o de Aveiro e o de Esgueira, depois voltava a sul e seguia a estrada que vai para Coimbra, abrangia o Cabeço do Areeiro e chegava, ainda pela mesma estrada, ao lugar do Sobreiro, onde estavam três marcos: um da vila de Esgueira, outro de Recardães e ainda outro da vila de Sosa. Atingia o Porto da Sanguinheira, passava pela Póvoa (?) e envolvia o Grou, onde estava quebrado um marco de Esgueira que era do Real Mosteiro de Lorvão e ainda outro de Recardães. Dali seguia para o Portinho, onde havia dois marcos: um que dividia o termo de Oliveira do Bairro e outro que dividia o concelho de Esgueira. Passava pelo Ribeiro e chegava ao lugar da Seara, seguindo para norte onde estava um marco e chamavam Copeiro. Depois o traço da fronteira deixava para trás a Fonte Lioza e chegava à Póvoa da Marinha, onde havia um marco pequeno e dali seguia direito ao Cabeço Vermelho, baixando até às Aguieiras (Rego) onde se dividia o termo de Aveiro e o de Óis da Ribeira e, prolongando-se a linha, voltava-se à ponte das Vessadas.

As terras eram emprazadas, nessa altura, por três vidas, e Rodrigo Homem de Quadros e Sousa era a primeira vida. No entanto, nomearia, antes de morrer, a segunda e a segunda nomearia a terceira da mesma forma. Os inquilinos que faziam as terras pagavam de foros, rações e mais pensões e laudémios, na forma do prazo antigo, um total de 16.363 reis, no dia de S. João Batista. (Os foros eram pagos em géneros: milho, trigo, vinho na adega e milho na eira, galinhas ou capões, tal como aparece nos documentos relativos aos aforamentos da parte ribeirinha da freguesia. Por outro lado, os foros em Perrães, Silveiro e Gesta eram pagos *«por dia de S. Miguel de Setembro»*).

Algumas obrigações tinha o senhorio útil, tais como: trazer limpas e cultivadas as terras, mas sem nunca as poder vender, trocar ou alienar sem ser apresentada proposta ao Real Mosteiro de Lorvão — *«se o quer tanto pelo tanto»* e *«sendo vendidas com sua licença»* lhe pagavam o seu *eiradega*, conforme dizia o prazo velho. Também uma outra exigência havia: é que, deixando de pagar o foro *«três anos contínuos»*, podia o dito Mosteiro lançar mão do dito prazo e *«dá-lo a pessoa que lhe parecesse»*. Todas estas cláusulas constavam do aprazamento antigo feito a António Homem, em notas de António Gouveia, tabelião na cidade de Coimbra, em 25 de Novembro de 1599.

Rodrigo Homem de Quadros de Sousa reconhecia, na vila de Esgueira o *«dito mosteiro por directo senhorio do dito prazo, terras, casais e lugares»* pelas confrontações e demarcações feitas e confirmadas.

Foram testemunhas do acto padre Agostinho Vieira, de Nariz, e Manuel Afonso de Miranda, da Vila de Esgueira.

biblRIA

Águas Boas era da jurisdição cível e crime e de direito do Duque de Aveiro.

Uma curiosidade mais: o nobre Rodrigo Homem de Quadros e Sousa tinha poder para cobrar as portagens *«que se pagavam nos ditos lugares, que dentro do dito prazo são do termo desta Vila de Esgueira... e que não só na dita demarcação acima se incluem os lugares referidos, mas outros mais e assim como algumas terras incultas»*, isto é: cobrava um certo tributo a quem demandava com mercadorias as suas terras.

Tal imposto era muito antigo no nosso país e variava de terra para terra, de concelho para concelho. O tributo incidia sobre as mercadorias em trânsito e aparece referido nos forais concedidos pelo Conde D. Henrique. Este imposto, como todos os outros, gerava muitas queixas, pelo que veio a desaparecer por completo nos últimos tempos da Monarquia.

A CAPELA

A Capela de Águas Boas sofreu pelo menos alteração no seu corpo principal. As paredes da capela-mor e as do corpo um pouco além da porta lateral estão em pedra e as outras na sua continuação já são de adobe, o que sugere que seria inicialmente uma espécie de ermida de Santa Margarida. No entanto, em 1607, ano em que aparece Simão Nunes como mamposteiro (pessoa que recolhia, nas igrejas, capelas ou ermidas, as esmolas), é já referida a existência da capela. O óbulo totalizou, 100 reis, conforme Livro 130 dos Rendimentos e Despesas, pag. 81.

biblRIA

O templo não tem nada de valor, a não ser o retábulo do altar-mor de colunas salomónicas, do século XVI. Em 1911 e no inventário que se fazia dos bens pertencentes à igreja, era-lhe atribuído, bem como às outras capelas, o valor de 500 mil reis (acta da Junta de Freguesia, de 6 de Agosto de 1911). Na altura, atribuíu-se o mesmo valor às capelas de Malhapão e Gesta, quando na verdade a capela de Santa Margarida dispõe de um pequeno tesouro de talha dourada. Se este foi adquirido directamente pelo povo, mandado trabalhar por artista sabedor ou se, efectivamente, veio da igreja paroquial, tal como decorre da tradição,eis o que não está claro.

O retábulo, pequeno, mas gracioso, tal o gosto do trabalho efectuado na madeira, é constituído essencialmente por quatro colunas retorcidas, a que se dá o nome de salomónicas, que, revestidas de troncos com folhas, flores e frutos, onde pousam alguns querubins, sustentam a leve cimalha sobre a qual pousa um arco concêntrico. Entre as colunas que se elevam, duas de cada lado, cosidas de talha dourada, bom trabalho de marceneiro que primou no esmero dos pormenores, existem dois pequenos dosséis, espécie de nichos, onde, em pedestal também de talha, pousam, do lado do Evangelho, a Virgem com o Menino, do século XVI, imagem renascentista de calcário, e do lado da epístola a imagem de S. Silvestre, de pedra, que chegou a ter festividade ainda em 1935, igualmente de tamanho pequeno e comum. Ao centro, num dossel que naturalmente sofreu qualquer grave mutilação, já que o fundo não é como nos outros de talha, mas tão somente de madeira pintada a azul, está a padroeira Santa Margarida,

apresentando ainda aos seus pés a cabeça da víbora dominada. Segundo o historiador de arte Nogueira Gonçalves, esta imagem pequena e de calcário é obra corrente do século XV. Pela festa que se realiza nos meados de Julho os mordomos penduram-lhe das mãos um frondoso cacho de uvas, ainda verdoengas a maior parte das vezes. Pode ser resquício de rito associado à fertilidade dos campos ou indiciar o tipo de cultura, a vinha que cobria o chão onde apareceu.

Corre a lenda de que terá aparecido no local ainda hoje chamado de Lavoura de Santa Margarida. Se lavoura já era, de Santa Margarida ficou, depois que aconteceu esse prodígio. Há muitos séculos. Todavia o rumor é tão vago e o clarão da aparição tão mortiço que não há quem pinte sequer esse quadro e muito menos quem indicie o tipo de gente interveniente, se crianças, se gente graúda, e qual o recado deixado. Seria nessa altura que foi construída a primitiva ermida de Santa Margarida? A curiosidade formiga-nos o pensamento...

De algum valor é ainda a imagem de Nossa Senhora das Neves, estilizado trabalho em madeira, que terá vindo da anterior igreja matriz. Como era também a da Santa Luzia que, imprudentemente, foi enriquecer a casa de um médico de S. João de Loure. Era de pedra, pequena e antiga.

Pela errada disposição das colunas — a primeira do lado do Evangelho faz par com a terceira, que devia ser a última do lado oposto e a segunda que devia emparceirar com a terceira, faz par com a do lado da Epístola, conclui-se que o retábulo não foi ali montado por mão de artista, antes por curiosos.

Isto significará que a obra de arte ali existente não será da primitiva ermida erguida em honra de Santa Margarida. Reforça esta afirmação o facto de a cimalha do retábulo, que é sustentada pelas quatro colunas onde pousa um arco, igualmente da mesma talha e estilo, apresentar, de um e de outro lado, cortes que não disfarçam a amputação ocorrida por o espaço então disponível ser um pouco acanhado. Tudo indica que haveria um outro arco superior e concêntrico relativamente ao existente, o qual assentava, por sua vez, em cimalha mais larga e, consequentemente, suportada por outras duas colunas salomónicas. A falta de espaço ditou a eliminação destas partes que, a terem-se mantido na íntegra, dariam à tribuna um valor incalculável e uma beleza ímpar. Não que à capela-mor faltasse largura suficiente, mas tal solução derivou do facto de ter sido emoldurada por outro retábulo de madeira sem significado, tosca e lisa, o qual veio a desaparecer na década de setenta.

Ao mesmo tempo, como se configura, haveria mais dois nichos com espaldares côncavos recobertos de talha dourada, onde assentavam outras tantas imagens, como possivelmente a de Santa Luzia, que não tinha altar próprio e andava avulsa.

Duas ou três hipóteses se poderão perfilar: ser o retábulo proveniente da anterior matriz de Oiã ou mesmo do Convento de Santa Ana de Coimbra ou de uma mais antiga igreja paroquial.

Analisando a primeira, afigura-se-nos o caso pouco plausível, se considerar-

biblRIA

mos que do livro «Portugal» consta que *«na antiga igreja só havia de notável a cadeira paroquial»*, o que era manifestamente pouco. A não ser que, nesse tempo, a talha dourada fosse considerada obra corriqueira e barata.

Por outro lado, não há documento nos livros de actas da Junta de Paróquia de então que diga que tal retábulo foi cedido pela igreja matriz à capela de Águas Boas. Ao contrário, pela acta de 3 de Janeiro de 1907, é deliberado que *«os dois altares laterais que ainda se encontram na antiga igreja fossem colocados na capela do lugar de Malhapão, desta freguesia, pois não se acham em estado de se colocarem na nova igreja»*. O mesmo aconteceu em relação a materiais que foram cedidos à igreja de Fermentelos ou arrematados em hasta pública. Tudo era escriturado. Mas quanto ao altar-mor da capela de Santa Margarida, nem uma linha.

Também podia ter-se dado o caso deste altar-mor ter vindo do convento de Santa Ana de Coimbra aquando do levantamento dos três altares laterais e da tribuna, do cadeiral e das pinturas renascentistas.

O padre Nogueira Gonçalves, no seu «Inventário Artístico» afirma que *«na igreja há duas capelas relativamente fundas, fronteiras, abertas nos flancos do corpo»* e conclui, que *«deviam ter vindo igualmente do mosteiro, aonde havia três capelas no corpo, das quais diz o monografista: «todas correspondem entre si na marcenaria dos retábulos»*. Ora pelos documentos de que dispomos e se transcrevem na íntegra, quando tratarmos da igreja, é elaborado um termo de entrega com data de 7 de Dezembro de 1897 *«para receber o altar-mor e dois laterais com todas as imagens e ornamentos que lhes pertencem existentes na dita igreja»* e exactamente na mesma data é elaborado outro termo de entrega para o padre Abel Gomes da Conceição *«receber um dos altares laterais»*, também com todas as imagens e ornamentos que lhe pertenciam. Não há dúvida de que são mencionados, por uma vez, dois altares laterais e o altar-mor e, por outra vez, outro altar lateral, o que vai de encontro à afirmação do monografista do Convento de Santa Ana de Coimbra de que havia três altares laterais. E desfazem-se as reticências daquele historiador quanto à sua proveniência.

Ainda que na igreja apenas existam dois altares laterais, que são iguais entre si, já não o são em relação ao da capela de Santa Margarida, cujo programa de festas de 1928 englobava corridas de bicicletas e de cavalos (!) e se prolongava por três dias. Foram mordomos, nesse ano: José Martins, Jaime André, Joaquim Matias e Joaquim da Carvalha, este da Pedreira.

Enquanto os altares das capelas laterais são ornados por quatro colunas, de um e de outro lado, e fecham no forro com quatro arcos concêntricos na continuação daqueles, já o altar da capela de Águas Boas, embora igualmente de talha dourada, mais leve na contextura, mas menos sólida, sem deixar de ser igualmente graciosa, possui ao todo quatro colunas salomónicas.

Por outro lado, se este altar tivesse vindo do Convento de Santana de Coimbra, através da igreja, não é muito plausível que fosse doado a quem quer que fosse, sem que

biblRIA

o facto ficasse registado em acta ou outro documento tanto mais que se tratava de uma importante peça da arte. A menos que o documento se tivesse extraviado — hipótese que não perfilhamos.

Postas de lado estas hipóteses, resta-no uma terceira via para a explicação correcta. Já que *«voz do povo é voz de Deus»*, aceite-se a tradição de que veio da igreja matriz. Simplesmente não terá vindo da anterior, onde não havia nada de valor, a não ser a cadeira paroquial, mas, sim, de uma mais antiga. Existe a força da tradição, mas ninguém precisa nem como nem quando. Se fosse da anterior, que foi derrubada na primeira década deste século, a memória colectiva era mais precisa.

À margem destas dúvidas, uma coisa é possível afirmar-se — é que a capela, pelo menos, é contemporânea da imagem. No século seguinte, no seu interior, são sepultados nossos antepassados e isso continuou a processar-se até 1887.

De idade mais recente é, sem dúvida, o cruzeiro, cuja coluna é de pedra de Ançã, praticamente lisa. Encontra-se a norte do templo e à ilharga do Solar do Quartel-Mestre, de que foi último dono Manuel Ferreira Caiado, já demolido.

O cruzeiro, com um maciço e quadrado pedestral, foi alcandorado num degrau de pedra, que por sua vez se acha incrustado num sopé mais amplo de adobe. Exibe esta inscrição, onde, certa é apenas data de 1687, data esta que diz da antiguidade do sopé, porque o cruzeiro, de uma só face, também de pedra de Ançã, é de construção posterior.

PIOA. FBENI.
JOA.EIO. FRS. PA
IO THOME. FDS - M
IO EMII ANTO FIZRA
1687 M.M

bibRIA

Naturalmente trata-se de referências a quem mandou construir o cruzeiro.

A norte do cruzeiro, como se disse, ficava o solar ou palacete do Quartel Mestre, que fora Domingos José Martins Ribeiro, natural de Randulfe, freguesia da Capela, arcebispado de Braga e que casara com Maria Mendes de Carvalho, dona de grande fortuna, natural da freguesia dos Covões, concelho de Cantanhede. Com outra irmã havia de casar seu irmão António José Martins Ribeiro.

Domingos José Martins Ribeiro, em 30 de Setembro de 1868, no lugar da Palhaça, fazia testamento a seus filhos — Domingos José, Francisco José, Albino José e António Martins Ribeiro, Ana Emília Mendes de Carvalho Coutinho e padre João António Martins Coutinho, residente em Lisboa e capelão do Batalhão de caçadores nº23, e todos herdaram, entre outras coisas, colchas de seda, pratas com armas, terras e pinhais, a quinta em Águas Boas, ao cruzeiro, mas também em partes iguais a casa da Palhaça, que fora *«estalagem para pousada dos viageiros e mudança e descanso das atrelagens»*, no dizer de Manuel Alberto Simões, in «A Freguesia da Palhaça».

Francisco Martins Ribeiro herdara, entretanto, também o título de Quartel Mestre. João ordenara-se padre e celebrava muitas vezes missa no solar, num oratório

grande, onde existia uma imagem de Nossa Senhora, muito valiosa, embora pequena. Quem conheceu a casa sabe que estava recheada de pratas. Padre João António Martins Coutinho veio a falecer a 17 de Março de 1907 e encontra-se sepultado no cemitério de Monte Crasto em Anadia. Por sua vez, o irmão Franscisco encontra-se sepultado em Oiã. Casara com Maria Batista Ferreira dos Reis, do lugar de Malhapão, ainda de tenra idade, em 1 de Março de 1857. Faleceu a 22 de Fevereiro de 1922.

Do casal nasceram, entre outros, José Martins Ribeiro, que chefiara repartição no Ministério do Interior e era dono da Quinta do Quartel Mestre em Labrengos (Covões, de onde era natural sua mãe) e fora proprietário da Estalagem da Malaposta (hoje restaurante Pompeu dos Frangos)

Menos afortunado foi o João, dono da Casa do Beco e da Quinta do Carro Quebrado. A casa do Beco de quatro águas denunciava pelos padiais e umbrais das janelas em granito e portas um certo desafogo financeiro, mas o dono havia de morrer relativamente novo na casa da Malaposta.

Com a morte de Manuel Ferreira Caiado, o solar deu lugar a um novo prédio e os herdeiros desfizeram-se do seu recheio, nomeadamente de imagens antigas. Igual sorte teve uma outra peça de grande valor, um cavalo branco de fina porcelana, apesar de orelha derrubada por maus tratos e descuidada velhice. Tinha vindo da Estalagem da Palhaça. Hoje, cavalga no olhar das pessoas numa praça de Setúbal. Era o símbolo de um tempo de viagens feitas em diligências puxadas por cavalos.

biblRIA

O largo onde está implantada a capela inicialmente, tudo o indica, era chão de oliveiras. Ainda na década de cinquenta, existiam dois exemplares: uma oliveira atrás da capela-mor, a nascente, e outra a norte. Eram chamadas oliveiras de Santa Margarida e foram arroladas mais tarde a favor do Estado. Os frutos, se não havia doença, eram vendidos, revertendo o proveito a favor da mesma capela. Com o carregar dos anos, convenceram a comissão da capela a deitá-las abaixo.

No princípio do século XVIII assumia a responsabilidade pelo culto e alfaias a confraria chamada de Santa Margarida. As receitas e despesas eram lançadas em livro próprio, cujo termo de abertura foi feito em 25 de Agosto de 1809. Nesse termo se lê: *«Este livro há-de servir para a capela, digo, para os mordomos da Capela de Santa Margarida do lugar de Águas Boas, termo da Vila de Esgueira, desta comarca, fazerem o lançamento da receita e da despesa da Confraria da mesma capela e vai todo por mim, José António Mâncio da Costa Ubaldo (?), provedor da Comarca, numerado e rubricado»*... No ano de 1809 foram mordomos: Sebastião da Cruz, Manuel Benedito, Sebastião Lopes e dois homens solteiros, Manuel e José. No ano seguinte foram: Sebastião da Cruz, Manuel Inácio, José Francisco, Sebastião Lopes e Manuel Caetano de Oliveira. Nesse ano de 1810, tiveram uma receita de oito alqueires de milho (640 reis), cebolas (300 reis), linho (850 reis) e em dinheiro 13.915 reis. Na rubrica de despesas é registado: *«deram para a festa da mesma Santa a quantia de 5.120 reis; deram para a missa de S. Silvestre, 360 reis; deram mais para o registo do livro 975 reis, deram por este livro e tabelião 1640 reis»*. De registar que, no ano de 1817 entre os mordomos, António da Cruz, Manuel Francisco, António dos Santos, o Novo, Manuel Lopes,

Jerónimo de Mello, Manuel Caetano dos Reis e José Nunes da Mota, figurava José Pedro de Mello, filho de Dr. José de Mello, *«e natural das Cimalhas de Águas Boas»* (assim reza a nota de lançamento no livro de baptizados) que casara com uma senhora da cidade de Aveiro, de nome Josefa.

A propósito do lugar das Cimalhas, diga-se que foi habitado no século XVI. Em muitos documentos compulsados, também é chamado de Póvoa das Cimalhas. Ali viveu gente, debruçada sobre o pequeno vale, naturalmente fértil onde corria água para os moinhos e a rega das terras. Entre silvas ainda hoje se vêem vestígios de paredes de adobes, estas naturalmente mais recentes. O seu último morador, com quinta, foi o padre Manuel Domingos Portugal, natural do lugar de Malhapão e dono de casa de Manuel Lopes da Maia (nas Relvas).

No recenseamento do ano de 1758 vem mencionada a Póvoa das Cimalhas com cinco vizinhos ou casais, menos um casal do que a dita Póvoa do Tronchão e Caniçais e englobando as Juntas, zona onde funcionaram moinhos de água. Nas Juntas a nascente ficavam os Moinhos Velhos na chamada Quinta do Noro e ultimamente pertencentes a António Gabriel.

Porém, decorrido um século, em 1867, já as citadas aldeias não aparecem individualizadas no recenseamento, ou porque incluídas todas no ramo de Águas Boas ou, o que é mais natural, porque tivessem desaparecido por motivos de isolamento, longe das vias de comunicação. Os riachos deixavam de ter a importância que haviam granjeado ao longo dos tempos, como a primeira força motriz para alimentação também das primeiras indústrias de moagem, se é correcto dizer-se assim.

O ramo de Águas Boas era assim pelo menos no século XVIII, o único que dispunha de uma confraria, ao lado das confrarias de âmbito paroquial. Era a Confraria de Santa Margarida, cujos membros eram eleitos no início de cada ano. Possuía um livro de notas e por ele se verifica que estava erecta no ano de 1809. É através do mesmo e dos seus rendimentos que se conclui pelos produtos agrícolas que abundavam nesse tempo. Eram o milho, o trigo, o linho, o vinho e o azeite. Pelo menos eram estes, os que mais se ofertavam para o governo da capelania. A batata é de cultivo mais recente.

Hoje festeja-se apenas a padroeira Santa Margarida. A festa vem já do século XVII, isto pelo que consta no inquérito de 1721. Embora não acorressem devotos, o povo não a dispensava. Também o papa S. Silvestre teve honras semelhantes conforme é enunciado no Livro de Contas da Confraria de Santa Margarida no ano de 1848. Na década de trinta ainda não se tinham apagado essa devoção e brio. Mas, como as gentes começaram a pegar-se mais a Santo António, a que recorriam por males seus e dos seus animais domésticos, especialmente os porcos, o taumaturgo de Lisboa acabou por ter também festividade no mês de Junho, enquanto que a de S. Silvestre era no primeiro dia do ano. Em 1939, a mordomia de Santo António foi constituída por Manuel Domingos da Cruz, Juiz; Manuel Martins Duarte Novo, secretário; Policarpo Caetano da Silva, tesoureiro; Francisco Simões Dias, Joaquim Nunes Mota e João Nunes Mota Carlos, mordomos. A mordomia mantinha assim o organigrama da extinta Confraria.

O material utilizado na construção da capela foi a pedra calcária, também o

biblRIA

adobe. Manteve-se uma aproximação de estruturas com a capela da Gesta, de paredes robustas, estruturadas também na mesma pedra, incluindo a sacristia e com arco transepto em tudo semelhante. Porém, com o decorrer dos tempos e o aumento demográfico, a capela sofreu algumas transformações e acréscimos. Um dos acréscimos foi a torre, construída no final do último século pelo mestre Manuel Mota, alcunhado de *Beato das Cabras* no fim da vida. Manuel Mota caíu da cúpula sem que sofresse dano de maior, somente, partiu uma perna. E, como a comissão se negou a pagar-lhe qualquer indemnização, o homem jurou que não punha mais os pés na capela nem colaboraria com donativos, o que cumpriu. O chão à volta da torre estava atapetado de palha e fora o que valera. *Beato das Cabras* morreu com perto de cem anos e era um real contador de histórias, enfiado no seu surrado gabão à volta do borralho. Vivia sozinho e alimentava-se de porcos que morriam vitimados por qualquer doença em casa dos lavradores que, em vez de os darem ao chão dos seus quintais, levavam-lhos ao seu tugúrio, onde algumas cabras lhe afugentavam, cabeceando-lhes os canelos, as nuvens da solidão do velho.

Contador de histórias, as crianças das escolas, pelos anos quarenta, visitavam-no, amiudadas vezes, até porque já corria, com ou sem razão, que não lhe repugnava matar ratos e comê-los. Um dia teve de ser operado e tratado no Hospital de Águeda. Dr. António Breda, que era seu director, depois de o ver curado, deu-lhe alta, mas, em conversas com o construtor da torre, o ilustre cirurgião foi-lhe achando graça e Manuel Mota acabou por ficar mais algum tempo. Nesta época as pessoas, gravemente doentes, eram transportadas nas carroças ou carros de bois aos hospitais. Em casa, alguns eram tratados com sanguessugas, que lhes chupavam o sangue estragado.

Outro restauro sofreu também o forro da capela. Respigamos da «Soberania do Povo» de 30 Setembro de 1939: *«Terminou a pintura do forro do coro e púlpito e frestas da capela de Águas Boas que nos dizem ter ficado coisa boa. Manuel Caiado ofereceu, por favor, todas as madeiras e tábuas para os respectivos andaimes»*. Fizeram parte da comissão de restauro: Manuel Carvalho, Manuel Jaques, Manuel Arrais (Pedreira) e padre Manuel Caetano da Silva.

Outras obras se fizeram, no interior (azulejamento) e no exterior, dado o aspecto algo degradado do templo, na década de cinquenta. Porém, em 1975 ficou revestido a azulejo, estilo século XVII, todo o seu exterior, altura em que foi implantado no baldio do Carro Quebrado e no topo norte um cruzeiro sextavado, em pedra de Ançã, com o hemisfério sustentando uma cruz.

BAILE DAS MERENDAS

Nos limites de Águas Boas ainda hoje se dá continuação a uma tradição que remonta a séculos atrás. É a festa do Ribeiro da Palha. Só que hoje os acordes das orquestras se espraiam pelos caramanchões das marinhas maninhas, completamente abandonadas, feitas paul, depois das grandes sagas do arroz. Naquele tempo viam-se vacas enterrando-se até ao ventre e homens sujos como lobos dos pântanos no amanho das terras para a plantação da gramínea. Nas ceifas pontificavam também as serranas

DORIA

que vinham alugar os braços, pela Senhora das Febres de Perrães, emprestando o esforço e as vozes e ombrando com os homens na safra. Mas desse tempo restam a tristeza, a memória. Os maiores proprietários de marinhas eram Manuel Martins Pereira (e depois seu filho António Martins Pereira), das Cruzes, Francisco Caetano da Silva e os Albuquerques, de Águas Boas.

Corre uma tradição segundo a qual este costume do baile das merendas nasceu de coisa simples e muito natural: da passagem por ali de ranchos de gente que provinha dos lados das Areias e se dirigia em dia de Nossa Senhora das Febres para Perrães. Ali repousavam uns, os mais carregados de anos, enquanto outros, de pé mais alceiro e arrastados pelas sanfonas, faziam o gosto ao pé. Isto tanto na ida como no regresso. Mas antes naturalmente acontecia o mesmo, quando os ranchos iam à ermida de Nossa Senhora dos Envendos, sita no Rego do Espinheiro. É uma tradição muito antiga. Realizada exactamente no dia das festas de Perrães (8 de Setembro), ninguém foi capaz de a mudar para outra data, apesar dos esforços feitos nesse sentido. A antiguidade foi argumento de peso e decisivo.

A tradição, ainda que escassa e confusa, aponta também para a existência de uma capelinha construída pelas gentes de Nariz mais ou menos no local onde hoje se realiza o baile das merendas, com gentes espraiadas pelos pinhais e caramanchões e armadas com variados farnéis. As gentes de Nariz sempre disputaram o direito de fazer a festa. Mas a capelinha terá existido durante pouco tempo, pois que os de Águas Boas, enchendo-se de razões e brios e considerando-a edificada no seu território, foram ao Ribeiro de Palha e escaqueiraram-na. Seria dedicada a Nossa Senhora das Febres, à semelhança do que acontecia no Rego do Espinheiro, pois que, existindo ali também pântano, não admira que algum paludismo e febres (sezões) por lá abundassem. Ou tudo isto não passará da transposição, minguada, do caso da Senhora das Febres passado entre as gentes de Fermentelos e de Perrães? E, se os romeiros iam para o Rego do Espinheiro, por que não fazer ali uma ermida dedicada exactamente à Senhora por quem tinham tanta devoção por via das sezões? Se folguedos já havia... faltava só a ermida de cuja existência ainda fala alguma memória. A não ser que, séculos atrás, aquele local também fosse habitado, à semelhança — e só para seguir a mesma linha de água — do que acontecia com o Cabeço, Juntas, Tronchão e Caniçais, uma vez que não falta quem afirme isso mesmo. Mais difícil será dar o mínimo crédito à existência de uma *cidade romana* (?), como corria transmitido de geração em geração, ainda no século passado, à lareira das gentes do lugar do Ramalheiro. A ser assim, talvez a aldeia tivesse a sua ermida dedicada à Senhora das Febres. Inclinamo-nos para a primeira versão, até pelos restos de telha antiga que, se não iam à cana dos pescadores pelas valas, não deixavam de colocar uma interrogação ou possivelmente uma pista.

Às bailatas dos romeiros de passagem para a Senhora das Febres, mais tarde, no dobrar do século e por este dentro, outro hábito se acrescentou: o das merendas.

No fim da safra do arroz, exactamente no dia 8 de Setembro, todos os anos, naquele dia à tarde, Manuel Martins Pereira, que era o grande *barão* das praias de arroz na área, começou, na alegria da colheita, a proporcionar uma esmerada merenda aos seus trabalhadores. Continuou esse bom costume seu filho António Martins Pereira, que carregava os carros de belos petiscos, incluindo leitão assado, que era bem regado por

bibRIA

vinho de excelentes vapores, tão do agrado de todos, à excepção de algum abstémio. Só este não se cansava de gabar as qualidades da água da Fonte do Sobrado, do lado nascente, que jorrava da suave encosta. As suas qualidades já haviam sido reconhecidas, muitos anos antes, (1810) pelas tropas francesas quando, em grupos dispersos, se acoitavam por muitas terras da Bairrada, depois do desaire sofrido na batalha do Buçaco, rapinando e desvastando. Tinham, no entanto, real preferência por adegas, celeiros e igrejas.

Depois veio o tempo do baile com orquestras, cada um levando o seu farnel, não já em contentamento pela safra do arroz, que não deixou rasto, mas dando continuidade a um ritual campestre que se realiza nos montes sobranceiros ou pelas marinhas atapetadas de ervas rasteiras. Muitas décadas atrás, não faltava a arruaça, a desforra, e por vezes, estralejava ali uma pistola, faiscava uma faca ou estoirava um bom bordão. Muitas vezes, por causas complicadamente simples: as raparigas.

AS SENHORAS DA QUINTA

Águas Boas não foi terra habitada por gente de nobre linhagem. No entanto houve algumas pessoas importantes. É o caso de Duarte Ferreira Pinto Basto, era o caso da família das senhoras da Quinta. Duarte Ferreira Pinto Basto foi um dos donos da Quinta do Salão. Era pessoa com um *curriculum* brilhante: adido à delegação de Portugal em Paris, tenente coronel do 19º Batalhão da Armada Nacional (1834) e sócio da Fábrica da Vista Alegre. Foi mesmo seu administrador de 1856 a 1861. Nasceu no Porto na freguesia de Santo Ildefonso em 23.1.1803 e casara em Lisboa com Marcelina Rita da Costa. Era irmão de José Ferreira Pinto de Basto, da Quinta do Silveiro [16].

bibRIA

Um dos filhos do casal, José Ferreira Pinto Basto e Bárbara Inocência Felicidade Hallen, foi Henrique Ferreira Pinto Basto, que estudou em Oiã e em Coimbra, e também em Inglaterra, onde cursou Contabilidade e Matemática. Homem culto, cultivando e amando a língua inglesa e gostando de debicar o latim, regressado a Portugal, entrou no Ministério das Obras Públicas. Interveio na construção de vias férreas (mais tarde teve um papel importante na criação do apeadeiro de Oiã) e de estradas. Montou escritório em Lisboa quando já iam longe as deslocações de burro (carregado de libras para pagamento ao pessoal...), acabando por se dedicar só a fazer empreitadas. Foi autor de projectos de várias pontes. Nascido em 2 de Fevereiro de 1841, veio a falecer em 21 de Janeiro de 1924. Encontra-se enterrado no cemitério de Oiã.

Na segunda metade da sua vida, fixou-se mais por Águas Boas, repartindo-se, então, entre a política (militava no Partido Progressista, a par dos Mellos de Águeda) e os trabalhos da sua competência. É assim que, em 1896, com a passagem da freguesia de Oiã para o concelho de Águeda, assumiu, ainda que a muito custo, a vice-presidência da Câmara (não presidência porque, embora muito instado pela vereação, a isso se furtou sempre).

Em 1907, *é «condutor de obras públicas»*. Naturalmente nesta qualidade, foi ele quem, a pedido do Conde Sucena, elaborou a planta da vila de Águeda. Nesta missão

revelou-se um *«zeloso administrador dos negócios municipais»* e *«um conselheiro tão ilustre e cidadão tão honesto»*. Fez o trabalho da planta *«com tal desinteresse e solicitude»* que isso lhe mereceu da parte da Câmara um voto de louvor. Uma notícia de jornal indica que ele próprio gratificou do seu bolso o empregado que o ajudara a fazer o serviço.

Em 1909, era chefe da Secção de Serviços Fluviais e Marítimos no Distrito de Aveiro e, como tal, procedeu à vistoria da nova ponte da Murta sobre o rio Cértima. Henrique Ferreira Pinto Basto usava o caminho dos Clementes para seguir para Aveiro, já que no seu tempo *«era uma espécie de estrada por onde até poderiam transitar seges»* (isto é, coches antigos de duas rodas e cobertos).

Do casamento com Maria Inácia da Assunção Silva , da freguesia dos Olivais e falecida em 20 de Novembro de 1942, houve oito filhos: Jorge, Elvira (que padecia de doença mental), Henrique, Maria José, Nuno, Georgina e Cecília (esta viva no fim do ano de 1990). Maria José ficou solteira e Cecília casou com Armando Esteves, militar de carreira, que morreu com o posto de major. Por sua vez, Georgina casou com Feliciano José Rodrigues Soares, de Aveiro, que, em curto espaço de tempo, perdeu a mulher e a filha de tenra idade. Da experiência amarga sobrou-lhe o romance «Crucificadas», publicado dois anos após a última morte (ou seja em 1915, no Funchal para onde ele se deslocara na esperança de encontrar cura para a esposa[17].

Maria José e sua mãe Maria Inácia eram as chamadas senhoras da Quinta, embora esse estatuto pudesse abranger todas as outras, nomeadamente Cecília. Como tal, usufruíam de um lugar privativo na capela do lugar. Esse lugar, com uma balaustrada de prumos torneados a preceito, limitando espaço do lado direito que ninguém ousava ocupar, dispunha de cadeiras estofadas e genuflexórios de igual estampa.

BIBRIA

Feliciano Soares exalta nas páginas de «Crucificadas» a virtude da gente simples, a beleza campestre, a candura das meninas da Quinta. Pode dizer-se que é uma «Morgadinha dos Canaviais», simplesmente o título é outro, como é outra a arquitectura do romance em relação ao de Júlio Dinis. Mais pobre.

O ambiente é descrito minuciosamente. Não lhe passou despercebido o mangericão que ataviava os romeiros, armados de violas a chocalhar a caminho das festas. De chapéus, os moços, e de blusas de chita grosseira as moças, que ele adjectivava de folgasãs. Desenha floridos dias de aromas silvestres e a meia dúzia de casais que se estendiam à roda da Quinta dos Palhais, perdão, da Quinta do Salão. É que parte do romance decorre na Quinta do Salão, sita em Águas Boas, terra que ele classifica como uma *«aldeiasinha risonha, alegre, jovial, aonde vivem outros mundos, que mundos de amor são também»*, para concluir que é, neste torrão, que se erguia, por entre rosas e heras, a Quinta dos Palhais, que é a verdadeira recriação da Quinta do Salão, não a conhecesse ele do tempo de namoro com uma das meninas da Quinta, a Georgina.

«A velha casa, abrigo de corujas, dominava uma extensa e desprezada fazenda, conhecida nas redondezas pela Quinta dos Palhais, nome tirado, talvez, do facto de existirem ao fundo da propriedade uns terrenos encharcados, aonde crescia uma

espécie de junça, utilizada, depois de seca, para cama de gado» — descreve Feliciano Soares.

A Quinta tinha os seus trens, as suas espingardas, os seus cães, o que o levava a dizer que era uma vivenda ideal, devendo passar-se *«ali um tempo admirável»*. Era isto a Quinta do Salão, perdão, dos Palhais, de que, então, era dono Henrique Ferreira Pinto Basto (no romance, é o engenheiro Bredford).

A aldeiazinha da Quinta dos Palhais pertence a uma freguesia da qual dista *«um tiro de espingarda»*, dizia o romancista. Atribuíu-lhe o nome de Bemposta e justificava-o, porque *«o verdadeiro nome não importa ao leitor»*. Oiã, ou melhor Bemposta, era *«toda formada de casas de lavradores e com uma bela vivenda, fronteira à igreja que servia de habitação ao vigário...»*

Para Feliciano Soares, a Quinta fora outrora de um morgado, que senhor de grande fortuna se arruinara com negócios de gado com a Inglaterra. Depois veio a pertencer a um lavrador de nome António Tomé, que, cheio de dificuldades e dívidas, acabou por vendê-la a um engenheiro do caminho de ferro, de nome Augusto Bredford.

Onde a prosa lhe sai mais forte é quando pinta cenas da aldeia, como a hora da última refeição (a ceia), o caldo verde fumegando nos pratos e sorvido sofregamente por *«goelas ásperas pelo pó das terras, queimadas pelos raios do sol que batera em chapa"*› Quando a aldeia de Águas Boas lhe causa algum espanto é à noite, porque as árvores pareciam-lhe *«ciprestes esguios a esconderem as casas brancas dos lavradores»*. De Abril canta o explodir da natureza: *«Os campos rebentam a compasso com os madrigais das camponesas alegres e coradas espreguiçando os nervos encolhidos no inverno (...) o céu é belo, de um azul doirado, muito vaporoso»*. Na Quinta dos Palhais é o sossego inebriante, é a quietude da casa, com uma sala de jantar muito alegre, não lhe faltando rosas pelas janelas nem móveis de vimes, o fogão, os quadros de caçadas nas paredes, o salão de visitas, *«fofo»*, enorme, a saleta de costura com longas cadeiras almofadadas — *«um todo simples, mas simpático, um conjunto fresco e a aconchegado»* — era assim a Quinta do Salão no dobrar do último século.

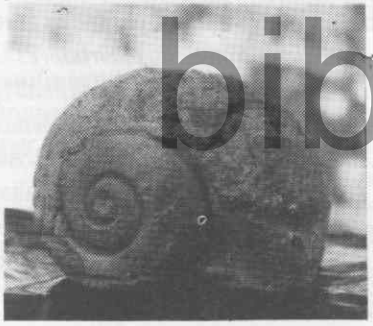
Do lado de fora do jardim, resplandeciam algumas acácias, enquanto, lá mais para o fundo, alastrava a sombra fresca dos canaviais.

Curioso é que o romancista fala de apelidos que ainda hoje subsistem no lugar de Águas Boas. Fala de uma Mariquinhas Ruas, *«lavradora rica, muito gorda e faladora e que, no entanto, sofria de falta de fôlego»*, de uma senhora Joana, que era mulher muito considerada e que valia às mulheres na hora das dores, como ainda houve outra, por muito tempo, a Ti Rosa da Venda, que viu nascer, ao longo da sua vida, meio lugar. Além disso, Joana era entendida em espinhelas caídas. Surge também a figura do carteiro, de buzina a tiracolo. Outros nomes como os de António Tomé e Manuel Tomé, apelidos que têm permanecido ao longo de muitos séculos, são figuras fugazes do romance. Aparece também a figura do vigário com casa a transbordar de presentes: eram *«boas galinhas, bons ovos, boa fruta»*, que também iam à feira dos 29 (da Palhaça).

bibRIA

1

3



2

4

bibRIA

1 - Duarte Ferreira Pinto Basto; 2 - Fóssil, com milhares de anos, em forma de búzio, encontrado na Quinta do Salão; 3 - Georgina Ferreira Pinto Basto; 4 - Manuel Mota (construtor da torre da capela).

Eis um quadro aldeão, mais concretamente de Águas Boas e sua redondeza, no dobrar do século, esquiçado no romance autobiográfico de Feliciano Soares, onde não faltou sequer um desfecho camiliano, com a fuga de um personagem para o convento.

Hoje, da verdadeira Quinta, restam as sombras. As paredes do solar levedam memórias em quadros, retratos, bibelôs, a música pingando do velho piano. Foi repartida pelos herdeiros, que se foram desfazendo do muito chão que era. De pé, o solar e os terrenos anexos, hoje pertença de Henrique Pinto Basto Esteves, ainda falam alto da antiga abastança senhorial.

CARRIS, INICIALMENTE CARRIL

bibRIA

CARRIS, inicialmente o lugar do Carril, como vem nos documentos antigos, pelo menos, a partir de 1600, não é, efectivamente, uma terra de recente implantação. Será contemporânea de outras terras, como Águas Boas ou Oiã, que acompanhou no seu evoluir através dos séculos. É mesmo natural que tenha nascido mais a norte.

A palavra Carril fala de antiguidade, como também Parada, a sul. Recorda uma passagem estreita para carros que usufruía de uma paragem para homens e bestas e se situava nas imediações do caminho da Faia. Hoje a zona chamada de Parada envolve aquela antiga via principal, alongando-se mais para sul.

Foi o pároco António Caetano do Vale que, em 1754, passou a escrever nos documentos Carris e já não Carril, como se fazia anteriormente.

Carril, o tal caminho estreito, em oposição às grandes vias romanas, seria ponto de passagem obrigatória para Aveiro nos tempos em que, na Ribeira do Pano, não havia qualquer ponte a abraçar as duas margens. Quer o carril se situasse no agora chamado caminho dos Clementes, quer um pouco mais para nascente ou para poente ou em outro ponto intermédio, a verdade é que tudo aponta para que fosse passagem obrigatória para demandar Aveiro, na direitura do Poço da Dorna, no Ribeiro da Palha. Seria aqui que ficaria a passagem para todos quantos da freguesia ou fora dela, de muitas outras

freguesias da Bairrada, queriam demandar a vila de Aveiro, Costa do Valado, etc.

À semelhança do que se passava relativamente às grandes vias romanas (por exemplo, a que passava por Paradela, Barrô, Aguadas e seguia para Coimbra), que tinham, ao longo do percurso, pontos de paragem para descanso ou mudança das bestas, as chamadas paradas ou paradelas, que haviam de baptizar algumas futuras povoações, também no caso deste Carril havia a sul a Parada (paragem). Como dissemos, situar-se-ia no cruzamento com a antiga estrada que vinha da Palhaça e seguia para poente, Oiã, Perrães e Águeda, pela Faia. Na Faia era a paragem dos carros, das bestas e dos homens que seguiam para norte ou sul ou outros locais. Dessa função e época sobrou ao sítio o nome de Parada, que continua a figurar nas matrizes.

Da Faia restou-nos também, embora que esfarrapada e ténue, a tradição de que, em virtude de ser outrora uma gândara espessa de pinheiros, que se compactava com manchas de faias, por ali se fazia justiça que custava uns vergões nas costas ou nas pernas dos que tinham mão ligeira para o alheio ou lambiscavam amores considerados ilícitos. As faias deram o nome ao sítio. Ainda que um homem gritasse por Belzebú ou por Deus, tanto valia, pelo que cada um ali tinha que ouvir a sentença e suportar os castigos. As faias forneciam as *«varas da justiça»* que se amoldavam ao dorso da vítima que prestava contas velhas ou recentes, ou às pernas do simples pilha-galinhas. Ladrão que fosse apanhado em flagrante na zona, era em segredo ali conduzido. Ali eram montadas emboscadas a grupos de outras terras e tiravam-se desforras. Era a justiça da Faia, sem dúvida, de peso.

A festa local, que se realiza em honra de Santo António desde 1927, nem sempre foi feita à volta do actual templo, assoalhado só no início de 1940, ano em que os *«pobres barbeiros de Águas Boas, em número de quatro (!) foram coagidos a pagar 100$00 de indústria cada um, apesar de eles não terem talvez, mais do que meia dúzia de fregueses... Pobres barbeiros!»* - afirmava padre o Manuel Caetano da Silva na «Soberania do Povo». Antes existia uma capelinha, a norte da estrada.

A capelinha era pertença das Maias (Umbelina e Maria) e tão pequena, que nela mal cabia uma cama (que, aliás, chegou a ocupá-la nesses últimos tempos).

Porém, *«o santo rendia muito»*, segundo se exprime ainda hoje o povo, para significar as inúmeras promessas, pagas em pés de porco, porque Santo António é tido como o maior protector dos gados.

Mas se a capela era em honra de Santo António, a honra maior ia para as irmãs Maias que, em face dos bons proventos em promessas, não matavam suino, porque as ofertas em pés de porco e azeite eram bem generosas e compensadoras.

Realizaram a primeira festa, já sem a tutela das Maias, em 1927, Manuel António Camelo, Francisco Vilão, Estêvão Martins de Oliveira e Ismael Vieira.

Uma curiosidade: a separação dos Carris com o lugar de Cruzes é feita pela estrada. Assim, a correnteza das casas que se estende a poente pertence ao lugar das Cruzes, que, com os Pousios, Carro Quebrado e Pedreira — e antes também com o Ramalheiro, Tronchão e Juntas, — fazem parte do ramo de Águas Boas, enquanto as casas da outra faixa pertencem ao lugar dos Carris, que alargou a sua área de construção entre a capela de Santo António e a linha férrea.

biblRIA

GESTA
ANTIGO CENTRO RELIGIOSO

bibRIA

QUANDO se faziam os tombos da Ouvidoria de Perrães, à qual a Gesta pertencia, era nesta última localidade que pousava o juiz de tombo dos bens e rendas que pertenciam ao Real Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, da ordem de S. Bernardo. Assim acontecia no ano de 1731, em que fora juiz de tombo dr. Faustino de Bastos Monteiro , devidamente credenciado com a provisão de D. João, rei de Portugal.

Ao fazer-se um tombo, havia uma verdadeira informação dos lugares onde *«os bens partiam e confrontavam»* para o que se pedia ajuda a testemunhas antigas *«dignas de fé»* e aos louvados era dado o juramento dos santos evangelhos para que *«guardando em tudo o serviço do rei»*, fossem feitos tombos e escrituras, se metessem marcos e divisões *«naquelas coisas em que houver dúvida e de que as partes forem contentes e no que houver (...) determinar o que for justiça, dando apelação e agravo nos casos em que couber (...), fazer autos públicos com declaração da terra e propriedades que são dos lugares em que estiverem, das confrontações com que partirem, dos nomes das pessoas cujas terras foram e com quaisquer outras declarações que necessárias parecerem...»*

Em 1529 é feita uma tombação da Gesta e dos outros lugares da faixa ribeirinha, o que aconteceu nas casas de Gonçalo Fernandes, neste lugar. Em 1613 é feito o 2º

Termo de aprezentação dos titulos por parte
do Procurador do Mosteiro

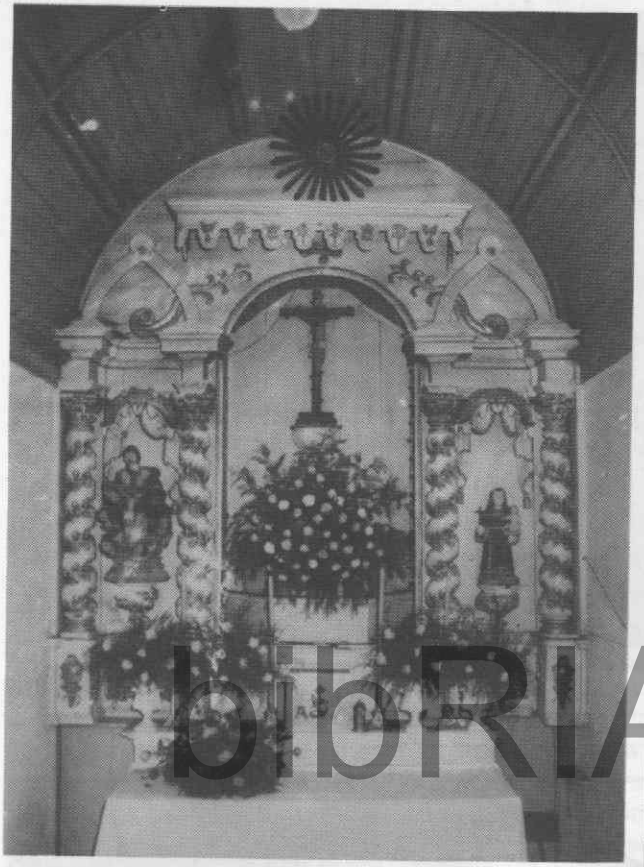
Aos trinta e hum dias do Mes de Julho do mil
e setecentos e trinta annos neste lugar da Gesta
termo da Villa de Alveiro e Caza em que esta
pouzado o Doutor Faustino de Barros Monteiro
Juiz deste Tombo Comigo escrivão Na faccam
delle ali a parecer o Reverendo Padre
Fr. Alvaro Coelho procurador do Real Mosteiro
de Lorvão e deste Tombo e por elle foi dito
que fora notificado por mim escrivão por man
dado delle Juiz para Aprezentar os titulos
que tivesse que fizessem a bem do dito Mosteiro
perante Clareza e Tombo a que satisfazia
Aprezentou o Reverendo Padre Requerendo
[illegible] e se lhe torna sem a en
tregar os [illegible] e elle Juiz a sim o man
dou [illegible] termo
que a [illegible] como dito Padre procurador
Matias Roiz da Silva escrivão do Tom
bo que [illegible]

Fr. Alvaro Coelho

Primeira Doação de Terraens e Nova

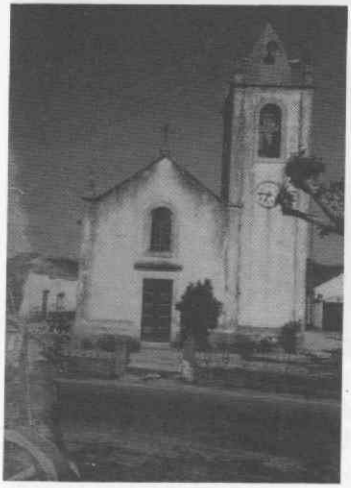
In nomine Sanctae et individuae Trinitatis Patris
et filii, et Spiritu Sancti amen. Antiqua temporis
institutione, et Juris debito Rationabilis Con Su-
etudo penes Omnes emersit ut factorum Series
Successum numerum fortunarum eventus Scripto
Comendetur. Commendata ab hominum memoria

Cópia do Tombo da Gesta, página 46, em que é feita a relação dos casais e suas obrigações com o Mosteiro de Santa Maria de Lorvão.



1

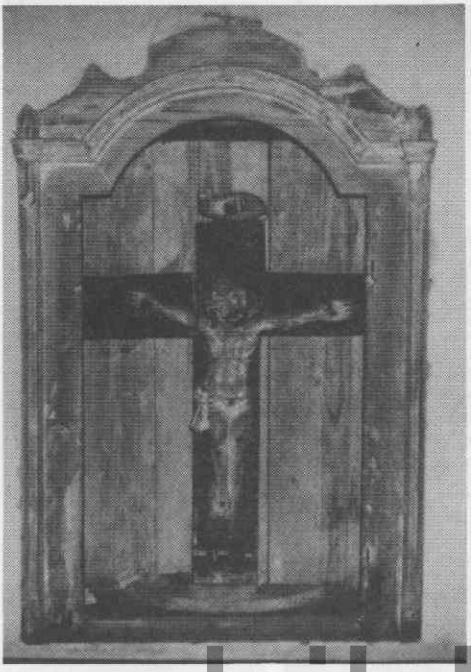
3



2

1 - Altar-mor da capela da Gesta; 2 - Capela; 3 - - Cruzeiro de Cristo-Rei.

biblRIA



1

2

bibRIA

3

1 - Imagem do Senhor Aparecido; 2 - Imagem do Espírito Santo; 3 - Casa antiga.

aforamento da Gesta.

Mas as coisas na Ouvidoria não corriam muito à feição do Mosteiro, directo senhorio das terras, embora também houvesse enfiteutas, senhorios úteis, como o caso do Dr. Geraldo Pereira Coutinho, lente de leis, senhorio do paul e da mata, desembargador de el rei e lente de Prima de Cânones da Universidade de Coimbra, através do emprazamento que lhe fizera sua tia Catarina de Melo, abadessa do Mosteiro, em 1701. Assim é que se fazia a tombação em face de certos abusos de muitos que sonegavam muitas partes de bens, *«o que redunda em grande prejuízo do Mosteiro e da Coroa de V. Majestade»*, queixavam-se as religiosas do citado mosteiro em 1731.

Na casa onde se achava o juiz do tombo se apresentavam enfiteutas e louvados para dizerem de sua justiça e verdade, quanto a propriedades e foros a pagar. Por exemplo, o casal e duas propriedades *«que antigamente se chamavam o casal dos Migueis»* pagavam *«pelo chão alugado por foro sabido em cada ano»*, um alqueire de trigo bom e de receber e uma galinha boa, tudo *«em dia de S. Miguel de Setembro»*. Além do foro, pagavam ainda as terras do dito casal *«de todos os frutos e novidades que Deus lhes dava»* o pão partido na eira, o vinho à boca do lagar e o linho corrido e enxuto no tendal e os mais frutos nos lugares de seu reconhecimento *«de onde confessaram os não poderem tirar sem primeiro chamar os feitores, procuradores ou rendeiros do dito Mosteiro»*. De referir que estes procuradores e feitores tinham obrigação de residir no distrito da Ouvidoria, no tempo do recolhimento.

Outra curiosidade: não podiam sobrecarregar as terras com algum encargo pio ou profano ou outra obrigação, nem tão pouco deixá-las às capelas (encargo pio), e as pessoas eram obrigadas a lavrar, cultivar e semear as terras e fazer nelas muitas benfeitorias, sob pena de, não o fazendo, ficarem devolutas. O objectivo primeiro era a produção, *«lançando-lhe todos os adubos necessários para que dêem boa novidade»*.

bibRIA

Por este tombo se vê claramente o que os nossos antepassados produziam no campo: o trigo, o vinho, também o linho, embora apareça, num ou noutro documento, referência ao milho. Mas também se cultivava centeio, cevada, aveia.

Mas, para além dos cereais, a vinha encontrou uma região de características excelentes para o seu plantio — toda a região entre Vouga e Mondego, especialmente torneando as margens do rio Cértima, zona que já conhece a vinha desde os princípios da nacionalidade, senão antes.

Resta um resquício de tradição, nas brisas que sobem da faixa ribeirinha apontando para o facto de ser a capela da Gesta mais antiga do que a própria igreja matriz. Deixando a actual de parte, porque é de construção recente, só poderia ser a anterior, que tinha gravada na verga de uma das portas o ano de 1721. Esta data pode reportar-se a um possível restauro. Neste mesmo ano já o cura de Oiã, padre José Manso Preto, a cita como uma das cinco capelas existentes na paróquia, contando com as ermidas de Nossa Senhora das Febres, no Rego do Espinheiro, e de Nossa Senhora das Dores, no Furadouro. Por isso deve-se buscar-lhe a existência séculos atrás, já que, em 1600, nela eram enterrados os defuntos e ainda, recentemente, na última remodelação (1963) ali foram encontradas ossadas. Por outro lado, segundo documento antigo,

entretanto extraviado, compulsado pelo pároco António de Almeida Resende, no século XIV já nela era celebrada missa.

É possível que a capela, inicialmente uma ermida de invocação do Espírito Santo, seja anterior à própria matriz. Não só pelos dados, ora explanados, mas também por uma questão geográfica. O povoamento, naqueles remotos tempos, fazia-se especialmente ao longo dos rios que traziam e levavam barcos. Perrães, ou melhor, as terras de Perrães, escorregando para o rio Cértima, tinham naturalmente condições excelentes para a fixação de novos povoadores. Daí também a sua importância no começo da nacionalidade, senão antes. Se acrescentarmos a isto a força de outro elemento aglutinador, o cristianismo em fase de expansão, admitiremos que tenha sido construída uma ermida na faixa ribeirinha, que entretanto foi sofrendo várias modificações ao longo dos anos, até ser substituída por outra.

Por outro lado, os antepassados, por uma questão de honra e de brio, terão querido como os de Paradela, a sua capela, e o seu largo e a ideia foi certamente amanhada, uma vez e outra, nas viagens de travessia do rio Cértima, quando o barco transportava para o adro da igreja de S. Pedro de Paradela, freguesia a que inicialmente pertenciam, os seus mortos.

Assim se criou o centro religioso da parte poente, das terras de Perrães. Tanto que a construção das capelas de Perrães e do Silveiro é recente: a primeira, surgiu depois de 1854 (antes havia uma capelinha), a segunda em 1915.

O cruzeiro de Perrães, tipo templete, com base quadrada, do século XVII, onde sobressaem quatro colunas toscanas sobre pedestais sustentando o entablamento, com cobertura pobre e posterior, poderá ser testemunha de que assim era. Ainda não há muitas décadas as procissões, saídas da capela da Gesta, iam contorná-lo com os andores e as insígnias. Se não houvesse o peso da tradição, como argumento válido, o povo vizinho não o permitiria de ânimo leve. Também, não há muitas décadas, as gentes de um e de outro povo se lhe referiam como o Cruzeiro da Gesta. Só há cerca de cinquenta anos as procissões deixaram de lá ir dar a volta.

Aquele templete, importante pela raridade, mas bem ao gosto dos costumes da Bairrada, bem pode ter substituído outro mais antigo desaparecido na voragem dos tempos e teve com certeza localização diferente.

Em resposta, o povo da Gesta ergueu outro, bem altaneiro, em honra de Cristo Rei (em 24 de Agosto de 1944). A imagem é de pedra de Ançã, trabalho com a altura de um homem. É uma peça de valor que, todavia, não é realçada pela pobreza do pedestal em adobe. Situa-se no topo poente do largo, antigamente chamado do Largo o Sobreiral em honra das vetustas e encouraçadas árvores. Também foi chão de oliveiras, onde cada morador plantava a sua. Era do povo o Largo.

Gesta surge em documentos antigos como Póvoa da Gesta e, mais curiosamente, como *«Gesta de Perrães»*. Sofreu, já no fim do século XVIII, por culpa do clero, uma alteração de grafia, passando a escrever-se ora Giesta ora Gesta, tal qual aparece, séculos antes, em documentos paroquiais e de tombação.

Dr. António Almeida Fernandes encontra para a sua origem uma explicação

biblRIA

que é esta: *«O que se revela no doublet vigorante é que, ao lado da forma mais evoluída, Gesta, se mantém a anterior, Geesta (escrita, hoje Giesta). A origem está na vegetação e o étimo no latim genesta > Genesta (Gnasal) > Geesta (Gnasal) > Geesta < > Gesta, com uma fonética normalíssima».*

Porém, a natureza parece negar esta tese, uma vez que não é chão de giestais nem tão pouco há memória colectiva de semelhantes perfumes e flores de Maio.

Quanto a nós ocorreu este fenómeno: de uma palavra latina, no nominativo do plural, *gesta gestorum*, que significa feitos ilustres, grandes acontecimentos, se adocicou, embelezando-a com uma flor, sem dúvida, bonita, mas que nada tem a ver com a outra e tão pouco com a terra. A flor é recente, enquanto que a Gesta vem do fundo dos tempos em documentação que avaliza o que ousamos sustentar na esteira do Padre António de Almeida Resende, antigo pároco.

Gesta é, assim, o verdadeiro nome de baptismo da localidade. É um nome de matriz heróica e bem romano.

Era a *«gesta de Perrães»*, eram os feitos das gentes de Perrães. Algo de importante aconteceu na história antiga. O quê?

A palavra póvoa significa povo pequeno, aldeola e é em documentos paroquiais, sempre mais precisos, que as póvoas surgem a cada passo: as de Perrães, Fonte Lioza, Gesta e Rego, e a poente, as do Grou, do Tronchão, Vessada, Juntas e Pedreira e, no centro, as de Vilas Velhas e dos Matos. Todavia, a palavra pode ter um outro significado diferente, isto a fazer fé na palavra de Dr. Artur Navega Correia, que diz no «Jornal da Bairrada», de 21.10.1988: *«a palavra póvoa (ou Proba ou ainda Pobla), como antigamente se dizia, era dada a um lugar construído no mesmo ou próximo do local onde, anteriormente, já existiria outra povoação desaparecida devido a qualquer fatalidade, cataclismo, epidemia, incêndio ou mais frequentemente, às guerras das invasões(...)».*

Por este prisma, parece haver forte relação entre o nome da Gesta (feitos ilustres) e o que se terá passado há muitos, muitos séculos. Teria sido local de escaramuças em defesa das terras de Perrães?

É uma das conjecturas possíveis e um desafio para qualquer historiador mais perspicaz e corajoso. Por nós não achámos qualquer documento que indicie tal situação. O que pudemos verificar é que, na documentação compulsada, com séculos de pó, vem grafado Gesta e não Giesta.

Voltando à capela, pode verificar-se sem dificuldade, dado que a degradação ali incha como moléstia, que os materiais utilizados são os existentes na zona: pedra calcárea e adobe. Exceptua-se o púlpito, do lado esquerdo, com acesso interior por escada, igualmente em pedra de Ançã, embutida na parede grossa. A pedra, não trabalhada, é praticamente lisa, mas é uma obra de valor, embora não ostente data.

Em 1721 são festejadas duas imagens: a do Espírito Santo, mais valiosa, porque rara e mais imponente do que a de Malhapão, sem que, todavia, haja concurso de povo de fora. *«O povo festeja com toda a solenidade as ditas imagens sem que venha mais concurso de gente de fora da freguesia»*, reza o inquérito paroquial de 1721. Antes,

DIDRIA

segundo a tradição, festejava-se o Senhor Aparecido (Cristo pregado na cruz, de pedra trabalhada com esmero de artista, obra perfeita e também rara, que já andou perdida no templo, ou antes entregue ao desmazelo).

Cristo Aparecido era de grande devoção dos antigos. Quando surgiu a peste no reinado de D. Duarte, autor da «Arte de Cavalgar Toda a Cela», que acabou por o vitimar também, as gentes das *terras de Perrães*, em sua dor e aflição, recorreram aos seus valimentos e prometeram a realização de uma festa em seu louvor, todos os anos, caso a peste, que grassava mortífera, abrandasse, o que veio a acontecer por muitos e muitos decénios, ouvidos que foram e agradecidos que eram. Esta a tradição ou a lenda. Talvez ambas se misturem, remetendo assim a existência de uma ermida ou capela pequena para o século XIV.

Hoje, festeja-se apenas o Santo António.

Devoção das gentes era também a adoração do Menino Deus pelo Natal e Ano Novo. Apesar disso, foram cometidos certos abusos, como aquele que nesta capela aconteceu no ano de 1875 (exactamente no dia 6 de Janeiro): o leilão das esmolas oferecidas pelos fiéis ao Menino Deus foi feito dentro da capela, o que levou o então vigário geral, Manuel Batista da Cunha, a pensar na sua interdição. Escrevia ele: *«deveria eu talvez pôr interdito na referida capela, como satisfação pública e em castigo da falta de respeito com que se houveram os profanadores»*. No entanto, porque o seu berço ficasse sobranceiro, do outro lado do Cértima, em Paradela, resolveu limitar-se a chamar a atenção, levando em atenção *«a boa fé com que procederam»*.

biblRIA

A tribuna é proveniente da velha igreja matriz. No ano de 1928, procedia-se aos últimos retoques e acabamentos relativamente à sua montagem. Tanto a tribuna, de vulgar artesão, como os altares laterais apresentam peças de talha pegadas à estrutura de madeira. Obra vulgar.

Na tribuna há a imagem valiosíssima do Espírito Santo, de madeira muito antiga, carpinteirada de uma peça única, embora a cruz hoje seja uma vulgar adaptação. Do lado direito, a imagem de Santo António, de pedra. Nos altares colaterais, a imagem de Mártir S. Sebastião, do lado direito, e a de Nossa Senhora do Rosário com o Menino também em pedra e de inegável valor no lado oposto.

O templo dispõe de arco transepto e de coro, mas, a dar-lhe o toque de grandeza e glória passadas, existe o púlpito, com degraus interiores em pedra de Ançã, como já dissemos, e balaustrada de madeira.

MALHAPÃO
EM HONRA DAS COLHEITAS

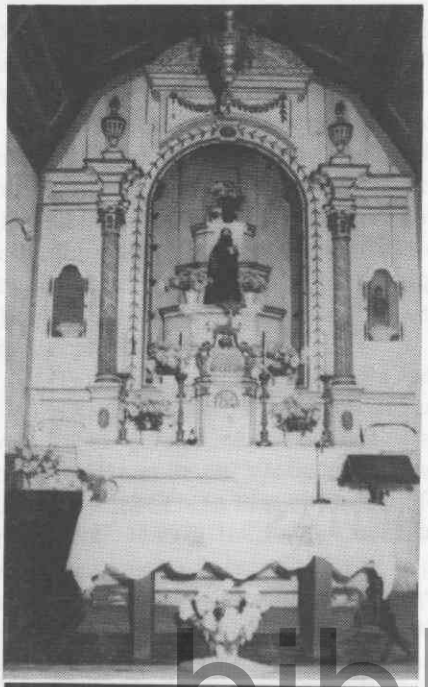
bibRIA

NENHUMA terra da freguesia, na sua raiz toponímica, está tão ligada às festas das colheitas e dos deuses como esta. O seu nome pode escrever-se com bagos de milho ou trigo misturados com bagos de sol criador ou com bagos de uva bem cerejada. Todavia, o nome Malhapão é agreste ao ouvido, como agreste e duro é o trabalhar a planície, imensa e sem grandes dobras no terreno. Tudo é amplo, grande e generoso.

Malhapão outrora escrevia-se *Malha pam* e mesmo *Malha Pão*. Nos livros paroquiais em 1600 já aparece com a grafia actual. Como o seu nome indica, é uma terra bem propícia ao amanho e produção de todas as novidades, com especial realce para o milho e a batata e, séculos antes, outros cereais, como o trigo, a aveia, o centeio. Os seus habitantes e vizinhos para fixar o contraste com outro Malhapão, situado na freguesia da Mamarrosa, acrescentaram-lhe um título, o de Rico. Malhapão Rico é como hoje se conhece esta campina que se espraia sem requebros, coroada de contínua cor verde e moça.

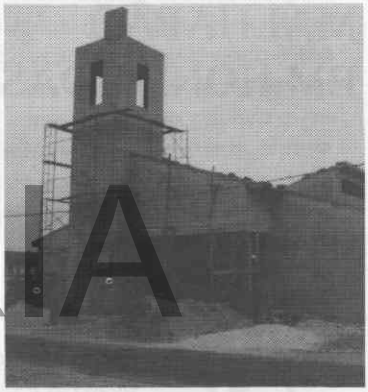
À primeira vista, Malhapão pode arrastar consigo o acto de malhar os cereais. Mas façamos algumas incursões na toponímia.

Inicialmente, é possível que se chamasse só Malhada, como espécie de festa campestre em que se malhavam os cereais para o que se juntavam pessoas num deter-

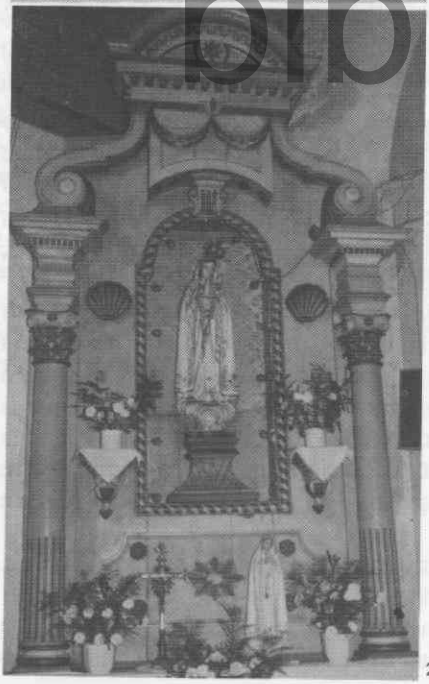


1

3



4



2

5

bibRIA

1 - Altar-mor da capela de Malhapão; 2 - Altar lateral; 3 - Capela antiga; 4 - Capela em construção; 5 - Imagem do Espírito Santo.

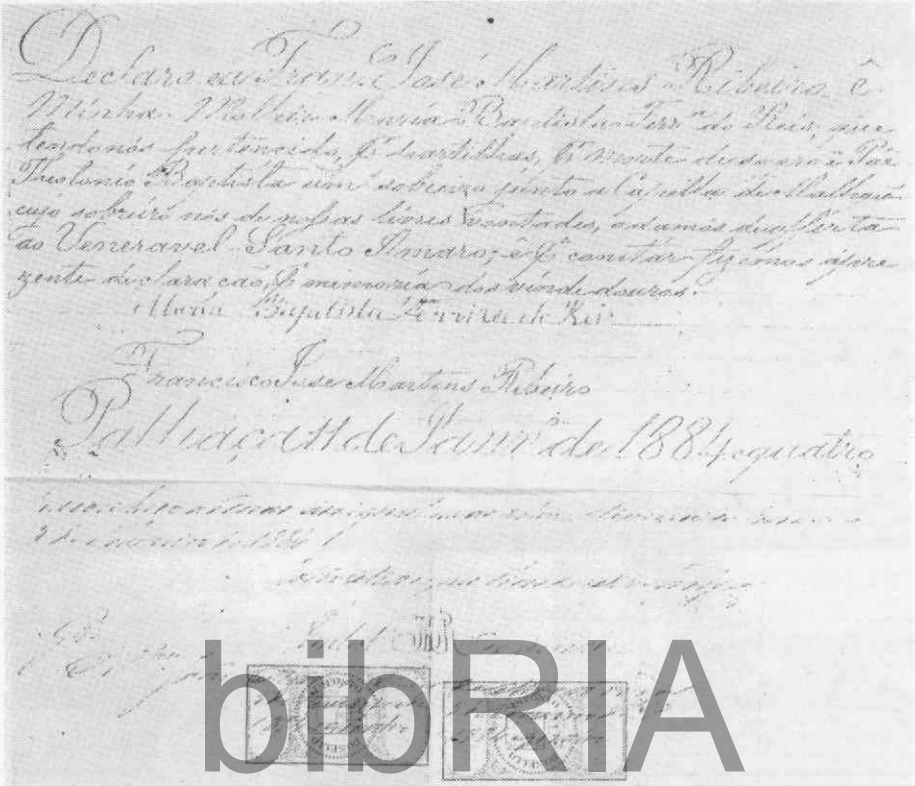
1

2

3

bibRIA

1 - Palacete do coronel Viegas; 2 - Coronel Viegas; 3 - Sobreiro centenário no largo de Santo Amaro.



1

2

3

1 - Cópia do documento de doação do sobreiro à capela de Santo Amaro; 2 - Imagem do Espírito Santo, séc. XVII; 3 - aspecto actual do Palacete do coronel Viegas.

minado local, a eira. Como se tratava de bater o pão, (nesses tempos, o trigo, a cevada, aveia), começou a especificar-se melhor esse acto que deixou de ser apenas malhada para ser malhada de pão. Todavia, era um pouco difícil de dizer e deu-se a contracção de malhada de pão para Malha pão > Malhapão.

Malhada tem um outro sinónimo, que é malhação. E, se era malhação, por que não havia de ser Malha Pão? Em qualquer dos casos, este nome está sempre ligado à tarefa das colheitas, ainda quando se tratava de uma malhadela.

Malhadela era também uma palavra com a mesma raiz e significa uma espécie de imposto que os foreiros, em alguns prazos antigos, tinham obrigação de cumprir para com os seus senhorios e que se traduzia por dar-lhes certos dias de trabalho, especialmente, no tempo das colheitas. Também à malhadela os foreiros com o rolar dos tempos poderiam ter passado a chamar Malhada, a tal Malhada de Pão > Malha pão > Malhapão. Menos provável, mas de todo não inverosímil, é poder ainda ter a sua explicação a partir de uma malhada, com o significado de local onde o gado bovino ou manadas do mesmo costumavam dormir. Isto insinua que haveria grande criação de gado.

Ainda segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Malhapão pode significar a pessoa que bate como em pão nas eiras, mas não será esse sentido. A. Almeida Fernandes coloca a hipótese do nome ter origem em nome de pessoa, assim Malha Ferro, Malha Milho, Malha Grilos, assim Malhapão.

Por nós, defendemos a contracção de Malhada do Pão e mesmo na alteração de Malhação para Malhapão.

Para qualquer hipótese, há sempre uma aposta no pão, abundante, que sempre por ali foi cultivado. Isto é: qualquer que seja o lado por onde peguemos na etimologia e toponímia da palavra, há sempre, mais no fundo ou mais à boca do forno, o cheiro a pão, ainda que inicialmente fosse o local onde se reuniam as pessoas para bater os cereais e fosse só Malhada. Malhada se chamaria há muitos séculos e, se acrescentarmos ao que acima ficou dito a necessidade de distinguir de outras terras baptizadas com o mesmo nome (Malhada de Cima e de Baixo, situadas a poente da Mamarrosa e pertencentes ao concelho de Cantanhede), e o que o povo no seu linguajar entendeu associar o principal ofício dos lavradores, a malhação, temos Malhapão. Mais tarde, para não poder haver qualquer confusão entre Malhapão, de Oiã, e Malhapãozinho, da Mamarrosa, o povo, o grande construtor das terras e de seus nomes, entendeu por bem juntar-lhe o adjectivo Rico e Malhapão Rico ficou, como terra grande e a mais plana de toda a freguesia.

Esta ruralidade é bem acentuada neste naco de prosa saída da pena de D. João de Lima Vidal, que foi bispo de Aveiro: *«Quando nós perguntámos a uma forte camponesa que levava à cabeça um cabaz de abóboras, como quem leva uma pena de galo no chapelinho, se íamos bem para Malhapão (...). À volta da capela, em grupos mais ou menos compactos, estavam os homens da aldeia, uns mais velhos e circunspectos, outros mais animados ainda pelo sangue buliçoso da vida, tratando e desenvolvendo, como em rústico parlamento, os seus problemas agrários, municipais, folclóricos, ainda mesmo - e sobretudo, os seus problemas cristãos»* [18]

Quanto à sua antiguidade, no século XV fazia parte do que era denominado

biblia

Prazo de Águas Boas e o local denominado Ucha pode significar que ali existiu um depósito de géneros alimentícios, uma espécie de grande despensa dos senhorios e até uma despensa da casa real, o que vem confirmar a generosidade do seu solo, a fartura que é gerada pelas suas entranhas trabalhadas a preceito e naturalmente predispostas para uma boa produção. Ucha fala exactamente de fartura e de celeiro.

Fernando Francisco dos Reis, curioso de coisas de história, informou-nos que em 1949 quando foram reformados o tecto e o forro da capela, foram encontradas duas datas inscritas no forro - 1277 e 1436, o que poderá sugerir a construção inicial de uma ermida e a sua reconstrução. A confirmarem-se outras datas, o lugar existiria desde o início da nacionalidade, o que, mesmo sem esse dado, se avança, dadas as suas características para a exploração agrícola, capaz de produzir *«todas as novidades»* para o senhorio directo que era o Real Mosteiro de Lorvão.

Na capela-mor aparece do lado direito um pequeno nicho em pedra de ançã que tem gravada a data de 1779, indicando apenas o ano em que foi ali colocada. Certo é o ano em que foi colocada no local a actual tribuna, 1864, data que ressalta da bancada.

Em 1900 foi construída a torre pelos irmãos Joaquim e José Bartolomeu de Oiã (que também haviam de construir a da matriz). No dia da inauguração houve foguetes e muita animação que atingiu o rubro, quando um dos construtores se arrojou a trepar à torre e postar-se nos seus píncaros, deitando foguetes para melhor anunciar às redondezas a satisfação de todos.

Uma festa se fez desde tempos imemoriais em honra de Santo Amaro. Isso vem mencionado no inquérito de 1721, elaborado pelo pároco José Manso Preto. Dos favores do Santo restam as provas em figuras de cera na chamada Casa dos Milagres, que contígua ao templo se situa do lado sul. Santo Amaro é o patrono atento para as doenças dos ossos, manqueiras e outras dores.

bibRIA

As festas eram muito concorridas, com gentes de todas as partes. Vinham de Mira e das Gafanhas, de Cantanhede e de Anadia, Sangalhos, Levira, Banhos, de farnel bem aviado, celebrar o santo das suas preferências em tão graves e chatas questões como as dos ossos e manqueiras e dar também folga às suas canseiras. Nesses tempos a fartura estava nas tulhas de milho e nas salgadeiras e ainda nos cambeirais das chouriças. Eram as chouriças que normalmente acompanhavam a broa nos pitéus das romarias. Daí que a romaria de Santo Amaro ficasse conhecida por *«Festa da Chouriça»*. O arraial era pequeno e as pessoas desapertavam-se e estendiam-se pelas ruas que iam dar ao belo largo de Santo Amaro, sobrando ainda para as terras em pousio e nas bocas dos cabanais. Mas também era conhecida pela *«festa dos figos secos»*, porque em Janeiro estes ali apareciam, em adocicada abundância, para gáudio de gente miúda e graúda. Presidiam a tudo isto no templo o venerável Santo Amaro e no arraial um sobreiro solitário, mas possante, que viu passar à sua volta algumas gerações. Lançou longe os seus ramos, era bem copado e na década de dez um dos ramos rojava-se rente ao chão. Com o vendaval que semeou pânico entre as gentes, no inverno de 1921, sofreu alguns danos e esse ramo jamais assistiu à passagem da procissão de Santo Amaro. Era bem entroncado, a indicar uma vetusta idade. Mais recentemente abriu ao rés do chão uma caverna da altura de um garoto, onde as crianças da escola, nas suas brincadeiras de esconde-esconde,

lá se abrigavam dos olhares dos outros.

Não se sabe a sua idade, mas sabe-se que no ano de 1914 num livrinho utilizado nas escolas, intitulado *«Agricultura»*, o sobreiro do largo de Santo Amaro de Malhapão lá vinha, altaneiro. Já nesse tempo era árvore que, dentro da sua espécie, dava nas vistas. Sabe-se ainda que em 11 de Janeiro de 1884 fora ofertado ao padroeiro, tendo sido lavrado este documento:

«Declaro eu Francisco José Martins Ribeiro e minha mulher Maria Baptista Ferreira dos Reis que tendo nos pertencido por partilhas, por morte de meu sogro e pae Theotónio Baptista, um sobreiro junto da capela de Malhapam, cujo sobreiro nós de livres vontades o damos de offerta ao Venerável Santo Amaro e para constar fizemos a prezente declaração, para memórias dos vindouros.

Maria Baptista Ferreira dos Reis
Francisco José Martins Ribeiro
Palhaça, 11 de Janeiro de 1884.»

As assinaturas encontram-se reconhecidas notarialmente.

Se este sobreiro era solitário no arraial, havia outros ladeando a estrada que se dirigia para Águas Boas, pelo menos à frente da casa do coronel Viegas, cuja vida anda um pouco vestida de nevoeiro. É testemunha, muda, mas respeitada por todos, de gerações que passaram surrando os tamancos pela poeira dos caminhos, de coisas tristes (como assassinatos, houve alguns), de coisas alegres e boas, (como os cantares ao desafio em que os de Malhapão, na esteira de Maria Barbuda dos lados da Murtosa, faziam gala), das travessuras do garotio montado nos seus ramos à procura de ninhos e sonhos ou embrulhados na sombra interior do seu farto dorso e até de um tamanqueiro que consertava concertinas. Ele é ainda testemunha dos carros de bois ou carroças chiando, eixos girando com as suas rodas de madeira, das primeiras escolas que se situavam em frente do topo da capela-mor: a primeira no local onde está a casa da Vitalina, a segunda (particular como a primeira) no local onde é a casa de Manuel Ferreira Fresco. Em 1932, foi construída outra, a expensas do povo, para o que se constituíu uma comissão composta por Adalberto Viegas, Alberto Carvalho e José Gabriel.

Peregrino é o rumor de que o Marquês de Pombal teria mandado fazer a planta de Malhapão, com este pormenor: todas as ruas vão dar ao largo de Santo Amaro. O historiador Rocha Martins no nº 322 do «Primeiro de Janeiro», de 22 de Janeiro de 1948, no artigo intitulado *Descendência de Pombal* efectivamente refere-se a Malhapão como um dos seus muitos bens — Rua Formosa, Oeiras, a Granja do Marquês e Malhapão. Só que este Malhapão do Marquês fica junto de Meleças.

Mais exacta é a proveniência dos altares de canto que possui a capela. Por proposta do padre Abel da Conceição e Silva, foram da antiga igreja matriz. Diz a acta da Junta de Paróquia, datada de 3 de Janeiro de 1907:

biblRIA

«Padre Abel da Conceição e Silva disse que estando os materiais da antiga igreja paroquial — alvenarias, madeiras da armação dos telhados e forros em mau estado e achando-se desnecessários ao culto, propunha que se procedesse à sua venda a fim de aplicar o seu produto na compra de dois altares laterais (deveria referir-se aos de canto) *para a nova igreja paroquial. Disse mais o mesmo presidente que os dois altares laterais que ainda se encontram na antiga igreja fossem colocados na capela do lugar de Malhapão desta freguesia, pois não se acham em estado de se colocarem na nova igreja. E que não tendo nenhum dos referidos objectos valor algum histórico ou artístico não estavam por isso compreendidos nas disposições da portaria do ministério do Reino, de 24 de Agosto de 1876.»* A acta foi aprovada e dela se tirou cópia autêntica em duplicado para subir à aprovação superior *«a fim de produzir os efeitos legais»*. Assinaram como membros da Junta de Paróquia Abel Gomes de Conceição, Manuel José de Oliveira, Raimundo Caldeira Albuquerque e Manuel de Oliveira Campos Júnior.

Embora na Acta da Junta de Paróquia apenas sejam referenciados altares de canto, não será de excluir a hipótese do altar-mor ser igualmente proveniente da igreja antiga de Oiã. De resto, a sua oferta chega a ser badalada, politicamente, nos jornais.

Alguns dados concorrem para esta asserção. É idêntico o trabalho de marcenaria o que se observa entre os dois altares de canto e a tribuna, é o *«mesmo risco»*. 1864 é o ano que está grafado na base da tribuna da capela de Malhapão e foi exactamente nesse ano que a Junta de Paróquia fez a arrematação de altares ao mestre Albino José Batista, os quais foram pagos em três prestações de 71$670 reis cada. Nesse ano, algumas das despesas escrituradas pela Junta referem-se *«ao risco dos altares»* (não são especificados quantos nem tão pouco as suas características) e ainda à sua arrematação, para o que foi feito anúncio no jornal «Campeão da Província» que se publicou em Aveiro e, em 1865, eram os altares colocados. Dizem os livros da Junta que a *«condução dos altares, tirar terra para os assentar»* e ainda o selo de recibo da Bula, lhe custaram a importância de 2$180 reis.

Nesta época a igreja apresentava-se bastante degradada. Chovia junto à torre, a sacristia levava soalho novo, eram feitas várias reparações.

Os três altares da capela de Malhapão em tudo semelhantes, são compostos essencialmente por duas colunas dóricas, floridas de alguma talha dourada no seu topo e rematadas por uma cimalha de nenhum trabalho especial de marcenaria, embora quanto a nós, no conjunto, os de canto sugiram alguma beleza. Não há grandes manchas de madeira lisa à mostra e os retábulos dão-lhes uma certa graciosidade, ao contrário do altar-mor que é frio e excessivamente pobre, feito de caixotes sobrepostos.

O corpo de cada mesa nasce do chão pousando em duas bolas de madeira com ranhuras douradas e subindo obliquamente de modo que a mesa em si tem sensivelmente a largura de 50 centímetros.

Pobre é o trono pela nudez do trabalho. Dispõe de dois nichos. No trono estão as imagens do padroeiro, Santo Amaro e S. Sebastião; nos nichos laterais aparecem a

biblRIA

imagem de Jesus Menino em pé, à direita, e a de Santo Isidoro, à esquerda.

Nos altares de canto estão as imagens de Nossa Senhora de Fátima e do Sagrado Coração de Jesus. Imagem valiosa, por ser rara e em pedra, encontra-se na sacristia, quase escondida num nicho. É a que representa o Espírito Santo. A capela é construída de materiais normais, à base do adobe.

A festa de Santo Amaro, que se realiza a 15 de Janeiro de cada ano, começou, de certo modo, a perder o rio de gente proveniente do lado de Cantanhede e Mira. Concorreu para tal facto, além da mudança dos tempos, a implantação no lugar do Picoto, Montouro, de uma capela em honra do mesmo santo, *«onde acode muita gente»*. Havia outra, em honra de Senhora da Nazaré, o que veio a acontecer até cerca de 1940. Depois de alguns anos de pausa, esta festa foi substituída pela festa em honra de Nossa Senhora de Fátima a que inicialmente meteram ombros resolutas mulheres do lugar.

A capela de Malhapão é bastante antiga. Desde 1600 que lá eram enterrados os habitantes do lugar, achando-se lá alguns padres, mormente na capela-mor e à porta principal [19]. Ainda é da lembrança de muitos existirem no soalho de pinho pequenas tabuletas em madeira com o número das sepulturas.

Terra rural (o nome aparece ligado à mãe-terra, que certamente o pariu para gáudio dos seus primeiros habitantes, ligado à faina das colheitas, tão dadas à honra dos deuses), nem por isso foi sempre uma terra pacífica. No início deste século ficaram célebres as lutas entre os que eram afectos à monarquia e os que aderiam à novidade da República, a que não devia ser alheio a proximidade do Troviscal, terra fartamente republicana, nem tão pouco a presença na paróquia de Padre Abel Gomes da Conceição, um indefectível monárquico que, na defesa dos seus ideais, chegou a publicar um semanário, «Ecos do Vouga», onde era bem patente, em verso e prosa farpada, a aversão à mudança, o que lhe veio a custar mais tarde a prisão.

O HORIA

CORONEL VIEGAS

A figura do coronel Viegas, de seu nome completo Manuel Ferreira Viegas Júnior, desde há muito nos vinha despertando certa curiosidade e esta veio a avolumar-se, quando, contactada a filha Maria Adelaide, viemos a concluir que dele pouco restava: apenas casos dispersos na memória familiar e de outros. Uma espécie de nevoeiro e lenda revestem o personagem de que alguns apenas se recordam, porque, por seu intermédio, houve muito moço que se livrou às sortes. Pouco é o que sobra nas paredes ou nas estantes da sua casa de Malhapão, terra onde nasceu a 24 de Abril de 1867, filho de Manuel Ferreira Viegas e Maria Joaquina de Jesus. Nem as simples dragonas ou a honrada espada, que foram despejadas, como lixo ou coisa efémera, na lixeira municipal de Vila Verde. Nem os livros se acomodam a qualquer estante, porque, segundo informação da filha, em número de cem, tiveram a mesma sorte: a lixeira.

Já era silêncio a mais naquela casa sobre tão curiosa figura. O que fala alto é a sua foto, onde o coronel revelava uns ombros largos e decididos e começo de uma

calvície, mas bem apessoado.

Breves e remotas lembranças, não esclarecidas de todo, sobre a sua passagem pelo governo da Índia e S. Tomé e Princípe aguçaram ainda mais a nossa curiosidade. Queríamos conhecer como era e o que fizera o coronel Viegas. Acreditamos que também fosse o sangue a empurrar-nos para esta tarefa de reconstruir a obra e o homem.

Manuel Ferreira Viegas Júnior assentou praça como voluntário, com apenas dezassete anos, em 15 de Setembro de 1884 e a 18 de Fevereiro do ano seguinte era primeiro cabo.

A partir daí teve uma ascenção de certo modo fulgurante. Em 1885 foi graduado em 2º sargento cadete e o seu aprumo e zelo fizeram dele um militar estimado e admirado. Como resultado disso, em 1888, recebeu a Medalha Militar de Cobre, classe de comportamento exemplar, que, volvidos poucos anos, foi substituída pela medalha militar de prata, da classe de comportamento exemplar (1901).

Em 10 de Dezembro de 1892 foi promovido a aspirante oficial e foi graduado em primeiro sargento cadete no ano seguinte.

À medida que subia na hierarquia militar, foi-se alargando o seu espírito: tornou-se um estudante aplicado, abriu horizontes e foi rompendo definitivamente com a sua inicial timidez rural. Se em 1884 não obteve classificações de entusiasmar (mas classificação suficiente na topografia e medíocre na telegrafia) já revelou boa aptidão para o tiro e em ginástica teve a nota de suficiente. Depois as informações começam a melhorar e, decorridos dez anos, era um aluno *«regularmente ilustrado e procura aumentar a sua instrução»* e desempenhava sempre com zelo e aprumo as diversas tarefas que lhe eram confiadas e o seu comportamento, digno, era notado em serviço e fora dele. Na Escola Prática de Infantaria, como primeiro sargento cadete, Manuel Ferreira Viegas revelou boas qualidades morais (nota que sempre manteve, mesmo depois de preso em Caxias...) e psíquicas. Quanto à sua capacidade intelectual, era considerado regular, mas a sua vocação continuava a ser realmente o tiro.

BIBRIA

Em 18 de Junho de 1896, foi promovido a alferes. Com este posto foi colocado no Regimento de Infantaria nº 21, por decreto de Junho de 1896, integrado no quadro da Arma de Infantaria. Entretanto, saíu do quadro por ter sido requisitado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar para uma comissão de serviço, por decreto de 16 de Março de 1899. As suas qualidades morais e de aptidão começaram a ser notadas. Amâncio de Alpoim Sequeira Borges de Carvalho, logo que foi nomeado para governador de S. Tomé e Princípe, escolheu-o para seu ajudante de campo. Uma vez ali, desempenhou o cargo de administrador interino do concelho de S. Tomé, sendo desse cargo exonerado a 1 de Março de 1900, regressando à Metrópole, acompanhado do governador. No ano seguinte, voltou a S. Tomé para onde fora nomeado secretário interino do governador e administrador da mesma e ainda exerceu o cargo de governador, por decreto de 3 de Dezembro de 1903. Tomou posse do governo a 9 de Janeiro de 1904. Porém, não chegou a estar muito tempo à frente dos destinos da Ilha. Por ordem do Ministério da Marinha e Ultramar, regressou em 5 de Novembro do mesmo ano.

Foi ainda comandante do destacamento militar na Ilha do Princípe, de 3 de Fevereiro de 1901 até 23 de Março de 1902. Era então tenente e exerceu qualquer uma

destas missões «*com muito zelo e dedicação*». Regressado a Lisboa, foi passado à inactividade por ter sido julgado incapaz do serviço temporariamente pela Junta Hospitalar de Inspecção, por decreto de 17 de Outubro de 1903. A estada no Ultramar comportava sérios riscos e um deles era o paludismo que, volta e meia, fazia baixar este oficial ao hospital e ganhar direito a férias no campo para recuperação de forças e cura de certa anemia.

Pouco tempo esteve na Metrópole. Quase de imediato foi colocado na Província de Cabo Verde, onde foi ajudante de campo do governador mas, por motivos de saúde, regressou, «*a fim de ser presente à Junta de Saúde do Ultramar em 1 de Março de 1905*», voltando ao Ministério da Guerra em 12 de Abril do mesmo ano. Foi ainda colocado no Regimento de Infantaria nº 34, onde se revelou um grande estudioso das coisas do Ultramar, agindo sempre com muito zelo e esmerado aprumo e a sua capacidade de convivência com militares e civis era considerado irrepreensível.

Outra província havia de estar ainda na rota deste brioso militar: era a Índia para onde embarca a 22 de Agosto de 1905, com o posto de capitão, evidenciando boas qualidades de comando (ele era um militar «*disciplinado e disciplinador*» no contingente de que era responsável). Na Índia, mais concretamente em Goa, desempenhou o cargo de subchefe do Estado Maior. O Quartel General do Estado da Índia reconheceu, em confirmação dos seus atributos já mencionados — ser «*oficial muito enérgico, activo e trabalhador. Tem excelentes qualidades morais. Tem especial aptidão para a instrução de tiro. Julgo-o digno do posto imediato*». Com estas mesmas qualidades desempenhou também o comando do Corpo de Polícia em Goa, de 1907 a 1908.

Como corolário de todo o seu trabalho no Ultramar, foi feito Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Em Janeiro de 1907, o chefe do Estado Maior da Índia disse de Manuel Ferreira Viegas Júnior: «*Evidencia boas qualidades militares no comando do contingente que trouxe para a Índia; no desempenho do cargo de subchefe do Estado Maior tem manifestado pelo seu serviço e merecido a confiança necessária para o desempenho do cargo. É conhecedor do Ultramar e desta prática resulta-lhe o saber conviver bem com os seus camaradas e com os indivíduos da classe civil...*»

Esgotado o tempo da comissão, estava de volta em Janeiro de 1909, regressando em Março de 1909 ao Ministério da Guerra. Porém, de novo, baixou ao Hospital, onde foi tratado ao paludismo.

Na opinião do médico que o tratou, para o seu completo restabelecimento ele precisava «*dos ares de campo*», dos ares da sua terra natal, Malhapão.

Sempre trabalhador e estudioso, o capitão Manuel Ferreira Viegas Júnior aproveitou o tempo de disponibilidade, motivada por necessidade de tratamento, mais ou menos longo, das sequelas de paludismo que lhe causavam grande fraqueza nos membros inferiores. Conhecedor do Estado da Índia e outras parcelas do território, preparou uma palestra e, cuidadosamente pronta, requereu, a 22 de Março de 1909, licença para poder apresentar o trabalho na Sociedade de Geografia de Lisboa.

«*Manuel Ferreira Viegas Júnior, capitão de infantaria em disponibilidade,*

biblRIA

tendo regressado do nosso Estado da Índia, onde esteve em comissão ordinária de serviço e tendo-se dedicado, durante aquele tempo, ao estado económico e financeiro daquela colónia, ao seu progresso e desenvolvimento e desejando fazer uma conferência na Sociedade de Geografia, nos primeiros dias do próximo mês, sobre aqueles assuntos, acompanhada de algumas projecções luminosas, muito humilde e respeitosamente.

Pede a Vossa majestade a graça de conceder-lhe a necessária autorização. E.R. Mcê».

Foi-lhe concedida licença a 27 de Março de 1909.

Em 1910 encontrava-se no Regimento de Infantaria nº 24 (Aveiro), onde desempenhou várias missões: fez parte da Junta de Recrutamento do distrito de Aveiro e foi colocado no Estado Maior da Infantaria e nomeado major da nova brigada. Neste ano foi *«louvado por sua Exª o ministro da guerra pela maneira correcta e exemplar com que se conduziram as forças do seu comando, quando da guarda de honra e de segurança durante o tempo em que sua majestade El-Rei esteve no Bussaco. O Regimento nº 240 de 28 de Agosto».*

Este louvor parece estar, em princípio, em contradição com o que lemos, escrito pelo engenheiro enólogo Octávio Pato.[20] As suas afirmações de que *«o coronel Viegas teria hoje o seu nome ligado à implantação do regime republicano em Portugal»*, segundo ele, tem fundamento no que ouviu da boca do Dr. António Breda, de Águeda, que era ao tempo grande figura da democracia.

Segundo a mesma fonte, o capitão Viegas — e não sargento, como é indicado erradamente na BL — estava encarregado pelo Directório do Partido Republicano de raptar o rei D. Manuel II. Todavia, não deixará de ser intrigante, uma vez que ao serviço da monarquia recebeu louvores, medalhas e foi feito cavaleiro da Real da Ordem da Aviz. Era considerado um espírito vertical, facto bem patenteado em documentos oficiais, a não ser que tivesse assumido qualquer compromisso com a maçonaria.

Segundo Octávio Pato, cujo episódio que *«pretendemos referir, só não faz parte da história, porque, na realidade, não chegou a ocorrer e haveria de ter lugar, segundo uma dedução muito pessoal, numa das madrugadas de 20 ou 21 de Agosto»* — no verão de 1910, capitão Viegas comandava uma força de *«guarda de honra e segurança»* de D. Manuel, no Buçaco, onde costumava passar habitualmente as suas férias. O rei mantinha relações amorosas com uma artista francesa, de seu nome Gaby Delys, natural de Marselha (aliás, a quem deixou uma fortuna colossal). Então habitualmente, pela calada da noite, saía do palácio e dirigia-se a um pavilhão anexo, onde ela se encontrava e acrescenta Octávio Pato que *«era ideia dos revolucionários, feitos há muito com o sargento Viegas, raptarem o monarca nessa altura»*. Fazia parte do mesmo plano conduzir, em seguida, o rei para Barrô, *«onde pernoitaria em casa do Dr. Breda, para seguir viagem na noite até Trás-os-Montes, onde o esperava a casa de um revolucionário cujo nome ignoramos»*. Isto não sucedeu, porque houvera, entretanto, ordens em contrário. Recorde-se que a revolução, que havia de derrubar o regime monárquico, vinha sendo planejada desde 1908. João Chagas e o almirante Cândido dos

biblRIA

Reis marcaram-na para o mês de Agosto, aproveitando assim as férias de D. Manuel II no palácio do Buçaco e a travessia que ele tinha de fazer para ir ter com a artista francesa.

Eram inegáveis a ascenção e o valor do militar Manuel Ferreira Viegas Júnior. Apesar disso, em 1913, surgiu qualquer dúvida quanto à sua fidelidade à República, quando se encontrava destacado em Bragança.

Sobre tal evento ele apresentou pedido de um rigoroso inquérito, tal como se afirma no documento proveniente do Ministério da Guerra e dirigido ao comandante da 5ª divisão do Exército, Coimbra:

«Sua Exª o Ministro da Guerra, encarrega-me de comunicar a V. Exª para conhecimento do interessado que dos quinze oficiais que foram ouvidos sobre o assunto do requerimento apresentado pelo capitão de infantaria nº 24, Manuel Ferreira Viegas Júnior, pedindo um rigoroso inquérito aos seus actos durante o tempo que esteve na fronteira na defesa da República e que com ele cooperaram na mesma defesa por ocasião da incursão de conspiradores, — entre eles o comandante do destacamento misto de que este oficial fazia parte — e cujas declarações, escritas e assinadas pelos próprios, estão juntas ao mesmo requerimento, nenhum mostra ter conhecimento das acusações que o capitão Viegas diz que alguém com carácter de confidencial andou a propalar contra ele, resultando das citadas declarações ter-se o referido capitão mostrado oficial disciplinar e cumpridor dos seus deveres militares, entre os quais desempenhou o de comandante das forças em missão de segurança, ter procedido sempre como os mais dedicados defensores da República, mantido em todas as circunstâncias a dignidade da farda que veste, não deslustrando o exército a que pertence. Desta comunicação poderá o oficial fazer o uso que entender. Luiz Augusto Ferreira de Castro, general.

Quartel General em Coimbra, 1 de Janeiro de 1914».

O documento, e embora não disponhamos do teor da petição do capitão Viegas, mostra que foram propaladas falsidades contra ele, nomeadamente cumplicidade com os conspiradores que atravessavam a fronteira de Espanha para Portugal, com a intenção de criar alguns embaraços à consolidação da República ou desestabilizar a situação. Dessa cabala se viu livre e, em 21 de Junho de 1915, solicitou uma cópia do despacho de Sua Exª o Ministro da Guerra da sindicância que ele mesmo pedira aos seus actos.

«Manuel Ferreira Viegas Júnior, major deste regimento, desejando para assuntos oficiais de uma cópia do despacho de S. Exª o Ministro da Guerra da sindicância que pediu aos seus actos durante o tempo que esteve na Fronteira, cujo despacho lhe foi dado conhecimento pela nota nº 3644 da 4ª Repartição da 1ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra de 31 de Dezembro de 1913 e que se acha junta ao seu processo.

Pede a V. Exª lha mande passar.

Quartel em Bragança, 21 de Junho de 1915.

LIBRIA

Manuel Ferreira Viegas Júnior - major».

Quando foi proclamada a República, Manuel Ferreira Viegas Júnior era major da 9ª Brigada de Infantaria. Em 22 de Julho de 1911, foi encarregado de organizar a instrução preparatória do distrito de Aveiro. Em Aveiro, ainda desempenhou a função de director da carreira de tiro e participou na construção da carreira de tiro na vila de Águeda. No Regimento de Infantaria nº 24 dedicou-se ainda ao estudo de assuntos militares.

Colocado na Figueira da Foz, no Regimento de Infantaria nº 28, com o posto de major, que atingira em 31 de Maio de 1915, assumiu o comando do 1º batalhão, e continuou a ser considerado um *«oficial disciplinado e disciplinador, desempenhando com muito zelo e dedicação os seus deveres profissionais»*, pouco tempo antes da revolta da Figueira da Foz em que tomou parte activa.

Efectivamente, em Dezembro de 1916 *«encontra-se em Lisboa a bordo do vapor Lourenço Marques em virtude dos últimos acontecimentos, desconhecendo o grau da sua responsabilidade»*. Esta informação foi fornecida pelo major Teófilo Alberto Gonomilho que, além disso, afirmava que *«é inteligente e de boas qualidades morais»*, ainda ele andava pelas cadeiras, (Trafaria, Casa da Reclusão do Exército Santarém).

Por sua vez, o coronel Francisco Caetano Ribeiro Viana apontava-o como exemplo.

biblRIA

«Conheço este oficial desde cadete, sempre cumpridor, zeloso dos seus deveres e pelas suas superiores qualidades profissionais e ainda pela sua pouco vulgar inteligência e pelo seu assíduo estudo sobre assuntos do Ultramar, tem desempenhado cargos importantes nas colónias. Tem excelentes qualidades morais que o tornam digno da consideração e estimado dos seus camaradas. É enérgico e disciplinar, pelo que o julgo digno de ser promovido ao posto imediato, quando por escala lhe pertencer».

Da Trafaria ficavam as sequelas, além do desespero. Foi por isso forçado a baixar ao Hospital Militar de Lisboa em 21 de Março de 1917, pois padecia de aperto de uretra, a fim de receber tratamento. Mas em 19 de Agosto daquele mesmo ano foi transferido para a Casa da Reclusão da 2ª divisão de Exército (em Viseu), nos termos do artigo 212 do Código de Processo Criminal Militar, sendo, entretanto, solto 8 de Dezembro de 1918. Tinha então o posto de tenente coronel que alcançara em 29 de Setembro de 1917 (portanto, durante o tempo em que esteve a cumprir a pena).

O incidente foi passageiro e continuou a ascender a postos de confiança. Em 22 de Abril de 1920, estava de marcha de Aveiro para o Regimento de Infantaria nº 34 aquartelado em Mangualde. Continuou a ser um oficial capaz, diligente e zeloso e de tal modo que não só foi louvado pela maneira correcta como exerceu o comando da sua unidade e pelo zelo que revelou no desempenho dos serviços a seu cargo (O. da 2ª divisão do Exército, nº 4 de 28 de Junho de 1924), como foi agraciado com a Medalha Militar de Ouro da classe de comportamento exemplar em 1922.

Na primavera de 1924 era coronel e era colocado no Estado Maior da Arma.

Precisamente neste ano, a 22 de Junho, requereu ao Ministro da Guerra *«se digne conceder-lhe licença para transferir a sua residência definitivamente, sem dispêndio algum para a Fazendo Nacional, para aquele concelho* (O. do Bairro) *e para que os seus vencimentos lhe sejam pagos por intermédio do conselho administrativo do regimento de infantaria nº 24 aquatelado em Aveiro»*. Obtinha uma resposta favorável datada de 25 do mesmo mês.

Estava cansado, ele que era da têmpera de antes quebrar que torcer? Já se maquinavam intrigas à sua volta ou eram as raízes da terra a chamá-lo definitivamente? Fosse como fosse, coronel Viegas deixou-se arrastar pela voz telúrica do berço. Regressou assim para viver no seu palacete cuja construção fora iniciada no ano de 1906. Uma fotografia, entre algumas, que se aconchegam de frio às paredes, assinala a existência da actual estrada, (em mecadame, claro), mas o interesse da mesma reside principalmente no facto de indicar a fila de sobreiros na ilharga oposta da estrada, certamente irmãos do que ainda se encontra, velhinho, no largo de Santo Amaro.

Curioso é que sempre invocou qualidade de solteiro, desde que assentou voluntariamente praça até ao ano de 1924, mas, no documento de petição para mudança de residência, escrevia que *«sendo do concelho de Oliveira do Bairro, onde tem sua família e haveres...»* Fora sua companheira Rosa de Jesus Marques e do casal nasceram: Elisiária e Maria Adelaide Ferreira Viegas.

Coronel Viegas ganhara muitas batalhas, muitas medalhas e louvores e era digno da admiração e estima dos seus camaradas... Vencera também muitos contratempos na sua vida — a anemia, o paludismo ganho em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Goa, afectando todo o organismo e alterando ainda as funções digestivas e hepáticas. Conseguira ultrapassar o ferrete do presídio, o aperto da uretra, a peneumonia, as águas do forte de S. Julião da Barra. Só não conseguira vencer um charuto. Um charuto que alguns camaradas — afirmando a excepção dos que o achavam *«digno de admiração e estima»*, lhe serviram em Mafra onde companheiros do mesmo curso de cadetes o atraíram. Havia trinta anos, que fora o curso de cadetes e nada mais natural que uma reunião para conviver e recordar. Sempre leal e franco, de olhar direito por cima de um bigode espesso e tranquilo, coronel Viegas, que dispunha de uma carreira brilhante, senão fulgurante, fora por via disso até Mafra. Nada mais normal que, na euforia do encontro e no afago familiar da memória, um militar puxar de um charuto. Ofereceram-lhe um e esse foi o bastante, (móbil do crime) para interromper-lhe a ascenção. De regresso a casa, ter-se-à apercebido que não vinha bem. Tirou conclusões, avisou a mulher. Haviam de vir umas fotografias, que as guardasse. Durou três meses. Mandou chamar o padre Abel Gomes da Conceição e Silva, acérrimo monárquico, que ele admirava, pelo menos no ano de 1900 quando Padre Abel acabava de regressar de uma peregrinação a Roma. Então, formara-se uma comissão, encabeçada pelo tenente Manuel Ferreira Viegas Júnior, ajudante de campo do Governador Geral de S. Tomé, para festejar o acontecimento, a começar pela marcha de archotes acesos em direcção à igreja velha, onde actuou a *Tuna Oyanense*.

Maçon ou não, reconhecendo que ia partir para uma grande viagem, concluíu que, se era assim, mister era preparar-se e isso foi o que fizera, vindo a falecer na sua

biblRIA

casa solarenga de Malhapão Rico pelas onze horas do dia 13 de Março de 1925. Encontra-se enterrado no cemitério de Oiã.

Dessa data para cá, tudo dele se tem vindo a apagar naquela casa. As únicas peças que ainda sobram são duas fotografias encaixilhadas do coronel e outra da sua casa, que sobressai no burgo pelo seu porte arquitectónico. De resto, tudo o mais — mais de cem volumes, certamente de grande interesse, as próprias dragonas e até a espada que o acompanhara nas suas missões de governador e comandante de unidades na metrópole e ex-ultramar jazem para sempre inutilizadas para a história e enterradas para os bichos de todos os séculos na lixeira da Câmara em Vila Verde. E não admira que a correspondência que travou com Sidónio Pais e general João de Almeida, mesmo com Brito Camacho, tenham sofrido idênticos destinos — o desastre da sua destruição ou perdição.

Alinhando com Brito Camacho, opunha-se frontalmente à entrada de Portugal na Guerra, (aqui, debalde, perseguimos, no Arquivo Geral do Exército, a documentação respeitante à revolta e seu envolvimento, mas esta desapareceu, pelo que nos é impossível fazer mais luz sobre o caso).

Coronel Manuel Ferreira Viegas Júnior tinha outro irmão, de nome José, que, depois de ter cursado estudos eclesiásticos, enveredou pela medicina. Casou na Fogueira, Sangalhos e exerceu clínica na vila de Alcanena, como médico do partido até 1928, altura em que faleceu, apenas com 58 anos de idade. Foi ainda o 1º Sub-delegado de saúde naquele concelho, cargo para que foi nomeado por decreto de 29 de Agosto de 1915 e exerceu cumulativamente o cargo de médico municipal sem interregno algum. Pertenceu ao Centro Instrutivo de Alcanena, colectividade prestigiada e activa socialmente, tendo assinado o auto de posse da comissão instaladora deste concelho cuja data de criação é de 8 de Maio de 1914.

bibRIA

O seu pai, Manuel Ferreira Viegas, era um topa tudo no seu tempo: tanto era lavrador, como apresentava obra de latoeiro ou exercia a profissão de cangalheiro.

E para que tudo fique mais completo, tinham duas irmãs: uma, a Maria Rosa, a outra, a Ana Ferreira Viegas.

PEDREIRA
— DA PEDRA À MELANCIA

bibRIA

A PEDREIRA é o lugar que mais afastado hoje fica *«da capital da freguesia»*, como se dizia ainda não há muito tempo. Dista nada menos do que légua e meia. Tem 38 fogos e 115 habitantes, dos quais 15 são emigrantes.

O povo é portador de exemplares brios, a tal ponto que, em Fevereiro de 1945, tinha luz eléctrica, graças à criação de uma cooperativa e, fazendo valer os seus direitos, teve escola primária a partir de 1966. No entanto, o lugar passou por um certo período de estagnação até que renasceu das cinzas para que caminhava, em população e construção habitacional, nas décadas de setenta a oitenta. A isto não será certamente alheia a implantação de uma indústria (de serralharia, de Armando Pires da Silva), bem como a fixação na Quinta de alguns filhos do prof. Joaquim Grangeia Seabra.

O seu solo é de uma irregularidade extrema. Na sua maioria aparece fortemente ondulado e apresenta mesmo uma pequena depressão onde, espreitando a fita da estrada, se anichou metade da povoação. Como o próprio nome indica a terra é áspera, abundando o calcário, que já foi motivo de grande azáfama e indústria de alguma monta. Porém é cultivável e nela se davam (e dão) o feijão, o feijão frade, a batata, o milho, o grão-de-bico, a cevada, a aveia, o centeio. Décadas atrás, foram culturas comuns a toda a freguesia. Também tinham fama as suas melancias e melões, que, com o pão saboroso de duas

padeiras que tinham o segredo do forno e se chamavam Maria Ferreira Macedo (anos 1925-1930) e Ricardina Barros Mota (1940-1950), levavam às redondezas o nome da Pedreira, onde sobressaíram três famílias, — dos Motas, dos Simões e dos Zefas.

Devido às características do solo, floresceu ali uma indústria de alguma importância, que ainda se mantinha neste século: a das pedreiras e, consequentemente, dos fornos da cal que existiam na Raposa, nas Pligueiras, no Juncal. De uma das pedreiras nasceu uma fonte, a fonte do lugar. Jorrando abundantemente entre as pedras, fez parar os trabalhos de exploração e a água foi encaminhada para o abastecimento público. O que nunca mais parou foi o seu fio espesso e límpido. Mesmo em tempos de terrível seca, as mulheres da Palhaça e Troviscal ali iam lavar a roupa.

Houve mesmo quem de fora do lugar e de longe ali se estabelecesse para explorar o ramo das pedreiras.

O último forno a trabalhar ficava situado na Quinta das Alminhas e era propriedade de Alberto Nunes Alferes, que possuía outro no sítio da Raposa. Deste saíu toda a pedra de cal que foi necessária à construção da igreja de Oiã e pedra calcária especialmente para a torre. Um outro forno laborava sobre o cruzamento das estradas do Carro Quebrado e de Malhapão.

Apesar do fervilhar por causa dos fornos da cal, utilizada no fabrico de adobes, tendidos, nas formas rectangulares, nos areeiros que abundavam por toda a parte e deixados a secar ao bom sol (no tempo em que o tijolo ainda não assentava praça), ali a abastança nunca foi geral, o que se poderá aquilatar pelas poucas juntas de bois que no dobrar do último século os lavradores possuíam. Eram apenas três juntas e pertenciam aos maiorais da terra: José Simões da Fonte (pai de José Augusto e Constantino Simões da Fonte), José Simões Cebola e José Joaquim Martins. Os demais tinham ovelhas e serviam-se das juntas para o amanho das suas courelas, por favor dos respectivos donos.

bibRIA

Referimo-nos ao lugar da Pedreira, dita de Oiã, já que inexplicavelmente existe outra, paredes meias, a de S. Pedro da Palhaça.

É significativo que o limite de ambas não seja qualquer acidente (linha de água ou sequer caminho). As casas aconchegam-se de tal modo umas às outras, a poente, que é impossível dizer onde acaba uma e começa a outra. Terá essa divisão alguma coisa a ver com possíveis senhorios diferentes? Não.

Em 1730, pelo tombo que se fez das terras e confrontações do prazo de Águas Boas, é apenas citado o lugar da Pedreira, sem nenhuma especificação de que parte pertencia a Oiã e parte pertencia à Palhaça. Pertencia inteira sim ao citado prazo e era englobada no mesmo território de jurisdição e senhorio. Assim rezava o documento: *«Por Manuel de Figueiredo Tabelião dos Prazos do dito Mosteiro [de Lorvão] e feito... aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de mil seiscentos e quinze e por ele emprazado às religiosas do dito real Mosteiro, o seu prazo chamado de Águas Boas que contém os lugares seguintes: o lugar de Águas Boas, o lugar dos Carris e o de Oiã e o da Seara, o de Malhapão e o da Pedreira...»* Como se vê, menciona uma só Pedreira, e não duas.

Também no Inquérito de 1758 da Vila e freguesia de Sosa à qual Palhaça pertencia, não aparece uma só vez referido o lugar da Pedreira, ao contrário do Albergue,

que tinha então 25 vizinhos e pertencia ao termo de Aveiro, e as rações e os foros ao Convento de Jesus. O mesmo acontecia em relação ao lugar de Palhaça, que tinha 34 vizinhos e pertencia parte à Vila de Aveiro e outra parte a Esgueira e era do prazo de Rodrigo Homem de Quadros.

O documento ainda fala da aldeia da Tojeira, que tinha 11 vizinhos, e era do termo de Esgueira e daquele mesmo prazo de Rodrigo Homem de Quadros.

Ora, se nesses remotos tempos a Pedreira não surge na relação dos lugares ou aldeias que pertenciam à freguesia de S. Miguel de Sosa, é prova evidente que não lhe pertencia por força de qualquer jurisdição.

Que se terá passado então? A nossa argúcia à falta de outra documentação esclarecedora desta anacrónica e abusiva separação, não vai longe. A delimitação de toda a freguesia com outros povos é feita quase sempre através de linhas de água, mais apressadas ou mais vagarosas, e o limite natural, a poente, é exactamente o Vale da Areosa. O limite é feito pela própria nascente e pela fonte. A Pedreira da Palhaça é, assim, uma espécie de enclave nas terras de Oiã. É o que se diz uma divisória contra-natura, a partir do Vale da Areosa, onde não há muitos anos se ia buscar areia lavada para a construção.

O fim do Prazo de Águas Boas também não terá nada a ver com tal situação.

O caso desta divisão é mais recente e data dos fins do século passado (1888), quando foram feitas as antigas matrizes. Contribuíu para esta situação um dos maiorais da terra, José Joaquim Cebola, e com os louvados da Câmara de Aveiro (a que pertencia, então, a Palhaça) se fez incluir as matrizes dos terrenos entre a Fonte de Lugar e o Vale da Areosa, para norte, naquele concelho. Para sul, os terrenos ficaram a pertencer ao concelho de Oliveira do Bairro. Resultado: todos os que compravam então terrenos para norte tinham que pagar duas sisas e chegavam a pagar duas décimas, até que as matrizes novas regularizassem a situação e confirmassem a divisão. Apesar disso durante muito tempo, duas ou três casas, que ficavam para baixo da fonte, ficaram a pertencer à freguesia de Oiã, o que era justificado pela sua idade. Uma delas era a de Constantino Simões da Fonte, que ainda hoje pode atestar duas fases de progresso: a do tempo em que os adobes eram fabricados com terra preta à mistura com barro para fazer melhor ligação e a outra, mais recente, em que o adobe de terra deu lugar ao de areia amarela, mais encorpado e seguro. Além disso, aquela velha casa mostra ainda a utilização de materiais existentes na zona: a pedra que era arrancada às pedreiras e alguma outra que não dava cozedura apesar das altas temperaturas que atingiam os fornos, fogo atiçado durante horas por grossos rachões de pinheiro, que abriam para o espaço uma autêntica boca de inferno e cuja temperatura bem fazia suar as estopinhas aos forneiros. Na década de quarenta era ali que o padre começava a visita pascal, depois da visita da cruz ao lugar do Ramalheiro.

Hoje praticamente toda a vida social e comercial da população da Pedreira é orientada para a freguesia da Palhaça, enquanto que para os grandes actos da vida religiosa, como baptizados, casamentos e funerais, recorrem aos serviços da paróquia de S. Simão de Oiã.

O mesmo acontece relativamente à população da Dioga (em número de 6 casais

biblRIA

e 18 habitantes), com esta particularidade: embora territorialmente pertença à freguesia de Oiã, recorre para todos os actos religiosos, incluindo a visita pascal, à vizinha freguesia da Palhaça. E também nesta freguesia a população se inscreve no recenseamento e vota.

Esta divisão foi entretanto sancionada por intermédio do arciprestado de Aveiro, ao qual a freguesia chegou a pertencer depois de acalmados os ânimos de uma e outra parte.

Em tempos remotos, as populações sabiam tirar partido das coisas que as rodeavam. Ainda não há muitos anos, abundavam no Vale da Areosa (ou Ribeira da Pedreira[21], como lhe chama Manuel Simões Alberto) e também na Dioga, a tabua, o junco e naturalmente o bunho. Os terrenos eram baixos, alagadiços e muito humosos e, portanto, muito propícios à criação de espadanas. As mulheres de Vila Nova, aproveitavam estas plantas aquáticas, no fabrico de uma espécie de capas (*as palhoças*) com que se resguardavam da chuva e do frio, dada a carência, nesse tempo, de tecidos e de abafos. Estas capas pela sua perfeição eram muito apreciadas e tinham-se tornado numa espécie de moda indispensável para a época. [22]

Estava assim fundada uma indústria de características artesanais, por oferta simples do Vale da Areosa, que nasce na Sanguinheira, limite do Sobreiro, entre as freguesias de Bustos e Troviscal e vai engrossando o seu caudal à medida que vai conquistando terreno e valas, de tal modo que fez girar moinhos noutros tempos na Raposa, Dioga e também nas Juntas.

Uma indústria semelhante floresceu nos lugares da faixa ribeirinha da freguesia, a da esteira e também a de bancos e cadeiras com bonitos e fofos espaldares, tudo confeccionado com tabua e bunho. Abundando este tipo de plantas aquáticas na zona, não admira que as casas, tal qual acontecia em Vila Nova da Palhaça e nas aldeias limítrofes, séculos atrás, fossem cobertas com bunho e tabua e outras espadanas, à semelhança do que, ainda não há muito tempo, acontecia em terras da Beira Alta, onde as habitações eram cobertas com a palha de cereais, nomeadamente do centeio. Também não espanta que as pessoas vestissem aquelas capas, uma vez que no interior do país havia a tradição da capucha e mesmo saias de palha de trigo ou centeio. Não cremos, todavia (contra o que é voz corrente) que as mulheres da Pedreira se limitassem a ajudar as de Vila Nova eternamente como "assalariadas" na sua confecção.

De antiquidade do lugar da Pedreira fala também o extinto lugar do Grou, que era vizinho das póvoas de João Velho, dos Freixos e Feiteirinha ou Póvoa da Feiteira, e que, em 1730 fazia parte da freguesia de Oiã, situada entre Pedreira, Limeira e Malhapão. A memória colectiva ainda fala alto dos tempos em que as pessoas do Grou iam à missa a Espinhel, levando farnel para saborearam no regresso, quando Oiã pertencia àquela freguesia, com esta deferência por parte do pároco ou celebrante: o acto não começava enquanto não chegassem as pessoas do Grou, a família do Grou.

Na memória colectiva também ainda saltam rumores de que por ali saltaram javalis e uivaram lobos em noites de gândaras imensas.

DIDRIA

PERRÃES — TERRA DE PERO ANES?

bibRIA

A PRIMEIRA referência que se conhece, mas que, de qualquer forma, é um marco histórico a denunciar a antiguidade de Perrães e, consequentemente, a sua importância no começo da nossa nacionalidade, vem expressa na doação que D. Afonso Henriques dela fez em 1174 ao real mosteiro de Santa Maria de Lorvão (Penacova). No mesmo documento é mencionada outra vila, a de Verba, igualmente doada ao mesmo Convento.

Efectivamente, D. Afonso Henriques, *«por graças de Deus Rei dos Portucalenses»*, juntamente com os seus dois filhos, rei D. Sancho e rainha D. Teresa, assim fez carta de testamento e perpétua duração. Mas em Abril de 1176 voltou a fazer nova doação de Perrães ao mesmo Convento, bem como das vilas de Verba, Costa do Valado, Taboeira e Cacia. Nota-se no entanto que, neste segundo documento, há uma maior preocupação de ordem geográfica entre outros pormenores.

Se em 1174, a doação foi feita a favor do Mosteiro de Lorvão e dos Santos, *«de que há no Mosteiro relíquias e oratórios»*, como era o caso de S. Mamede, S. Paio e S. Martinho, na segunda, é lavrada a favor também do abade do mesmo, de nome João, e de todos os irmãos que serviam a Deus. Com esta finalidade: *«para a perpétua sustentação dos monges»* e para os restantes usos, *«com todos os seus termos antigos»* e com todos os seus direitos e pertences.

Tombo 1.º da Ouvidoria de Perraes,

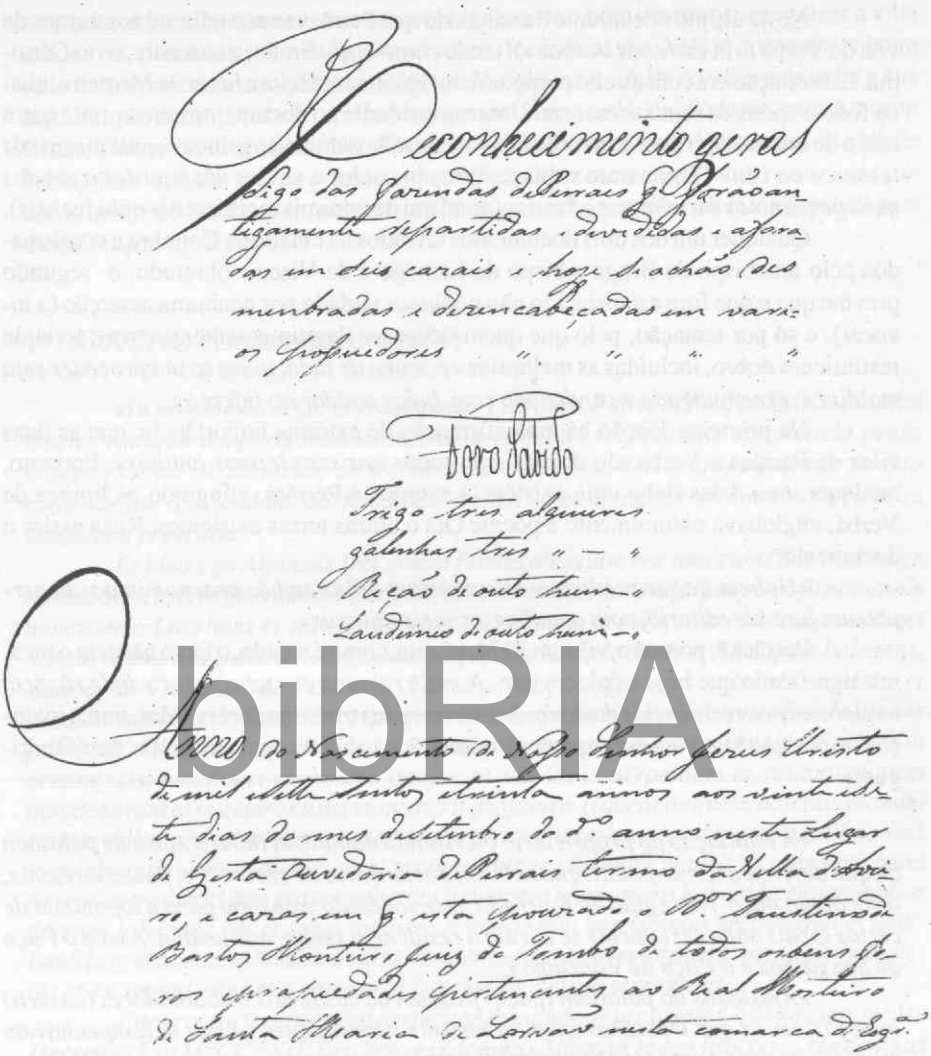
1

Tirado em Sezimo do Original p.ª copia fiel do mesmo

Reconhecimento geral dos moradores dos Lugares de Perraes, Gesta, Silveiro e Rego

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e trinta annos aos vinte e outo dias do mes de Julho do d.º anno, neste Lugar da Gesta termo da Villa d'Aveiro, e casas em que esta apresentado o M.ᵉ Faustino de Bastos Monteiro Juiz deste Tombo comigo Escrivão na facção d'elle em publica audiencia, que aos feitos e partes do d.º Tombo estava fazendo ahi pelo Revd.º P.ᵉ Frei Alvaro Coelho Monge da Ordem de São Bernardo e Procurador geral do Real Mosteiro de Lorvão, residente na Villa de Esgueira e Procurador especial p.ª este Tombo e dependencias d'elle e pella Procuração q. nelle anda junta foi d.º e requerido a elle Juiz q. entre os m.ᵗᵒˢ bens q. pertencião ao d.º Real Mosteiro, bem assim são os Lugares de Perraes Gesta e Silveiro q. tudo antigamente se chamava terra de Perraes e he sella no termo e jurisdição da V.ª de Aveiro e hoje he dividida nos d.ᵒˢ tres Lugares e outros de q. em seu Lugar se fara menção e q. os d.ᵒˢ Lugares de Perraes Gesta e Silveiro estavão divididos em varios Cazaes prazos e aforamentos de q. tudo se pagavão foros Reçoins Laudemios e outros Direitos Domenicais ao d.º Mosteiro e aos Enphiteutas como m.ᵗᵒ largamente constava da Doação e m.ᵗᵒˢ titulos q. apresentavão e outros que avião por aferecidos nas mãos dos mesmos Cazeiros e Enphiteutas q. fizera cittar p.ª virem se conhecerem neste Tombo ao d.º Real Mosteiro p.ª directo Senhorio declarar os direitos Domenicaes q. herão e brigados a pagarlhe os limites confirm.ᵗᵒˢ

BIBRIA



Reconhecimento geral

Digo das fazendas de Perraes q. forão an-
tigamente repartidas e divididas e afora-
das em seis cazais e hoje se achão des-
membradas e desencabeçadas em vari-
os possuidores " " " "

Foro Sabido

Trigo tres alqueires
galenhas tres " — "
Reçaõ de outo hum "
Laudemio de outo hum —

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo
de mil e sette Sentos e trinta annos aos vinte e se-
te dias do mes de setembro do d.º anno neste Lugar
de Gesta Ouvidoria de Perraes termo da Villa de Avei-
ro, e cazas em q. esta pouzado o D.or Faustino de
Bastos Monteiro Juiz do Tombo de todos os bens fo-
ros e propriedades pertencentes ao Real Mosteiro
de Santa Maria de Lorvão nesta comarca de Eg.ª

Reconhecimento geral das fazendas de Perrães, 1730 (Tombo 1º. da Ouvidoria de Perrães).

bibRIA

Neste último documento é assinalado que Perrães se estendia até aos termos da vila de Verba (*«in extremis Verbae»*), tendo como outro limite, a nascente, o rio Cértoma. Esta doação era com direito perpétuo e foi igualmente feita a favor do Mosteiro, abade João e todos os seus sucessores. Uma curiosidade: no documento consta uma outra razão de ordem espiritual de acordo com os conselhos dos evangelhos - *«entesourai vós tesouros no céu»* (Thesaurate vobis tesauros in coelo) e *«o que vós fizerdes a um dos mais pequeninos é a mim que o fazeis»* (quod uni de minimis meis fecistis mihi fecistis).

Qualquer um dos dois documentos lavrados na cidade de Coimbra e confirmados pelo arcebispo de Braga e bispo de Lamego e de Viseu, sobretudo, o segundo previne que o que fora estabelecido não podia ser violado por nenhuma asserção (a invocar), e só por tentação, pelo que quem ocupasse ilegitimamente as terras, teria de restituir em dobro, incluídas as melhorias *«e acima de tudo, quem assim proceder seja maldito e excomungado e condenado com Judas traidor ao inferno»*.

Na primeira doação há uma afirmação de extrema importância: que as duas *vilas* de Perrães e Verba são doadas com todos *«os seus termos antigos»*. Portanto, qualquer uma delas tinha uma existência anterior e Perrães, atingindo os limites de Verba, englobava naturalmente a poente Oiã e outras terras existentes. Reza assim o documento:

«Habeat itaque predictum monasterium villas ambas praenominatas in perpetuum jure hereditario, com omnibus terminis antiquis».

Perrães é, portanto, *vila* em 1174, só que, como é sabido, o facto não tem o mesmo significado que hoje a palavra tem. A *«vila romana era uma propriedade rústica, englobando as residências do dono, dos servos e dos trabalhadores»*. Mas, numa intenção de posição histórica e compreensão simultânea, damos a palavra ao Dr. José Rodrigues:

bibRIA

«A habitação do proprietário ou vivenda dominical tinha o nome de palatium de que derivou o termo palati, que se lê em documentos do século X e, posteriormente, o vocábulo paço. Na região da Bairrada, este vocábulo transitou para a toponímia de certos locais onde certamente se erguia a residência senhorial romana. Assim o Paço de Sangalhos e o Paço de Vilarinho».

«Afastadas do palatium (paço) ficavam os casae dos trabalhadores (casarii) quer fossem os que trabalhavam directamente a terra, quer os que desempenhavam misteres ligados à exploração agrícola: ferreiros, pedreiros, etc.»

«Os trabalhadores rurais englobados na "villa" ou eram cultivadores livres, arrendatários ou foreiros, por contrato temporário ou perpétuo (ingenui) ou eram servos (adscripti).»

"Os agrupamentos de todas estas pessoas dedicadas ao cultivo ou granjeio da "villa" ficaram constituindo o fulcro dos modernos agregados rurais". (23)

Para Gama Barros *«o termo villa designava a granja, o casal, o prédio rústico, a herdade e designava também o conjunto de prédios existentes no mesmo lugar, ou a aldeia»*. É natural que neste caso de Perrães não só designasse a aldeia, onde viviam os

seus possuidores (o *dominus* e seus parentes), mas também os servos, quer dizer a villa urbana e a villa rústica. Na redacção afonsina dos forais (séc. XII) já aparece a palavra *villa* como povoação, enquanto no Código Visigótico o vocábulo *villa* mantinha a sua significação de propriedade rural, com as partes urbana e rústica. Todavia, para Amorim Girão, *Villa urbana* era habitada pelo proprietário da terra, e na villa rústica ou casa de habitação moravam servos e cultivadores. Girão acrescenta que *«eram construções de um só andar ao rés do chão, tendo este último as suas dependências interiormente com a exploração agrícola»*.

1ª DOAÇÃO (Dezembro de 1174)

«In nomine Sanctae et Indiuiduae Trinitatis Patris et Filij et Spiritus Sancti amen. Antiqua temporis institucione et juris debito recionabilis consuetudo penes omnes emersit ut factorum series sucessum numerus fortunarum eventus scripto comendentur comendata ab hominum memoria ne decidant et omnibus preterita consistant presentia.

Et ideo ego Alfonsus Dei gratia Portugalensium rex una cum filiis meis rege domno Sancio et regina domna Tarasia facio cartam testamenti et perpetue firmitudinis monasterio Laurbani et sanctis quorum ibi oratoria et reliquiae consistunt, scilicet Sancto Mameti et Sancto Pelagio Sanctoque Martino, de duabus villis quas habemus, scilicet de Verna et de Perranes. Testamur itaque offerimus atque damus Deo et predicto monasterio Laurbani et prefatis sanctis quorum ibi consistunt oracula ambas predictas villas Veruan uidelicet et Perranes cum omnibus suis terminis et iuribus et pertinencis, pietatis et elemosine intuitu, ut sint ibi in perpetuum in sustentacionem monachorum et in ceteros usus monasterii profuture. Habeat itaque predictum monasterium uillas ambas prenominatas in perpetuum iure hereditario cum omnibus suis terminis antiquis per ubi melius et prout melius eos invenire poterit. Si quis vero quod fieri nom credimus hoc nostrum factum irrumpere temptaverit habeat licentiam abbas domnus lohannes cui et cujus tempore testamentum hoc fecimus reclamandi et apellandi ipse et omnes sucessores sui et insuper quicumque temerator extiterit sit maledictus et excomunicatus et a consorcio Sanctae Ecclesiae segregatus.

Facta carta testamenti et perpetuae firmitudinis in civitate Colimbriae a mense Decembri Era Mª CC.ª XIIª Ego vero rex domnus Alfonsus et ego filius ejus rex domnus Sancius et ego filia ejus regina domna Tarasia qui hanc cartam jussimus facere propriis manibus nostris roboravimus et signa hec fecimus.

Rex Domnus Alfonsus, Rex Domnus Sancius. Regina Domna Tharasia confirmat.

Johannes Braccarensis archiepiscopus confirmat Michael Colimbriensis episcopus confirmat Godinus Visensis episcopus confirmo. Godinus Lamecensis episcopus confirmat.

Petrus Fernandiz regis Sancii, dapifer confirmo. Menendus Gonsalvi eiusdem signifer confirma. Fernandus Episcopus testis. Gonsaluus Fernandiz testis. Nuno

b-BPIA

Goterriz testis, magister lohannes vidit.

Petrus Fasion regis cancellarius confirmat.

(sinal rodado) REX DOMNVS ALFONSVS. REX DOMNVS SANCIVS, REGINA DOMNA TARASIA CONFIRMANT».

2ª DOAÇÃO (Abril de 1176)

«In Dei nomine et ejus misericordia.

Haec est carta testamenti siue donations et perpetuae firmitudinis quam jussi facere ego rex domnus Alfonsus una cum filio meo rege domno Sancio et uxore ejus regina domna Dulcia et filia mea regina domna Tarasia, ad honorem Dei et sancti Mametis et aliorum sanctorum quorum reliquiae in monasterio Laurbanensi habentur, vobis domno lohanni eiusdem monasterii abbati et fratribus ibidem Deo serventibus, de tribus villis nostris, quarum una vocatur Perranes quomodo dividit per fluvium Certome et protenditur usque ad terminos villae de Verua. Altera vero villa vocatur Verua quomodo dividit cum terminus proximis ad Valadi. Alia vero vocatur Tavoeira quomodo concluditur infra terminos de Kacia.

Damus atque concedimus vobis et cunctis sucessoribus vestris jure perpetuo abendas sicut nos eas melius abuimus, ob remedium animarum nostrarum, attendentes illud quod dicitur "Tesaurizate vobis tesauros in celo" et cetera. Et illud "Quod uni de minimis meis fecistis mihi fecistis". Ab hac itaque die de jure nostro sint abrase et in vestro e vestrorum jure et dominio sint tradite et confirmate in perpetuum. Quod si aliquis venerit qui hoc nostrum factum violare temptaverit no sit ei licitum per ullam assertionem sed pro sola temptatione reddat vobis eas duplatas et quantum fuerint meliorate et domino terre aliud tantum. Et insuper sit maledictus et excomunicatus et cum Juda traditore in inferno dampnatus. Ego autem supra dictus rex Alfonsus una cum filio meo rege Sancio et uxore ejus regina Dulcia et filia mea regina Tarasia qui hanc cartam jussimus facere cum manibus nostris roboravimus et hec signa fecimus.

Facta carta mense Aprili Era Mª CCª XIIIIª.

(Sinal) Ego rex Alfonsus manu mea confirmo. regina Tarasia filia ipsius confirmo.

(Sinal) Ego rex Sancius confirmo, ego regina Dulcia uxor istius regis confirmo.

Menendus Gunsaluiz vidit, Suariz Menendiz vidit, Gunsaluus Gunsaluiz vidit, Velascus Fernandis vidit.

Michael episcopus Colimbriae vidit et laudavit, Godinus episcopus Lamecensis vidit, Godinus archiepiscopus Bracharae vidit, Fernandus electus Portugalis vidit.

Petrus Salvadoris testis. Nicholaus testis. Didacus Teliz testis.

Magister lohannes testis. Petrus Felgion testis. Nunus Goterriz testis.

Et Abbas lohannes notuit per jussum Alfonsi regis».

Explicado que está o conteúdo dos dois documentos que se referem *à vila* de Perrães (vila no sentido medieval do termo), aqui ficam tal qual os achámos no Tombo

bibRIA

de Perrães, páginas 42 a 46 e verso, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Matias Rodrigues da Silva, escrivão do tombo, assegura, no final da trasladação, que o padre procurador lha *«apresentou em pergaminho»* e que *«não continha mais nada na dita doação que o dito padre procurador apresentou escrita em pergaminho, que parecia ser a original, limpa e sem vício e se conservara no arquivo do dito Mosteiro...»*

Perrães que, a 4 de Novembro de 1504, fora aforada em fateusim a Fernão Gonçalves, morador do lugar, para ele e para sua mulher, Brevis Gonçalves e para todos os seus filhos herdeiros e sucessores, com a obrigação de pagar foro (que constava de *«um alqueire de trigo limpo e de receber e uma galinha»)*, pago por S. Miguel de Setembro, foi aforada, novamente, a 30 de Junho de 1528 - *("todo o lugar de Perrães")* para ser arroteado, a Afonso Fernandes e sua mulher Isabel e a Fernão Gonçalves e sua mulher, Margarida Gonçalves e a Margarida Anes, mulher que fora de Pedro Fernandes e a Álvaro Fernandes e sua mulher Francisca Fernandes e a Margarida Pires, viúva de Gonçalo Fernandes e a Martens Fernandes e a sua mulher Madalena Afonso, todos moradores no dito lugar, mas não nos aparece referenciada em documentos anteriores a 1174, altura da sua doação ao Convento de Lorvão por D. Afonso Henriques, ao contrário de outras terras: por exemplo, em 1058 são doadas ao convento da Vacariça as vilas de Lazáro e de Levira *«ad occidentalle partem per ubi dicunt Mamoa Rasa ubi este illa heremita que vocitant sei romani»* (era Mamarrosa); mas antes em 995, na doação de Iderquina Pala da villa de Aguada com a sua igreja e seus anexos, aparece Oliveira do Bairro (Ulvaria) como limite de Aguada. Também Paradela aparece citada em 1084 numa doação ao Mosteiro de Vacariça. Sangalhos (Sangallios) surge a cada passo igualmente na documentação do *Livro Preto* da Sé de Coimbra. Perrães, nem uma única vez. Curioso é que, segundo o mesmo livro, em 1199, Pedro, bispo de Coimbra, autorizou o prior do convento de S. Pedro de Arganil a fundar uma igreja na Murta, ficando obrigado a dar os direitos episcopais, tal como outras igrejas da diocese.

Quanto à origem do nome de Perrães, serão de considerar algumas hipóteses.

Poderia derivar da palavra latina *petrales*, no plural, com raiz de *petra, perra*. Mas este étimo, que figura em muitas outras povoações, como Valperra, Perrace, cai por terra, uma vez que no seu solo e muito menos à superfície se distingue qualquer tipo de pedra que desperte atenção.

«Assim fica de preferir a solução antroponímica: o genitivo Perranis de um nome pessoal Perrus ou Perranus (não é aceitável a exclusão destes genitivos "irregulares" em anis de nomes em - us - nem a opinião de que se trata de plurais; - anes), o que evoluiria para Perranis>Perranes>Perrães. Notável que a solução pela vila Perranis conforma-se perfeitamente com a terra oleana...» — opina António de Almeida Fernandes, de Tarouca.

Mas também o padre António José Baptista, de Facha, nos deu o seu parecer: a respeito de Perrães, são inúmeros os topónimos derivadas de pedra, de radical *perr* e muitos deles adoptados como nomes pessoais, conforme o caso de Perrães, certamente com origem no nome pessoal Perrus: *Perrus>Perranis>Perrães* (de genitivo latino

biblioteca digital

Perranis, sc. «villa Perranis» ou do sr. Perro ou Perrano, em que neste caso não se trata de sufixo propriamente dito, mas da flexão genitiva latina). O facto de no local não haver pedra só confirma a hipótese de se tratar de nome de pessoa. Seria, pois, uma vasta herdade que pertenceu a esse senhor (villa Perranis como costumavam dizer os romanos e também depois os visigodos e os neo-godos a respeito das vilas rústicas...)

Não será descabido com esta base, por arrojo minimamente alicerçado, afirmar que Perrães, grafado *Perraens* em documentos paroquiais do século XVII, possa ter origem em nome e sobrenome de pessoa.

O topónimo seria formado por aglutinação do nome do proprietário (*Perrus*) com o sobrenome *Anes*: Perrus+Anes > Perranes > Perraens > Perrães. É uma versão sedutora que não deixa, todavia, de ter os seus riscos. Na verdade, no tombo de Perrães efectuado em 1730 e reportado a tempos antigos e a descendentes de Fernão Gonçalves que o documento aponta, por informação todavia não explicitada do padre frei Álvaro Coelho, procurador do dito tomo, como *«primeiro povoador do dito lugar de Perrães»* surgem pelo menos duas figuras femininas, uma de nome Maria e outra de nome Margarida, e ambas com o sobrenome Anes. Não serão elas descendentes desse tal Perrus Anes ou mesmo Pero Anes? O apelido Anes surge a cada passo por muitos lugares da freguesia, tal qual os de André e Tomé.

Posta de lado a primeira busca (*petrales*), por improvável e cimentada no próprio terreno, restam-nos estas duas muito próximas, porque na raiz primeira. De qualquer forma, há o nome Perrus. A não ser que seja proveniente, por transplantação, a par da palavra Oiã, da Galiza, onde há uma terra, de nome Preans, junto ao mar e pertencendo à paróquia de Santa Maria de Oia. Neste caso, tanto Oiã como Perrães teriam exactamente a mesma origem, a mesma idade.

biblRIA

Embora um pouco extenso, vamos deixar aqui, como curiosidade, o documento de reconhecimento geral dos moradores dos lugares de Perrães, Gesta, Silveiro e Rego extraído de Tombo 1º da Ouvidoria de Perrães. Ali se vê que os lugares de Perrães, Gesta, Silveiro e Rego, contando os seus pertences, terras, vinhas, matos, pinhais e maninhos e tudo o que era incluído em seus limites, pertenciam ao real Convento de Santa Maria de Lorvão, a quem pagavam foros, rações, laudémios e muitos outros direitos, conforme constava dos chamados forais ou contratos. Os cabeças de casal pagavam pelo dia de S. Miguel de Setembro *«três alqueires de trigo, bom, e de receber, e três galinhas e de todas as novidades que Deus lhe dava nas ditas propriedades de oito para um, o pão partido na eira, o vinho à bica do lagar e o linho no tendal»*, bens estes que antes tinham de ser fiscalizados pelos mordomos, procuradores ou rendeiros do dito mosteiro. Àqueles competia ver, medir e partir, e os lavradores eram obrigados a esperar 24 horas pela sua chegada. A parte que tocava ao senhorio, eram obrigados a levá-la *«em seus sacos e vasilhas ao celeiro, adega ou casa que lhe fosse destinada dentro do destrito desta Ouvidoria»*.

Todavia, muitas vezes os foreiros esquivavam-se, o mais que podiam, ao pagamento do foro e se, em dada altura, substituíram a obrigação de dar o capão por galinha, alegando dificuldades, também sem ordem foram dividindo e repartindo entre

si as propriedades, porque *«sendo a dita povoação aumentada em maior número de moradores»* e até por *«outras pessoas de fora do dito lugar»*, *«estava o dito foro confuso»* e de tal sorte que naquela altura (1730) *«só se achavam encabeçadas sete quartas de trigo do dito foro por alguns chamadas cabeças...»*. No entanto, por contrato, não as podiam *«vender e alhear, não sendo a pessoas de maior condição que eles caseiros, nem dar dos foros direitos»*. Por outro lado, os foreiros tinham obrigação de trazer as suas propriedades *«reparadas e cultivadas, melhoradas e não danificadas»*.

Embora não houvesse títulos (ninguém os possuía), reconheceram os casais que as terras e todos os seus bens pertenciam ao seu directo senhorio o real Convento de Lorvão e que, sem título, as tinham herdado *«dos seus antepassados, descendentes dos primeiros povoadores a quem pelo Mosteiro foram aforadas...»*.

Deste reconhecimento se extraem, porém, duas informações de inegável valor histórico e que são: *«entre os muito bens que pertenciam ao real Mosteiro de Lorvão, bem assim eram as propriedades do casal citas no lugar de Perrães que foram aforadas em fateusim perpétuo a seis filhos e genros de Fernão Gonçalves, primeiro povoador do dito lugar de Perrães...»*.

«...Entre os muitos bens que pertenciam ao dito Real Mosteiro, bem assim são os lugares de Perrães, Gesta e Silveiro, que TUDO ANTIGAMENTE SE CHAMAVA TERRA DE PERRÃES».

Não deixa de ser intrigante o facto de o documento apontar para quem foi o primeiro povoador do dito lugar, exactamente Fernão Gonçalves. Entretanto, isso não significa que Fernão Gonçalves tivesse sido o seu primeiro habitante, mas tão só e naturalmente o homem que, como colono, desenvolveu a terra não só demograficamente mas também no amanho dos maninhos, alargando essa acção para sul, Gesta, Silveiro e para norte, Rego.

Quanto à antigamente chamada *«Terra de Perrães»*, esta afirmação serve para concluir que, aquando da sua doação, não englobava só os referidos lugares. O documento considerava a doação até aos limites de Verba, pelo que é de afirmar que nesta operação fossem englobadas todas as terras a poente— Silveira, Malhapão, Oiã e Águas Boas— porque, se as propriedades chegavam a Verba, não seria através de um vazio, o que vem assim dar a maior importância à *vila* de Perrães.

Resta-nos dizer que o recente pagamento dos dízimos não era mais do que uma continuação do pagamento dos foros aos anteriores senhorios. Concretamente na freguesia eram devidos aos Duques de Lafões e, anteriormente, aos Condes de Arronches, os seus donatários.

Se não há reminiscências na memória colectiva quanto à localização dos anteriores celeiros, destinados a receberem uma parte de todas as novidades que a terra dava, há uma certeza: o último celeiro existente em Perrães para recebimento dos dízimos situava-se a sul do arraial de Nossa Senhora das Febres e além da fita da estrada, um pouquinho para a direita.

Todavia, nos fins do último século, as pessoas, confrontadas com tal pagamento, que sobrecarregava de dificuldades o sempre periclitante governo da casa, olhavam de

BIBRIA

viés para os celeiros e muito mais para os cobradores, que por seu lado nem sempre seriam exemplarmente justos.

Assim é que, nos fins do século passado e início deste, as coisas não corriam bem porque, por um lado, o celeiro destinado aos povos da faixa ribeirinha ficava no lugar de Perrães, enquanto, por outro lado, o cobrador era do Silveiro. As pessoas não se conformavam, os ânimos exaltavam-se e, sobretudo, andava no ar a suspeita de que o cobrador beneficiava os moradores do seu lugar, em detrimento dos de Perrães. O azedume acabou por ganhar laivos de guerra fria e, de vez em quando, os moradores pegavam-se em escaramuças. Um dia, precisamente, no dia da festa de Nossa Senhora das Febres, os do Silveiro, anteriormente castigados de língua e pau pelos povos vizinhos, vestidos de camisas brancas e de lenços vermelhos ao pescoço, armaram-se de bons marmeleiros e enfiando pela rua do Cabeço, onde estavam muitas mulheres a vender, partiram tudo. Responderam-lhes os de Perrães, com iguais argumentos. De paulada em paulada e de desafio em desafio, foram ambos os grupos parar à loja do José do Grilo, no Cabeço, onde nem as caçoulas de carne assada foram poupadas, restando-lhes no abrandar do refrega as medalhas dos molhos pelas roupas e os vergões grossos e duros como resultado das castigadoras pauladas dadas à moda de moleiro, de lado, no dizer de José Freitas, da Gesta.

Tombo 1º da Ouvidoria de Perrães

bibRIA

Reconhecimento geral dos moradores dos lugares de Perrães, Gesta, Silveiro e Rego.

«Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil setecentos e trinta anos, aos vinte e oito dias do mês de Julho do dito ano, neste lugar da Gesta, termo da vila de Aveiro e casas em que está apresentado o desembargador Faustino de Bastos Martins, juiz deste tombo, comigo escrivão na facção dele em pública audiência que aos feitos e partes do dito tombo estava fazendo, aí pelo reverendo padre Frei Álvaro Coelho, monge da Ordem de S. Bernardo, procurador geral do Real Mosteiro de Lorvão, residente na vila de Esgueira e procurador especial para este tombo e dependências dele pela procuração que nele anda junto, foi dito e requerido a ele juiz que, entre os muitos bens, que pertenciam ao dito Real Mosteiro, bem assim são os lugares de Perrães, Gesta e Silveiro, que tudo antigamente se chamava terra de Perrães e é sita no termo e jurisdição da vila de Aveiro e hoje é dividida nos ditos três lugares e outros de que em seu lugar se fará menção e que os ditos lugares de Perrães, Gesta e Silveiro estavam divididos em vários casais e prazos e aforamentos de que tudo pagavam foros, rações, laudémios e outros direitos dominicais ao dito Mosteiro e a seus enfiteutas como muito largamente constava da Doação e muitos títulos que apresentaram e outros que havia oferecidos nas mãos dos mesmos caseiros e enfiteutas que fizera citar para virem reconhecer neste tombo ao dito Real Mosteiro, o directo senhorio, declarar os direitos dominicais que eram obrigados a pagar-lhe, os limites,

confrontações e demarcações dos ditos lugares e se dentro deles havia outro algum senhorio e para cada um deles particularmente, digo cada um deles reconhecer particularmente as terras que possuíam, dá-las à medição, louvando-se as suas partes, medindo e demarcando-se por todos os muitos termos e autos judiciais do dito tombo até final sentença com cominação de que, não vindo, se proceder em tudo às revelias (...) por estar presente, António Francisco escrivão das achadas nesta Ouvidoria de Perrães, por ele foi dada a sua fé de que ele notificara os moradores dos ditos três lugares e da Póvoa do Rego e as mulheres dos que eram casados constantes do rol que eu escrivão lhe dera e que vai adiante com a certidão do mesmo escrivão à vista de quem ele juiz os ouve por citados para todo o referido e os mandou apregoar pelo oficial da mesma Ouvidoria e sendo presentes os abaixo assinados lhes deu juramento dos santos evangelhos em que puseram suas mãos direitas debaixo do qual declararam que do dito lugar de Perrães, Gesta e Silveiro, contadas suas pertenças, terras, vinhas, matos, pinhais e maninhos e tudo o muito que se incluía nos limites dos ditos lugares, de tudo directo senhorio o Real Mosteiro de Lorvão, e por tal o reconheciam e se lhe pagavam os foros, rações, laudémios, muitos direitos dominicais que declarariam, cada um em seus reconhecimentos, que dentro dos ditos lugares e seus limites não havia outro algum senhorio nas ditas terras e propriedades e só a jurisdição do cível e crime era da Exmª Casa de Aveiro e que os sítios por onde partiam as demarcações dos ditos lugares eram, principiando em um marco da Sereníssima Casa de Bragança , apegado à galilé [alpendre] *da capela de Nossa Senhora dos Emendos e dele vai direito ao arvoredo da Gocha, que está por baixo das Pedras Ruivas aonde se mete no Rio Cértoma e daí vai pelo veio da água do dito Rio Cértoma acima, até chegar à costa do Silveiro e entestar no Campo de Diogo de Nápoles e daí vai pelo rio Elvira* [Levira] *até ao marco que está acima do porto do Silveiro que demarca o termo de Oliveira do Bairro e Recardães e daí continua pelo dito rio acima até aos moinhos do Ervedal, que são do dito Mosteiro do Lorvão, aonde está um marco e daí vai pela estrada acima direita à Quinta de Manuel Duarte, de Perrães, onde está outro marco, que está no caminho que vai do Silveiro para o Furadoiro e daí direito a outro que está na estrada que vai de Oliveira do Bairro para Aveiro e daí pela estrada que vai para a Seara, direito ao marco do Coqueiro e daí direito à Fonte Lioza, partindo com o prazo de Rodrigo Homem de Quadros, que é do mesmo Mosteiro e da dita fonte vai direito às casas da Marinha, onde morou o Seabra e daí pelo Cabeço Vermelho direito ao Cabeço de Aguieiras e, voltando abaixo vai direito a outro marco que está onde chamam a Quinta e desta vai direito ao outro marco que está na capela de Nossa Senhora dos Emendos, onde se começou; e que de todas as novidades que Deus dava nas terras da dita demarcação adentro pagavam de oito para um ao dito Mosteiro, a saber: o pão na eira, vinho no lagar, linho do tendal e os muitos frutos nos lugares dos seus recolhimentos e de onde os não levantavam sem, primeiro, fazerem aviso aos procuradores, feitores ou rendeiros do dito Mosteiro para lhos irem partir sob as penas do foral e as mais contidas em seus contratos e, depois dos ditos frutos assim partidos, eles, caseiros, levam a parte que toca ao dito Mosteiro em seus sacos e vasilhas, à sua própria custa, à casa ou celeiro que os ditos procuradores ou rendeiros lhe determinam, dentro do distrito desta Ouvidoria de Perrães e das*

OUDRIA

vendas e alienações que faziam pagavam o domínio de oito para um, mas que as não podiam fazer sem primeiro pedir licença ao dito Mosteiro, que tinha preferência tanto pelo tanto e que tudo era além dos foros sabidos que também pagavam assim dos casais que antigamente lhe foram aforados em feteusim, como também das mais terras que lhe foram depois emprazadas em vidas e maninhos que lhe foram repartidos de que exibiriam os títulos que tivessem, e, não os tendo, requeriam que o procurador do dito Mosteiro juntasse os que ouvisse no cartório da vila para que por eles e à vista deles não duvidavam se fizesse e sentenciasse este tombo e queriam estar pelos citados títulos com todas as cláusulas, condições e obrigações que deles contasse que as ditas terras eram livres e desembargadas de outra qualquer obrigação que não fosse as dos direitos dominicais ao dito Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, directo senhorio delas, segundo a forma que tem declarado e sempre assim fora uso e costume de tempo imemorável a esta parte, e que sabiam por verem e ouvirem os seus antepassados sem haver fala ou rumor em contrário de tudo o que tem dito e assim não duvidavam dar as ditas fazendas à medição, em particular declarando as confrontações, nomes e semeaduras e o muito que fosse preciso para a clareza deste tombo a cujos oficiais não tinham suspeição alguma nem embargos, excepção, digo, excepção ou dúvida, com que os aparecem, e, nesta forma, haviam feito seu reconhecimento geral que o dito padre procurador disse aceitava em nome do dito seu mosteiro e protestava pelo seu direito e em tudo o muito que tivesse, digo, o mais em que o tivesse para que lhe ficasse sempre preservado, de que tudo ele juiz mandou fazer este auto que assinou com o dito padre procurador e os ditos reconhecentes moradores nos ditos lugares pela ordem contida no rol que vai adiante e, a rogo das mulheres, por não saberem ler nem escrever, assinou João Nunes dos Santos, solteiro, do lugar de Verdemilho, termo da vila de Aveiro sendo testemunhas presentes, Francisco Luís, solteiro e Manuel Matias, ambos da vila de Esgueira, que também, assinaram e eu, Matias Rodrigues da Silva, escrivão do tombo, que o escrevi e assinei, Matias Rodrigues da Silva.

Seguem as assinaturas
Juiz Faustino de Bastos Monteiro
Padre Procurador Frei Álvaro Coelho

RECONHECIMENTO GERAL, digo das fazendas de Perrães, que foram antigamente repartidas, divididas e aforadas em seis casais e, hoje, se acham desmembradas e desencabeçadas em vários possuidores.

Foro sabido
trigo: três alqueires,
galinhas: três
ração de oito para um
laudémio de oito para um

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e trinta, aos

bibRIA

vinte e sete dias do mês de Setembro do dito ano, neste lugar da Gesta, Ouvidoria de Perrães, termo da vila de Aveiro e casas em que está pousado o juiz Faustino Bastos Monteiro, juiz do tombo de todos os bens, foros e propriedades pertencentes ao Real Mosteiro de Santa Maria do Lorvão, nesta comarca de Esgueira, por provisão de sua Majestade que Deus guarde, aí pelo padre Álvaro Coelho, procurador do dito Tombo, foi dito e requerido a ele juiz que, entre os muitos bens, que pertenciam ao dito Real Mosteiro de Lorvão, bem assim eram as propriedades do casal sitas no lugar de Perrães que foram aforadas em fateuzim perpétuo a seis filhos e genros de Fernão Gonçalves, primeiro povoador do dito lugar de Perrães, a saber: Afonso Fernandes e sua mulher, Isabel Pires; Fernão Gonçalves e sua mulher Margarida Gonçalves; Álvaro Fernandes e sua mulher, Francisca Fernandes, e Margarida Pires, mulher que foi de José Gonçalo Fernandes e Maria Anes, mulher que foi de Pedro Fernandes e Álvaro Fernandes e sua mulher, Francisca Fernandes e Margarida Pires, mulher que foi de Gonçalo Fernandes e Martim Fernandes e sua mulher Madalena Afonso, com foro de três alqueires de trigo e duas galinhas e um capão; tudo bom e limpo e de receber pago por dia de S. Miguel de Setembro e a ração de todas as novidades de oito, o pão na eira, o vinho à bica do lagar, linho no tendal e as muitas novidades nos lugares dos seus reconhecimentos com outras muitas cláusulas e condições que constam do dito aforamento pelo qual também sabe que as propriedades do dito casal ou casais partiam e confrontavam da maneira seguinte, a saber: do Aguião com a Mouta do Sobreiro e com a terra que foi de João Lourenço da Gesta e daí vai ter ao rio do Cértoma e, então, por aí, ao Rego das Almoinhas e daí vai ter às Cruzes pelo caminho que vai, outra vez, cerrar na dita Mouta do Sobreiro e com outras confrontações e divisões com que de direito deve partir e que, sendo a dita povoação aumentada em maior número de moradores, se foram dividindo e repartindo por eles as ditas propriedades e alheando em outras pessoas de fora do dito lugar que hoje as possuíam e estava o dito foro confuso, de sorte que só hoje se achavam encabeçadas sete quartas de trigo do dito foro por alguns chamadas cabeças a que ajudavam seus coherdeiros e também pagavam parte das galinhas a que também tinham reduzido o capão e assim trazia citados os ditos possuidores que eram os abaixo declarados e as mulheres dos que eram casados para reconhecerem as ditas propriedades neste tombo e as darem à medição com as suas semeaduras e confrontações e exibir o título de como as possuíam, declarar o foro, ração e direitos dominicais que delas pagavam ao dito Mosteiro e obrigações que tinham e se faziam foro a outras pessoas, reconhecessem que senhorio ou se tinham algum encargo, pio ou profano, e que a citação lhes fora feita por mim escrivão para tudo o acima dito de que dou fé e sendo presentes os abaixo assinados, ele juiz lhes deu o juramento dos santos evangelhos, debaixo do qual lhe mandou e encarregou de dizerem a verdade do que soubessem acerca do relatado no requerimento do dito padre procurador, o que prometeram fazer. E disseram que era verdade que eles possuíam as propriedades do dito casal ou casais de Perrães, que se compreendem dentro da demarcação contida no aforamento acima dito, a saber: do Aguião que confronta de norte com a Mouta do Sobreiro que, hoje, se chama ainda a Mouta e são terras dos casais da Gesta, digo, dos Casais do lugar da Gesta com quem vai partindo e foram terra de João Lourenço,

biblRIA

do lugar da Gesta e chega até à vala que divide o paul de Perrães e daí vai ter ao rio do Cértoma, correndo pela vala do dito paul ou mata até chegar às terras que chamam as Pereiras e destas vai voltando a nascente até ao caminho que chamam os Concurinhos e daí vai pelo dito caminho e daí vai por entre as várzeas e o Rodelo até chegar ao Rio Cértoma abaixo das Pereiras e daí vai pelo veio do dito rio até ao Rego das Almoinhas e daí pelo dito Rego acima, partindo do sul com os casais da Gesta até ao caminho onde chamam as Cruzes que é o que vai do Silveiro para o Rego e daí vai partindo do poente pelo dito caminho até chegar a outro caminho que vai de Perrães para as terras da Gândara e daí vai por baixo até ao caminho que vai de Perrães para o Rego e daí para a parte norte, partindo do poente com o dito caminho e vai cerrar na Mouta onde principiou; e que de todas as terras dos ditos limites que se compreendem dentro deles, reconheciam por directo senhorio o Real Mosteiro de Santa Maria do Lorvão a que pagavam de foro em cada ano pelo dia de S. Miguel de Setembro três alqueires de trigo, bom, e de receber e três galinhas e de todas as novidades que Deus lhe dava nas ditas propriedades de oito para um, o pão partido na eira, o vinho à bica do lagar e o linho no tendal e os muitos frutos nos lugares dos seus reconhecimentos de onde os não podiam tirar sem primeiro fazer aviso ao mordomo, procurador ou rendeiro do dito Mosteiro para as ir ver medir e partir; residindo eles nesta Ouvidoria, eram obrigados a esperar por eles vinte e quatro horas e, não sendo no dito termo, as podiam partir e levantar perante o juiz da terra ou duas testemunhas e a parte que tocava ao dito, senhorio eram obrigados a levá-la em seus sacos e vasilhas ao celeiro, adega ou casa, que lhe fose destinada dentro do distrito desta Ouvidoria. Porém, que de algumas das ditas propriedades, que ficavam para a parte do campo e Mata de Perrães, cobrava de presente os oitavos o desembargador Geraldo Pereira Coutinho, senhorio útil da dita Mata e Paul, mas os foros sempre se pagaram das mesmas propriedades ao Mosteiro por serem pertencentes aos casais de Perrães e ao aforamento acima dito, por tais serem sempre tidas, havidas e reputadas; e que, outrossim, não podiam vender, trocar, escambar nem alhear as ditas propriedades ou parte delas sem primeiro fazerem saber ao dito Mosteiro, directo senhorio e seus procuradores, para que, querendo-as tanto pelo tanto, tem a prelação (preferência) *e, não as querendo, então, com sua licença as poderão vender, digo, as podem vender e alhear, não sendo a pessoas de maior condição que eles caseiros, nem dar dos foros direito e pagando-lhe o laudémio e domínio de oito para um, como sempre se usou e costumou, tendo assim muita obrigação de trazerem as ditas propriedades reparadas, cultivadas, melhoradas e não danificadas e que delas não tinham outro título mais que não fosse por herança dos seus antepassados, descendentes dos primeiros povoadores, a quem foram pelo Mosteiro aforadas e se no cartório deles havia algum título, por ele queriam citar ou acertá-lo de novo com todas as obrigações sobreditas que se obrigavam a conferir e a guardar por suas pessoas e bens havidos e por haver em seus nomes e de seus senhores, que das ditas propriedades não reconheciam outro algum senhorio nem tinham outro encargo, pio ou profano e assim não duvidavam se lançasse em um tombo e dá-las à medição, declarando seus nomes e semeaduras e confrontações e não queriam que o foro se destrinçasse nem partisse e encabeçasse em uma ou mais cabeças*

DIGRIA

como a ele juiz do tombo parecesse mais útil, para a boa arrecadação de segurança do dito povo e comodidade dos seus reconhecentes, pelo que em tudo se louvavam em António Rodrigues deste lugar da Gesta e António Duarte do mesmo lugar de Perrães e os inquilinos destes casaias que fizeram o dito reconhecimento são os seguintes a saber: Manuel Rodrigues de Almeida e sua mulher, Maria Duarte; Ascença João, viúva de Miguel João das Areias; Pedro Simões Fanate e sua mulher Maria Francisca; António Francisco e sua mulher, Maria Francisca; Pedro Francisco Malhado e sua mulher Joana Francisca; Isabel João, viúva de Luís Francisco; João Jorge e sua mulher; Luís Simões e sua mulher Joana Francisca; Bartolomeu João Alferes e sua mulher Antónia Francisca; João Francisco, solteiro; Miguel João Louro, viúvo; Manuel Francisco e sua mulher Maria João; Damião Tomás e sua mulher Maria Francisca; Manuel Simões e sua mulher Antónia Simões; Mateus Francisco e sua mulher Maria Antónia; Maria Francisca, viúva de Pedro Francisco Malhado; João Simões Paradela e sua mulher; Pascoal Francisco Gaita e sua mulher Maria Francisca; Manuel Duarte e sua mulher Maria Tomás; Maria Tomás, viúva de Pedro Simões; Manuel Simões e sua mulher; Maria Francisca, viúva que ficou de Vicente Simões; Miguel Simões e sua mulher Madalena Duarte; Manuel Pires Marto e sua mulher Isabel Duarte; António Francisco, solteiro; Pedro Simões e sua mulher Maria Francisca; Manuel João Conde, viúvo; Manuel Francisco Coelho, João Simões, genro de Manuel Duarte e sua mulher Maria Francisca; Pascoal Duarte e sua mulher Joana Francisca; António Duarte e sua mulher; João Francisco Loureiro e sua mulher Madalena Francisca; João Duarte, solteiro; António Francisco Gaita e sua mulher; João Rodrigues das Cruzinhas e sua mulher Maria Francisca; Estêvão Simões e sua mulher Maria Francisca; Pedro Francisco, viúvo; Maria, solteira, filha que ficou de Manuel Martins; Ana Martins, viúva que ficou de Manuel Simões; Manuel Nunes, solteiro; Simão Tomé e sua mulher Pascoal Francisca; Simão Francisco, viúvo; Filipa Tomásia, mulher solteira; António Francisco Alfaiate e sua mulher Ana Francisca; João Marques, viúvo; Manuel Rodrigues, solteiro, Maria Francisca, viúva de João Simões, carpinteiro; Maria Francisca, viúva de Domingos Simões; Estêvão Francisco e sua mulher Isabel Simões; Manuel Duarte, viúvo; João Duarte, solteiro; João Rodrigues de Almeida e sua mulher Maria Francisca; João Dias e sua mulher; Silvestre Pires, barbeiro e sua mulher Lourença Simões; António, solteiro; a viúva que ficou de João Francisco, do Cruzeiro; Manuel Francisco Martinho e sua mulher Madalena Francisca; José Pires e sua mulher; Domingas Francisca, viúva de António Francisco Carvalho, todos moradores no lugar de Perrães e António Pires e sua mulher; Isabel Simões, viúva de António Pires; António Fernandes e sua mulher; Pascoal João e sua mulher Maria Simões; Manuel Simões e sua mulher Maria Simões; João Fernandes Janeiro e sua mulher; Manuel Francisco, e sua mulher; Francisco Simões, viúvo, Manuel Simões e sua mulher; Manuel João Conde e sua mulher Maria Simões; Simão Martins, viúvo, todos moradores no lugar do Rego; Simão João, viúvo; António Francisco Nabo e sua mulher Ana Dias; Pedro Simões e sua mulher Maria Francisca; André Rodrigues e sua mulher; Maria João, viúva de Manuel Simões; Francisco Rodrigues e sua mulher Maria Simões; Manuel Francisco Vicente e sua mulher, Maria Francisca; Manuel de

BIBRIA

Oliveira; Domingos Lourenço e sua mulher Isabel Francisca; João Pires Coelho e sua mulher Isabel Martins; Lourença Simões, viúva de Manuel Martins; Madalena Simões, viúva de Manuel Francisco; Madalena Simões, viúva de Manuel Francisco Serralheiro, todos moradores no lugar da Gesta; Francisco Rodrigues e sua mulher de Oiã, tudo termo da vila de Aveiro; António João, do Silveiro e sua mulher; Maria André, viúva, do Furadouro; Pascoal Francisco e sua mulher, da Seara, tudo termo da mesma vila de Aveiro; António Duarte e sua mulher, do lugar de Fermentelos, termo da vila de Óis da Ribeira, o qual reconhecimento o dito padre procurador do Mosteiro, diz o aceitava e consentia nos ditos louvados e não duvidava que suposto no foral que consta do tombo antigo que o foro eram duas galinhas e um capão, visto os reconhecentes estarem impossibilitados de pagarem o dito capão, mas por ele uma galinha, visto o uso e costume em que estavam e visto não levar o dito Mosteiro detrimento considerável, assim se lançava em tombo e o muito que o dito seu Mosteiro ficasse prejudicado protestava lhe ficasse seu direito salvo, digo, direito reservado e queria que tudo se julgasse por sentença, o que visto por ele juiz lhe mandou vir perante si os louvados— António Rodrigues, António Duarte, e lhe deu o juramento dos Santos Evangelhos em que puseram suas mãos direitas e lhes encarregou que bem era verdade medissem e apegassem as propriedades dos ditos seis casais e por elas repartissem o foro com igualdade, o que os ditos louvados prometeram fazer pelo juramento que recebido haviam e de tudo ele juiz mandou fazer auto que assinou com o dito padre procurador, reconhecentes, louvados e, a rogo de suas mulheres, assinou João Nunes dos Santos, do lugar de Verdemilho por elas lhe rogarem e dizerem que não sabiam ler nem escrever, sendo testemunhas presentes, Manuel Matias, Francisco Luís, da vila da Esgueira, que também assinaram e eu, Matias Rodrigues da Silva, escrivão do tombo que escrevi. Faustino Bastos Monteiro, Frei Álvaro Coelho. Seguem as muitas assinaturas dos».

DIGRIA

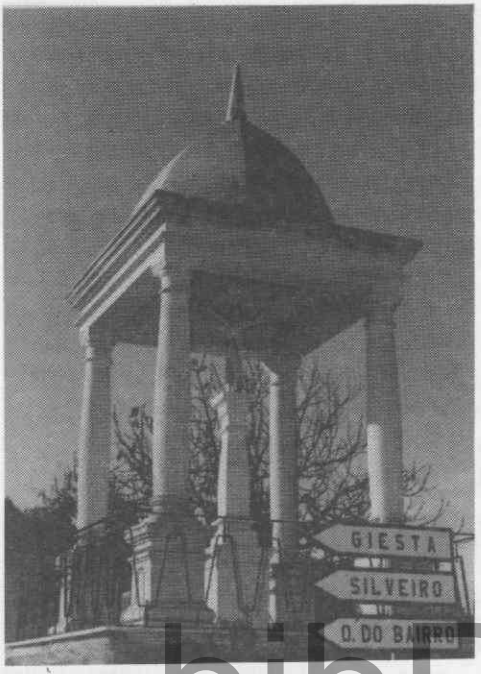
ROL DOS MORADORES DA FAIXA RIBEIRINHA

No ano de 1730, a faixa ribeirinha era habitada por 178 casais, assim distribuídos: Perrães, 62; Gesta, 38; Silveiro, 53; Ervedal, 2 e Rego do Espinheiro, 23.

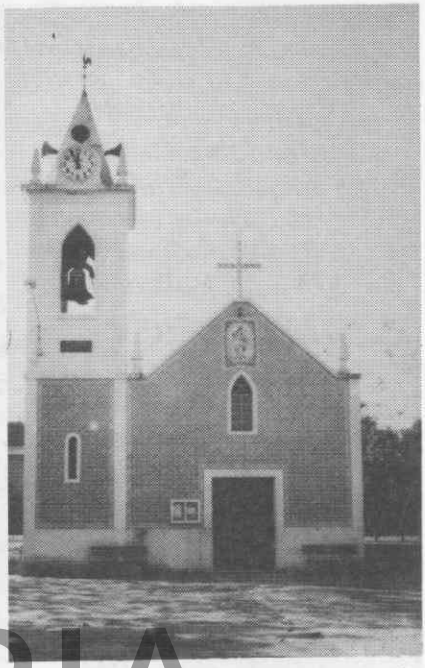
Como se verificará, abundam os apelidos de Simões, Fernandes, Rodrigues, Pires, Duartes, Oliveiras, Loureiros, Reis, Malhados e também Gaitas, Fanates e conforme consta do Tombo de Perrães, páginas 77 e 78 e versos, Anes.

Perrães

Manuel Rodrigues de Almeida e mulher;
Ascença João, viúva de Miguel João;

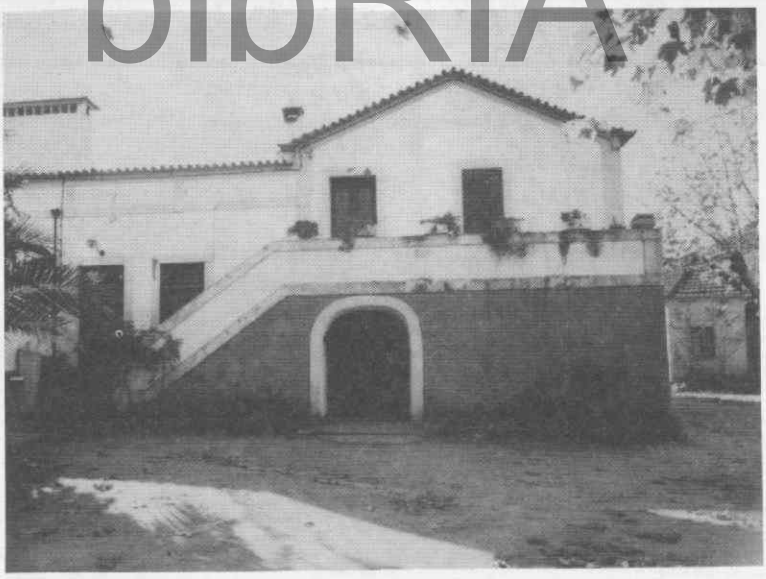


1



2

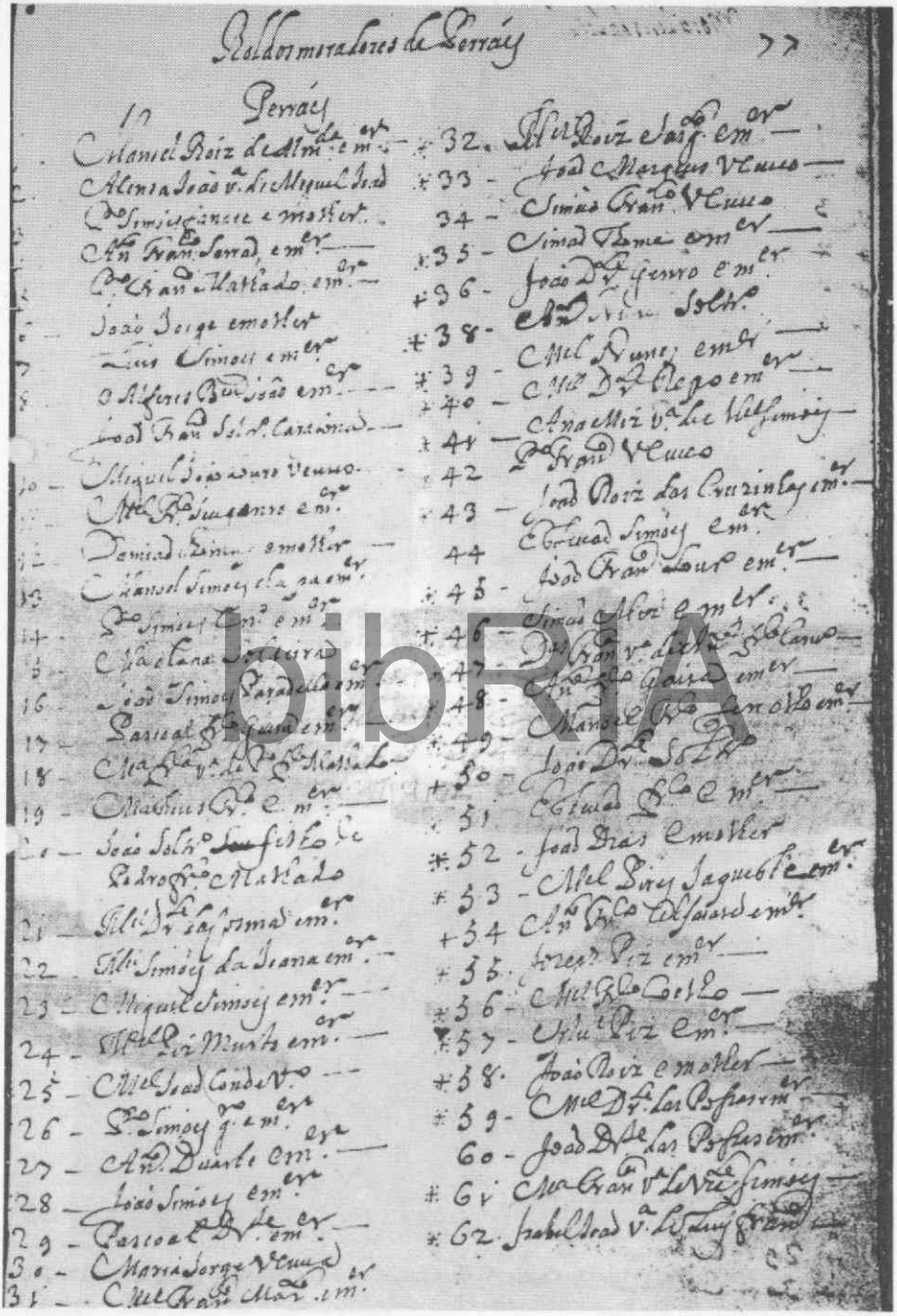
bibRIA



3

1 - Cruzeiro de Perrães, séc. XVII; 2 - Capela; 3 - Casa antiga; 4 - Rol de moradores de Perrães em 1730.

Rol dos moradores de Perrães, 1730.



Rol dos moradores de Perrães, 1730.

Pedro Simões Fanate e mulher;
António Francisco Serrão e mulher;
João Jorge e mulher;
Luís Simões e mulher;
Alferes Bartolomeu João e mulher;
João Francisco, solteiro;
Miguel João Louro, viúvo;
Manuel Francisco, seu genro e mulher;
Damião Tomás e mulher;
Manuel Simões Chapa e mulher;
Pedro Simões... e mulher;
Maria Clara, solteira;
João Simões Paradela e mulher;
Pascoal Francisco Gaita e mulher;
Maria Francisca, viúva de Pedro Francisco Malhado;
Mateus Francisco e mulher;
João, solteiro, filho de Pedro Francisco Malhado;
Manuel Duarte de Gusmão e mulher;
Manuel João Conde, viúvo;
Pedro Simões, genro e mulher;
António Duarte e mulher;
Maria Jorge, viúva;
Manuel Pires Murto e mulher;
Manuel Rodrigues Sargento e mulher;
João Marques, viúvo;
Simão Francisco, viúvo;
Simão Tomé e mulher;
João Duarte, genro e mulher;
António Nunes, solteiro;
Manuel Nunes e mulher;
Manuel Duarte Rego e mulher;
Ana Martins, viúva de Manuel Simões;
Pedro Francisco, viúvo;
João Rodrigues das Cruzinhas e mulher;
Estêvão Simões e mulher;
João Francisco Loureiro e mulher;
Simão Martins e mulher;
Domingas Francisca, viúva de António Francisco Carvalho;
António Francisco Gaita e mulher;
Manuel Francisco, genro e mulher;
João Duarte, solteiro;
Estêvão Francisco e mulher;

bibRIA

João Dias e mulher;
Manuel Pires Jaques e mulher;
António Francisco Alfaiate e mulher;
José Pires... e mulher;
Manuel Francisco Coelho;
Silvestre Pires e mulher;
João Rodrigues e mulher;
Manuel Duarte das Poças e mulher;
João Duarte das Poças e mulher;
Maria Francisca, viúva de Vicente Simões;
Isabel João, viúva de Luís Francisco;
Pedro Francisco Malhado e mulher;
Manuel Simões da Joana e mulher;
Miguel Simões e mulher;
António Duarte e mulher;
José Simões e mulher;
Pascoal Duarte e mulher;
Manuel Francisco Marto e mulher.

Gesta

bibRIA

Maria Francisca, viúva do Ascenso Simões;
Manuel Simões e sua mulher;
Ascenço Simões e sua mulher;
António Simões e sua mulher;
Manuel Jorge e sua mulher;
Francisco Rodrigues e sua mulher;
Maria Migueis, solteira;
Manuel Francisco Vicente e mulher;
Maria João, viúva de Francisco Simões;
Madalena Simões, viúva de Manuel Francisco Simalho;
Manuel Marques e mulher;
Maria e Isabel, solteiras;
Simão João, viúvo;
Antónia, solteira;
João, solteiro, filho de ...;
Manuel de Oliveira... e mulher;
Pedro Simões e sua mulher;
Manuel Fernandes e sua mulher;
João Cardoso e mulher;
Manuel Francisco Marinho e mulher;
Maria Francisca, viúva de Manuel Francisco Fanate;

Manuel Tomé e mulher;
João Francisco Reis, viúvo;
António Francisco Nabo e sua mulher;
João Francisco da Grada e mulher;
Domingos Francisco Coelho e mulher;
Madalena Simões, viúva de Manuel André;
Simão André e mulher;
Manuel Pires Calvo e mulher;
Madalena Francisca, viúva de Domingos António;
João Pires e sua mulher;
Manuel Rodrigues Loureiro e mulher;
André Rodrigues e sua mulher;
António Rodrigues e sua mulher;
Josefa Simões, viúva de Manuel de Oliveira;
Domingos Francisco Podão e sua mulher;
João Francisco Roda e mulher;
Domingos Loureiro e mulher.

Silveiro

bibRIA

Manuel Francisco de Oliveira, viúvo;
Manuel Francisco, genro e mulher;
João António, viúvo;
Manuel Josué e mulher;
Caetano Nunes e mulher;
Manuel Fernandes das Barreirinhas e mulher;
Manuel António Novo e mulher;
Manuel de Oliveira e mulher;
Domingos António Nabo, viúvo;
Ana Migueis, viúva de Manuel Francisco;
Manuel João Coelho e sua mulher;
Manuel Martins e sua mulher;
Manuel Francisco Seco e sua mulher;
Maria Antónia, viúva de Manuel Francisco;
Manuel Martins e sua mulher;
Simão Rodrigues e sua mulher;
Simão Rodrigues e sua mulher;
Isabel João, viúva de João Rodrigues;
Manuel Fernandes e mulher;
Pedro de Oliveira e mulher;
Domingas de Oliveira, viúva;
Isabel, solteira, filha de Domingos Pires;

Domingas Fernandes, viúva de António;
António João Rego e mulher;
Maria Francisca, viúva de Domingos António;
Manuel Tomé e mulher;
Maria Francisca, viúva de Manuel António Draque;
Maria e Isabel, solteiras, filhas de Diogo Rodrigues;
João António Duarte e mulher;
José Simões, viúvo;
Manuel José Novo e mulher;
António Simões, soldado e mulher;
Maria Tomé, viúva deAntónio Francisco;
Manuel Francisco Regalado e mulher;
Domingos Francisco ferreiro e mulher;
Domingos Francisco Alvarenga e mulher;
Maria de Oliveira, viúva de Domingos Simões;
Luís Simões e mulher;
Maria Cardoso, viúva;
Miguel Francisco e mulher;
João Francisco Zagala e mulher;
Joana Zagala, viúva de...;
Manuel André e mulher;
Manuel e António, solteiros e cegos;
Maria Simões, viúva;
Sebastiana Serrão, viúva de Manuel António;
Manuel Francisco e sua mulher;
Domingos António e sua mulher;
Manuel Francisco e sua mulher;
Manuel dos Santos e sua mulher;
Maria Jorge, viúva de João Francisco;
António Francisco Rei e mulher;
Isabel Francisco, viúva de Manuel.

bibRIA

Ervedal

Manuel Nunes e sua mulher
António Martins e sua mulher

Rego do Espinheiro

Maria Francisca, viúva de João Rodrigues;
Geraldo de Oliveira, viúvo;

Maria Francisca, viúva de Cristóvão João;
Manuel João Rou e sua mulher;
João Fernandes Rou e sua mulher;
Silvestre Fernandes Rou e mulher;
Maria João, viúva;
Pascoal João e sua mulher;
Manuel Francisco viúvo;
Manuel Simões e sua mulher;
João Fernandes Janeiro e mulher;
Luís Simões e sua mulher;
António Rodrigues e sua mulher;
Manuel Francisco Grumete e sua mulher;
Francisco Simões, viúvo;
João Fernandes, solteiro;
Manuel Duarte e sua mulher;
Ana Simões, viúva;
Manuel João Conde e mulher;
Simão Rodrigues viúvo;
António Fernandes de Oliveira e mulher;
António Rodrigues e sua mulher;
António Pires e sua mulher.

bibRIA

ROMARIA DAS FEBRES E FEIRA DOS BURROS

Havia, vivamente ligados à festa de Nossa Senhora das Febres, dois ou três acontecimentos. Terminavam então as sestas dos operários e trabalhadores, que voltavam a ter ao meio-dia apenas uma hora de descanso, ritual que tinha começo no domingo de Páscoa. Por outro lado, chegavam, em revoadas de alegria e esperança, as serranas que ali todos anos marcavam encontro com melhores dias e com o trabalho das colheitas. Vinham fazer o São Miguel. E ainda havia a Feira dos Burros.

As serranas, raparigas e até mulheres casadas que, vindas das faldas do Caramulo, terras altas de Águeda, mesmo dos concelhos de Vouzela e Tondela, costumavam demandar a Bairrada pela Senhora das Febres. Traziam consigo os braços para alugar, a alma cheia de esperança e, sobretudo, o anúncio garrido de colheitas próximas, bem aviadas de seus trajes e exibindo um sorriso pleno e lambisqueiro. O arraial era local de encontro. Da romaria sobravam-lhe alguns madrigais e ainda algumas broas de pão de centeio ou cevada que elas faziam questão de trazer como um estigma da dureza da vida nas suas fragas encoiradas de madracice criadora, mas de que os filhos dos lavradores não enjeitavam o seu bocado. Era uma das mil maneiras de fazer amizade.

Chegavam aos magotes. Cantavam e dançavam e, nos intervalos, combinavam

preços e patrões para o S. Miguel, ali no Largo de Nossa Senhora das Febres. Entre doceiras e foguetes. Entre os homens de Perrães, olho atento e pulso firme, e os de Fermentelos que, deglutindo mal ainda a afronta, iam resmungando aquela do *«Toca, Cardoso, que a Santa é Nossa»*.

Vinham elas resolutas para a vindima, para a ceifa do milho e também do arroz, para as colheitas, que era tempo de farto trabalho. Porém, a vindima era tempo alegre na trinca do bical ou do maria gomes. Até as crianças ajudavam, apesar da sua natural falta de cuidado. Quando isso acontecia, lá vinha a velha e coçada história da mulher de Vagos que fez um pipo de vinho com os bagos que se dera ao trabalho de apanhar do chão. Difícil era carregar com os cestos vindimos cheios, cestos que os lavradores mandavam confeccionar a verdadeiros artífices do vime em sua própria casa. À falta, porém, de vimeiros nos seus lameiros, iam-nos comprar às festas de S. Bartolomeu, no Troviscal, exactamente no dia mais perigoso porque, diziam, andava o diabo à solta.

Cheios os cestos, cobertos de abelhas que esvoaçavam e zumbiam na fragância do mosto vivo, eram carregados à cabeça para os carros de bois, onde se perfilavam em rimas sucessivas ou esvaziados nas fundas dornas. Lançados nos lagares, que se viam coroados de uvas, como se em honra do deus Baco, era a pisa e repisa entre histórias frescas e anedotas. Ou esboçava-se mesmo uma cantiga para o ousio das moças. A faina da adega era dura desde a pisa e repisa até o enchimento dos tonéis a cântaro, trepando no seu dorso, camisa escorrendo fios de néctar ou pintadas de um mosto quente.

O dia mais alegre e redondo era o último da vindima, agregador de um sentimento de libação e agradecimento aos deuses ancestrais e criadores de tão liso quão esplendoroso líquido. Aí, quem tinha mãos para uma invenção ou um sonho ia pelas flores silvestre, ramos de oliveira, pontas de cana, enfim, tudo o que pudesse embelezar um gesto e significar uma alegria ou uma agradecimento. E com tudo isso e com a esperança de melhores dias, tecia uma coroa que era depois pendurada na parede da adega, mas que já chegava nos carros que, então, eram embandeirados em arco, pelo menos um atrás e outro à frente, de onde a coroa pendia. Se a teciam já em casa, acrescentavam-lhe uma espiga de milho, de preferência, vermelho, o tal milho-rei. Exactamente entre dois cachos fartos e luzidios, os melhores. Mas num ou noutro caso, havia quem, de malandrice pegada, colocasse de cada um dos lados da espiga comprida e sem mancha dois tomates do quintal, com a exuberância de uma alusão obscena, em honra de Cupido que também fazia as suas partidas durante o trabalho das colheitas.

O milho também levedava canseiras. Só o chefe de família sabia quantas vezes ele, a mulher e o filho tinham ido junto de cada pé para que houvesse governo na casa, fartura. Fora a sementeira, a sacha, a monda, a rega. A rega que, antes do virar do último século e também alguns anos depois, era um castigo de polé. Era o tempo das *cegonhas*, também nomeadas *picotas*, que antecederam os engenhos de ferro, montados em carris igualmente de ferro, mas muitas vezes em troncos de oliveiras deitadas a abraçar o poço. O homem do tempo das cegonhas fazia um esforço incrível. Por vezes estavam instaladas nos poços aos pares. A água era tirada a balde, cabeça e tronco seguindo-o, olhos do outro lado do mundo, para cima e para baixo, num esforço de grande musculatura e farta arrelia. Esvaziar um poço era obra. Levava horas.

biblRIA

Os engenhos de ferro vieram assinalar outra página de progresso. Faziam cantar os alcatruzes uma canção de água fresca no tabuleiro que a lançava fora, além da parede do poço. Atrás da vaca, o filho mais novo, que se erguera como um homem ainda com as estrelas no céu, cabeceando tanto como ele. Às vezes, mal acordado, rodava atrás da vaca o seu destino de vagabundo inocente, sempre à volta de um mundo feito e sempre por fazer, voltando ao princípio, como a teia de Penélope. Uma teia de água. Embalado pela canção preguiçosa dos alcatruzes ou endoidado com o mastigar férreo dos dentes do engenho uns nos outros.

Voltando ao arraial da Senhora das Febres, onde os ricos lavradores iam contratar as serranas, talvez as ouçamos rezar novenas ou cumprir promessas ou cantar a *Cana Verde* de Perrães.

Cana Verde, Cana Verde,
Cana Verde de Perrães,
Ainda não estou casado
já me dão os parabéns.

Ao dançar a Cana Verde,
perdi meus quatro vintens.
Cana Verde, Cana Verde,
Cana Verde de Perrães.

bibRIA

Festejemos também o regresso com um leve trote no lombo luzidio de um daquelas bestas que eram transaccionadas na chamada Feira dos Burros com realização no dia 8 de Setembro. Quando começou? Sabemos que, em 1879, já se realizava e que, nesse ano, não esteve particularmente concorrida, embora houvesse alguns potros de merecimento do Posto Hípico de Águeda. A contrário, em 1885, houve grande certame e ali se puderam encontrar magníficos exemplares de criação hípica desse ano, o que não correspondeu com o preço sempre baixo, quanto ao gado muar e cavalar, o que fazia com que não viessem aos mercados portugueses compradores espanhóis.

No ano de 1901 fizeram-se transacções importantes de gado muar (ano este em que se verificou na freguesia um grande surto da doença das bexigas que prostrava casas inteiras e, em cada casa, havia casos fatais).

A Feira tinha assim grandes tradições e realizava-se ultimamente em terrenos anexos ao do arraial da Senhora das Febres, a poente. É antiga, sem contudo no momento, podermos adiantar a data do seu início. Porém, o seu interesse foi afrouxando, e o entusiasmo dos participantes e negociantes esmorecendo, ano após ano. Aquelas espécies deram lugar à bicicleta que chegou a ser responsável por alguns graves acidentes de estrada que eram noticiados nos jornais da época, tal qual hoje vem os dos automóveis, até que, no início da década de 50, expirou definitivamente.

Se o gado cavalar, muar e asinino era muito das terras de Perrães, onde então

havia ricos homens que tinham, sobretudo, éguas a criar em casas de terceiros e mediante contrato, também da zona ribeirinha da Patcira, também do Alentejo, Ribatejo e Espanha ali vinham raros exemplares. Os de Perrães iam buscar muitos às feiras de Viseu e Lamego.

Na Feira todos queriam apresentar os melhores. Mas não bastava sê-lo. Era preciso também parecê-lo. Essa filosofia tinham-na as mulheres de Perrães que, aliás, a punham em prática, a fim de dar uma ajuda à beleza das bestas. Assim se postavam na chamada rua das traseiras da capela ou nas ruas de entre muros, com feixes de erva que, se faziam relinchar o cavalo, ao negociante faziam alegrar o olho. As bestas que vinham de longe tinham necessidade de retemperar as forças para, em conjunto com um bom relincho e uma bela dentuça, desafiar o cigano mais reguila ou o negociante mais perspicaz.

A Feira dos Burros dava o início à romaria que era (e ainda é) de grande nomeada na Bairrada, entre violas que polvilhavam o ar de girândola de sons enquanto outros iam cantando:

Nossa Senhora das Febres,
febre sente e febre tem
quem jornadeia na vida
sem ter arrimo em ninguém!

De muitas e longínquas terras vinham romeiros. Antes, ao Espinheiro do Rego e, mais tarde, a Perrães. Muitos das Arcias e mormente da região gandareza, sobrando desse tempo esta quadra:

Fui à Senhora das Febres
namorar um gandarês,
de nariz abatatado,
olhos de porco montês.

bibRIA

RAMALHEIRO
A TEIMOSIA DE SÉCULOS

bibRIA

RAMALHEIRO era o mais remoto dos lugares que começavam nas Juntas e seguiam pela Póvoa de Fronchão e Caniçais. No ano de 1758, tem o Ramalheiro 9 vizinhos e 29 habitantes e a Póvoa do Fronchão e Caniçais 6 vizinhos e 17 habitantes. Passado um século, o Ramalheiro tem apenas 7 homens e 14 mulheres.

Em 1817, no entanto, o lugar foi enriquecido com uma capela. No mesmo ano, começaram a correr os autos de requerimento da sua edificação. Foi seu requerente António Joaquim Denis Ferreira Félix, capitão do regimento de milícias da cidade de Aveiro e dono de muitas fazendas no Ramalheiro. No documento ele justificava a necessidade exactamente por ali ter muitas fazendas e também porque não havia missa alguma. A que se rezava mais perto ficava a mais de meia légua. Argumentava ainda que o templo se destinava ao serviço de todo o povo daquele lugar e às vizinhanças.

O requerimento foi deferido pelo bispo de Aveiro, D. Manuel Pacheco de Resende na sua própria residência de Assequins, Águeda, a 5 de Agosto de 1817. Acrescentava ainda que nem ele nem os que o acompanhavam, quando para ali se deslocavam queriam ficar sem o cumprimento do preceito dominical, um argumento de peso para S. Exª Reverendíssima. Ao mesmo tempo, dava-lhe conta de que aqueles sítios eram «*muito pantanosos e cheios de charcos e regatos muito perigosos em*

enchentes».

O capitão de milícias obrigava-se a erguer o templo à sua custa e a apresentar os paramentos e sujeitar-se à revista, depois de pronta a capela, de modo que tudo estivesse de acordo com *«a decência do culto divino»* (conforme escritura exarada em Aveiro, pelo tabelião José Pacheco de Almeida).

O local escolhido foi uma vinha *«no sítio da Verba»*, também chamada *«vinha dos pessegueiros»*, que levava *«de cava vinte homens, pouco mais ou menos»*. Por ser bem conhecida, não eram mencionadas no documento as necessárias confrontações mas notava que valia mais de que quatrocentos reis.

Era ainda averbado no documento a obrigação, *«extensiva a seus vindouros, filhos e descendentes»* da sua conservação, reparo e decência do novo templo.

O bispado não demorou a deferir a pretensão e a capela começou a ser erguida e, em 16 de Setembro de 1818, foi solicitada a canónica vistoria.

Coube esta tarefa ao padre doutor Sebastião Paulo da Maia, do lugar dos Carris, que fora encarregado pelo bispo de verificar se a capela estava devidamente edificada, quantas portas e janelas tinha, se dispunha das imagens necessárias, dos paramentos precisos e *«tudo o mais para nela se celebrar o santo sacrifício da Missa»*.

Em 23 de Setembro daquele ano, o padre doutor Sebastião Paulo da Maia, filho do capitão Manuel Martins da Maia, da quinta dos Carris e procurador de Pedro Fabião de Quadros e Sousa, fidalgo da Casa Real, natural de Soure, em 1775, levou a cabo a missão e informou o bispo de Aveiro que a capela tinha *«boas paredes, rebocadas e branqueadas»*. Quanto a portas, havia uma no frontispício, uma lateral e outra na sacristia. Por sua vez, a porta principal era ladeada de outras duas (cremos haver engano, antes seriam pequenos janelos, dada a exiguidade do espaço). Janelas, não são citadas, mas dois pequenos óculos, um por cima da porta principal e que hoje não existe, e outro junto do altar, na parede do lado do Evangelho.

biblRIA

A capela era da invocação de Nossa Senhora da Conceição, mas tinha mais duas imagens: uma de Santo António e outra de S. Domingos. Entretanto, hoje a Nossa Senhora da Conceição foi preterida a favor de Santo António cuja festa (religiosa e profana) se celebra em Maio...

A capela erguida *«no sítio da Verba, chamada vinha dos Pessegueiros»* ficou pronta em Setembro de 1818. O capitão do regimento de milícias da cidade de Aveiro cumpriu a sua palavra com todo o brio até na aquisição das alfaias litúrgicas, adquirindo casulas de seda, uma branca e outra roxa, duas galhetas de vidro, afinal, *«tudo com a decência para nela se rezar o santo sacrifício da Missa»*, conforme afirmou o padre doutor Sebastião Paulo da Maia. Sendo assim, a capela, pequena mas bem equipada para o culto, mereceu a aprovação do bispo do Aveiro, D. Manuel Pacheco de Resende. Do facto foi notificado o pároco de Oiã, padre João Duarte da Silva Tavares.

O Ramalheiro fazia parte, em 1730, do Prazo de Águas Boas, bem como o lugar de Vessada, hoje freguesia de Nariz, as Juntas e naturalmente Tronchão e Caniçais e no auto de medição do dito Prazo aparece o Ramalheiro sempre mencionado no feminino, como aliás acontece no mapa do Instituto Cartográfico do Exército. Mas a corruptela, inofensiva, parece vingar. Como parece vingar a alienação em relação ao território do

concelho de Oliveira do Bairro que do Ramalheiro foi feito no tal mapa (1948), o que foi secundado, sem que houvesse qualquer documento de carácter administrativo a sancioná-la, pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, que ignorando a história, deu o caso como facto consumado.

É certo que o Ramalheiro faz toda a sua vida como se pertencesse à freguesia de Nariz e ao concelho de Aveiro. Na freguesia de Nariz têm as crianças escolas, catequese; os adultos, posto médico e são mesmo recenseados pela Junta que, por outro lado, lhes afaga e alarga os caminhos. Na Câmara de Aveiro tiram hoje as licenças para construção, sem que, todavia, por outro lado, deixem de pagar as suas contribuições prediais nas Finanças de Oliveira do Bairro.

Tudo se passou de forma simplista. O pároco de Oiã António Resende, em 1945, deixou, de combinação com o pároco de Nariz, padre Ângelo Ruela Cirne, de fazer a visita pascal, dada a distância e os poucos casais. Se em 1930 havia três casais — Abel Vieira da Graça, Joaquim Francisco Custódio e José Tomás da Silva Ribeiro em 1945, restavam dois.

Para os crentes poderem assistir à missa paroquial, e alguns fizeram-no até velhinhos, desciam ao Ribeiro da Palha, e iam sair nas imediações do Lavadouro (Oiã).

Com altos e baixo, o Ramalheiro tem sobrevivido. Como prova disso, em casas simples de gente remediada ou em busca de melhores dias, ali vivem hoje 8 famílias.

O lugar teve alguma importância se não séculos antes pela existência de uma fundição de cobre, a sul, de que eram testemunho ainda recente pedaços de jorra, pelo menos, quando o capitão de milícias, por afazeres importantes no concelho de Oliveira do Bairro, se viu na necessidade de ali comprar uma quinta (a Quinta do Aido Domingos) e construir uma estrebaria. Quando vinha de Ílhavo, fazia o percurso a cavalo e gostava de que, ao passar, as pessoas se levantassem, desbarretando-se. Porém, quando tal não acontecia, de zangado, fazia zunir, ameaçador, o seu chicote.

biblRIA

Instalada a estrebaria, o capitão de milícias terá gostado do local e lançou-se à compra de propriedades, incluindo aquela onde em 1818 mandou levantar a pequena capela, de 3,60X4,85. Dispunha de paramentos e até de um confessionário. O altar era de madeira, o forro também e tinha ao fundo, do lado direito, uma porta que dava da sacristia, pequena, para a adega grande, a norte. Este casarão foi demolido por Júlio Paulo do Bem, da Vessada, que adquirira o terreno aos descendentes do capitão, a fim de não continuar a pagar nas finanças de Oliveira do Bairro a contribuição predial. No entanto, as mesmas Finanças queriam exigir-lhe o pagamento de contribuição predial pela ermida, com o que ele não estava pelos ajustes. Mas em face da ameaça de que poria os santos na rua e destruiria a capela, os serviços perdoaram-lhe a obrigação.

Adquirida juntamente com o terreno *«chamado de vinha dos pessegueiros, circulado de valados»* (justamente no local mais alto do lugar), em 1951, o novo proprietário deu-lhe o primeiro arranjo: substituiu o telhado por placa de cimento, evitando assim pássaros, ninhos e garotio. Em 1981 sofreu novo arranjo.

Embora os descendentes devessem manter o asseio e conservação da ermida, eles descuidaram tal obrigação, e mais, venderam todos os terrenos adquiridos pelo capitão de milícias. Eram muitas a propriedades, que incluíam uma adega grande, a sul

e, a poente da capela, a casa de habitação, hoje em ruínas, também grande e dominando a paisagem do vale onde floresceram em décadas anteriores praias de arroz.

Pelo riacho que bordejava as marinhas subiam ainda há 50 anos, barcos até ao Porto de Ilhavo, que gente da Murtosa carregava de lenha, entre a Ribeira do Pano e aqueles sítios.

Amigo de cavalos, o capitão usava-os constantemente nas suas viagens. Muitas vezes, levava-os a pastar ao Ribeiro da Palha, seu trilho de passagem para Oliveira do Bairro, e onde corre, entre névoas, a tradição de que ali houve também uma capelinha, há bastantes anos, referenciada na memória da avó de Júlio Paulo do Bem, da Vessada, que ainda se lembrava dos restos das paredes sob o invocação de Nossa Senhora das Febres...

Àquela data, ainda o Ribeiro da Palha era baldio do povo, logradouro comum. A sua partilha surge décadas mais tarde.

Em 1865, sendo presidente da Câmara de Oliveira do Bairro Augusto Ferreira Pinto Basto e vereadores Francisco José Martins Ribeiro, de Águas Boas, e Teotónio Batista Ferreira dos Reis, de Malhapão, foi feita a partilha do baldio do Pano. Para o efeito foram afixados editais marcando prazos para reclamações. Não houve reacção, a não ser da parte dos moradores do Ramalheiro, que se acharam com direitos na divisão. Foram então nomeadas comissões e louvados da parte de Águas Boas e de Nariz, lugares que tinham usufruido da partilha para derimirem a contenda. A comissão do primeiro fora constituída por Francisco José Martins Ribeiro, Joaquim António Alves, José Ferreira das Neves e Manuel Martins de Oliveira, conforme acta da sessão da Câmara de 10 de Maio de 1865.

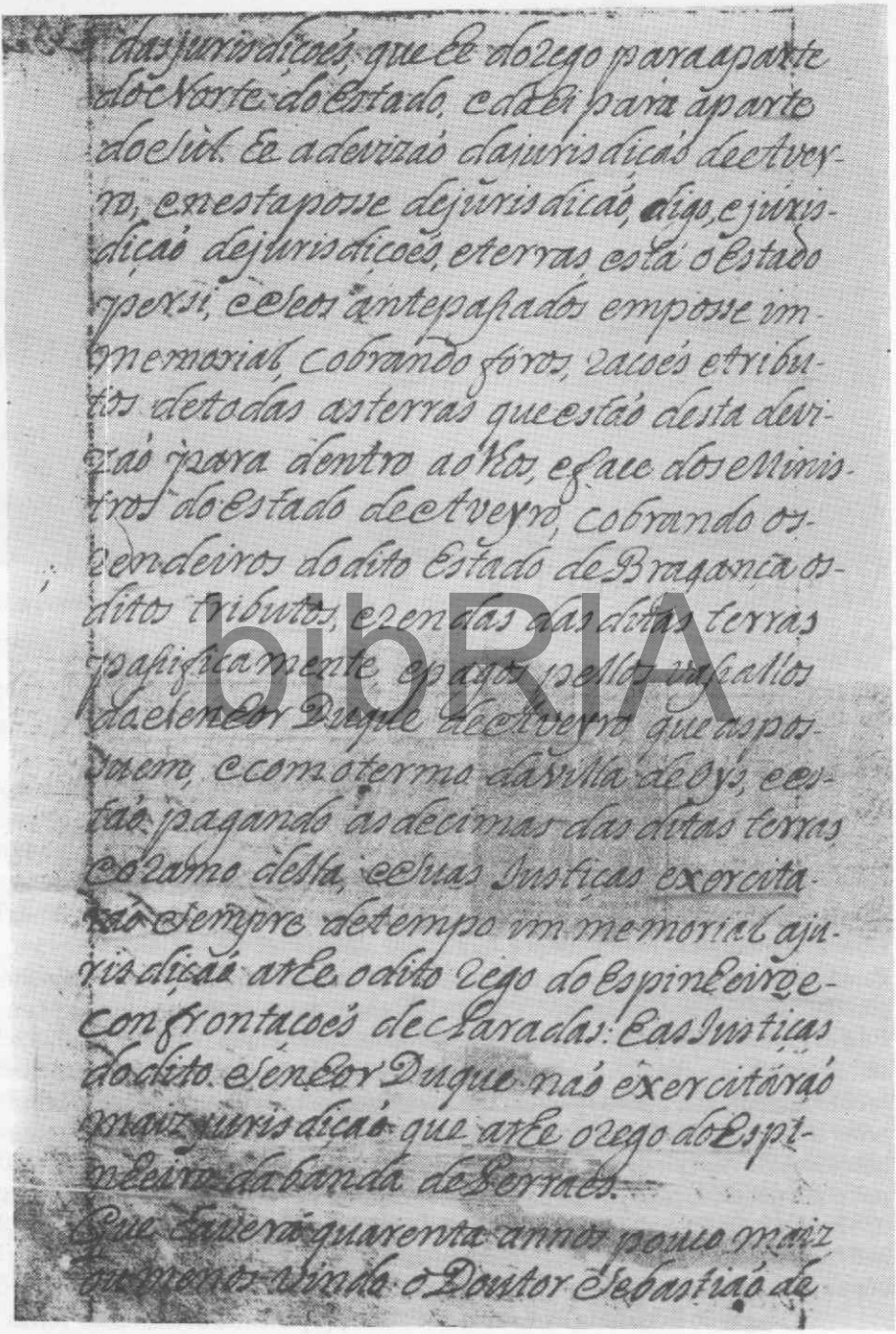
BIBRIA

REGO "CARREIRO POR ONDE VINHAM BARCOS"

bibRIA

REGO (antigamente em documentos oficiais e paroquiais Rego do Espinheiro ou apenas Espinheiro) terá nascido mais junto das águas do rio Cértima, que corria à vontade sem os refluxos que, séculos mais tarde, se haviam de gerar por altura de Requeixo, dando origem, assim, à pantanização das suas margens e consequente formação da Pateira. As margens, nesses tempos fortemente arborizadas nos limites de Perrães, Paradela e Louredo, constituíam uma coutada dos reis de Portugal, onde se criavam porcos e veados e, por isso, aparece referenciada nos manuscritos antigos como a Mata Real de Perrães. No entanto, no século XV, D. Manuel entendeu que toda esta área devia ser arroteada, *«o que daria proveito dentro e os lavradores de arredor dela não receberiam opressão e perda que recebem assim dos monstros como das alimárias que nelas se criam»* [24] pelo que, depois de ter mandado proceder a averiguações, aforou aquele couto a Anrique de Almeida, almoxarife da vila de Aveiro, pelo foro anual de 250 reis e seis galinhas, pago em dia de S. João. A carta de aforamento foi passada na vila de Muge, a 16 de Novembro de 1496. Depois o couto foi-se dividindo, até que, em 1843, não havia mais senhorio. Foi esta a consequência de uma certa revolta dos enfiteutas contra o senhorio útil.

O lugar do Rego faria limite com a Mata Real e pertencia às chamadas Terras



das jurisdiçoẽs, que he do rego para a parte
do Norte do Estado, e da ei para a parte
do Sul. He a devizaõ da jurisdiçaõ de Aveyro,
e nesta posse de jurisdiçaõ, digo, e juris-
diçaõ de jurisdiçoẽs, e terras está o Estado
per si, e seos antepassados em posse im-
memorial, cobrando foros, raçoẽs e tribu-
tos de todas as terras que estaõ desta devi-
zaõ para dentro ao Rios, e face dos Minis-
tros do Estado de Aveyro, cobrando os
rendeiros do dito Estado de Bragança os
ditos tributos, e rendas das ditas terras
pasificamente, e pagos pellos vassallos
do Senhor Duque de Aveyro que as pos-
suem, e com o termo da villa de Oys, e es-
taõ pagando as decimas das ditas terras
e o ramo della, e suas Justiças exercita-
raõ sempre de tempo immemorial a ju-
risdiçaõ athe o dito rego do Espinheiro e
confrontaçoẽs declaradas: E as Justiças
do dito Senhor Duque naõ exercitaraõ
maiz jurisdiçaõ que athe o rego do Espi-
nheiro da banda de Perraes.
Que haverá quarenta annos pouco maiz
ou menos vindo o Doutor Sebastiaõ de

bibRIA

de Perrães. Portanto era, desde o século XII, pertença do Real Convento de Santa Maria de Lorvão, que era o seu senhorio, uma vez que, conforme reza o Tombo de Perrães, página 67 verso, a demarcação *«se divide pela corrente do Rio Cértima até ao limite do Eixo, terras de Valado, chegando a Verba...»*

Por outro lado, a lenda da Senhora dos Emendos vem concorrer para a afirmação de que esta terra não teve nascimento recente. Pelo contrário, as suas raízes têm que se buscar, a par das dos seus vizinhos, no povoamento da aldeia de Perrães e esta vem de muito antes da fundação da nossa nacionalidade. O nome nasce-lhe da presença de um acidente geográfico, exactamente um braço do rio Cértima, braço esse que *«era carreiro por onde vinham barcos»*, diz o mesmo Tombo.

É uma terra baptizada em louvor da água, isto é do riacho que lhe trazia barcos no comércio primitivo entre povoações ribeirinhas, contanto que não fosse sítio aprazível. Nas margens abundaria o espinheiro, pelo que chegar e partir para outras partes não seria assim tão fácil. Plantas espinhosas e vivazes povoavam a mata.

Com o arroteamento da Mata Real, os habitantes, tal como os de Perrães, acabaram por ganhar de duas maneiras: tiveram mais terras para cultivar (das quais se foram assenhoreando pouco a pouco, à medida que se recusavam a pagar os foros aos senhores dos prazos nela existentes) e, por outro lado, deixaram de ser incomodados seriamente pelos *«monstros e alimárias»* que nela se criavam.

Quando, em 1730, se procedia à demarcação de Perrães, no Rego do Espinheiro, verificava-se uma situação muito confusa, que aliás vinha de 1680. Quando o juíz do tombo da Sereníssima Casa de Bragança na vila de Óis da Ribeira, dr. Luís Barbosa da Costa, pretendia fazer a demarcação entre as terras do dito *«Sereníssimo Estado»* e as terras de Perrães, porque havia dúvidas, foram citados os Mosteiro de Lorvão e o duque de Aveiro, ordenando que o procurador do *«Sereníssimo Estado»* viesse com os seus artigos e o Mosteiro e o Duque de Aveiro os contestassem.

Para o Mosteiro de Lorvão e o duque de Aveiro, que tinha jurisdição cível e crime no lugar de Perrães, *«o carreiro do Rego, chamado de Vazo, que vinha da veia ter ao canto do Rego do Espinheiro, era carreiro por onde vinham barcos»* se era por aí que dividiam as jurisdições, para norte era da Casa de Bragança e para sul era da jurisdição de Aveiro.

Refere o documento consultado que, a propósito da parte norte, *«está o Estado, per si, e seus antepassados em posse imemorial, cobrando foros, rações e tributos de todas as terras que estão desta divisão para dentro»*, ao mesmo tempo que os rendeiros do dito Estado cobravam os tributos e rendas das ditas terras, *«pacificamente»*, bem como os vassalos do duque de Aveiro pagavam as suas, o que faziam desde tempo imemorial, e o duque de Aveiro só exercitava jurisdição até ao Rego do Espinheiro e da banda de Perrães.

O duque de Aveiro, por sua vez, conseguiu provar que o *«Sereníssimo Estado de Bragança»* não mostrara nem poderia mostrar tombo nem demarcação juridicamente feita, já que o pedaço de terra que punha em questão era a que ficava entre o Vale do Caneiro e Rego do Espinheiro até ao marco dos Aguieiros, Nossa Senhora dos Envendos e Pedras Ruivas. Ora toda esta terra esteve inculta e sem lavrar, *«em barro e*

DIORIA

água», até ao ano de 1680, ano em que o almoxarife do mesmo Estado das vilas de Óis, Eixo e Paus (Alquerubim), que era *«homem poderoso»* negociou com os lavradores, que lhe fizeram esse pedido, a cedência das terras incultas, porque entendia que nelas se fariam muitos frutos, que se perdiam por não se cultivarem. E assim o almoxarife mandou trabalhar essa faixa de terra sem prejuizo de terceiros. Deste modo ocorreu a posse ilegítima de terras do Mosteiro de Lorvão, originando a contenda, que subiu à Casa de Suplicação e à Relação do Porto.

Eram estas terras do Rego do conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e estiveram sempre na posse do Mosteiro de Lorvão as terras e na verdade os lavradores do Rego do Espinheiro *«de muitos anos a esta parte»* como caseiros do dito Mosteiro, pastavam os gados nas terras da contenda, colhiam estrumes, mato, erva espadana, lenha, carga-palha, sem pagarem foro ou ração ao Estado, e estavam de sua posse *«desde que há moradores em Perrães»*, [25] diz o dito tombo. (Daqui se infere ser o Rego terra antiquissíma, ao lado de Perrães, que também o é, apesar da escassez de documentação).

Mas a contenda nascera também porque estava ferrado e fechado na esquina da ermida um marco que dividia o termo do duque de Aveiro de seu lugar de Perrães com a dita vila de Óis da Ribeira.

Era marco antigo que dividia as jurisdições e fora derrubado, desaparecendo. Esse pedaço de terra estivera de *«fogo morto»*, isto é, sem ser cultivado, *«sendo lama e água»*. Efectivamente, o marco do Outeiro das Agueiras achava-se mudado e deitado no meio da terra e tudo fazia presunção contra o *«Estado de Bragança»*.

Na página 64 do dito tombo, aparece escrito: *«na dereitura do monte das Pedras Ruivas, aonde está uma fonte que serve de marcação e baliza da jurisdição do Duque no que toca ao lugar de Perrães»*. Isto indica a existência de uma fonte, nesses remotos anos, junto da ermida de Nossa Senhora dos Emendos. Na mesma página consta outra indicação irrefutável mas não entendida pelos calorosos defensores de que a ermida era de Fermentelos. Diz o documento: *«até a Ermida de Nossa Senhora dos Emendos está dentro da jurisdição do Duque e os moradores do dito lugar de Perrães a fabricam, governam e administram em tudo o que é necessário, de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário.»* [25]

Não havia dúvida que *«o senhor Rei deste reino D. Afonso Henriques e seu filho o senhor rei D. Sancho fizeram ao dito convento de Santa Maria de Lorvão (...) o dito lugar de Perrães e todas as terras do seu limite, quanto às propriedades das terras, foros, rações, tributos e direitos reais, assim e da maneira que os senhores reis que as doaram, todos os ditos tributos no dito lugar de Perrães e seu limite pertence cobrar o dito convento e estão de posse de os cobrar sem contradição de pessoa alguma per si e seus feitores procuradores, rendeiros, inquilinos e nenhuma outra pessoa tem no dito lugar de Perrães terras»*. [26]

O marco fora arrancado por Diogo Velez Castelo Branco que trazia demandas com João Figueiredo da vila de Esgueira, inquilino do Mosteiro de Lorvão, *«para efeito de ter mais terras no seu prazo e outras do limite de Perrães»*. Isso era fama pública entre os moradores do lugar de Perrães e seus arredores e muitos deles haviam visto o marco

BIBRIA

arrancado.

Uma das provas que o Mosteiro aduziu em defesa da sua causa é que a *«demarcação do dito mosteiro no que toca ao lugar de Perrães na forma da doação dos senhores reis passados feita ao mosteiro de Lorvão se divide pela corrente do Rio Cértima até ao limite de Eixo, terras de Valado, chegando a Verba».* (27) Aduz ainda que o tombo antigo de 1610 citava a existência de uma certidão na Arca da Câmara de Óis da Ribeira que faria a demarcação a favor do Mosteiro de Lorvão. Assim em consequência das provas apresentadas pelo Mosteiro de Lorvão, a sentença da suplicação, datada de 30 de Julho de 1680, é-lhe favorável.

Por curiosidade, deixamos do livro segundo do Tombo de Perrães, fls. 259, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, o reconhecimento das terras do Rego do Espinheiro *«para a banda de Nossa Senhora dos Emendos e das Febres»*.

As terras que foram ocupadas indevidamente pelo *«Estado do Bragança»* e ainda as de terras de Fermentelos pertenciam, de *jure* e de facto, a D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira, que, por demanda sobre o senhorio das mesmas, as recebera de Vicente de Sousa.

Os limites do lugar do Rego, no remoto ano de 1730, eram assim descritos:

«São todas as terras, vinhas e pinhais na Ouvidoria de Perrães que estão citas entre o Rego do Espinheiro e a Capela de Nossa Senhora dos Emendos e Nossa Senhora das Febres, assim como vão partindo, a saber: principiando na Vala Morta do campo e paul de Perrães, vai partindo, do nascente com duas vessadas, pertencentes ao mesmo campo e Mata de Perrães, que ficam por fora da mata e possui o enfiteuta do mesmo campo e mata Doutor Giraldo Pereira Coutinho e com vessadas que, ora tem Diogo José Velez Castelo Branco, do lugar de Águeda e seus caseiros, sobre o que o Mosteiro com ele e sua mãe traz litígio na vila de Aveiro e Juiz de Órfãos dela e chega até ao Rego, que vai da Fonte de Nossa Senhora e daí vai partindo do Norte com terras do Sereníssimo Estado de Bragança, direito à dita capela e marco do dito Estado que está encostado ao alpendre da dita capela, ao lado esquerdo, e daí vai pelo Vale da Murtosa direito a outro marco do mesmo Estado, que está no Cabecinho da Quinta; partindo sempre do norte com terras do mesmo Estado e daí vai direito ao Cabeço das Aguieiras, aonde estão dois marcos, um do Estado e outro do Lorvão, partindo sempre do norte com terras do mesmo Estado; e dos ditos marcos volta ao sul partindo do poente com terras da Gandra de Perrães pertencentes ao mesmo Mosteiro direito pelo vale abaixo ao Rego do Portinho; e daí vai pelo Rego do Espinheiro abaixo, com as voltas que faz o mesmo Rego, assim como se mete direito à encosta da Mata e campo de Perrães, partindo do sul com terras da Póvoa do Rego e terras dos casais da Gesta e com a mota do dito Campo de Perrães até onde se principiou a confrontar».

Todas as terras que estavam dentro deste circuito e que haviam sido ocupadas pelos procuradores do *«Sereníssimo Estado de Bragança»*, foram divididas em cinco casais, quando voltaram à posse do Mosteiro de Lorvão, cuja intenção *«era favorecer em tudo os seus ditos caseiros, conservando-as no estado em que se acham e estavam*

b-BRIA

ao tempo da dita sentença, como fazerem título e haverem de reconhecer neste tombo cada um as que possui, com o foro que lhe for lançado por justa vedoria e arbitramento dos louvados de sãs e boas consciências e os mais direitos dominicais e encargos, segundo os costumes dos outros casais e terras de Perrães...».

Um dos que ficou como cabeça de casal foi o alferes Bartolomeu João, de Perrães. Era casado com Antónia Francisca, do mesmo lugar, e o seu criado Silvestre, solteiro, aparece também como usufrutário de bens no lugar do Espinheiro do Rego, depois da demarcação. Ficou a pagar de foro anual, pelo S. Miguel, o dito alferes Bartolomeu João em dinheiro 800 reis e de ração de todos os frutos oito reis e de laudémio a mesma importância.

Os casais eram de grande largueza. Repare-se que *«as terras que ficavam dentro deste circuito levariam oitenta e dois alqueires de centeio de semeadura, pouco mais ou menos»*, conforme reza no final o documento de medição deste segundo casal. O mesmo acontecia em relação às terras do terceiro, *«que levariam de semeadura setenta e cinco, até oitenta, alqueires de centeio, pouco mais ou menos»*.

Era possuidor de alguns bens no lugar do Rego, nessa altura, Martim de Távora Castelo Branco, da Quinta de Óis do Bairro, incluindo uma terra no Vale da Murtosa.

O lugar do Rego, que nasceu ao longo do ribeiro que lhe deu o nome e por onde, nesses remotos tempos, subiam barcos, portanto, mais para norte, tem uma capela desde 1953, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Está construída em terreno que a Junta cedeu para o efeito. Antes, aquele local foi pinhal e havia no topo norte umas alminhas. Se, antes, ao povo do Rego pertencia fazer a festa de Nossa Senhora das Febres, juntamente com o de Perrães, este costume desfez-se com a construção da capela e consequentemente com a realização da sua festa em 8 de Dezembro.

Fizeram parte da comissão: Manuel Augusto Coelho, Augusto Carlos Pires Duarte, Joaquim Maria Pires (Coluno) e Manuel Ferreira de Oliveira (Drogas) e foram gastos 35.000$00.

LIBRIA

SILVEIRA
À BEIRA DAS AZENHAS

bibRIA

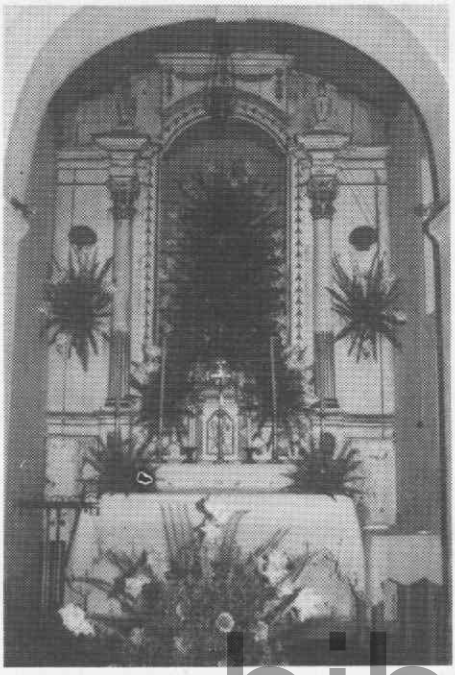
O LUGAR da Silveira, bem como o de Malhapão e a Póvoa da Seara, eram englobados nas Terras do Prazo de Águas Boas.

A Seara foi habitada e atingiu uma certa importância. Tal facto é relevado nos livros paroquiais. Pelo menos a partir de 1620 a população aumentou.

Em 1679, por exemplo, tem três casais: Ascenso António e Maria Ferreira; Pedro Simões e Maria Simões e João Ferreira e Margarida Martins. Mas em 1758, segundo inquérito paroquial, é habitado por 10 vizinhos, enquanto a Silveira tem 33. Todavia, passado um século, Silveira aumenta para 35 e aquele lugar nem sequer é referenciado no censo da população.

Segundo tradição antiga, o lugar da Silveira terá nascido a partir da fuga dos moradores da Seara, aborrecida no vale, sem acessos nem condições. Da Póvoa das Cimalhas, em tempo de grande seca, também recebeu gente.

É verdade que os rios e riachos tiveram na Idade Média grande importância para as populações, porque lhes montavam sobre o correntio dorso ou, na maior parte, à sua ilharga, os moinhos de pedra, ou dispunham do líquido para a rega das courelas, quando não para transacções em pequenas embarcações que, provenientes dos rios Levira e Cértima arribavam ao fundo de Malhapão, ao sítio do Porto, de que lhe resta a matriz na fazenda e o nome de rua. É verdade que o vale hoje aparece disfarçado e onde houve



1

2

bibRIA

3

1 - Altar-mor da capela de N. S. do Livramento; 2 - Imagem de N. S. do Livramento; 3 - Casa antiga, incluindo a capela.

fartas praias de arroz chegou o abandono. De resto, não haveria qualquer motivo para chamar àquele local nome diferente da função que desempenhou ao longo da história das terras vizinhas. Ainda que fosse apenas um simples ancoradouro, lucrou com a redundância ou vaidade dos antepassados.

Portos havia vários entre Malhapão e Silveiro, o que significa que, ao longo dessa veia de água, que ia encontrar-se no rio Levira, corria caminho de barcos. Assim, o porto da Seara (antes, o de Asneiros), o porto do Copeiro, o do Val do Vendaval, o do Furadouro e o do Silveiro.

Refira-se também a lagoa de Malhapão, que nos surge nas demarcações feitas por ordem do duque de Aveiro, (no ano de 1564), a quem Águas Boas, Malhapão, Vila Nova e Nariz pertenciam. Onde ficaria a lagoa? Entre o porto de Malhapão, as Calles e os moinhos da Silveira? Ou para as bandas da Ucha? Certamente na Ucha porque há meio século ainda ali havia restos de uma pequena lagoa, onde ia chafurdar a miudagem.

Isto quer dizer que há séculos, as valas, que se vêem hoje babujando um fio de água, empanturradas de entulho de toda a ordem, é o que nos resta dos riachos que já foram caminho de barcos. O assoreamento, a falta de limpeza e também a ganância do homem em acrescentar às suas courelas uns palmos de terra, estarão na origem da morte destes cursos de água que foram força motriz para os moinhos e viveiros naturais onde se ia buscar alimentação, a carpa, a enguia e outras espécies. Há veias de água que terão desaparecido de todo, tal como a Lagoa da Malhapão ou a Lagoa Grande em Oiã. E, se dissermos que nos limites da freguesia com as do Troviscal e de Bustos, perto hoje do Colégio, havia no século XV o chamado Porto da Sanguinheira, talvez isso constitua uma verdadeira surpresa.

Também no lugar do Furadouro aparece referenciado o chamado Rio Velho. Em 1564 era limite das terras do Duque de Aveiro. Rio Velho contrasta com outra veia de água mais recente. Também limites eram as terras de Venda do Sobreiro e, mais para nascente, as póvoas de João Velho e dos Freixos.

Efectivamente, rumoreja a tradição da mudança dos habitantes da Seara para dar origem à formação da Silveira. Só que, quando se *«apagou»* a Seara por inteiro, a Silveira já existia há muitos séculos. O topónimo tem um sereno sabor a bosque, a floresta, o que indica antiguidade, terra de matas e florestas. Ambas as povoações coexistiram durante séculos, sendo a primeira sempre mais populosa do que a segunda.

Também o Covão seria habitado? Não há documentos que o registem. Nem sequer os paroquiais. Habitado foi, minimamente por uma azenha que é citada, em 1934, como pertencendo a Maria Rosa Ferreira Viegas (mas já vinha de antes de 1867).

Foi nos limites da Silveira, a sul, que os moinhos assentaram arraiais para a festa quotidiana do pão escasso. Junto ao rio, as verdadeiras azenhas, deram o nome ao pequeno aglomerado de casas que as cercavam, descendo do Cabeço ou do Chão do Coelho para o Vale. As outras, que trabalharam durante mais de quatrocentos anos, hoje só móem vagas lembranças.

Importa desde já explicitar a ideia de moinho. Moinho é uma ideia geral, o nome genérico por que são localmente designados os engenhos de moer cereais. Cabem dentro desta definição os que são movidos por energia eólica (os moinhos de vento); por energia

biblRIA

animal, o cavalo, o boi, e surge a atafona em casa do lavrador; por energia hidráulica e aparecem, ao longo dos cursos de água, os moinhos de rodízio ou de cubo, fundamentalmente alimentados pelas águas das chuvas dirigidas para as represas, e funcionando dentro da própria casa e as azenhas cuja roda vertical, a galga, exterior à própria casa, dispõe de palhetas horizontais sobre as quais se precipita a água, transmitindo assim o movimento à engrenagem simples que vai fazer mover a mó.

Restará acrescentar que as azenhas se instalavam junto de quedas de água, se zona montanhosa ou junto de açudes artificiais se em zona mais ou menos plana. No litoral, tinham predominância as azenhas (Vale de Ilhavo e Vale do Boco).

Na freguesia houve algumas azenhas mas na sua maioria eram moinhos de rodízio de uma ou mais pedras os que se estendiam ao longo das correntes mais ou menos volumosas.

Curiosamente, os documentos antigos nunca referem a existência de azenhas, mas tão somente de moinhos, por exemplo, os do Silveiro que já existiam no século XV.

Houve ainda outros engenhos movidos por energia hidráulica — os lagares de azeite, um no Fatioto, em Águas Boas e outro no Ribeiro, lugar do Silveiro, cujos luminosos dias acabaram na década de quarenta.

A freguesia estava realmente povoada de moinhos que hoje só povoam vaga memória com uma esmorecida canção de fio de água prestes a esgotar-se na inexorável clépsidra do tempo. Entre Malhapão e Regatinho, havia vários, segundo acta da Junta de Freguesia datada de 2 de Março de 1934, todos de um rodízio e um casal de pedras. Eram nessa altura muito antigos, segundo testemunho feito por pessoas idosas da região. Nas Azenhas, o de José da Silva Pires e, mais para o Cabeço, o de Raúl Neto só deixaram de funcionar no fim da década de setenta, apagando-se a par do velho moleiro António Luís. Do outro lado da estrada, o de António Morgado. Todos eram abastecidos pela água de uma vala comum que, apartada à do rio, por altura do sítio das Calles, chegava ligeira onde houve outro, o do Jerónimo.

biblRIA

À mesma data e com as mesmas características, um casal de pedras e um rodízio, funcionavam um no limite do Regatinho, mais concretamente no sítio da Fonte Doce e pertencia a Leonel Duarte Pires e outro na vala esquerda da Espadaneira.

Calles vem da palavra latina *canales-caales e cales*. Não passam, neste caso concreto, de um aqueduto que conduzia a água de uma nascente de uma margem para outra, atravessando o amplo ribeiro. O sítio das Calles em Malhapão fala disso mesmo. O aqueduto, com três séculos, esboroa-se, agarrado a um renque de heras. Construído em adobe e com vários arcos, é uma ponte de memória que logo nos transporta aos moinhos. Antes desta sólida construção, com mais de um metro de espessura, encimada por uma larga caleira, que abraça as duas margens do ribeiro, onde já foram praias de arroz, havia outra, um pouco mais a sul, em madeira, cuja caleira era calafetada com excrementos de gado bovino. Pertencia e pertence ainda a particular, nomeadamente aos sucessivos donos dos moinhos do Cabeço da Silveira. É que normalemente os moinhos tinham as suas águas próprias. Deste ainda seguia para outro ao rés da estrada.

Do soalheiro lugar da Seara, um nome que fala de abundância de pão, hoje

pouco resta. Vão longe os vestígios das habitações a subir a encosta ou de alguma outra debruçada sobre a corrente atraída pelo espelho trémulo das águas. As últimas pedras dos alicerces e paredes foram arremessadas para os buracos de algum caminho. No entanto, ainda se ergue ali a casa do velho moinho. Sem telha. Os olhos das portas foram varados por silvedos. Pela encosta plantada de vinhedos perfilavam-se outrora as casas. Só os maus acessos lhe terão ditado a extinção, porque é rico o chão. As vinhas estendem-se da Seara para a Quinta da Areeira e Pinhal Maduro e trepam para o vale da Fontainha, onde há dois aglomerados populacionais de formação recente.

Na Seara, uma fonte de água leve chama ainda muita gente. Gotejam, então, na memória lembranças de outros tempos em que a água cantava, despedaçando-se na azenha, enquanto palrava o tangedor no seu monótono saltitar. O tempo ali apodrece, desde o dia em que o moleiro António Luís foi deixando, pouco a pouco, de lhe levar os cereais para o seu sustento. António Luís lidara com todas as azenhas da zona e só se aborrecia quando a corrente emagrecia e tinha de subir por isso às terras de Bolfiar na sua carroça de mulas.

Soalheiro sítio este, onde o Ribeiro (acima um pouco, é o chamado Ribeiro Queimado) assoreou, alargando ao desfastio no inverno as suas margens, vestidas de canísia, onde canta a rabila e corre o pato, que por vezes se cruza com o coelho e onde as estações pintam de verde ou de amarelo nas folhas das carvalheiras e dos freixos, não faltando o atrevido salgueiro e toda a espécie arbustiva.

A casa do moinho da Seara é hoje um envergonhado guardião de outra paisagem. Para lhe arrancar esse remorso, um filho da Silveira, o dr. Almor Viegas, adquiriu-a e preparou-a para ser habitada. Só que a ideia não vingou totalmente e chegou a ser ponto de refúgio de um qualquer ladrão. Na verdade, não será o melhor destino para um honrado moinho, sucessor de outros que, ao longo de séculos, honraram o suor dos homens, seus vizinhos, senão seus irmãos de brios.

O progresso técnico trouxe outra concepção de vida e outros engenhos. Daí que, aproveitando a força eólica, foram implantados alguns moinhos de vento, com velas pandas e casa em madeira rodando ao seu sabor e farinha caindo no gamelão. Um deles situava-se na Quinta da Pedreira (Alberto Nunes Alferes) e outro no Cabeço do Carro Quebrado, a norte do local onde está implantado um marco geodésico (de António Tomé). Eram do tipo gandarês, com a casa girando por inteiro ao sabor do vento em carril redondo montado sobre um murete, ao contrário de outros em que se movia apenas o tejadilho com o velame. Também as atafonas tiveram o seu tempo e vinham já do século passado. Eram instaladas em casas de lavradores mais abastados e atendiam ao consumo doméstico. Vacas ou bois faziam rodar o sistema. Até que também feneceu o seu chiadeiro. Sucederam-lhes as moagens eléctricas. A primeira situou-se junto à ponte do caminho de ferro, em Oiã, do lado esquerdo, onde hoje fica o Centro Social. Foi instalada no ano de 1937.

Não possui a Silveira capela pública, mas existe a de Nossa Senhora do Livramento, mandada construir no fim do século passado (1889) por Joaquim da Silva Pires. Nas décadas de trinta e quarenta, atraía ranchos de rapazes e raparigas para a festa e também para as novenas, mormente do lugar de Perrães, que chegavam ao compasso

biblRIA

bibRIA

Os moinhos, de uma e mais pedras, existiram por toda a freguesia desde os tempos mais remotos. No século XIV já é referenciada a existência dos moinhos do Silveiro.

da alegria e das notas de consertina.

Num apontamento avulso do padre Abel Gomes da Conceição e Silva, pode ler-se: *«nenhuma das imagens das capelas é digna de nota a não ser a imagem de Nossa Senhora das Dores, no Silveiro e a de Nossa Senhora do Livrameto na capela particular da Silveira»*.

Embora particular, pode considerar-se semi-pública, com porta para a estrada e uma porta directa para a casa grande que foi de José da Silva Pires, irmão do padre António da Silva Pires, em honra de quem foi construída e que morreu em Paris, retirado do seu múnus sacerdotal.

O povo, briosamente, promove a sua festa. Também lá são rezadas missas por alma dos que do lugar partiram para a eternidade. Também pelo seu anterior proprietário, Antero da Silva Pires.

SILVEIRO
CHEIRANDO A BOSQUE E RIO

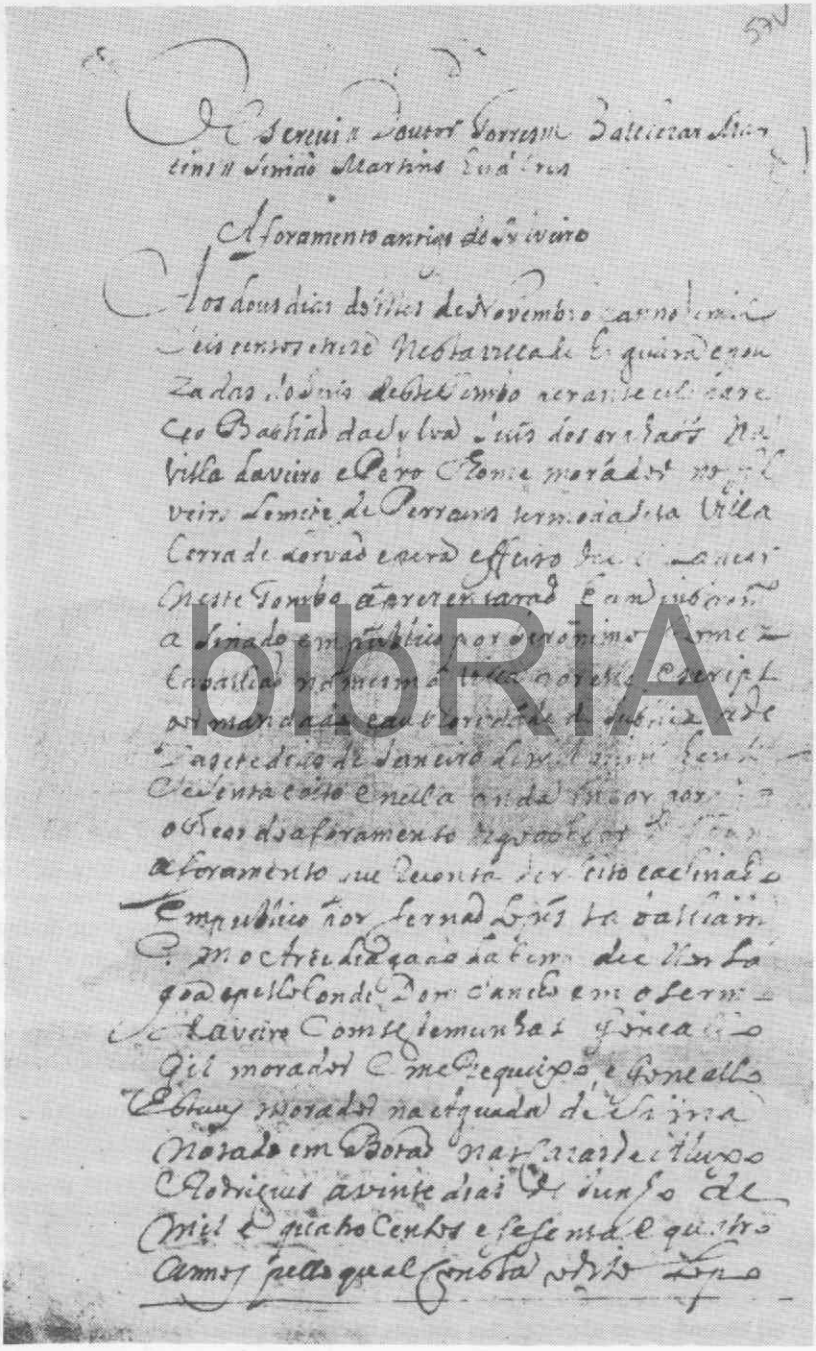
bibRIA

É vulgar ouvir-se às gentes da beira-Cértima este dito: *«Da pontinha da Pedra à figueira castanhal há tanto ouro e prata que enriquece Portugal»*; ou outro: *«Do Furadouro ao Ervedal há tanto ouro que salva Portugal»*.

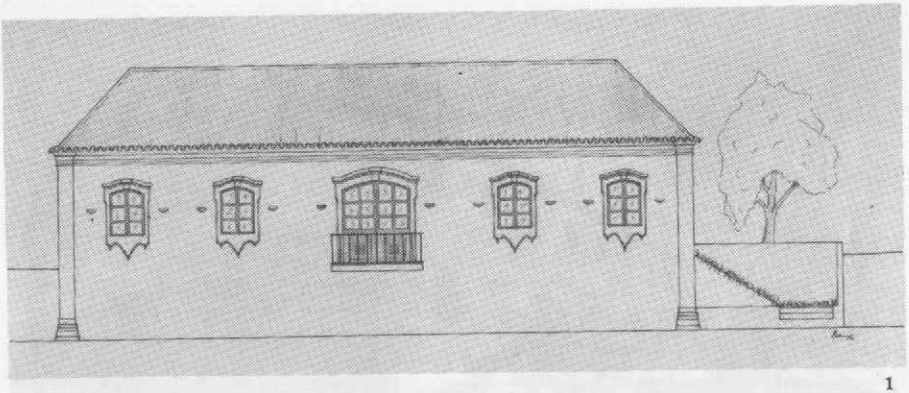
Deixando a Pedra da Moura, em seu endeusado sossego, a nordeste do lugar, uma coisa podem significar estes ditos, adaptados à realidade geográfica do Silveiro: a riqueza agrícola proporcionada pelo chão fértil que o circunda e outrora coberto de espesso manto florestal que se prolongava no sentido da Silveira.

O lugar como que mergulha os alicerces das suas casas nas margens do rio Levira, mas não se prende aí, foge para cima e as casas como que se fecham, em quadrado, a proteger o seu largo rossio. Aliás, em mais nenhumas terras, e isto é comum à Gesta, Perrães e mesmo Rego, os prédios espreitam tanto em correnteza e tão achegados às ruas como os do lugar do Silveiro.

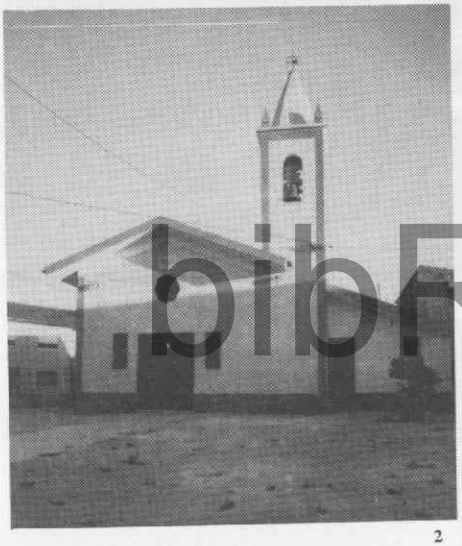
Do chão fértil falam as margens do rio Cértima, que foram celeiro de arroz em sagas de suor compensador e hoje se quedam ao imerecido abandono junto com todos os terrenos que o envolvem. Eloquente várzea se espraia, entretanto, nos chamados aidos do Furadouro, onde sobressai a vinha que se arrima, pujante, até ao rés dos pinhais. Aqui e ali escondem-se alicerces das antigas casas. De outras sobram-lhes algumas



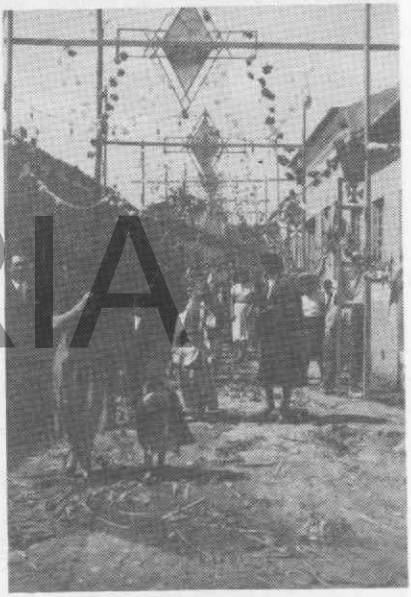
bibRIA



1



2



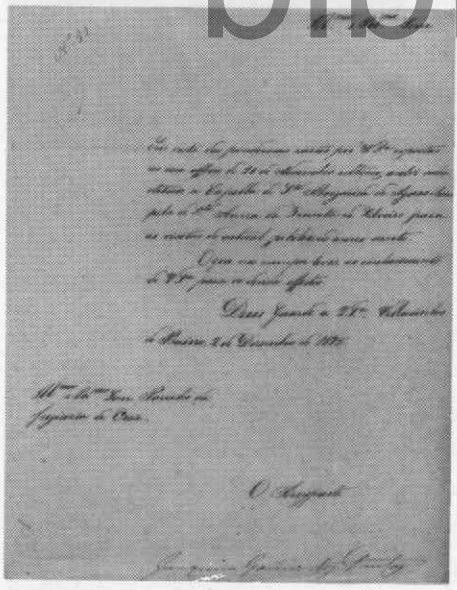
3

4

1 - Reconstituição da casa oitocentista do Furadouro; 2 - Capela de Nossa Senhora das Dores; 3 - Procissão no dia da festa (1954); 4 - Igreja Evangélica.

biblRIA

1



2

1 - Solar dos Pinto Basto; 2 - cópia do ofício do arcispreste padre Joaquim Gomes dos Santos.

biblRIA

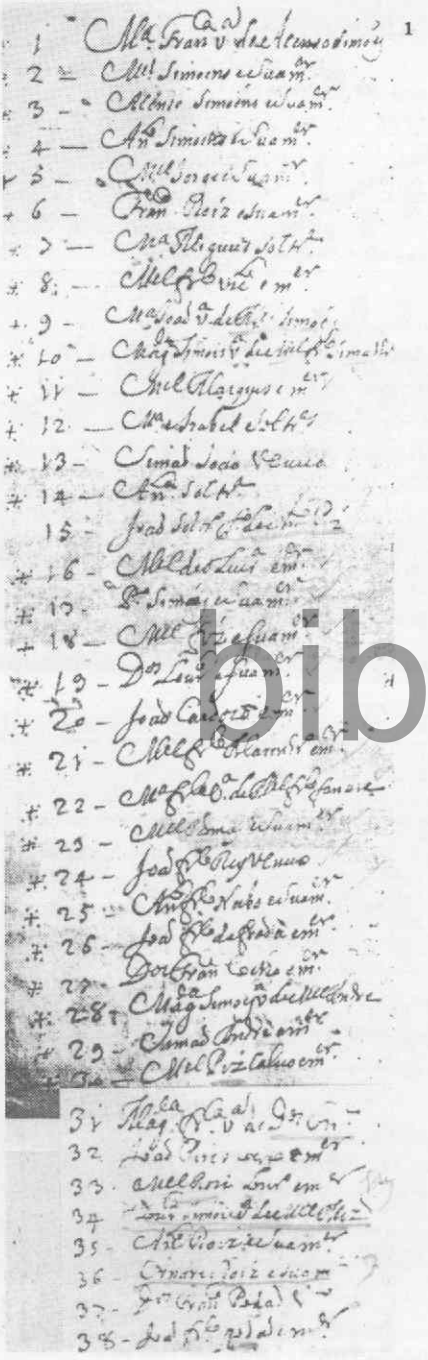
Silveiro

Tombo da Confraria de Perrazes do
Anno de 1731.

Livro 2.º affl. 203.

Demarcação do Lugar do Silveiro.

O Lugar do Silveiro cita nas Confrarias de Perrazes, termo da Villa de Aveiro, aonde vai partindo com os Casaes de Gandra do Lugar da Gesta pela parte do Norte, e dahi ao Porto do Lagueiro, donde vai pelo Caminho athe a Lagoa do Gibés; e dahi á Silha Serrada; e dahi aos Moinhos do Invedal; e dahi pelo Rio abaixo athe hir ter ao Porto Silveiro — Dentro destes Casaes e fogos que há no dito Lugar, são os moradores delle obrigados apagar de foro em cada hum anno hum Galinho por dia de São Miguel de Setembro, a dentro todas as novidades destas terras que se lavrarem pera cada hum dos ditos Donos, ou Donas, que lavrarem, e de Lavradeiras e Marcadeiras, de cada hum, que lavrar alto feito entre o Mosteiro de Jarvoão, e o dito Lugar



1

2

3

biblRIA

1 - Rol dos moradores do Ervedal e Silveiro (parte); 2 - - Bárbara Inocência Felicidade Hallen; 3 - José Ferreira Pinto Basto.

pedras calcáreas que foram arrumadas a um canto para darem lugar à vinha.

Também uma parede, ainda de pé, como que suportada no espaço por cordões de heras, fala do Furadouro. É a fachada de um prédio onde à ilharga ficava a capela de Nossa Senhora das Dores que, em 1721, já é considerada muito antiga. Exibe ainda a vaidade de platibandas salientes de pedra, onde se adivinham vasos de flores a demonstrar uma certa abastança.

Do lugar do Furadouro, que chegou a ter importância e foi razoável aglomerado populacional entre 1600 e 1700, abalaram os Velas, os Campos, os Cotetos, os Marrecas.

Da beleza e do chão do Silveiro fala um poeta popular local, Manuel Augusto Diogo. Assim cantou a sua terra (em décimas ou versos de quarenta pontos, como diz o povo):

Em tudo és formosa,
tens um clima sadio,
és banhada por um rio,
que te faz muito mimosa.
A tua gente sem prosa,
sempre agarrada à enxada,
começa de madrugada,
trabalhando todo o dia,
tudo é paz e alegria,
minha terra abençoada.

biblRIA

Inicialmente, Silveiro foi um local englobado genericamente nas chamadas Terras de Perrães, mas pode dizer-se que por aqui nasceu a primeira grande indústria da freguesia: a moagem. No leito do rio Levira (antigamente chamado de *Elvira*, palavra que foi adocicada para o nome actual), cedo foram instaladas azenhas cuja referência aparece datada do século XIV. A mesma indústria se estendeu, subindo o rio, especialmente à terra que, honrando a tarefa de moer os cereais, quis, à sombra dos seus moinhos, chamar-se Azenhas, o lugar das Azenhas da Silveira.

Embora não se saiba documentalmente qual das terras, Silveiro ou Silveira, é a mais antiga (porque, embora coexistindo ambas, a partir de determinada data, o topónimo de dois géneros, masculino e feminino não serve mais do que para fazer destrinça), pelo menos uma coisa se sabe: é que estes topónimos (frequentes) são geralmente muito antigos. E outra coisa se deduz: dada a antiguidade de Perrães (*«Terras de Perrães»*) e dada a maior proximidade da água, o Silveiro será anterior à existência da Silveira. Opinou A. de Almeida Fernandes que, se são locais contíguos, *«isto é, formando doublet, um deles terá sido uma réplica do outro, em vez de, para a nova criação, se utilizar uma locução topográfica (como de Cima ou de Baixo ou de Aquém ou de Além, etc.) ou um diminuitivo (Silveirinho, se Silveiro, o inicial, único, ou Silveirinha, se Silveira: uma via de distinção toponomástica é, de facto, uma expressão*

com mudança de género gramatical.»

Portanto, Silveira é do género feminino em oposição a Silveiro, porque, de tão próximos, se metem de permeio pouco mais do que Ervedal e Furadouro.

Quanto à palavra que está na raiz etimológica de Silveira e Silveiro é a mesma palavra latina *silva* com o significado de bosque, ou matagal, caracterizando assim os locais onde populações se começaram a fixar. Todavia, Silveiro provém mais proximamente de *Silvarium* (terra de bosques, matas) *Silvairum - Silvairu - Silveiro*. De seus derivados e flexões nasceram outros nomes de terras como Silvares mas no fundo há muitos séculos eram pouco mais do que zonas cobertas de espessas matas.

Aliás, ainda hoje existe a partir do Cabeço Grande, sobranceiro à Bunheira, uma grande mancha florestal a estender-se na direitura da Seara e consequentemente da Silveira.

O lugar do Silveiro é antigo e não é muito claro que tenha nascido, como é voz corrente, em resultado da fuga dos moradores dos lugares de Furadouro e Ervedal, porque, pelos documentos paroquiais compulsados, os lugares de Silveiro, Ervedal e Furadouro coexistem pelo menos desde 1600, sendo o primeiro o maior de todos. Embora o nome de Furadouro possa ser bastante antigo, tão antigo que, imagine-se, podia ser ali uma entrada para o mar. É essa a opinião sustentada pelo historiador, padre Miguel de Oliveira, na esteira de outro depoimento de Maria Lucília Folha Marques, que considera que *«é natural que o nome de Furadouro designasse, na origem, uma dessas barras intermitentes, talvez ali existisse uma lagoa que com frequência furasse, isto é, ficasse com comunicação com o mar»*. Refere isto a propósito do Furadouro de Ovar, mas estende esta significação a outras terras de igual nome, como Furadouro no concelho de Condeixa-a-Nova, na freguesia de Chão de Couce (Figueiró dos Vinhos) e, quanto ao do Silveiro, erra ao dizer que *«também é praia»*.

biblRIA

Em 1605 aparecem mencionados baptismos no lugar do Furadouro e no extinto lugar da Seara.

Em 1730, quando se fez o tombo das terras de Perrães, Gesta, Silveiro e Rego do Espinheiro, *«que tudo antigamente se chamava terra de Perrães»*, é dito que as terras do Silveiro não tinham encargo algum, pio ou profano, antes eram livres e desembargadas de outra qualquer obrigação que não fosse a dos direitos dominicais ao dito Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, sem directo senhorio, *«segundo a forma que têm declarado e sempre assim fora o costume de tempo imemorável...»*, *«o que as pessoas, que eram testemunhas e os louvados, que juravam de mão posta nos santos evangelhos dizer toda a verdade, sabiam por verem e ouvirem a seus antepassados, sem haver fama ou rumor em contrário»*.

Este *tempo imemorável* refere-se naturalmente ao ano de 1174 quando a aldeia de Perrães, — que englobava sob a mesma designação os lugares de Silveiro, Gesta, Rego do Espinheiro e Perrães que, repito — *«tudo antigamente se chamava terra de Perrães»* — foi doada por D. Afonso Henriques ao real Mosteiro de Santa Maria de Lorvão. E as pessoas que traziam aforadas as terras, tanto não duvidaram que deram as fazendas à medição, declarando as confrontações, nomes, semeaduras *«e o mais que fosse preciso para a clareza do tombo»*, não apresentando aos oficiais *«excepção ou*

dúvida nem suspeição alguma nem embargos».

No ano de 1614, segundo tombo realizado a 26 de Janeiro, no lugar de Requeixo, aparecem citados uma quinta e *«os moinhos do Silveiro»*. Foram seus possuidores António Barbosa de Morais, da vila de Arada (hoje Aradas) e D. Maria Antónia Custódia Rangel de Quadros e ainda D. Brites Rangel de Quadros, da então vila de Aveiro. Pagavam ao Mosteiro de Lorvão, de foro, o oitavo de todos os frutos e novidades. A quinta constava de casas, vinhas, terras *«e demais pertenças»* e um assentamento de moinhos, com duas águas. Como refere o tombo de Perrães, estas eram *«alugadas a pagar o foro de um alqueire de trigo e um capão, cada ano, como constava do tombo, datado de 1614»*. Dois anos antes, surgem como pertencendo a Sebastião da Silva, juiz de órfãos da cidade de Aveiro.

Mais tarde, estes moinhos foram dados de presente a D. Maria Custória Rangel de Quadros, viúva de Manuel Castanheda Cabral e Moura, D. Catarina Correia Rangel de Quadros, viúva de Carlos Ribeiro da Maia, e D. Brites Rangel de Quadros, viúva de Francisco Cardoso Sarmento, da vila de Aveiro.

«Havia uns moinhos com certas terras nos limites de Perrães, Gesta e Silveiro, que pertencem ao Mosteiro de Lorvão, como directo senhorio e, quanto à jurisdição, à vila de Aveiro» e os moinhos se *«chamavam moinhos do Silveiro por estarem junto do dito lugar»* e *«pagavam um alqueire de trigo e um capão, em cada ano, como se paga por foro ordinário de cada um dos outros moradores dos ditos limites e que haveria seis sete anos que são moinhos, por dantes fazerem fogo morto e que dos ditos anos lhe não fora pedido o dito foro (...)»*.

Na verdade, o lugar do Silveiro pertencia ao Real Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, desde tempos imemoriais e em 1730, quando se fazia o tombo, que já não era feito há muitos anos, foi dito pelo procurador do mosteiro, padre frei Álvaro, que *«entre os mesmos bens que pertenciam ao Mosteiro eram todos os formados dos limites do Silveiro, assim como está demarcado no reconhecimento geral dos moradores do dito lugar e que, dentro dos ditos limites, havia umas terras que foram de Domingos António Sargento e sua mulher Isabel Simões deste lugar da Gesta...»* os quais pagavam ao dito Mosteiro em cada ano *«uma galinha boa e de receber»*, a ração e laudémio de oito/um *«e da maneira que pagavam os ditos moradores do Silveiro»* por contrato celebrado entre ambas as partes.

Nessa demarcação feita em 1730 aparecem referenciados também *«os moinhos do Ervedal»*, os quais pagavam de foro ao directo senhorio, em cada ano, também um alqueire de trigo e uma galinha. Haviam sido explorados por Mário Nunes e Antónia Simões, do mesmo lugar, o que vem confirmar o que acima ficou dito: a sua existência.

Mas recuando mais no tempo e a confirmar a antiguidade, será de fazer constar que, aos vinte dias de 1464, o lugar do Silveiro foi aforado, em fateusim, a Fernão Vasques Sinqueiro e a Álvaro Pires, seu genro, moradores *«em Barrô do Bairro»*, para eles e suas mulheres e para seus filhos, herdeiros e sucessores, com a finalidade de montarem dois moinhos entre Recamondo e Oiã, devendo tomar água do Recamondo na boca da levada e *«pela levada dos moinhos antigos»*. As propriedades aforadas situavam-se entre Recamondo e a água do rio Cértima e, do outro lado, partia pelo viso

BIBRIA

de Oiã. O foro era de trigo, centeio e milho a entregar *«por dia de Santo Estêvão de cada ano»*.

Nessa altura, os moradores do Silveiro eram obrigados a pagar de foro em cada ano uma galinha e *«de todas as novidades das terras que se compreendem nos ditos destritos»*, neste caso, *«por dia de S. Miguel»*.

A demarcação antiga do lugar do Silveiro era a seguinte:

«O lugar do Silveiro, sito na Ouvidoria de Perrães, termo da vila de Aveiro, assim como vai partindo com os casais e Gândara do Lugar da Gesta pela parte de Norte e daí ao Porto do Coqueiro e daí vai pelo caminho até à Lagoa do Gibão e daí à Silha Serrada e daí aos Moinhos do Ervedal e daí pelo Rio abaixo até ir parar no Porto do Silveiro. De todas os casais e fogos que há no dito lugar, são os moradores dele obrigados a pagar de foro em cada ano uma galinha por dia de S. Miguel de Setembro e de todas as novidades das terras que se compreendam nos ditos distritos, os oitavos, e o laudémio das vendas e alienações de oito/um, por contrato feito entre o Mosteiro de Lorvão e os moradores do Silveiro nas Notas do Tabelião do mesmo, Jorge Martins de Lima, em 9 de Fevereiro de 1710, a bem de outros aforamentos particulares, que há no distrito do mesmo lugar, de que se pagam outros foros, que adiante irão declarados».

CAPELAS

bibRIA

Até 1915, ano em que, no rossio, topo poente, foi construída a capela, a população servia-se de outra que existia no Furadouro, precisamente na Quinta do mesmo nome e que, outrora, pertenceu aos duques de Lafões (?).

Embora privada, era lá celebrada missa aos domingos. Era da invocação de Nossa Senhora das Dores, imagem de linhas franzinas e de altura mediana, que passou para a capela nova, porque a outra, de que restam ainda vestígios, entre heras e silvedos, se esboroou contra o tempo.

No ano de 1853, tinha mesmo capelão. Era natural de Fermentelos e chamava-se padre Subida, conforme dá notícia o *«Diário de um Barbeiro»*. No ano seguinte o mesmo escreve que, *«em 23 de Abril de 1854 se demarcou o arraial das Febres e meteram-se marcos»*.

Da capela do Furadouro dá nota, no inquérito de 1721, o cura José Manso Preto. Não especifica de que imagem se trata, mas diz que é de Nossa Senhora e regista uma coisa importante: já era muito antiga na altura. Mas, já por outro lado, nomeia seu dono: um lavrador de nome Ventura Nunes. Fora instituída pelos seus antecessores. Afirma ainda o documento do Arquivo Nacional da Torre do Tombo que naquela altura estava suspensa pelo senhor bispo *«por não estar paramentada»*. De qualquer forma, atesta-se deste modo a antiguidade da ermida do lugar do Furadouro e, consequentemente, do próprio lugar, sem que isso possa provar, contudo, que do Furadouro nasceu o Silveiro pela fuga dos seus habitantes. A capela ficava na parte sul da casa do Furadouro, setecentista, dando para uma sala, onde encostava escadaria de pedra.

Sobre a capela, inaugurada em 1915 e já inexistente, curioso será referir que, poucos anos decorridos sobre a sua construção, exactamente em Setembro de 1920, durante as festas em honra de Nossa Senhora das Dores, (*«Nossa Senhora das Dores/ /Quantas dores vós guardais/ Ó Rosa da Alexandria,/ Cravada a sete punhais»*), um grupo que se dizia de *«ideias avançadas»* lançou fogo ao templo na noite de domingo para segunda-feira, queimando o andor da imagem de Senhora das Dores, dois altares, partes de um outro andor, o soalho e quase toda a armação que adornava a capela. O fogo foi lançado, dizia a notícia, por uma das frestas da capela, servindo-se o incendiário de caruma e gasolina. O motivo para tal desacato, segundo corria, fora a proibição de se realizar um entremês no arraial e, por isso, deslocado para outro local. Só os prejuízos na armação, pertença da viúva de João Duarte Crespo, da vila de Águeda, foram calculados em dois contos de reis.

Outra é, todavia, a opinião dos moradores do lugar. A causa esteve precisamente numa vela que, tombando, pegou fogo não só ao andar de Nossa Senhora das Dores, como à sua imagem que ficou sem possibilidade de ser recuperada e ao templo. A imagem foi assim substituída por outra, adquirida na cidade do Porto.

A capela era de construção normal, em adobe, e chegou a conhecer um certo abandono, com o soalho solto e paredes pouco lavadas. A imagem da padroeira do lugar era considerada de certo valor, a par da de Nossa Senhora do Livramento, pelo padre Abel da Conceição. Em 1928, foram referenciadas mais duas imagens nesta *«pequena»* capela: as de Nossa Senhora da Conceição e S. Marcos.

Outra ermida existiu neste lugar do Silveiro, precisamente na Quinta que foi de José Ferreira Pinto Basto. Era da invocação de Santa Ana. Em 1875, com a do Furadouro em acelerada degradação, servia também a população, já que foi escolhida para as visitas do jubileu do Ano Santo em detrimento da capela de Águas Boas, segundo ordens dimanadas do arcipreste, padre Joaquim Gomes dos Santos, em ofício datado de Vilarinho do Bairro, a 2 de Dezembro de 1875, invocando razões de distância.

A capela, que era um pouco mais pequena que a do lugar, da invocação da Senhora das Dores, que ocupava uma área de 94 m2, situava-se a norte do solar, em pátio largo e comunicando ambos. Também o acesso da povoação ao templo se fazia pela Rua dos Buxos entre o solar e a estrada, a poente.

O solar hoje com os vãos das janelas e portas doentiamente escancarados sobre o vale, — de onde se disfruta uma paisagem de rara beleza —, está votado ao abandono. As paredes de pedra e os tectos estucados e as duas enormes lareiras falam de um tempo de abundância e glória, bem como os bancos de pedra no ângulo de algumas janelas recordam momentos de tranquilidade, perscrutando distâncias, mas tudo é como um navio encalhado e sem préstimo, a desfazer-se. Primeiro, foram ruindo os muros da quinta,pedra a pedra desaparecendo, agora de há anos para cá, é o edifício que se vai deixando corroer.

Depois da propriedade sair das mãos dos Pinto Bastos, conheceu vários proprietários: Lucindo Malta S. Matos, João Coteto (que derrubou a capela, correndo a fama de que debaixo do altar Joaquim Hilário encontrou uma panela de libras...) e ultimamente Amílcar Nunes Miguel.

biblRIA

No lugar do Furadouro houve também uma capelinha dedicada às Almas do Purgatório, muito da devoção das gentes da Bairrada, mas a falta de cuidado e a voragem do tempo marcaram-lhe o fim. Todavia, o facto ficou na memória do povo. Maria Duca, esposa de António Francisco Miguéis, teve vários filhos. Já lhe haviam morrido cinco, quando teve outro, mas o azar continuou-lhe a bater à porta, pelo que, com dobrado receio, pegou-se aos santos da sua devoção e prometeu que, se o filho vingasse, mandaria reconstruir a capelinha. O menino não morreu, antes sucumbiu Maria Duca que, por isso, não chegou a cumprir a promessa nem tão pouco o seu marido a cumpriu. Foi Augusta Martins, mulher de António, por quem Maria Duca fizera a promessa que se encarregou de pagar a obrigação. E assim, a 22 de Junho de 1965, houve festa rija no Furadouro, com missa celebrada pelo padre António de Almeida Resende, conforme diário doméstico de Joaquim Simões Loureiro, do lugar do Silveiro.

A acrescentar a todas estas capelas, há que referir a existência no Silveiro da igreja evangélica, estabelecida no ano de 1939 por dois missionários, Frank Smith e Viriato Sobral e um outro cidadão inglês.

Em 1966, foram dados os primeiros passos para a construção da actual capela e as obras começam dois anos mais tarde. O projecto é do arquitecto Manuel Bernardes. Para tal se constituíu uma comissão composta, entre outros, por prof. João Duarte Silvano, engº Benjamim Ferreira Pires, prof. Élio Martins, engº Alberto Martinho, Celso Caldeira de Campos, Joaquim da Arminda, Jonine Simões Aires, Alberto Loureiro, António Barroca, António Campos e António Rito.

Trata-se de um templo amplo, de linhas modernas, com torre sineira à direita, separada.

biblRIA

TERRA QUE FOI MAR

Seguindo o raciocínio de Maria Lucília Folha Marques, que não em outro documento antigo, ao Furadouro chegaria o mar directamente através de um golfo ou barra intermitente (?). Mas, sem querermos dar uma de serôdios sabedores, porque o assunto fica muito fora do âmbito da nossa regedoria, inclinamo-nos para a hipótese dos que afirmam que há cerca de vinte mil anos o mar tinha o seu nível inferior ao de hoje, cerca de 130 metros, *«estando descoberta a maior parte da plataforma continental dos nossos dias»*, e que formaria, então, na zona de Aveiro, uma vasta planície, cortada de alguns rios e rica de vegetação selvagem. Mas nos milénios seguintes, verificou-se o degelo dos grandes glaciares, até que, dois mil antes de Cristo, o oceano, com um nível semelhante aos dos nossos dias, avançou estrondosamente sobre essa planície, galgando 40 kilómetros para o interior. Entre Cacia e o Cabo Mondego sobrou mesmo uma baía, onde desaguavam os rios Caster, Antuã e Boco, enquanto, mais a sul, os rios Vouga, Águeda e Cértima iam encontrar-se num largo e comprido braço de mar que, deixando para trás Angeja e Cacia, avançava até ao rio Marnel (Lamas do Vouga). Aliás, este braço de mar

ainda é referido como existindo no século X. [28]

É possível que nas proximidades do Furadouro houvesse uma lagoa enorme, a balouçar-se nas margens em *«comunicação com o mar»*. Se seguirmos a tese de Amorim Girão, que considera a Pateira como *«resto dum antigo esteio ou zona marinha, avançando para o interior, onde o Vouga primitivamente lançava as suas águas»*, daremos uma certa consistência à definição dada de Furadouro por Lucília Folha Marques, como *«uma dessas barras intermitentes». «Talvez ali existisse uma lagoa que, com frequência furasse, isto é, ficasse com comunicação com o mar».*[29] O que a estudiosa aplicou ao Furadouro de Ovar e o padre Miguel de Oliveira estendeu a outras terras do mesmo nome, bem se pode aplicar ao Furadouro do Silveiro e a toda a zona. Este chão que pisamos e cultivamos já foi mar, que deixou impressas as suas pegadas indiscutíveis. Não há documentos seguros, mas certo é que a evolução se encarregou de, em trabalho de séculos e milénios, deixar no solo pegadas que nos permitem discorrer com algum lógica, pondo assim de parte conjecturas fáceis, arquitectadas em fantasia.

De opinião bem diferente é o engenheiro agrónomo João Vasco de Carvalho, citado por Lamy Laranjeira, no livro *«O Furadouro — o Povoado, o Homem e o Mar»*. Segundo ele, *«o termo diz respeito a areal aforado»*, devendo dizer-se Aforadouro e não Furadouro.

Ainda hoje, muitas vezes, juntamente com o moliço, quando é arrancado, surgem conchas marinhas e areia lavada por toda a Pateira. Chegando ali o mar, depois de contornar Mamodeiro ou entrando pela *barra intermitente* (?) do Furadouro, como quer que seja, é indiscutível tal achado. Isso mesmo acontece nas zonas alagadas de Frossos e Tabueira. Mas em Macinhata, essa espécie de mar interior ou esse esteio é revelado *«pelo aparecimento de numerosos restos de peixes e ainda de moluscos marinhos, em sondagens feitas nos aluviões...»*. [30]

Bem perto de nós, na Quinta do Salão, algumas espécies de conchas e búzios fossilizados de animais marinhos causam alguma estupefacção. Por toda a freguesia, com especial incidência nas encostas do Furadouro, há areias amarelas que foram bastante utilizadas na feitura dos adobes, (e também as há em Malhapão, Águas Boas e Oiã), o que indica a regressão do mar (no período pliocénico). Também fala do mesmo mar, através da constituição do solo, a toponímia local (Barreira Branca, Caminho Branco, Canto das Areias) ou, mais próximo, Montelongo da Areia. Eis por assim dizer um nítido vestígio do mar que, se andou irado nos locais de Perrães, Silveiro, Oiã, já parece ter amansado um pouco por alturas de Águas Boas e Malhapão, onde se pode disfrutar de um terreno menos ondulado, quase plano, para de repente romper em altos vagalhões tetúricos a partir do Salão, Vale da Areosa e Nariz. Outros vestígios são as areias finas do Pano, onde se encontravam ainda há poucos anos conchas marinhas de vária ordem, bem como a areia do fundo da Ribeira, mas também a norte do sítio das Juntas onde sobressai um enorme barreirão de areia branca. Na vizinha Palhaça, à profundidade de 30 metros, foram encontrados fósseis de animais marinhos, o que só vem confirmar a tese de alguns.

Amorim Girão defende que o mar contornava Mamodeiro (onde recentemente

bibRIA

foi descoberto um monumento megalítico, denominado *mamoa*, nome do qual derivou o nome de Mamodeiro), no tempo da população neolítica ou proto-histórica. Alicerça esta afirmação no facto de muitas vezes os monumentos megalíticos surgirem junto às costas, já que era plausível que os povos se abeirassem das águas procurando-as como fonte de alimentação.(31)

Alberto Souto reconstitui, em estudo publicado no *«Arquivo do Distrito de Aveiro»*, sobre a geologia do distrito, a existência de um golfo mezozóico aberto para sul, que teria existido na região da Bairrada e chegado até Oiã nos tempos liássicos. Deduziu isto a partir da existência *«dos farrapos dos afloramentos»* em Oliveira do Bairro, e *«as ilhotas e manchas»* de Anadia, Mealhada e Bairrada Ocidental, Cantanhede e Figueira da Foz.

Diz Alberto Souto que, geologicamente, *«o retalho de Oliveira do Bairro é mais amplo que o do Silveiro e mostra-se pelo lado ocidental do antigo triássico. O Planalto é, como todos os planaltos da região do sul de Aveiro e da Gândara, arenáceo, de aspecto pliocénio. A areia carrega-se de amarelo»*, enquanto a *«argila dá lugar a exploração fabril importante»*.

Em conclusão: o chão que hoje anda lavrado e onde vivemos, já foi sem dúvida mar e não admira que o Furadouro (com outro nome?) tivesse sido mesmo uma barra intermitente, uma passagem para o verdadeiro mar, que deixou, na sua fuga, para os limites primeiros, vestígios da sua passagem, quanto mais não seja no ondulado dos campos, que tem toda a matriz de mais amplas ou mais pequenas dunas, deixadas ao acaso, sem sentido único. E essa é a parte mais visível, porque as areias grossas, (amarelas) ou finas falam mesmo do mar.

bibRIA

MOINHOS E QUINTAS

De todos os moinhos que existiram e foram muitos, desde o século XIV, sobram pedras dispersas. As *galgas* foram-se e os rodízios nunca mais mediram o tempo, chiando. Todavia, não deixa de impressionar a casa onde funcionavam os do Ribeiro (também chamados outrora *«moinhos do Silveiro»*?), com uma sólida construção, à base de pedra, que indicia antiguidade.

O lugar do Silveiro, desde tempos remotos, que teve moinhos. Uns encostavam-se à povoação no Ribeiro e na Canhota (junto à ponte), outros dispersavam-se um pouco mais para o largo, como no Ervedal e Furadouro. Estes últimos aparecem referenciados, por via do registo de nascimentos ali verificados, embora, não seja mencionado Ervedal, mas *«moinhos do Ervedal»*, acontecendo o mesmo com os do Furadouro, em 1600, quando Ponte Lioza, nas imediações, era terra habitada.

No ano de 1875, os moinhos do Ervedal pertenciam à Confraria do Santíssimo Sacramento que teve de fazer uma demanda contra o *«possuidor da terra e dos moinhos»*, uma vez que já não pagava foro ou pensão há quatro anos, alegando aquele que a Confraria não tinha título.

Em 1963 (?) todos acabam por morrer, não à falta de água para os rodízios ou para as galgas do lagar de azeite que também existiu no Ribeiro, mas porque se esgotara a sua missão. A água já não fazia mover azenhas. Haviam chegado as moagens eléctricas. Os últimos moleiros foram os irmãos Serafim e Manuel de Oliveira. Exerciam o mister apenas como um remedeio cada vez mais difícil. Umas vezes, era a água que repontava e entrava na casa de habitação ou na cerca onde coabitavam mulas e porcos, outras, não bastava, obrigando a ir homens e mulas até Bolfiar, Rio Covo e Gesteira, acima de Águeda, sobretudo no Verão. O negócio começou a ser pouco viável. Os moleiros tinham de pagar rendas muito elevadas aos proprietários, que chegavam a atingir, por exemplo, nos Moinhos do Ribeiro um alqueire por dia.

Etelvina Clara da Maia foi uma das últimas moleiras que, no Ervedal para equilibrar os magros lucros, começou a cozer pão de milho, fornadas seguidas, chegando a cozer doze alqueires de pão por dia. Pão, que os filhos, miúdos, iam distribuir, com as mulas pela arreata, ajaezadas de dois cabazes, um de cada lado, (as ditas *«cangalhas»*). Chegados a Oiã e outras partes, serviam-se de um açafate, coberto por uma toalha, para entregar as broas nas lojas e casas particulares. Era o tempo da candonga. Ou seja do racionamento que vigorou no início dos anos quarenta.

Neste tempo, os moleiros ganharam dinheiro. Os produtore sonegavam os cereais, nem que fosse dentro de tonéis, devidamente limpos para fugir à fiscalização. A proibição do descasque do arroz fê-los encontrar um filão. Compravam-no, descascavam-no e vendiam-no a trinta e mais escudos o quilo.

Normalmente todas as operações eram efectuadas de noite e, regra geral, corriam bem, mas por vezes a Guarda apanhava-os e apreendia-lhes a mercadoria. Para ganhar dinheiro bastavam boas manhas e bons conhecimentos porque, no tempo da fome e do racionamento durante a Segunda Grande Guerra, matar a fome era necessário, e para isso requeria-se olho atento e pé ligeiro, como diz esta quadra alusiva: *«Não te metas com quem vai,/ não fales nem dês cavaco, / deixa passar a candonga, / que aí vai dentro do saco»*.

Chegavam ao Silveiro candongueiras do Porto que carregavam arroz, pão e carne, mercadoria que era embarcada à sonegada no apeadeiro de Oiã. Mas antes, era escondida pelos valados e vinhas à volta. Só quando se ouvia a máquina do comboio a resfolegar o seu apito agudo, as mulheres corriam às vinhas e aos valados a buscar os comestíveis. Só que, por vezes, já não estavam lá todas as sacas, porque algumas haviam passado para as mãos dos que se punham a espreitar. Era o tempo em que os lavradores inventavam estratagemas para furar a lei e o bloqueio dos regulamentos, manifestando por baixo os cereais e os vinhos produzidos de modo que, vendendo-os na candonga, forravam mais umas moedas. É verdade que nem sempre as maningâncias resultavam, porque, uma vez ou outra, apareciam os denunciadores, o regedor e pelas estradas a Guarda. Mas nesta fase os moleiros não tiveram mãos a medir e mandando às malvas os sermões, convencidos de que: *«cantigas são pataratas, / são vozes, leva-as o vento,/*

biblRIA

/ quem para as cantigas olha / tem falta de entendimento».

Dessa eloquente saga de azenhas, moleiros, rios, levadas, pedras, nervos, foros ou rendas pesadas, resta a casa dos moinhos da Canhota, com cinco pedras secas, esfarelada, como um marco de um tempo alongado de séculos que importa preservar.

Entre outras, houve uma quinta no lugar do Silveiro que deixou um rasto de auréola. Foi a Quinta do Silveiro, hoje também memorada como a Quinta dos Ingleses e que inicialmente englobaria a Quinta da Bunheira, da qual a base toponímica é exactamente o bunho, nome de planta lacustre que abundava nos arredores. Porém, no censo da Estremadura de 1527, aparece grafada "Abunheira". Um dos seus proprietários foi Augusto Valério Ferreira Pinto Basto, que emigrou para Inglaterra no tempo das lutas liberais. Ali estudou cerâmica, o que lhe deu, após o seu regresso, credenciais para ser administrador e gerente da Fábrica da Vista Alegre, fundada por seu pai, José Ferreira Pinto Basto, a quem D. João VI concedeu a honra de nobreza e fidalguia, atribuindo-lhe carta de brasão de armas.

José Ferreira Pinto Basto era natural da freguesia de S. Jorge, do Couto de Abadim, concelho de Cabeceiras de Basto, e casara com uma senhora de ascendência inglesa, de nome Bárbara Inocência Felicidade Hallen. (Daí a justificação para se chamar Quinta dos Ingleses).

Se herdou muita fazenda do pai, não se ficou por aí: comprou vários prazos na Gafanha, a Quinta do Paço da Ermida e a da Vista Alegre, a do Silveiro e naturalmente a de Águas Boas e muitas mais. Tantas foram que se dizia ao tempo que *«é claro, que com exagero, viajando em Portugal, podia ficar em cada noite numa casa sua»*. Até no Convento da Costa e sua Tapada em Guimarães que adquirira. Porém, como não podia habitar simultaneamente todas as quintas, foi distribuindo as propriedades e casas pelos seus quinze filhos. À Quinta do Silveiro veio parar o quarto filho, Augusto Valério Ferreira Pinto Basto; a Quinta do Salão, em Águas Boas, coube a Duarte Ferreira Pinto Basto.

bibRIA

José Ferreira Pinto Basto, era um empreendedor nato. Dinâmico homem de negócios, verdadeiro empresário, ligado a vários ramos de actividade que iam de fábricas de moagem às de soja, passando pelas de porcelanas e vidros da Vista Alegre, possuía alguns títulos: era fidalgo cavaleiro da Casa Real, fidalgo de Cota de Armas, cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, membro do conselho de família no inventário por morte de D. João VI, deputado das Cortes Constitucionais (1837), senador e deputado por Aveiro em 1830, além de outros.

Tinha efectivamente títulos e fazendas. Das fazendas foram tomando posse os filhos. A Quinta do Silveiro, antiga Quinta dos Cabrais, de que resta o brasão, foi berço de gente que, dados os pergaminhos de família e os méritos individuais, fez carreira. Do casamento de Augusto Valério Ferreira Pinto Basto (que foi presidente da Câmara de Oliveira do Bairro) com Maria Inocência Ferreira, de Ílhavo, nasceram Amélia, Henrique, Gustavo (que tem monumento na cidade de Aveiro, onde foi presidente da Câmara), Marcos e Viriato Ferreira Pinto Basto.

Desses tempos na Quinta a memória que mais corre de geração em geração é

que os seus donos tinham um privilégio singular: criminoso que saltasse os muros, jamais poderia ser preso, e muitos valeram-se desse facto. Os últimos terão sido uns tais Manuel Molhado e José Bunheiro e os Canões, que têm descendentes no lugar do Silveiro.

Por volta de 1840, muitos lavradores, encravados, ou mesmo gente sem grandes posses, acorriam à Quinta a solicitar empréstimos, que eram concedidos, mediante o que fazia lei nesse tempo — a escritura no notário, onde faziam constar os valores e demais condições. Por vezes, as pessoas também iam, em aflição, bater à porta dos conventos (nomeadamente ao de Sá, em Aveiro como consta de documentos notariais da época). Também é por volta de 1840 que Augusto Valério começa a desfazer-se, por venda, de algumas das suas propriedades no lugar do Silveiro.

ARTE DA ESTEIRA

É nas terras do Silveiro, Gesta, Perrães e Rego, bordejadas pelas águas de um terno riacho, a soluçar de sede pelo verão, o rio Levira, ou de outro rio mais folgazão e másculo, que de Cértima tem o nome, mas que na verdade não foi baptizado pela Rainha Santa, como consta da lenda, porque o milagre das rosas e as mãos da Rainha Santa aparecem muito depois do seu nome constar, por exemplo, no documento de doação de Perrães ao Mosteiro de Lorvão, pelo rei D. Afonso Henriques, em 1174, — é nestas terras, sim, que a indústria artesanal da esteira, nascida da habilidade das artesãs, ainda hoje sobra de um tempo em que era mais procurada e mais amada. Tal como o rio soluça a saudade dos barcos no seu dorso, assim a esteira, enfrentando a concorrência de outros produtos, mormente o plástico, já diz pouco ou é peça que, com o decorrer inexorável dos anos, tende a desaparecer.

biblRIA

No lugar do Silveiro teve esta indústria o maior desenvolvimento. Ainda há cinquenta anos era rara a casa que não tinha um estaleiro e mulheres aplicadas na confecção das esteiras, meses a fio. Por vezes, os rapazes davam-lhes a mão (com mesura, ai de quem ousasse, caía-lhe o olhar de viés da mãe ou do pai, a repreensão, quando não um par de tabefes). Mais do que o valor do trabalho as esteiras davam uma auréola de ternura e romantismo àquelas horas vividas nos pátios, nos alpendres.

Tal como indica o étimo grego, esteira serve para desenrolar, estender no chão. Os produtos de que é feita, bunho e tabua, contêm pequenas cavidades cheias de ar, que preservam da humanidade do chão ou atmosférica, o que envolvem: o corpo do trabalhador cansado, a saborear uma boa sesta no mês de Julho, a árvore de fruto, nos primeiros dias ou meses da sua plantação, se de inverno. Já foi peça rica de pobres, servindo-lhes quantas vezes de carpete ou tapete, de leito e até de soalho das choupanas arremessadas à solidão dos dias ou à magreza do conduto, quando não mesmo de pão. Ainda não há muitos anos (hoje, com mais raridade), a esteira servia para abrigar das chuvas ou das humidades nocturnas ou das aves os cereais que primeiro eram debulhados à força do mangual nas eiras e, depois, foram devorados pelas enormes avantesmas das

debulhadoras (puxadas por um bom par de bois ou possantes vacas), compridas, desengonçadas, como que nascidas para depressa morrerem, tal como veio a acontecer efectivamente.

A esteira que pode ter até dois metros de comprimento por um e meio de largo, feita com o bunho e tabua colhidos nos pântanos que se espraiam para as bandas do Pano, outrora tão temerosas, com as suas lendas de ladrões e assaltos, já teve os seus dias grandes nas camas de gente humilde e trabalhadora ou cobrindo montes de milho maduro pelas eiras, quando as desfolhadas tinham milho rei que trazia ao terreiro cantigas ao som de harmónicas de boca ou concertina que ia ateando um desejo vindimo de beiços e abraços.

Há cinquenta anos — são as nossas avozinhas que o dizem com ruga rota por uma lágrima de saudade — não havia trabalho mais animado e alegre do que este. Despertava encanto, era útil e o povo sabia aproveitar o que o pântano dava para fabricar peças cuja utilidade era defendida e apregoada nas feiras próximas (Palhaça, Bustos, Vista Alegre, Oliveirinha, Águeda, Oliveira do Bairro, etc.). Pela quantidade de mercados a que as esteiras iam se poderá avaliar que, embora sendo uma indústria popular e caseira, muitos eram os feixes que saíam enrolados e macios à cabeça das mulheres ou raparigas do território mais baixo da freguesia, também nos carros de bois e, mais tarde, nas camionetas.

A confecção de peça tão utilitária quão decorativa, era desencadeada a partir do mês de Julho e podia entrar mesmo no Inverno, de Lua pendurada e branca nos beirados das casas, como um fruto maduro e longínquo ou, simplesmente, exibindo aquela figura de velho tosco carregado de silvas às costas. Juntavam-se mulheres e raparigas aos magotes pelos pátios. E vinham, forçosamente joviais, os descantes. As raparigas colocavam bem a voz para colherem o aplauso farto e intencionalmente caloroso dos rapazes ou franganotes que participavam no trabalho, fazendo *bracinha* (isto é, cordões de caniça, junça e até das folhas interiores da tabua, as mais delgadas e curtas, porque mais seguras, a que se dá o nome de *«pipos»*). Tanto se cantava a *Caninha Verde* como a *Trigueira, («ó trigueirinha, ó trigueirinha engraçada,/ ó trigueirinha, só tu és a minha amada»),* como surgiam versos improvisados, alusivos a amores e circunstâncias, que puxavam palmas e espicaçavam brios. A inspiração corria ao sabor do momento ou do respirar do coração, enquanto o luar escorria, sorrateiro e aveludado, dos beirais de telha vã, (outros, já de telha francesa), inspiração que, muitas vezes, era espevitada com os olores de velha aguardente que o dono da casa oferecia, mãos largas, comungando da alegria de um trabalho que era boa fonte de receita. Com as transformações tecnológicas e económicas, as novas gerações deixaram de aprender o ofício, que, hoje, é praticado por mulheres que estão no escalão etário entre os 50-60 anos.

A matéria prima com que são feitas as esteiras provém do pântano ou do paul. O bunho que é uma espécie de junco, é uma planta vivaz rizomatosa da família das ciperáceas, de caules aéreos, roliços e compressíveis, e folhas inferiores reduzidas à baínha, segundo J. de Vasconcelos. Existe em Portugal, com especial incidência no Centro e Sul e em todo o mundo.

Todas estas plantas se desenvolvem espontaneamente em terrenos pantanosos,

bibRIA

com especial incidência nos terrenos que envolvem o rio Cértima. Semeado o bunho (ou bonho) e plantadas a tabua e a caniça, todas estas espécies se desenvolvem livremente e em grande quantidade.

O melhor bunho cultiva-se entre Fermentelos e Perrães, na zona da Goucha. Já o da zona do Pano era de inferior qualidade, dada a sua espessura. Por sua vez, a tabua era recolhida junto às presas dos moinhos, por exemplo, os do Ribeiro.

A tabua e o bunho, depois de cortados no mês de Julho, por vezes com algum alvoroço suscitado pelo emergir ou rabiar de cobras de água que abundam nesses locais, são postos a secar durante mais ou menos oito dias. Depende sempre do estado higrométrico do tempo. A exposição ao sol tem uma dupla função: o branqueamento e a seca. Todavia, quando se quer utilizar esta matéria prima, forçoso é que seja borrifada com água para que, ao ser utilizada, a palha não parta, antes fique macia, direita, apresentável.

O processo de fazer a esteira é simples, sem necessidade de recorrer a grandes técnicas ou sofisticados maquinismos. Vem de antigas gerações. É um costume que faz parte do património legado pelos pais aos filhos e que urge não se perca totalmente. Se os métodos de fabrico são rudimentares, simples são também os instrumentos. Tudo se resume a um estaleiro, simples engenhoca constituída por duas varas arrimadas obliquamente a uma parede ou a qualquer tronco de árvore, denominadas *«moços»* ligadas por outra vara transversal (*o estaleiro*), onde exactamente nasce a esteira. Também a vara transversal se pode colocar sobre quatro paus, cruzados dois a dois.

Começa-se por fazer a *bracinha*, se não estiver já feita, e colocam-se oito tracinhas de três metros nas cavidades que possui o *«estaleiro»*, feitas à mesma distância umas das outras de tal modo que fiquem metade para cada lado. Para que estas se mantenham tesas, amarra-se nas extremidades uma pedra. Ao todo, os conjuntos de pontas de *bracinhas* e pedras são dezasseis. As bracinhas assim entrecruzam-se e vão entrelaçar os pés de bunho (pontas voltadas para o centro) e a tabua que vai acolchoar mais a obra. A *bracinha*, como já dissemos, é feita com folhas interiores de tabua entrançadas aos pares, (também de caniça ou de junça), ao modo como, nesse tempo, também se faziam tranças para os piões que hoje têm os dias contados, longe do garotio das escolas e das ruas.

A esteira começa-se e acaba-se com uma vinca, constituída por cerca de meia dúzia de bunhos. Feita a primeira vinca, são utilizadas outras de muito menos espessura, já que são compostas de dois bunhos misturados com tabua, apertadas e unidas entre si pelo entrelaçar das *bracinhas*, oito pedras para um lado, outras oito para o lado contrário, sempre por cima do conjunto de bunho e tabua. Quando se dá a última vinca, é obrigatório o nó, dado com as duas extremidades da mesma *bracinha*, depois de soltas as pedras.

Uma esteira, para ficar boa, bem cerzida no bunho e na tabua, que a vai acolchoar, não leva menos de duas horas. Leva oito ou nove fiadas de *bracinha*, mais ou menos macia, conforme serve para resguardo das chuvas ou outros fins, de acordo com a sua contextura. A esteira que saía das mãos das gentes do Silveiro, Perrães, Rego ou Gesta, pedia meças às fabricadas em Pereira do Campo ou em Arzila, situada a cerca de 11 quilómetros de Coimbra, na margem esquerda do rio Mondego. As artesãs de Arzila,

DIORIA

há 30 anos, chegavam a carregar de 30 a 60 barcos de esteiras que desciam as águas do paul em direcção ao rio Mondego com destino a Montemor-o-Velho, no dizer de Estrela Roseiro, no livro «Esteiras de Arzila». As gentes da zona ribeirinha não carregavam barcos, mas as cabeças das mulheres, (logo, carros de bois) em direcção aos mercados próximos.

As esteiras em 1957 (nesta data, ainda se produziam e vendiam bastantes) podiam custar entre 6 e 12 escudos, conforme a qualidade do produto acabado, o mercado e até a própria habilidade da feirante. Hoje o preço ronda os 500$00/600$00. O preço da venda representava algo na economia doméstica e local, dado que as matérias primas necessárias à sua confecção não exigiam mais do que uma foice em Julho ou Agosto. Mas, se juntarmos o tempo gasto e o reduzido custo do estaleiro, era efectivamente um rendimento a juntar ao que já estava escondido debaixo do colchão por causa do mau olhado ou do meliante. Em 1957, metade dos casais daqueles lugares fazia esteiras para venda e uns 20% faziam-nas apenas para uso próprio. Além disso, era um trabalho que não tinha hora certa ou tempo propício. Muitas vezes, era trabalho de serão. Embora possam ser confeccionadas durante todo o ano, era nos meses de Julho, Agosto e Setembro, por via das colheitas, que as esteiras mostravam o seu valioso préstimo e circulavam em maior quantidade. Mas também surgiam no começo do Inverno. Acontece porém que o trabalho já não é um rito de enlevo ao som de histórias fantásticas contadas pelas avós, lindas como as histórias de outros tempos e outras gentes. E lamentavelmente, não há pares de namorados que, pondo uma nota de poesia nas mãos ou nos olhos, subam até à fronteira verde dos pinhais, pela Pedra Moura, fazendo *bracinha*, agilmente, e puxando as fitas do *pipo* (feixe de fitas de tabua), seguro entre o tronco e o antebraço, enquanto os olhos magoados de ternura iam compondo ao som da aragem versos de fogo íntimo, sonhador.

OIBRIA

Do bunho e tabua, trabalhados pelas gentes da zona ribeirinha de Oiã, não saíam apenas esteiras que hoje raras vezes vão às feiras, mas peças de outra utilidade e beleza: cadeiras, de pé compacto e roliço, com um fofo espaldar de entrelaçados simétricos, grandes ou mais pequenas. É peça que há muito deixou de ser fabricada. No entanto, foi reconstituída no Grupo Folclórico Infantil Bairrada Ribeirinha, de Perrães, pela sua directora Maria Judite Santos, no ano de 1988.

DA IGREJA MATRIZ

bibRIA

SEM dúvida, a igreja matriz de Oiã é valiosa, não tanto pelas suas linhas arquitectónicas, que não possui, mas porque dispõe de um magnífico retábulo vindo da igreja de Santa Ana, de Coimbra. De resto, é um templo de paredes robustas, pé bastante alto e de uma só nave, não tanto como o da igreja de Fermentelos em cuja construção foram utilizados materiais diversos da velha igreja matriz de S. Simão de Oiã, vendidos na altura à Junta da Paróquia daquela freguesia e para aquele efeito.

DAS FUNDAÇÕES À INAUGURAÇÃO

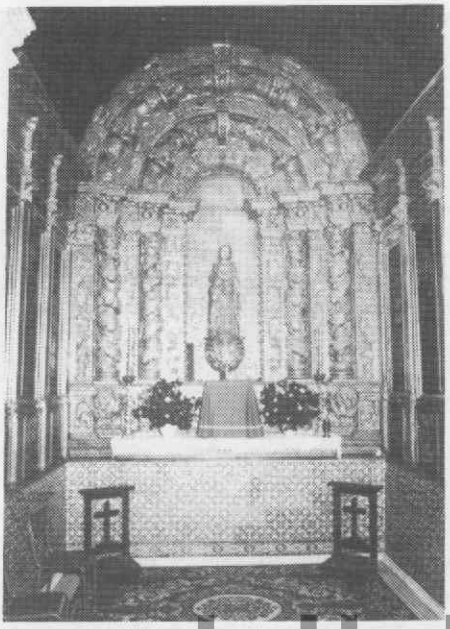
O grande obreiro da construção da igreja foi o padre Abel Gomes da Conceição e Silva, nascido em Barrô em 10 de Abril de 1861 e falecido na sede da freguesia de Oiã, a 3 de Março de 1942. Todavia, as fundações e alicerces foram da responsabilidade do cónego José de Mello, de seu nome completo, José de Mello Ribeiro Pinto, que nasceu em Águeda em Julho de 1836.

Em 1872 foi transferido de Belazaima do Chão para a paróquia do Troviscal,

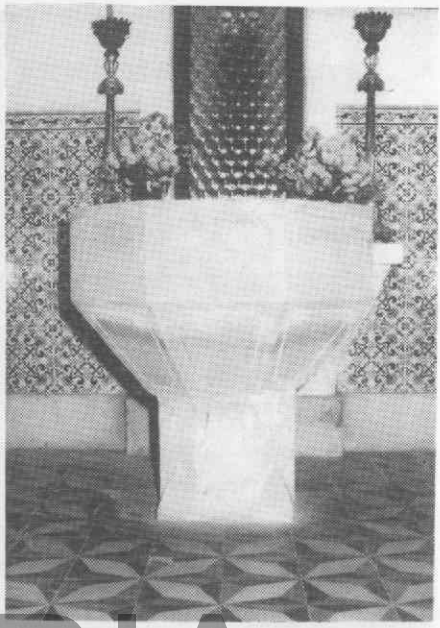
bibRIA

bibRIA

Quadros da primeira metade do séc. XVII: 1 - S. Francisco abraçado por Cristo Crucificado; 2 - Baptismo de Santo Agostinho; 3 - Onde mil virgens; 4 - Aparição de Cristo a santos.

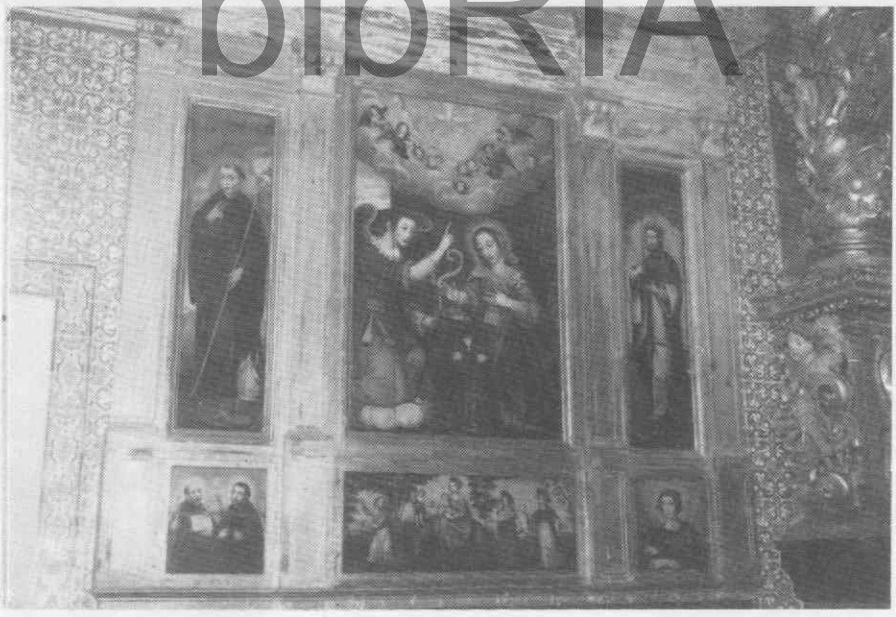


1



2

bibRIA



3

1 - Capela lateral (de Nª Sª da Conceição); 2 - Pia baptismal, séc. XVII; 3 - tríptico do altar-mor.

Programma

Damos em seguida o da inauguração da

EGREJA DE OYÃ

25 de outubro: — Confissões de 120 creanças para a primeira communhão e de todas as pessoas, que quizerem receber o sagrado chrisma.

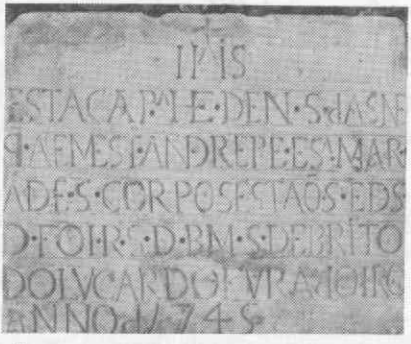
Dia 26:—A's 8 da manhã benção da egreja. A's 9 passagem do Santissimo para a egreja nova. A's 10 cummunhão das creanças, havendo sermão pelo sr. prior d'Ois da Ribeira. A's 5 da tarde Ladainha e sermão pelo sr. padre Severiano Ferreira.

Dia 27:—A's 10 da manhã chegada de S. Ex.ª Revd.ma o Sr. Bispo Conde, havendo duas musicas e fogo. A's 11 missa solemne com a assistencia de Sua Excellencia, e ao Evangelho sermão pelo sr. padre Patricio, do Porto.tNo fim da missa procissão, levando o santissimo o Ex.mo Sr. Bispo Conde. Desde as 5 horas até ás 10 da noite duas mbsicas tocarão nos coretos, havendo illuminação e fogo.

Dia 28:—Desde manhã até ás 11 confissões para as pessoas que quizerem chrismar-se. A's 11 entrada de Sua Excellencia na egreja, cantando-se o *Ecce Sacerdos Magnus* e em seguida Sua Excellencia administrará o chrisma e fará a procissão ao cemiterio.

1

2



3

1 - Programa da inauguração da Igreja publicada na Soberania do Povo; 2 - Custódia paroquial; 3 - pedra-inscrição da capela particular de Nossa Senhora das Neves, datada de 1754, existente na Igreja.

onde granjeou grande simpatia. Mas, decorridos seis anos, foi colocado em Oiã. No dia 8 de Dezembro de 1878, tomou conta da freguesia e no dia 10 do mesmo mês entrava no exercício efectivo dos seus deveres paroquiais.

«Vim neste dia da minha freguesia do Troviscal e entrei na residência de Oiã às 3 horas da tarde. São muitas as saudades que tenho da boa gente desta freguesia que, apesar de já não ser pároco, ainda me obsequeia como se o fosse. Nunca poderei pagar àquela boa gente tantos obséquios, a não ser com a devida gratidão» — escrevia o padre José de Mello, (que foi agraciado com as honras de cónego da Sé de Luanda pelo então ministro da Marinha, Pinheiro Chagas) no seu livro de memórias. E, efectivamente, mandou compensar aquela gratidão. No seu testamento contemplou os pobres do Troviscal *«com vinte alqueires de milho»*, o que revela toda a sua faceta de grandeza e bondade, amassada nas dificuldades amargadas pelas populações na época e bem sentidas por ele. A mesma sensibilidade se patenteava aquando da realização, na paróquia de S. Simão de Oiã, da comunhão das crianças. Não houve ano nenhum em que não lhes fosse servido no fim da cerimónia um suculento repasto a expensas suas.

O cónego José de Mello, tio do conde de Águeda (Manuel Homem de Mello) e irmão de outras gradas e ilustres figuras da política de Águeda, como conselheiro Albano de Mello, Dr. Joaquim de Mello e Eduardo de Mello — foi quem deu início às obras da actual igreja, mas, aos 56 anos de idade, a morte arrancou-o da terra dos vivos sem o deixar ver concretizado o seu sonho maior. Em Oiã a sua morte *«produziu uma extraordinária impressão de infinita mágoa em toda a gente»* — comentava Júlio da Conceição, redactor da «Soberania do Povo», jornal de que Cónego José de Mello foi também fundador. Todos deixaram o trabalho em sinal de luto e, transladado que foi o corpo depois das exéquias na igreja velha, para Águeda, ficou na memória de todo o povo por muitas décadas a sua figura compreensiva e humana. Júlio da Conceição era irmão do Padre Abel e professor público na vila de Águeda e casou com Berta Ferreira Pinto Basto, neta de Augusto Ferreira Pinto Basto, da casa do Silveiro, em Fevereiro de 1907.

«Era a encarnação de toda a bondade e foi um verdadeiro exemplo de sacerdote cristão. Foi um honrado patriota (...) a sua memória é ainda hoje abençoada na freguesia de Oiã, onde morreu» — relatava a «Soberania do Povo» em 1 de Janeiro de 1904. Morreu no ano em que começara as obras da igreja matriz, 1892, seguindo-se-lhe na tarefa o padre Abel Gomes da Conceição e Silva, que dispunha da ajuda nos actos litúrgicos de um capelão, de nome Marthens de Almeida, natural de Espinhel, além de outro, natural de Oiã, Joaquim António da Silva.

Começada naquele ano de 1892, a igreja foi inaugurada no dia 27 de Outubro de 1901. Assistiu à cerimónia o bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina e foi pregador, ouvido por um mar de gente, um dos grandes oradores sagrados do tempo, o padre António Patrício, da cidade do Porto.

Segundo notícia divulgada na época, a inauguração da igreja matriz revestiu-se de grande solenidade e *«foi em tudo brilhante»*.

No dia 25 de Outubro, sexta-feira, houve confissão para muitas dezenas de crianças, em preparação para a sua primeira comunhão e de muitos adultos. Mas no dia

DIGRIA

seguinte, pelas 8 da manhã, houve a bênção do novo templo e efectuou-se a mudança do Santíssimo Sacramento do velho para o novo templo, seguindo-se a comunhão das crianças. Pregou nesse acto o pároco de Óis da Ribeira, Manuel Gomes de Andrade, estudioso da odisseia da Senhora das Febres. Às 17 horas, houve ladainha e novamente sermão pelo padre Severiano Ferreira, nóvel pregador, natural da Borralha.

No domingo as festas ganharam o máximo esplendor e entusiasmo. Quando chegou o bispo-conde de Coimbra, Manuel de Bastos Pina, subiram ao ar inúmeras girândolas de foguetes, repenicaram os sinos na torre corpulenta e altaneira e duas bandas de música executaram hinos festivos. Na notícia, da «Soberania do Povo», não são especificadas quais as duas bandas presentes, mas uma era a Filarmónica de Fermentelos. *«Seguiu-se, depois, a missa solene, a grande instrumental pela orquestra de Fermentelos»*. Na altura, proferiu um soberbo discurso o notável orador do Porto, padre António Patrício.

Na procissão *«que ia com luxo e muito bem dirigida»*, conduziu o Santíssimo o bispo-conde, que, pouco antes, na igreja, proferira palavras *«cheias de boa e pura doutrina, sendo ouvido por todo o selecto auditório com a maior atenção»*.

No dia seguinte, segunda-feira, as solenidades programadas continuaram com novo tempo de confissões, seguido da imposição do crisma ministrado pelo bispo-conde. No final ainda houve procissão ao cemitério. E o noticiarista terminava a pequena crónica, elogiando o padre Abel da Conceição *«que não se poupou a fadigas nem as despesas para que tudo corresse à verdadeira altura»*. [32]

bibRIA

Apesar da terrível seca que se desencadeou em 1898, tão grande e prejudicial aos povos, que o Bispo da Diocese de Aveiro enviara uma circular aos párocos no sentido de serem feitas preces públicas *«ad pretendam pluviam»*, as obras continuaram, com empenho de todos, em muito bom ritmo. Ou estariam praticamente concluídas, já que, em 7 de Janeiro, a Repartição da Fazenda do distrito de Coimbra comunicava ao presidente da Junta da Paróquia da freguesia de Oiã a autorização para o levantamento das pinturas e séries de bancadas do suprimido convento de Santa Ana, de Coimbra. Diz o documento:

«Comunico a V. Exª para os devidos efeitos que, por despacho ministerial último foi autorizada a entrega, por depósito, à Junta de Paróquia de sua digna previdência, das pinturas em madeira que revestem o coro do suprimido convento de Santa Ana desta cidade e bem assim as duas séries de bancadas existentes no mesmo coro.

Deus guarde V. Exª».

Todavia, um mês antes, a 7 de Dezembro de 1897 foram lavrados na igreja do suprimido convento de Santa Ana, extra-muros da cidade de Coimbra, os termos de entrega do altar-mor e três altares laterais, *«com todas as imagens e ornamentos que lhes pertencem»*.

Estes documentos, por sorte achados avulsos e desarrumados como coisa sem importância, se, por um lado, são um registo histórico do que se passou e como se passou,

por outro lado, destruirão alguns rumores de que todo este magnífico recheio, rico e sumptuoso, teria vindo um pouco à sonegada;tanto que o bispo-conde de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina, se teria negado inicialmente a benzer a igreja. Pelos documentos transcritos, verifica-se, preto no branco, que tudo foi devidamente legalizado e nunca à margem da autorização do delegado do Tesouro. Nem poderia ser de outro modo.

«Termo de entrega — Aos sete dias de mez de dezembro de mil oitocentos noventa e sete na igreja do supprimido convento de Sant'Anna entremuros da cidade de Coimbra, onde se achava presente o Reverendo Parocho da freguezia de Oyã, concelho d'Agueda, Abel Gomes da Conceição e Silva, Presidente da Junta da Parochia da dita freguesia e delegado pela mesma corporação como se vê do documento junto, para receber o altar mor e dois lateraes com todas as imagens e ornamentos que lhes pertencem, existentes na dita igreja, concessão feita à supra citada corporação por despacho de Sua Excellencia Ministro da Fazenda de nove de Outubro último communicado à repartição de fazenda do distrito de Coimbra por officio da Direcção Geral dos Proprios Nacionaes, segunda repartição - processo número mil trescentos oitenta e sete - livro quinto, quatro centos quarenta e sete - livros sexto, setecentos trinta e tres livro oitavo - de tres de dezembro de mil oitocentos noventa e sete, commigo António Gomes da Fonseca Godinho, primeiro aspirante da dita repartição commissionado pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro para o effeito de fazer semelhante entrega, na posse dos mesmos objectos o envestir e de como os receber, se lavrou o presente termo que vai assignado por ambos e pelas testemunhas presentes a este acto Luiz Augusto da Fonseca e Francisco Lopes Correa casado também residente n'esta cidade de Coimbra - Abel Gomes da Conceição e Silva - António Gomes da Fonseca Godinho - Luiz Augusto da Fonseca - Francisco Lopes Correa.

Repartição da Fazenda do Distrito de Coimbra , 7 de Dezembro de 1897».

«Termo de entrega - Aos onze dias de mez de fevereiro de mil oito centos noventa e oito, na Igreja do supprimido convento de Sant'Anna extramuros da cidade de Coimbra, aonde se achava presente o Reverendo Parocho da freguezia de Oyã, concelho d'Oliveira do Bairro, Abel Gomes da Conceição e Silva, presidente da Junta da Parochia da dita freguezia e delegado pela mesma corporação, como se vê do documento junto, para receber as pinturas em madeira que revestem as paredes do côro do supprimido convento de Sant'Anna e bem assim duas séries de bancadas existentes no mesmo côro para uzo da Egreja da mencionada freguezia que se acha em construção, objectos aqueles sem merecimento e que só servem para serem adaptados ao fim para que os destinam, os quaes lhe foram concedidos por despacho de Sua Excellencia o Ministro da Fazenda, de vinte e quatro de dezembro de mil oito centos noventa e sete, communicado à repartição de fazenda do Districto de Coimbra por officio da Direcção Geral dos Próprios Nacionaes - expedidos pela segunda Repartição - segunda secção - Processo número noventa e quatro - Livro nono De vinte e quatro de dezembro de mil oito centos noventa e sete, commigo António Gomes da Fonseca Godinho, primeiro aspirante da dita repartição, commissionado pelo Ex-

biblRIA

cellentissimo Delegado do Thesouro para o effeito de fazer semilhante entrega na posse dos referidos objectos o envesti, ficando a dita junta de Parochia digo dita junta responsavel pela sua deterioração e extravio; e de como os recebem se lavrou o presente termo que vae assignado por ambos e pelas testemunhas presentes a este acto - Manuel de Miranda Cardoso - Francisco Lopes Corrêa, ambos casados e residentes nesta cidade de Coimbra - Abel Gomes da Conceição e Silva - António Gomes da Fonseca Godinho - Manuel Miranda Cardoso - Francisco Lopes Corrêa.

Está conforme
Repartição de Fazenda do Distrito de Coimbra, 11 de Fevereiro de 1898.
O Oficial,
Joaquim Maria Ferreira.»

O cadeiral, todas as pinturas, altar-mor e altares laterais (em número de três) vieram encaixotados em palha, peça por peça, tudo bem acondicionado, muito a rigor, dado o melindre de cada um dos elementos, trabalhados a preceito, séculos antes, para que o transporte em 14 carros de bois pudesse oferecer o máximo de segurança. (Os carros de bois pertenciam a proprietários da freguesia de Oiã e também de Paradela, lugar da freguesia de Espinhel).

Porém, um contratempo surgiu: a tribuna não cabia na capela-mor, pelo que esta teve de ser subida e alargada, e ficou assim mais alta do que o corpo da igreja.

Teve alguma influência nesta transacção, grandiosa e oportuna, o padre Abel Gomes da Conceição que, aliás, mais tarde, havia de querer cobrar-se deste trabalho, talvez valorizando demasiado a sua intervenção.

DIGRIA

Embora a transacção se atribua também aos bons ofícios do conde de Águeda, isso não corresponderá totalmente à verdade. Quem realmente conseguiu do Governo de então benefício tão precioso e rico, segundo M. Taceano, em notícias de Oiã, foi o grande homem e o grande bispo, D. Manuel Batista da Cunha, natural de Paradela, que viria a falecer em Vila do Conde, para onde fora desterrado pelo Governo da República em 13 de Maio de 1913.

Todavia, homens da terra tiveram um papel importante na construção da igreja como o activo Clemente Pires Soares da Maia, que juntamente com o padre Abel Gomes da Conceição e o professor Manuel José de Oliveira *«tanto trabalharam para fazerem da nossa igreja um bijou como realmente está»* - escrevia ainda M. Teceano na «Soberania» de 3 de Novembro de 1928, ano em que, à imitação do existente numa capela de Anadia, foi construído um altar-gruta lateral e do lado esquerdo (onde, antes, era o altar das almas), para nele ser colocada a imagem de Nossa Senhora de Lurdes. A imagem havia sido adquirida em 1904, por 175$00. Realizou-se então uma grande procissão entre a estação de Oliveira do Bairro para onde a imagem foi despachada do Porto e a igreja matriz. Os cristãos concorreram com as suas esmolas, num total de 129$495, tendo o pároco ofertado 50$505.

Não sabemos quais e quantos os responsáveis pela desmontagem e montagem de tão valioso recheio. Um dos homens da freguesia que montou todos os retábulos juntamente com artistas de Coimbra foi sem dúvida José Bartolomeu, das Agras, o qual

já desempenhara a tarefa da sua desmontagem. Se neste caso eram numeradas todas uma a uma, nas que, depois montou, fez questão de deixar escrito o seu nome.

Em 1928 *«um bom artista de Oiã»* estucava o exterior da igreja.

O exterior contrastava profundamente com o seu interior, *«lindo, asseado, majestoso, sumptuoso mesmo»*, escrevia o correspondente de Oiã na «Soberania do Povo» (18 de Agosto de 1928) e referindo-se à tribuna, dizia: *«aquilo é admirável, grandioso, subjugante»*. Curiosamente, anos mais tarde, é que são colocados os quatro quadros maiores, bem por cima dos trípticos existentes no coro.

VALIOSO PATRIMÓNIO

O valor da igreja reside, na verdade, na riqueza do trabalho dos retábulos, nas pinturas e ainda no cadeiral que foram trazidos do mosteiro de Santa Ana de Coimbra, de eremitas agostinhos. Todavia, não parece que, na altura as pessoas realmente se tenham apercebido do facto, bem demonstrado pelo valor que foi atribuído pelos responsáveis pelo inventário aos bens paroquiais realizado em 26 de Junho de 1911, (o presidente da Junta, Manuel Joaquim de Carvalho, em comissão com o administrador do concelho de Oliveira do Bairro e respectivo secretário de Finanças). Os paramentos, os vasos sagrados e alfaias pertencentes à fábrica da igreja, incluindo igreja, sacristias e adro da igreja *«tudo se orçou no valor de dez contos de reis, valor seguro»*, sendo também dado o valor de 500 mil reis a cada uma das três capelas da freguesia: Águas Boas, Malhapão e Gesta, valor também seguro (artigo noventa e três, número quatro da Lei de Separação), — lê-se na acta da Junta de Freguesia de 6 de Agosto de 1911.

bibRIA

No plinto de cantaria assentam pedestais de quatro colunas retorcidas, também ditas colunas salomónicas. São revestidas de troncos com folhas, flores, frutos, pássaros e querubins e suportam a cimalha do altar, que vai de um a outro lado da capela mor. Sobre a cimalha *«pousam, correspondentes às colunas, dois arcos concêntricos que fazem volta de um para outro lado do retábulo»*, no dizer do historiador de arte, padre Nogueira Gonçalves no seu «Inventário Artístico». O maior dos arcos concêntricos cinge-se ao tecto da capela mor, mais alta do que o próprio corpo da igreja. Debaixo do mais pequeno sobressai um grandioso camarim guarnecido pelo interior de formosa talha com ressaltos e florões e dentro está um imponente trono. Pousam sobre o segundo arco duas imagens de alto relevo que representam os pais da Virgem Maria, ou seja os santos Joaquim e Ana.

«Toda a obra deste retábulo é da mais primorosa e engraçada marcenaria, tão cosida em ouro brunido que outra cousa se não vê nele. Entre aquelas colunas que se elevam, duas de cada lado do retábulo, pousam sobre peanhas de mesma talha e estilo, de que toda a obra é, duas imagens de estatura ao natural»— diz ainda o autor de uma monografia do mosteiro das Carmelitas Agostinhas, citado pelo padre Nogueira Gonçalves no «Inventário Artístico de Portugal», pág. 208, 1959.

«No centro do retábulo, logo abaixo do camarim, estão outras duas imagens de estatura mediana, encostadas a uns pequenos espaldares, também de marcenaria e

postas sobre um friso cortado ao meio pelo sacrário...». São as imagens, uma da Virgem Imaculada e a outra da gloriosa Santa Ana.

O trabalho, realizado na última vintena do século XVII, é em madeira e tem o nível de outras obras realizadas nessa época em Coimbra. O grande valor do retábulo reside no facto de ser grande e representar *«uma fase da evolução da arquitectura retabular desta época»*, diz o cronista citado por Nogueira Gonçalves. *«O seu tipo é ainda de um só plano perpendicular, de dois intercolúnios a ladearem o vão central; correspondem às colunas arcos, que ainda não são torcidos, não passando de fortes cordões, o interno ornato de querubins, o segundo de temas geométricos, vazados. O espaço entre estes arcos é plano, repartido por cinco sectores, encontrando-se no do meio o baixo relevo indicado pelo escritor transcrito»* — «Inventário Artístico de Portugal», pág. 209.

As colunas espiraladas são ornadas de parras e são rectangulares os respectivos pedestais. As esculturas e as imagens são muito ricas. Debaixo do camarim ficam S. Joaquim e Santa Ana e a Virgem. De um e de outro lado, as duas bem apessoadas imagens de Santo Agostinho, e de S. Geraldo, a que recorrem muitos devotos quando lhes nascem cravos nas mãos e em outras partes do corpo. Depois as promessas são cumpridas na ternura lisa de ramos de cravos que lhe vão levar pela sua festa.

Abertas nos flancos da igreja há duas capelas (ou melhor três, contando com a do bastistério, ao fundo e do lado direito). Havia entretanto uma outra ao lado da hoje capela do Santíssimo, de construção posterior, onde era o altar de Nossa Senhora de Lurdes. Por ser um mau enxerto, foi suprimida quando da última remodelação, no ano de 1973. Igualmente foram suprimidos os altares de canto (Mártir S. Sebastião e Nossa Senhora de Fátima). De pedra de Ançã são ainda a base do púlpito, encorpado, mas trabalhado com esmero e elegância, e a pia baptismal que se acha no arco transepto, redonda.

DIGITALIA

Os retábulos das duas capelas são iguais, de madeira entalhada a preceito e dourada, do tipo reentrante, sobressaindo quatro colunas igualmente salomónicas e arcos torcidos com parras, uvas e pássaros, também do mesmo século XVII.

O monografista do Convento de Santa Ana refere a existência de três capelas e *«todas correspondem entre si na marcenaria dos retábulos»*. Nos termos de entrega vêm mencionados também as três. Todavia, na igreja existem apenas duas. Os documentos são exarados no mesmo dia e, com toda a certeza, isso não pode significar que algum deles esteja mencionado em duplicado. Não deixa de ser intrigante o caso. O que pode ter acontecido é que dele foram aproveitadas peças para substituir outras que, por qualquer motivo, transporte ou danificação, não estivessem em condições de ser mantidas. Algumas peças sobraram, efectivamente, tanto que foram aproveitadas para a feitura do altar móvel, que está sob o arco transepto, e mesmo para a estante de leitura.

De Coimbra veio também o cadeiral, que não ficou montado exactamente como no convento. Na capela-mor existem duas séries de oito de cada lado, dispostas como cadeiral, quatro em cima e quatro em baixo enquanto, ao fundo da igreja, sobram outros tantos soltos. Já serviram na década de 60/70 como confessionários. Deles dizia o monografista do convento citado por Nogueira Gonçalves: *«vestem as paredes até ao*

meio, ricos espaldares de boa madeira, que ser-vem de ornato a muitos painéis simetricamente neles encaixilhados, uns maiores, outros menores. Duas ordens de cadeiras correm por um e outro lado do coro; uma encostada aos espaldares e unida com eles e outra mais em baixo, no plano do coro. Os espaldares são dourados, as cadeiras não têm ouro nem pintura. São por todas noventa e quatro.» Quanto às restantes, nada se sabe.

A marcenaria executada é de carácter austero e, *«abstraindo dos quadros e douradura dos espaldares, era equivalente ao do mosteiro de Celas»*, de Coimbra, da mesma época.

Por cima do cadeiral que serve de ornato à capela-mor, estão as inúmeras pinturas, da primeira metade do século XVII, de artista da escola de Coimbra. Todavia, não são peças originais, mas cópias ou interpretações de pinturas anteriores. São testemunho da pintura renascentista portuguesa. Depois da limpeza, fixação e restauro, trabalho que se verificou após o restauro também do templo (com a montagem do forro em caixões de madeira de mogno, piso em pavimento cerâmico vermelho, revestimento das paredes de azulejo, tipo século XVII, implantação de um altar no arco transepto), as pinturas ganharam o aspecto original, o que valorizou as existentes na capela-mor, e também as das capelas laterais *«podendo considerar-se, definitivamente, como um bem patrimonial de primeira grandeza»*, no dizer do prof. doutor Pedro Dias, director do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras e do Museu Nacional de Machado de Castro, de Coimbra, que, em nota de 23/11/1984, depois de ter visitado a igreja de S. Simão de Oiã, expendeu o seguinte parecer:

biblRIA

«Encontra-se hoje, na igreja matriz de Oiã, um notabilíssimo conjunto de pinturas maneiristas, evocando santos, mártires e cenas hagiográficas diversas, que podemos considerar como o mais importante de toda a região e, particularmente, do distrito de Aveiro.

Estas pinturas pertenceram ao cadeiral do convento de Santa Ana de Coimbra, tendo sido a sua pintura patrocinada pelo bispo conde, D. Afonso Castelo-Branco, um opulento mecenas do período da dominação filipina, a quem se devem muitos dos mais importantes edifícios da cidade do Mondego.

Não se conhecendo o nome do autor, pode, no entanto, dizer-se que era um dos mais hábeis pintores regionais do tempo, fruto de uma adaptação dos cânones eruditos dos artistas da corte, pelos que residiam na província.

A sua conservação é uma obrigação imperativa, dada a sua importância no contexto da arte nacional, devendo ser alvo de cuidados especiais e contínuos, para não se perderem estes testemunhos da nossa pintura renascentista».

Por debaixo de cada quadro maior há um pequeno a formar banqueta. *«Os quadros correntes correspondiam a uma cadeira; os quatro maiores a duas».*

Na capela-mor os quadros maiores são acompanhados de dois menores *«à maneira de tríptico com predela"*, e são os do lado direito mais próximo do retábulo: A Assunção da Virgem, Santa Catarina de Pazzi e Santa Luzia (estes os dois menores),

tendo sob o maior, central, o Aparecimento de Cristo a Madalena (e na paisagem do fundo vêem-se os apóstolos S. Pedro e S. João junto ao túmulo) e, sob os laterais, Santa Inês e Santa Catarina de Alexandria; por cima e atrás do cadeiral, do mesmo lado, a Adoração dos Reis Magos, ladeada de Santo Agostinho, vestido da ordem eremítica, e de S. Sebastião; na banqueta ou seja na parte inferior, S. Paulo a Caminho de Damasco, entre Santa Águeda e Santa Escolástica.

Do lado esquerdo temos a Anunciação, acolitada por S. Bento e S. Luís, rei de França e, em baixo, Fuga para o Egipto, ladeada por Santo Inácio e S. Francisco Xavier e Santa Cecília, do lado oposto; por cima e atrás do cadeiral: Casamento da Virgem, acompanhado de S. Brás e de Santo Estêvão, pintura esta ladeada por outras duas — Santa Apolónia e Santa Luzia e as da banqueta — Senhora do Leite, ao centro e rodeada de anjos e lateralmente S. Pedro de Alcântara e S. João Baptista.

Na capela da epístola (lado direito), está de um lado S. Tiago maior, Bartolomeu e Filipe, ficando-lhes subjacentes S. João de Sagun, S. Gregório Magno, e S. Carlos Borromeu; no outro lado, S. Mateus, S. Tiago menor, e S. Tomé e na parte inferior, Santa Rita de Cássia, Santa Comba e S. Lourenço Justiniano.

Na capela do Evangelho (lado esquerdo, os apóstolos S. Paulo, Santo André, e S. Matias e inferiormente, na mesma ordem, Santa Bárbara, Eufémia e Santo Amaro; do outro lado, S. Simão, S. João Evangelista, S. Pedro, com Santa Brígida e Clara, juntas, Piedade e S. Fulgêncio.

Nestas capelas, estão a ocupar os altares entalhados Santa Mónica, na capela da Epístola e Nossa Senhora da Conceição, na capela do Evangelho (onde hoje está o sacrário). Antes do restauro do templo, estavam na base do trono, uma de cada lado.

Acima *«dos simulados trípticos»* da capela-mor, ou melhor, por cima de cada conjunto de seis quadros, existem outros quatro quadros e independentes da série do Cadeiral. Do lado direito, S. Francisco abraçado por Cristo Crucificado e Baptismo de Santo Agostinho; do lado oposto - Onze Mil Virgens e Aparição de Cristo a santos.

Fora da vista e veneração do público, encontram-se esculturas soltas, de madeira ou de pedra: a Virgem do Calvário, Santa Rita de Cássia e Virgem com o Menino em madeira do século XVII, provenientes do Convento de Santa Ana, S. José com o Menino e Santo António em barro, do século XVIII; as imagens de pedra de Ançã de S. Pedro e S. Sebastião, peças valiosas do século anterior, provenientes da antiga igreja matriz; também de madeira e do século XVII é a imagem do padroeiro S. Simão (recentemente restaurada).

De idêntica idade é um andor que é uma raridade, não por ter vindo do Convento de Santa Ana, mas porque as quatro faces, patenteiam pinturas com as medidas de 1,85x0,42 e 1,10x0,42, invocando cenas agiográficas. Comuns já não serão tanto as imagens da Senhora da Conceição em marfim, do século XVII e Cristo Crucificado de século anterior, igualmente em marfim.

Uma peça de valor invulgar será a custódia, de prata dourada, que remonta ao princípio do século XVII, cujo mostruário se compõe de dois pares de colunas e de hostiário em forma oval. *«Faz parte do pé de um cálice, que deverá ser adjunção do fim do mesmo século; é liso, enquanto as superfícies da parte mais antiga são decoradas»*, na

biblRIA

opinião de Nogueira Gonçalves.

A igreja matriz de Oiã, tem uma construção bastante comum, utilizando adobe na sua maior parte e também pedra, com especial incidência na torre colocada do lado direito. No entanto, há colunas de pedra Ançã a abraçar torre e frontaria, esta encimada por um nicho de igual material, onde preside a imagem do padroeiro S. Simão. As padeeiras e cunhais de portas e janelas beneficiam também deste pequeno requinte, bem como, interiormente, o arco transepto, sem grandeza ou trabalho delicado, e os arcos das capelas laterais, incluindo a do fundo (a do batistério), com pia de forma octogonal, tanto no seu pé como na bacia, bastante funda, remontando ao século XVI e que veio igualmente de Coimbra, e ainda o arco trabalhado que suporta o coro bastante amplo. As paredes do templo têm uma espessura de 1,00 m, enquanto as da torre aumentam para 1,20 m.

Na torre três sinos de bronze anunciam tristezas ou alegrias, pingando cristãs badaladas sobre o casario alvoroçado em seus cumes. O sino mais antigo data de 1844 e foi fundido em Cantanhede. Logo a seguir vem o maior, que é de 1856, e o mais novo tem também a provecta idade de 119 anos. Curiosamente, o sino grande, destinado aos sinais, foi fundido naquele mesmo ano, a partir de um sino velho, bem mais pequeno (21 Kgs.), pertencente à igreja paroquial. O actual pesa 4 arrobas aproximadamente e custou 55$690, incluindo a fundição.

Outros curiosos gastos com o sino grande: condução do cabeçal de Coimbra para Cantanhede — 1$20 reis; despesas que fizeram, durante cinco dias, as três pessoas que foram a Cantanhede e a Coimbra — 2$620; freguês que foi a Cantanhede levar uma carta — $240; transporte do sino, as duas viagens — 2$500; ferro para acrescento do badalo e para a ferragem do sino — 1$215; feitio do badalo na Taipa — 2$400; feitio de ferragem no mestre da Oliveirinha — $700 reis.

Para a aquisição do sino grande foi lançada na freguesia uma derrama pelos lavradores que rendeu 67$350.

Tudo indica que os sinos existentes tenham sido da igreja velha.

Inaugurada em 27 de Outubro de 1901, com o rolar dos anos foi-se porém ressentindo da acção inexorável do tempo, pelo que em Maio de 1973, sendo pároco padre Manuel Marques Dias, foram iniciadas as obras de restauro que incluíam: reparação dos telhados, melhor aproveitamento das salas adjacentes, colocação de azulejo na fachada principal e torre, bem como em todo o interior da nave e da capela-mor, construção de um novo altar e estante de leitura, peças que dignificaram o templo e toda a acção litúrgica. Foram colocados pavimentos novos e o tecto, que não tinha especial valor, de madeira lisa que era, foi enriquecido com sóbrios caixões de mogno polido, o mesmo acontecendo com os tectos das capelas. Não se descuidaram também os espaços exteriores à volta da igreja e, assim, as zonas de passagem, a toda a volta, foram revestidas com tijoleira cerâmica.

Encarregaram-se do estudo e do projecto das obras, o Engº Celso Bernardo de

bibRIA

Albuquerque, nado e criado na sede da freguesia, e a esposa D. Maria Adosinda Gamelas Cardoso, ambos ligados à comissão diocesana de arte sacra.

Decorridos três anos, as obras estavam concluídas, sendo inauguradas em 6 de Junho de 1976, dia de Pentecostes.

Escreveu o padre Manuel Marques Dias, grande obreiro do restauro, que as obras *«foram realizadas a expensas exclusivas do povo crente e praticante da paróquia de Oiã, sem qualquer outra ajuda. A contribuição foi feita de maneira anónima, de modo que a mão esquerda não soubesse o que dava a direita, como manda o Evangelho»*. Esteve presente à festa o bispo de Aveiro, D. Manuel Trindade, e foram ordenados diáconos Adérito Ferreira Pinto e António Dias de Araújo, que foram coadjutores da freguesia e do padre Manuel Marques Dias .

As obras no exterior haviam de abranger ainda o arranjo do adro, com duas partes distintas: um cimentado, onde era a velha igreja, com um canteiro de jardim a correr com a estrada e, a poente, um espaço relvado. Entre um e outro, uma cruz florescente pousada sobre um plinto seguro, revestido a pedra de Ançã que, estando desenquadrado do estilo da igreja, serve para deixar autógrafos e fantasias momentâneas de algum jovem mais ousado ou até um palavrão.

Esta cruz substituíu um cruzeiro comum, no qual sobressaía uma cruz e um Cristo lavrados em pedra de Ançã, encimando um plinto com dois degraus. O cruzeiro antigo foi derrubado por um dos cedros.

Valor tem o cruzeiro de Oiã, tipo templete, tão do agrado das gentes e por isso bem comum a outras terras da Bairrada, de planta quadrada, tal qual o de Perrães, cúpula robustecida interiormente por dois arcos cruzados e assentando em quatro colunas dóricas, ligeiramente trabalhadas. Todo ele é de pedra de Ançã, à excepção da base em que hoje assenta, que é de adobe, e os arcos cruzados estão dispostos em diagonal. A coluna central é mais moderna. Foi restaurado no início do ano de 1939, sofrendo algumas modificações. Destas se mencionam a supressão das paredes laterais, ficando apenas com as colunas e a cúpula e criando-se, em substituição das paredes, um gradeamento de ferro. Assim ficaria mais conforme com a traça primitiva, conforme escrevia o padre Manuel Caetano da Silva (ordenado presbítero em 1898). Foi construído em 1639. [33]

Só mais duas oportunas notas: na altura de serem colocados os quadros na capela-mor e nas capelas laterais, os artistas depararam com a exiguidade de espaço, pelo que, em frágil e perigosa adaptação, tiveram de mutilá-los, à excepção dos que se apresentam acima dos *«simulados trípticos da capela-mor»*, quer em largura quer em altura. A mutilação está bem patente na capela-mor, onde se notam pedaços de quadros a fazer ângulos.

A falta de espaço do templo mereceu forte e prepositado reparo por parte do bispo de Coimbra, Manuel de Bastos Pina. Como conhecedor de arte que era, reprovou em conversa e com fundo desgosto o facto de emprestarem um escasso corpo de igreja para tão grandiosa peça de arte, que exigia, sem dúvida, espaço mais condizente. O

DIDRIA

mesmo acontecia relativamente aos quadros, ao cadeiral. Não se fez o corpo para a alma, tentou adaptar-se a alma ao corpo. Com alguns lamentáveis inconvenientes e prejuízos de monta. A fazer-se o que devia ser feito, o valor do recheio seria ainda maior e o templo teria hoje outra grandeza (quase de sé catedral...).

IGREJA VELHA

Segundo o Inquérito de 1758, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a anterior igreja paroquial era de uma só nave, mas dispunha de cinco altares: o altar-mor, que era de S. Simão, e do lado do Evangelho, dois: o primeiro, de Nossa Senhora do Rosário, e o outro, de Nossa Senhora das Neves, *«numa capela particular»*; da parte da epístola tinha outros dois: o primeiro, de S. Sebastião, em que estava colocado o Santíssimo Sacramento; o segundo era o altar das almas. Assim, será de concluir que o antigo templo teria a configuração do actual, com dois altares laterais e outros dois de canto, como aliás estiveram colocados no ângulo do arco transepto com as paredes, onde se veneravam as imagens de S. Sebastião.

A igreja velha era anterior a 1756, pois segundo o «Dicionário Corográfico de Portugal», *«por cima da porta travessa do antigo tempo gravada na verga da mesma porta lia-se a seguinte inscrição: feita em 21 de Maio de 1756»*. Por cima desta, havia ainda uma outra que mencionava o ano de 1805, mandada esculpir na parede por Bernardo dos Santos. Nenhuma destas inscrições se pode reportar à edificação do templo, mas à reconstrução do mesmo e nunca à *«edificação da primitiva igreja, que por documentos mais antigos, provam bem que ela já existia no mesmo local»*, antes da mencionada data (1756).

biblRIA

Tratar-se-á exactamente do mesmo templo referenciado no Livro dos Rendimentos e Despesas da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, nº 146, página 23-verso, a propósito da entrega de 190 reis, em Janeiro de 1625. De referir que passado um ano (em Novembro de 1926), o valor das esmolas subiu para 500 reis (livro 148, página 11).

Que a sua construção é anterior a 1756, não há dúvida. Segundo lápide que sobrou da capela de Nossa Senhora das Neves, onde eram sepultados corpos, esta foi reconstruída no ano de 1754 por um morador do lugar do Furadouro, de apelido Brito.

Segundo o livro «Portugal», a igreja antiga estava em contacto com a residência paroquial, *«havendo uma porta que a punha em comunicação com aquela, passando-se por debaixo do trono»*, e estava implantada no sentido nascente-poente, a correr com a estrada com a porta principal voltada para o sol-pôr, abrindo sobre a plantação dos cedros do adro que foram testemunhas seculares de muitas alegrias e muitas tristezas, e cresceram à custa dos corpos que eram enterrados, muitas vezes, no adro e em frente da porta. A residência topava exactamente com o templo, que, dado o desenvolvimento da freguesia, começou a ser pequeno. Raimundo Francisco Caldeira foi o terceiro mestre a pegar na obra e, embora perdendo dinheiro, cumpriu a palavra. A casa da residência ficou concluída em Outubro de 1869 e, em 22 de Dezembro desse ano, foi pedida a respectiva vistoria. Era pároco Joaquim Duarte Rosa, de Fermentelos,

primeiro pároco da sua terra natal, logo que se verificou a completa independência religiosa de Fermentelos (exactamente em 1853), concedida pelo vigário geral da diocese de Aveiro, dr. Manuel Rodrigues Tavares de Araújo.

Pelo orçamento paroquial para o ano económico de 1876, usufruía o reitor (era então assim honrado com este epíteto o pároco) através dos óbulos dos paroquianos de um rendimento *«provável»* de 8$00 reis; dos foros das confrarias suprimidas (Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário), em dinheiro, 16$855 reis e, em milho, 30 alqueires.

Quanto aos alqueires de milho que o povo dava pelo S. Miguel para as despesas de culto, sobrando muito pouco para o pároco, o dito orçamento rezava, no artigo 7º: *«as prestações em medidas certas e recebidas de milho grosso procederam de contrato na fundação da igreja paroquial, de cujo contrato não existe escrito por se ter perdido pelo volver dos séculos; mas consta das memórias desta freguesia, as quais eram pagas antigamente aos intitulados mordomos da confraria do S. Sacramento e porque esta nunca teve existência legal, como fica dito na nota anterior, passaram também para a administração da Junta»*. E para que fique mais completa a informação, deixamos a redacção da nota anterior que diz: *«os foros ou prestações que antigamente eram pagos às denominadas confrarias do S. Sacramento e Senhora do Rosário, depois da criação das Juntas de paróquia, passaram para a administração destas por aquelas não terem tido estatutos legais, nem irmãos incorporados e por isso sem existência jurídica»*.[34] Era secretário da Junta, o padre Álvaro Henriques Alho.

BIBRIA

A 20 de Abril de 1869, o padre Joaquim Duarte Rosa escrevia ao governador civil do distrito a explicar a verba de 87$200 reis proveniente de anuais e exarada no orçamento respectivo. Esclarecia que não eram *anuais* o que os paroquianos se obrigavam a dar como irmãos da confraria, porque ela os não tinha. Os mordomos cobravam de cada casal: meio alqueire de milho, se eram casados; e de cada meio casal (isto é, viúvos, ou solteiros que fossem chefes de família) uma quarta de milho conforme constava de *«uma memória existente num livro dos usos e costumes antigos desta freguesia, a páginas 19, recebendo depois o padre só um alqueire dos primeiros e meio dos segundos, costume que ainda actualmente se observa»*. Tal livro como tantos outros documentos paroquiais de valor incalculável veio a perder-se irremediavelmente.

Em 1870, o templo estava degradado, *«necessitando de reboco a branco nas suas paredes»*, a pintura do trono precisava de reforma; o soalho estava no fio e até o sino rachara, isto sem falar da necessidade da pintura e douramento dos dois altares colaterais novos. Segundo cálculos do pároco, as despesas podiam montar a mais de um conto de reis, importância difícil de obter. Para fazer face a esta despesa, o padre José Duarte Rosa dirigiu ofício ao Vigário Geral da Diocese de Aveiro, em que pediu um subsídio *«o mais valioso possível do cofre da Bula da Santa Cruzada»*. Invocou o pároco algumas razões: os paroquianos estavam *«cansados por terem gasto para mais de 400$000 reis na construção do cemitério paroquial, 230$000 reis na compra de dois altares colaterais, 100$000 reis pelo menos do conserto da sacristia, 800$000 reis na*

reconstrução da casa da residência paroquial que findou no sobredito ano de 1870. E já depois se gastou com a refundição de um sino 94$000 reis».

Os altares estavam a ser pagos em prestações em 1864 a Albino José Batista (?), conforme consta de documentos paroquiais avulsos.

Quanto a alfaias, a perspectiva era deveras preocupante porque *«nem uma casula decente havia para o uso quotidiano».*

Destas e outras coisas se queixava, em 25 de Junho de 1870, padre Joaquim Duarte Rosa para o vigário geral da diocese de Aveiro, que havia procedido a um inquérito, versando as necessidades da fábrica da igreja e inquirindo do estado do templo e dos consertos necessários, do estado dos paramentos, da existência de confrarias ou irmandades, seus rendimentos e sobras.

Da resposta do pároco, que transcrevemos na íntegra, se dá conta de uma série de curiosidades [35].

«Exmº e Revmº Senhor:

Tenho a honra de expor a V. Exª as necessidades da igreja paroquial desta freguesia, a meu encargo. Quanto a paramentos e alfaias há necessidade de quatro casulas, uma branca, uma vermelha, uma rosa e uma verde, um pontifical de damasco vermelho porque o que existe está dilacerado e indecente, de um pontifical branco melhor, porque o que existe é de damasco, mas simples, de um pálio branco e de serem douradas as banquetas dos quatro altares. Quanto ao templo necessita de reboco a branco nas suas paredes, da reforma da pintura do trono, da pintura e doiramento dos dois altares colaterais novos, da reforma do soalho, da reforma da casa da suplicação, da refundição e acrescento de um sino que está quebrado e da reforma dos telhados. Todas estas despesas podem montar a mais de um conto de reis.

Nesta freguesia há uma só irmandade, a das Almas, que não tem saldos das suas despesas, que se possam com autorização aplicar naquelas obras e os paroquianos estão cansados, porque de há sete anos a esta parte têm-se gasto na construção do cemitério paroquial mais de 400$000 e na compra de dois altares colaterais a quantia de 230$000 e na reconstrução da casa da residência paroquial, que está a concluir-se, 300$000. Por isso é que eu vou rogar a V. Exª se digne tomar em consideração a resposta e promover a concepção de um subsídio, o mais valioso possível, do cofre da Bula da Santa Cruzada, para ocorrer àquelas necessidades mais urgentes. É verdade, Exmª Revdmª que no ano de 1865 já se recebeu o subsídio de 80$000 que foram empregues na compostura da sacristia e alguns paramentos mais indispensáveis para a celebração dos augustos mistérios da Santa Religião, porque nem uma casula branca decente havia para o uso quotidiano.

Deus guarde V. Exª Revdmª, Oiã 25 de Junho de 1870

O prior, presidente da Junta Proquial

Joaquim Duarte Rosa»

DIÁRIA

Curioso será referir que uma das últimas alfaias litúrgicas adquiridas para a igreja velha foi um turíbulo, no Porto, na casa de José Rodrigues, Teixeira & Filho, no mês de Maio de 1889. Concorreram para esta compra os lugares de Malhapão, Silveira, Furadouro e Ervedal com10,190 reis; Carris, Lavadouro, Cruzes, Ramalheiro, Águas Boas e Carro Quebrado, Pedreira e Pousios, com 9,240 reis; Rego, Perrães e Gesta com 10,380; Silveiro, com 2,210; Oiã, Agras e Regatinho com 2,800, e o pároco com 1,100.

O templo, que não tinha nem grandeza nem peça de valor, tal como aponta o livro «Portugal», à excepção da cadeira paroquial, ainda estava de pé em Dezembro de 1906, data em que foram arrematados em venda alguns materiais. Foi arrematante, Júlio Pires Fernandes, das Agras, que ficou com o prazo de um ano para retirar os materiais — alvenarias das paredes, cantarias, soalhos, forros, telhados, madeiras de armação dos telhados e madeiras de vedação no frontão, devendo avisar da data exacta para que a Junta da Paróquia pudesse ter tempo para descobrir a igreja e fazer remover os altares e a tribuna.

ARROLAMENTO DOS BENS DA IGREJA

Com o advento da República, a vida da igreja tornou-se um pouco tumultuosa e difícil de tal modo que os seus bens foram arrolados a favor do Estado por efeito da Lei de 20 de Abril de 1911. O inventário, no caso concreto de Oiã, ficou arquivado na Câmara de Oliveira do Bairro. Foram necessários 18 anos para que esses bens voltassem depois à posse da igreja. Dando cumprimento à Portaria 5871, foi lavrado, aos 21 de Fevereiro de 1929, na sala das sessões da Comissão Administrativa da Junta da Paróquia, na presença do administrador do concelho, António Tavares de Araújo e Castro e do presidente da Corporação Fabriqueira, padre Abel Gomes da Conceição e Silva, o respectivo auto de entrega. Englobava o edifício da igreja paroquial, todas as suas dependências, as capelas da Senhora das Febres e das Dores, de Santo Amaro e Santa Margarida e de Santo António com todas as suas dependências e todos os móveis e alfaias, paramentos da igreja e das capelas. Pelo pároco foi declarado nesse auto que a dita Corporação assumia a responsabilidade da guarda, conservação e reparação dos bens que eram recebidos.

Desse inventário, constam algumas curiosidades. Na igreja são de referir duas imagens de Nossa Senhora da Conceição (uma de porcelana), de Santa Mónica e Santa Luzia; também uma cadeira paroquial de espaldar, em pau preto e couro lavrado, a custódia de prata dourada, de grande valor artístico, é mesmo mencionado, como voltando à posse da igreja, o terreno chamado *«Adro da Igreja Velha»*, com um cruzeiro ao centro e, surpreendentemente, 4 quadros a óleo por detrás da tribuna. (Será que estariam por colocar ainda os que se vêem hoje na parte mais alta das paredes laterais, dois de cada lado ou seriam outros?) Na capela de Nossa Senhora das Dores e que é considerada de *«pequena»*, existiam três imagens: as de Nossa Senhora das Dores, de Nossa Senhora da Conceição e de S. Marcos; na capela de Santo Amaro, para além das imagens do padroeiro, as do Espírito Santo, Santo Isidoro, Senhora da Nazaré e Menino Jesus,

ILIDORIA

e *uma sineta de bronze*; na capela da Gesta são relacionados três altares: o de Santo António, o do Espírito Santo e outro de S. Sebastião, cada um com a sua imagem, mais um oratório do Menino Jesus e uma imagem de Nossa Senhora do Rosário (de que se fala noutro local deste livro); na de Águas Boas são relevados um presépio com figuras de barro, um Menino Jesus com resplendor de prata e, no largo, três oliveiras cuja azeitona era vendida, revertendo o lucro da transacção a favor da padroeira.

A Corporação Fabriqueira da freguesia de Oiã, que então pertencia à diocese de Coimbra, fora constituída em 24 de Setembro de 1926 e tinha a obrigação de promover e sustentar o culto católico, conforme o decreto nº 11887 de 6 de Junho de 1926 do Governo, e os cânones 1183 e 1184 do Código do Direito Canónico.

Foram seus primeiros associados: o pároco padre Abel da Conceição, José Lopes Dias (secretário), Joaquim Duarte da Fonte (tesoureiro) e Manuel Martins Duarte, Manuel Simões da Cruz, Joaquim Simões Loureiro e Manuel Rodrigues Loureiro.

Ao presidente competia *«a direcção do culto e do ensino religioso e a polícia da igreja e das suas dependências»*, assim como das capelas de Nossa Senhora das Febres, de Perrães, Nossa Senhora das Dores, do Silveiro, de Santa Amaro, de Malhapão, da Santa Margarida, de Águas Boas e, embora particular, aparece mencionada também a de Nossa Senhora do Livramento, do lugar da Silveira. Competia-lhe ainda ter em seu poder as chaves da igreja, da torre e das suas dependências, bem como de todas aquelas capelas.

biblRIA

Por sua vez, a direcção tinha a obrigação da administração temporal do fundo de culto e dos mobiliários e imobiliários da Corporação, que tinha como receitas: as esmolas encontradas nas caixas para o culto tanto na igreja como nas capelas, excepto as que eram destinadas à Bula ou indultos pontifícios; o produto dos peditórios para os actos de culto; *«todo o produto que crescer da despesa com a festividade de mordomias, quando as receitas para tais festividades tenham sido obtidas de esmolas dos fiéis»*; as quotas que se costumavam pagar por baptizados, casamentos ou óbitos; quaisquer donativos ou legados para fins culturais; as importâncias cobradas por aluguer de quaisquer alfaias ou mobiliários da Corporação.

A Corporação tinha, entretanto, como despesas obrigatórias: tudo o que fosse necessário para o culto da igreja ou capelas dependentes; um subsídio anual para a residência do pároco, conforme fosse fixado pelo prelado; um subsídio ou ordenado ao sacristão, os livros de registo paroquial e rol de confessados; a limpeza da igreja e capelas e das alfaias litúrgicas e tudo o que fosse necessário para o desenvolvimento das obras paroquiais, como catecismos e mesmo patronatos.

COISAS DO ADRO

bibRIA

MAIS do que hoje, ontem o adro de qualquer igreja matriz (ou até o largo da capela de qualquer lugar) era o centro do mundo pequeno de cada terra. Era, afinal, a soleira de porta mais ampla. Ali, apalavrava negócios a gente crescida ou brincava ao domingo gente de palmo e meio. Ali se realizavam as festas, onde se despejava a freguesia toda para ouvir a tuna, ver o entremês e apreciar o foguetório e ali, muitas vezes também se faziam as eleições das sociedades mútuas de gado bovino ou suíno, se fazia sociedade, se espalhavam notícias. Ali se olhavam e derriçavam os namorados. Era sala de convívio, lugar de chalaça, onde se sabiam as últimas e onde se armavam por vezes tempestades e grossos marmeleiros, porque ali também se urdiam guerras ou se programavam obras para isto e para aquilo. Enfim, o adro era tudo isso e naturalmente muito mais.

O de Oiã não fugia à regra. Não era tão pequeno que não coubesse toda a gente de bem: aceitava tudo e todos sob a bênção branca da igreja e alma a saltar ao toque dos sinos, quando era noiva que lhe pisava o chão empoeirado ou criança que, ao colo da madrinha, (que convinha não deitasse a mãozinha por cima da mão do padrinho) sorvia o ar da multidão que invadia o terreiro coroado a poente por quatro ou cinco cedros, de vetusta idade, rachados pelo tempo e de ramos um pouco esgrouviados pela má penteação dos ventos que lhes carregavam de Invernos as pernadas.

1

2

biblRIA

1 - Adro da igreja velha, com cruzeiro e resto dos cedros; 2 - Padre Abel Gomes da Conceição (1ª fila e 1º da esquerda) com os correligionários no Forte do Alto do Duque, Cela 13 (em 12 de Fevereiro de 1912).

Cada adro terá a sua memória e ao de Oiã também não lhe escasseia. Encostada ao adro do lado nascente, era a residência paroquial antiga (também a actual). Estava agarrada à igreja velha implantada no sentido nascente-poente, com a porta principal abrindo para os cedros. Topava com o templo que começava a ser diminuto para a população de uma freguesia já em franco desenvolvimento.

No entanto, a sua implantação em chão acanhado e sem fundos privava a residência de terreno para o plantio de uma horta ou a construção de uns currais, como era desejo do pároco, Abel Gomes da Conceição que sentiu o problema e bem o queria resolver, conforme se pode ler na Acta da Junta de Paróquia de 6 de Dezembro de 1907:

«... Aberta a sessão pelo presidente [padre Abel Gomes da Conceição e Silva] *foi dito que era de toda a justiça conceder o terreno ocupado pela antiga igreja e contígua à residência paroquial (...) pois que, como é sabido de todos, a residência não tem mais o pequeno espaço de terreno onde o pároco possa fazer as instalações necessárias para animais ou aves ou depósito de lenhas e muitas outras coisas, indispensáveis à vida. A Junta, tomando em consideração e achando de todo justíssima esta proposta, resolveu aprová-la e submetê-la à apreciação superior».*

Faziam parte da Junta de Paróquia o padre Abel Gomes da Conceição e Silva, Manuel José de Oliveira, Raimundo Francisco Caldeira e Manuel de Oliveira Campos Júnior. Era secretário Manuel Luís Duarte Maia.

Apesar de tudo o padre Abel foi um trabalhador incansável nas obras da igreja e, monárquico convicto, lutou sempre pelo interesse da freguesia de Oiã. Gostava das belas imagens e considerava, em 1910, segundo prosa publicada no Jornal "Ecos do Vouga", que antes, na igreja antiga, *«não havia uma imagem com cara de gente, os andores eram umas padiolas adornadas de penachos e farrapos e as opas uma vergonha»*. Isso levou-o a adquirir as imagens de Nossa Senhora de Lurdes e do Mártir S. Sebastião, que foram transportadas em magnífica procissão do Oliveira do Bairro para a igreja, depois de desembarcadas na estação daquela vila. O tamanho das imagens, o andor e a roupa de Nossa Senhora de Lurdes suscitaram a curiosidade de uma grande multidão de paroquianos.

A autorização superior não chegou, mas o pároco continuou a insistir no sentido de lhe ser concedido *«um pequeno traço de terreno contíguo à residência paroquial, destinado a servir de logradouro aos párocos»*.

Assim, na reunião da Junta de Paróquia de 13/2/1910, o padre Abel, se bem que considerasse, então, que a proposta não carecia de justificação, teceu algumas considerações que terá interesse registar:

«O pequeno traço de terreno não se tornará necessário ao povo nem mesmo em ocasião de festividade, pois nunca se tornará a reunir tanto povo como no dia da inauguração da nova igreja e sendo então o adro menor nele coube todo o povo que veio assistir, incluindo o das freguesias estranhas. O terreno, se for concedido, não será profanado, porque todos os ossos nele existentes serão removidos para o cemitério

biblRIA

público.» E continuava a justificar-se: *«pelos actos que nele o mesmo povo tem praticado já, a meu ver, está mais do que profanado, com a agravante da profanação se fazer contra a vontade do pároco que mostrou mais zelo em o defender»*, embora *«não tenha ali pessoa de família sepultada»*.

Referia ainda que tinha contribuído para tal profanação a colocação de um palco para fazer representação de *«comédias»*. Se não servia para logradouro público era indispensável ao pároco, pois a residência paroquial não tinha um palmo de terreno. Todavia, não deixou de frisar que tal dependia da aprovação da sua proposta que foi aprovada. Mas, como tinha tacto político, não deixou de tentar sensibilizar os vogais e invocou tudo o que tinha feito a favor daparóquia. Assim:

«É ao pároco actual que a freguesia deve o retábulo da capela-mor com as suas imagens, os dois retábulos das capelas laterais, com as suas imagens, as pinturas em madeira nas três capelas, as bancadas, os confessionários, a pia de água benta os cortinados bordados a lontro da porta da sacristia e a esmola de cinquenta reis para a imagem de Nossa Senhora Lurdes, afora outros objectos de menor importância».

Em face dos argumentos do padre Abel, que eram sem dúvida de peso, votaram a favor da sua proposta Manuel Martins Duarte e contra, José Martins de Oliveira Júnior e Joaquim de Oliveira Vela, pelo que o presidente, padre Abel, teve de exercer o voto de qualidade.

bibRIA

A situação não era isenta de críticas e de oposição frontal. Na mesma reunião surgia uma comissão, com um abaixo-assinado contendo 255 assinaturas que se manifestou contra a cedência do terreno. O padre Abel refutou-os: eles não representavam a maioria da freguesia, que tinha mais de mil pessoas de maior idade, e tão-pouco tinham assinado o documento os grandes proprietários, nem os instruídos *«pois que nenhum dos professores públicos, estudantes ou padres a assinaram»*, refere ainda a citada acta. Além disso, acrescentava ainda: *«muitos têm a sua assinatura feita a rogo, sem duas testemunhas presenciais, que alguns que assinaram são de menor idade e a assinatura de muitos foi alcançada por meios pouco legais e sérios»*, para concluir que *«a representação significa mais uma comédia de ódio, de ignorância e de ingratidão...»*

Em suma, ficou a residência sem o tal palmo de terreno, sem fundos tal qual está hoje. Para a sua construção foi seu primeiro arrematante Manuel Martins Novo, da Palhaça, dele ficando fiadores Manuel Francisco Caldeira, de Oiã, e Bernardino António da Rosa, do lugar do Rego. A arrematação da obra foi feita em 29 de Julho de 1866 e a 27 de Junho de 1870 estava concluida a reedificação da casa da residência paroquial. Manuel Francisco Caldeira foi o terceiro mestre a pegar na obra. Perdeu algum dinheiro, mas honrou a palavra. Para a sua construção foi lançada uma derrama na freguesia, que foi polémica, pelo que nem todos pagaram .

Pelo adro nutriam as pessoas um certo respeito, porque ali repousavam os restos mortais do seus ascendentes, que haviam sido enterrados no interior da igreja velha ou à frente da porta principal. Para que o local fosse preservado e dignificado a

Junta de Paróquia concedeu licença à Irmandade das Almas para erguer um cruzeiro, o que foi feito. Esta obra não tinha valor artístico de monta — era de pedra Ançã (como, aliás, o Cristo) e assentava num plinto de dois degraus de adobe vedado por grades de ferro. Tinha, porém, valor estimativo e patrimonial, mas acabou derrubado pela queda de um velho cedro, aquando do arranjo do adro, volvidos setenta anos sobre a sua implantação.

Este mesmo acto e disposição da Junta eram referidos na acta de 28 de Maio de 1910. Aí, Joaquim de Oliveira Vela propôs que *«estando o terreno da antiga igreja exposta a desacatos e irreverências, fosse vedado, colocando-lhe uma cruz em sinal do que foi e do que serviu, pois que estando ali a ossada dos nossos antepassados, que devemos repeitar, achava mal entendido o servir aquele terreno para actos de profanação...»*.

A dignificação passou mesmo pela vedação do adro, a fim de evitar desacatos e irreverências, ao mesmo tempo que, a poente, e para valorização da parte restante, eram colocados bancos de ferro e madeira, que, em 1935, já se achavam desconjuntados.

Entretanto, o adro que, pela sua situação e significado, devia ser ponto de encontro pacífico, continuou a ser cobiçado mais tarde pelos poderes instituídos, nomeadamente no tempo das Juntas que foram presididas por Álvaro Ribeiro e Ventura Esteves Alexandrino que levou a tribunal o caso do Adro, depois de serem feitas as obras de cimentação e jardinagem. A causa arrastou-se durante anos, com guerras de intrigas pelo meio e sem vantagem para nenhuma das partes. Mas, se outro mérito não teve, teve pelo menos o de deixar assente que o adro é efectivamente da paróquia e não da Junta. Aliás, isso está bastante claro na certidão obtida junto da Direcção de Finanças de Aveiro e que reza:

biblRIA

«José Maria de Oliveira Gouveia, sub-director de Finanças e chefe da segunda secção da Direcção de Finanças do distrito de Aveiro: certifico em cumprimento do despacho supra, que, examinando o livro dos bens dos conventos religiosos suprimidos (os referidos bens), depois da lei de quatro de Abril de mil oitocentos e sessenta e um, livro aquele correspondente ao existente na repartição de finanças do concelho de Oliveira do Bairro, verifiquei que, sob o número um e a folhas duas, está inscrito o seguinte prédio: um terreno denominado adro da Igreja Velha, sito no lugar de Oiã, ocupando uma área de mil cento e oitenta metros quadrados, tendo no centro um cruzeiro de pedra, confrontando pelo norte, com Manuel Alexandrino, sul com a rua, nascente com a residência paroquial e poente com a servidão, passal do pároco da freguesia de Oiã. Mais certifico que do mesmo registo consta a seguinte nota: NB: *Estando a igreja entregue ao culto católico não deve este adro ser desarmortizado, visto ser necessário para serviço da mesma igreja e repectivo culto. Certifico, finalmente, que a referida inscrição tem ainda as seguintes duas anotações: «Verba do inventário número quarenta e oito do novo arrolamento a que se procedeu em vinte e seis de Julho de mil novecentos e catorze, e esta inscrição foi mandada cancelar por ofício número quinhentos e noventa e dois, processo mil quatrocentos e quarenta, livro número sete, de dezanove de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e quatro, da Direcção Geral da*

Fazenda Pública, arquivado no processo oito-jota, por não pertencer ao património do Estado».

O teor da certidão, passada em 6 de Abril de 1977, define a pertença. Por seu turno, também não é menos elucidativo o auto de entrega a que se refere a portaria 5871.

O adro fora incluído nos bens da paróquia que, com o evento da República, foram arrolados a favor do Estado por efeito da Lei de 20 de Abril de 1911 e que constavam do inventário da Comissão Concelhia de Inventários, arquivados na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. Todavia, aos 21 de Fevereiro de 1929, dando cumprimento à portaria n.º 1871, publicada no *«Diário do Governo»*, primeira série, número vinte, de 24 de Janeiro do mesmo ano, foram entregues todos os bens constantes do mesmo inventário, incluindo sob o n.º 48 o *«terreno chamado Adro da Igreja Velha com um cruzeiro ao centro»*. Os bens incluíam imagens e até pares de galhetas, vasos de louça da Vista Alegre e oratórios em castanho, uma custódia de prata dourada e mochos de madeira de castanho e estofados. Tudo tinha sido arrolado, mas tudo fora entregue oportunamente à Corporação encarregada do culto na freguesia e na presença dos membros da Comissão Administrativa da Junta de Paróquia.

Padre Abel Gomes da Conceição, que nasceu em Barrô em 10/4/1861 e foi o primeiro cidadão a ter automóvel na sede de freguesia e tinha um moinho de água no Vieiro (será de assinalar ainda outro, a norte daquele, que funcionava com as sobras da fonte ali existente e que era pertencente a Adelino Esperança), faleceu na madrugada de 14 de Março de 1942, encontrando-se enterrado no passeio central do cemitério paroquial.

DIDRIA

Sucedeu-lhe o padre António Maria de Almeida Baltazar, que tomou posse da freguesia em 7 de Dezembro de 1941.

Padre Abel paroquiou Agadão e, quando faleceu o cónego José de Mello, encontrava-se à frente da freguesia de Óis da Ribeira.

Para defesa do seu ideário monárquico fundou o Semanário «Ecos do Vouga», cujo primeiro número foi publicado em Águeda no dia 10 de Outubro de 1908. Era seu director António Augusto de Miranda. A partir do número 104 (terceiro ano) começou a ser publicado em Oiã, assumindo a direcção o padre Abel da Conceição. O editor era o padre Serafim Dias Ferreira, seu coadjutor.

De quando em vez, «Ecos do Vouga» inseria versos satânicos contra o regime republicano.

Surgem no jornal, nessa altura, alguns curiosos anúncios que revelam algumas das **grandes** indústrias da freguesia: a de Manuel Ribeiro, com oficina de fogueteiro que praticava *«preços baratíssimos»;* Bernardino de Oliveira, com oficina de serralharia na Silveira, e Manuel Lopes Dias, com negócio de madeiras, castanho e carvalho, próprias para vasilhas e cascos, fundos e aduelas, sendo também revendedor das charruas fabricadas por José Marques da Cunha, de Barrô. Efectivamente, só muitos anos depois, haviam de surgir a fábrica de Malhas do Regatinho, a Serração e, em 1948, a fábrica de ferragens Ribeiro & Irmãos.

O último número do jornal saiu no dia 30 de Setembro de 1911, porque entretanto o padre Abel da Conceição foi preso com outros na sequência do atentado à bomba que intentaram praticar, na Ponte do Pano, travando assim com o descarrilamento do comboio que transportava tropas republicanas, a revolução. Estiveram implicados no atentado os padres Joaquim Ferreira Maneta, de Oliveira do Bairro; António Vieira, de S. Bento; Manuel Vieira, da Oliveirinha; Serafim Dias Ferreira e o cónego José Bernardino, de Óis da Ribeira. Fabricou a carga explosiva um tal Loureiro, então ferreiro em Perrães e sobrinho dos padres Arieiros.

Numa noite de Outono, mais precisamente a 6 de Outubro de 1911, o comboio transportava para o Forte de Caxias uma leva de supostos conspiradores do distrito de Aveiro e de Águeda. A quantos chegavam ao Reduto Norte do Forte de Caxias, eram dispensados abraços, sendo todos recebidos com velas acesas, vivas e palmas.

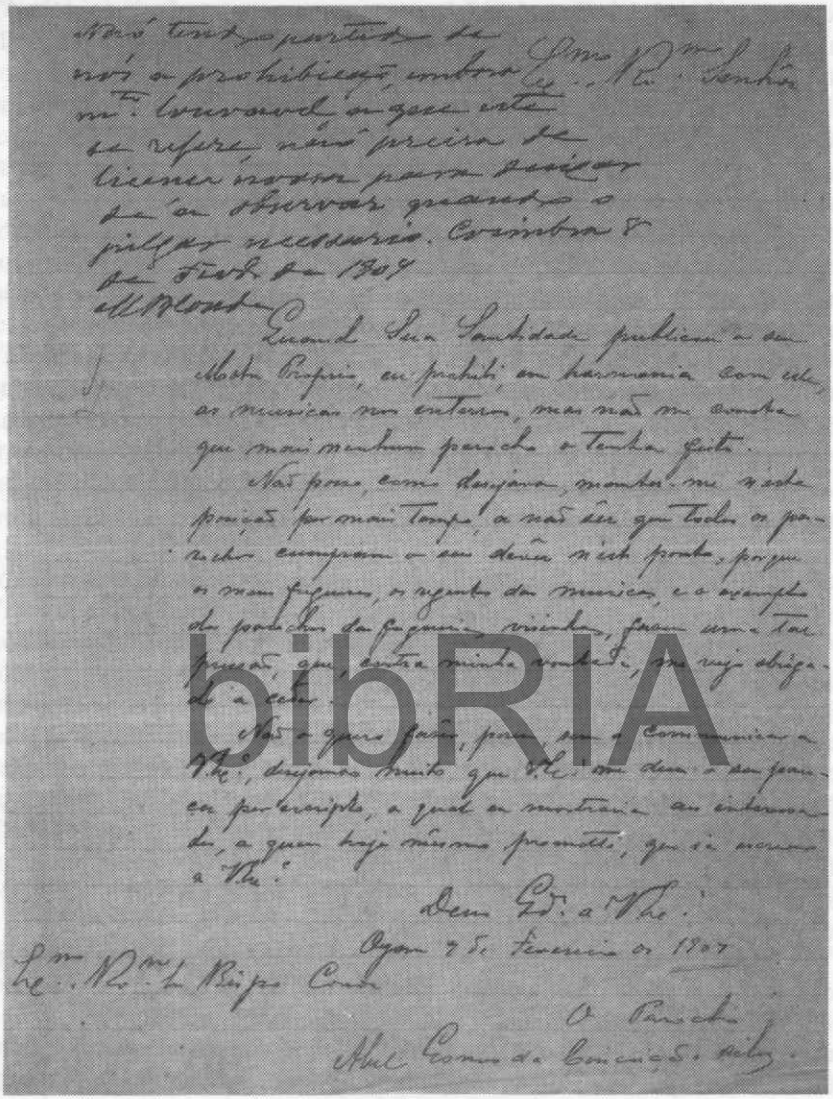
Quando esta leva desaguou em Caxias, já o padre Abel da Conceição lá se encontrava, sendo por isso o primeiro a ser interrogado. À prisão chamavam-lhe a *Cova da Onça,* pois era uma masmorra *«fundíssima, infecta e lôbrega».* A juntar à humidade das paredes que gotejavam, babando água e limos, o chão era rasgado de buracos, por onde proliferava toda a espécie de bicharia (traças, baratas, percevejos, aranhas, centopeias, bichos conchos), *«com os quais nos tivemos que nos relacionar com a recomendada fraternidade da república»* escrevia, mais tarde, Fernando Corte Real no seu livro "Vida Debaixo da Terra". Quanto à alimentação, abundava o macarrão de terceira amassado com feijão vermelho meio cru.

Dos poucos que conseguiram escapar à prisão consta o padre Costa, capelão de Águas Boas. Montado na sua bicicleta escapuliu-se para A-dos-Ferreiros e quando lá chegou a GNR, não encontrou dele nem rasto. Pegara da escopeta, assobiara ao cão e fora-se direito às serras do Caramulo, por onde andou largos meses até que as coisas arrefeceram. Sorte diferente teve o jovem José de Castro Sousa Maia (irmão de Maria de Castro Sousa Maia, que foi professora primária). Andava aos ninhos nas gândaras que espreitavam a Ponte do Pano. Apercebendo-se dos minuciosos serviços que os conspiradores andavam a fazer, teve a tentação de aproximar-se, o que lhe valeu algumas lágrimas e tempo de masmorra. Igual sorte teve o professor Manuel José de Oliveira, pai de José de Oliveira, que foi regente da Banda do Troviscal.

Mais tarde, o padre Abel da Conceição havia de sofrer algumas retaliações por tal evento. Lançaram-lhe mesmo uma bomba na residência *«e bateram nos padres».*

Em 28 de Julho de 1928, escrevia assim na «Soberania do Povo»: *«Eu já paguei o meu delito político. Falta que pague quem veio lançar a bomba à minha residência e quem bateu nos padres».* Porém, acontecia também que, passados anos, só o culpabilizavam a ele como ele próprio refere: *«Certo indivíduo acusava-me do caso da ponte diante de um amigo meu. Devem notar que só eu é que fiz tudo, os outros, nada, mas, se a revolução vingava, os outros é que tinham feito tudo e eu... nada!»* Mas vai mais longe, quando afirma, sem rebuço: *«Querem saber a resposta? Foi esta: que pena não passar o comboio com todos os traidores à Pátria e ficarem todos ali sepultados! Era escusado gastar tanto dinheiro em revoluções. Limpeza por uma vez e sossego para sempre».* O padre Abel da Conceição respondia assim ao correspondente de Fermente-

biblRIA



Requerimento do Padre Abel da Conceição, pedindo licença ao Bispo de Coimbra para que as Bandas continuassem a acompanhar os enterros.

los do jornal «Alma Popular».

A bomba, de fabrico artesanal, colocada à porta de entrada da residência paroquial, era represália que vinha na sequência da interdição da Banda do Troviscal, já que o padre Abel era na altura o arcipreste.

SÉTIMO
ENTERRAR OS MORTOS

bibRIA

TANTO quanto foi possível verificar pelos livros dos óbitos, podemos afirmar que, pelo menos desde 1600, as pessoas falecidas eram enterradas nas capelas de Águas Boas, Malhapão e Gesta e, antes de mais, na igreja, o que vem comprovar a tradição que se vai diluindo na memória colectiva.

Em Oiã, os enterramentos faziam-se predominantemente no interior da igreja, com a indicação *«em cova de fábrica»*, e também *«à frente da porta principal»*, ao passo que nas capelas isso se verificava apenas no interior.

Os mesmos livros dizem-nos como iam vestidos: envoltas em hábito de chita, uma vezes, em hábitos brancos, outras e em alguns casos (naturalmente as pessoas mais abastadas com mais brios ou maior devoção), com o hábito dos frades de Santo António ou de freiras. E também com mortalha. (36)

A igreja era naturalmente o templo que recebia mais corpos. Ali sepultavam pessoas dos lugares de Ervedal, Furadouro, Silveiro e também do Carro Quebrado, um pouco de toda a freguesia. Na capela da Gesta, normalmente, eram sepultadas as pessoas da faixa ribeirinha.

Esta prática, porém, foi proibida mais tarde pelo ministro do Reino Costa Cabral, que realizou algumas reformas, entre as quais a publicação do Código Administrativo, a reorganização da Guarda Nacional e a reforma das Câmaras Municipais. Mas

Entrada do cemitério de Oiã.

o povo não recebeu bem a alteração do antigo costume e em 1846 rebentou o movimento da Maria da Fonte, que consubstanciou o enorme desagrado (e revolta até), que alastrava por todo o país e que no fundo tinha como pretexto, *«as suas leis de sanidade e a proibição de sepultar os mortos nas igrejas»*.

Oiã não fugiu à regra: tinha de construir o seu cemitério e desde logo ergueu-se uma forte resistência ao cumprimento da lei.

No entanto, em 1863, o cemitério paroquial ficou construído. Porém, dada a resistência à mudança, não ficou imediatamente aberto para as inumações, nem tão-pouco o pároco se decidia a benzê-lo. Para este procedimento o regedor de então alegava, entre outros obstáculos, a falta de acessos: a cruz não podia ir alçada por causa das ramagens de algumas árvores, mormente oliveiras, o pórtico não estava na frente, mas a um lado, não havendo, portanto, espaço suficiente para a entrada do esquife, entendendo mesmo que devia ser mudado para a frente, chegando a sugerir a aquisição de um pedaço de terreno cujo custo provável seria de 40$00 a 50$00. Assim se escudava o Regedor em 18 de Janeiro de 1867 para o governador civil de Aveiro que manifestava estranheza porquanto a freguesia tinha um cemitério *«em boas condições»* e não cumpria a *«expressão da lei»*.

O padre Joaquim Duarte Rosa, natural de Fermentelos, quando tomou conta da paróquia em Dezembro de 1865, já encontrou o cemitério construído e, então, examinando as causas por que ali não eram enterradas as pessoas, veio a saber que o seu antecessor tinha sido autorizado a fazê-lo pelo prelado da diocese, mas que não o fez por encontrar *«má vontade na maioria dos paroquianos»*.

Para o padre Joaquim Duarte Rosa, que corroborava a opinião de regedor, o cemitério era disforme, pois tinha *«forma quadrilonga»* e a porta ao lado, quando o topo do cemitério estava em frente do caminho que dava servidão para ele. Além disso, a entrada era muito apertada. Havia uma solução — mudar o portão para a frente, mas havia uma pequena-grande dificuldade: seria necessário expropriar um pequeno bocado de terreno, o que muito bem poderia ter sido adquirido ao mesmo tempo que foi o terreno onde estava implantado o cemitério. Além disso, o caminho, que era muito estreito, estava rodeado de cômoros e árvores que embaraçavam *«o trânsito da procissão fúnebre e no Inverno torna-se intransitável por ser um perfeito lamaçal»*. Para ele, enquanto não se fizesse *«a compostura do caminho de forma que se possa transitar por ele em todo o tempo, não me parece dever benzer-se nem fazer-lhe os enterramentos»*.[37]

Quanto à opinião dos habitantes, o pároco manifestava-a da seguinte forma: *«tenho observado que nem cinco por cento deles têm vontade que nele se façam os enterramentos, antes querem que se façam no adro da igreja e passal, que, antes da factura do cemitério, havia sido escolhido pela Junta para aquele fim e onde já foram feitos no ano de 1840 e alguns mais depois»*. Parecia-lhe, relatava, que aquela indisposição dos povos em relação aos cemitérios não provinha tanto das instituições *"como da falta de uniformidade na sua execução"*. Havia quem enterrasse os seus mortos ora na igreja, ora nos cemitérios, originando uma reacção negativa à Lei de Costa Cabral, quando na verdade a Lei conferia não só o direito à higiene como concorria para a *«decência nos templos»*. Duarte Rosa, todavia, não deixava de dar alguma razão a

DIGRIA

quem assim procedia, pois que, sendo *«um axioma de direito público que todos os indivíduos são iguais perante a Lei, a prática dessas excepções torna-se odiosa»*. Concluía que se a lei fosse cumprida em toda a parte, *«a repugnância acabaria»*. A resposta para a Administração do Concelho de Oliveira do Bairro tem data de 24 de Novembro de 1867.

O processo arrastava-se. Em 3 de Março de 1868, Basílio Cabral Simão Botelho de Lacerda, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, então administrador do concelho de Oliveira do Bairro, intimou o presidente da Junta da Paróquia, *«para que, dentro de oito dias, promova a bênção do cemitério ali contruído»* e, depois de ultimado, *«ali façam os enterramentos dos finados da mesma freguesia, não consentindo que na igreja mais se sepulte alguém sob pena de procedimento legal»*.

(Será de referir, de passagem, que em 1869 era administrador do concelho Augusto Ferreira Pinto Basto).

No mês seguinte, a 7 de Abril, o vigário geral da diocese, José Joaquim Carvalho e Góis, por ofício, autorizou a bênção do cemitério, fazendo votos para que o acto fosse celebrado *«com a devida decência para assim produzir no espírito público o respeito de que convém sejam revestidas as cerimónias religiosas»*. Terminava o dito ofício recomendando que *«não fizessem demorar a referida bênção, evitando, deste modo, qualquer conflito com o poder civil com o qual desejo que todos estejamos de harmonia»*.

Finalmente, ia cumprir-se a lei, dando-se cumprimento ao ofício do Governo Civil de Aveiro datado de 23 de Dezembro de 1865, em que ordenava que os enterramentos da freguesia (e também na do Troviscal) *«nunca mais se façam nas igrejas»*, prevenindo ainda os regedores para, no caso de resistência por parte de alguém, darem conhecimento imediato, mas devendo procurar sempre que possível, *«conseguí-lo por meios de brandura e convicção»*, ao mesmo tempo que aconselhava *«muito conveniente entenderem-se com o clero e pessoas mais influentes (...) a fim de ajudarem a dispor a opinião pública em sentido favorável à disposição desta medida»*.

Também de referir no final do ofício esta recomendação: a de manterem os locais bem vedados e embelezados com arbustos e *«flores como geralmente se pratica»*. Se isso fosse feito, reza o documento, *«estou certo que se desvanecerão os prejuízos populares e que os cemitérios serão tão venerados pelos povos rústicos quanto agora são aborrecidos»*.

Finalmente, o cemitério foi benzido a 14 de Abril de 1868, pelas 9 horas da manhã, pelo pároco Joaquim Duarte Rosa, por autorização do vigário geral da diocese de Aveiro, cónego José Joaquim Carvalho Góis, datada de 7 do mesmo mês. Ao acto assistiram todo o clero da freguesia e muitos fiéis.[38]

Porém, demograficamente, a freguesia crescia e assim a Junta, em 1942, viu-se obrigada a alargar o campo santo para sul. Pelo mesmo motivo e ainda pela lonjura dos lugares em relação à igreja e cemitério paroquial, o que não facilitava nada o acompanhamento dos funerais, mas também por razão de alguns atritos, começaram a surgir em Malhapão, primeiro e, em Perrães, depois, vontades de ali serem construídos outros cemitérios. As pessoas influentes do lugar de Malhapão deram os primeiros

biblRIA

passos e, por acta da Junta de Freguesia em 23 de Fevereiro de 1930, foi nomeado Manuel Simão da Cruz para fazer parte da comissão. Vingava pois a ideia que já vinha de 1928, altura em que foi feita mesmo a inspecção e aprovação do terreno. Mas as coisas complicaram-se com o proprietário e a ideia, então, esmoreceu um pouco, até que, finalmente, se concretizou, graças à oferta do terreno (também no Vale das Favas), por Maria Rosa Martins de Jesus. O cemitério foi inaugurado em 2 de Fevereiro de 1959. A primeira pessoa aí a ficar sepultada foi Olívia de Carvalho, esposa de António Ferreira Fresco.

Em 1953 vivia-se uma certa tensão entre a sede da freguesia e a faixa ribeirinha. Uma comissão constituída por moradores dos lugares de Perrães, Rego e Gesta — José Luís Pires, Artur Brigeiro, Virgílio Matos Nolasco, Manuel Pires Abrantes, Manuel Rodrigues de Oliveira, António Lopes Moita, Manuel Paulo Pires Fernandes e Manuel Dias Santos — a 8 de Março daquele mesmo ano, deu os primeiros passos, apresentando-se na sessão da Junta. Foi, segundo crónicas da época e acta do Executivo, uma reunião agitada. A sala estava cheia e barulhenta, agudizando as tensões reinantes. A juntar a isto, havia um protesto formulado por alguns moradores dos lugares de Silveiro, Gesta, Perrães e Rego, que achavam que o local não era aconselhável, uma vez que se encontrava uma nascente pública muito perto.

Mas a ideia do cemitério ia avante e as obras começaram nesse mesmo ano, sendo inaugurado a 24 de Julho de 1955. A primeira pessoa a ser ali enterrada tinha o nome de José Pereira (por alcunha João Fórria), de Perrães, e isto aconteceu no dia 8 de Agosto de 1955. Eram membros da Junta: Manuel Duarte de Oliveira Maia, presidente; António Domingos Novo, secretário, e Manuel de Oliveira Vela, tesoureiro.

biblRIA

O CULTO DOS MORTOS

Havia alguns costumes ligados aos funerais que revelam muito de paganismo e também uma certa convivência com a morte. Era a requintada bacalhoada, naturalmente muito bem adubada com o vinho melhor da casa e com esta mórbida obrigatoriedade: a de ser comida em cima da mesa onde estivera deitado o defunto. Era ainda o desfile solene das mulheres casadas ou solteiras de tabuleiros à cabeça, enfeitados de toalha de linho e cheios de milho.

A bacalhoada era oferecida pela família enlutada a todos os que assistiam à missa do sétimo dia, e então o vinho saltava do torno dos tonéis da adega da casa. Era um rito que os de fora não costumavam rejeitar, nem os de casa do morto abandonavam. Havia uma espécie de cumplicidade sagrada no pequeno banquete.

Quando adregava de morrer criança ou jovem, portanto livre das malhas do casamento, era de bom tom seguir o antigo costume de as raparigas e as mulheres transportarem à cabeça os tabuleiros, alguns de excepcional trabalho de artesanato, com feitios finos e bem originais, cada uma procurando, dentro dos seus brios e posses, apresentar o melhor no cortejo. Formavam duas filas, uma de cada lado do caminho, e

seguiam o féretro. Em cada casa havia por norma o tabuleiro e uma toalha de linho. Para o efeito, sobre a toalha colocavam milho bem seco, enfeitado com ovos. Quando a família enlutada era rica, ou até remediada, o milho e os ovos saíam-lhes da caixa do alpendre e do açafate guardado na cozinha, respectivamente. Todavia, se a família tombava para a pobreza, a situação mudava e cada rapariga ou mulher carregava o tabuleiro com milho da sua própria caixa e ovos do seu galinheiro, que, assim, mandavam as boas regras e o respeito pela verdade.

Ainda que os tabuleiros do milho e dos ovos pudessem ser um resquício quase apagado e paganizado de uma libação de outros séculos, esvaziados já na memória das gentes, o certo é que isso constituía um ritual importante e quase sagrado. Se não beneficiava em nada o defunto servia ao pároco. O milho e os ovos eram-lhe destinados inteirinhos. No final da encomendação do corpo e feito o funeral, o pároco mandava à igreja pessoa de sua confiança esvaziar os tabuleiros que ficavam depositados ao fundo da igreja matriz ou dos lados, rente às paredes.

Outro costume — naturalmente não aviltante, mas esquisito, levado a preceito ainda pela década de trinta — era o da *comezaina*, que, no fim do funeral, se realizava na sacristia para todos os que se haviam enfileirado no cortejo e estavam dispostos a preservar um hábito, participando no ágape de pão e vinho para glória do morto e honra do estômago. O pão era cozido em casa do morto e muitas vezes também em casa dos vizinhos. Para fazer cama ao vinho, havia ceiras de figos e muitas rodas de queijo, quando a família era mais abonada de haveres e brios. O vinho chegava em garrafões que as raparigas ou mulheres transportavam em cestos "vindimos", cobertos por xailes pretos. E de vez em quando nem faltava a caçarola do carneiro, realmente um luxo dos antigos.

biblRIA

O que quer que houvesse para trincar, era devorado com húmida sisudez mas não menos húmido apetite, primeiro na velha sacristia da igreja matriz, do lado poente, e mais tarde, quando as pessoas começaram a pensar sobre a utilidade de tal costume, que custava dinheiro, nas lojas ao pé da igreja. Quando se passou para esta nova fase, havia já alguém nas proximidades da igreja que indicava, em tom baixo, mas tranquilo do dever a cumprir e da certeza do bom pingato, o local onde ia decorrer o ágape.

Os tempos foram rolando e se, para os mais abastados (que sempre houve alguns nesta freguesia), não custava deslaçar as cordas à bolsa, já os remediados, se choravam o ente querido, acrescentavam a isso um amargo de boca e possivelmente uma lágrima resmungada ao canto do olho pelos tostões gastos no funeral e com o repasto em glória de quem tinha seguido o caminho da eternidade. Havia quem ficasse, por via desse costume, empenhado e a roubar à boca por muito tempo para repor a ordem nas magras finanças domésticas. Havia outros, como João António Brigeiro, que se davam ao luxo de cumprir sempre o preceito, fosse onde fosse. Para ele, por exemplo, o costume não era uma praxe, que queria fosse celebrada depois do seu passamento, mas valia quase como uma escritura. Ia a todos. De tal modo não poupava os amigos que, quando lhe chegou a vez de se despedir da terra e da família, os filhos tiveram que servir, durante três dias seguidos, o pão, o vinho, os figos e o queijo, para que nada ficasse por pagar das *«dívidas»* que o honrado pai contraíra nos funerais. Saíu-lhes caro e serviu, parece,

de escaramento a muitos outros que começaram a arripiar caminho e a levantar certas dúvidas quanto ao valor de tal preceito.

Assim se foi esboroando o costume do bodo servido no fim dos funerais, depois de cada um ter compungidamente cumprido a sua obrigação para com o defunto, sacudindo com a ponta da bota ou do sapato uns torrões que iam ecoar no cimo do caixão, ao mesmo tempo que besuntavam o lábio sisudo de um padre nosso e desejavam que a terra lhes fosse leve, mais leve que a vida que os defuntos levaram. Mas um facto decididamente influenciou a mentalidade dos habitantes. Quando faleceu em 1936 Raimundo Caldeira Albuquerque, pai de Manuel e José de Albuquerque, estes recusaram-se a seguir o costume. Tal facto causou algum escândalo, correu muita conversa nos lavadouros mas, a partir daí, foi-se esfumando com o tempo.

Desse costume, hoje restam o vinho e as sandes comidas nas lojas mais próximas pelos que de algum modo trabalham para que o funeral corra bem, em muita ordem e respeito, e em especial para os que são portadores de insígnias ou os que pegam na urna e nas borlas. Sobrou também esta prática que, fica bem aos vizinhos do defunto e melhor sabe aos amigos: é a de chamar para a adega conhecidos e amigos, que, entre dois copos e um elogio pela qualidade indesmentível do vinho, deitam uma lamúria pelo falecido, a quem naquela hora, perdoam tudo, até as grandes falhas.

Quanto à tradição do desfile de mulheres com tabuleiros à cabeça, a abarrotarem de milho, que saía ultimamente da caixa de cada um, será de referir que acabou mesmo. Um dia faleceu alguém com direito a tal ritual e o pároco Manuel Marques Dias, alheio ao supérfluo, recusou-se receber milho e ovos, antes ofereceu tudo ao Zé do Burro, de seu nome José da Silva que, de Fafe, depois de alguns safanões na vida, arribara a Águas Boas com burro e carroça, mas educado quanto baste para agradecer uma boa esmola.

BIBRIA

A Banda de Música, fazendo honra ao cortejo fúnebre, também era questão de honra para muitos, sobretudo para os mais abastados lavradores ou para os que, não o sendo, eram de seu natural alegres, briosos ou *poetas*. Se tal cláusula era a última vontade dos que partiam, exarada em testamento, tinha de ser cumprida na íntegra. Às vezes, nem lhe mudavam uma vírgula, com a convicção ingénua de que, não o fazendo tal e qual, a alma do defunto lhes vinha atazanar o juízo e perder-lhes a alma.

Todavia, no início do século, precisamente em 1907, Sua Santidade o Papa fez publicar em *Motu Proprio* a proibição da música nos enterros por motivo de naturais desmandos. De pouco valeu, já que a tradição pesava bastante. O padre Abel Gomes da Conceição ficou preocupado com a situação. Os seus *«fregueses»* não desistiam: contestavam a decisão, até porque os párocos vizinhos não a cumpriam também. Assim aparece a escrever ao bispo conde de Coimbra: *«Não posso como desejava manter-me nesta posição por mais tempo a não ser que todos os párocos cumpram o seu dever neste ponto, porque os meus fregueses, os regentes das músicas e o exemplo dos párocos vizinhos fazem uma tal pressão que, contra minha vontade, me vejo obrigado a ceder»*. Em resposta, o bispo conde, condescendeu, dizendo: *«não precisa de licença nossa para deixar de observar quando o julgar necessário»*.

Havia ainda o costume de quem tinha posses convidar e pagar às carpideiras

vindas de Assequins e de outras partes. À falta delas, em casa de pobre ou remediado, que era a maior parte, havia sempre alguém da família que se encarregava, por dor verdadeira mas algumas vezes por encenação de recordar, em altos choros e lamentações, pedaços da vida familiar ou íntima do defunto. Especialmente, faziam-se ouvir quando acorriam os vizinhos. A hora dos pêsames tinha dois tempos distintos. No primeiro, tal qual hoje, passava-se pela sala onde estava exposto o cadáver, puxava-se de um raminho de alecrim de entre muitos mergulhados na caldeirinha e aspergia-se duas vezes o morto. Entre uma e outra vez rezava-se um padre-nosso pelo eterno descanso do vizinho, do amigo, do conhecido. Depois beijava-se o pé do raminho e o desfile continuava, ordenado e compungido. Os homens de chapéu preto na mão, as mulheres de véus na cabeça, a fim de manifestarem aos familiares alinhados da cozinha até ao alpendre, o seu pesar, com palavras de conforto e resignação —*«tenha paciência, a vida é assim, que se há-de fazer?»*, passando pela verdade de todos os dias: — *«hoje por ele, amanhã por nós, é a roda da vida»*.

Os costumes relacionados com o culto dos mortos têm-se mantido e, se a banda de música já não é fundamental para um bom enterro, ainda há os que da família levantam a voz em patéticos gritos quando a urna é levantada, como: *«adeus até ao dia do juízo»*; *«ai mãe, que não te torno a ver»*; *«pede ao Senhor por mim»*; *«perdoa-me tudo o que te fiz»*; *«dá um abraço ao nosso pai»*.

ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS

biblRIA

A encomendação das almas é conhecida nesta freguesia por *«aumentar às almas»*. Deve tratar-se de uma corrupção do termo *amentar*, com o significado de rezar, lembrar, a que faz referência a Constituição do Bispado de Braga, de 1697, no título 19, Constituição I § 1, página 283.

Também esse acontecimento, de carácter religioso e de grande devoção popular, muitas vezes é referido impropriamente como *«Cantar às almas»*, porque há efectivamente algumas diferenças embora a finalidade seja a mesma: o sufrágio dos que partiram.

Este culto na freguesia é bastante antigo, de tal modo que a paróquia tinha um capelão das almas e havia o uso e costume da realização de uma procissão todos os dias, manhã cedo, entre a igreja e o cruzeiro do adro, antes da celebração da missa por essa intenção, a qual regressava ao templo mais engrossada de fiéis. Este acto era da responsabilidade da Irmandade das Almas. Em tempos houve outra procissão, organizada pela Confraria do Senhor, ao cruzeiro do lugar. No fim, os mordomos juntavam-se na adega do *«parceiro»* de Oiã, onde petiscavam, sendo responsável em cada semana um deles por tal repasto.

Com o mesmo espírito, havia ainda o toque do sino às almas, quando o sol já se embrulhara com as sombras do outro lado. Tal costume só se extinguiu com o desaparecimento da respectiva Irmandade.

Ainda que escassa e diluída, mantém-se esta devoção às almas do Purgatório. Anos atrás, manifestava-se grandiosa assumindo várias formas, inclusivé a construção de alminhas como as do Moita (ou do Coelho), também referenciadas na Carta Militar como Alminhas da Ladeira, construídas no ano de 1884 a mando do dono da Quinta, Manuel Martins Mouta, e a norte da mesma. Era de forma quadrada, tinha o tecto em abóbada e era ilustrada com pináculos nos quatro cantos. O seu rendimento era bastante: os viandantes transformavam-no em *«sagrado»* mealheiro. Em face disso, o dono doou a capela à diocese de Coimbra, de modo que a Irmandade das Almas de Oiã se responsabilizasse a mandar celebrar, em cada ano, doze missas por alma dos seus familiares, o que foi sempre cumprido até que o progresso a arrasou em 1975 para alargar a faixa de rodagem. Também ali acorriam grupos de rapazes e raparigas para rezarem novenas a Santo António.

Prova dessa devoção eram, sobretudo, os grupos de rapazes de Oiã (a que se associavam, uma ou outra vez, vozes femininas) que de voz grave durante o tempo da Quaresma e em especial às quartas e sexta-feiras percorriam as ruas. Paravam nos cruzamentos, nos largos das capelas, porventura junto das casas que tivessem alminhas (nichos incrustados na fachada principal, e havia alguns), bem como junto das capelinhas das estradas.

A cerimónia iniciava-se sempre por volta da meia-noite com *«ir buscar as almas ao cemitério»*. Era a hora em que o silêncio ganhava ninho nas casas e nas ruas. Mas quando as vozes irrompiam na noite, as pessoas saltavam da cama, apagavam as luzes, se as tinham acesas, e postavam-se por detrás das janelas ou portas acompanhando o coro de modo audível, ou em surdina as orações que eram rezadas no fim de cada quadra. A série terminava sempre com uma salvé-rainha, como os próprios versos indicam.

biblRIA

Este acto de fé tinha tradição no lugar de Oiã e também nos de Gesta e Malhapão, embora registando pequenas diferenças.

Enquanto em Malhapão e Oiã os versos eram sensivelmente iguais, no lugar da Gesta, cujos grupos sempre faziam questão de percorrer os quatro lugares ribeirinhos, as quadras aparecem diferentes. Por outro lado, em Oiã e Gesta *«amentava-se às almas»* durante a Quaresma, o que em Malhapão acontecia apenas na Semana Santa, tal como na vizinha freguesia da Palhaça. Na sede da freguesia ia o grupo recolher as almas e entregá-las, alta madrugada, ao cemitério. Em Malhapão valiam-se da capela, e com alguma razão o faziam, porque estão ali sepultados muitos ascendentes.

Os grupos do lugar da Gesta não *«iam buscar ou levar as almas»*, mas era à porta da capela que se encerrava a cerimónia todas as vezes que saíam. Cantavam nos cruzamentos e onde houvesse capelinhas ou nichos das almas, e faziam-no numa mistura de religião e superstição, cantando sempre dentro de um signo-saimão tanto maior quanto maior fosse o grupo e desenhado com um pau no chão.

Uma alfaia era indispensável — a campainha, que os grupos faziam tilintar antes e depois do cântico, precedendo a oração pelas almas, o padre nosso e a avé-maria.

Em Malhapão, o grupo de homens, dava voz ao antigo costume, que não é mais do que um chamamento à reflexão, numa perspectiva de apaziguamento interior de cada

um, perante o facto de o homem ter uma passagem curta sobre a Terra. Na última década, um grupo tentou reavivá-la exactamente na quinta e sexta-feira da Semana Santa, percorrendo vários lugares vizinhos, começando ora à porta do cemitério, ora à porta da capela de Santo Amaro, onde é cantada a primeira quadra alusiva ao acto de tal modo que há muitos que ao passar se desbarretam ou engrossam o coro. Por outro lado, se as pessoas se levantam da cama não abrem janela, nem porta, nem acendem luzes, e se porventura as têm acesas nesse momento, apagam-nas.

Eis as versões respectivas:

Oiã e Malhapão

Ó almas que estais dormindo
nesse sono tão profundo:
acordai e rezai
às almas do outro mundo.

A vida, que tu adoras,
vai correndo para a morte
e depois a tua alma
terá uma negra sorte.

Se soubesses, ó bom cristão,
quanto custa a sofrer!
Deixa as vaidades do mundo,
lembra-te que hás-de morrer!

Recordai, ó bom cristão,
os cravos da santa cruz.
Os espinhos são agudos
na cabeça de Jesus.

Rezai, pois, que a oração
tem a bênção do Senhor
e da Virgem, sua Mãe.
sacrário de puro amor.

Rezai mais um padre-nosso
e também uma avé-maria
pelas almas deste ramo
e de toda a freguesia.

biblRIA

Rezai mais um padre-nosso
e também uma avé-maria
em louvor do anjo da guarda
que nos guarde, noite e dia.

Rezai uma Salvé Rainha
à virgem Nossa Senhora.
À hora da nossa morte,
seja a nossa protectora.

Gesta

Acordai, fiéis cristãos,
desse sono em que vós estais,
que vos bate Deus à porta,
vós dormis e não acordais.

À porta das almas santas
bate Deus a toda a hora.
Almas santas lhe respondem:
— Meu Deus, que quereis agora?

— Quero que venhas comigo
para o reino da glória.

Ó Jesus, muito me pesa,
e muito me há-de pesar
de não estar preparado
para Vos acompanhar.

Já o Sacrário está aberto,
já o meu Deus anda na rua.
Foi visitar uma alma
que estava para ser sua.

Já o Sacrário está aberto,
já o meu Deus anda cá fora:
foi visitar uma alma
que estava para se ir embora.

Já o Sacrário está fechado,
já o meu Deus está lá dentro,
que veio visitar uma alma
que estava em arrependimento.

biblRIA

Oh sacrário de fortaleza,
ventre da Virgem sagrado,
onde andou o Bom Jesus
nove meses encerrado.

Olhai para aquela céus
e lá vereis as cinco rosas,
no peito do bom Jesus
tão belas e tão formosas.

Ó almas santas católicas,
filhas da virgem Maria,
peço que rezeis por elas:
padre-nosso e avé-maria.

Mas em Oiã não era só a mocidade que *«amentava»*. Havia outro grupo, formado só por gente casada, que percorria as ruas, cantando às almas, com duplo objectivo: sufragar as *«benditas almas do Purgatório»* e pedir. O resultado palpável desse circuito devoto, realizado antes da ceia, revertia para missas que eram mandadas celebrar durante o ano. Os versos que o grupo mais usava eram estes:

bibRIA

À porta das almas santas
bate Deus a toda a hora.
E as almas respondem:
— Ó meu Deus, que queres agora?

— Quero que deixeis o mundo
e venhas para a glória!

— Ó meu Deus, quem me lá dera
e quem nos lá vira,
na companhia dos anjos
e da Virgem Maria.

Em certas terras do país eram exigidas aos encomendadores das almas, para além de uma voz bem timbrada, forte e inteligível, ressumando devoção, condições morais, como serem pessoas de boa vida e boas contas. Porém os nossos avós não iam tão longe. Exigiam apenas respeito e devoção e muita coragem, porque a cerimónia começava e acabava sempre às portas do cemitério. Se iam buscar as almas, também as iam depois entregar, diziam. Quem se negasse a ir ao cemitério era irradiado dos grupos e havia sempre alguém que tinha medo, porque ir ao cemitério à noite impunha um certo respeito. Decerto, não faltava quem pusesse à prova a coragem dos grupos, pondo espantalhos a andar no meio do cemitério como trágicas e tétricas marionetas, movidas

do lado de fora dos muros por cordéis ou fazendo chocalhar uma bateria de latas velhas nas oliveiras pelas ruas de acesso. E aí , claro, o medo invadia alguns menos foitos e convencia-os a não voltar.

Esta tradição tinha atrás de si uma forte crença e vivência de muitas décadas. Inicialmente foi cumprida pelas vozes graves e sonoras dos rapazes, mas com o aparecimento de várias tunas na freguesia, as vozes foram enriquecidas pelo acompanhamento de instrumentos como o violino, o rabecão, o saxofone, o que dava à noite um ar de pasmo e às pessoas uma pausa para reflexão dos deveres da alma, que os do corpo, amassado em trabalhos e canseiras, estavam assegurados. Com uma sardinha partida ao meio ou sem ela, lá se iam enganando, para aguentarem o trabalho, que era muito violento e suportado pelo caldo, *«a grande tranca da barriga»*.

SUPERSTIÇÕES

A sabedoria popular conhece alguns sinais anunciadores de morte ou desgraça próxima. Aves, como a coruja e outros animais, por exemplo o cão, em certos momentos, emitem agouros, que carregam de medos as aldeias e os ombros dos vivos.

Anunciam a morte o corvo com o seu crocitar, o mocho num piar doente, a coruja num piar sinistro e mesmo a galinha quando canta de galo. O galo, cantando tristonho pela meia noite ou depois do pôr do sol, é agoiro. Os cães, quando uivam intensamente também. Os sinos, quando ao ouvi-los libertam tristeza como um fio de mágoa bem ao longe e quando se derrama em casa um cheiro intenso a azeite, cera ou incenso, não é coisa para sossegar.

bibRIA

Cumprido ou não o mau presságio, há o costume de velar o morto, sobretudo pelos vizinhos, familiares e amigos, a quem os familiares enlutados servem aguardente ou outra bebida para aguentarem a mágoa e a noite.

Anos atrás, os mortos seguiam para a cova de mãos postas com terço ou rosário enrolado, caso tivessem sido crentes. Um pormenor ainda hoje não pode ser esquecido: tem de sair sempre de casa de pés para diante.

Há anos, era de bom cidadão um cristão mandar talhar em vida o fato com que devia baixar à cova, precavendo-se assim contra possível sovinice dos herdeiros. Alguns gostavam de ir com bom fato.

Durante dois anos, os familiares em primeiro grau deitavam luto carregado. Os homens, colocavam fumos nos fatos, na manga direita ou mesmo enrolada na fita do chapéu. As mulheres usavam blusa, saia e lenços negros.

Por sua vez, até as portas das salas eram adornadas no dia do funeral por frontais negros e pesados, anunciando o passamento e horas de tristeza.

Os sinos anunciam, por sua vez, a morte real do freguês. São os sinais: três vezes por homem, duas vezes por mulher, sempre em tom magoado. Todavia se é bebé, «anjinho» como se diz, as mesmas vezes, mas em tom festivo. Nada de plangência e dor. É alegria que deve sentir-se por um anjinho que se liberta da terra.

Quando os sinais se ouviam fracos, sem chama, era certo e sabido que se tratava de gente pobre. Pelo contrário, quando eram fortes, bem sonoros, deixando atrás de si um grande eco, eram em louvor de gente rica. *«Aquele dá pão e figos, vinho e queijo»*, dizia um dos que adoravam ouvir sinais destes, o João Ferreira, de Oiã. Eram mais do que evidentes sinais de que ele iria compor a barriga com o pão, os figos, o queijo e o vinho que as mulheres carregavam à cabeça para a sacristia a poente da igreja matriz.

Comia-se e bebia-se à morte do amigo de tal modo que alguns enterros deixaram fama.

Quando morre alguém ainda hoje nessa casa não se acende lume nem se cozinha. A família é servida pelos amigos, em princípio pelos vizinhos, que, durante o tempo em que o morto está em casa, cozinham e põem a mesa aos que de luto ficam.

Se, na casa onde repousa o cadáver houver crianças, estas são por vezes entregues a outrem para que não apanhem *«o ar de defunto»* que as pode levar à morte. Na altura em que é levantado o corpo, as crianças, se as houver, devem ser erguidas da cama pelo mesmo motivo. Mesmo isso acontece quando o cortejo fúnebre passa à porta de casa onde as haja. Convém erguê-las do leito, acredita-se.

Há a crença de que todos aqueles que falecerem com promessas por cumprir, quer estejam no Purgatório quer estejam no Inferno, virão a este mundo, para convencerem os vivos, normalmente a conselho das bruxas, a cumpri-las para que tenham descanso na outra vida. São as *«almas penadas»*.

«Almas penadas» ou o diabo feito monstro, ora transformado em porca com leitões ou grotesco animal de Apocalipse, uma burra-vaca, consta ainda que aparecem no local chamado impropriamente Murra-Vaca, no começo do caminho da Faia, em Águas Boas. Dessas visões e aparecimentos sobrou o nome para a zona de tais mistérios de tal modo que não se desvaneceram de todo, não faltando na actualidade quem por ali vá fazer as suas rezas de noite ou deixar os seus fetiches, ervas secas, incenso.

Esta superstição estará relacionada com o facto de ali, em tempos, o cortejo fúnebre obrigatoriamente fazer paragem para se rezar por alma do defunto?

No aniversário ou por altura das missas rezadas por alma do ente querido, era costume fazer anunciar nas missas de domingo a celebração da missa e intenção, indicando-se também que seriam distribuídas esmolas aos pobres. Chegava a ser anunciada a lista dos que tinham direito ao óbulo. Por volta de 1920, havia pobres que preferiam ir assistir a esse acto de culto, porque recebiam, em média, cinco escudos, quando na jorna os lavradores pagavam 4$00. É claro que, na melhor das hipóteses, acumulavam as duas tarefas. Ajudavam uma alma a entrar no Céu purificada e a entrar no celeiro dos mais abastados o trigo ou o milho.

Muitas vezes os pobres calcorreavam as ruas e as aldeias, paravam nos portais, rezando *«pelas almas de quem lá têm»*. Só depois recebiam a esmola, maior ou mais pequena, conforme a devoção pelas almas do Purgatório ou pelo tom magoado do pedinte.

BIBRIA

DAS SETE CONFRARIAS

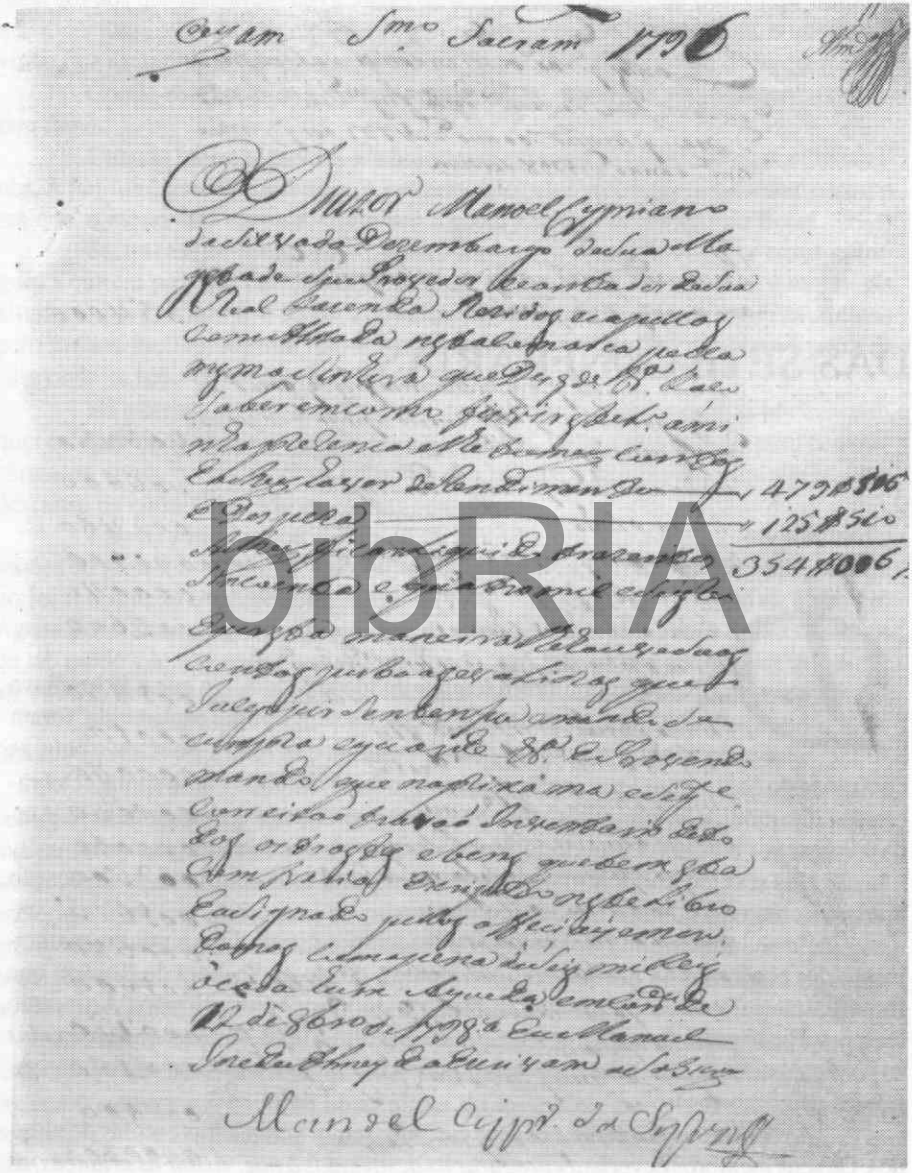
bibRIA

DURANTE os últimos tempos da Idade Média, em que a fé irradiava na família e na sociedade apesar de nem sempre esclarecida, foram instituídas em muitas partes, incluindo por toda a Bairrada e país, as confrarias do Santíssimo Sacramento, o que contribuiu decididamente para a celebração do culto público da Eucaristia e para o respeito que o facto exprime ainda hoje. Ainda é vulgar ver homens descobrirem-se quando passam diante da igreja matriz.

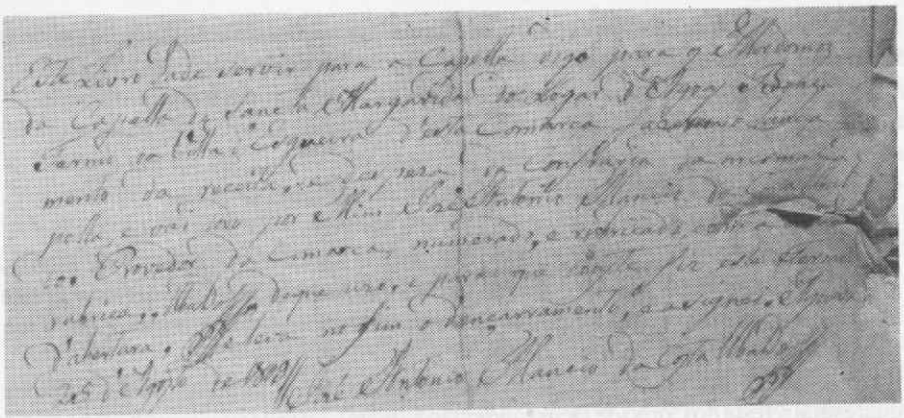
Nos séculos XVI e XVII propagaram-se também as confrarias de invocação mariana, como as de Nossa Senhora do Rosário.

É naturalmente na proximidade destes tempos que se deve buscar o aparecimento das confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário que foram bastante florescentes na freguesia, com bens próprios e muitos irmãos. Ao mesmo tempo, surgiam por todas as freguesias as Confrarias das Almas *«erectas em quase todas as paróquias»*, com cariz piedoso e muitas vezes cultural, que assistiam a funerais e sufrágios pelos mortos.

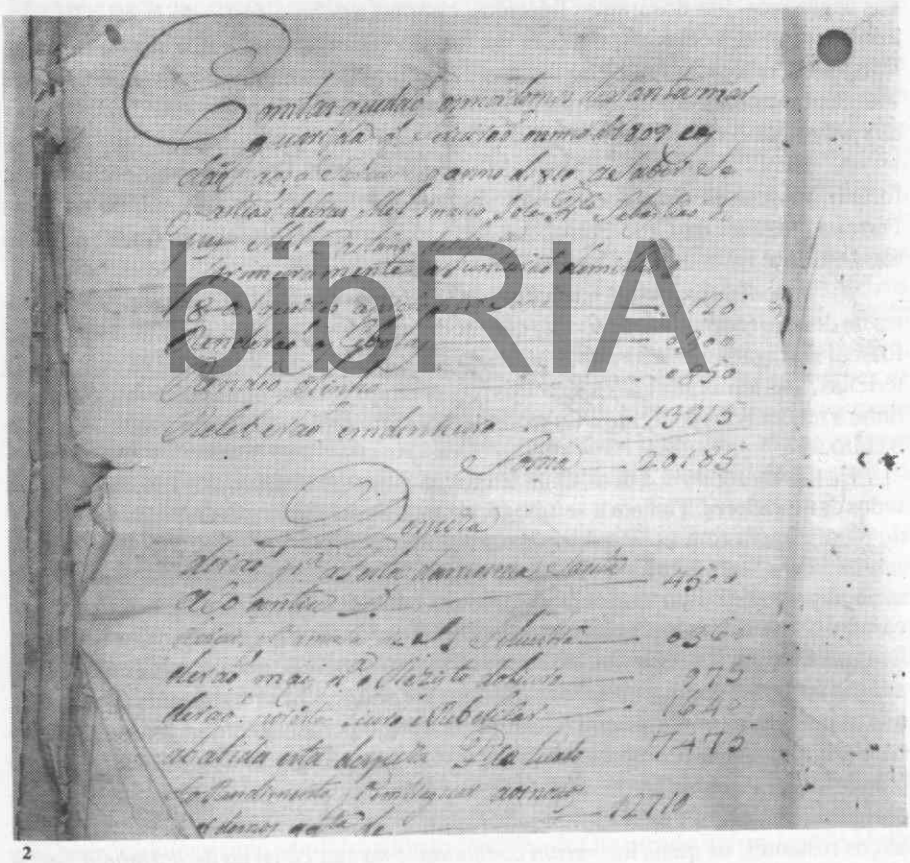
As confrarias, baseadas nos seus estatutos, eram verdadeiras escolas de virtudes. Os seus membros deveriam *«procurar os desavindos à paz, visitar as crianças, as viúvas, os órfãos, os doentes, os presos ou outros oprimidos e proporcionar a todos o bom conselho e o auxílio fraterno»*. (39)



Contas da Confraria do Santíssimo Sacramento no ano de 1796.



1



2

1 - Termo de abertura do livro da Confraria de Santa Margarida, 1809; 2 - Contas apresentadas pela mordomia de 1810.

bibRIA

Algumas delas tornaram-se verdadeiras instituições de beneficiência pública, dada a existência acumulada de muitos bens e as confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Oiã não fugiram à regra.

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

No ano de 1794, a Confraria do Santíssimo Sacramento passou a ter escrita, sendo as contas revistas pelo Dr. Nuno de Paiva Mota Amorim, *«desembargador de sua majestade e provedor contador da sua Real Fazenda»*. É natural, no entanto, que a sua fundação seja muito anterior a esta data. (40)

Esta confraria era responsável pelas despesas com o culto: cera, sabão, sermões quaresmais, festa do Corpo de Deus (que então se fazia), festa das quarenta horas, missas dos trigésimos dias dos irmãos falecidos, esmolas a pobres, festas do Natal e Páscoa, azeite, incenso, consertos, têmpera do relógio (aparece uma verba para esse fim), lavagem de roupa, sermões do Juízo e em honra da Senhora da Conceição, alfaias litúrgicas e tocador de órgão. Esta responsabilidade envolvia ainda *«mais doze missas dos primeiros domingos dos meses»*.

Em 1794 foi escrivão Manuel Tomás de Miranda. Os mordomos, entre outros, foram: Manuel da Cruz Jorge Dias, António Miranda Coelho, Fernando da Cruz Ferreira, Manuel da Cruz Fernandes Silvano, Fernando Esteves do Vale, António Cardoso José e Manuel da Cruz António Marques da Rua.

A confraria possuía bastantes bens dispersos por toda a freguesia, provenientes da doação (normalmente terras) que muitos devotos faziam com a intenção de que fossem sufragadas as suas almas à partida para a eternidade e remidas as suas falhas terrenas. Das terras aforadas a terceiros recebia foros e, entre outras dádivas, aparece o linho a render bons proventos. Os rendimentos eram canalizados para as despesas com o culto.

Os mordomos, à data, eram eleitos anualmente e escolhidos livremente entre todos os moradores. Tinham a seu cargo, além do atrás referido, as despesas com o altar do Santíssimo e com as lâmpadas de azeite.

Para fazer face às despesas, havia, além das esmolas e dos foros, a pensão de meio alqueire de milho, que era recolhido em cada fogo ou casal em que o chefe fosse casado. No caso de este ser viúvo ou solteiro, o casal ou fogo pagava apenas uma quarta.

O padre Joaquim Duarte Rosa refere, em papéis dispersos, que constava das antigas tradições da freguesia, *«consignadas em antigos livros»*, (não sabemos quais), que os moradores se obrigavam inicialmente a pagar perpetuamente ao pároco o dobro ou o triplo daquela pensão em cada ano. Mas essa obrigação desaparecia porque o pároco cedera aquele terço, que passou a ser recebido pelos mordomos com a obrigatoriedade de ser aplicado nas referidas despesas, reservando-se ao pároco os dois terços restantes, os quais lhe *«eram computados na sua côngrua de harmonia com a disposição da Lei de 20 de Julho de 1839 e 8 de Abril de 1841»*.

Este costume vinha de longe, *«a exceder a memória dos vivos»*, conforme

biblRIA

exposição da Junta da Paróquia de Oiã para o Tribunal do Conselho de Estado.

Esta exposição vinha na sequência da insistência que o Conselho de Estado e a Administração de Oliveira do Bairro vinham fazendo junto do pároco para que fossem elaborados os respectivos estatutos. Porém, o padre Joaquim Duarte Rosa entendia que o costume era tão antigo que constituía por isso prescrição e *«por isso, eram estes rendimentos reputados legítimos nas constituições do Bispado do Porto»*. E, respondendo a uma demanda, concluía que os usos e costumes, quando remontam a tal antiguidade, *«constituem direito»*. Aliás, na argumentação utilizada, invocava o pároco as constituições dos bispados que autorizavam estes contratos e costumes, para concluir, a seu favor, dizendo:*«Assim, os usos, estilos e antigos costumes constituem um direito e uma das fontes de receita para a Junta»*. Depois, chega a lançar um aviso: caso estes costumes não fossem levados em conta, poderia rebentar um conflito que podia ter deploráveis consequências. Entendia ele que a demanda devia ser revogada, que a Junta não tinha nada que prestar contas do que a confraria recebia, devendo por isso manter-se *«os estilos, usos e costumes actuais»*.

Um facto curioso: sendo este padre nascido em Fermentelos, embora com raízes no lugar de Agras, sugeriu, por solicitação do Ministério do Reino de 11 de Julho de 1867, que Fermentelos fosse integrado na freguesia de Oiã, tal como a de Nariz deveria fundir-se com a da Palhaça. Tinha, nesse ano, Oiã 753 fogos e Fermentelos 289.

Era colaborador da revista «Cas. Eclesiásticas», do Cónego Sousa Monteiro, que foi depois bispo de Braga.

Embora a confraria remontasse a tempos antigos, nunca foram elaborados os respectivos estatutos, o que originou controvérsias várias. A 10 de Junho de 1864, os mordomos ainda lavraram um termo para a Administração do conselho de Oliveira do Bairro, comprometendo-se a cumprir com a lei, já que antes, a 5 de Junho do mesmo ano, fora ordenado ao pároco que fizesse reunir os mesários da confraria *e «as pessoas de mais probidade e da sua confiança»*, a fim de lhes dar conhecimento de que, não estando *«legalmente erecta com estatutos e irmãos incorporados»*, o governo ordenava fosse suprimida e entregue a sua administração à Junta de Paróquia, o que já não aconteceria se fossem incorporados irmãos e elaborados os estatutos.

Depois daquele esboço de solução, nada mais foi adiantado e, em 29 de Dezembro de 1865, o administrador do concelho de Oliveira do Bairro voltou a intimar o pároco, Joaquim Duarte Rosa, a dar uma resposta definitiva, *«declarando que os mordomos da confraria do Santíssimo dessa freguesia ou querem estatutos para a confraria ou prescindem deles»*. O Administrador tinha de dar uma resposta ao chefe do distrito, já que era uma instituição *«ilegal por falta de estatutos e de irmãos incorporados»*.

Se a confraria do Santíssimo Sacramento ainda sobrevivia, embora ilegal, em 1869, as do Espírito Santo e Senhora do Rosário haviam sido extintas em 1862, por alvará de 26 de Julho, dimanado do Governador Civil de Aveiro, Basílio Cabral Teixeira de Queirós Júnior, sendo administrador do concelho de Oliveira do Bairro José de Mello Freitas Pinto. Mas, embora extintas por não apresentarem estatutos nem irmãos incorporados, continuaram a ter mordomos e chegaram à implantação da República.

biblRIA

Rezava assim o ofício do Governador Civil:

«Devolvo a V. S.ª aprovados os orçamentos das confrarias de São Simão, Senhora do Rosário e Espírito Santo de Oiã. Como, porém, estas confrarias não estão legalmente erectas, pertencendo por isso à administração da Junta da Paróquia os seus bens e rendimentos, por meu alvará de hoje, as declaro suprimidas e pelo presente encarrego a dita Junta da administração de seus bens e rendimentos nos termos do artigo 307 do Código Administrativo".

"Em vista desta resolução, não devem subir mais à aprovação os orçamentos destas confrarias, mas a Junta no seu orçamento incluirá na receita os rendimentos de cada uma delas, do mesmo modo que tem vindo nos das confrarias, declarando a qual delas pertencem os foros e quanto de esmolas por conta de cada uma, procurando sempre a Junta economizar quanto puder dos ditos rendimentos para ser empregado em trastes, paramentos e outros objectos necessários à decente celebração dos ofícios divinos. E também não virão mais a contas os livros das mesmas confrarias, juntando V. S.ª as que estiverem por tomar até 30 do corrente e entregando-se no cofre da Junta quaisquer saldos e toda a mobília delas que será adicionada ao inventário paroquial. Os livros das ditas confrarias devem ser arquivadas, como findos nessa administração, porque ora em diante é nos da Junta que devem ser descritos todos os movimentos e despesas como próprias da paróquia, muito embora continuem a haver mordomos ou devotos para tirarem as esmolas».

bibRIA

Assinale-se que o documento incluía uma ressalva: podia continuar a *«haver mordomos ou devotos para tirarem a esmola e para auxiliarem a Junta em actos de culto, ficando a ela subordinados no que toca à aplicação dos produtos das esmolas»*.

Em 1869, foi feito o inventário dos seus bens, como dos bens da confraria da Senhora do Rosário. Quanto aos bens desta última, não achámos qualquer documento que os relacionasse. Todavia, pela tombação da Ouvidoria de Perrães, efectuada em 1730, é assinalada uma terra. Ambas as confrarias eram, porém, detentoras de muitos bens, a avaliar pelo tempo gasto pelo encarregado e louvados — quatro dias, tempo que aliás o pároco Joaquim Duarte Rosa achou excessivo mas isso não invalidou que justificasse o caso para a Repartição de Finanças de Aveiro, referindo que *«os bens são dispersos por toda a freguesia»*. Além disso, o encarregado tivera que fazer bastantes visitas *«à capital da freguesia»* (sic).

Os louvados foram (ao preço de 480 reis cada um e por cada dia): José Baptista, Manuel Joaquim da Silva Campos, Manuel Caetano Cardoso e Manuel Cruz Francisco Marques.

Há um documento avulso que reputamos importantíssimo para explicar um pouco as obrigações que os nossos antepassados tiveram de assumir para a criação da freguesia de S. Simão de Oiã. Além disso, explicita como funcionava a referida confraria. Em ano que não podemos precisar, porque a cópia não se encontra datada, o então pároco da freguesia recorreu ao Tribunal do Conselho de Estado porque o Governador Civil de Aveiro recusara aprovar o orçamento da Confraria do Santíssimo Sacramento.

Dizia:

«A chamada confraria do Santíssimo nunca teve irmãos incorporadas e nem estatutos, os seus mordomos eram eleitos anualmente, em nome de toda a freguesia e escolhidos livremente entre todos os seus moradores. Tinham eles a seu cargo as despesas do altar do Santíssimo e as da lâmpada, que sempre deve ali conservar-se acesa, aplicavam para isso o bem das esmolas, a pensão de 7,211 litros (meio alqueire) de milho que lhe pagava cada fogo ou casal, cujo chefe era casado e 3,606 litros (uma quarta) de milho que lhe pagava cada fogo ou casal, cujo chefe era viúvo ou solteiro. Consta das tradições da freguesia consignados num antigo livro, que existe na igreja que, por ocasião de se erigir a mesma freguesia, os seus moradores se obrigaram a pagar perpetuamente ao pároco o triplo daquela pensão em cada ano, ficando à conta dele as referidas despesas, mas que, mais tarde, por novo acordo, cedeu o pároco aquele terço que passou a ser recebido pelos ditos mordomos, com aplicação às referidas despesas, reservando-se para o pároco os dois terços restantes, os quais ainda actualmente recebe, sendo-lhe computados na sua côngrua de harmonia com as disposições das Leis de 20 de Julho de 1839 e 8 de Abril de 1841.

O certo é que este costume se tem observado desde remoto tempo, que excede a memórias dos vivos: é antiquíssimo e constitui por isso prescrição, ainda mesmo que não houvesse contrato e, como tal, eram estes rendimentos reputados legítimos na Constituição do Bispado do Porto (...) nas de Coimbra e nas de Aveiro.»

bibRIA

Os foros e pensões que antigamente eram pagos às denominadas confrarias do S. Sacramento e Senhora do Rosário, depois da criação das Juntas de Paróquia, passaram para a administração destas por as confrarias não terem estatutos legais nem irmãos incorporados e por isso serem desprovidas de existência jurídica, conforme elaborado pelo então pároco, Álvaro Henriques Alho, constava de um Relatório sobre os artigos da receita e despesa do orçamento paroquial de Oiã para o ano económico de 1876 a 1877. Não fugimos à tentação de transcrever o artigo 7º que diz:

«As prestações em medidas certas e sabidas de milho grosso procederam de contrato na fundação da igreja paroquial, de cujo contrato não existe escrito por se ter perdido pelo volver dos séculos; mas consta das memórias desta freguesia, as quais eram pagas antigamente aos intitulados mordomos da confraria do S. Sacramento; e porque esta nunca teve existência legal, como fica dito na nota anterior, passaram também para a administração da Junta».

Eram estas as disposições do artigo 97 § 1,9 e 10 do Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836. As medidas do milho constituíam *«receita permanente da paróquia para cuja cobrança a posse imemorável de as receber e cobrar supre a falta de título»* — assim dizia, um ano antes, o padre Joaquim D. da Rosa.

Dissemos que em 1794, a confraria do Santíssimo Sacramento tem livro de contas, mas já no *Tombo de Perrães* aparece referida a existência da confraria de Nossa

Senhora do Rosário no ano de 1713 que, tal como a do Santíssimo Sacramento, tinha bens, incluindo uma terra na Lavoura do Rego que levava dois alqueires de semeadura e pagava de foro 4 reis. O lugar do Rego, depois de algumas quesílias entre o Mosteiro de Lorvão, a que pertencia, e o *«Sereníssimo Estado de Bragança»*, cujos procuradores haviam tomado algumas das terras, acrescentando-as às que o mesmo possuía em Requeixo, teve novo tombo e os rendeiros das ditas terras do Mosteiro pagavam de foro (a este) *«o pão na eira, vinho à bica do lagar, linho no tendal e o azeite à bica e todos os demais frutos nos lugares de recolhimento de onde não os levantavam sem primeiro aviarem os feitores, procuradores ou rendeiros do dito mosteiro»*. Um dos marcos dos limites do *«Sereníssimo Estado de Bragança»* estava encostado ao alpendre da capela, precisamente do lado esquerdo e outro no Cabecinho da Quinta, passando depois pelo vale da Murtosa...

Entretanto, como curiosidade, vamos aqui deixar a relação dos bens, terras e foros [38] que pertenciam aos mordomos da confraria do Santíssimo Sacramento em cada um dos cinco ramos (que já eram os mesmos de hoje: Oiã, Águas Boas, Malhapão, Perrães e Silveiro).

Oiã

Uma terra, que ficava onde se chamava a Horta de Oiã, confrontando a sul e norte com os herdeiros do capitão João Simões, de Oiã. Traziam-na de renda os herdeiros de Manuel Simões, do lugar dos Carris, pagando em cada ano um alqueire de milho.

Outra terra, que ficava no sítio do Regatinho, confrontando, a norte, com Damião Simões de Carvalho; a sul com João Martins, ambos de Oiã. Traziam-na de renda e pagavam cada um anualmente 50 reis de foro.

Outra terra, onde chamavam a Morraceira, sita no lugar de Oiã e *«tapada sobre si de ambos os lados»*. Trazia-a Manuel Francisco Loureiro, de Oiã, pagando de foro alqueire e meio de milho em cada ano.

Um bocado de vinha, que ficava onde chamavam o Formal de Oiã, confrontando a nascente com os herdeiros do capitão João Simões, de Oiã, e a poente com Manuel Martins da Moita, pagava o foro de 40 reis.

Perrães

Uma terra que ficava no sítio a que chamavam Várzea, confrontando, a norte com Manuel Pereira, do lugar da Gesta; a sul com Agostinho Simões, viúvo, do lugar de Perrães. Trazia-a de renda João José, do lugar de Perrães e pagava de foro um tostão.

Terra no mesmo local, confrontando, a norte com António Rodrigues de Almeida; a sul com Manuel Duarte, de Fermentelos.

Uma terra no sítio da Várzea, confrontando, a norte com Antónia e Ana, solteiras; a sul com Manuel Simões Fanate, de Perrães. Trazia-a arrendada Manuel

Duarte de Fermentelos, e pagava o foro de 40 reis.

Ainda uma terra na mesma Várzea, confrontando, a norte com Maria Tomás Alegre; a sul com Antónia e Ana, solteiras. Trazia-a arrendada António Rodrigues de Almeida, do lugar de Perrães e pagava, então, 10 reis.

Outra terra que ficava onde chamavam as Chousas, de Perrães, confrontando a norte com Manuel João, do lugar do Rego; a sul com Manuel Dias, de Paradela. Esta terra foi deixada à Confraria por Isabel, solteira, do lugar de Perrães *«com a obrigação de mandar celebrar uma missa em cada ano»*.

Uma terra, onde chamavam Matos de Fora, território de Óis da Ribeira, confrontando a norte com Simeão Nunes, de Fermentelos; a sul com o padre Manuel Jorge, de Águeda; a nascente, com o caminho que ia para Fermentelos e a poente com terra da confraria do Senhor, de Fermentelos. Trazia-a de renda Francisco Rodrigues Chousinho, do lugar do Rego, pagando 1450 reis de foro. Deixaram-na à dita confraria António Ferreira Estima e sua mulher Maria Simões.

E ainda outra terra, sita na Corcova, Mata de Perrães, que aforada trazia António Diogo, de Perrães, pagando 1850 reis.

Silveiro

Uma terra, que ficava no sítio chamado Malverados, confrontando, a nascente com Manuel Francisco Peniche, do lugar do Repolão; a poente com os filhos de Domingos Seco, da Amoreira, todos da freguesia de Oliveira do Bairro, cujo último arrendatário é referenciado como sendo António Ribeiro; pagava 1700 reis.

Outra terra no limite do Furadouro, confrontando, a norte com a estrada que ia para Oliveira do Bairro e, a poente com a viúva de Simão André, da Gesta, que andava aforada em *fateuzim* por 1350 reis, anualmente.

Terra do limite do Ervedal, confrontando, a norte e sul com os herdeiros de Manuel André Castelhano, do Ervedal; a poente com os filhos de Caetano Simões, do Silveiro. Trazia-a aforada Manuel Francisco, do Cabeço, o qual pagava o foro de um tostão por ano.

Terra, que ficava no sítio do Vale do Portal, confrontando, a nascente com Domingos António Novo e com Manuel Fernandes da Silva; a poente com Domingos Francisco Alvarenga; a norte com uma terra de Manuel Francisco Diogo. Trazia-a, à data, Domingos Francisco Alvarenga, que pagava 750 reis de foro.

Outra terra que ficava no sítio onde se chamava a Lavoura da Gesta, confrontando, a norte com João Simões de Matos; a sul com Pedro Simões, todos do lugar da Gesta. Trazia-a de renda António de Oliveira Chousinho, do lugar da Gesta que pagava anualmente 750 reis.

Terra, que ficava onde chamavam o Carreiro, exactamente por cima da Lavoura da Gesta (frisava o escrivão cuidadoso), confrontando a norte com João Simões de Matos; a sul com Pedro Tomás, todos do lugar da Gesta. Trazia-a de renda António Duarte Simão, de Perrães, pagando 750 reis.

Assinalava ainda o escrivão 15 alqueires de milho que pagava de foro Ana,

DIDRIA

viúva de Miguel José, do lugar do Ervedal. A fazenda obrigada ao dito foro eram uns moinhos, casas e aido, tudo pegado, sitos no mesmo lugar do Ervedal.

Uma terra, que deixara para sempre à confraria André Fernandes, do lugar do Silveiro e sua mulher Maria Francisca, sita no *Porto do Silveiro,* confrontando a nascente com Dionísio, solteiro e, a sul com Domingas Francisca, viúva, ambos do Silveiro. Andava arrendada por 600 reis.

Malhapão

Um ribeiro, que traziam de renda os herdeiros de António da Cruz, do lugar da Silveira. O ribeiro ficava onde se chamava o Ribeiro Queimado (que fica nas Azenhas), confrontando, a norte com Manuel da Cruz e, a sul com Manuel João Barrocas. Traziam-no aforado António Simões e António da Cruz Domingues, todos do lugar da Silveira, pagando de foro anual 70 reis.

Uma vinha, que ficava no sítio das Leiras. Exploravam-na os herdeiros de Manuel Tomé, de Malhapão, a saber: a norte com Maria, solteira; a sul com a viúva de Domingos João, de Malhapão. Pagavam de foro anual 20 reis.

Um ribeiro, entregue a Pascoal Simões dos Reis, de Malhapão, que ficava no sítio onde se chamava a Fonte. Confrontava a norte com Manuel Simões Genrinho; a sul com Manuel Simões Pinhal, todos do lugar de Malhapão. Pagavam 20 reis.

Terra e vinha, que traziam arrendada Luísa Ferreira, Manuel Simões Pinhal e Manuel Simões Genrinho e a viúva de Domingos João, situados no local chamado Soalheiro. Confrontavam a nascente com a estrada que ia para Aveiro e a poente com Manuel António, todos de Malhapão. Pagavam de foro anual 60 reis.

Uma terra onde chamavam o Ribeiro Queimado, confrontando a norte com o Sítio do Coelho; a sul com a vala que ia para as Azenhas. Exploravam-na Domingos João, da Cavadinha, e Manuel da Cruz, da Silveira, pagando ambos de foro meio alqueire de milho.

E ainda outra terra que ficava no sítio do Barroco e que Manuel António e a viúva de Domingos João traziam de renda. Confrontava a norte com Domingos Ferreira; a sul com Inácio Simões, todos de Malhapão, os quais pagavam de foro anual 60 reis.

Águas Boas

Uma terra na Lavoura de Águas Boas, confrontando a norte com Domingos Martins; a sul com Manuel António Serradelo, ambos do mesmo lugar. Levava de semeadura três alqueires. Trazia-a de renda Manuel Simões da Cruz, de Águas Boas, que pagava de foro anual 500 reis.

Terra, que ficava onde chamavam o Aido do Ruivo, do mesmo lugar, confrontando a norte com Tomé Martins; a sul com herdeiros de Manuel Simões, da Lavoura, do mesmo lugar. A terra levava de semeadura três alqueires e meio. Traziam-na Manuel Simões Raposo e Caetana Martins, do lugar de Carris, que pagavam de foro anual 1.000

reis.

Uma vinha, que ficava no sítio chamado Aido de Pedro André, do lugar de Águas Boas, confrontando a poente com os herdeiros de Manuel Simões, da Lavoura, do lugar de Águas Boas; a nascente com o Atalho dos Carriços. Traziam-na de renda os herdeiros de José Leal António, da Lavoura, pagando um foro anual de 100 reis.

Outra vinha, que ficava onde chamavam o Formal de Águas Boas ou *Formal de Santa Margarida*. Traziam-na de renda André Martins e Manuel Ferreira, do mesmo lugar. Pagavam de foro anual cada um 50 reis.

A confraria do Santíssimo tinha outros bens, — as alfaias litúrgicas, que se achavam nas capelas de Águas Boas, Malhapão e Gesta e, predominantemente na igreja.

Em 1798, segundo relação constante do seu livro de contas, a igreja dispunha de dois cálices de prata, *«um mais novo e outro mais antigo»*, uma campainha que tocava *«a missa conventual»* e servia quando o Sagrado Viático era levado aos enfermos; um pontifical, (*«este em inteiro»*, de damasco branco e vermelho, já muito usado, referiam os avaliadores), com a sua capa de asperges; um tapete, usado, *«que servia nas mesas de eleições»* (repare-se neste pormenor); um frontal de damasco verde em bom uso e outro de damasco branco com galão de ouro; um pálio de damasco branco já usado e outro de veludo vermelho (as mangas eram de ouro, refere o escrivão); um turíbulo, naveta e colher de prata; uma custódia de prata *«dourada à antiga»*, com um caixão de pau forrado de baeta azul em que se metia a custódia; lâmpada de prata grande com 7 vidros; uma banqueta de castiçais com a sua cruz (eram dourados os castiçais e a cruz); um véu de ombros de damasco branco *«tecido de ouro em meio uso»*, entre uma grande variedade de alfaias que atestavam, juntamente com as terras aforadas, a riqueza da Confraria do Santíssimo Sacramento de Oiã.

biblRIA

Nas três capelas, havia sensivelmente as mesmas alfaias — cruzes de pau prateadas com suas mangas em damasco, lanternas de lata, duas de mão e duas para a cruz, castiçais de metal amarelo, caldeirinhas e campainhas e curiosamente pálios. A da Gesta possuía mesmo uma cruz de prata, com manga de damasco branco.

CONFRARIAS DA SENHORA DO ROSÁRIO, ESPÍRITO SANTO, ELEITO, SENHOR, S. SEBASTIÃO E DE SANTA MARGARIDA

No ano de 1879, existiam na freguesia sete confrarias. Mantinham-se de pé as do Santíssimo Sacramento, Senhora do Rosário, Espírito Santo e do Senhor. Mas havia mais: as de S. Sebastião e do Eleito (na qual sobressaía o lugar de juiz da igreja) e uma outra, de carácter mais restrito, a de Santa Margarida, do lugar de Águas Boas.

A Confraria do Santíssimo Sacramento extinguiu-se definitivamente em 1896. Serviram — no último ano: Domingos da Silva de Oliveira, dos Carris; João Martins Duarte, de Perrães; Bernardino Fernandes da Maia, da Gesta; Manuel Ferreira Viegas,

de Malhapão; Francisco dos Santos Vitória, dos Pousios, e Manuel Martins Duarte, de Perrães (que foi o escrivão). As outras chegaram à República. Em 1900, a do Eleito passou a chamar-se de S. Simão. Todavia, em 1913, deixavam de estar erectas. No livro das Confrarias aparece esta anotação curta, mas significativa, sem mais comentários: *«A República até as confrarias arrasou»*.

Entretanto, em 1921, foram restauradas as do Senhor e de S. Simão, desaparecendo para sempre, na esteira da do Santíssimo Sacramento, as do Espírito Santo, Senhora do Rosário, S. Sebastião e de Santa Margarida. Mas a duração das confrarias restauradas foi breve, porque *«os seus mordomos infelizmente para eles e para a igreja deixaram de cumprir o seu dever, não entregando o rendimento, mas gastando-o abusivamente nas capelas e no que lhes apetecia»* — exarava o padre Abel Gomes da Conceição e Silva em acta lavrada a 7 de Outubro de 1925. Em consequência desse abuso, o pároco começou a *«cobrar as esmolas»* na ocasião em que *«tirava a sua capela». «Regressei ao costume primitivo em que o pároco tirava dos casais meio alqueire de milho e dos meios casais uma quarta para as despesas da igreja»* — acrescentava o mesmo [42].

Mais tarde, em 1945 [43], depois da tomada de posse do padre António de Almeida Resende, em dia da Ascenção e em substituição do padre António Maria de Almeida Baltazar (dispensado do serviço por motivo de doença grave), com o fim de não deixar perder *«antigos, legítimos e úteis costumes desta freguesia de S. Simão de Oiã»*, foram restauradas, por ocasião da festa de S. Sebastião, as antigas mordomias do Senhor e do Eleito (também conhecidas por confrarias do Senhor e Confraria do Padroeiro). Depois de vários episódios aborrecidos, ficaram assim constituídas: *Confraria do Senhor:* escrivão, José Caldeira de Albuquerque; mordomos: Serafim Simões da Fonte de Oiã, Manuel Simões da Silva, Águas Boas, Manuel Lourenço da Maia, Malhapão, João Ferreira de Oliveira, Silveiro, e Augusto Carlos Duarte Júnior, de Perrães. *Confraria do Padroeiro:* juiz da igreja, Manuel Caldeira de Albuquerque; mordomos: António Duarte Pires de Oiã, Alberto Nunes, Pedreira, António Domingues Novo, Malhapão, Joaquim Augusto Duarte Maia, Silveiro, e José Pires Duarte de Perrães.

Em 16 de Dezembro de 1945 reuniram as confrarias para definir por escrito o limite das actividades e das obrigações tradicionais. Tinham este cunho: eram mordomias puramente paroquiais. Quanto às suas obrigações: por antigo costume, deviam assistir com as suas insígnias a todas as festividades religiosas realizadas no âmbito da freguesia e a todos os actos de culto para que fossem convidadas.

À Confraria do Padroeiro cabia, em particular e por parte do juiz, acompanhar o pároco na visita pascal. Estes eram ainda acompanhados pelo mordomo de cada ramo.

Competia às ditas confrarias tomar parte no *Senhor fora*, isto é, auxiliar o pároco na condução solene do Senhor aos doentes, bem como assistir, com todos os seus mesários, ao enterro de qualquer irmão que viesse a apagar-se durante o seu mandato. Por sua vez, o juiz da Confraria do Padroeiro era obrigado a conduzir a cruz paroquial no enterro dos adultos. Por outro lado, a do Senhor tinha a obrigação de conduzir o pálio

biblRIA

em todas as festividades em que houvesse procissão eucarística.

O rendimento das confrarias era, *«segundo costume imemorável, da freguesia, estritamente paroquial»*. Assim, a Confraria do Padroeiro, passado o dia de S. Miguel, recebia por toda a freguesia as ofertas que cada casal voluntariamente entendesse dar. Porém, já a Confraria do Senhor, segundo também o *imemorial* costume, tinha o direito de receber de cada fogo meio alqueire de milho e dos viúvos ou solteiros independentes uma quarta (hoje o milho é muitas vezes substituído por dinheiro). Feita a cobrança destes direitos e realizados os seus valores em moeda, as importâncias eram integralmente postas nas mãos do pároco e por este entregues à guarda e administração da Comissão de Culto ou Fábrica da Igreja. Estes eram os únicos rendimentos da igreja da paróquia para a sua subsistência. Em contrapartida, a administração paroquial era obrigada a fornecer às capelas dos lugares, legítimamente autorizadas e abertas ao público, a cera para os actos de culto e ainda todas as alfaias necessárias à realização das festas (que, no entanto, deviam ser salvaguardadas do mau tempo).

Por sua vez, dos rendimentos da Confraria do Padroeiro retirava o pároco o bastante para as despesas da festa de S. Simão ou da festa de Cristo-Rei.

O juiz da igreja cessante e o escrivão da Confraria do Senhor faziam parte, no ano seguinte, da Fábrica da Igreja, o que dava às confrarias a possibilidade de fiscalizarem a administração dos rendimentos por ela recolhidos pelo S. Miguel.

À Confraria do Senhor competia ainda sufragar a alma dos irmãos (todos os chefes de família e pessoas de independência reconhecida), pelo que mandava celebrar uma missa mensal por todos aqueles que cumpriam com a sua obrigação, tanto pelos vivos como pelos defuntos, e também os pobres não estavam excluídos desta intenção.

OLIVEIRA

No ano de 1946 serviram na *Confraria do Senhor:* escrivão, Armando Maia de Albuquerque; mordomos, João Esteves Martinho, Oiã; José Nunes Mota Novo, Carro Quebrado; Albano de Oliveira, Silveira; Jaime Moreira de Campos, Silveiro e Manuel Ferreira de Oliveira, do Rego. *Confraria do Padroeiro:* juiz da igreja, Joaquim Martins de Oliveira; mordomos: Joaquim Mota Carlos de Carro Quebrado; Laurentino Martins de Oliveira, Oiã; Manuel Caetano da Rosa, Malhapão; António Ferreira Pires Júnior, Silveiro e José Pires Simões, de Perrães.

Outras confrarias houve, mas de menor projecção ou associações na freguesia. Em 19 de Fevereiro de 1905, padre Abel Gomes da Conceição formou a Associação de Nossa Senhora de Lurdes. Em 3 de Agosto de 1915, reuniram-se com padre Abel Maria Eugénia Pinto de Miranda, Maria de Castro Sousa Maia, Maria Duarte de Oliveira Maia e Maria dos Anjos Ferreira e formaram «o conselho ou comissão» que deu corpo à Confraria da Doutrina Cristã. A duração não foi longa, pois expirava em 1922.

No ano de 1920 e sob a orientação do mesmo, surgiu a Confraria do Sagrado Coração de Jesus que chegou a ter duas centenas de irmãos. Passados dois anos, outra confraria era implantada — a de Nossa Senhora do Carmo, que decorridos sete anos, tinha apenas 43 irmãos.

Em 1945, o pároco António de Almeida Resende cregiu a Cruzada Eucarística

das Crianças, que tinha guião próprio e em 28 de Outubro deste ano criava um centro do Apostolado da Oração.

IRMANDADE DAS ALMAS

A Irmandade das Almas era também de antiga devoção e aparece citada a par da do Santíssimo Sacramento e fora *«erecta na igreja paroquial da mesma freguesia com o fim especial de sufragar as almas dos irmãos falecidos e ainda com o fim de socorrer irmãos pobres e inválidos, socorrer filhos menores de irmãos pobres, tanto na doença como na escola e socorrer os pobres mais necessitados da freguesia»*.

A Irmandade das Almas teve os estatutos aprovados em 9 de Novembro de 1783, *«com o fim especial de sufragar as almas dos irmãos falecidos»*, para o que era rezada no altar das almas (um bem da irmandade), uma missa, todos os domingos e dias santos, por um padre capelão. Mas em 1887 entendeu-se como necessária uma revisão dos estatutos proposta por: Manuel Lourenço de Matos, António da Silva Pires, padre José de Mello, Clemente Pires Soares da Maia, Manuel António Esteves Alexandrino, José Lourenço, João de Oliveira Campos, Manuel Luís Duarte Maia, Bernardo Martins dos Santos, António Batolomeu, João Gonçalves Roque, Joaquim Pires Fernandes, Joaquim Luís Duarte Maia, João António Brigeiro, João Lourenço Dias, Domingos Martins, Casimiro António da Silva, José Esteves Martinho, José Luís Roque, Raimundo Francisco Caldeira, António Martins dos Santos, António José Dias Maia, Manuel Francisco Loureiro, José Maria dos Santos, padre Joaquim Marques de Oliveira, padre Bernardo Tomás da Silva Ribeiro, Manuel Pires Alves, João Duarte Pires, Joaquim Lourenço Dias, Manuel Esteves da Silva, António Luís Pepino, Joaquim Martins Ferreira, padre João Rodrigues Areeiro, José Ferreira Coelho, José Pires Cardoso, José Pires Alves, José Duarte da Fonte, padre António Areeiro, José Martins do Vale, Joaquim António Brigeiro, José de Oliveira, António Martins Mouta, António Francisco Lourenço e Manuel Martins Loureiro [44].

biblRIA

Em 1922, entre os muitos bens da irmandade, normalmente alfaias litúrgicas, figuram: um altar na igreja de S. Simão (que entretanto fora demolido), imagens do Senhor Crucificado, Nossa Senhora da Soledade e Santa Rita de Cácia; cruz de prata com guião, também de prata, cuja aquisição data de 1881, ano em que foram comprados *«cereais de prata com guião do mesmo metal»*. Também de prata era um cálix com patena e colher. Curiosamente é assinalado *«um sino de bronze na torre que pesará 230 kilos»*. Depois, vem toda uma relação de paramentaria diversa, missais, jarras de porcelana, uma vara de prata comprada em 1891, e outras duas de 1925, um cálix de prata, tocheiras, etc. Nesse ano recebia o foro de 15 litros de milho de uma terra lavradia, sita na Fascurra, que fazia Rosa Milheiro, das Barreirinhas. O valor total dos bens era, segundo os seus cálculos, de 4191$72.

No ano de 1922 foi juiz José da Silva Pires, do lugar da Silveira.

A Irmandade tinha os seus orçamentos, organizados por anos económicos e, antes de serem enviados às autoridades administrativas, deveriam estar *«patentes por oito dias aos irmãos»*. Os seus rendimentos provinham normalmente do *anual* que era realizado pelo S. Miguel e podia ser pago em milho ou dinheiro.

Porém, decorridos 25 anos, dada a necessidade de adaptar os seus estatutos aos novos tempos, foi efectuada outra remodelação, em sessão realizada em 18 de Dezembro de 1913. Manteve-se o alto espírito filantrópico e cristão de que estavam imbuídas as irmandades. As obrigações dos irmãos e da Irmandade eram coisa séria, se levadas a preceito.

As obrigações da Irmandade das Almas eram, entre outras: a fábrica da igreja e a conservação do Altar das Almas na igreja paroquial; mandar rezar uma missa por alma de cada irmão no dia do seu enterro ou no imediato e outra missa no dia trigésimo, que, segundo costume da freguesia, se rezava na dita igreja na primeira segunda-feira, depois do enterro ou na seguinte, caso não pudesse ser na primeira; fazer acompanhar até à igreja ou até ao limite da freguesia, se fossem a enterrar fora, os irmãos defuntos ou indigentes que viessem a falecer na freguesia; alumiar com lumes de cera os cadáveres dos irmãos indigentes — com *dois lumes* enquanto o corpo estivesse em casa e durante o acompanhamento e com *quatro lumes*, dois ao cadáver e dois ao altar-mor durante os responsos; todavia, se houvesse ofício de corpo presente, os lumes passavam a ser seis — quatro ao cadáver e dois ao altar; dar mortalha e fornecer esquife aos indigentes que falecessem na freguesia; sufragar as almas de todos os irmãos falecidos com um ofício de nove lições com laudes, missa solene, sermão e procissão ao cemitério na primeira segunda-feira depois do oitavo dia de Todos os Santos; mandar rezar no Altar das Almas, em todos os domingos e dias santos, por um padre capelão, uma missa por intenção de todos os irmãos; pagar a um sacristão para tocar o sino quando fosse necessário para serviço da Irmandade, sacristão que devia tocar às almas e à hora que fosse determinada pela mesa em conformidade com as leis vigentes; fazer uma procissão das almas todos os domingos, antes ou depois da missa, sob a presidência do capelão das almas e com obrigatoriedade de a ela assistirem o juiz, o secretário, o mordomo do ramo e seis pessoas com velas. Este acto era realizado a seguir à missa da manhã e a procissão dava a volta ao cruzeiro do adro.

Outros pormenores interessantes há sobre as obrigações dos irmãos e o regulamento que regia a sua adesão, nomeação dos mordomos e seu comportamento.

Podiam ser irmãos só os fiéis que tivessem *«boa vida e costumes»*. Todavia, as mulheres, para sê-lo, necessitavam sempre do consentimento do marido e os menores tinham que ter o consentimento do pai ou do superior legítimo. A entrada, feita a requerimento verbal ou escrito, realizava-se, lavrando no livro do registo um termo que assinava o novo irmão ou outra pessoa, a rogo. As mulheres e os menores não assinavam, sim, os maridos ou os pais respectivos ou outro a seu rogo e na presença de duas testemunhas.

Pela inscrição cada novo irmão pagava, em 1913, 40 centavos de jóia, se tivesse até 30 anos; com idade superior, pagava mais 20 centavos por cada período de 10 anos.

biblRIA

No entanto, os filhos legítimos solteiros em que o casal fosse irmão, já não pagavam a jóia, se tivessem menos de 21 anos; por sua vez com idade superior, pagavam metade da jóia. Mas os doentes graves pagavam, querendo ser irmãos, uma jóia de 3$00 *«sem distinção de idade nem de condições»* e aquele que tivesse sido expulso e quisesse voltar pagaria 1$50, além da jóia que lhe pertencesse.

Dentro das obrigações dos irmãos, os do sexo maculino deviam acompanhar processionalmente os cadáveres dos irmãos que falecessem no respectivo ramo; assistir ao aniversário (que tocava só aos irmãos do ramo do finado) e aos trigésimos e à assembleia geral e pagar anualmente para as despesas 16 centavos e, se fosse necessário, a derrama votada pela mesa e confirmada pela assembleia geral.

Além disso, os irmãos de qualquer sexo eram obrigados a pagar anualmente dois litros de milho e 10 centavos em dinheiro. Os casados, se tanto o marido como a mulher pertencessem à irmandade, pagavam por ambos quatro litros de milho e 18 centavos em dinheiro. No entanto, o anual do milho podia ser pago em dinheiro pelos preços correntes e era cobrado pelo São Miguel de cada ano em casa dos irmãos pelos mesários. O milho era depositado em casa do mordomo respectivo, que o devia apresentar ao juiz.

Eis algumas das atribuições dos mordomos, além da recolha do anual do milho: avisar com campainha os irmãos para os acompanhamentos (o que ainda se verificava na década de cinquenta), designar dois irmãos para levarem *«a tumba a casa do irmão ou indigente falecido e quatro para conduzir o cadáver à sepultura»* (serviço este que deveria ser feito por turnos), *«colocar a cera para alumiar o cadáver»*. Era também sua obrigação dar a relação dos irmãos que não pagassem os anuais vencidos ou de multas; porém, o mordomo do ramo de Oiã era ainda obrigado a preparar e dispor tudo para a procissão das Almas nos domingos e *«levar a cruz durante ela, na falta do escrivão e cuidar da cera, decência e asseio do altar das almas»*.

biblRIA

O tesoureiro tinha, por especial missão, guardar sob a sua responsabilidade, dinheiros, paramentos, alfaias e mais objectos da Irmandade. Fazer pagamentos ordenados pelo juiz, prestar contas à mesa, comprar cera e distribuí-la a cada mordomo, alugar *«a cera e as baetas, cobrando além do valor da cera queimada, um centavo de cada vela de peso até trezentas gramas e mesmo de peso superior a este e pelo aluguer das baetas cobrará quarenta centavos, se forem para eça e para bancos e vinte centavos, sendo só para uma ou para outra.»*

Para os cargos de juiz, secretário e tesoureiro, podiam ser eleitos apenas irmãos que soubessem ler e escrever e só podiam ser admitido como irmãos os que não fossem devedores à Irmandade ou os que com ela não trouxessem demanda; os que não tivessem sido julgados pródigos ou dementes e os condenados em pena que importasse perda de direitos civis ou políticos e enquanto durassem os efeitos de sentença; os que não tivessem mais de 70 anos de idade ou não sofressem de *«moléstia permanente»* que os impossibilitasse de exercer os cargos da Irmandade; e os que não tivessem bens próprios ou se achassem em *«notório estado de insolvência»*.

No capítulo V dos Estatutos da Irmandade das Almas da freguesia de Oiã, constam algumas disposições penais curiosas. Incorria em multa de 10 centavos quem faltasse a um enterro, trigésimo, aniversário ou assembleia geral e quem deixasse de

cumprir as ordens do juiz ou do mordomo no exercício da atribuição que os estatutos lhe conferiam pagava de multa 10 centavos, por cada falta, mas, quando era reicindente pagava a dobrar e à terceira era riscado. Aquele que não se portasse com seriedade e respeito nas procissões ou actos públicos, era advertido pelo juiz e, quando não se emendasse, era-lhe então imposta a multa de 10 centavos pela primeira vez e 20 centavos pela segunda e à terceira podia ser riscado. Quem semeasse discórdias ou perturbasse a paz entre os irmãos, injuriando-os nos actos públicos, ou quem tivesse um comportamento escandaloso, era excluído, *ipso facto*, da Irmandade. Até quem deixasse vencer o anual dois anos sem o pagar, incorria numa multa de 10 centavos e, se morresse antes de cumprir esta sua obrigação, perdia o direito à missa de corpo presente e à do trigésimo. Os relapsos no pagamento das multas eram judicialmente compelidos a pagá-las em dobro.

Nas disposições gerais (capítulo VI), rezavam os estatutos: *«A Irmandade subsidiará também o ensino primário da freguesia quando careça desse auxílio e bem assim aplicará uma parte do seu rendimento, não inferior a uma décima da receita ordinária, a actos de beneficiência nos termos do artigo 15 da Portaria de 6 de Dezembro de 1872»*. Por este artigo se vêem as funções também sociais e culturais assumidas pela Irmandade.

A penúltima revisão dos seus estatutos foi feita a 18 de Dezembro de 1913 e subscreveram-na José Martins de Oliveira, Manuel António Brigeiro, José Simões Rato, José Paulo Pires Fernandes, Adriano Francisco Marques, José António Falcão, Manuel António Perpétua, Manuel dos Santos Maia, Manuel Luís Duarte Maia, Manuel Pires Marques, José da Silva Novo, Manuel Lourenço de Matos, Casimiro António da Silva, Manuel Esteves Martinho, João Lourenço Dias, Joaquim Lourenço Dias, Júlio Duarte da Fonte, Manuel José de Oliveira, Joaquim Manuel de Albuquerque, Jaime de Oliveira Pinto de Sousa, Joaquim Luís Duarte Maia, Jaci Manuel Bastos, Manuel Esteves Alexandrino, João Pereira Ramísio, António Martins Mouta, João Esteves Martinho, José Esteves Martinho, António Esteves, João Duarte, José Lourenço Dias, Joaquim Lourenço Dias Júnior, António Duarte Pires, Francisco Martins de Oliveira, Joaquim Lopes de Carvalho, Manuel Duarte Pires, Serafim Simões da Fonte, Manuel Filipe dos Santos, Manuel Nunes Ramísio, Manuel Martins do Vale, José Ilídio de Carvalho, João António Brigeiro, António Bartolomeu Júnior, Joaquim de Oliveira, António Duarte de Oliveira Maia, Manuel Esteves Alexandrino Júnior, Plácido Caldeira, Adelino Francisco Esperança, António Santos Pinhal, Manuel da Silva Pires, João dos Santos Pinhal, Faustino Martins Caldeira e João da Silva Oliveira.

Era bispo em Coimbra, a cuja diocese então pertencia a freguesia de S. Simão, D. Manuel Luís Coelho da Silva que fez o seguinte despacho:

«Fazemos saber que pela Irmandade das Almas, da freguesia de Oiã, desta diocese, erecta na igreja paroquial da mesma freguesia, nos foi requerida a aprovação canónica dos seus estatutos, agora reformados e já aprovados pela Autoridade Civil. Ao que atendendo e visto a mesma Irmandade se ter sujeitado às disposições canónicas relativas às Confrarias e especialmente dos números 884, 891, 906, 938, 933, 935, 939

biblRIA

e 996 das constituições diocesanas, havemos por bem aprovar a mencionada reforma de Estatutos, votada em assembleia geral de 10 de Dezembro de 1913 e que se compõe de cinquenta e cinco artigos escritos em folhas de papel comum seladas com o carimbo e tinta do Governo Civil de Aveiro e bem assim confirmamos à Irmandade os direitos, graças e privilégios de que até ao presente se acha canonicamente investida.

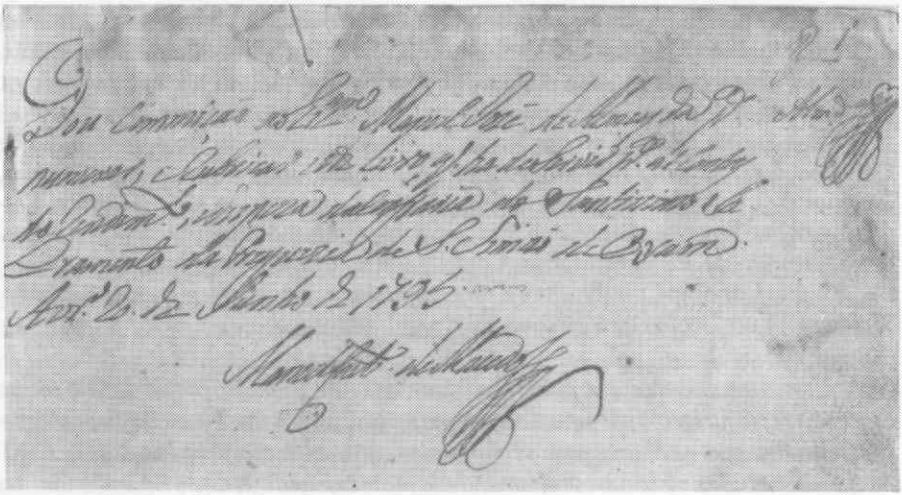
Dada em Coimbra sob o nosso papel e selo das Nossas Armas, aos 16 de Junho de 1924. E eu António da Silva Viadas, escrivão da Câmara Eclesiástica o subscrevi, Manuel, Bispo de Coimbra».

Por costume antigo, pertenciam sempre ao ramo de Oiã o juiz, escrivão e tesoureiro da Irmandade. Todavia, mais tarde, este costume foi alterado, passando o cargo de juiz a ser rotativo. O de Oiã nomeava o de Águas Boas (que era o ramo número dois), e este o de Malhapão, que procurava sucessor no ramo do Silveiro e este no de Perrães, que por sua vez nomeava para o ano seguinte o juiz na sede da freguesia.

De assinalar que os sinos, quando tocam a sinais, no fim dão badaladas de uma até cinco: uma, se o morto é do ramo de Oiã, duas se for de Águas Boas, três se de Malhapão, quatro, do ramo do Silveiro e cinco, do ramo de Perrães.

A Irmandade das Almas que, em 1930, tinha bastantes irmãos em Fermentelos, Troviscal e Oliveira do Bairro, foi perdendo pouco a pouco o espírito inicial. Por sua vez, os irmãos foram deixando de cumprir as obrigações estipuladas pelos estatutos, incluindo a de acompanhar os irmãos falecidos, de tal modo que, em 1950, a mesa decretava a chamada dos irmãos no fim do funeral e no cemitério, o que levantou bastante celeuma e nenhum lucro. As coisas degradaram-se e em 1982 extinguiu-se a última chama, pelo facto de não se conseguirem mordomos para servir, restando, assim, de todas as confrarias, apenas a do Senhor.

biblRIA



Termo da abertura do livro de contas da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Oiã em 1795.

O PROGRESSO VEIO DE COMBOIO

bibRIA

OIÃ deve muito do progresso à sua situação geográfica (invejável), cortada que é por vias em todos os sentidos. Desde tempos remotos a freguesia foi ponto de passagem importante, sobretudo de nascente para poente e vice-versa. Para vencer alguns obstáculos (que antes tinham sido veículos de progresso, como o rio Cértima, o rio Levira, a Ribeira do Pano), foram construídas na Idade Média, se não antes, algumas pontes, maiores ou mais pequenas e até aquedutos, de que nos restam raros exemplares em Vila Nova da Palhaça e no Salão, Águas Boas. Na Dioga, no sítio chamado de Estrada Velha, terminologia que aponta, de imediato, para a existência de antiga via de comunicação, encontram-se, pouco distanciados um do outro, pequenos pontões que ligavam as freguesias de Oiã e Palhaça. No caso do Salão, o aqueduto é igualmente construído em peças cerâmicas, dispostas em cunha e ligadas entre si por areia amarela, à semelhança de tijoleiras. Curioso é que nas sucessivas reparações da estrada ninguém se tenha lembrado de destruir esta pequena peça histórica, velha de séculos, que está intrinsecamente ligada à existência e antiguidade de Águas Boas. Tem cerca de cinco metros de comprimento e acha-se em bom estado de conservação.

A antiga estrada, velha carreteira, que de Águeda desembocava no sítio dos quatros caminhos, na Palhaça, e seguia para a antiquíssima Sosa, corria, assim, como

tudo indica, entre Vila Nova e Águas Boas, um pouco puxada para sul, vindo a sair no Salão. Porém, nem sempre teve o traçado actual, já que, à Murra Vaca, metia pela Faia, deixava Lagoa Grande a deslado e ia sair perto da ponte do caminho de ferro. Essa era a antiga estrada.

ESTRADAS

Falando de história mais recente, é em 1864 que, verificando-se uma série de deficiências e grandes lacunas nos eixos rodoviários, foram dados passos decisivos na construção de novas vias, que seguiram antigos traçados mas aproveitando-os de forma consentânea com o evoluir do movimento.

Assim a Junta de Paróquia, reunida a 2 de Agosto de 1864, sendo presidente o padre Joaquim Duarte Rosa e vogais, Teotónio Batista dos Reis, José de Oliveira Vela e José Luís Roque e Bernardo Lourenço Dias, usou dos direitos que lhe competiam pelas instruções do Ministério do Reino, de 20 de Junho daquele mesmo ano, e apresentava ao presidente da Câmara e respectiva vereação algumas observações sobre o plano provisório das estradas municipais. Para a Junta, aquele Plano estava *«muito deficiente»*, porque não atendia *«ao bem e recíproco serviço das povoações da maior parte do concelho»*, nem tão pouco à vizinhança das outras freguesias, *«com quem tinha transacções comerciais em grande escala»*, tal como a feira mensal da Palhaça *«e o Porto do Ribeiro de Fermentelos»*. Havia a estrada que do Boco seguia para a sede do concelho, mas a Junta entendia que *«pelo lado norte do concelho se deve formar uma estrada de nascente ao poente, pelo leito do caminho existente, com pouca diferença e quase em linha recta, principiando à Ponte de Perrães sobre o rio Certima, em direcção dos lugares de Perrães, Oiã, Carris, Águas Boas e Palhaça»*, porque se se fizesse outra estrada do outro lado do rio, haveria uma comunicação fácil, ficando as pessoas servidas por dois grandes mercados, o da Palhaça e o de Águeda, que era diário.

A Junta sugeria ainda a implantação de uma estrada, que principiava no Porto de Asna, Ribeiro de Fermentelos e se dirigia aos lugares das Agras, Oiã, onde cruzaria com a estrada Oiã-Aveiro, seguindo pela Silveira, Malhapão, Troviscal e Mamarrosa. Devia ficar esta estrada em linha recta. Considerava a Junta que tal via seria de *«grande utilidade, tanto para os povos deste concelho, que por ela ficam ligados como para muitos do concelho de Anadia»*, e isto *«por causa dos transportes de grande escala, de vinho, lenha, cal, e estrumes para adubo das terras que se fazem pela via fluvial no Porto de Asna, já dito."»* (46)

Também se requeria a construção de outra estrada que, principiando na anterior, a um quilómetro do Porto de Asna, se dirigisse aos lugares do Rego, Perrães, Gesta e Silveiro continuando para Mogofores. Tudo isto pelas razões apontadas acima.

Esta posição da Junta Paroquial de Oiã foi naturalmente decisiva para a construção das referidas vias. Em 1869, as obras tinham começado na estrada Silveiro-Fermentelos. Foi montada para o efeito, em Perrães, a secretaria da estrada e seu funcionário foi José Ferreira Coelho, do dito lugar. Em Junho de 1869 este via-se a braços

DIGITAL

com um problema. Os lavradores e jornaleiros das freguesias de Oiã, Oliveira do Bairro, Troviscal e Fermentelos a quem competia dar mão-de-obra (trabalho braçal), contribuindo cada um com três dias até ao fim daquele mês de Junho, ainda não tinham satisfeito toda a obrigação *«e alguns nem só um dia»*. Visitando-o o chefe do distrito na sua secretaria em face desta anomalia, ordenou-lhe que fizesse a relação de todos os indivíduos faltosos e lha remetesse *«para serem relaxados e entregues a execução judicial»*. Porém, José Ferreira Coelho não tinha tempo para os intimar, um por um, e resolveu mandar afixar um edital que dizia: *«rogo a todos os jornaleiros, lavradores e mulheres com gigo, que não tenham satisfeito os três dias, de se apresentarem na dita estrada em construção, antes de findar 30 do mês corrente, dirigindo-se ao director do trabalho ou serviço que lhe tomará seus nomes para a descarga»*.

Em 1867, a ligação rodoviária a Águeda era bastante difícil, *«pois havia de permeio o rio Cértima, com ponte de pau e trânsito difícil por ocasião das enchentes»*. Mas a saída para poente não era também fácil. Havia *«um riacho com trânsito difícil no Inverno»*, era o ribeiro da Dioga. Todavia, já não havia motivos para queixas em relação à saída para sul, pelo rio Levira, que era sobraçado por uma ponte, construída em 1856, em alvenaria de grés e calcário. Apresentando um arco abatido, tinha o comprimento de 25,65 metros e um vão livre de 11,80 metros; a largura entre guardas media 5,80 metros e tinha uma flecha de 1,50 metros. Por baixo passavam, em tempos remotos, barcos. Também a norte, acontecia o mesmo com a Ponte do Pano, na gândara do mesmo nome, que era covil de ladrões e assaltantes (ainda hoje se diz *«se queres roubar vai para o Pano»*). A sua construção era em alvenaria de pedra vermelha de Eirol. Tinha um arco abatido de 12 metros de vão e com uma flecha de três metros, medindo um comprimento de 36,20 metros. A largura entre guardas, de pedra aparelhada, assemalhava-se à mesma da ponte sobre o rio Levira. Como o terreno era bastante pantanoso (ainda hoje se fala nos poços do Pano), as fundações constavam de estacaria de pinho, que criaram uma plataforma capaz de suportar a alvenaria aparelhada. Como a estrada nacional 235 começara a ser construída de sul para norte, esta ponte datava de 1859.

A nascente existia a Ponte de Perrães, construída em 1874. Era uma ponte mista de madeira e ferro. O tabuleiro de vigas de madeira apoiava-se sobre colunas de ferro fundido que, por sua vez, estavam ligadas a uma chapa de ferro amarrada a um estrado de madeira cravado no leito do rio, à semelhança da estrutura das fundações da ponte de Água Fria, construída na mesma época (também segundo o estudo de José P. de Almeida Graça no Arquivo do Distrito de Aveiro, volume XXIII). Em 1952 foi sujeita a uma grande reparação atendendo ao reforço da segurança em função do aumento do tráfego.

Antes da abertura da actual estrada Malaposta-Aveiro, o caminho de acesso pelo sul aos lugares da faixa ribeirinha (Silveiro, Gesta e Perrães) ficava a nascente, provindo de Recamondo. Por outro lado, o caminho que dava de Oliveira do Bairro para Oiã, ligando Montouro, Bunheira, Furadouro, Marinha e Oiã, corria a poente.

No início do presente século, as comunicações não eram ainda fáceis. As estradas eram descarnadas pelas chuvas e pelo tráfego. Em 1928, a estrada Oliveira do Bairro-Aveiro estava num estado tão calamitoso que era necessário aparelhar duas e três

DIGRIA

juntas de bois para os carros nela poderem transitar. Que o digam os filhos ou familiares dos velhos carreiros, que os havia por toda a freguesia (por toda a Bairrada), fazendo o transporte das mercadorias da estação de Oliveira do Bairro para diversos pontos e dos cascos de vinho para o rio Boco, para o porto do Carreiro Velho, Aveiro e outras partes.

Mais uma nota sobre os carreiros. Quando começou a surgir a camioneta, que lhes vinha roubar o trabalho e o pão, houve alguns problemas: quezílias, acusações. Todavia, os carreiros não cederam à primeira e continuaram por muitos anos na faina para o rio Boco, carregadando para lá bom vinho e trazendo no retorno, muitas vezes das suas margens, o viçoso e esguio junco. O mesmo acontecia em relação ao porto do Carreiro Velho, em Perrães, ou Porto de Asna, em Fermentelos, aonde chegavam barcos, muitos pelo peixe e pelo sal, carregando, de volta, os cascos de vinho. Pelo Carreiro Velho ainda ressoam hoje os rumores de búzios e das vozes que apregoavam: *«ao Carreiro Velho»*. Muitas vezes, também os barcos iam carregados da alegria de uma viagem a Aveiro ou, um pouco mais longe, até à Costa Nova.

Pode-se dizer que estes pequenos portos morreram com os velhos carreiros, a quem os novos senhores da camioneta acusavam de ilegalidade nas Finanças. Era um virar de página com algumas lágrimas pelo meio e o caminho do progresso a substituir a mansidão dos bois e a ronceirice dos carros que de resto já nem tinham rodas de madeira com eixo móvel.

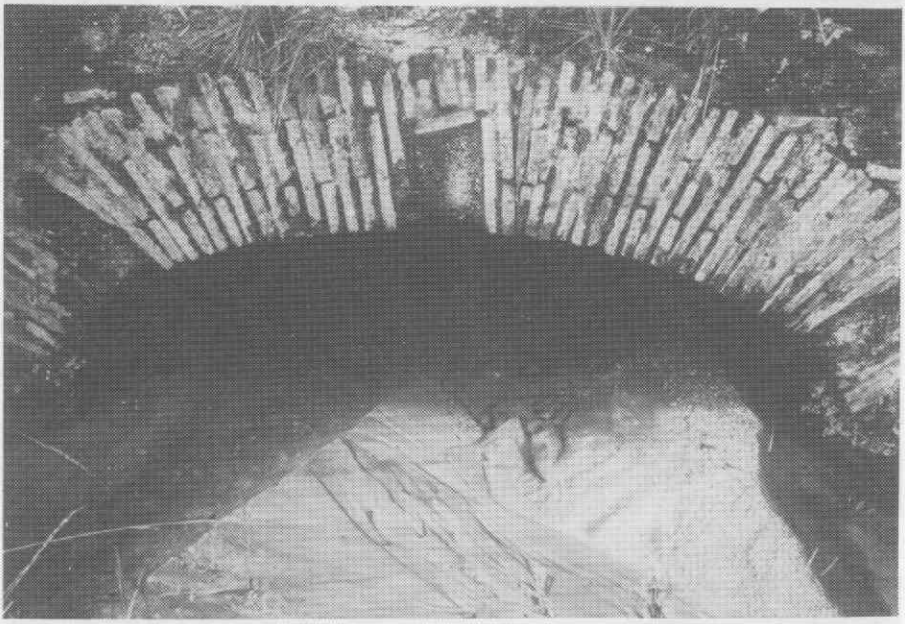
APEADEIRO

bibRIA

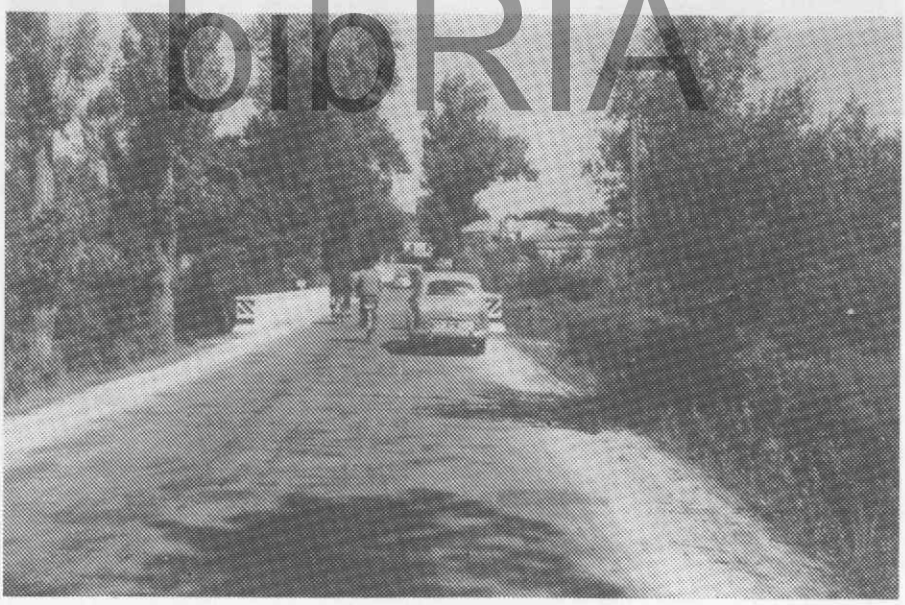
Em 1856 já estava construída a ponte sobre a linha férrea em Oiã, o que significa que já tinha sido desbravado o morro à pá e picareta e a terra transportada em gigos à cabeça das mulheres e aos ombros mais possantes dos homens. O morro estendia-se avermelhado entre a Catarina, no Regatinho, e um pouco à frente da estação.

Em 10 de Abril foi inaugurado o troço ferroviário entre Aveiro e Taveiro. Quando começaram a passar os comboios, o povo desconfiou do progresso e ficou mesmo embasbacado benzendo-se naturalmente com a mão esquerda. Eram *«os burros sem cabeça nem rabo»*, a correr pelos carris como *«cabritos endiabrados»*. E fumegavam muito pelas narinas enormes. Chegou a estar planeada (?) a construção de uma estação perto da passagem de nível da Naba e, segundo os memorialistas, o povo, tomado do receio inicial, não esteve pelos ajustes: tocou o sino a rebate e irrompeu, maciço e barulhento, bem munido de cacetes e diverso género de ferramentas agrícolas, foi ao local e destroçou todos os materiais que lá se encontravam.

Porém, passados os momentos iniciais de espantos e receios, foi-se o povo acomodando à novidade e começou a sonhar com um apeadeiro. Desse mesmo anseio se valeram os políticos. Assim, em 1906, o governador civil de Aveiro, Vaz Ferreira, do Partido Regenerador, prometia a todas as povoações que ficassem à beira do caminho de ferro por todo o distrito os desejados apeadeiros. Oiã andou-lhe na mira e na promessa. Só que, entretanto, o Governo trambolhou e o melhoramento ficou um pouco para mais tarde. Por seu turno, Fermentelos perdia a oferta de 2000$00 para a igreja.



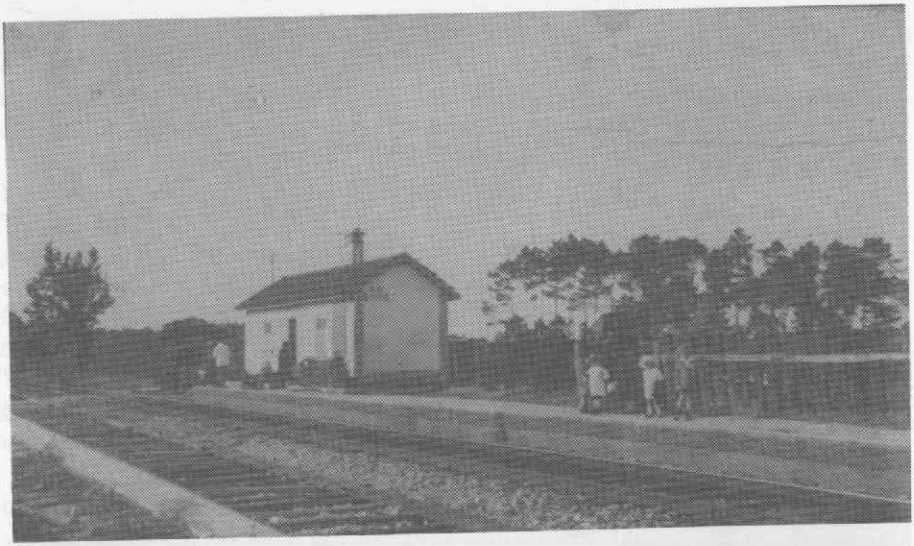
1



2

1 - Pontão, construção que data da Idade Média, sito na Ribeira da Dioga que ligava pela Estrada Velha a Palhaça a Águas Boas; 2 - Ponte a sul do Silveiro (1948).

bibRIA



1

2

bibRIA

1 - Apeadeiro de Oiã (1928); 2 - Chegada dos representantes da CP para a inauguração da Estação (31 de Março de 1957).

1

bibRIA

2

3

1 - Alguns amigos de Oiã — da direita para a esquerda: padre António Resende, Conde de Águeda, bispo D. João Evangelista, mons. Raúl Mira e padre Joaquim Maneta; 2 - padre António Resende, "camisa azul"; 3 - personalidades presentes na inauguração da estação de Oiã.

O sonho, porém, movia as pessoas. No dia 8 de Junho de 1906, realizou-se uma reunião dos habitantes das freguesias de Oiã, Fermentelos, Palhaça e Nariz, visando a escolha do local e também a designação de uma representação a dirigir à Companhia de Caminhos de Ferro. A reunião, segundo notícia num jornal da época [47], foi muito concorrida. Compareceram as pessoas mais importantes daquelas povoações que muito beneficiavam com a criação do apeadeiro.

Foram escolhidos duas localizações: a primeira, (que tinha a preferência), à passagem de nível 37.500 ou, em última hipótese, ao quilómetro 38.290, ou seja, a sul e norte da ponte. Foi implantado a norte da ponte.

Era a terceira tentativa que o povo fazia e, nessa altura, com mais razão, porque tinha sido concedida autorização para a construção do apeadeiro da Curia.

Tinha a freguesia, em 1906, 4000 habitantes que transaccionavam muito com as vilas de Oliveira do Bairro, Anadia e a cidade de Aveiro, pelo que *«merecia que se olhasse para ela com toda a atenção»*. O apeadeiro seria realmente um melhoramento de monta. *«É um melhoramento de tal ordem, os seus habitantes têm-no em tanta monta, que ficarão eternamente gratos, pondo-se à disposição do prestante amigo que o conseguir, mas, se forem ludibriados nesta aspiração tão justa, jamais poderão contar com o seu apoio em qualquer ocasião»* — lia-se no semanário de Águeda de 17/2/1907. Com o melhoramento muito viriam a beneficiar também as freguesias de Espinhel, Troviscal, Bustos, Requeixo e até Águeda.

Fizeram na altura parte da representação os presidentes das câmaras de Oliveira do Bairro e Aveiro, bem como alguns presidentes de juntas de paróquia.

Porém, em Agosto do mesmo ano, apagadas as promessas dos Regeneradores e erguido outro Governo, com João Franco na presidência, eis que surge a luz ao fundo do túnel (ou ao fundo da ponte do caminho de ferro). Ia finalmente ser criado e construído o apeadeiro. O sonho estava prestes a realizar-se, graças aos bons ofícios de dois deputados, o conde de Águeda e o Dr. José Paulo Cancella, de Anadia.

No dia 25 de Janeiro de 1907, paravam ali os primeiros comboios, postos ao serviço dos *«passageiros sem bagagem»*. Eram quatro os comboios que paravam: vindos de Lisboa, um chegara às 16,35 h. e outro às 10,37 h; provenientes da cidade do Porto, também dois: um às 8,58 h. e outro à meia noite e meia hora... [49]

Curioso é que a notícia tenha sido dada laconicamente pela «Soberania» pois custa-nos a crer que não houvesse grande contentamento, com gente a correr ao cais a ver parar e arrancar o comboio. Sabe-se no entanto que durante algum tempo pairou a dúvida sobre qual tinha sido o partido que de facto conseguira o apeadeiro . Os amigos do governador civil de Aveiro, Vaz Ferreira, que caíra com o Governo cerca de um ano antes, propalavam que tinha sido o governador, o que Gelásio Maria (pseudónimo de padre Abel da Conceição e Silva?) contestava àsperamente, afirmando: *«a freguesia de Oiã deve este grande melhoramento aos srs. conde de Águeda e dr. José Paulo* [José Paulo Monteiro Cancella] *e ninguém sabe isso melhor do que eu, porque estive sempre em correspondência com eles, conservando ainda em meu poder as cartas e telegramas daqueles dois ilustres deputados»* — escrevia Gelásio Maria na «Soberania do Povo»

biblRIA

de 17/2/90).

Embora tenhamos apontado o Padre Abel da Conceição e Silva como o verdadeiro Gelásio Maria, também poderia ser Henrique Ferreira Pinto Basto que, além de conhecer os meandros da CP, onde trabalhara, pertencia ao Partido Progressista, de que era cabeça de cartaz e chefe o conselheiro José Luciano de Castro, de Anadia, e tinha como figura proeminente o conde de Águeda. Assim Henrique Ferreira Pinto Basto apareceu a presidir a uma reunião, realizada no Troviscal, em Outubro de 1904, com a presença de dr. Manuel Homem de Mello quando o padre Abel da Conceição e Silva prometeu *«lealdade de verdadeiro amigo»*, mas em contrapartida, exigiu que o Partido Progressista não esquecesse *«a populosa freguesia de Oiã onde ainda hoje não existe uma escola do sexo feminino e apenas há duas do sexo masculino»*. (50)

O Partido Progressista ganhou adeptos em Oiã porque tudo era sua obra. Gelásio Maria escrevia isso mesmo: *«três contos de reis, os retábulos e pinturas da igreja paroquial e o apeadeiro são benefícios do Partido Progressista»*, mas na mesma notícia mostrava-se bastante contundente contra alguém que lutava no Regenerador: *«disseram-me também que, no dia da inauguração do apeadeiro, um sujeito daqui dera vivas a Vaz Ferreira. Eu não ouvi. Mas esse indivíduo pode dar vivas a Vaz Ferreira e até ao imperador da China. Isto é-me indiferente. O que ninguém pode é deturpar a verdade dos factos. Os factos são o que são e não o que alguns querem que eles sejam. Amicus Plato, sed magis amica veritas»* (o que quer dizer que eu sou amigo de Plato, mas a verdade é mais amiga).

O conde de Águeda começava aí a ser tomado como um amigo das populações de Oiã e Gelásio Maria escrevia no jornal: *«Muitas terras desejariam tê-lo por protector; alguns filhos deste concelho, que deviam ter orgulho em o possuir, procuram debalde apoucar os seus merecimentos e os seus benefícios. Nem parecem de Águeda»*.

No fim do comentário, Gelásio Maria afirmava: *«quanto aos retábulos da antiga igreja hão-de ir para Malhapão. Concedeu-se não para pagar favor político, mas porque é de toda a justiça. Concedeu-os a Junta de Paróquia»*.

Para além da política, uma verdade era evidente e assentava nos carris de caminho de ferro. Os comboios começavam a parar no apeadeiro de Oiã e a freguesia e seu termo embarcavam no progresso, decididamente.

O apeadeiro era, na altura, ponto de referência importante para a região, que se servia do comboio para chegar mais longe e demorar menos tempo.

Gente de todas as categorias se servia dele. Um dia, o arcebispo de Braga, Manuel Baptista da Cunha, nado e criado em Paradela, tendo-se ali apeado, foi transportado à sua terra natal no carro de burro de um tal Romão, das Agras, conforme notícia do semanário «Ecos do Vouga». O caso fez furor, sem dúvida, e trouxe à porta dos casais muitos moradores embasbacados com aquela sumptuosidade de Sua Excelência Reverendíssima transportado em *«carro puxado por bestas»* que, segundo ainda o cronista, bem se desunharam, depois de transporem o rio Cértima, a subir até Paradela, depois de uma paragem na residência paroquial de Oiã.

Esta freguesia saía assim da soleira da porta cada vez mais, não só de comboio, mas também pelas estradas que davam acesso a Aveiro e Anadia, utilizando as primeiras

bibRIA

camionetas da carreira. Em 1932 (ano em que Oiã era ainda sede de juiz de paz, «magistrado» ao qual competia fazer exames de corpo delito em coisas menos graves e estava a funcionar o posto de Registo Civil de que foi responsável, por muitos anos, o prof. Acúrsio Maia de Albuquerque), era anunciada a criação da carreira diária entre o Buçaco, Luso e Aveiro, uma vez por dia, de manhã e à tarde. Mas por vezes a camioneta nem parava. Pouco tempo depois, surgiu uma outra que circulava entre Oliveira do Bairro e Aveiro. A camioneta comportava 27 passageiros, o que logo lhe valeu um nome de guerra, o de *Ratinha,* em louvor do seu proprietário, de nome João Rato. O seu preço era, então, de 3$00 para cada viagem e de 5$00, para ida e volta. Passado pouco tempo foi suprimida por falta de passageiros. Estes começaram a optar pelo comboio, pois que se começava a pagar bilhete somente a partir de Oiã, o que não acontecia até aí.

Todavia, em 1908, já os comboios não serviam da melhor maneira o interesse das populações que pediam paragens a horas cada vez mais convenientes. Os passageiros que se dirigiam por exemplo a Aveiro ainda da parte da manhã, só podiam regressar às 23,00 h. para as Quintãs.

Um leitor da «Soberania» queixava-se em 25 de Janeiro de 1908: *«A Companhia de Caminhos de Ferro parece entender que a linha é destinada só para rápidos e expressos e trens de luxo, parando em terras privilegiadas e não quer saber de outras. As estações intermédias ficam assim sem comboio e o povinho que transite como puder pelos atoleiros a que as estradas estão hoje reduzidas (...)».*

bibRIA

ESTAÇÃO

Em 1910 já iam bem longe os tempos em que as pessoas abjuravam *«o burro sem cabeça nem rabo».* Os primeiros temores tinham sido varridos. As gentes viajavam para Aveiro e Coimbra e outros pontos. Era o próprio povo que pugnava pela paragem de cada vez mais comboios e a horas convenientes, alegando que Oiã e terras vizinhas tinham *«grandes transacções comerciais com a cidade de Aveiro».*

O apeadeiro, para cuja implantação exerceu bastante influência o dono da Quinta do Salão, em Águas Boas, Henrique Ferreira Pinto Basto, já não era bastante. Resultava acanhado pelo que os primeiros passos começaram a ser dados no ano de 1908 no sentido da criação de uma estação que servisse Oiã e as freguesias em volta.

«o projecto do orçamento ordinário, da receita e despesa».

Diz aquele ofício:

«A comissão paroquial republicana da freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro, vem respeitosamente pedir a V. Ex.ª a elevação de apeadeiro de Oiã a estação.

Conquanto o apeadeiro tenha para esta freguesia e vizinhos que dele se servem algumas vantagens, a estação, todavia, é que vinha trazer-nos todas as vantagens e todas as comodidades, de que muito precisamos.

A estação vinha valorizar os produtos que exportamos, sobretudo, vinho, arroz, feijão, batata e madeiras de que esta freguesia e vizinhas têm muita abundância.

As casas comerciais desta freguesia, que tem três mil e quinhentas almas e uma extensão de oriente a poente, de nove quilómetros e, de norte a sul, de sete quilómetros e das freguesias vizinhas também importantes pela sua extensão territorial, pela sua população, e pelo seu comércio, podiam receber aqui todos os produtos que importam das cidades mais vizinhas, como são Aveiro e Porto.

E a grande quantidade de gado que aqui principalmente se engorda, podia também ser embarcado para as cidades principais, o que tudo seria grandemente vantajoso para estas freguesias e daria grandes lucros à companhia.

O apeadeiro, que tem bastante movimento, nunca pode ter o movimento de passageiros, que teria, se fosse estação, porque, pagando-se nele, como fosse da estação mais próxima, muitos não se utilizam dele para poupar algum dinheiro, indo embarcar às estações mais próximas.

Por todas estas razões, de tanto peso, esta comissão, interpretando a vontade e o sentir dos habitantes desta freguesia, pede que seja convertido em estação o apeadeiro de Oiã (...)».

O apeadeiro, sinal de progresso e melhoramento, tinha o inconveniente de nele não vender bilhetes, pelo que as pessoas, se iam para Oliveira do Bairro, pagavam sempre a partir das Quintãs e, se iam para Aveiro, sempre a partir de Oliveira do Bairro, isto até 1 de Novembro de 1951, data em que *«foram atribuídas distâncias próprias ao apeadeiro, ficando assim satisfeito o que foi alvitrado por esse jornal, em local de 4 de Agosto p. p°. sob o título Oiã — à Direcção da C.P.».*

Foi autor deste bem sucedido reparo o professor Henrique Pinto Basto Esteves que o publicou no «Jornal da Bairrada».

Por estas e outras razões, a estação continuava na mira dos autarcas locais e do povo interessado nas coisas da sua terra. E, se o apeadeiro já fora cavalo de batalha eleitoralista, também a estação o havia de ser em 1911, quando os Teixeiristas prometeram que, se ganhassem as eleições, a estação de Oiã seria uma realidade. E mais: Malhapão teria uma nova escola primária e ainda haveria dinheiro fresco.

A batalha continuou com algumas pausas. Em 1928, acendeu-se novamente o fogo, mas a CP, em face da insistência, por ofício datado de 29/6/1928, participou à Junta

BIBRIA

de Freguesia que indeferia *«por ora, o pedido feito pelas Juntas de Freguesias de Oiã, Mamarrosa, Bustos, Palhaça, Troviscal, Nariz e Fermentelos para a elevação do apeadeiro de Oiã à categoria de estação»*. Eram membros da Junta António Pinto de Miranda, Joaquim Simões Loureiro e Manuel Ferreira Caiado.

Nesse mesmo ano, uma representação destas mesmas freguesias tinha ido ao conde de Águeda *«pedir-lhe que nos auxilie com o seu valiosíssimo prestígio, a obter da Companhia Portuguesa a elevação do apeadeiro à categoria de estação, visto ser a aspiração mais ardente destes povos»*, conforme acta da Junta de 3 de Junho de 1928.

A visita realizava-se a 20 de Maio. Constituíram a representação *«homens interessados no progresso da sua terra»*, o padre Abel Gomes da Conceição e Silva, presidente, e vogais da Junta, António Pinto de Miranda, Manuel Ferreira Caiado e Joaquim Simões Loureiro; também Manuel Luís Duarte Maia, Manuel Esteves Alexandrino, Manuel Alexandre dos Reis, Manuel dos Santos Maia, José Luís Pires, José Maria Branco, Manuel Esteves da Silva, Bernardino Lopes Dias e Manuel Pires da Silva.

Mas a CP, ainda desta feita, não concedeu a benesse e M. Taceano escreveu: *«concerteza, Oiã contêm em si a caveira do burro. Nada do que pretende lhe é concedido»*.

Em 10 de Janeiro de 1937, a Junta presidida por Agostinho Santos Bastos, secretariada por António Pinto de Miranda e tendo como vogais, Alberto Roque dos Santos e Joaquim Augusto Duarte da Maia, fez seguir novo ofício para o director dos Caminhos de Ferro. Era uma exposição conjunta das freguesias envolvidas no processo:

bibRIA

«Trata-se de elevar o apeadeiro de Oiã a estação, pedido que se vem fazendo desde 1908, sem sucesso. Sendo certo que o movimento do apeadeiro de Oiã é superior ao de algumas estações e sendo absoluto o abandono para as dezenas de pessoas que diariamente se utilizam dos comboios, além de que o horário dos comboios é deveras prejudicial aos povos desta região, confiam em que V. Ex.ª, por acção decidida e justa faça atender o pedido que ali se faz».

A luta pelo progresso levava já 45 anos, até que o dia 15 de Junho de 1953, foi um dia memorável *«pela grande importância e projecção que tem no desenvolvimento nesta região»* segundo se lê na acta da Junta de Freguesia datada da véspera. O Governo despachava favoravelmente.

Formaram-se então comissões de apoio à Comissão Executiva do melhoramento no estrangeiro e ex-colónias. A do Rio de Janeiro era composta por Baltazar dos Santos Barros, Isaac de Carvalho, Joaquim Nunes de Oliveira, Jaime Ferreira dos Santos (que esteve presente na inauguração), Henrique Malta, Luciano Malta e Francisco Caetano da Silva Júnior; em Santos marcou presença Domingos Ribeiro, na Alemanha, Manuel Caetano da Rosa Novo e na Venezuela, Gabriel Pires de Morais e Joaquim Dias Ladeira. Houve outros representantes dos interesses de Oiã em Lourenço Marques (Capitão Francisco Pinto Bernarco), em São Tomé (Jaime Alvim) e no Lobito (Antero Marques de Miranda).

Passados cinco anos, a estação ficou construída e em 31 de Março de 1957 era feita a inauguração de *«um melhoramento que ainda há meia dúzia de anos era conside-*

rado uma fantasia». Por isso, o acto revestiu-se de toda a pompa e circunstância. (51)

Muito cedo começou a chegar o povo, apesar da chuva impertinente que caía. D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Aveiro, rezou missa nos armazéns a que assistiu, em representação do governador civil de Aveiro, o dr. Querubim Guimarães.

Eram 12,15 horas, quando de Lisboa chegava o rápido, transportando o eng.º Júlio Santos, o dr. Carlos Albuquerque, o eng.º Costa Carvalho, o dr. Luís Figueira, o dr. Sousa Aguiar e o eng.º Joaquim Barros, representantes da CP. Eram aguardados pelos presidentes da Câmara e da Junta de Freguesia, Manuel dos Santos Pereira e Álvaro Ribeiro, respectivamentee, e por muito povo. Estrelejaram foguetes e a música de Fermentelos soltava notas alegres. O dr. Querubim Guimarães depois cortou a fita e D. João Evangelista de Lima Vidal benzeu o novo edifício.

Houve almoço, servido nas instalações da firma Ribeiro & Irmãos, Ld.ª implantada junto à ponte do caminho de ferro. Na altura, o presidente da Junta afirmou que *«este é o dia mais feliz e mais ansiado por toda a freguesia, esperado há muito pelos nossos avós e que só a nova geração vê concretizado. Por tudo isto o dia 31 de Março ficará a ser uma data memorável na história de Oiã»*.

O eng.º Agnelo Prazeres, presidente da Comissão de Melhoramentos, que a assistência saudava *«freneticamente»*, historiou todas as diligências feitas para levar a cabo tão importante realização e não deixou de referir os bons ofícios do velho conde de Águeda, que *«há cerca de 50 anos foi um dos pioneiros pelo então apeadeiro de Oiã. Depois, sempre que havia ensejo, pugnava pela valorização dos serviços e pela abertura da nova estrada a que prestou o seu valioso concurso. Foi o nosso maior advogado junto da CP e dos poderes públicos. Amigo dedicado desta freguesia, que em vida lhe rendeu as suas homenagens, estando sempre presente nas nossas aspirações. Recordamo-lo nesta hora com respeitosa saudade»*.

OBRIA

Nelson Reis esteve em representação do filho do Conde de Águeda, o dr. Manuel José Homem de Mello, ausente nesse momento em França.

Era já tarde quando as entidades oficiais abandonaram Oiã. Mas, no largo fronteiriço à estação, o povo concentrava-se ainda, dando largas à satisfação, e um *«rancho formado por donairosas e simpáticas raparigas e garbosos rapazes dançava números regionais, muito do agrado da assistência»*.

PADRE ANTÓNIO DE ALMEIDA RESENDE

O padre António de Almeida Resende fez parte da Comissão de Melhoramentos que conseguiu concretizar a ideia da estação.

Não sendo natural de Oiã foi um batalhador pelo seu progresso. Não será despropósito registar alguns traços da sua vida.

Foi moço de lavoura em Esmoriz, sua terra natal, e tanoeiro. Depois de paroquiar várias freguesias da diocese do Porto, em Janeiro de 1937 encontra-se em Mourisca do Vouga, até 1945. Em 22.1.1945 toma conta da freguesia de Oiã, até que a 10 de Junho de 1956 foi vítima de brutal acidente de viação, ficando bastante diminuído.

Em 11.12.1958 deixou a freguesia para ocupar o lugar de Capelão de Verdemilho (Aradas), Coutada (Ílhavo) e Colónia Agrícola da Gafanha. Em Junho de 1972 regressou a Esmoriz.

Uma das grandes paixões do Padre António Resende era o saber. Rodeava-se de livros, últimas novidades, que normalmente eram adquiridas na cidade do Porto. Tinha uma avantajada biblioteca. Parte dela entregue ao Seminário de Aveiro e a outra deixada à Junta de Freguesia de Esmoriz. As suas parcas economias gastava-as em livros que devorava embora já não o fizesse encostado ao peitoril da janela do seu quarto, aproveitando o luar. Esta paixão vinha-lhe dos tempos em que era tanoeiro. Mons. Moreira das Neves, escritor e poeta e seu colega no seminário da Sé (Porto), recorda que *«apareceu com vários livros franceses debaixo do braço principalmente de Maurras. Levava também o último número da Action Française»*.

Outra paixão, muito vincada, era a política. A política seduziu-o desde muito novo. Aos 15 anos, já enfileirava no Integralismo Lusitano. Ainda segundo Mons Moreira das Neves em «Esmoriz e a sua História», Padre António Resende terá vindo *«das fileiras marxistas ou coisa semelhante»*, passando, mais tarde, para os extremos opostos. Aderiu ao Integralismo Lusitano, sobretudo, a António Sardinha e Almeida Braga. Reconhece o mesmo escritor e poeta que ele *«era uma inteligência vigorosa e aguda, mas com certos desequilíbrios. A paixão política que nele era inata, levou-o a meter--se em aventuras um tanto quixotescas, que nem sempre deram bom resultado. Não podia com o Estado Novo. Surgido o movimento de Rolão Preto, entrou nele com entusiasmo»*.

bibRIA

«Camisa azul» foi nesse tempo Arlindo Vicente, de Troviscal, mais tarde, candidato à Presidência da República pela oposição e pintor de mérito.

Tinha atitudes quixotescas como a de entrar num café da baixa Coimbrã, com seu porte imponente e atlético e rezar um padre nosso pelos alemães mortos em combate. Estava-se em plena Segunda Guerra e padre António Resende foi lugar-tenente de Rolão Preto, governador da zona centro-norte do movimento nacional-sindicalista. Foi ainda uma espécie de comissário da propaganda do Jornal «A Revolução», onde assinou muitos textos contundentes. Atitudes escaldantes e provocatórias, *«envolvido num certo misticismo de encantamento»* (palavras dele) teve-as, quando em 1934 deu entrada na paróquia de Mosteiró. Entrava nela *«ostentando a camisa azul»* (e em breve transformou a residência numa espécie de quartel-general, paredes revestidas de mapas que indicavam o rápido acesso dos revoltosos à cidade do Porto.

Os apaniguados de Rolão Preto juravam fidelidade ao seu chefe sobre um crucifixo. Foi numa destas cerimónias que decorria em Vila Nova de Gaia que o padre António Resende foi preso e metido no Aljube, juntamente com 22 companheiros. Posto em liberdade, a chama não se lhe apagou e andou pela cidade invicta a distribuir fotografias em que ele ostentava vaidosas e fartas barbas. No Aljube nunca despira, ainda que fortemente instado, a camisa azul. Era orgulhoso e um tanto sorumbático. No entanto, adorava pássaros. Na sala da velha residência de Oiã tinha uma bateria de gaiolas. As suas atitudes inquietavam os seus bispos. Apesar das admoestações, não torcia e continuava a praticar imprudências. Ninguém o conseguia convencer a aban-

donar as suas teorias sociais e políticas. O padre António Resende não era *«bom administrador temporal»*. Não era por espírito evangélico que andava sempre de vestes no fio. Aquilo que ganhava, além de ter de sustentar a família de três irmãs, não chegava para os livros ou para queimar na sua paixão política. A bondade de D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Aveiro, não viu nele caso para alarme, pelo que o padre António Resende foi seu braço direito na construção do seminário.

Quando rebentou a Segunda Grande Guerra, tomou partido pelo *Reich*. Montou na residência paroquial potente rádio transmissor-receptor que, uma vez ou outra, foi sonegado na casa da eira do senhor Abel dos Santos Maia, entre abóboras, palhas e caruma, conforme a época do ano em que recebia a visita da polícia. Era claramente um germanófilo. Sacerdote de palavra oportuna, de largo e amplo raciocínio, com um verbo sibilino, pregador exímio, dono de estilo excelente, escrevia e dizia em estilo fluente e perfeito. Por causa das suas ideias contra a situação, andou fugido pelo Douro.

O padre António Resende era muito desordenado. Elaboradas palestras e trabalhos, de índole pastoral, *(Êxodo Rural, O Ensino da Doutrina Social da Igreja, a Missa Comunidade Cristã)* ou de carácter político *(A Tentação da serpente, a Revolução Social e Agonia de um Mundo)*, tudo ficou disperso. Muitos dos trabalhos foram assinados com o pseudónimo de Eugénio de Belonor, como *Revolução Social* que foi uma edição do jornal «Reacção» que se publicou em Águeda. Por esse mesmo motivo, ter-se-ão perdido uma palestra sobre as origens históricas de Oiã e outros documentos por ele recolhidos.

biblRIA

Espírito culto e inteligente, apresentava-se todavia em muitas situações introvertido, e originava, por vezes, situações polémicas e muito críticas. Tanto assim que era capaz de passar horas sem dizer palavra, a jogar as paciências sozinho, pensativo, longínquo, vício que naturalmente lhe sobrara do tempo em que ocupara a sala 3 da cadeia do Aljube.

Queimou *«a saúde e o bem estar da família»* vivendo sempre com bolsos de cotão e morreu praticamente às portas da miséria na vila de Esmoriz, sua terra natal.

Pároco de Oiã, esteve sempre do lado do progresso, com especial incidência na estação da caminho de ferro, na estação dos Correios e no Centro Social, integrando os corpos gerentes da Comissão de Melhoramentos como presidente do seu Conselho Fiscal. A Comissão de Melhoramentos nasceu como forma de pressão perante o poder instituído no sentido de trazer algumas realizações para a freguesia. Aos dois de Outubro de 1955 reunia pela primeira vez para eleição dos corpos sociais. Foi presidente da Assembleia Geral dr. Nelson Alexandre Reis, assessorado pelo professor Acúrsio Maia de Albuquerque e Antero da Silva Pires, 1º e 2º secretários, respectivamente. À Direcção presidiu engº Agnelo Caldeira Prazeres, secretariado pelo dr. Alberto Esteves Martinho e era tesoureiro Bernardo Pinto Ribeiro. Vogais: Antero Maria de Albuquerque e João de Matos Falcão. Conselho Fiscal: presidente, padre António de Almeida Resende; vogais: dr. Ângelo Graça e Manuel Caldeira de Albuquerque.

A 15 de Janeiro de 1956, propôs o padre António de Almeida Resende a criação de um dispensário para crianças, responsabilizando-se por tal iniciativa.

Uma das ideias da Comissão de Melhoramentos que não teve sucesso, mas

cujas perpectivas foram levantadas, foi a implantação da Adega Cooperativa de Oiã que, devido a entraves burocráticos e políticos, não se concretizou, nem em Oiã nem no Porto Clérigo para onde mais tarde os técnicos a apontaram.

Em Setembro de 1957, a Comissão Organizadora da Adega Cooperativa de Oiã promoveu uma reunião com os vinicultores da freguesia e também das freguesias limítrofes. Estiveram presentes os engenheiros Rogério de Oliveir e António Terreiro do Gabinete de Estudos da Junta Nacional do Vinho que prestaram todos os esclarecimentos aos muitos produtores presentes. A Adega representava *«um benefício para a lavoura vinícola cujas crises se vêm acentuando»*. Verificou-se grande adesão. Os que se inscreveram asseguravam a sua existência.

A Comissão Organizadora, (composta por engº Agnelo Prazeres, Antero da Silva Pires, Prof. Acúrsio Maia de Albuquerque, major Armando Esteves e Manuel Maia), ficava encarregada de continuar os trabalhos de organização conforme instruções da JNV, mas os ventos adversos foram demasiado fortes.

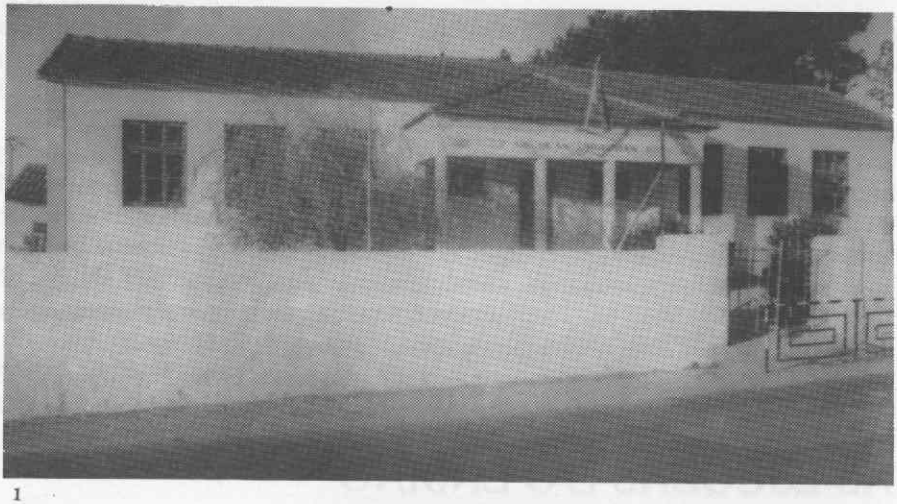
bibRIA

AS ESCOLAS E O ENSINO — O GRANDE PASSO

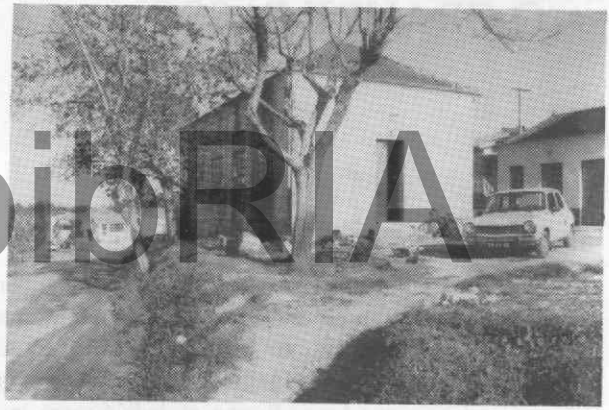
bibRIA

AS populações ansiavam pelo progresso considerado marco importante para rumar ao futuro. Se as estradas eram más, de débeis e rugosos pisos, onde, por vezes, os primeiros automóveis se atascavam de lama até ao eixo, tendo de ser retirados, ironicamente, por juntas de bois, como aquele que de Oiã seguia viagem por Águas Boas e, atolado o carro, teve o condutor de seguir *pede calcante*, como diria o cronista, isto é a pé — tudo o que concorresse para melhorar o seu baixo nível de vida era óptimo. Assim se entende que a simples colocação de uma caixa de correio numa localidade fosse motivo para uma estrondosa festa como a do dia 13 de Junho de 1929. No lugar de Águas Boas «inaugurava-se» um exemplar, para servir toda a zona, na casa de Manuel Esteves Martinho (era carteiro, então, Joaquim Neves).Só por isso houve um estralejar de foguetes e estrondear de morteiros e um grande enxame de povo acorreu, como se romaria fosse.

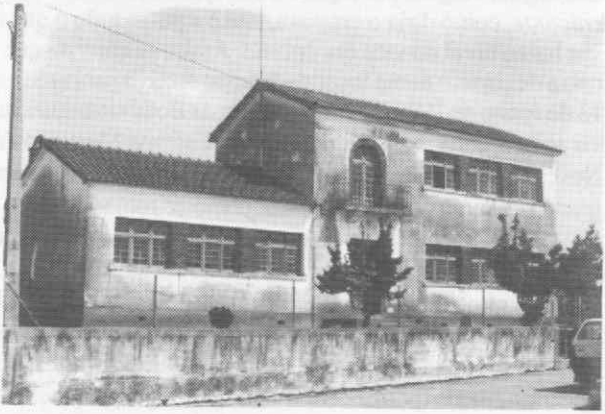
O foguetório, mais do que agora, assinalava qualquer manifestação de alegria ainda que serôdia, qualquer feito ou novidade, ainda que fosse o aparecimento de um automóvel ou de uma boa moto. Quando em Abril de 1929, os cidadãos de algumas posses, Manuel Caiado e Manuel Martins Duarte, resolveram partir à aventura, dar a volta ao seu pequeno mundo, o primeiro fazendo roncar uma moto e o segundo à espera que o seu cavalo (perdão, era uma lustrosa égua) não relinchasse ou escoiceasse para não



1



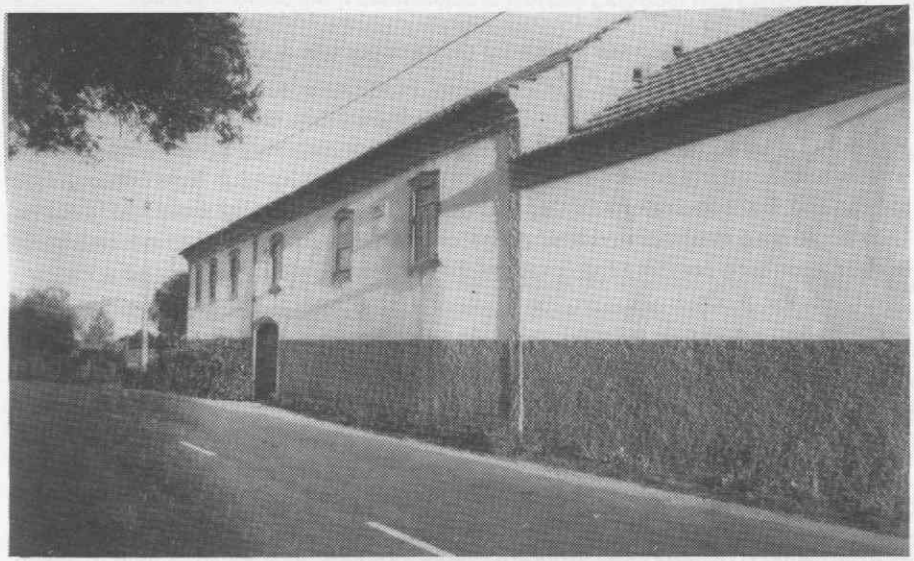
2



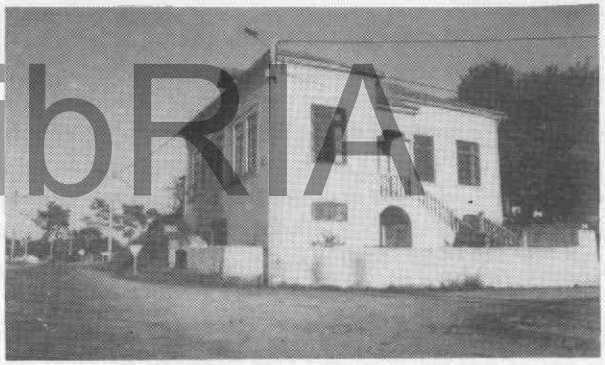
3

1 - Escolas Primárias de Oiã (1954); 2 - Velha escola da Silveira; 3 - Escola de Perrães.

bibRIA



1



2

3

1 - Casa de Manuel Pires Arieiro (Perrães), onde, no sobrado, funcionou a escola masculina para os lugares da faixa ribeirinha; 2 - Colégio de Oiã; 3 - Escola C+S.

bibRIA

levantar a poeira dos caminhos, houve foguetes. O cronista da época gozava com o caso, mas de facto era um feito sair da soleira da porta por uns dias, ir em busca de novos contactos e outras bandas. *«Partiram ambos de companhia para darem a volta ao mundo. A despedida foi de arrebenta: muito foguetório, muito musicório e muito vivório»*. Também a descoberta de outras bandas era progresso. As luzes eram escassas sobre o mundo e a freguesia, em 1929, ainda não tinha luz eléctrica. Nem a sede. Nesse mesmo ano, fazia-se a reforma da estrada de Aveiro a Oiã, mas luz ainda não faiscava. O comboio era o sinal mais evidente de que o mundo não parava. As pessoas tinham de evoluir, apanhar o comboio (não exactamente os comboios que paravam no apeadeiro de Oiã, então em número de nove, mas o ímpeto para a frente), abandonando a sua visão pobre de horizontes e de condições de vida também.

Não podemos garantir, a pés juntos, se no regresso aqueles homens ricos de Águas Boas, desde sempre o lugar mais humilde de toda a freguesia, tiveram ou não música à chegada. Mas não admiraria que tivessem tido, só por terem dado uma volta mais ao largo.

Quando se tratava da inauguração de uma escola primária, o regozijo extravasava: tornava-se grandiloquente, assombroso até à lágrima. O povo vinha para a rua, acorria, dando vivas ao progresso que a República vinha proporcionando, ainda que sem muitas pressas.

Não se sabe exactamente o ano em que foram estabelecidas as chamadas casas de instrução na freguesia de Oiã, mas o seu pároco, Joaquim Duarte Rosa, em ofício dirigido ao administrador do concelho de Oliveira do Bairro dizia: *«cumpre-me dizer que nesta freguesia há duas cadeiras de instrução primária, uma com sala neste lugar e outra no de Perrães e nenhuma delas com ónus de casa e mobília a cargo da Junda desta Paróquia, como já declarei a V. Exa. num ofício de 7 de Junho último. A Junta pagou ultimamente 4800 reis de renda por uma sala para a escola deste lugar (Oiã), mas como despesa facultativa e não obrigatória.*

Deus guarde V. Exa., Oiã, 25 de Setembro de 1870».

Em Outubro de 1866, sendo administrador do concelho João Saraiva Pereira de Melo e vice-presidente Manuel Pires Alves, deram-se os primeiros passos para a criação da escola de instrução primária no lugar de Perrães. Um ofício do Governo Civil de Aveiro, datado de 4 de Outubro de 1866, informava que *«pode ser provisoriamente aprovada a casa oferecida para a Escola, apesar de lhe faltarem algumas das condições exigidas no n.º 4 das instruções regulamentares de 20 de Julho último»*. Não só eram necessários objectos, que *«não demandavam grande despesa»*, como era absoluta necessidade que a oferta da mobília obedecesse a algumas obrigações, como a de ser declarada em escritura para que viesse a fazer parte, sem interrupção, do material escolar. Como esta escritura é remetida por ofício de 20 de Outubro — *«escritura de obrigação feita pelos oferentes da casa para a mesma escola»*, a qual servia de aditamento a outra já enviada em 23 de Junho do mesmo ano — é de admitir que em 1866, a escola não funcionava ainda.

Crê-se, no entanto, que, na sede da freguesia, já haveria escola antes de 1868, conforme se deduz pelo ofício, proveniente da Câmara, que passamos a transcrever:

bibRIA

«Sou informado que a Casa aonde se tem exercido o serviço escolar nesse lugar foi demolida e que se não tem tratado de facultar ao professor outra casa para o serviço da instrução pública e, por isso, venho ordenar a V. S.ª que com a Junta da sua presidência tratem de aprontar imediatamente uma casa para o referido serviço e não se cause prejuízo à educação da mocidade, pelo qual eu torno responsável a Junta. Dos embaraços que se lhe oferecerem sobre a execução desta ordem se servirá dar-me conta». (52)

Iam longe os tempos em que os sacerdotes, por vontade pessoal, ensinavam a ler e a escrever nas dependências das igrejas ou nas residências. E se nos meados do século XVIII se deu início à implantação das escolas, aquele tipo de ensino particular continuou a preponderar ainda por muitos anos. Em 1772, num mapa elaborado por decreto régio, que menciona as terras onde existiam professores e mestres-escola, não aparece nenhuma localidade hoje integrada no concelho de Oliveira do Bairro. Devia haver mestres-escola em todas as vilas do Reino, mas a maioria não os tinha.

Em 1730, segundo documento do Tombo de Perrães, não havia nas terras da nossa faixa ribeirinha, como naturalmente nas outras, um só indivíduo que soubesse assinar o nome. Todavia, no século XIX, a partir de 1865, dá-se no concelho algum incremento à instrução pública. É neste ano que os lavradores da freguesia, alertados para as vantagens da instrução, se obrigam, por escritura pública, a oferecer generosamente casa e mobília para a instalação de uma cadeira primária do sexo masculino em Perrães. (53)

bibRIA

Em 1875, sendo presidente da Câmara de Oliveira do Bairro José Pais dos Santos Graça e vice-presidente Francisco Simões (e vereadores Joaquim Calhavento, José da Angélica e João Ribeiro e escrivão Alexandre Ferreira Dinis), era professor da Escola de Perrães Jorge de Pinho Vinagre e, da de Oiã, Manuel José de Oliveira, enquanto na de Oliveira do Bairro eram professores António Rodrigues Arieiro e Ana Amélia de Matos. (54)

Por força do decreto de 20 de Setembro de 1844, era obrigatório os pais mandarem os filhos à escola onde as houvesse, mas frequentavam-nas alunos em número muito reduzido. Segundo um estudo elaborado pela equipa do Museu Paroquial da Palhaça, apenas é mencionada uma casa de instrução em Perrães no ano escolar de 1857/1858. Tinha uma frequência de 47 alunos, que desce para 34 no ano seguinte e para 31 no ano de 1865/1866, demonstrando assim que era a freguesia que menos crianças dava à escola. Só a precediam as de Oliveira do Bairro (40) e Mamarrosa, que teve instrução em 1865.

O lugar de Malhapão foi dos primeiros a interessar-se pela cultura, pelo ensino e, consequentemente, pela construção da sua escola nova. Este desejo expandiu-se em geral, logo a seguir ao evento da República, mas o lugar foi dos últimos a ser beneficiado, apesar das más condições em que funcionava o velho edifício (situado a nascente da capela de Santo Amaro).

Faziam parte da Junta de Freguesia Manuel Joaquim de Carvalho, Manuel Martins do Vale, Manuel Baptista Ferreira dos Reis, Manuel Caetano Tomé Ferreira e António Joaquim de Carvalho Júnior, em Janeiro/1911. Eram estes membros da Junta de opinião *«que se pedisse à Comissão Municipal deste concelho de Oliveira do Bairro que se interessasse e pedisse ao Governo da República a criação de uma escola do sexo masculino no lugar de Malhapão, desta freguesia de Oiã, oferecendo a mobília, material escolar e terreno preciso para a construção da casa da escola, pois ficando as escolas de Oiã e Troviscal, as mais próximas, distantes do lugar de Malhapão de quatro a cinco quilómetros, torna-se necessidade e justiça a criação de uma escola do sexo masculino...»*. A Comissão aprovou por unanimidade a proposta do presidente, Manuel Joaquim de Carvalho, pelo que foi tirada cópia autêntica da respectiva acta e enviada à dita Comissão Municipal para os devidos efeitos.

Porém a pretensão das gentes de Malhapão, que como as dos outros lugares ansiavam pela instrução, ofertando tudo o necessário (terrenos e mobílias), ainda em 1915 não estava satisfeita. Neste ano, eram membros da Junta Manuel Joaquim de Carvalho, José Maria Branco, João Martins Ribeiro e Joaquim Caetano da Rosa. Deste modo, em reunião de 26/11/1915, a Junta levou em consideração que *«essas reclamações são inteiramente justas e traduzem uma necessidade urgente de promover a construção de uma escola do sexo masculino e escola para o sexo feminino com habitações para os respectivos professores no lugar de Malhapão»*, e insistiu novamente com a Comissão Municipal.

A Junta justificava a necessidade pelo facto de a escola então existente estar a funcionar em *«casa que não comporta a frequência e cuja renda é elevadíssima e tem esta paróquia um baldio que está nas melhores condições para nele se fazer a tão necessária e indispensável construção e tem esse baldio o nome de Baldio do Relvas»* (aliás, onde não veio a ser construída). Na mesma reunião foi deliberada ainda *«a construção de um edifício também para funcionamento do sexo feminino e do sexo masculino no lugar da Gesta»*, porque a que existia também funcionava *«em um velho pardieiro sem os menores vestígios de condições higiénicas ou pedagógicas»*, com a agravante de *«ser elevadíssima a renda»*. Curioso será citar que, nesse ano, o Ministério da Instrução Pública tinha inscrita no seu orçamento a verba de 200 000$000. Em face disso, a Junta deliberou ainda, por unanimidade, solicitar àquele Ministério uma verba de 2 500$00 para a construção do edifício da escola de Malhapão e uma verba de 1.000$00 para o da Gesta (que não chegou a ser construído).

Em 1928 havia mais de 50% de analfabetos na freguesia e a avaliar pelo resumo que abaixo damos, supomos que o panorama dos outros lugares, incluindo a sede, não seria muito diferente. No quadro abaixo, pode verificar-se também o movimento demográfico, que é importante referenciar:

Lugares	Fogos	Almas	Homens	Mulheres	Analfabetos
Silveiro (55)	138	650	310	340	380
Gesta	64	328	163	165	224
Perrães	126	646	318	328	339
Rego	68	258	117	141	190

Os processos arrastavam-se e as exigências das populações ficavam metidas nas gavetas da burocracia de tal modo que em Janeiro de 1932 ainda as escolas de Oiã não tinham alicerces. Preocupada com esta situação, a Junta, em 24 de Janeiro de1932, deliberou oficiar ao director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Lisboa: *«que, em virtude da grave situação em que se encontra a casa de instução das crianças desta povoação de Oiã em risco eminente de ficarem sem escola por estarem as actuais casas* [alugadas] *onde ela funciona em estado absolutamente impróprio para tal, sendo já raro, nos dias de chuva, o funcionamento das aulas e constando a esta Junta dos consideráveis esforços do Senhor director na dotação e construção das escolas por esse país fora, solicitamos a organização do projecto da escola para duas salas que desejamos o mais modesto e a sua construção na oportunidade marcada. Dispõe esta Junta de terreno próprio, situado em óptimo local, para serventia da povoação e do lugar de Águas Boas do qual remetemos croquis».* Assinaram: António Pinto de Miranda, Joaquim Simões Loureiro Júnior e Manuel Caiado.

Em 6 de Março recebeu a Junta do Ministério do Comércio e Comunicações o projecto para o edifício escolar a construir em Oiã (com grande ajuda do povo, o que também se verificou nos demais lugares). Era também eleita a Comissão Administrativa das respectivas obras, que ficou constituída por António Pinto de Miranda, Acúrsio Maia de Albuquerque e eng.º José Afonso Lucas, este como delegado do director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 26 de Junho de 1932, a Junta autorizou *«passar ordem de pagamento a António Duarte de Oliveira Maia, de Oiã, a quantia de cento e cinquenta escudos (150$00), importância de doze dias e meio no serviço de fundações e alicerces ...»*

biblRIA

Nesta década de 30 verifica-se um grande impulso na construção de escolas na freguesia. A presidência da Junta cabia a António Pinto de Miranda.

Em 18 de Março de 1928, uma comissão de homens do Silveiro constituída por Alfredo José Feiteira, José Martins Duarte, Augusto Nunes Cardoso, João Francisco Marques (Coteto), Manuel Rodrigues da Conceição, João Francisco Duarte, José Maria Henriques de Almeida e outros, esteve na reunião da comissão administrativa da Junta, onde foi exposta a necessidade da edificação da escola no lugar. Foi oferecido para o efeito um terreno com a área de 1000 m² no sítio do Barreiro, Largo de Nossa Senhora das Dores.

Em 18 de Fevereiro de 1929, foi assinada escritura de compromisso, celebrada no cartório notarial de Aveiro e em que Alfredo José Feiteira hipotecava todos os seus bens como responsável pela construção e doação ao Estado desta escola, ficando Joaquim Simões Loureiro como fiador.

Com tamanho querer manifestado na muita responsabilidade assumida por Alfredo José Feiteira, a construção da escola começou a 9 de Março de 1929, data em que, segundo menciona o diário doméstico de Joaquim Simões Loureiro, foi assente o primeiro adobe. No diário vem citado este pormenor: foram colocadas moedas de cobre aos cantos para que um dia fizessem um pouco de História.

Na construção sólida, foi utilizada bastante pedra que os lavradores, com os seus carros, iam buscar ao campo sem que prof. Acúrsio Maia de Albuquerque, respon-

sável pelo andamento das obras, tivesse de pagar um único frete. Também não pagou uma única hora de mão de obra, porque toda foi gratuita, com grande satisfação do povo, que não se poupou a esforços para que a instrução assentasse arraiais ali no Rossio do Silveiro.

Foi seu construtor Manuel Campos Colégio e as carteiras, fabricadas por Manuel Bartolomeu, das Agras, foram transportadas à cabeça por um bom grupo de raparigas do lugar.

A escola começou a funcionar a 25 de Junho de 1930, mas a inauguração ocorreu no dia 6 do mês seguinte. Segundo a mesma fonte, houve sessão solene e, naturalmente, discursos. Elogiou-se o povo do lugar e até os pobres se associaram à festa. Em número de 22, tiveram um belo repasto com esta ementa, naturalmente saborosíssima, sopa de macarrão e couve branca, carne de porco e de vaca e, segundo Joaquim Simões Loureiro, que, muito metódico em seus dizeres e contas, tinha ainda veia para arrancar umas quadras bem ao jeito popular — os pobres ainda puderam saborear uma frigideira de carneiro com batatas e outra de fressura com arroz. E para adubar não menos de quinze litros de vinho.

Professor vitalício da escola foi Acúrsio Maia de Albuquerque porque seu pai oferecera a telha toda para cobrir o edifício. Sucedeu-lhe Maria de Fátima Lopes Moreira, neta do fiador de Alfredo José Feiteira, Joaquim Simões Loureiro.

A escola da Silveira, por sua vez, ficou construída em pouco mais de seis meses. Em 25 de Março de 1934 uma comissão constituída por José da Silva Pires, Manuel Lourenço da Maia e Antero da Silva Pires, foi à Junta pedir a cedência de 75 metros quadrados de terreno no baldio próximo da fonte do lugar para nele *«construir uma casa que sirva para escola elementar primária que, depois de concluída, vai ser entregue ao Estado»*. A Junta decidiu vender o terreno, pelo valor a apresentar pelos avaliadores nomeados para o efeito: António Joaquim de Carvalho, Manuel dos Santos Dias e António Tomé de Carvalho, todos da Silveira. O terreno foi vendido a doze centavos o metro quadrado.

O povo da Silveira e, sobretudo, José da Silva Pires, houve-se com tamanho brio e coragem que, num curto espaço de meses, a escola estava de pé. Inaugurada a 9 de Novembro de 1934, foi sua primeira professora Aurora Clara Marques, que antes leccionara em Malhapão. Das crónicas do tempo, se lembra que a escola foi mandada *«construir pelo benemérito da instrução e abastado proprietário daquela localidade, sr. José da Silva Pires»*.

Às oito horas da manhã chegou a professora, Aurora Clara Marques. Era esperada pelo povo, *«que a recebeu com foguetes e crianças que empunhavam ramos de flores naturais, formando um cortejo até à escola»*. Dizem ainda as crónicas que foi portador das chaves Almor Pires, que as *«conduzia numa salva de prata, sendo nessa altura lançada sobre estes grande quantidade de flores»*.

A professora, *«visivelmente comovida»*, não deixou de elogiar o benemérito, pedindo aos pais ali presentes que *«mandassem os filhos à escola, onde todos eram iguais e constituiam uma família, que, se nas suas casas lhes davam o pão para o sustento, ali recebiam o segundo não menos importante pão, que é a educação»*.

biblRIA

A seguir, o doador José da Silva Pires (tinha um irmão padre, António da Silva Pires, também ali nascido, que foi pároco em Aljezur, Relíquias e Sobral de Monte Agraço, da diocese de Beja, onde estudara, mas, mais tarde, emigrou para França, foi livreiro e editor em Paris, a firma era La Pagesse & Silva) *«leu um discurso cheio de estímulo à escola, mostrando as suas vantagens no presente e futuras gerações, provando assim cada vez mais o seu inconfundível carinho pela instrução»* conforme assim relatava a «Soberania do Povo» de Novembro de 1934.

As aulas começaram no próprio dia de festa e a alegria foi tanta que *«o povo continuou em festa durante o dia e noite fazendo-se ouvir a Banda do Troviscal e muitos foguetes»*. Assim esfusiou a alegria das gentes que viam na escola a luz para um mundo novo.

As escolas de Oiã foram inauguradas em 21 de Janeiro de 1934. Neste dia foram ainda inaugurados o telefone e a luz eléctrica e, nessa altura, o padre Manuel Caetano da Silva já não poderia dizer, como quatro anos antes, que *«Oiã tem enguiço»*, porque, não tinha telégrafo, postal, nem estação ferroviária, nem escola complementar nem a luz eléctrica. Consumava-se o grande acontecimento. Mas para que a luz fosse realidade, fora constituída em Agosto de 1930 uma comissão para angariação de fundos. De Aveiro vieram o governador civil, o sub inspector Maia Romão, o coronel Torres, os capitães Lucas e Rogério; de Oliveira do Bairro, António Tavares de Castro, administrador do concelho; presentes também estavam os membros da Junta de Freguesia António Pinto de Miranda, presidente, e Manuel Caiado e Joaquim Combo, vogais.

DIGRIA

Música e foguetes marcaram o tempo da alegria. O governador civil fez a ligação da cabine às linhas do Lindoso. O presidente da Câmara fez a ligação pública e, por sua vez, o presidente da Junta fez a ligação às casas. *«Foi um delírio»* — diz o cronista, *«Oiã ficou profusamente iluminado e um sem número de foguetes estrelejaram ininterruptamente, um delírio, enfim, viva Oiã»*. Todavia, os lugares periféricos ainda não a tinham, pelo que se queriam alumiar-se, tinham de o fazer *«com pinhas acesas ou com mãos de caruma de pinheiro a arder»* — acrescentava padre Manuel Caetano da Silva.

O progresso chegava. As escolas ensinavam as primeiras letras da vida e as casas arrumavam os velhos gasómetros e as obsoletas candeias de petróleo, porque arrelias já tinham somado quanto bastasse quando ao atravessar do alpendre para ir pelo vinho à adega, ou quando se chegava ao gado o braçado da palha ou da erva, a candeia se apagava. Por vezes, só se espevitava com uma praga gorda ou, com o inofensivo rais-te-parta, quando não ia desfazer-se de encontro à parede mais próxima.

No mesmo ano de 1934 foi também inaugurada a Escola de Águas Boas, cuja construção representou um grande sacrifício para o povo. Mas graças à doação do terreno feita por José Martins Duarte, para o que teve de fazer escritura, com a colaboração do tenente Armando Esteves, que também cedeu alguns metros, e de José Martins Ribeiro, chefe de repartição do Ministério do Interior, a obra foi por diante.

O local onde foi implantada era um dos muitos areeiros que então abundavam na área. Todavia, os adobes vieram em carros de bois do areeiro de Malhapão. Era uma

construção sólida, preparada para receber, caso fosse necessário, outro piso para nova sala.

A mobília foi comprada no Porto e chegou a 2 de Julho, *«coisa boa e até com o seu quê de luxo»* — dizia o padre Manuel Caetano da Silva. Do Porto veio também o material didáctico: mapas, esfera terrestre, contador mecânico, pesos e medidas, tudo custando 1600$00.

Também o povo deste lugar tinha brios de sobra. A 9 de Abril de 1934 ,veio publicada a sua criação e a 14 de Maio do mesmo ano já ficou concluída (o que supõe que as obras já haviam começado antes), e foi vistoriada pelo major Afonso Lucas, engenheiro dos Monumentos e Obras Nacionais, o mesmo acontecendo, nessa data, à da Silveira.

Em 8 de Novembro deu-se a inauguração. A professora, Maria Anunciação de Oliveira Freitas, que tinha leccionado em Macinhata com bastante agrado da população, que lhe promoveu uma festa de despedida, foi a primeira a ensinar *o abc* na nova escola. Uma multidão foi esperá-la ao apeadeiro. Depois de um breve repasto em casa de um dos membros da comissão administrativa, José Martins Duarte, (os outros eram Manuel Caiado, Francisco Caetano da Silva, Manuel Martins Ribeiro, Manuel Simões da Silva e padre Manuel Caetano da Silva), a comitiva seguiu para a escola, *«por entre estrelejar de foguetes e o ribombar de morteiros, anunciando ao lugar que, finalmente, Águas Boas ia ter o que nunca tivera — nova escola. Em muitos rostos viam-se lágrimas de emoção e alegria e todos se davam os parabéns por tão fausto acontecimento»*, dizia o padre Manuel Caetano da Silva, que, em nome da comissão, dava à professora as boas vindas, dizendo que o professor *«deve não só ensinar, mas educar e formar o carácter de seus alunos, dentro da moral sã»*. Com a entrega da chave à professora abria-se a porta de um futuro melhor e mais luminoso. E como não houvesse tempo a perder nesse mesmo dia começou a matrícula. Inscreveram-se algumas dezenas das 101 crianças em idade escolar. Estavam recenseadas no lugar 54 crianças do sexo masculino e 47 do sexo feminino.

biblRIA

Efectivamente, em 1934, o parque escolar da freguesia aumentava a olhos vistos, pelo que a Junta, em 23 de Setembro do mesmo ano, respondeu a um inquérito da administração do concelho nestes termos:

«Há uma escola nova no lugar de Águas Boas construída a expensas do povo daquele lugar, uma outra escola nova no lugar da Silveira a expensas do proprietário José Pires da Silva, que ambas se destinam a serem entregues ao Estado, depois de aprovadas pelo Delegado do Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, há outra escola nova composta de três salões, onde funcionam três professores oficiais, estes três salões foram construídos dentro de mil e seiscentos metros quadrados de terreno cercado de muro, para o qual o Estado concorreu com a comparticipação de trinta e sete mil e quinhentos escudos (37 500$00), cabendo à Junta de Freguesia muito maior quantia para o seu acabamento». Mas a comunicação enviada não deixava de referir estes pormenores curiosos: *«Falta, porém, completar tão vasto edifício com as necessárias retretes e dotá-la com abundância de água potável para a limpeza das retretes e bem assim para a irregação do terreno que se presta para jardinagem e*

arvoredo... para conforto das crianças e para o povo que também se revê e admira semelhante melhoramento».

O documento citava ainda a escola nova do Silveiro *«que consta ser construída a expensas daquele povo, mas que foi oferecida ao Estado pelo cidadão proprietário, Alfredo José Feiteira, do mesmo lugar do Silveiro».*

A Junta acrescentava que a Escola de Malhapão *«está a funcionar em péssimo edifício»* e que em Perrães havia com relativo conforto, também em casa arrendada, duas escolas.

Entretanto, a escola mais vistosa seria construída e inaugurada em Perrães no ano de 1949. Com salas de aula no rés-do-chão e no primeiro andar, substituía a que também funcionou desde 1921 no sobrado da casa que é hoje habitação de Manuel Pires Arieiro, onde leccionou Luís Maria de Almeida Santos, de Óis da Ribeira, cunhado do escritor António de Cértima. O antigo edifício da escola situava-se no arraial, por detrás da capela e junto à chamada casa da novena.

Foi nessa velha escola que aprendeu as primeiras letras António de Cértima, de seu nome de baptismo António Augusto Cruzeiro Natal, que nasceu na Gesta numa casa a sul da capela. A sua vida é de certo modo misteriosa, mas António de Cértima é um valor da literatura nacional. Publicou dezenas de livros em prosa e versos e nos seus moços anos fez parte da chamada Plêiade Bairradina, onde militou esse padre fogoso e generoso que foi Acúrsio Correia da Silva. Cértima seguiu a carreira diplomática tendo sido cônsul em Espanha e no Senegal.

Nasceu às 2 horas da manhã do dia 27 de Julho de 1894 e foi baptizado a 5 do mês seguinte na igreja matriz de Oiã pelo padre Abel Gomes da Conceição Silva, sendo seus padrinhos: António Ferreira Cruz (que não sabia escrever) e Beatriz do Carmo Pereira Gomes. Eram seus pais António Francisco Cruzeiro e Tereza Pereira Gomes, negociantes. Era neto, pelo lado paterno, de João Francisco Cruzeiro e Maria Duarte e, pelo lado materno, de João Pinto Pacheco e Rosa Pereira Gomes.

O escritor, poeta e diplomata, casou em Fátima em 8 de Agosto de 1948 com Maria Arminda Castro Alves Lacerda, natural do concelho de Tondela e veio a falecer na freguesia de Guardão, do mesmo concelho, em 20 de Outubro de 1983.

Embora a freguesia não visse cedo a implantação do ensino primário foi a nível do distrito pioneira no campo do ensino liceal privado. Com efeito, em 1928, o professor Anacleto Pires Fernandes, que estudara no Seminário de Coimbra, mas abandonou os estudos e ingressou na Escola Normal de Aveiro, conseguiu, por alvará, instalar um colégio, ao Facho. Era o Colégio de Oiã, onde chegavam revoadas de estudantes das mais diversas partes, do Luso à Macida, das Talhadas, passando por terras do concelho de Oliveira do Bairro e Anadia. Em 1935, segundo anúncio publicado, continuava *«a proficuidade do seu ensino, com bons êxitos nos exames liceais»* [45]. Era a sua grande recomendação e a publicidade fazia alarde de que *«os preços são muito favoráveis, pelo que a Educação neste Colégio se torna muito mais barata do que na cidade»*, conforme «Soberania do Povo» de 9/8/1935. Tinha educação religiosa dirigida por um sacerdote e uma professora que habilitava os alunos até ao 1º ano do Conservatório de Música. No restante, habilitava-os até ao 5º ano. Chegou a ser Internato.

BIBRIA

O Colégio de Oiã tornou-se num polo de ensino e cultura na região mas, cedendo à tentação, vendeu o alvará a um grupo de Oliveira do Bairro. Depois disso, funcionou por pouco tempo. Professor Anacleto Pires Fernandes, casado com Maria do Carmo Vieira, nasceu no lugar do Rego em 7 de Setembro de 1894. Faleceu em 4 de Janeiro de 1976.

Decorridas algumas décadas, por despacho nº 67/ME/87, do D.R.Série nº 13, de 16.1.88 foi criada a Escola C+S de Oiã que surgiu na sequência do encerramento dos postos de Telescola, que funcionavam em Oiã e Perrães. O encerramento dos postos motivou alguns acesos protestos, incluindo uma manifestação junto dos Paços do Concelho (1986) e ainda a deslocação de uma representação de pessoas da freguesia a Lisboa, onde foi recebida pelo então secretário de Estado da Administração Escolar, Manuel Simões Alberto, natural de Nariz. Ficou então aberta a porta da esperança.

Esta Escola veio, de alguma forma, recompensar a freguesia no campo do ensino e fazer justiça às velhas aspirações de toda a sua população laboriosa. Abriu as portas a 180 alunos no ano lectivo de 1989/90.

A FESTA DO GALO

Este costume, típico da freguesia, e extensivo a algumas outras terras da Bairrada cai lentamente em desuso, mas fez sonhar a pequenada por alturas do Domingo Gordo.

bibRIA

Em grande e contente alarido, cada aluno sobraçava a sua oferta para o professor, soberba ou mais mediana, conforme as posses e os brios, que nestas alturas retesavam a corda. Era o que ia mais ao jeito da família: era o melhor galo da capoeira que, como soldado pronto e garboso do seu destino de mandarinete de poleiro, atazanava, de barbilhão rubro, as galinhas; era a galinha de pena mais lisa e vistosa, que isso contava também para a admiração do professor e companheiros; era o quilo de açúcar, o quilo do arroz, (a dobrar ou não) e até a garrafa de vinho do Porto.

Depois, acomodava-se tudo dentro de um carro, pequeno, perfeita cópia de carro de bois, enfeitado com ramos de mimosas ou frágeis canas da índia e outros elementos decorativos arrancados à natureza, mas nada descurando, para que tudo chegasse a casa do professor em devida ordem. Isto nos anos trinta e quarenta, porque, muitos anos antes, quando o costume foi lançado em Oiã pelo professor José de Sousa Oliveira (que mandou fazer um carroço apropriado), os alunos iam pelas portas com o fito de recolher o que os pais tinham na mente dar — galos, galinhas, garnisés, coelhos, chinos e muitos quilos de açúcar. Quando porém surgia um galo, a festa tinha momento alto com a leitura do testamento, que em Malhapão tinha lugar apenas quando da brincadeira da cântara que era tranformada em apertado ninho.

Curioso será citar aqui um pedaço de prosa publicada na «Soberania do Povo», de 17/2/1939, pelo padre Manuel Caetano da Silva, sobre esta festa no lugar de Águas Boas. Dizia: *«No Domingo Gordo, dia 9 do mês de Fevereiro, a pequenada da escola de Águas Boas fez a sua costumada "festa do galo", recolhendo por casa de suas*

famílias, em linda gaiola enfeitada de flores, uns quarenta galos, galinhas e coelhos; grande porção de quilos de arroz e outros tantos de açúcar; bastantes pés de porco, alguns dos quais atingiam até à anca; uma garrafa de vinho fino; um saborosíssimo pão de ló; dois almudes de vinho, um branco e outro tinto, tudo no valor de 300$00 aproximadamente».

Este naco de texto aquilata da bondade e generosidade das pessoas da freguesia, ainda que possa ressaltar deste gesto concreto a alegria que lavrava no povo pela construção e inauguração recente da sua escola. E se ficarmos a saber que os cortejos de pastoras, então muito em voga em todos os lugares da freguesia, rendiam, uns pelos outros, cerca de 800$00 (caso de Perrães, nesse ano), vê-se que realmente a Festa do Galo era rendosa para o professor e bastante divertida para a pequenada.

Porém, muitas vezes a festa não se quedava por aqui. Do seu programa constava um número que fazia arregaçar o sorriso de todos e rebentar a gargalhada lavada; havia de surgir da festa sempre um herói, não já o galo em apoteose de cor, mas uma criança bafejada pelo palpite e consequentemente pela pontaria com o prémio pecuniário de uma moeda de 2$50.

Tudo simples como a infância. Era enfiado um galo em panela de barro preto (não necessariamente preto, poderia ser de cor vermelha, até uma cântara de ir pela sede à fonte). Um pouco metido à pressão, para que não escapasse facilmente. Cheia a panela ou a cântara com o bicho, era atada à asa da vasilha uma corda que era lançada depois por cima de um ramo de árvore. De um lado, a cântara e do outro a ponta da corda e o ramo servindo de eixo. Estava tudo preparado para a disputa, incluindo o miúdo de olhos vendados e armado de pau, enquanto outros dois se preparavam para governar a cântara que descia ou subia, procurando fugir à pontaria do miúdo colocado a uma certa distância e que, entusiasmado com a perspectiva de acertar, todo se desunhava, de pés bem assentes no chão ou aos pulos.

Começava-se pelo mais pequeno e quando o peito emproado da cântara era esborrachado, logo o galo esvoaçava, torto e aturdido da surpresa, irrompendo em fuga desordenada por entre a multidão que também era composta por gente graúda, normalmente os pais das crianças. Os concorrentes eram devidamente escalonados em altura até que a paulada acertava. E, enquanto uns vitoriavam o autor da façanha, outros já corriam, de braços à direita e à esquerda, para ver quem filava a asa ou mesmo o pescoço do galo. Era uma luta desigual, mas o galo, de crista ataviada de brio, emprestava à cena o melhor da sua destreza até que, sucumbindo ao esforço das correrias e ao cerco cada vez mais apertado, se entregava no meio de uma enorme e heróica algazarra.

Alguns destes galos participantes da festa tinham uma sorte pior, acabavam dentro de uma caçarola com arroz depois saboreado por todos — isto há muitos anos — enquanto outros ganhavam a liberdade condicionada no galinheiro do professor que nesse dia, satisfeito, arrumava despensa para um bom período do ano. Para os miúdos divertido era levar a casa do professor, em carro pequeno, folclórica gaiola enfeitada de mimosas, toda a bicharada que, por vezes baptizavam com nomes reinadios.

biblRIA

Em contrapartida, os professores retribuíam, distribuindo pelos seus alunos figos secos, tremoços, pão e vinho. Todos em conjunto emprestavam à festa a alegria e a voz em cantigas e dizeres, por entre fitinhas coloridas que arrancavam de uma parede à outra e se entrelaçavam com flores de papel e cordões que ondulavam por debaixo do tecto da escola.

De grande interesse era o testamento do galo que, normalmente, um dos alunos recitava. Desdobrava-se em quadras alusivas, conforme a inspiração e as achegas de um ou de outro, que avançavam pequenas alterações. Porém, não mudava o sentido nem a intenção. Este ritual, tão do agrado de todos, gente crescida e miudagem, precedia sempre o partir da cântara e tinha grande tradição no lugar de Malhapão. Conseguimos recolher, depois de porfiadas buscas, algumas quadras que naturalmente terão tido o retoque ou o acrescento de Joaquim Simões Loureiro, do lugar do Silveiro, que, diga-se de passagem, deixou um curioso diário doméstico, onde surgem alguns apontamentos de interesse. Aqui ficam na sua singeleza digna.

Já que estou em meu juízo,
vou fazer meu testamento,
mas só quero fazer um,
não quero fazer um cento.

Eu vou deixar o que tenho,
mas é muito poucochinho,
mas aquilo que vou fazer
já o considerei sozinho.

Agora, vou começar
e quero muita atenção:
para que, no resto, não haja,
nenhuma altercação.

Galinhas, minhas amigas,
eu nada vos vou deixar,
pois daqui a pouco tempo,
estareis no meu lugar.

Quando ouvirdes galinheiras,
perguntando se há frango,
ficai logo inquietadas,
tendes o mesmo fandango.

Se ouvirdes deitar foguetes
que não sejam a sardinha,
ficai logo a pensar:
ai, ai, ai, que vida a minha!

bibRIA

Mas vós não vos assusteis,
isto tem que ser assim:
antes de ser para vós,
é, primeiro, para mim.

Eu vou deixar o meu sangue,
a melhor coisa que tenho,
aos alunos da escola
para pintar seu desenho.

Eu vou deixar o meu bico
ao meu colega pedrês,
para quando tiver bulha,
vencer mais uma vez.

Vou deixar minha cabeça,
com seus miolos e crista
prás mulheres mais velhinhas
apurararem a vista.

E de muito boa vontade,
vou deixar o meu pescoço
às moças deste lugar
para lhes servir de almoço.

Às senhoras professoras,
vou deixar-lhes minhas asas,
com umas pedras de sal,
bem assadinhas nas brasas.

Ao senhor professor,
vou deixar-lhe o coração
pra ser amigo dos alunos
e na palmatória ter mão.

Eu vou deixar o meu peito,
pois ele é o mais februdo,
pró homem deste lugar
que for mais cachaçudo.

À donzela mais perfeita,
— mas isto é só pra ela —
de muito boa vontade,
deixo-lhe a minha moela.

biblRIA

E também deixo os meus fígados
ao aluno que mais aprenda
para que, hoje ou amanhã,
os coma à sua merenda.

Vou deixar as minhas ancas
aos homens deste lugar
pra que, no dia de Entrudo,
as comam ao jantar.

Vou deixar as minhas penas
tão lindas, todas douradas,
prós rapazes desta terra
mais prás suas namoradas.

Vou deixar meus intestinos
e a sola dos sapatos:
ficam com estes destinos,
são para os cães e os gatos.

Vou deixar as minhas unhas,
de nada servem para mim.
Ficam todas prás alunas
pra tocarem bandolim.

E a vocês, bons alunos,
porque sou vosso amiguinho,
deixo-vos ali na escola
pão trigo, tremoços e vinho.

Figos, não sei se haverá,
mas há-de ser o que for:
as figueiras do Algarve,
este ano, não deram flor.

bibRIA

MORREU A MENINA, MORREU A TUNA

bibRIA

AS gentes da freguesia, ontem mais do que hoje, foram amantes dos sons musicais e, de pé alceiro, viviam na perspectiva de farras que as tunas e outros agrupamentos, ou simplesmente a concertina, lhes proporcionavam.

Como os meios de transporte eram escassos (ainda os meninos brincavam às motas de pau), as festas permitiam-lhes sair da soleira da porta e ter comida melhorada, fato novo de quando em vez, esquecer as agruras da vida rural — ser gente.

Os largos eram os grandes centros de diversão e passatempo da mocidade e dos menos idosos, como o eram os clubes que havia em Perrães e Oiã. Não admira que, quando surgiu a primeira Tuna em Malhapão, logo fosse erguido um coreto no largo de Santo Amaro, de modo a haver, de quinze em quinze dias, bailarico.

Em 1900 existia a Tuna Oyanens. É a mais antiga de que há documentação e foi seu responsável o maestro José de Oliveira. Abrilhantou naquele ano os festejos da chegada do padre Abel da Conceição de uma peregrinação a Roma. Mais notícias não há sobre a sua vida, mas sabe-se que em 1909 surgiu um sexteto.

Nesses tempos de atribulado viver e muita penumbra, as festividades, mesmo as de carácter religioso, eram uma válvula de escape, uma fuga ao quotidiano. Abundavam, talvez por isso mesmo, por toda a freguesia. No Semanário «Ecos do

1

bibRIA

2

1 - Tuna de Oiã. primeira fila, da esquerda para a direita — António Pinto de Miranda, Abel dos Santos Maia, Manuel Caldeira Albuquerque, Armando Maia Albuquerque, Joaquim Dias, José Maia Albuquerque e Artur Esteves da Silva. Segunda fila e na mesma ordem: Laurentino Martins de Oliveira, Antero Lopes Pepino, Manuel Ferreira Fresco e Antero Rodrigues Branco; 2 - Quarteto formado, da esquerda para a direita, por Antero Maria de Albuquerque, Manuel Caetano Tomé Ferreira, Artur Martins de Albuquerque e Tobias Tomé Ferreira.

Vouga» em 1910 são mencionadas pelo menos quinze.

Em 1905 realizou-se, pela primeira vez, na sede da freguesia, a festa de S. Geraldo, taumaturgo por quem sentem uma grande devoção todos os que sofrem do mal dos cravos (ou verrugas)e a quem prometem, caso lhes desapareçam das mãos, cara ou outra parte do corpo, no dia da sua festa, bonitos ramos de cravos brancos. Do programa dos festejos constaram então: corridas de bicicletas entre Oiã e Silveiro, com muitos prémios *«oferecidos pelas damas e tricanas da freguesia, que trabalhavam neles com assiduidade»*. Também houve iluminações e música, actuando a Tuna 1.º de Dezembro, da Costa do Valado. (56)

Em 1930, Perrães fazia a festa de Santo Estêvão; em 1931, Águas Boas tinha os festejos em honra de S. Silvestre e, em Oiã,tinham lugar os do glorioso S. Sebastião. Mas a «Soberania do Povo», a 3 de Novembro de 1928, também dava notícia dos festejos em honra do Senhor Aparecido, no lugar da Gesta.

As outras, à margem da igreja, surgiam por todo o lado espontâneamente. Junto de qualquer fonte ou largo ou até de uma capelinha de almas. Para não falar de quando alguém mais dado às musas e aos olhos das raparigas se ia postar junto às bicas das fontes ao cair da tarde, puxando pela concertina e pelo sangue em fogo, dando ensejo a um pequeno pé de dança que as mães iam desfazer, não raro com um berro de severas recriminações.

Bastava uma concertina. Pela época dos santos populares — S. João, S. Pedro e Santo António —, a juventude dava lugar à alegria, o que acontecia ainda na década de trinta, quando o garotio, por seu turno, armava pequenas capelas com verduras e mendigava à gente graúda uns tostões que tilintavam no prato posto à entrada. Comentando o caso, o padre Manuel Caetano da Silva, que aos 28 anos cegara por olhar para um eclipse do sol, sem qualquer protecção e fora um razoável orador sacro, escreveu que *«foram para aí armados pavilhões em diversos lugares da freguesia, onde se dançou e esturdiou até de madrugada»*. Pelo S. Pedro, eram *«bailaricos, tocatas e estúrdia de se lhe tirar o chapéu»*. Primavam nestas andanças os lugares de Silveira, Carris, Perrães e Malhapão.

Também as ladainhas em Maio e as procissões grandiosas, como a efectuada no dia 4 de Dezembro de 1904, quando na capela da Gesta era benzida a imagem de Nossa Senhora de Lurdes, chamavam multidões. O largo estava repleto com milhares de devotos. O andor era de *«brocado fino»* e a Senhora ia encimada por uma *«riquíssima coroa de prata»*. Ao chegar a procissão a Oiã, confundiram-se os cânticos e o girandolar de foguetes. Na igreja, actuou a Filarmónica de Fermentelos e executou, a grande instrumental, pela primeira vez, a Missa de D. Lorenzi Perosi. (54)

No ano de 1905 é assinalada a existência de um grupo de Zés Pereiras no lugar de Malhapão. Actuou mesmo num concurso, em dia de S. Pedro, em Águeda, alcançando um segundo lugar, a seguir ao de Arrancada do Vouga, e precedendo os grupos de Ílhavo e Costa do Valado.

Será de realçar a paixão que as gentes sentiam pelos entremeses. Em alguns lugares como o de Malhapão, eram *«obrigatórios»* no programa das festas em honra de Santo Amaro. Neste local, como em muitos outros, a população adorava sobretudo ouvir

biblRIA

cantar ao desafio, sendo os mais famosos cantores, que por ali passaram, Joaquim Cruz, das Quintãs, Marques Sardinha e Maria Barbuda, da Murtosa, «*estrelas*»que deixaram rasto de auréola. Todavia, podem sem deslustre apontar-se dois filhos da terra que também afirmaram os seus créditos nos descantes. Foram António de Oliveira e Carolina da Pedra, casal que, nos anos vinte, no fim ou durante as desfolhadas ou em arraiais, eram muito acarinhados e solicitados. E também Maria Letra tocava, sem pedir favores, muito bem o seu harmónio.

O povo manifestava especial agrado pelos entremeses, já o dissemos. Comédias, duetos, tercetos e cançonetas eram o prato forte, mas também não faltava o drama para colar uma lágrima furtiva ao canto do olho. Por vezes, os papéis representados atingiam as raias do desaforo e da indecência, segundo o clero, pelo que foram proibidos ou levados a cabo em locais um pouco afastados dos arraiais, pelo que os entremeses, não raras vezes, provocavam desacatos e desobediências.

Ligadas às festas do padroeiro de cada lugar, havia (e ainda há, embora sem o brilhantismo e genuinidade de outrora) os cortejos de pastorinhas, quando não os cortejos de Reis em Perrães e Águas Boas, mas o lugar que disfrutava de mais fama era o da Gesta.

TUNAS

É-nos impossível estabelecer quando terminou a Tuna Oyanense, mas sabe-se que as tunas proliferaram na década de trinta por toda a freguesia. Só Águas Boas e Silveiro não possuíram nenhuma.

biblRIA

Todavia, bem perto e da qual fizeram parte alguns músicos de Águas Boas existiu a Tuna dos Carris. Poucos anos teve de vida. Os elementos que a integravam foram Artur Martins Albuquerque e Antero Maria Albuquerque; Abel Martins de Oliveira, João dos Santos Vitória e Izequiel dos Santos Vitória; Estêvão Martins de Oliveira e Rosendo Martins de Oliveira.

O conjunto chegou a abrilhantar alguns bailes, poucos, por abandono do regente, Manuel de Oliveira Bernardino. Este foi afrouxando de brios relativamente à obra iniciada (em 1926), porque amores clandestinos lhe consumiam o tempo e a fantasia.

A segunda Tuna de Oiã nasceu da necessidade da ocupação de tempos livres. O garotio que deixava a escola juntava-se à volta do cruzeiro para saltar e fazer as naturais travessuras. Não havia meios de diversão, não abundavam meios de transporte. A bicicleta era ainda coisa rara, chegando a ser notícia de grande impacto nos jornais da época qualquer acidente mais grave ocasionado pelo veículo de duas rodas. Os rapazinhos começaram por ler os livros uns dos outros, mas, lidos e esgotados, voltavam à primeira forma: não tinham que fazer. Brincadeiras, não, parecia mal, já estavam espigadotes e com os buços a despontar. Foi então que alguns pensaram em fundar uma tuna. Foi contactado António Pinto de Miranda, um grande apaixonado pela música. Ficou de olho radiante. Abriu-se assim a primeira página, por iniciativa de Manuel Caldeira Albuquerque, Abel dos Santos Maia e Antero Rodrigues Branco. A sessão de

estreia fez-se na eira de Abel dos Santos Maia. Porém, o entusiasmo afrouxou, até que em 1928 sofreu um novo impulso. A apresentação seria feita em 29 de Junho do ano seguinte, num coreto improvisado, feito de troncos de pinheiros e tábuas, com os costumados adornos de verduras, incluindo folhas de nespereira.

Quando iam para longe actuar, faziam-se transportar de bicicleta, de instrumentos às costas, os mais leves, porque os mais volumosos eram transportados à cabeça de mulher apalavrada para o efeito.

A Tuna de Oiã chegou a competir com Bandas, entre 1923 e 1934. Chegou a estar presente num certame no Troviscal onde, por razões alheias à verdade dos factos, depois de grandes ovações pela sua exibição, se viu relegada para segunda posição. Venceram o certame *Os Libórios*. A Tuna de Oiã acabou, não por falta de engenho e arte, que era notória nas muitas e variadas partes para onde era chamada a exibir-se, mas por motivos de ordem familiar: os campos, a mulher e a enxada. Além de que o dinheiro ganho pelos seus elementos era uma insignificância. Fizeram parte da Tuna de Oiã: Abel dos Santos Maia (flauta); Armando Maia de Albuquerque (2.º violino); José Maia de Albuquerque (1.º bandolim); Laurentino Martins de Oliveira (banjo); Manuel Ferreira Fresco (violão); Manuel Caldeira Albuquerque (1.º violino); Antero Pires de Miranda (violão); Artur Esteves Silva (1.º bandolim); Antero Rodrigues Branco (violão); Joaquim Lourenço Dias (violino) e Abel Costa. Sucedeu-lhe o grupo musical *Os Vencedores*.

Entretanto surgia um grupo de «jazz», baptizado de *Os Teimosos*, por iniciativa de dois jovens estudantes do Colégio de Oiã, António de Oliveira Pato e seu irmão. Era formado por 7 elementos, 4 de Oiã e os restantes da vizinha freguesia de Fermentelos (e não eram sempre os mesmos...). Alguns dos seus componentes: Abel Martins do Vale (flauta); José Lourenço Dias (violino); António Lourenço Dias (violão); Avelino Roque Maia (trompete); de Fermentelos: Cláudio Evangelho, José Inolque e Serafim (clarinete).

O grupo cedo começou a dar nas vistas e a cair no gosto das pessoas. Eram requisitados para Aradas, Aveiro, Anadia, Águeda, Costa do Valado e muitas outras terras. Como curiosidade, será de referir que as partituras vinham da Pampilhosa e eram feitas pelo mestre da Tuna de Aguim, que preparava também a parte instrumental. Porém, os retoques finais ficavam a cargo de José Lourenço Dias, que era considerado o regente. Faziam parte do seu repertório, o *Cochicho, Ó Rosa arredonda a saia* e *Sebastião come tudo*. Actuavam em arraiais e bailaricos (muitas vezes, encontravam-se, sobretudo em Oiã em bailes, *Os Teimosos* e *Os Vencedores* numa rivalidade sã), mas havia um dia em cada mês que era dedicado aos sócios, que contribuíam com uma quota de dez tostões, com um baile no salão de Oiã.

O grupo cobrava por cada actuação 70$00 e não teve vida fácil. Deste valor ainda saía dinheiro para pagar à mulher que transportava os instrumentos mais pesados. Passados oito anos, veio o fim.

No lugar de Malhapão, em 1926, foi fundada a chamada Tuna de Malhapão, cuja regência estava a cargo de Manuel Francisco dos Reis Novo (que também era executante, violino). Porém, depois de boas actuações, finou-se, decorridos nove anos,

biblRIA

em consequência de um acidente com uma filha de tenra idade, que tombara numa celha de água quente e faleceu. Com a morte da menina, o mestre entrou em mágoa profunda e a tuna morreu. Dela fizeram parte Fernando Francisco dos Reis (flauta); Antero Francisco dos Reis (banjo-bandolim); Rodrigo Simões da Fonte (violão); Carlos Almeida Canteiro, da Palhaça (violão); Emitério Fernandes, da Palhaça (violino); António Sernanteiro, de Caneira, Vila Verde (clarinete); Manuel Calado, do Camarnal (fiscorne) e Abílio António Sapateiro, da Silveira (violão).

Das suas cinzas, ainda fumegantes, nasceu em 1930 outro agrupamento por iniciativa dos irmãos Manuel e Tobias Caetano. Averbando fama e sucessos, a Tuna dos Caetanos começou a ser conhecida, algum tempo depois, simplesmente por Tuna de Malhapão. Foi seu regente Manuel Caetano Ferreira, que era um violinista de inegável mérito. Por sua vez, o seu irmão Tobias era o que se poderá dizer o homem dos sete instrumentos. Tanto atacava o violão, como o violoncelo, tanto dedilhava a guitarra como puxava (e bem) pelo saxofone. Quando se encontrava com a Tuna de Óis da Ribeira, a disputa do maior aplauso era renhida e saudável, coisa importante de se assistir. Ambos chegaram a tocar, pelo menos dois anos, na anterior Tuna. Os outros elementos eram: Manuel Augusto Simões, da Pedreira (violino); António Simões Lopes (banjo-bandolim); Manuel Martins (violão); Abel Rato, da Silveira (violino); Manuel Grilo, da Silveira (violão); Mário Grilo, idem, (violino), e Flantino Coutinho (bandolim). Outros ainda engrossaram o grupo, mas na década de setenta, por doença do regente, começou a tuna a estar menos activa, até que, passado pouco tempo, era fogo morto. Dela saltou entretanto uma pequena chama para as bandas da Silveira, onde nasciam *Os Incomparáveis*.

Manuel Caetano Tomé Ferreira, desde muito novo, que tinha a paixão da música. Aos onze anos fazia bailaricos, tocando bandolim. Com mais dois anos empunhava já o violão do pai. Em 1927, por divergências com o regente da anterior Tuna de Malhapão, onde tocou durante algum tempo, com seu irmão, abandonou-a e fundou um quarteto, tocando ele violino. Os outros elementos eram Artur Martins de Albuquerque, seu irmão Antero e ainda Tobias Ferreira (bandolim).

No ano de 1930 fundou a Tuna de Malhapão cuja estreia se efectuou em 25 de Dezembro. Viveu para a música, que também compunha, formando músicos em Boialvo, tocando nos *Poveiros*, da Silveira, onde estiveram Daniel Grilo, Abílio Branco e Álvaro Ribeiro, oito anos nos *Malhadeiros*, formando a Tuna de Eirol, e viveu *«dias de verdadeiro triunfo»*, como escreveu no seu diário ou memórias, actuando em Lisboa, Coimbra e Aveiro, com tanto esmero e arte que o maestro José de Oliveira, um dia, no Teatro Aveirense, o agarrou ao colo.

Perrães teve também uma tuna, de grande nomeada, fundada pelo professor Manuel Martins Duarte em 1924. Prof. Martins, abandonando a carreira eclesiástica, dedicou-se ao ensino e leccionou muitos anos na escola primária de Oiã, com redobrado zelo e inquebrantável disciplina. Serviu o Exército, no posto de capitão e foi herói da Primeira Grande Guerra, tendo sido feito prisioneiro durante dois anos. Nasceu a 4 de Setembro de 1893, sendo contemporâneo de outro vulto das letras portuguesas, António de Cértima. Faleceu no ano de 1954. Fizeram parte da tuna, que sempre conquistava a

biblRIA

simpatia do público, arrancando grandes aplausos, Abel Luís Pires (saxofone); António Ferreira Oliveira (flauta e rabecão); António Lopes Moita, da Gesta (violino); João Lopes Moita, da Gesta (saxofone); José Beltrão Coelho (violino); Manuel Pires Arieiro (bandolim); José Marques Loureiro (violino); Fausto Lourenço Gomes (violão); Manuel Francisco Marques, da Gesta (violino); João Ferreira Oliveira (bandolim); Joaquim Ladeira, do Silveiro (flauta); Manuel Moita (pandeireta), e José Maria (bandolim).

Do lugar do Silveiro fizeram parte desta mesma tuna João Ferreira de Oliveira e Jaime Lopes Moreira (bandolim); Manuel Filipe Raposo (violino); Manuel Ferreira da Cruz, Joaquim Francisco Silvano, António Simões Loureiro e José Braguês, também (violão).

A Tuna de Perrães, cujos executantes eram dos lugares de Perrães, Gesta e Silveiro, chegou a ser composta por 27 elementos.Desfeita, logo outra se formou no lugar da Gesta. Todavia, dois anos mais tarde, transformava-se em *«jazz»* com o nome de *Os Leões,* que iniciaram a actividade como tal na festa de Santo António (a 8 de Agosto de 1935) ao despique com duas Bandas de Música. Era seu regente João Lopes Moita, que tanto tocava o saxofone como brilhava no clarinete. Fizeram parte do mesmo António Lopes Moita, Manuel Francisco Marques e Manuel Filipe Raposo, violinos; Manuel Rodrigues da Silva, jazz-bandista; Manuel Ferreira da Cruz, violão, entre outros.

bibRIA

A década de trinta foi sem dúvida o período áureo da cultura popular na música. As dificuldades eram comuns: a deslocação em bicicleta, as mulheres com os instrumentos mais pesados à cabeça a caminho das romarias, os pequenos salários, os bailaricos junto das fontes e nos largos, nos arraiais e bons salões. Depois, veio o amolecimento motivado pela responsabilidade familiar. A enxada que partia o corpo e aquilo não era vida, segundo muitos. E, lá se apagava mais uma tuna — todas as tunas.

CONTRADANÇAS

As moças e os rapazes que bailaram no dia da inauguração da estação de caminho de ferro de Oiã faziam parte de um rancho folclórico em esboço, cuja ideia foi apadrinhada pelo engº Agnelo Prazeres e não era mais do que a resultante das contradanças que pelo carnaval se formavam na freguesia para actuarem nos largos e nos adros no domingo gordo e domingo magro, com especial realce na terça feira de carnaval. Estes grupos tiveram a direcção de Manuel Pires da Silva (Carolino) que também fazia a letra.

As contradanças exibiam normalmente marcha de apresentação, corridinhos, viras e marcha de despedida.

Pelo bom trabalho poético, de cariz popular, deixamos as quadras que davam alma a um dos corridinhos:

Oiã tem gente de fé,
amiga e verdadeira.
Foi sempre e ainda é
sincera e hospitaleira.

É tão linda a nossa aldeia,
reina a paz e a alegria.
Dizemos à boca cheia,
viva a nossa freguesia.

Rapazes e raparigas,
gozai vossa mocidade.
Cantai as vossas cantigas
com vivas à liberdade.

Nossa terra é um jardim,
nossa terra é um primor.
Não há outra para mim,
é terra do meu amor.

Ó terra da liberdade,
que nos dá animação,
só não temos liberdade
de bater o pé no chão.

bibRIA

Ainda de outro corridinho, este dedicado à Bairrada, destacamos estes versos:

Como é belo o meu amor,
ó lindo cacho dourado,
que ao frio e ao calor
na videira é criado.

O cacho que dá o vinho,
palhete ou carrascão,
bebe-se mais um copinho,
caímos logo no chão.

Também o «vira da desfolhada» lançava ao vento versos como estes:

Quando ela aparece,
a bela espiga de cor,
um beijo nunca esquece,
seja ele a quem for.

Era dançado também pelo grupo um vira cuja letra era cantada ao desafio por um rapaz e uma rapariga. De duas em duas quadras e em jeito de estribilho metia voz o grupo: «casadinha, sim/ solteirinha, não./ Vira para mim/ e dá-me a tua mão». Alguns exemplos (parte final):

— Teu encanto e beleza
me fazem apaixonar.
Podes ter a certeza,
eu não te posso deixar.

— Cantigas leva-as o vento,
são penas que vão ao ar.
Como tu venha um cento,
que não me deves levar.

— Não te armes em esperta,
não há nenhuma que não queira.
Ponho-te o laço à esquerda,
cais-me logo na ratoeira.

— Estás muito enganado
com essa falsa ideia.
Vai-te embora, ó cão danado,
vai-te embora, ó cara feia.

biblRIA

As contradanças têm, no mínimo, a idade das tunas. É pelo menos nessa época de grande gosto pela música que elas aparecem com maior fulgor. Em 1935 surgiu uma na sede da freguesia, composta por 10 pares, bastante animada. Cada elemento cantava as excelências dos produtos que na terra eram cultivados e iam da couve repolhuda que viçava luzidia na horta ao arroz que se espraiava nas imensas praias do Pano ou ao derredor do rio Cértima. As raparigas, de cestinho à ilharga com batatas e rabinho de bacalhau dentro, eles, exibindo lustrosa cabaça de vinho ou uma pequena cabeça de nabo. Não faltaram arcos que abriam e fechavam o desfile do grupo que percorreu os lugares da freguesia e outras terras, nem tão pouco um soberbo corno de boi, com um metro de comprimento.

Uns eram a água-pé, outros o carrascão, uma, a fava, outra, a pêra e cada um cantava a quadra que se lhe adequava ao papel e havia saído da lavra do farmacêutico António Valadas ou do comerciante António Valério, que lhe dava um cheirinho de revista.

Tem fama universal,
todo o mundo já o conhece.
Basta eu beber um dedal,
logo um litro me apetece.

Contradança de Oiã (1957)

bibRIA

Mas que lindo rapazinho,
que simpático te acho.
Quem me dera ir contigo
À vinha talhar um cacho.

De verão desperta o calor,
água fresca é que o rebate
e uma saladinha fresquinha
de pepino com tomate.

Dizem que ser chinês
é gostar de arroz cozinhado.
O nosso é bem português,
é cá do nosso povoado.

Durante a existência da Tuna de Perrães, e mesmo depois, houve neste lugar várias contradanças, com especial realce para as primeiras. Também em Malhapão, Gesta e Águas Boas. De resto, a juventude deste último lugar voltou a viver dessa maneira folgazã a época carnavalesca na década de setenta. Hoje, resume-se ao lugar de Malhapão esse costume que o Silveiro cumpriu um ano por outro.

A CAPELA DA SENHORA DAS FEBRES

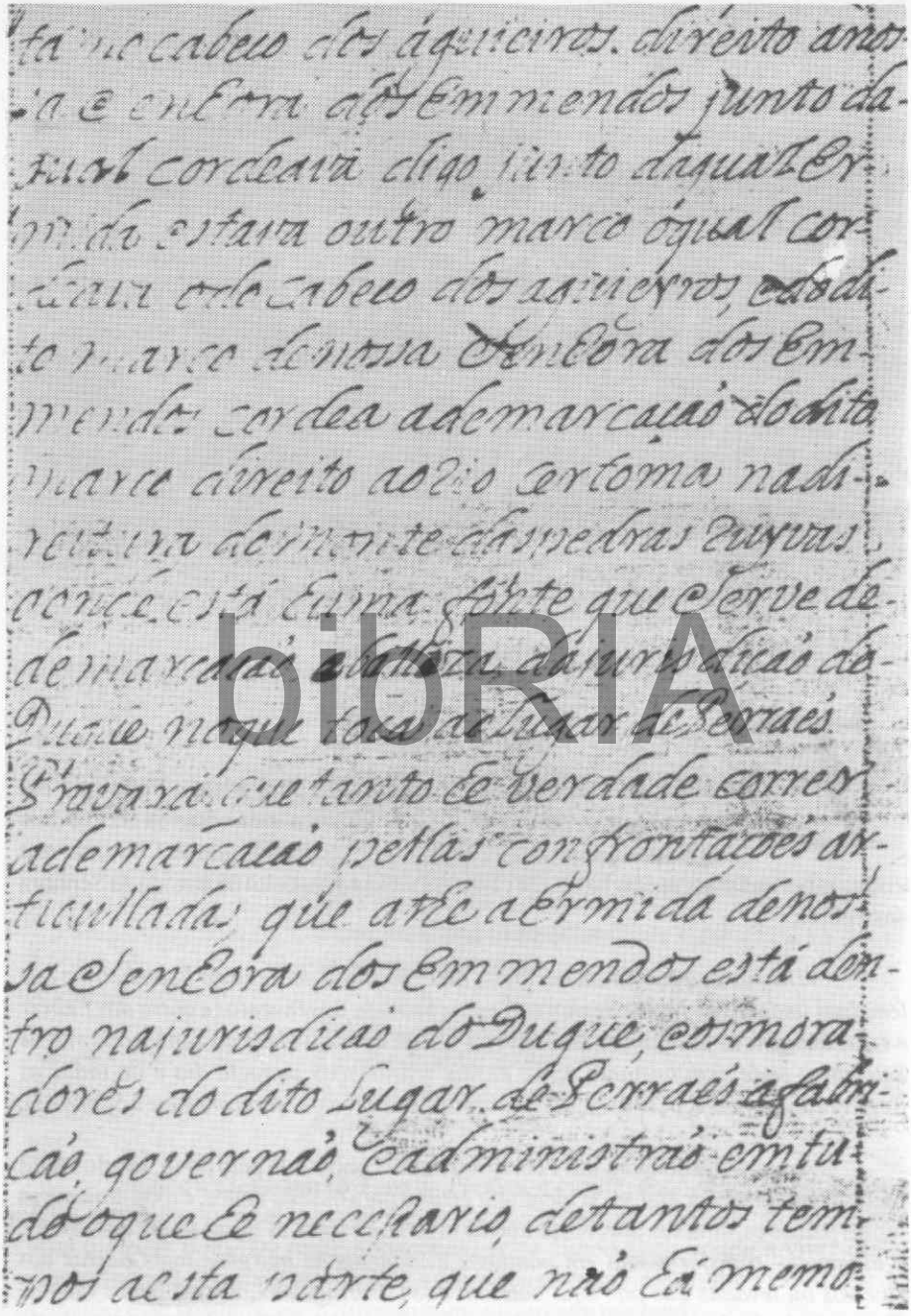
(Do culto e das guerras entre aldeias vizinhas)

bibRIA

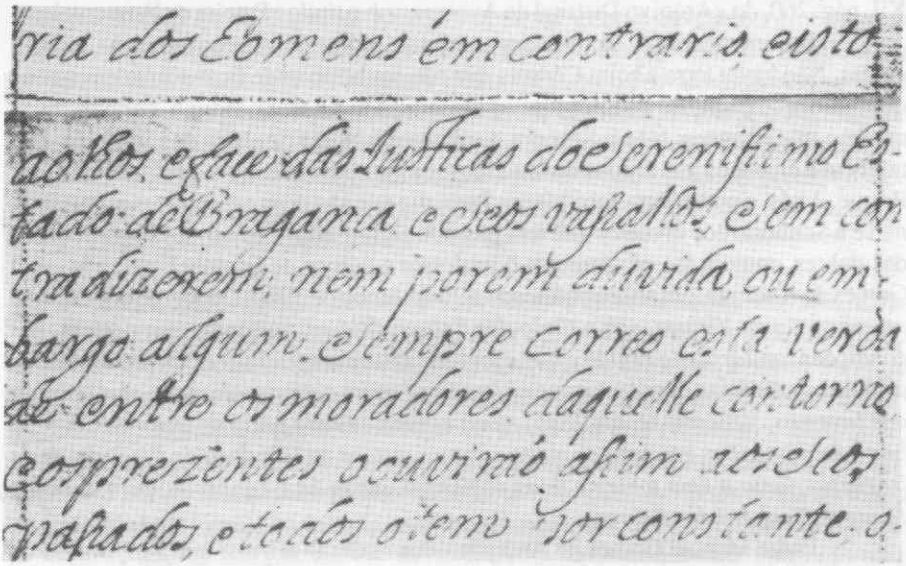
EM Maio de 1726, escrevia o padre-cura José Manso Preto que era nomeado pelo vigário de Espinhel e tinha uma côngrua de 200 reis em resposta a um inquérito, proveniente do bispado de Coimbra, que visava saber quantas capelas havia em cada freguesia a propósito da ermida da Senhora das Febres:

«Há outra, que está em um local, junto ao lugar do Rego do Espinheiro e que tem duas imagens de Nossa Senhora. É uma chamada dos Inventos e outra das Febres e estas imagens as festejam os seus devotos no dia da Natividade da Senhora, a oito de Setembro, onde vem bastante gente destas vizinhanças naquele dia e de todas as freguesias vizinhas e, pelo ano adiante, vêm alguns devotos oferecerem-se à Senhora».

A capela da Senhora das Febres era muito concorrida pelo povo, ido de várias partes para agradecer graças ou mendigar arrimo para os seus males, especialmente as febres palustres, uma vez que, em tempo de invernos a sério, as águas *«tudo inundavam e alagavam, transformando em pântanos e lodaçais as margens mais baixas dos ribeiros ou levadas que por aqui corriam e se espraiavam»*, afirma padre Manuel Gomes de Andrade, citado por J. S. de Sousa Baptista, em trabalho publicado no volume



biblioteca



ria dos Eomens em contrario, e isto
ao hos, e face das Justiças do Serenissimo Es-
tado de Bragança e seos vassallos, sem con
tradizerem, nem porem duvida, ou em-
bargo algum. Sempre correo esta verda
de entre os moradores daquelle contorno
e os prezentes o ouviraõ assim aos seos
passados, e todos o tem por constante. o-

Cópia da página 64 e verso do Tombo de Perrães, que fala da capela de Nossa Senhora dos Emendos.

bibRIA

1 - Imagem de Nossa Senhora das Febres.

2 — Imagem de N. Sª. dos Emendos.

XII, pág. 260, do «Arquivo Distrital de Aveiro», sob o título «Pateira de Fermentelos».

Era um rodopio de devotos que cumpriam promessas, faziam novenas, pediam graças. Não havia terra à beira Cértima que não soubesse onde ficava aquele pequeno santuário, que dispunha de um pequeno alpendre a anteceder o templo, onde havia no mínimo três imagens: Nossa Senhora das Febres e Nossa Senhora dos Inventos, que também é chamada, em alguns documentos compulsados, Senhora dos Emendos, e S. Roque. Aliás, o padre-cura José Manso Preto diz que são duas e diferentes e, portanto, não é a Senhora dos Inventos que terá passado algum dia a chamar-se Nossa Senhora das Febres, como o fez erradamente o professor e pároco de Espinhel, padre Manuel Gomes de Andrade, em artigo publicado a 20 de Junho de 1922. Depois de afirmar que *«a evocação da Virgem, sob o título das Febres, filia-se, portanto, com certeza, nas condições sanitárias da região e que a imagem era uma escultura em pedra sem valor artístico»*, não deixa de adiantar que *«a imagem é muito antiga e intitulava-se a Senhora dos Inventos. Venerou-se, até 1846, numa ermida situada perto do lugar do Rego, à beira do pântano e, em tempos muito remotos, esteve na Gândara da Piedade, desta freguesia, junto a uma fonte de água puríssima, ainda hoje conhecida pelo nome de Fonte da Senhora das Febres»*.

Padre Manuel Gomes de Andrade tinha razão ao afirmar que a invocação de Nossa Senhora das Febres estava intimamente relacionada com a existência do paludismo nas margens da Pateira, mal bastante endémico, ocasionando em várias épocas autênticas hecatombes, como a que ocorreu em Óis da Ribeira cerca do ano de 1872, mas já não a tinha tão boa em relação à troca do nome. A Senhora das Febres nada tem a ver com a invocação da Senhora dos Inventos, ou Invendos, como menciona o pároco de Espinhel, ou dos Emendos, como referem certos documentos por nós compulsados no Arquivo da Universidade de Coimbra.

bibRIA

Mas se a Senhora das Febres tem uma odisseia — se acima a localizamos junto do Rego do Espinheiro e hoje é venerada no lugar de Perrães, desde 1846, segundo o padre Manuel Gomes de Andrade, que ouvira ainda um dos únicos sobreviventes intervenientes no rapto da imagem, (ou melhor, das imagens), ou 1843, segundo António Joaquim Dias — também a Senhora dos Eventos teve a sua odisseia de carácter lendário.

Em resumo, a lenda é esta: a imagem apareceu na margem esquerda do paul, no meio de uma floresta de carvalhas, segundo uma tradição antiquíssima a que se refere frei Agostinho de Santa Maria no seu «Santuário Mariano» publicado em 1721. Depois o pároco de Espinhel levara-a para a sua igreja, de onde acabou por fugir para o mesmo local da floresta de carvalhas, onde entretanto em seu louvor, lhe foi erguida uma ermida. Mas o caso não ficava por aqui. As gentes, entendendo que o local era impróprio, *«a quiseram transportar para a Gândara da Piedade, na margem direita do paul, mas na mudança, de barco, este se afundava com a imagem, sinos e tudo. Espantoso para o povo é que a imagem viera à superfície mas os sinos não desapareceram na profundidade da vaza»*. [58] Segundo a mesma lenda, durante muitos anos, e precisamente no dia de S. João, os sinos se ouviam bimbalhar sobre as águas.

O padre Manuel Gomes de Andrade considera como inverdade a passagem da

imagem pela igreja de Espinhel *«porquanto se tal existiu, dela não resta vestígio algum»*, mas para ele já é seguro que a imagem esteve na Gândara da Piedade sob a invocação de Senhora das Febres, para o que invoca como provas o onomástico local, a tradição e ainda algumas ruínas visíveis em 1920. Em data que não se sabe, mas que foi muitíssimo antes de 1726, a imagem foi passada para capela nova construída no limite de Requeixo, junto do lugar do Rego. Possivelmente, isto terá ocorrido quando se verificou a formação da lagoa e, depois, consequentemente uma certa pantanização.

Diz o pároco de Espinhel:

«Os aluviões do Águeda e do Cértoma, amontoando-se na sua confluência, represaram a corrente deste último, começando-se a formar uma lagoa, como não podia deixar de ser, na próxima curva do rio, perto da igreja de Requeixo, a poente da Mata Real. Como desde Paradela até ali, numa extensão de 5 quilómetros, muito aproximadamente, o declive é quase imperceptível, a represa veio recuando e alastrando, cobrindo matagais e arvoredos (ainda hoje se chama a Mata e a Queimada — mata-queimada por certo a uma larga superfície de terreno que emerge do fundo da lagoa nos três meses de Verão) e o que não cobriu, encharcou (séc. XV e XVI). Foi então, creio firmemente que as margens do rio Cértima se começaram a tornar miasmáticas e doentias. O paludismo atacou a população e, esta crente e aflita, ergueu os olhos para o monte, evocando a Senhora dos Invendos contra as febres que a minavam. Senhora das Febres deve ela, pois, ter começado a chamar-se nessa altura.» [58]

bibRIA

Quanto a nós, o pároco de Oiã, que devia conhecer por seu ofício as imagens dos santos, e as contou como duas e de invocações diferentes, é que estava correcto quando deu a resposta ao bispo de Coimbra em Maio de 1726. É natural que muito antes se começasse a chamar de Nossa Senhora das Febres a outra Senhora, mas nunca à Senhora dos Inventos ou Invendos, que assim se chamou por muitos séculos até hoje.

Confrontados os povos das ditas terras de Perrães e Fermentelos com uma situação desfavorável do paludismo, e com o acesso cada vez mais difícil à ermida situada na Gândara da Piedade, o pároco de Oiã, *«de combinação»* com o de Espinhel passou a imagem para capela nova situada junto ao lugar do Rego. Esta capela, embora em terreno fora do limite da paróquia de Oiã, ficou a pertencer à jurisdição do seu pároco que dela tirava bons proventos. Diz o padre Manuel Gomes Andrade:

«a passagem do rio foi-se tornando cada vez mais difícil, e os povos da margem esquerda, Fermentelos, Rego, Perrães, (...) — impossibilitados de cumprir os seus votos, em certas épocas do ano, trataram de passar a imagem para o seu lado, de combinação com o pároco de Espinhel, que, por intermédio do seu encomendado em Oiã, a esse tempo filial desta igreja, continuou a exercer a sua jurisdição na capela nova, situada, aliás, em território de Requeixo, como, de facto exercia em 1721 e muitos anos depois, sem contestação de ninguém.»

Efectivamente, eram as gentes de Perrães (incluindo Rego, Gesta e Silveiro)

aquelas que mais sentiam necessidade de ter a Senhora perto. Por outro lado o pároco de Oiã desejaria manter os proventos, enquanto o de Fermentelos desejava para si os rendimentos da capela, que na realidade era um *«bom pé de altar»*. Por exemplo, em 1775, segundo padre Áureo de Figueiredo, o *«pé de altar»* de toda a freguesia de Fermentelos rendia o mesmo que as promessas à Senhora das Febres. Daí um mal-estar latente que levou à discórdia dos dois povos ribeirinhos. O desacato aconteceu com *«o roubo»* das imagens, que de verdade nunca o foi como, por documento que nunca vimos citado, mas citamos um pouco mais adiante, se provará.

O padre Luís Lopes Ferreira, de Fermentelos, em resposta a um inquérito diocesano, (constante do livro «A Diocese de Aveiro no Século XVIII» de autoria do mons. João Gonçalves Gaspar), refere em 30 de Setembro de 1775, dois factos importantes: a situação da capela nos limites de Fermentelos e a jurisdição que o pároco de Oiã tinha sobre os rendimentos da capela:

«... Acresce mais a este propósito dizer que nos limites desta mesma freguesia de Fermentelos está sita uma capela, com a invocação de Senhora das Febres à qual acorre um grande concurso de povo que de romaria vem à dita Senhora, cujas ofertas renderão uns anos pelos outros cinquenta mil reis, pouco mais ou menos, os quais percebe o revdº cura paroquial da igreja da freguesia de S. Simão de lugar de Oiã, porém, ignoro o título por que o percebe, não estando a dita capela dentro dos limites da sua freguesia...» (59)

bibRIA

Segundo o documento, o cura de Fermentelos não entendia claramente por que título *«percebia»* o seu colega de Oiã os cinquenta mil reis mas sabia-se porque isso vinha já do fundo dos tempos. O Tombo de Perrães, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, elaborado em 1730, tem exarado: *«de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário»*. Que era também ermida de grandes rendimentos, não há dúvida. Afirma-o também Frei Agostinho de Santa Maria no seu «Santuário Mariano», tomo VII, publicado em 1721:

«é esta casa muito frequentada de romagens e de todos aqueles devotos são muitos os romeiros que concorrem a visitar a Senhora, a qual, como misericordiosa mãe, que é dos pecadores, a todos acode e favorece em seu trabalhos e apertos (...) as muitas memórias e sinais das suas maravilhas estão apregoando o muito que ela pode com o seu santíssimo filho, porque até se vêem quadros em que se referem notáveis e maravilhosos sucessos, cabeças de cera, braços, pernas, corações, mortalhas e muitas coisas deste género».

Com esta pincelada minuciosa, se visualiza o interior da ermida que o cura de Oiã, José Manso Preto, em inquérito datado de 1726, refere como uma das quatro capelas existentes em toda a freguesia.

O autor do «Santuário Mariano» vai até à captação do pormenor, o que o dá como possuidor de segura informação, naturalmente prestada pelo padre D. Cristóvão de

Santa Maria, religioso da congregação de Santa Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de Padre Santo Agostinho, o qual testemunhou, muitas vezes, os vestígios e alicerces da ermida do Monte, junto à Quinta do Morangal, na Piedade.

Revela-nos que a ermida do Rego do Espinheiro não tinha mais de um altar. A imagem colocada no meio do retábulo não tinha mais de dois palmos e meio. Nos braços tinha um menino Deus apresentando-se de roca e com vestidos. Porém, no retábulo estava outra imagem, a da Senhora dos Evendos. Da parte da epístola ficava outra, a de S. Roque. A Senhora das Febres era festejada a 8 de Setembro, tal como ainda hoje em Perrães, com missa cantada e sermão. No decorrer do ano, havia outras *«festas notáveis»* por iniciativa dos devotos que *«lhe mandam cantar missa numa acção de graças de favores recebidos e se lhe fazem muitas novenas»*, conforme Frei Agostinho de Santa Maria.

O padre D. Cristóvão de Santa Maria foi testemunha dos alicerces e vestígios da ermida do Monte, junto à Quinta do Morangal, informação esta que não será muito anterior a 1721; por sua vez, o Tombo de Perrães, feito em 1730, regista que os moradores do dito lugar *«governam e administram a ermida»*, *«de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário»*. Frei Agostinho de Santa Maria coloca a questão ainda mais distante no tempo, referindo que quando a Senhora apareceu, no sítio do Rego do Espinheiro, era aquele *«distrito um deserto e mato continuado»*. A ermida terá sido, segundo ele, um polo de aglutinação de pessoas e interesses e assim é que, passado algum tempo, que não precisa, já havia no lugar do Espinheiro do Rego um aglomerado populacional de 30 casais ou vizinhos. Isto faz remontar o caso a tempos imemoriais, atendendo a que, em 1600, o referido lugar já era razoavelmente habitado.

biblRIA

No ano de 1606, a ermida é referenciada no Livro nº 130 dos Rendimentos e Despesas da Santa Casa da Misericórdia, a propósito da entrega de 80 reis pelo mamposteiro, importância nela recolhida. Em 1638 foi mamposteiro *«Mateus Francisco, morador do lugar de Fermentelos, termo da vila de Óis da Ribeira, ao qual se passou o seu privilégio e se obrigou a tirar as esmolas e a vir dar conta com estojo na forma costumada»*, conforme relata o Livro nº 353, a 9 de Maio desse ano, página 147 da mesma instituição. Todavia, em 1726 ela é incluída na relação das capelas da freguesia de Oiã e em 1730 o Tombo de Perrães situa-a dentro da jurisdição do duque de Aveiro.

Mas a odisseia da Senhora das Febres não acabou ali. Ganhando autonomia como freguesias civis Fermentelos e Oiã nunca se entenderam muito bem naqueles tempos. Vários acidentes ocorreram por via da posse da capela. Se estava em território de Fermentelos, mister era que pertencesse à jurisdição do seu pároco mas o pároco de Oiã defendia a sua tese, para salvaguardar os seus direitos. Os de Fermentelos contestavam a situação que achavam aberrante e anómala. Tão anómala que, eriçados de despeito e convencidos de que a razão lhes assistia, foram em barulhento grupo a 10 de Setembro de 1843 arrancar à força a chave da capela ao padre-cura de Oiã, conforme escreveu no seu diário António Barbeiro (de seu nome correcto, António Joaquim Dias), publicado pelo prof. Artur Nunes Vidal, em "Lembranças de Fermentelos",

1951, (pág. 8). O texto, além de situar o ano em que tal aconteceu, ainda confirma a existência simultânea de duas imagens: a de Nossa Senhora das Febres e a de Nossa Senhora dos Inventos (que é a da lenda).

O diário reza assim:

«A 10 de Setembro de 1843, foram vistos vários sujeitos tirar à força a chave da capela da Senhora das Febres ao reitor de Oiã e ficaram os de Fermentelos de posse dela muito pouco tempo. Daí a pouco tempo vieram os de Perrães armados e arrombaram as portas da capela e levaram a Senhora, S. Roque e a Senhora dos Inventos e tudo o que puderam levar, logo depois deitaram fogo à mesma capela que ardeu tudo e a esbandalharam toda fazendo eles uma em Perrães. E para que conste aos vindouros, fiz, Dias.»

Porém, um tal Nunes (João Tomaz Nunes?), que escrevia de Fermentelos para a «Soberania» de 15 de Setembro de 1901, não é exactamente da mesma opinião do barbeiro, seu conterrâneo. Enquanto este último faz coincidir o atear do fogo à capela com o *«roubo»* das imagens, Nunes aponta o incêndio para o ano seguinte, ou seja 1844. Além disso, Nunes conta, com algum pormenor e graça, como surgiu o grito de guerra — *«Ela é nossa»*. Como outros acontecimentos capitais, este acontecimento não desaparecia facilmente da memória colectiva, transmitia-se de geração em geração. Simplesmente, também Nunes não sabia das razões de jurisdição e afirma que a Senhora das Febres havia sido *«roubada»* de Fermentelos pelos de Perrães.

Este colaborador do Jornal de Águeda desceu ao pormenor, ao contrário do autor do «Diário de um Barbeiro» que referencia a data de 10 de Setembro de 1843 para o roubo das chaves. Torna-se um pouco mais vago quanto aos posteriores acontecimentos, que não situa, antes se limita a afirmar que *«daí a pouco tempo vieram os de Perrães armados»* (...) *«logo depois deitaram fogo...»*.

Quem quer que fosse o colaborador, Nunes devia estar por dentro dos acontecimentos dada a proximidade no tempo. Se não participara neles, pelo menos ouviu a história de fonte directa. Vai mesmo ao ponto de afirmar que o incêndio não se verificou na noite do suposto roubo, mas sim no ano seguinte quando se avolumaram as razões para os de Perrães ficarem irritados com o procedimento dos vizinhos. O que revela que Nunes estava mais bem informado do que António Joaquim Dias — é o modo como narra a procissão de revoltosos que foram tirar as chaves ao cura de Oiã, seguindo, afoitos e alegres, um tocador. Nessa hora, nasceu um grande dito: *«Toca, Cardoso, que a Santa é Nossa»*. Cardoso era o tocador que os precedia.

As gentes de Perrães, Gesta, Silveiro e Rego agiram, assim, a coberto de uma certa legalidade, que vinha exarada em documento antigo. Não estava só em causa o rendimento da Senhora das Febres para os de Fermentelos, que não percebiam nada de jurisdição (julgando que a ermida se achava em seu território). Embora servindo-se de um *golpe-de-mão*, bem profano, não fizeram mais do que lhes competia, como cidadãos de corpo inteiro ciosos dos seus direitos: aquele pedaço de terreno onde estava implantada a capela e o seu pequeno largo, pertenciam-lhes, ou melhor, pertencia à Ouvidoria

biblRIA

de Perrães. A base legal é esta: exarado na contestação do procurador do duque de Aveiro numa demanda havida entre o Real Convento de Santa Maria de Lorvão, senhorio directo do Rego do Espinheiro e o *«Sereníssimo Estado de Bragança»*, que se apoderara indevidamente de algumas terras do dito lugar, aparece textualmente:

«...No que toca ao lugar de Perrães, provará que tanto é verdade correr a demarcação pelas confrontações articuladas que até a Ermida de Nossa Senhora dos Emendos está dentro da jurisdição do Duque e os moradores do dito lugar de Perrães a fabricam, governam e administram em tudo o que é necessário, de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário e isto aos olhos e à face da justiça do Sereníssimo Èstado de Bragança e seus vassalos, sem contradizerem nem porem em dúvida ou embargo algum. Sempre correu esta verdade entre os moradores daquele contorno e os presentes o ouviram assim aos seus vassalos e todos têm por constante o que é suposto...» (60)

Aqui está: se os moradores de Perrães governavam e administravam a ermida em tudo o que era necessário *«de tantos tempos a esta parte que não há memória dos homens em contrário»*, isso vem provar, segundo a nossa óptica, baseada em documentação da época, que os de Perrães agiram absolutamente em defesa dos seus direitos, postos em causa pelos de Fermentelos, onde se vivia realmente um mal-estar latente por causa daquele *«enclave»* de bons rendimentos.

Sustenta ainda Nunes que o pároco de Oiã, de acordo com velhas usanças, costumava cobrar os rendimentos da Senhora das Febres, mas que *«nem sequer ali se rezava missa no respectivo dia»*. Era celebrada no primeiro domingo depois da festa. Então era cantada missa na capela e o pároco de Oiã dava de jantar aos padres numa casa de Fermentelos *«e depois ia-se cantando com as chaves até Oiã»*. Até que, a 10 de Setembro de 1843, surgiu a revolta. Alguns indivíduos, armados de cacetes e seguindo um que tocava viola, o tal Cardoso, cercaram a casa onde se amesandavam o cura de Oiã, José Fernandes da Cruz, e seus amigos. Com aquele aparato belicoso, intimaram-no a entregar as chaves da capela, o que o bom do reitor de Oiã fez, *«em respeito à conservação das suas costelas»* — dizia o cronista jocosamente. Naquele momento, ficava tudo bem, *«não passando de grande gritaria da população: ela é nossa, toca, Cardoso, que ela é nossa»*. Mas os de Perrães, Silveiro, Gesta e Rego, metidos em brios, não se ficaram. Ofenderam-se por sólidas e justas razões e procederam da forma como se sabe. Roubaram as imagens de Nossa Senhora das Febres e dos Evendos e de S. Roque e *«tudo o que encontraram dentro da capela»*.

Em represália, os de Fermentelos adquiriram nova imagem da Senhora das Febres e, no ano seguinte, fizeram-lhe a festa, precisamente no dia habitual, o 8 de Setembro, com grande exuberância e *«convidaram a Filarmónica de Aveiro para assistir»*. Foi a vez primeira que tal acontecia — a presença da música.

Nesse ano de 1844 (informação importante!), já o lugar de Perrães fazia a festa em honra de Nossa Senhora das Febres. Porém, outro contratempo surgiu. Os de Fermentelos não deixavam passar os romeiros que da ermida do Rego do Espinheiro

bibRIA

queriam seguir para a festa de Perrães, realizada no mesmo dia. Os habitantes desta última povoação tiveram de chamar militares de Aveiro, que os acompanharam ao local da ermida do Rego do Espinheiro na intenção de romper as barreiras. Em vão. Os de Fermentelos não desarmaram, antes se armavam e, comandados pelo célebre João Tomás Dias Antão, antigo militar da causa liberal a favor de D. Pedro e capitão de milícias, emboscaram-se numas balsas, próximo da ermida.

Quando os outros estavam a entrar no que se diz, em linguagem militar, *zona de morte*, levantaram-se os de Fermentelos à voz de Tomás Dias Antão, que lhes bradou: *«Rapazes, coragem, aqueles militares não têm melhor dedo do que vós tendes para puxar o gatilho»*. Era a retirada dos Perranenses, deixando-os com a sua festa. Todavia, ficaram a remoer, entre a pele e o brio, aquele susto, aquela cilada. O despeito foi crescendo de tal modo que em 1844 foram de noite à capela e deitaram-lhe o fogo.

É a versão que se nos afigura mais lógica. Quando os de Perrães foram pela Senhora, não iam desforrar-se, iam pregar uma boa partida, dentro da justiça que sabiam estar do seu lado e por isso não tinha cabimento o deitar o lume ao pequeno templo. No ano seguinte, sim, já haveria motivo que bastasse para os espicaçar: aquela cilada, aquela ameaça. Só então atearam o fogo.

Como é natural, a partir daí instalou-se uma guerra surda entre as duas populações vizinhas, com sequelas bem patentes ainda em 1900. Veja-se só esta passagem. No ano de 1901, no mês de Agosto, alguém de Perrães que Nunes não especifica foi *«roubar»* moliço à lagoa de Fermentelos, mas alguns cidadãos dali disseram-lhe: *«Os senhores vieram este ano roubar-nos o moliço, mas nós no dia 8 de Setembro, havemos de ir buscar a Senhora das Febres, porque ela é nossa»*. E comentava: *«os de Perrães deram um cascarrão com isto, julgando que era a sério e os de Fermentelos sabendo que eles se incomodavam continuaram a dizer que a haviam de trazer no dia 8»*.

Tanto bastou para que, jogando pelo seguro, nesse ano, os de Perrães pusessem guardas à volta da capela. Por seu turno, os de Fermentelos passavam gracejando a propósito de como iam roubar a imagem e riam-se do aparato defensivo. Nesse ano, deitaram mesmo foguetes e gritaram: *«Ela é nossa»*. Mas por muitos outros, haviam de continuar a vir de Aveiro piquetes militares. Ainda hoje o destino da imagem continua desconhecido e sombrio, já que só vem à luz do dia no dia da sua festividade e mesmo assim sendo vigiada de perto, ainda que os *«pimpões»* não arrufem tanto com o dito de *«Toca, Cardoso, que a Santa é nossa»*. Depois, a imagem volta aos cofres ou ao sítio onde só uma pessoa sabe... Tão-pouco os de Fermentelos vêm à festa armados de carão e marmeleiro, pelo menos desde o dia em que foram corridos de tal modo que se perderam uns dos outros com uma sarabanda de varapaus dos Perranenses. Talvez por pensarem que seria inglório apanhar, no entusiasmo da refrega e da conversa áspera (sem nenhuma devoção, antes com azedume e despeito) umas arrochadas, lombo abaixo ou pela cabeça. Afinal, os de Perrães não lhes usurparam nenhum direito, antes defenderam os seus. A eles a ermida pertencia desde tempos imemoriais.

É possível que o medo do roubo da imagem pelos de Fermentelos tenha crescido a partir de 1901 com o caso ocorrido na apanha do moliço, contado pelo tal Nunes. De resto, o correspondente de Perrães na «Soberania do Povo» de 10/9/1882 dá

ÔDRIA

a entender que se existia, era reticente e miúdo. Assim, o povo, quando, no dia da festa, deu pela presença dos lanceiros a cavalo, *«com as suas lanças embandeiradas»*, julgou que fossem *«figuras que deviam fazer as cavalhadas»* e, quando acabou por saber que fora o administrador do concelho de Oliveira do Bairro que fizera deslocar para o arraial tropa de linha, não encontrou motivo. E o motivo só podia ser a ameaça dos Fermentelenses que o povo parecia desconhecer, ao contrário do administrador a quem nesse ano possivelmente chegara algum arrufo.

Será interessante saber que, em 15 de Abril de 1856, sendo vereador Francisco Martins Ribeiro, do lugar de Águas Boas, foi apresentado na Câmara de Oliveira do Bairro um requerimento de vários moradores de Fermentelos e de Perrães *«pedindo se lhes demarcasse o terreno pertencente ao adro da antiga capela da Senhora das Febres»*. Também este documento reforça a prova de que a ermida de Nossa Senhora das Febres estava implantada em território do concelho de Oliveira do Bairro.

A Senhora das Febres (que não chega a ter *«dois palmos e meio»*, conforme relata frei Agostinho de Santa Maria) tem o Menino ao colo do lado esquerdo mas já não tem roca)e do pequeno e frágil pedestal sobressaem alguns anjos, como se fosse Nossa Senhora da Assunção. Por sua vez, a imagem que impropriamente chamam Senhora das Febres grande, em oposição à outra, e também Senhora dos Envendos — é esta a correcta evocação, embora da mesma Senhora se trate — é bem maior. Diz o padre Áureo no livro «Fermentelos» que *«o povo que troca muita coisa, não muda assim os nomes da imagens. A Senhora dos Inventos continuou a ser a mesma, com a mesma imagem e na mesma capela* (Rego do Espinheiro), *ao lado ou juntamente com a imagem da Senhora das Febres»*. A Senhora dos Evendos tem, do lado direito, o menino sobre o braço, e na mão contrária segura uma romã que, golpeada, deixa sorrir o vermelho carnudo do recheio.

bibRIA

Para que este trabalho sobre a odisseia (que o é, em parte, da Senhora dos Evendos e, séculos mais tarde, da Senhora das Febres), fique mais completo, deixamos abaixo a lenda extraída do Tomo VII do livro «Santuário Mariano», título XXI, páginas 453--457, publicado em 1721 e existente na Biblioteca Joanina, em Coimbra. Mas antes anote-se que Pinho Leal no seu «Portugal Antigo e Moderno», pág. 147, do 8.º volume, refere que a ermida era antiquíssima, *«mas não se sabe quando nem por quem foi fundada»* e que, quando se verificou a aparição da Senhora no meio das carvalhas, ainda não existia a freguesia de Oiã, *«que era uma aldeia da de Espinhel»*. Portanto, a lenda é na verdade antiquíssima. Acrescenta o autor que ao rio Cértima *«antigamente se chamava também Féveros»* para adiantar: *«parece-me que Féveros vem do português antigo febre, que significa fraco. Nas cortes do Porto, em 1373, convocadas por D. Fernando I, se diz — e por a moeda que era febre, lhis nom acrescentaremos nas terças... Moeda, febre, queria dizer fraca, que tinha liga, ou falta de peso legal»*. Afirma mesmo

que a *«Senhora das Febres deve o seu nome à circunstância da sua capelinha ter sido constuída à beira do rio Féveros».*

(Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora dos Evendos ou Emendos)

«Na freguesia de S. Paio de Requeixo (que dista da cidade de Coimbra oito léguas e duas de Aveiro e pertence ao termo da vila de Eixo e junto a um lugar a que dão o nome de Rego do Espinheiro), se vê o santuário de Nossa Senhora dos Envendos, meia légua distante de Requeixo, e ainda que fica no distrito da sua freguesia, pertence à Igreja de S. Simão de Oiã que é um curato anexo à igreja de Espinhel, a qual é dedicada a Nossa Senhora da Assunção e fica no termo de Aveiro e onde dista três léguas e uma de Espinhel. Não tem este santuário e casa da Senhora mais do que um altar, em que a Senhora está colocada no meio do retábulo, que é muito antigo; é esta milagrosa imagem da Senhora de roca e de vestidos e tem em seus braços um Menino Deus e a sua estatura são dois palmos e meio.

Quanto à origem e princípios desta milagrosa Imagem da Senhora e do seu prodigioso aparecimento, o que se refere por uma antiquíssima tradição, é que apareceu em uma moita de carvalhas e que junto à Senhora estavam dois sinos e que a Senhora se manifestara a uma inocente menina que guardava umas cabras, que não seriam muitas, e que, falando, a Senhora à menina lhe mandara que a catasse na cabeça; bem podia a Senhora usar deste disfarce para a constituir sua mensageira. Respondeu a menina que não podia, porque as cabras haviam de ir fazer mal. Não queria a inocente e venturosa pastorinha ser pastora descuidada da sua obrigação nem que o seu gado que estava entregue ao seu cuidado fizesse dano às fazendas dos seus próximos. A Senhora lhe assegurou que o não fariam e assim podia estar descansada de que não fariam perda alguma e assim foi, porque as cabras todas se deitaram ao redor da Senhora, enquanto a menina esteve com ela; aqui lhe ordenaria fosse aos moradores do seu lugar para que viessem àquele sítio e que nele lhe levantassem uma casa em que pudesse ser louvada e buscada de todos, para que assim merecessem os frutos da sua devoção e os prémios dos seus serviços.

Naquele tempo pertencia aquele distrito à freguesia de Espinhel e assim dela foram os moradores com o seu pároco buscar a Senhora, certos já da sua manifestação e a levaram mui alegres para a sua paróquia que dista meia légua pequena daquele sítio, e quanto ao título de Envendos ou Emendos, ali não há lugar algum que tenha semelhante nome, e assim me parece que o título está corrupto e que seria dos Inventos, nascida da palavra Eventus que significa coisa achada e que de acharem naquele lugar aquele precioso tesouro, porque não souberam que fosse o nome que tinha, lhe deram o da sua manifestação que era inventus que, ao depois, com o tempo se corrompeu em Envendos; depois que a Senhora foi colocada na paróquia, dela desapareceu, porque havia feito eleição daquele lugar e nele queria ser venerada.

Neste sítio, à vista de sua fuga, que queriam não fosse uma só vez, se lhe edificou uma ermida em que perseverou alguns tempos e querendo melhorá-la de sítio,

DIGITAL

lhe deram princípio a outra ermida, no alto de um monte que lhe ficava fronteiro, por julgarem o da sua manifestação (ao seu parecer) muito inconveniente por mediar entre um e outro sítio um paul grande e largo por meio do qual corre o rio Cértima; para isso, depois de terem preparado já alguma coisa à ermida, dizem, por tradição, que levaram a Senhora em barco e que nele iam também os sinos (se é que isto sucedeu na primeira vez) e que indo atravessando o paul, no meio dele, se alagara o barco e fora ao fundo, que parece não era muito, e dizem mais que aquela principal pessoa que foi o autor da mudança da Senhora para o sítio do Monte, vendo-se no perigo, dissera com uma grande exclamação: "Se não é vontade vossa serdes mudada para a Ermida do Monte, faça-se a Vossa Vontade, pois mostrais que quereis vos louvemos e sirvamos no lugar da vossa manifestação, para lá voltaremos outra vez".

Dizem também por tradição que muitos tempos se ouviram as vozes dos sinos em dia de S. João, mas eu tenho isto por entojo e por coisa muito alheia da verdade; dizem mais que, depois disto, estando a Senhora na ermida do referido sítio do Monte, que ficava fronteiro da outra parte do paul, a tornaram a levar para lá duas vezes e que de ambas desaparecera e se voltara para a sua ermida por ministério dos anjos, porque, deixando-a à noite, quando voltavam pela manhã, a não achavam; dessa ermida do Monte ainda se vêem hoje os vestígios e alicerces e quando o paul está cheio e se não pode passar, os que vivem da outra parte do mesmo sítio de noite vão fazer oração à Senhora, invocá-la em seus trabalhos.

Este sítio da Senhora dos Envendos ou Inventos está junto à Quinta do Morangal, aonde assistindo o muito reverendo Padre Dom Cristóvão de Santa Maria, religioso da congregação de Santa Cruz de Coimbra, de Cónegos Regrantes, de meu Padre Santo Agostinho, testemunha vira muitas vezes os alicerces e vestígios da ermida do Monte como se reconheceu ser vontade da Senhora ser venerada e buscada no sítio da moita das carvalhas ou entre as carvalheiras, nele lhe edificaram a ermida que já não consta se é esta a primeira ou se a segunda, porque o aparecimento da Senhora é muito antigo; o nosso padre Dom Cristóvão de Santa Maria desejando apurar mais esta notícia e a tradição dela, chamou um homem chamado António João, de sessenta anos de idade, o qual depôs que era morador e natural do dito lugar do Rego do Espinheiro, o qual, além de referir todo o sobredito, disse mais: que ele era filho de Domingas Pires, filha de Joana Gonçalves, que fora ermitoa da Senhora dos Envendos muitos anos e que a dita sua mãe, Domingas Pires, ouvira essas coisas muitas vezes à sobredita Joana Gonçalves, sua mãe, e ermitoa da Senhora e que esta ouvira também, decerto, a seus ascendentes, com que por estas contas se entende ser antiquíssima a manifestação da Senhora. Referiu mais o sobredito António João ouvira também a sua mãe, Domingas Pires, que uma mulher muito nobre de Aveiro, que dista duas léguas daquele lugar, estando doente, mandara pedir à Joana Gonçalves, avó dele referente, lhe quisesse levar lá a imagem da Senhora e que ela a pusera em um tabuleiro, coberto com uma toalha, e que indo pelo caminho, onde chamam Carregal, com outra mulher que ia com ela em sua companhia, aonde descansara, porque ali dera muito sono e que pondo o tabuleiro junto a si, adormeceram ambas e que, acordando, não acharam a Senhora e que, fazendo um grande pranto se tornaram dali para casa, imaginando que lha haviam

biblRIA

furtado e que, indo no outro dia pela manhã à ermida, achara a Senhora no seu lugar e nesta maravilha se viu que a Senhora não queria nem por um dia a apartassem daquela sua casa: isto contam aqueles povos circunvizinhos por uma memorial tradição que se tem por coisa certa.

No tempo em que a Senhora apareceu naquele sítio do Rego do Espinheiro, era aquele distrito um deserto e mato continuado, mas depois que a Senhora apareceu, com a sua devoção e com as suas maravilhas que logo começou a obrar, se foram ajuntando alguns moradores e assim estão hoje vizinhos ao santuário daquela soberana Rainha mais de trinta casais ou vizinhos. É esta casa muito frequentada de romagens e de todos aqueles arredores são muitos os romeiros que concorrem a visitar a Senhora, a qual, como misericordiosa mãe que é dos pecadores, a todos acode e favorece em seus trabalhos e apertos; as muitas memórias e sinais das suas maravilhas e milagres de que está coberta aquela casa da Senhora, estão apregoando o muito que ela pode com o seu santíssimo filho, porque ali se vêem quadros em que se referem notáveis e maravilhosos sucessos, cabeças de cera, braços, pernas, corações, mortalhas e muitas coisas deste género.

Festejam esta Senhora em 8 de Setembro, dia da sua natividade com missa cantada e sermão e no decurso do ano se lhe fazem muitas outras festas votivas, por devoção dos seus devotos que lhes mandam cantar missas em acção de graças de favores recebidos e se lhes fazem muitas novenas; no retábulo, onde está colocada se vê outra imagem de Nossa Senhora, a quem dão o título das Febres, é de pedra e de altura tem dois palmos e meio, e tão grande é a fé com que a invocam que, à invocação do seu nome, as febres desaparecem; da parte da epístola fica outra imagem de S. Roque: haverá trinta e cinco anos, que foi pelo ano de 1685, pouco mais ou menos, que caiu um raio naquela casa e santuário da Senhora e foi tão grande o respeito que teve que, caindo por detrás do retábulo e rompendo pelo forro da capela, fugiu e se foi outra vez sem fazer dano algum. Da Senhora dos Envendos ou Inventos vos deu estas notícias o muito reverendo padre Dom Cristóvão de Santa Maria.»

DIGITAL

MIGALHAS HISTÓRICAS

TOPONÍMIA LOCAL

bibRIA

A toponímia tem inegável interesse histórico e sociológico. Através dela, pode-se chegar a conclusões que situem a origem das terras e seu povoamento em determinadas épocas, mais recentes ou mais remotas.

Os topónimos abaixo referidos não são mais do que a nominação de grandes zonas agrárias, onde estão situadas as propriedades rústicas que constam dos livros das matrizes prediais.

Muitos têm origem etimológica latina, sobressaindo os que se relacionam com a viação (Carril, Carris, Parada, Val Portal); com a agricultura (Agras, Agrões, Costa do Agro); com razões de ordem geográfica, hoje totalmente ultrapassadas, (Covão, Furadouro, Ilhote, Lagoa, Fonte do Rio, Lagoa Grande, Portinho, Porto, Pousios, Regatinho, Rio, Vale Covo, Vale Grande, Valeiros) e outros de algum modo com a história local (Cabeço do Marco, Pedreira, Canto das Areias, Carro Quebrado, Cruzes, Facho, Fatioto, Fonte de S. Domingos, Formal, Forno, Lavadouro, Mortório, Salão, Santa Margarida, Santo António da Vinha); outros, ainda com os possuidores mais importantes (Quinta do Capitão, Quinta da Freguesia, Quinta do Martinho). Mas também o tipo de vegetação que vestiu o corpo do chão, mais empertigado ou mais calmo adormecendo na planície, teve influência no baptismo de alguns sítios (Bouças, Caniçal, Pousios, Ervedal, Espadaneira, Gândara, Juncal, Moita, Palhais, Silveiro/a, e Vale do Junco).

A água deu nome a outros tantos: Águas Boas, Caneira, Fonte Doce, Lagadouros, Lagoa Grande, Marinha, Pocinhas, Vale Covo e Vale da Fanha, Valeiros, Furadouro.

Verifica-se, no entanto, a existência de alguns atropelos aos étimos, que vêm de longe, por parte dos avaliadores da Câmara que, por vezes, apagam da face das terras os nomes antigos das matrizes que eram mais consentâneos com o seu nascimento e baptismo, abastardando o seu significado, quando não substituindo-os, pura e simplesmente.

NOMES DE TERRAS E SÍTIOS:

Agluzes
Agras
Agro
Agrões
Águas Boas
Aguieiras
Aidos
Aidos do Arraial
Aidos da Capela
Aidos da Gesta
Aido do Grilo
Aido da Igreja
Aidos da Pedreira
Aidos de Perrães
Aidos do Silveiro
Azenha
Azevedas
Barreira Branca
Barreiro
Barrigueiro
Barroco
Bico do Chinchorro
Bracinha
Bregeira
Brejinho
Bouças
Cabeço
Cabeço do Marco
Cabeço do Muro
Cabeço das Pedras
Cabeço Vermelho
Caminho Branco
Cascão
Cavada
Cavadas
Cavadão
Chães
Chão do Meio
Chaves
Cilhas
Cilhinha
Cimalhas
Chousa
Chousas
Coelho
Copeiro
Coradouro
Corgo
Corgo do Meio
Corredouro
Costa do Agro
Costa da Bracinha
Costeirinha
Covão
Cruzes
Ervedal
Espadaneira
Facho
Faia
Fatioto
Feiteirinha
Filipa
Filipas
Fonte Doce

bibRIA

Cancela
Caneira
Caneirinhos
Caniçal
Caniçais
Canto das Areias
Carril
Carro Quebrado
Casa Nova
Grou
Hortas
Ilhote
Juncal
Juncalinho
Juntas
Lagadouros
Lagoa
Lagoa Grande
Lagoinha
Laranjo
Largo do Santo
Lavadouro
Lavoura
Lavoura do Arraial
Lavouras
Lavoura dos Matos
Lavoura de Santa Margarida
Lavoura da Silveira
Leiteirão
Limite da Freguesia
Lombeiros
Lombinhos
Marco
Marinha
Marmeleirinho
Martinhas
Moitas
Monte Grande
Mortório
Murra Vaca
Oiã
Outeiro
Outeiros
Palhais
Parada
Fonte da Estrada
Fonte da Preguiça
Fonte de S. Domingos
Fonte da Sarda
Formal
Forno
Furadouro
Gândara de Cima
Gândara de Malhapão
Porto
Pousios
Póvoa
Póvoa do Forno
Quinta
Quintas
Quinta do Capitão
Quinta dos Duartes
Quinta da Freguesia
Quinta do Martinho
Ramalheiro
Regatinho
Resteve
Repolhal
Ribeirinho
Ribeiro
Ribeiro da Fonte
Rio
Rodelo
Salão
Santa Margarida
Santo António da Vinha
Seara
Seichinho
Serrado
Serrado da Ponte
Silveiras
Simalhas
Sudas
Terras do Mato
Tourogal
Trouchão
Ucha
Val Portal
Vale Barbeiro
Vale Caminho

BibRIA

Parda
Pedreira
Pereiras
Plainada
Pocinhas
Poixana
Ponte de Ferro
Portinho
Vale Pessegueiro
Vale Pequeno
Valeiros
Vale da Cilha
Vale Covo
Vale da Fanha
Vale da Fonte
Vale Grande
Vale do Junco
Vale do Chão
Vasca
Verginho
Vinha da Escola

POPULAÇÃO NO ANO DE 1758 (*)

Lugares	Vizinhos	Habitantes(*)
Oiã	81	240
Carris	14	31
Lavadouro	6	12
Perrães	74	130
Gesta	43	157
Silveiro	75	216
Ervedal	8	22
Furadouro	5	26
Silveira	23	84
Póvoa das Cimalhas	5	13
Pedreira	12	31
Águas Boas	63	167
Cruzes	16	48
Ramalheiro	9	29
Póvoa de Fronchão e Caniçais	6	17
Póvoa dos Matos	4	10
Rego	33	103
Seara	10	35
Malhapão	79	206
TOTAL * «pessoas de sacramento»	546	1577

bibRIA

*) Dez anos mais tarde,em 1768, a sua população atingia 611 fogos, (Oliveira do Bairro tinha então 521). Todavia, não tinha o correio e servia-se do de Águeda, tal como a sede do concelho.

NOMES DOS LUGARES, ALDEIAS E CASAIS

	ANOS								
LUGARES	1865	1866	1867	1870	1871	1872	1874	1875	1876
Águas Boas	48	47	47	45	45	40	40	37	41
Agras	45	43	40	41	41	46	45	48	49
Carris	21	21	24	24	23	22	21	21	23
C. Quebrado	19	19	20	21	18	18	17	18	18
Cruzes	15	16	16	17	18	20	20	22	21
Ervedal	6	4	3	1	1	1	1	2	2
Furadouro	5	8	8	8	7	6	7	6	8
Gesta	66	65	66	67	69	73	73	74	77
Malhapão	78	91	85	84	87	86	87	88	89
Oiã	90	95	98	100	103	100	101	101	100
Pedreira	24	26	25	24	23	25	26	27	29
Pousios	20	22	22	22	21	24	25	23	24
Perrães	108	108	113	111	113	114	114	112	114
Ramalheiro	5	6	6	5	5	5	5	5	6
Rego	48	53	52	53	55	52	51	48	48
Silveira	35	35	38	40	39	41	44	44	44
Silveiro	84	87	87	92	92	87	84	87	83
TOTAL	727	753	747	755	759	761	762	763	774

bibRIA

No ano de 1867, os dados de fogos nas freguesias do concelho eram os seguintes: Oliveira do Bairro, 601; Troviscal, 322; Mamarrosa, 619 (ainda da Bustos lhe pertencia), Palhaça, 254; Fermentelos, 289 e Nariz, 196.

Em 1980, o movimento demográfico do concelho era: Bustos, 2043 habitantes; Mamarrosa, 1482; Oiã, 5458; Oliveira do Bairro, 4466; Palhaça, 1899 e Troviscal, 2151.

Segundo o Censo da Estremadura de 1527, as aldeiais de Oiã e Perrães, que faziam parte do concelho e vila de Aveiro, tinham, respectivamente, cinco e onze vizinhos, ao passo que a de Águas Boas, ("aldea dAgoas Boas", que pertencia à Vila de Esgueira, juntamente com Cacia e Vilarinho, Tabueira, Nariz e Vila Nova) tinha onze vizinhos (=fogos).

Nesse mesmo ano, as aldeias de Mamarrosa e Bustos tinham 14 e 6 vizinhos e a vila de Oliveira do Bairro 27 e 2 clérigos. Da Bairrada era Sangalhos a vila mais povoada (com 41) enquanto a de Vagos, em relação a todas as outras, era fortemente povoada (100 vizinhos).

Curiosamente estranho é que outros lugares como Silveiro, Gesta e Malhapão, não apareçam mencionados no referido censo. Eram então apenas pequenos aglomerados, pertencentes àquelas aldeias? É possivel que a freguesia tivesse apenas 27 vizinhos? Em 1600 todos os lugares eram razoavelmente habitados.

MOVIMENTO DEMOGRÁFICO - POR SEXO

LUGARES	1867			1875		
	HABITANTES		FOGOS	HABITANTES		FOGOS
	Mascul.	Femin.		Mascul.	Femin.	
Oiã	162	176	98	159	184	100
Agras	80	92	40	89	96	49
Carris	36	39	75	31	36	21
Perrães	169	176	113	141	178	114
Rego	86	103	52	63	99	44
Gesta	87	103	66	82	108	77
Ervedal	4	6	3	6	8	2
Furadouro	14	14	8	13	10	8
Silveira	67	84	38	74	93	44
Malhapão	140	148	85	128	142	89
Pedreira	40	41	25	37	50	29
Águas Boas	40	41	47	70	85	41
Pousios	47	40	22	37	45	24
Cruzes	24	37	16	28	36	21
C. Quebrado	32	38	21	27	31	18
Ramalheiro	7	14	6	6	20	6
Silveiro	145	160	87	112	146	83
TOTAIS	1207	1357	708	1103	1367	774

bibRIA

Nota: inicialmente só contavam para efeitos estatísticos homens e mulheres com mais de sete anos. Todavia, a partir de 1868, as crianças começavam a contar.

No ano de 1868 eram referidos na freguesia 70 lavradores com uma junta de vacas e 4 com duas, mas havia 12 juntas de bois. Uma junta de bois custava 96$00. As culturas mais utilizadas eram o milho, o trigo, a cevada e o centeio. O feijão semeava-se em todas as terras, até por vezes nas de arroz, mas a fava não ia muito à mesa.

Abundavam riachos ou melhor as valas foreiras, que serviam os moinhos e a rega do arroz. Havia moinhos, com nove pedras, mas normalmente, só trabalhavam com seis. Neste ano, é registada a existência de um moinho de vento.

MOVIMENTO DE FOGOS, NASCIMENTO , ÓBITOS E CASAMENTOS

		ANOS							
		1865	1866	1867	1868	1869	1870	1872	1875
N.º Fogos		727	753	747	749	755	759	762	774
N.º Habit.	H.	1094	1112	1207	938	931	964	917	926
	M.	1187	1197	1357	1116	1139	1171	1165	118
	T.	2281	2309	2564					
N.º Nasci. M	M.	28	39	40		33	41	32	34
	F.	29	31	40		37	24	35	45
	T.	57	70	80		70	75	67	79
Óbitos	H.	15	21	26	22	23	25	30	16
	M.	20	21	24	40	32	26	27	23
	T.	35	42	50	62	65	51	57	39
Casamentos		20	13	14	21	16	10	20	19
Crianças	M.				270	287	266	215	177
	F.				202	209	177	203	179
	T.				472	496	443	418	356
Total População		2281	2309	2564	2526	2565	2598	2444	2470

bibRIA

MAPA DE ANTIGAS MEDIDAS DA FREGUESIA DE OIÃ

Líquidos

Duplo decalitro	1,136	almude	Tonel	880,000	litros
Decalitro	5,682	canada	Pipa	440,000	"
Meio decalitro	2,841	"	Almude	17, 600	"
Duplo litro	1,136	"	Pote	8,800	"
Litro	2,273	quartilho	Canada	1,760	"
Meio litro	1,136	"	Quartilho	0,440	"
Duplo decilitro	1,818	quarto de quartilho	1/2 quartilho	0,200	"
Decilitro	1,818	oitavo de quartilho	1/4 quartilho	0,110	"

Secos

Hectolitro	7,231	Alqueire	Moio	923,100	litros
Meio hectolitro	3,615	"	Fanga	55,320	"
Duplo decalitro	1,446	"	Alqueire	13,830	"
Decalitro	2,892	quartas	Quarta	3,458	"
Meio decalitro	1,446	"	Oitava	1,728	"
Duplo litro	1,157	oitava	Maquia	0,864	"
Litro	1,151	maquia	Salamim	0,432	"
Meio litro	1,151	selamim	Meio Salamim	0,216	"

Além de medidas que foram desaparecendo, como canada, quartilho e meio quartilho, aparecem outras que não são da lembrança dos vivos: o *salamim*, a *fanga*, a *maquia*, o *pote*, etc. Uma curiosidade: sendo Oiã apenas freguesia tinha as suas medidas próprias, aliás, como Oliveira do Bairro e Palhaça. O livro «Mapas de Medidas do Novo Sistema Geral Confrontadas com as Antigas de 1868» menciona-as como do *«extincto concelho de Oiã»*, e acrescenta em rodapé que *«este extincto concelho está unido ao de Oliveira do Bairro»*. Lapso. Outro pormenor: dentro do mesmo concelho havia pequenas diferenças para a mesma medida. Enquanto o alqueire na Palhaça era de 15,385 litros, em Oiã era de 13,380 e em Oliveira do Bairro de 14,422, conforme vem em «Memória Sobre a Reforma dos Pesos e Medidas em Portugal», de João Batista da Silva (1849).

bibRIA

POPULAÇÃO NO ANO DE 1932

Ramos	Fogos	Habitantes	Sexo M.	Sexo F.	Crianças
Oiã	273	1110	537	563	313
Perrães	211	814	366	448	213
Gesta	222	935	495	440	236
Malhapão	236	887	450	457	233
Águas Boas	189	741	366	375	200
TOTAL	1131	4487	2214	2283	1195

Entre 1919 e 1932, verifica-se um aumento de 646 habitantes e de 161 fogos.

MAPA DE HABITANTES CONFESSADOS E AUSENTES, 1901

Lugares	Fogos	Sexo M.	Sexo F.	C.	C.C.	Ausentes
Oiã	109	203	214	44	290	43
Regatinho	15	22	28	4	43	10
Agras	60	103	107	11	176	21
Carris	20	27	41	11	46	3
Lavadouro	3	4	4	0	7	0
Rego	52	72	92	22	112	8
Perrães	138	197	220	41	303	49
Gesta	72	123	124	17	184	28
Barreirinhas	4	5	6	1	9	0
Silveiro	96	168	212	56	237	26
Ervedal	3	5	4	0	5	1
Furadouro	4	12	9	6	10	1
Silveira	58	103	132	32	157	18
Malhapão	97	151	179	36	238	9
Pedreira	30	50	56	12	81	15
Carro Quebrado	15	27	34	9	40	3
Águas Boas	55	102	113	23	156	24
Pousios	21	28	51	9	59	8
Cruzes	24	40	48	13	58	9
Ramalheira	8	10	17	2	20	6
Juntas	1	3	2	1	4	0
TOTAL	885	1455	1693	350	2235	282

bibRIA

Para além da morte que este mapa anunciava dos lugares de Junta (Águas Boas), Lavadouro (Oiã, um pouco abaixo do apeadeiro), Ervedal e Furadouro (Silveiro), este mapa dá-nos em 1901 uma perspectiva, ainda que não caracterizada, daqueles que fugiam da terra para ir ganhar o pão nas ceifas (Alentejo) ou nas lezírias (Ribatejo). De lá voltavam, se não com alguns cobres amealhados, resultado de um suor gordo, pelo menos a alguns sobravam-lhes, tempo adiante, as sezões, apanhadas no plantio dos arrozais. Mas também partiam para as quintas de Lisboa (Marvila, Moscavide, Olivais), de onde traziam histórias, novas imagens e, ao canto da memória, as décimas a cantar amores de el-rei D. Carlos. Outros, com mais coragem e com os barcos da aventura a flutuarem ao rés da pele, demandavam outros países, em especial o Brasil, as colónias.

Em 1901 a percentagem de ausentes do torrão-natal roçava os 10 por cento. Pedreira, Cruzes, Regatindo, Oiã e Perrães eram os lugares que mais mão de obra

forneciam quatro décadas mais tarde. Na década de cinquenta, abrandou à febre por Lisboa e pelas lezírias mas do El Dorado da Venezuela, onde começava a correr pão e mel, aquela duplica avantajadamente e praticamente não havia família alguma que não tivesse um emigrante, onde quer que fosse.

Certas manchas de miséria chegaram a provocar um certo desassossego nas aldeias. A propriedade alheia era muitas vezes assaltada, o alcoolismo assentava arraiais, cenas de navalhas e pancadaria estreloiçavam a monotonia da vida rural.

A saga da batata ou do arroz nos anos cinquenta ou mesmo da vinha, que conquistava espaços e avançava sobre as gândaras, era motivo bastante para a fixação de todos. Alguns achavam o chão que desbravaram pequeno, por vezes, ingrato e o largo da aldeia sem horizontes. Era a fuga, a debandada. Iam alugar o braço e o suor mas da via dolorosa sobrou uma verdade indesmentível: é que não hipotecavam o sangue e a alma, enfim, a sua matriz bairradina. Por outro lado, é inegável que a maior parte (porque por vezes aquelas terras também eram de perdição) erguia a cabeça, botava figura. Isso veio beneficiar tudo e todos: no comércio, na indústria e na nova paisagem. Uma imagem de certa abastança reflectiu-se nas casas novas, em substituição de outras caquéticas e sem comodidades. Com os bolívares chegava o progresso e voltava-se outra página no calendário da vida estreita e apertada da maior parte.

PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA 1906/1989

biblRIA

1906 - Abel Gomes da Conceicão e Silva
1910 - Manuel Joaquim de Carvalho
1912 - João Ferreira de Mattos Júnior
1913 - Manuel Martins Pereira
1914 - Manuel Joaquim de Carvalho
1918 - João da Silva Pereira
1919 - José de Barros
1920 - José Martins de Oliveira Júnior
1923 - Júlio Alves Soares
1924 - Domingos António Branco
1925 - Manuel Joaquim de Carvalho
1926 - Manuel Martins Pereira
1926 - Domingos António Branco
1928 - António Pinto de Miranda
1936 - Manuel Duarte de Oliveira Maia
1936 - Agostinho dos Santos Bastos
1938 - Manuel Caldeira de Albuquerque
1942 - Alberto Nunes
1946 - Abel dos Santos Maia
1950 - Manuel Duarte de Oliveira Maia
1955 - Álvaro de Oliveira Ribeiro
1968 - Jaime Francisco Duarte Júnior
1972 - António dos Santos Timóteo
1974 - José Dinis dos Reis
1975 - António Carvalhal dos Reis
1977 - Ventura Esteves Alexandrino
1985 - Armando Pires de Silva
1989 - Armando Pires da Silva

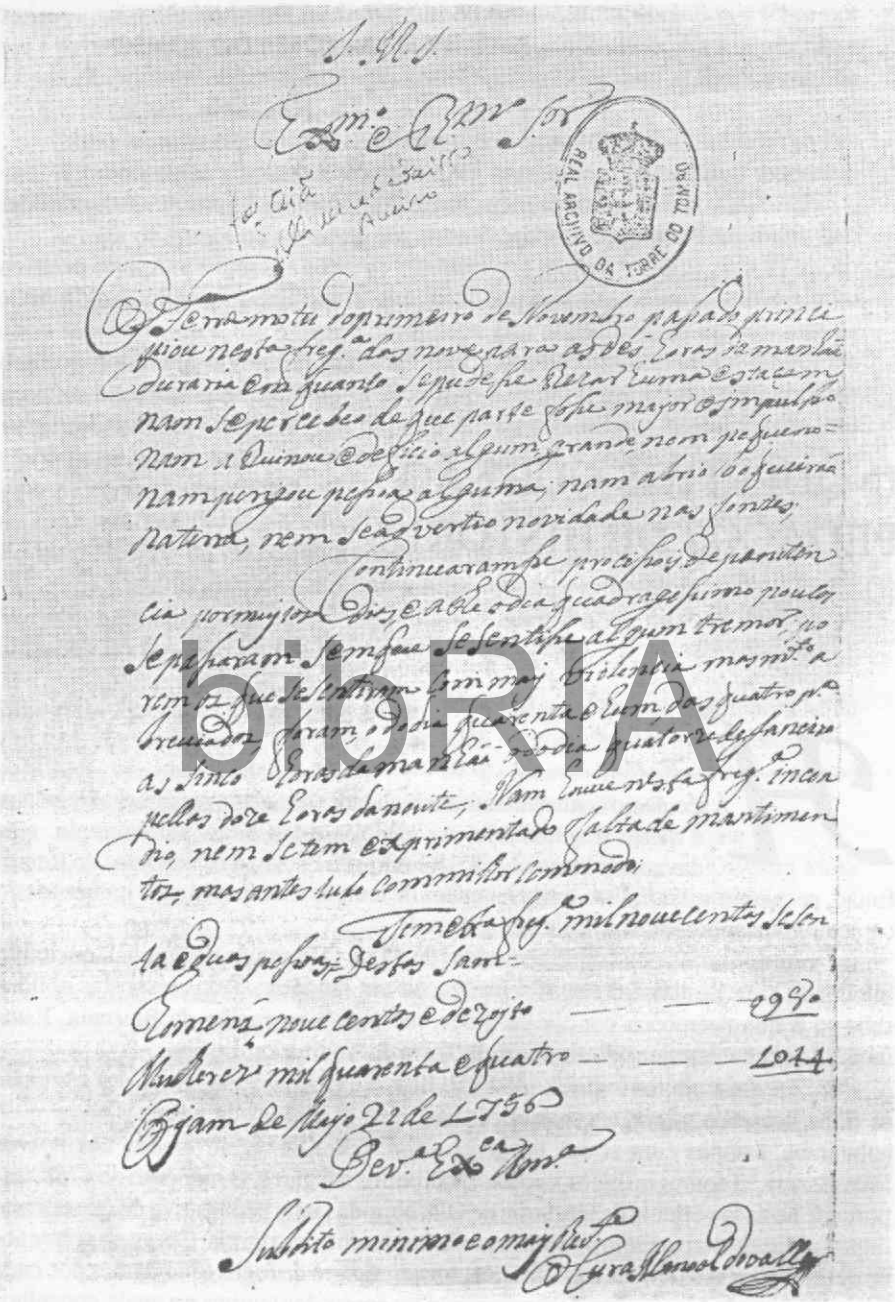
INQUÉRITOS QUE SÃO PEDAÇOS DE HISTÓRIA

bibRIA

Há séculos, o conhecimento das realidades sociais do país era problemática e muito fragmentário. As ciências estatísticas, por exemplo, ajudavam escassamente a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Então, para suprimir as falhas, eram lançados de tempos a tempos alguns inquéritos de carácter geral sobre todos os concelhos do país.

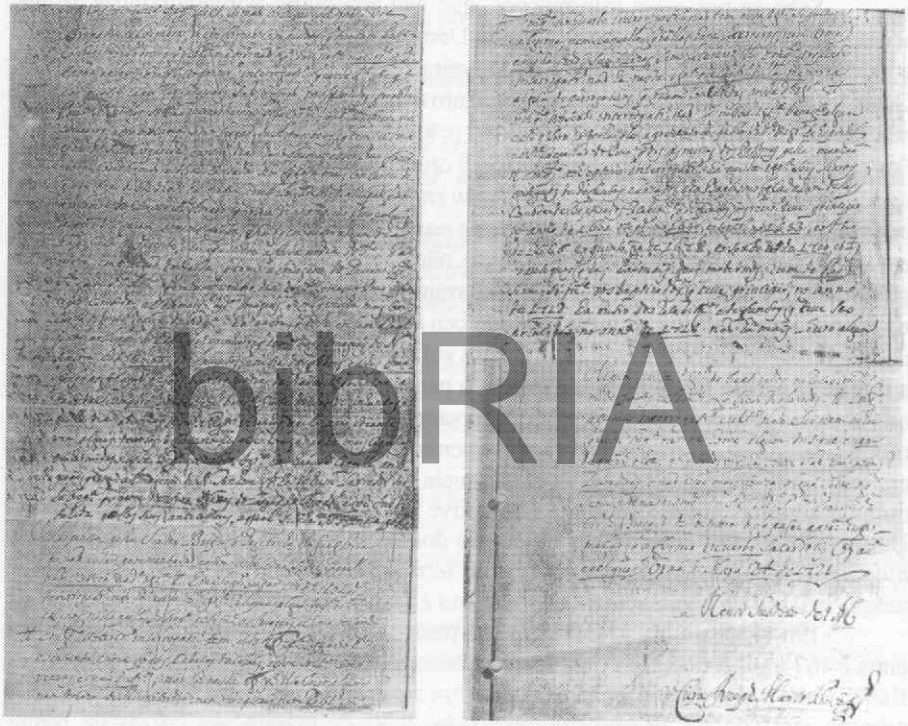
Assim aconteceu com o terramoto de 1755. O marquês de Pombal, querendo inteirar-se com justeza das ocorrências lançou um inquérito. Pelas respostas obtidas sabe-se o que aconteceu por toda a parte, mormente na região da Bairrada. Estes inquéritos encontram-se nos arquivos da Torre do Tombo em Lisboa.

Também por um inquérito de 1721, fica-se a saber um pouquinho de cada terra: se tinha hospitais, albergues, misericórdias, qual o número de casais e número de habitantes, campas com armas ou gente nobre (em Oiã eram *«todos uns pobres lavradores»*...) nomes insignes, capelas, padroeiros e lugares. O inquérito de 1758, importante no caso vertente da freguesia de Oiã, abre-nos uma perspectiva do que era este lugar (*«situado em campina de muitos pinhais»*), como era a igreja. Chega ao pormenor de descrever os seus altares e as suas imagens, o número de fogos e habitantes por cada lugar, nomeando lugares que desapareceram no correr dos tempos e a quais concelhos os lugares pertenciam. Refere ainda, quanto ao rio Cértima, a sua fauna — barbos,



Cópia do Inquérito de 1755.

biblRIA



bibRIA

Cópia do Inquérito de 1721.

enguias e ruivacos era o que mais abundava —, o tipo de cultura que prevalecia nas suas margens, o milho, apontando mesmo a sua navegabilidade.

Por outro lado, um inquérito da cúria diocesana de Aveiro fornece alguns pormenores interessantes sobre a situação da igreja matriz em 1775 e os compromissos assumidos nos *«tempos imemoráveis»* pelos nossos antepassados, apresentando o rendimento do pé-de-altar que se cifrava em 200 mil reis. Por outro lado, a côngrua, não falando no pé-de-altar, consistia em 20 alqueires de trigo, dez mil reis em dinheiro e quatro almudes de vinho.

O inquérito sobre o terramoto envolve um curioso manancial de elementos que exprimem a situação num dado momento.

Sabe-se por essas informações, que não são muito pormenorizadas, o que aconteceu. O pároco da Mamarrosa, padre Domingos João chegou a minudências, respondendo ponto por ponto, mas o de Oliveira do Bairro, padre António da Cruz de Gusmão, respondeu na generalidade enquanto o da freguesia de Oiã enviou uma informação muito curta, que no entanto é curiosa pelo sabor original que as respostas contêm. Por esse motivo, inserimo-la, respeitando a orotografia antiga.

Na Mamarrosa *«o terramoto durou enquanto se disseram dois credos, pouco mais ou menos, ondeava a terra da parte de nascente para poente, movendo-se a terra em toda a parte»*. No entanto, apesar disso, não se arruinou nenhum edifício. O maior prémio, que existia era a igreja e o que o terramoto lhe causou *«foi algumas aberturas no remate do zimbório»*. O mesmo aconteceu na torre e abriu-se um cunhal. Refere o documento que também a capela de Bustos sofreu três frestas nas suas paredes. Como a freguesia estava longe de rios e mares, o pároco Domingos João não respondeu ao questionário nesses pontos. As gentes estavam de algum modo satisfeitas porque não morrera ninguém, a terra não abriu bocas e nenhuma fonte rebentara. Terramoto anterior era coisa que ninguém lembrava mas aquele fez estremecer a terra na Mamarrosa durante algumas noites. Também não houve falta de mantimentos, nem incêndios. Houve, sim, preces seguindo as ordens do doutor provisor do bispado, *«para assim aplacar a Divina ira, não permitindo mais terramotos»*, e *«no fim de seis dias, houve uma procissão de penitência nesta freguesia e no fim dela houve sermão...»*

Em 1755, tinha a Mamarrosa 388 pessoas do sexo masculino, de 7 anos para cima e 467 mulheres e 154 crianças dos 7 anos para baixo. A freguesia de Oliveira do Bairro tinha 811 *«pessoas homens»* e 823 *«pessoas mulheres»*. Ali o terramoto teve a duração aproximada de oito minutos, pelas 9,30 da manhã. As cruzes da igreja tombaram ou ficaram inclinadas para norte, os cunhais da torre e da igreja tombaram no mesmo sentido e as árvores também denunciaram essa direcção de sul para norte, embora o impulso, segundo o pároco, parecesse de poente para nascente. Porém, as casas da residência ruíram ao abrirem-se muitas paredes, *«tanto que entrou o sol, findo o terramoto ficaram tão unidas que nem a luz entra»*. As fontes pararam por algum tempo e correram turvas as águas. *«A terra abriu bocas porque correu água doce e espuma verde que logo secaram»*, relata ainda o documento. Depois do primeiro, houve vários outros abalos, *«uns distintos, outros pouco perceptíveis, precedidos de um estrondo subterrâneo»*.

DIORIA

Em 1758, a vila de Oliveira do Bairro tinha 126 fogos e a freguesia 513, com 1642 pessoas.

Transcrevemos na íntegra vários inquéritos.

INQUÉRITO DE 1755

1º - A que horas principiou o terramoto do primeiro de Novembro e que tempo durou?

2º - Se se percebeu que fosse maior o impulso de uma parte, que de outra? v.g. do Norte para Sul, ou pelo contrário e se parece que caíram mais ruínas para uma que outra parte?

3º - Que número de casas arruinaria em cada freguesia, se havia nela edifícios notáveis e o estado em que ficaram?

4º - Que pessoas morreriam, se algumas eram distintas?

5º - Que novidade se viu no mar, nas fontes e nos rios?

6º - Se a maré vazou primeiro ou encheu, quantos palmos cresceu mais do ordinário, quantas vezes se percebeu o fluxo e refluxo extraordinário, se se reparou que tempo gastava em baixar a água e quanto a tornar a encher?

7º - Se abriu a terra algumas horas, o que nelas se notou e se rebentou alguma fonte de novo?

8º - Que providência se deram imediatamente em cada lugar pelo eclesiástico, pelos militares e pelos ministros?

9º - Que terramotos têm repetido depois do primeiro de Novembro, em que tempo e que dano têm feito?

10º - Se há memória oa de que algum tempo houvesse outro terramoto e que dano fez em cada lugar?

11º - Que número de pessoas tem cada freguesia, declarando, se puder ser, quantas há de diferente sexo?

12º - Se se experimentou alguma falta de mantimentos?

13º - Se houve incêndio que tempo durou e que dano fez?

Este o questionário lançado pelo marquês de Pombal.

Pelo que se sabe no distrito de Aveiro os prejuízos do terramoto resultaram insignificantes. Foi maior o abalo psíquico do que o outro.

O Pároco de Oiã respondia:

Iesus Maria José

Excelentíssimo e Reverendísssimo Senhor

O Terramoto do primeiro de Novembro passado principiou nesta freguesia das nove às dez horas da manhã duraria enquanto se pudesse rezar huma estaçam nem se percebeo de que parte fosse maior o impulso nem arruinou edifício algum, grande nem

biblRIA

pequeno nem perigou pessoa alguma, nem abriu boqueirão na terra nem se advertiu novidade nas fontes.

Continuaram-se procissois de penitência por muijtos dias, e athe o dia quadragésimo poucos se passaram sem que se sentisse algum tremor, porém os que se sentiram com mais violência mas muito abreviados, foram, o do dia quarenta e hum, das quatro para as cinco horas da manhaã e do dia quatorze de Janeiro pellas doze horas da noute, Nam houvẽ neste freguezia incêndio, nem se tem experimentado falta de mantimentos, mas antes tudo com milhor commodo.

Tem esta freguesia mil novecentos e setenta e duas pessoas. Destas sam:
homens novecentos e dezoyto - 0980 **(sic)**
Mulheres mil quarenta e quatro - 1044
Oyam de Mayo 21 de 1756
De Vossa Excelência Reverendíssima
Subdito mínimo e o mais reverente
O Cura Manoel do Valle.

Como se vê, para além do susto e do medo de surgir outro terramoto mais forte, o povo de Oiã não sofreu dano, nem um único arranhão. Estava tudo *«com melhor commodo»*, mas rezou bastante.

INQUÉRITO PAROQUIAL DE 1721

biblRIA

Nesta minha freguesia de S. Simão do lugar de Oiã, deste bispado de Coimbra, me informei com pessoas que tiveram bastantes conhecimentos. Sobre o que Vossa Majestade me ordena para dar resposta na vinda, achei e sei. Quanto ao primeiro interrogatório, nessa dita freguesia há quatro capelas, as quais são e foram instituídas por este povo para nelas se administrarem os sacramentos, quando lhe forem necessários e há uma no lugar de Águas Boas, que tem a imagem de Santa Margarida e no seu dia lhe costuma este povo fazer festa com sermão e missa cantada, sem que haja mais concurso de gente de fora deste dia.

Há outra no lugar de Malhapão, que tem a imagem do glorioso Santo Amaro, a quem no seu dia o mesmo povo e alguns devotos lhe fazem uma festa, sem que em outro algum dia, haja concurso de gente e só a que assiste à festa no dia santo.

Há outra no lugar da Gesta, que tem a imagem do Divino Espírito Santo e a de Santo António que em um e outro dia dos ditos o mesmo povo festeja com festa e solenidade, sem que venha mais concurso de gente de fora da freguesia. E há outra que está em um local do Rego do Espinheiro, que tem duas imagens de Nossa Senhora. É uma chamada dos Inventos e outra das Febres e estas imagens as festejam os fiéis devotos no dia da Natividade da Senhora, a oito de Setembro, e aonde vem bastante gente destas vizinhanças e naquele dia de outras freguesias vizinhas e pelo ano adiante vem alguns devotos oferecerem-se à Senhora. E não há mais capela ou ermida nesta

freguesia.

Há uma só capela antiga que tem a imagem de Nossa Senhora e que é de um lavrador desta freguesia, de nome Ventura Nunes, do lugar do Furadouro e que foi instituída pelos seus antecessores, a qual se acha suspensa pelo senhor Bispo, que Deus tenha em sua glória, por não estar paramentada e assim está como se capela não houvera na dita igreja. Em segundo lugar e quanto ao segundo interrogatório, não há nesta dita igreja relíquia alguma de santa ou santo e menos nas capelas da freguesia e somente as imagens acima declaradas. Quanto ao terceiro interrogatório, tem esta freguesia quatrocentos e cinquenta fogos, cabeças de casais, tanto solteiros como viúvos e casais indivisos. Não há nesta freguesia mosteiro algum nem casa de misericórdia nem hospitais nem recolhimento.

Quanto ao quarto interrogatório, não há nesta igreja sepultura alguma nem capelas em que nelas haja letreiros nem armas, todas são lisas e sem letreiro. Quanto ao quinto interrogatório, não há nesta igreja ou cartório dela memória alguma de prerrogativas que fossem concedidas a esta dita igreja. Quanto ao sexto interrogatório, não há nesta igreja benefício e só o pároco dela é apresentado pelo reverendo vigário de Espinhel e o padre capelão do povo que diz as missas dos pastores pela manhã. Quanto ao sétimo interrogatório, há nesta igreja seis livros antigos de defuntos e de casados e de baptismos e cada um deles, consta de baptizados, recebimentos e defuntos. O primeiro teve princípio no ano de 1601, o segundo no ano de 1640, o terceiro no ano de 1655 e o quarto no ano de 1668 e o quinto no ano de 1648 e o sexto no ano de 1700. Estes são antigos e há mais dois modernos e um deles servindo sómente para baptizados e teve princípio no ano de 1712. Há outro de recebimentos e defundos que teve o seu princípio no ano de 1718 e não há mais livro algum nesta igreja de baptizados ou de recebimentos ou defundos, sómente os que ficam declarados. Quanto ao oitavo interrogatório e último, não sei nem achei que nesta freguesia houvesse nome algum insigne e nem de presente o há porque todos os que há ou houve são uns pobres lavradores e não sei mais coisa alguma sobre o que me ordena nomear o excelentíssimo e reverendíssimo provisor do Bispado de Coimbra de que passei a presente informação que afirmo «in verbo sacerdotis». Oiã e assinei, 21 de Maio de 1726.

O menor súbdito de V. Majestade

O cura José Manso Preto.

biblRIA

INQUÉRITO PAROQUIAL DE 1758

Tem esta igreja de Espinhel uma anexa ou filial, que é a igreja de Oiã, cujo pároco é cura anual apresentado pelo desta de Espinhel. O orago é S. Simão e dista desta meia légua para a parte do poente e está o dito lugar de Oiã, situado em campina cercada de muitos pinhais e dele se discorrem algumas povoações como são a igreja e parte de Oliveira do Bairro, a igreja e parte da igreja do lugar de Requeixo, o lugar do Carregal e de Mamodeiro, ambos da mesma freguesia de Requeixo. É a dita igreja

de Oiã de uma só nave, tem cinco altares: o altar-mor, que é de S. Simão; para a parte do Evangelho, tem dois, o primeiro de Nossa Senhora do Rosário e o segundo de Nossa Senhora das Neves, em sua capela particular; da parte da epístola, tem outros dois, o primeiro de S. Sebastião, em que está também colocado o Santíssimo Sacramento e o segundo é o das almas. Com a sua Irmandade das mesmas e dos seus irmãos tem três indulgências plenárias no decurso do ano, tem um capelão que diz missa quotidiana no mesmo altar da Irmandade pelos irmãos vivos e defuntos em cada ano e um aniversário. Esta igreja fora do lugar, no fim dele, mas no meio da freguesia porque consta esta não somente do mesmo lugar de Oiã que tem oitenta e um vizinhos e duzentos e quarenta pessoas, também o lugar dos Carris que tem catorze vizinhos e trinta e duas pessoas; o lugar do Lavadouro que consta de seis vizinhos e doze pessoas; o lugar do Rego que tem trinta e três vizinhos e cento e três pessoas; o lugar de Perrães que tem setenta e quatro vizinhos e cento e trinta pessoas; o lugar da Gesta que consta de quarenta e três vizinhos e cento e cinquenta pessoas; o lugar do Silveiro que tem setenta e cinco vizinhos e duzentas e dezasseis pessoas; o lugar do Ervedal que tem cinco vizinhos e vinte e duas pessoas; o lugar da Furadouro que tem cinco vizinhos e vinte e seis pessoas; o lugar da Silveira que tem vinte e três vizinhos e oitenta e quatro pessoas; Póvoa das Cimalhas que consta de cinco vizinhos e treze pessoas; o lugar de Malhapão que tem sessenta e nove vizinhos e duzentas e seis pessoas; o lugar da Pedreira que tem doze vizinhos e trinta e três pessoas; Águas Boas que consta de sessenta e três vizinhos e de cento e sessenta e sete pessoas; o lugar do Ramalheiro que tem nove vizinhos e vinte e nove pessoas; o lugar das Cruzes que tem dezasseis vizinhos e quarenta e oito pessoas; a Póvoa do Tronchão e Caniçais têm seis vizinhos e dezassete pessoas; a Póvoa dos Matos que tem quatro moradores e dez pessoas, e assim consta toda a freguesia de Oiã de mil quinhentos e setenta e sete de Sacramento e de quinhentos e quarenta e três vizinhos. Estes são lugares, vizinhos e pessoas que inteiramente pertencem à dita freguesia de Oiã que goza dos privilégios concedidos à Casa de Aveiro de onde é termo, menos os lugares de Malhapão e Águas Boas que são do distrito da vila de Esgueira, cabeça de Comarca. Há no distrito desta freguesia algumas capelas para delas se administrarem os sacramentos aos enfermos e nenhuma delas é de romagem. Mas, sim, só há uma ermida de Nossa Senhora dos Febres que fica fora dos lugares, em um campo, junto da margen do rio Cértoma e pertence à dita igreja de Oiã. Nesta mesma ermida costuma-se ver romagem em muitos dias do ano, mas nos dias em que há mais concurso é no dia oito de Setembro, dia de Natividade da Senhora e na segunda oitava da Páscoa de Perrães. Rende o curato desta mesma freguesia de Oiã duzentos mil reis, pouco mais ou menos.

Enquanto aos interrogatórios das serras, não tenho que dizer porque nesta freguesia não há serras.

Aos do Rio respondo:

Ao 1.º - Nesta terra há um rio chamado o rio Águeda, nome que tomou de principiar a sua maior enchente no lugar de Bolfiar, freguesia de Águeda. Este rio se forma em dois, um é chamado Agadão e outro o Alfusqueiro e juntam-se no lugar de Bolfiar e aqui se forma. É um rio que vem correndo pela freguesia de Águeda, continua

DORIA

pela de Recardães, por esta de Espinhel e pelas mais que se seguem até à de Requeixo, aonde se junta com o rio Cértoma, o qual rio Cértoma tem o seu nascimento na Serra de Buçaco e vem discorrendo por vários sítios até chegar à ponte de Requeixo onde se mete o rio Águeda.

Ao 2.º—Nem um nem outro rio nascem logo caudalosos e só são no tempo de Inverno e correm todo o ano.

Ao 3.º—No mesmo rio Cértoma se vem meter outro rio chamado o Livira junto do lugar de Perrães, freguesia de Oiã.

Ao 4.º—Tanto o rio Águeda, como o rio Cértoma são navegáveis, mas é só de barcos pequenos.

Ao 5.º—O Rio Águeda é mais arrebatado no curso do que o rio Cértoma.

Ao 6.º—O Rio Águeda corre de nascente para poente e o Cértoma do sul para o norte.

Ao 7.º—Ambos os dois rios criam peixes e os que nascem em maior abundância no distrito desta freguesia são barbos, enguias e ruivacos.

Ao 8.º—Em todo o tempo se pesca, excepto nos meses de Março, Abril e Maio.

Ao 9.º—As pescas nesta freguesia são livres.

Ao 10.º—As margens de ambos os rios se cultivam, a novidade que melhor tem é o milho grosso.

Ao 11.º—Nada.

Ao 12.º—O rio Cértoma perde o nome ao entrar no rio Águeda, junto de Requeixo e o rio Águeda perde o nome ao entrar no rio Vouga, junto do lugar de Almeara, freguesia de Travassô e dali até entrar no mar conserva sempre o rio Vouga este nome.

Aos 13.º, 14.º, 15.º, 16.º e 17.º—Nada.

Ao 18.º—Os povos junto do rio Cértoma, no distrito desta freguesia—servem-se livremente das suas águas para a cultura dos campos.

E não tendo mais nada que responder a este, aos mais interrogatórios, segundo o que me informaram, além do conhecimento que tenho desta freguesia de Oiã. Residência de Espinhel de Maio 6 de 1758.

O súbdito mínimo e o mais reverente,
O vigário Manuel do Vale.

biblRIA

INQUÉRITO DE 1775

Também os bispados usavam o processo dos inquéritos. Assim é que, em 1775, o padre Gabriel da Costa Neves, nomeado por D. António Freire Gameiro de Sousa, primeiro bispo da diocese de Aveiro, provisor, vigário-geral, juiz das habilitações, casamentos e resíduos, enviava, em 22 de Setembro desse mesmo ano, uma ordem circular, feita em quadruplicado, destinando-se uma via às freguesias da cidade, outra

às do distrito eclesiástico da Bairrada ([61]), outra às do distrito eclesiástico de Além-Vouga e outra às do distrito eclesiástico de Vale de Cambra. Tinham os párocos seis dias para dar respostas precisas as perguntas que passamos a transcrever:

1.º — Qual é o santo titular dessa igreja e freguesia, em que vila ou lugar está sita a igreja e quantas léguas dista desta cidade; se é matriz ou filial e anexa, e de que igreja; com que freguesia ou freguesias confina a paróquia, em que distância e de que banda, se é do nascente, poente, norte ou sul que confina com elas; e se por essa freguesia ou junto dela discorre algum rio ou estrada real, como se chama e de que parte discorre, se do nascente, poente, norte ou sul?

2.º — Se o rev. pároco dessa igreja é perpétuo ou anual e amovível, como se intitula, se prior, vigário, reitor ou cura, e quem costuma apresentá-lo; e se o mesmo rev. pároco percebe em todo ou em parte os dízimos dessa igreja, ou quem os percebe, e quanto eles poderão render em cada ano, regulados uns por outros de cinco anos a esta parte?

3.º — Se essa igreja é colegiada, quantos benefícios tem, quem os apresenta, se são perpétuos, simples ou com obrigação de cura de almas, se o seu rendimento consiste em côngrua certa, e quem a paga, ou em frutos e benesses, quanto importa o rendimento certo e o incerto de cada benefício anualmente, regulado o de um ano pelos outros.

5.º — Se, além do rev. pároco principal, há nessa igreja e freguesia um ou mais curas coadjutores, perpétuos ou amovíveis, quem os apresenta, quanto tem cada um de côngrua anual e quem costuma satisfazer-lha?

6.º — Em que consiste o rendimento anual do rev. pároco principal dessa igreja, se em todos ou parte dos dízimos, frutos e pé-de-altar ou em côngrua anual, quem lha paga e quanto importa o rendimento certo e o incerto anualmente, regulados uns anos pelos outros, abatidas as despesas de côngruas e quaiquer outros encargos anexos, com declaração da quantidade e qualidade das mesmas despesas anualmente?

7.º — Se essa igreja e frutos dela se acham gravados com alguma pensão eclesiástica, perpétua ou ad tempus, de quanto em cada ano, a favor de quem e com que autoridade se acha neles imposta?»

bibRIA

As resposta foram dadas pelo pároco, padre Francisco Tavares.

O cura, que era amovível, recebia *«a mínima côngrua de vinte alqueires de trigo, quatro almudes de vinho»* e dez mil reis em dinheiro. Todavia, não estava muito satisfeito com a pobreza das alfaias litúrgicas, que mostravam *«debilidade e indecência»*. Nesse ano já havia capelão das almas, pelo que se deduz que a Irmandade das Almas é anterior.

A freguesia tinha (em 1776) 627 fogos e nela residiam os seguintes clérigos: o cura, padre Francisco Tavares e padres António José Leitão, João Lopes da Silva, Sebastião da Maia, Lourenço Pires Coelho, Manuel Rodrigues, Manuel de Oliveira (do Silveiro), Caetano da Silva e João Tomé ([62]). Era composta pelos lugares de Oiã, Agras,

Carris, Lavadouro, Rego, Perrães, Gesta, Silveiro, Ervedal, Furadouro, Seara, Silveira, Cimalhas, Malhapão, Pedreira, Carro Quebrado, Águas Boas, Pousios, Cruzes, Fronchão, Caniçais, Juntas e Ramalheira.

Foi esta a resposta do padre Francisco Tavares, tal qual se encontra na Cúria Diocesana (conforme vem inserido em «A Diocese de Aveiro no século XVIII» de mons. João Gonçalves Gaspar, págs. 60-62):

Cópia dos interrogatórios insertos na ordem circular do m.to rev. sr. dr. Provisor da cidade de Aveiro, Gabriel da Costa Neves, para por virtude dela como pelo dito senhor me foi ordenado, informar sobre os interrogatórios da dita ordem insertos, a respeito desta igreja de Oiã, Bispado de Aveiro:

1. — Em cumprimento do que achei copiado na ordem circular, que inclusa remeto, que informando-me sobre o primeiro interrogatório: — É o Santo Patrono desta igreja de Oiã S. Simão; a mesma igreja se acha situada no lugar dito de Oiã, distante da cidade de Aveiro duas léguas; é anexa à igreja de Nossa Senhora da Assunção de Espinhel; confina da parte nascente com a freguesia de S. Miguel de Oliveira do Bairro, do norte com a freguesia de Santo André de Fermentelos, do poente com a freguesia de S. Miguel de Soza, e do sul com a freguesia de S. Bartolomeu do Troviscal; confinam as ditas igrejas desta de Oiã em suas confrontações referidas em distância de uma légua, menos a freguesia de Santo André de Fermentelos, que esta dista do norte a esta meia légua, a de Oliveira do Bairro dista do nascente a esta igreja uma légua, a de S. Bartolomeu do Troviscal do sul dista uma légua, a de S. Miguel de Soza do poente dista uma légua; discorre junto desta igreja, da parte do nascente na distância de meia légua, um rio que no tempo do Inverno se não pode vadear sem embarcação, pela abundância de água, chamado o tal rio o Ribeiro, que discorre da parte de Avelãs para o mar; e junto desta igreja e pelo meio desta dita freguesia discorre da parte da vila de Oliveira do Bairro, Avelãs e Sangalhos uma estrada da parte do nascente, que vai para o poente, e esta se dirige para a cidade de Aveiro.

2. — O rev. pároco desta igreja de Oiã é apresentado pelo rev. pároco da matriz de Espinhel em cada um ano, e por isso é cura amovível; não percebe dízimos alguns mais do que a mínima côngrua de vinte alqueires de trigo, quatro almudes de vinho, com obrigação de dar vinho e hóstias para dizer missa aos clérigos da freguesia, e tem mais de côngrua dez mil reis em dinheiro, que tudo lhe paga o rendeiro que arrecada os dízimos da freguesia, que andam estes em novecentos e tantos mil reis, por assim me constar, que recebe a comenda que recebe a Real Coroa.

3 — Não é esta igreja colegiada, nem tem benefício algum; é administrada unicamente pelo pároco apresentado anualmente, sem coadjutor algum mais do que alguns clérigos da freguesia que sem obrigação mas sim querendo, ajudam o pároco aos sacramentos, havendo necessidade; recebe somente a côngrua supra referida no segundo artigo da mão do rendeiro, que recebe os dízimos da dita comenda supra; poderá render esta igreja de pé-de-altar, regulado o rendimento de um ano por outro, cum expensis duzentos e vinte mil reis.

DIGRIA

4 - A capela-mor e sacristia se acham falhas de paramentos e ornamentos e mais necessário para a decência do Culto Divino. A comenda é obrigada a paramentá-las; não tem feito gasto algum nos ditos ornamentos e mais coisas necessárias para a dita capela-mor e sacristia, há vinte anos a esta parte, pelo que achei, informando-me com o rev. Padre Cura meu antecessor, o que tudo bem mostram os actuais ornamentos pela debilidade e indecência; o que é necessário para o dito ornato não o posso dizer, pela causa referida da necessidade que há dos ditos paramentos; só sim dá o rendeiro da dita comenda a cera para o candeeiro da Semana Santa e mais duas velas e duas tochas para a missa conventual de todos os dias festivos; e só se acha também unicamente nos paramentos pertencentes à sacristia uma casula encarnada e outra roxa capazes de uso e com capacidade de servir; quanto às mais cores servem-se com os ornamentos das Confrarias, quando é necessário para o Culto Divino.

5 - Não há nesta freguesia de Oiã mais pároco algum do que o pároco, há um capelão das Almas, que diz as missas da manhã ao povo, a quem o mesmo povo paga, sem obrigação alguma de ajudar o pároco, só se graciosamente quer, e este não é perpétuo, por ser a vontade do povo da freguesia ajustar-se com quem lhe parece.

6 - O rev. pároco não percebe mais coisa alguma do que a côngrua e pé-de-altar, que consiste a côngrua em vinte alqueires de trigo, dez mil reis em dinheiro, quatro almudes de vinho, como acima fica dito; o pé-de-altar, deductis expensis, poderá render cem mil reis, em cada um ano, por ter o rev. pároco excessivos gastos no tempo da Quaresma em sustentar os confessores para o ajudarem a desobrigar o muito povo que tem a freguesia, para constar esta de seiscentos e tantos fogos, e mil e setecentos e mais pessoas de rol.

bibRIA

7 - Não consta que a igreja ou seus frutos se achem pensionados com pensões algumas.

Eu, Padre Francisco Tavares, cura actual desta igreja de S. Simão de Oiã, Bispado de Aveiro, certifico em como me informei com o rev. Padre João Lopes da Silva, cura antecessor que foi desta igreja, que se despediu no S. João proxime passado de 1775 anos, sobretudo o referido nos interrogatórios, que estavam inclusos na ordem circular; sobre tudo o que nos ditos interrogatórios se continha e, informando-me na forma dita, achei todo o conteúdo e referido, que bem fielmente escrevi e verdadeiramente declarei, que bem consta, que tudo vai escrito em duas meias folhas de papel com esta, e por assim passar na verdade passei a presente que, sendo necessário, afirmo in verbo sacerdotis, e assinei hoje, 30 de Setembro de 1775 anos.

O Cura
as) Francisco Tavares

II PARTE

UM POUCO DE ETNOLOGIA

bibRIA

bibRIA

USOS E COSTUMES

bibRIA

EMBORA tenha deixado em algumas páginas anteriores largas pinceladas ou simples murmúrios sobre alguns usos e costumes com assento na freguesia, o tema não ficou esgotado.

Talvez o costume local mais significativo socialmente seja o que nasce da amizade, dos conhecimentos e da relação diária que reúne à volta de um copo de vinho os homens, sejam da aldeia ou forasteiros. Este rito tem um lugar próprio — a adega, sala de visitas do lavrador. Ali se planeiam festas, concretizam negócios, analisam as sementeiras, ou se conta uma anedota, lavram sentenças e se escolhem amigos. Se o borralho juntava a família, a adega reunia (e reúne) amigos e conhecidos, espevita novas amizades, solta as línguas. O dono da casa serve do melhor vinho que tem, directamente do tonel para o copo, num jacto borbulhante, colorido e farto. Pode acontecer que todos acabem mesmo por fazer uma prova geral aos tonéis. Para isto eram (e são) convidados pelo dono que os vê passar de bicicleta ou a pé a qualquer hora, porque, dizem, *«vinho é sangue de nosso Senhor Jesus Cristo»*. Não se pode recusar. É selo de amizade.

Outros costumes revelavam uma vocação associativa ou um cunho acentuadamente gregário e comunitário. Ainda hoje funcionam as sociedades mútuas de gado suíno e bovino, com código de honra que atesta a confiança de todos. São compostas por presidente, secretário e tesoureiro e sócios que são os lavradores.

Veja-se o caso de alguns baldios existentes na freguesia no ínicio deste século, pertença do povo. Em Águas Boas, havia mesmo o Pinhal do Povo (hoje Cabeço das Pedras), com uma área de 1.200 hectares segundo o «Reconhecimento dos Baldios do Continente». Era logradouro comum, terreno argiloso, de calhau rolado, do período terciário. O mesmo documento menciona outro baldio no lugar do Silveiro, com chão de características algo diferentes, pois trata-se de terreno areno-argiloso e do período pliocénio, (do tempo em que o mar, que tinha coberto toda a região da Bairrada e mormente toda a freguesia de Oiã, recuava. Era bem mais pequeno (media mil metros). Por outro lado, mantinha-se o costume do empréstimo do pão, da broa, quando não do forno, entre vizinhos. O pão emprestado restituía-se em igual parte, se não acrescentada, quando o forno voltasse a cozer. A farinha de milho que os moleiros entregavam com as suas mulas, era amassada e levedada em amplas masseiras de madeira. Feito o trabalho, as mulheres faziam uma cruz no pão e recitavam pequenas orações. Era a bênção:

1

Deus te acrescente
como o milho da semente.
Tu cresças sempre
e o milho que rebente.

2

Vós a levedar e nós a comer,
tudo isso Deus pode fazer.
Em nome do Pai e do Filho
e do Espírito Santo. Amen.

3

Deus te acrescente
em louvor de S. Vicente.
Deus te levede
em louvor de S. Mamede.

4

S. Levede te levede
e S. Crescente te acrescente,
Deus te ponha a virtude
que eu por mim fiz o que pude.
(Em nome do Pai...)

Reinava um grande respeito pelo pão porque era duro fazê-lo. Quando alguém deixava cair um pedaço, tinha de o apanhar e beijar para não pecar ao perdê-lo.

Com o pão ainda em grão pagava o povo, ainda nas décadas de trinta e quarenta,

biblRIA

ao barbeiro, ao alveitar e ao médico as respectivas avenças. O barbeiro cobrava um alqueire de milho por homem, o alveitar igual medida por casa, e, mais tarde, 20 litros. O médico também cobrava um alqueire por família. Por sua vez, o moleiro pagava-se por maquia do trabalho da moagem ou do descasque do arroz em grão já limpo — era então, um litro por alqueire.

A recolha era feita pelo S. Miguel. Enquanto o alveitar a fazia directamente, já o médico tinha quem se encarregasse dessa tarefa em cada lugar.

O último médico a aceitar avença foi o afável dr. Ângelo Graça, natural da Fogueira, Sangalhos, casado com Maria Amélia Ferreira Pinto Basto Feiteira, filha de Alfredo José Ferreira e de Amélia Ferreira Pinto Basto, da Quinta do Silveiro, que teve privilégios de couto. Ângelo Graça no início da sua carreira montou consultório em Oiã e mais tarde a Casa de Saúde (hoje Clínica de Oiã).

Quando não havia fósforos, o lume era guardado sob as cinzas. No entanto, extinguia-se muitas vezes no borralho. Então pedia-se o lume ao vizinho, como mais tarde se pediam fósforos. O vizinho estava sempre à mão em socorro, compreensão. Ajudava no Inverno na matança do porco, que cada um queria apresentar com mais arrobas, e também nas eiras, quando a debulha dos cereais era feita braçalmente. Emprestava ainda a vaca e a carroça, a foice ou a água. Havia poços e águas a meias. E não raras vezes o vizinho emprestava a mulher para amamentação.

Na matança do porco, que era o grande governo da casa, era costume ofertar a vizinhos e familiares pratos de sarrabulho com bocados de fígado e até rojões das tripas, que eram lavadas em valas de água corrente, ou pratos de fêveras.

Quando nascia uma criança e a mãe adregava não ter leite, esta recorria a uma vizinha que a amamentava. Ficava mãe de leite. Com as crianças tinha o povo os maiores cuidados, por vezes levados aos extremos, à superstição. Mulher grávida não podia ser, por exemplo, madrinha, porque podia morrer a criança que ia baptizar ou a que trazia no ventre. Por seu turno, os padrinhos tinham de dizer, na hora do baptismo, todas as palavras do Credo para que elas ficassem em seu juízo perfeito e bem baptizadas. A madrinha não podia descuidar-se, colocar a mão por debaixo da do padrinho. Desde esse dia um e outro ficam comadres e compadres. Tal regra abrange os pais das crianças. No regresso a casa, a madrinha entregava à mãe a criança que convinha fosse dormir a seguir com a roupa que trazia da igreja. O tempo que dormisse seria o tempo que estaria a boiar na água antes de se afogar, caso sofresse acidente... Nessa altura a madrinha dizia à mãe: *«entregaste-mo pagão e eu entrego-to cristão»*. Também é considerado não aconselhável que as crianças com menos de um ano acompanhem enterros ou entrem em casa de morto. Podem apanhar *«ar de defunto»*.

À madrinha competia oferecer ao afilhado o enxoval, que era levado à igreja pela parteira, ao passo que o padrinho tinha a obrigação de dar ouro: brincos, se fosse menina, pulseiras ou voltas, se fosse menino, costume este que hoje se mantém. Mas já não se mantém o costume da criança ser conduzida à igreja vestida com o enxoval oferecido pela madrinha e regressar a casa vestida com o enxoval comprado pelo padrinho.

O padrinho tinha de pagar ao sacristão o toque dos sinos, após a cerimónia, três vezes para menino, duas, para menina. Ao padrinho competia também, e compete ainda,

biblRIA

a obrigação de pagar a urna, caso o afilhado morra. Então, as raparigas acompanhavam o cortejo fúnebre com os tabuleiros de milho e ovos à cabeça.

Os compadres e comadres abundavam e também os parceiros e parceiras, designação dos pares na comunhão ou na Irmandade das Almas ou qualquer outra confraria ou mordomia. A Irmandade e a mordomia do Senhor mantiveram o hábito do mordomo do ramo obsequiar os parceiros com um grande banquete no dia da festa do padroeiro de cada lugar. Nos dias de festas à mesa já não ia o caldo que os lavradores devoravam noutros dias, metendo todos a colher na panela. Um traçalhão de carne gorda adubava o caldo, regado com uns bons copos de tinto emborcado directamente da cabaça, garrafão ou ancoreta. Também nas casas dos lavradores o *escoado* era debicado com garfos por toda a família ou grupos de trabalhadores da mesma bacia grande, redonda como a lua e com ramagens no fundo. Porém, os garfos nem sempre achavam conduto suficiente para a sua fome.

Nos dias das festas, reinava uma fartura asseada. Com toalha e pratos fundos e ladeiros, guardanapos, copos, tudo individual. Não faltavam as iguarias. Abancava-se até à noite, fazendo correr conversas, negócios, histórias, alegria.

Entre os pares das mordomias ocupava lugar de especial relevo o juiz que, depois de recolher a procissão, ia entregar o dito ramo (de belas flores) a quem o substituiria no ano seguinte. A Banda acompanhava-o com acordes festivos, tal como acontecia em relação à juiza, quando havia as mordomas da capela. À capela regressavam o juiz e a juiza desse ano, já acompanhados dos seus substitutos, de ramos direitos e olhar contente e vaidoso.

Quando os anjinhos num rasto de ternura eram vestidos em casas particulares, a banda tinha ainda mais essa tarefa: ir buscá-los e levá-los, tocando marchas.

Também parceiros entre si ficavam, e ficam, os sogros de um casal.

Aprazada a data do casamento, eram lidos os *banhos* nas missas de três domingos consecutivos. No documento constavam os nomes dos noivos e respectiva filiação, com o recado: se houvesse alguma pessoa que visse impedimento no casamento que o denunciasse ao pároco.

Feito o casamento, a madrinha da noiva distribuía amêndoas pelos convidados, quando não as arremassava à criançada que as esperava no adro ou junto à porta da igreja ou as espalhava pela mesa da boda. Havia ali sempre quem coroasse os noivos de pétalas de flores, confetti e bagos de arroz, o que voltava a suceder quando entravam na casa dos pais. Uma das primeiras coisas que faziam à chegada, era pedir aos progenitores, de joelhos na sala, a bênção.

Se havia arroz (e se caísse chuva, de preferência miúda, melhor, dava sorte), também não faltavam o arco e o mastro, postados à porta da noiva e do noivo. Um e outro eram arranjados nos alpendes ou adegas pelos vizinhos e amigos nas noites que precediam a boda, com pinheiros novos que cobriam normalmente de folhas de papel de cor recortado em belos desenhos.

A boda realizava-se quase sempre em casa dos pais da noiva e prolongava-se tarde dentro, a transbordar de fartura. No entanto, no lugar de Malhapão havia o costume (e ainda há em muitos casos) de fazer banquetes separados. Isto é, o noivo preside a um e a noiva a outro e cada um respeitando os seus convidados em casa de seus pais. Eram pratos sobre pratos, as mais diversas ementas, alinhando-se terrinas, garrafas, talheres.

KHORIA

Por vezes, dentro de terrinas eram colocados pombos, sapos, coelhos, que saltavam quando eram destapadas. Eclodia a gargalhada, o susto, a piada, sublinhando a boa disposição. Mas as brincadeiras chegavam ao leito nupcial. Enquanto todos estavam para a igreja, alguém se encarregava de colocar a mancheia de tojos ao centro, disfarçada debaixo da roupa, ou desconjuntavam as camas para o súbito trambolhão, o quebrar da freima, era o açúcar irritante na pele...

Se boda molhada é ainda sinónimo de ser abençoada, no entender do povo que assim o proclama em saboroso provérbio, também há outra curiosa crença. Quando a noiva se levanta para a partilha do bolo, as raparigas casadoiras costumam colocar-se em grupo bem perto. Palpitam em ansiedade e fantasia. Quando a noiva corta a primeira fatia, atira-a para elas, de preferência de costas. Aquela que a apanhar será do grupo buliçoso a próxima a casar-se...

Menos sorte sorria, porém, às noivas que tinham tido um comportamento criticável (embora nunca abdicando da flor de laranjeira). Como haviam dado passos em falso, à noite, a uma hora conveniente, faziam-lhes berra, ao largo, com funil para ampliar. Outras vezes, faziam roncar buzinas, quando não lhes deitavam foguetes perto de casa. O lugar de Perrães levava a dianteira nesta tradição. Mas podiam facilmente misturar-se pecados alheios com ciúmes próprios e isto desacreditou o costume, mais tarde reprimido pelas autoridades.

No fim do século passado e princípio deste, as mulheres e raparigas lavradeiras usavam aos domingos e sobretudo em dias de festa saia preta com barra de veludo; blusa normalmente de cor lisa e enfeitada com rendas e avental igualmente de renda, lenço de lã estampada ou cachené, chapéu preto de veludo com pena, sem aba. Muitas vezes, também colocavam um lencinho bordado e outras tantas iam sem avental.

Por sua vez, o homem usava fato de lã com jaqueta, colete e calça, cinta predominantemente preta (porém, em dias de casamento, o noivo usava cinta branca) sempre de botas, chapéu de aba revirada para cima. Todavia, se havia romaria, os mais novos usavam pompons, coletes garridos, em seda ou de tecido adamascado. Se o rapaz era solteiro, a cinta era então muito mais garrida.

Em dias de trabalho, as mulheres usavam blusas com flores estampadas, miudinhas, aventais de riscado (também de chita), tamancos e chapéu preto de veludo já velho.

Quanto aos homens, usavam camisas de riscado com carcela até ao meio do peito, calças e coletes normalmente de tecidos mais rústicos, como os cotins em tons cinzentos, com padrões às riscas, enquanto as costas eram de tecidos do género de riscado e tamancos. Como agasalho, o gabão, de surrobeco castanho, solto ou atado com tira do mesmo pano ou cordão.

Assim vestiam os lavradores e as lavradeiras — a maioria do povo.

NATAL

As festas de Natal não se revestiam em Oiã e seu termo da dose de poesia que as gentes do Norte, mormente as minhotas, punham nos rituais que antecediam a Missa do Galo. Não havia, nem hoje há, verdadeiramente consoada. As famílias não procura-

bibRIA

vam reunir-se à volta da lareira a contar histórias ou a entoar loas ao Menino Jesus. Quando muito faziam um jantar (vulgo ceia) melhorado, talvez de fogueira mais ateada e a saudade mais avivada por algum familiar ausente, em terra longe emigrado ou já na eternidade. Se houve tal tradição, poucas famílias continuaram a honrá-la. Mas, sempre havia fogueiras a arder pelos cruzamentos e nos largos das capelas na noite de Natal. Velha tradição consistia em ir roubar cepos para queimar ao ar livre, de acordo com o costume de aldeias de Trás-os-Montes, Alentejo e Beira Baixa. Este costume das fogueiras repetia-se na passagem do ano e pelo S. João, chamando moços e moças para a roda do lume e para o namorisco, para as folias.

Pelos santos populares armavam-se pavilhões, em especial na noite de S. João. Eram os festejos populares muito concorridos em gente e folgança, à volta das fogueiras. O lume dos cepos crepitava até de manhã, altura em que uns com os outros já haviam apalavrado trabalhos a que amores e derriços davam ajuda. Em Oiã e Malhapão, partiam então aos magotes, de olhos ensonados, mas de alma satisfeita, para a ceifa dos trigais ou centeais. Os foliões, nessa noite, não chegavam a deitar-se.

O Natal na Bairrada tinha beleza apesar de tudo. Era de grande e antiga devoção a novena do Menino que em Oiã faziam em todas as capelas. Começava nove dias antes da Noite Maior, desbobrando-se cada noite em nove invocações (também chamadas *«suspiros»*) a que se seguia sempre um cântico alusivo:

biBRIA

Vinde já, meu Deus Menino,
nascei no meu coração,
tomai dele inteira posse,
tomai-o da vossa mão.

Vinde, meu rico Infante,
vinde, não vos detenhais.
A minha alma vos espera,
já não pode esperar mais.

A melodia era dolorosamente arrastada, mais parecendo brotar de gargantas alentejanas, queimadas do sol e do vento, que de gente da Bairrada, de falar ágil e conversar desenvolto.

Tudo tinha as suas regras: cada quadra era entoada pelo que presidia e logo era seguida por todos. No fim havia dois estribilhos, um cantado pelos homens e outro pelas mulheres, com repetição do último verso:

(Homens)
Vinde, ó pastores,
com sumo prazer!
Redentor do mundo
está para nascer.

(Mulheres)
Vinde, ó pastores,
com suma alegria!
Redentor do mundo,
nasce de Maria!

Terminava cada uma das nove séries com um padre nosso, uma avé-maria e uma glória, e havia ainda uma leitura alusiva ao sagrado mistério do Nascimento.

As loas então cantadas eram do melhor que possui o florilégio popular, nada ficando a dever às do Alentejo ou do Algarve.

Do varão nasceu a vara,
da vara nasceu a flor,
da flor nasceu Maria,
de Maria o Redentor.

Os anjos primeiro pegam
no Menino Deus nascido.
Não o deixam cair no chão,
em seus braços é detido.

A Virgem então o adora,
nos seus braços o recebe,
como mãe lhe beija a face,
mais alva que a pura neve.

Foi nascer a uma gruta
o grande Rei das Nações
para render a frieza
dos nossos duros corações.

Pastorinhas do deserto,
correi todas, ide ver
a pobreza da lapinha,
onde Cristo quis nascer.

Pastorinhas do deserto,
correi todas a Belém
adorar o Deus Menino
nos braços da virgem mãe.

Nos braços da Virgem mãe
chora o vosso coração,
por saber que há-de passar
tão dolorosa paixão.

biblRIA

Alegrem-se os céus e a terra
cantemos com alegria,
que já nasceu o Menino,
Filho da Virgem Maria.

Ó meu Menino Jesus,
convosco é que eu estou bem,
Nada deste mundo quero,
nada me parece bem.

Nasceu, nasceu, ó pastores,
Jesus, o suspirado.
Corramos a Belém,
com o passo apressado.

Entrai, pastores, entrai,
por esse portal sagrado,
vinde adorar o Menino
que está nas palhas deitado.

Entrai, pastores, entrai,
por esse portal adentro,
vinde adorar o Menino
no seu santo Nascimento.

biBRIA

Depois, vinha a ladaínha, da qual irrompia agreste o latim — *«virgo clemens, virgo potens»*, que o garotio traduzia *viva o clemens, viva o potens,* quando não *«viva o pote»*, na insinuação de uma fífia ou puxando para umas brincadeiras que adoravam fazer: transportar para dentro do templo pirilampos apanhados pelos cômoros com o que se divertiam até levarem um puxão de orelhas após um olhar de viés de alguém mais velho ou eram abóboras-meninas que anavalhavam de modo a configurar a cara de um fantasma que com velas acesas ficava a deitar lume por olhos, nariz, boca. Colocavam--nas por detrás de muros baixos, quase sempre metidas nos cômoros que bordejavam os caminhos frios e com poças onde a água gelava.

Chegada a noite de Natal o presépio surgia no sítio do costume, tão ingénuo e infantil.

Subindo a terrível encosta, um mundo de gente, gente de todo o mundo. Camponesas de canastra nova à cabeça com duas abóboras dentro e um galo soberbo, a avaliar pela crista. Ou de açafate à ilharga, cheio de maçãs camoesas e outros frutos da época. Varinas ligeiras de sorriso salpicado de certa malícia, apregoando aos quatro ventos, aos caminhos do presépio: *«quem quer sardinha fresca acabadinha de chegar*

do mar? Querem ver esta flor do mar?» Pastores de saquitel ao ombro cheirando a queijo fresco e rebanhos. Homens armados de varapaus, talvez para os lobos da serra, onde dançam, caprichosas e belas, negras chouriças arrancadas à sorrelfa à vara do fumeiro. Tocadores de sanfonas e realejos. Um cego, que pergunta ao mundo de gente, à gente de todo o mundo: *«o que aconteceu, amigos, o que aconteceu?»* E atrás deste mundo de gente, vêm ciganos, pastores, coxos, mais cegos, reis e camponeses. A malta da ralé vem ainda mais atrás, brandindo diversos instrumentos, dos ferrinhos ao oboé, do bombo à flauta e a alegre fanfarra, farda cinzenta e barrete vermelho, a célebre música dos miúdos, o gáudio e o encanto do garotio.

Também a Missa do Galo, que o sino grande anunciava algum tempo antes, era acto religioso muito concorrido. A geada não era impedimento: havia devoção e, nas noites de breu, se não havia lampeão, pelo menos havia pinhas para alumiar o caminho.

Nessa noite e durante todo o tempo de Natal, que vai até aos Reis, mais loas se entoavam (e entoam) em louvor do nascimento do Menino — bonitas, ternas, significativas, porque o povo se esmera em beleza poética e sentimento cristão.

No dia de Natal e também no dia de Ano Novo e dia de Reis, eram cantadas as mais significativas quadras ao Menino. Também havia o ternurento uso de se lhe ofertarem pequenos presentes: abóboras meninas, cestinhos de ovos, açafates com maçãs, pratos de belharacos e filhós, casais de pombas ou rolas. E no fim da missa, depois do celebrante dar a beijar o Menino sob rodada umbela, tudo era leiloado nos largos fronteiriços ao templo.

bibRIA

Todavia, estas ofertas dobravam ou quintuplicavam em valor e imaginação nos cortejos de pastoras, tão da tradição popular, com realização praticamente em todos os lugares— Oiã, Perrães, Malhapão, Águas Boas, ou cortejos de reis que tiveram sobretudo fama no lugar da Gesta e Perrães.

No cortejo enfileiravam grupos de miúdos, de cintas vermelhas e de vara ao ombro da qual pendiam chouriços, orelheiras, por vezes peixes de bacalhau, era a chamada *«música do inferno»* que, porém, de poético e humano muito tinha. Cantavam: *«Nós vamos em grupo,/ com alma e fervor,/ até junto da gruta,/ onde nasceu o Senhor. Nosso jazz bandole,/ a toda a hora progride,/ não há gaita de fole, /nem harpa do rei David»*. Moças ladinas iam de tabuleiros à cabeça, coroados com as mais finas iguarias, com figos atravessando fios e ligando o gargalo das garrafas aos quatro cantos dos tabuleiros, transformando cada garrafa em mastro de pequeno navio de fartura. Raparigas vestidas de galinheiras, com gaiolas enfeitadas à cabeça onde espreitava o soberbo galo ou a não menos emproada galinha. Pastoras e pastores arrimados ao bordão, confiantes no bom feitio das ovelhas que aqui e ali cabeceavam no mais desprevenido. Pequenos e grandes caçadores, de arma ao ombro e coelhos em sacos de rede que nem sempre chegavam enxutos à capela. A moleirinha alegre e o burro cismático e logo os carros das malhadeiras e das lavadeiras (indústrias representadas em carros alegóricos) e aquele com mais imaginação que montava um barco à volta da bicicleta e depois a conduzia num mar de espanto e muita alegria. E enfim toda a gente aparecia cantando versos alusivos à quadra atrás da tuna.

1

Entreguemos ao Menino
ofertas de puro amor,
mas cuidado, de mansinho,
não toquem no Redentor.

Que vos dêem festas felizes
os estimados moradores.
A bênção de Deus nos cubra
de virtudes e favores.

Ó meu Menino Jesus,
convosco é que eu estou bem,
nada deste mundo quero,
nada me parece bem.

Nasceu, nasceu, ó pastores,
Jesus, o suspirado.
Corramos a Belém,
com o passo apressado.

Entrai, pastores, entrai,
por esse portal sagrado,
vinde adorar o Menino
que está nas palhas deitado.

Entrai, pastores, entrai,
por esse portal adentro,
vinde adorar o Menino
no seu santo nascimento.

Corramos à lapinha,
corramos a Belém
a ver Jesus Menino
que do céu salvar nos vem.

Esta noite, à meia noite,
noite bem aventurada,
Nasceu Jesus de Maria
ficou sempre imaculada.

Ó meu Menino Jesus,
Ó meu tão lindo Menino,
Vós sois o meu Redentor
e ainda sois tão pequenino.

bibRIA

2

Ó que noite tão serena,
cercada de resplendor.
Nasceu da Virgem Maria
o nosso rei salvador.

Reclinado no presépio,
o Menino Jesus chora
lágrimas que o céu estima,
pérolas que o mundo adora.

Caminham as três Marias
de noite pelo luar,
dirigidas a Belém,
Pró Deus Menino adorar.

Vinde, ó almas puras,
vinde a Belém procurar
o nosso infante divino,
se vós o quereis amar.

3

Pela noite de Natal,
noite de tanta alegria,
caminhando vai José,
caminhando vai Maria.

Ambos os dois para Belém,
mais de noite de que de dia.
Quando chegaram a Belém
já toda a gente dormia.

Abri a porta, porteiro,
porteiro da portaria.
Não deu resposta o porteiro,
porque também já dormia.

Só encontraram pousada
dentro de uma estrebaria.
Ali ficaram os dois
até ao romper do dia.

Buscou lume S. José,
porque a noite estava fria.
Lá ficou ao desamparo,
sózinha a Virgem Maria.

biblRIA

Quando voltou S. José,
já viu a Virgem Maria
c'o Deus Menino nos braços,
que todo o mundo alumia.

E veio um anjo do céu,
cantando Avé Maria.
Agora mesmo em Belém,
nasceu Jesus de Maria.

Veio ao mundo esta noite,
dentro de uma estrebaria,
entre um boi e um burrinho
e sem outra companhia.

Esta noite, à meia noite,
ouvi cantar ao divino:
era Santa Madalena
que embalava o Deus Menino.

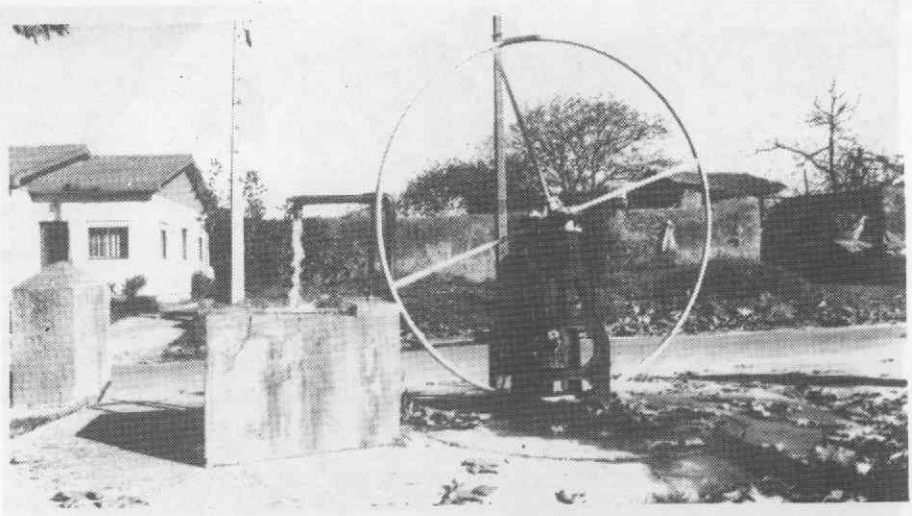
Demos graças a Deus padre
e a Jesus Cristo também.
Que sejam ambos louvados,
para todo o sempre amén.

biblRIA

ANDAR À REZA

Os putos da aldeia viviam limitados no espaço, mas a imaginação tinha ao seu serviço cavalos de longas crinas ao vento, esporeados pelo desejo novo da aventura. Para as brincadeiras, de mistura com algumas maroteiras, eram sempre uns águias. Chegavam a inventar andorinhas nos olhos, que acabavam por fazer de papel, fazendo-as depois planar com endereço certo, as costas dos professores, que por vezes se escudavam na palmatória, quando não era na cana da índia, que, braço justiceiro, chegava mais longe.

Brincava-se mais do que hoje? Talvez, mas não é coisa que se pese. Em casa, a vida era apertada e os putos começavam logo a fazer pela vida: iam para os campos onde passavam horas a enxotar pardais das sementeiras paternas. As aves por vezes é que nem se espantavam com os espantalhos, confeccionados com casacos e calças rotas, saias no fio, espremidas do suor de cada dia, enfiados num molho de palha ou de vides e encimados por uma cabeça cega, braços espalhados no ar, dançaricando. Os pássaros



1

2

3

4

1 - Fonte de roda; 2 - Cesteiro;
3 - Esteireira; 4 - Cabanal.

bibRIA

1

2

bibRIA

1 - Cortejos de Reis atraíam multidões; 2 - Cortejo de Reis em Águas Boas (1951).

1

2

bibRIA

1 - Arraial de Nossa Senhora das Dores, em 1954;
2 - procissão da festa de N. S. das Dores (1950).

não se ralavam: iam cantar-lhes nos ombros, deixando-lhes selos de desprezo no alto da cabeça, numa palavra, borrando-lhes as farpelas.

Por isso, quando os putos tinham uma aberta, davam largas à brincadeira. Era o salta-carneiro, a corda queimada, a bola de trapos, o pião, a macaca, o jogo do anel e da pedrinha, mil e um jogos para mil e dois desejos de libertação. Algumas metiam versos como no esconde-esconde:

Sola, sapato,
Rei, rainha,
Fui ao mar à sardinha
Para o filho do Luís
Que está preso pelo nariz.

Os cavalos a correr
E as meninas a aprender.
Qual será a mais bonita
que se irá esconder?

Os putos da aldeia que, nos dias de chuva, enfiavam pela cabeça e ombros um saco, forma bárbara de capuz honrado, chegavam à escola numa sopa e tinham de estender o braço direito, à altura do ombro, para pedir *«dá licença, senhora professora!»* No tempo de Páscoa o sonho tinha o encanto redondo de um folar que o padrinho ou a madrinha iriam trazer-lhes à mistura com umas moedas. Os folares coroavam-se de ovos acastanhados que, para ganharem essa cor, ferviam em panela de ferro com cascas, muitas cascas de cebola. Os ovos aguçavam o apetite, bem como o pão-trigo, leve e alvo como a neve.

No domingo de Páscoa havia a visita pascal. Às portas e nos rebates da sala de cada casa, as raparigas e mulheres estendiam um verde tapete de campestre perfume — ramos de alecrim, erva doce, rosmaninho ou murta, junco. Depois, todos aguardavam pelo prior, que andava acompanhado de homens de opas vermelhas sobre os seus fatos domingueiros. Um deles sobraçava a cruz. Outros carregavam grandes cabazes. Um miúdo, sempre à frente, badalava a campainha.

A alegria da Páscoa da Ressurreição era antecipada na véspera: um ano ou outro, aqui e ali, no largo das capelas faziam a queima do Judas. A peça mais importante e mais desejada por todos era a leitura do testamento, onde, por entre insinuações e descrição de factos mais ou menos velados, o povo ia descobrindo a pessoa que queriam alvejar. Também a queima do Judas funcionava como uma espécie de castigo para os que mais mal procedessem na terra. Depois, cerca da meia-noite, estrelejava uma remessa de foguetes.

Dentro, a família estava reunida e invariavelmente na cómoda, mais rica ou modesta, era colocada a melhor toalha rendada, um prato com uma laranja ou uma maçã e sempre uma moeda em cima, que tilintava no prato quando um dos homens recolhia o fruto para um dos cabazes. A moeda ficava sempre. Além disso viam-se os pratos das

DIDRIA

amêndoas ou dos bolos. Mas, antes de o pároco recolher o seu folar, a laranja e muitas vezes meia dúzia ou uma dúzia de ovos que, no geral, também enfeitavam a cómoda, (quando não havia um coelho ou um galo) o homem que conduzia a cruz dava-a a beijar, a começar pelo chefe da casa, ajoelhado com todos os outros.

Depois, a miudagem corria atrás da cruz, ou melhor, atrás das amêndoas com que o prior lhes atiçava o entusiasmo. Nas casas mais abastadas, metia a mão ao fundo do prato e retirava algumas para uma pequena saca mas, logo que lhe surgisse casa mais pobre, onde luzisse necessidade, o prior distribuía amêndoas que o garotio não desistia de implorar-lhe, muitas vezes só com os olhos. Outras vezes punha os pequenos em inocente galipa junto aos cômoros para onde as arremessava.

As amêndoas, além do folar, faziam as delícias dos putos. Com as amêndoas se faziam jogos infantis, como o *de andar à reza*. Não só miúdos, também os mais crescidos o apreciavam. *Andar à reza* era um jogo divertido, que vinha de longe, onde a audácia e a imaginação punham um toque de aventura. O período em que se podia jogar ia do início da Quaresma até ao sábado de Aleluia.

Os intervenientes (dois) aprazavam a hora e demais condições, incluindo o montante do prémio: esta ou aquela quantidade de amêndoas. A partir daí, cada um escolhia a estratégia a seguir, traçava planos, quando e como havia de apanhar desprevenido o outro. Colocava-se atrás de uma janela, atrás de um muro ou de um poço, podia ser atrás de uma árvore ou mesmo encoberta por uma outra pessoa, surdindo a correr de um carreiro, de uma porta. O primeiro que topasse o outro e lhe gritasse "Fulano... reza" era quem ganhava, ainda que a distância fosse um tiro de funda ou maior. Era um costume hoje a diluir-se.

biblRIA

Se o jogo era simples, exigia dos participantes, por outra parte, alguns cuidados. Importava ver sem ser visto. Só uma ou outra situação os punha em seguro, ainda que o outro, matreiro, gritasse «reza». Quem estivesse debaixo de telha estava livre. Também quem levasse um pedacinho de telha na cabeça estava safo. Com estas cautelas todas, acontecia não haver nenhum vencedor para receber as amêndoas.

- "Fulano,...reza!"
- "Fulano,... reza!"

Era um tempo redondo e doce aquele da Páscoa.

«Andam-me os olhos ainda cheios das imagens alegres da petizada, tagarela e irrequieta e do ar satisfeito das famílias por ocasião e motivo da visita pascal» — — escrevia o padre António Resende em Maio de 1946. No entanto, para ele, a visita do Senhor era mais do que a *«sofreguidão e ligeireza com que os miúdos se arremessavam à cata das amêndoas, sem olhar a ortigas nem a silvedos ou algum mais graúdo e malicioso procurava desfalcar o folar paroquial a jeitos de quem prega uma boa partida»*, mais do que *«o convite hospitaleiro das portas abertas e as mãos estendidas, sem sombra de hesitação, ao aperto de mão ao prior, como manda o respeito ou a liberalidade mais estreita ou larga com que os paroquianos ofertavam os seus mimos...»*.

SEMANA SANTA

Quando as cerimónias da liturgia católica se realizavam em latim, ainda que o povo prestasse toda a devoção e fé, ficava sempre muito aquém da sua efectiva participação. Também isso acontecia nas cerimónias da Semana Santa. Os cantos eram reservados aos clérigos.

Para expressar a sua fé, o povo recorria muitas vezes a outros meios, fechando-se em orações populares que, para maior facilidade de memorização, eram em verso. Cada devoto introduzia alterações, uma vezes intencionalmente, outras por ignorância, mutilando o texto inicial, mas não destruindo o sabor popular. Eis por exemplo, o caso da *«Via Sacra»*, ou melhor *«O Calvário do Bom Jesus»*. Os versos que recolhemos não são exactamente iguais aos que por exemplo o povo do Bunheiro rezava. Há pequenas variantes, mas todos os textos traduzem uma grande devoção ao Senhor do Calvário. Os sofrimentos passados estão bem expressos. Há um verso *«por mor dos nossos pecados»* que é repetido praticamente em todas as quadras como um estribilho a anunciar constantemente a causa da Morte do Senhor.

A Semana Santa, com as suas solenidades (popularmente conhecidas por endoenças) tinha grande tradição na paróquia. Era o lava-pés, era o Enterro do Senhor.

Para a cerimónia do lava-pés convidavam-se doze homens dos mais pobres da freguesia, que faziam de Apóstolos, a quem o pároco, simbolizando Cristo, lavava os pés (quinta-feira). Mas era o Enterro do Senhor, no dia seguinte, que envolvia mais emoção. Em esquife, transportado por quatro clérigos, ia deitada a imagem de Cristo. O Enterro, acompanhado de muito povo cristão, abandonava a igreja e o adro e ia dar a volta ao cruzeiro. Na igreja era improvisado um sepulcro.

HISTÓRIA

Como testemunha desse tempo, resta um esquecido e ferrugento candeeiro de trevas. E estes versos:

O vosso sagrado nome
é Jesus de Nazaré.
Eu tenho confiança em Vós,
hei-de morrer pela Vossa fé.

Vosso sagrado cabelo
mais fino que o fino ouro,
deixai-me, Senhor, entrar
no vosso santo tesouro.

Vossa sagrada cabeça
atravessada com espinhos,
por mor dos meus pecados,
passou Deus tantos martírios.

Os vossos sagrados olhos
se inclinaram para o chão.
Por mor dos meus pecados,
passou Deus tanta paixão.

O vosso sagrado rosto
cheio de escarros nojentos.
Por mor dos meus pecados,
passou Deus tantos tormentos.

A vossa sagrada boca,
cheia de fel amargoso,
por mor dos meus pecados,
Senhor Deus todo poderoso.

Ao vosso sagrado pescoço
vos ataram uma corda.
Por mor dos meus pecados,
Senhor Deus, misericórdia.

biblRIA

Aos vossos sagrados ombros
vos puseram um madeiro.
Por mor dos meus pecados,
Jesus Cristo verdadeiro.

Nos vossos sagrados braços
vos pregaram uma cruz,
Por mor dos meus pecados
morreu Cristo Jesus.

O vosso sagrado peito
todo aberto à lança.
Por mor dos meus pecados,
Senhor Deus, dá-me confiança.

À vossa sagrada cinta
vos ataram uma toalha.
Por mor dos meus pecados,
foi o Senhor à batalha.

Os vossos sagrados joelhos
arrastados pelo chão.
Por mor dos nossos pecados,
passou Deus tanta paixão.

Os vossos sagrados pés,
mais alvos que a neve pura,
corriam rios de sangue
pelas ruas da amargura.

O sangue que deles vai
para o cálix sagrado,
todo o homem que o beber
será bem aventurado:
neste mundo será rei
e no outro rei coroado.

Estas doze aplicações
ao meu bom Jesus as entrego,
Que, à hora da minha morte,
tenha o céu aberto,

Que é do nosso bom Jesus,
que por nós morreu na cruz.
Dai-nos entrada no céu,
para sempre, amen, Jesus.

biblRIA

Ainda dentro do período pascal — porque *«do dia de Páscoa até à Ascenção, quarenta dias vão»* —, havia dois costumes levados a preceito: o das maias e o da marcação de cruzes nas portas dos moradores. No dia 1 de Maio, as moças e moços, pela madrugada, muniam-se de pequenos ramos de flores silvestres (à falta de maias) e percorriam as ruas e as casas, e em cada uma deixavam enfiado na velha aldraba um ramo de flores, que todos recebiam bem quando, acordados para mais um dia de suor e calos, abriam as portas da rua. Todo esse perfume se veio a perder. Mas, se neste caso, não havia gente arrealiada , antes feliz, o mesmo já não acontecia em relação às cruzes que grupos faziam com cal diluída em água pelas portas no dia de Santa Cruz, o dia 3 de Maio. Com a pressa ou a escuridão, as cruzes ficavam imperfeitas, borrando as portas, pingando.

O costume das maias era praticado ainda em 1935 no lugar de Águas Boas, com os rapazes a enfeitarem — dizia o cronista que *«segundo costume antigo»* — várias portas e janelas de casas, que estendendo-se ao correr das ruas, se dobravam nas curvas ou se recolhiam nos becos. Neste caso, contentes por terem uma escola no lugar, também adornaram com *«lindas e mimosas flores e ramos odoríficos»* as suas portas.

A SERRAÇÃO DA VELHA

É uma tradição bem antiga da região da Bairrada, como o é da Beira Baixa e outras partes. Também era usança na freguesia de Oiã. Depois de um tempo de sossego de

sentidos, chegava o meio da Quaresma, a quarta-feira de micarême. Esse dia era aproveitado para dar vazão às energias acumuladas. Um grupo de homens, em que não pontificava qualquer grupo etário, mas onde se relevava a boa disposição, munia-se com um cortiço e mais tarde com um latão, um serrote de bicos rombos ou um varapau, um funil grande e um saco de serrim. Assim armados de rústica bagagem, percorriam de noite as ruas do lugar e paravam às portas onde porventura houvesse velhinhas.

O homem do funil, que funcionava como amplificador de som, iniciava a função berrando: «*Ah, velha que te sarro, lá se vai mais um fio, velha. Reza o acto de contrição, que o teu fim está próximo.*» E outros slogans.

Enquanto estas palavras eram arremessadas contra as portas e janelas da casa da pessoa visada, o serrote friccionava o cortiço (ou o pau no latão), produzindo um som cavo e rouco, a denunciar a gravidade do aviso. Muitas não respondiam, antes rogariam algumas pragas mas havia casos em que uma ou outra, chalaceando, pedia aos tocadores para que voltassem no próximo ano.

Para que a função corresse bem e divertisse o grupo, era indispensável que o encomendador provocasse, sem a agredir verbalmente, a pessoa visada, de sorte que esta também respondesse, retrucando e desafiando, como: «*Vão é serrar os cornos ao vosso pai*» e outros mimos que ilustram bem a disposição da velhinha ou dos seus familiares. No entanto, quando era anunciada a retirada, da outra barricada, a velhinha normalmente dizia «*adeus e voltem cá para o ano se Deus quiser.*»

Uma ou outra vez acontecia que o violino também acompanhava a chinfrineira do serrote no cortiço no seu som mais cavo e grave.

Quem não gostava da brincadeira eram as moças da casa que, gozonas, procuravam desforrar-se. Escondiam-se atrás dos muros ou subiam aos sótãos, quando os havia, armadas de bacios cheios que haviam deixado a sarnar ao luar uns dias para que o efeito fosse mais desastroso. Na melhor ocasião despejavam a bateria dos bacios ou até cântaras de água, coisa mais asseada. Quando tal acontecia não havia tempo para desenhar no chão uma cruz com o serrim, para assinalar a celebração do rito. Era a debandada.

Este foi um dos costumes que se veio a perder pouco a pouco, abandonando-se o cortiço e o serrote ou o pau e o latão, mas ainda por alguns anos mais se manteve, com bicicletas arrastando pelas ruas e durante a noite alcatruzes, latas velhas, ferros, enfim, tudo o que pudesse deixar na escuridão um rasto de chocalhante gargalhada.

O funil tinha também outra finalidade. Havia os que, de noite e de longe, denunciavam as mazelas morais, os vícios, as feias acções de algum cidadão menos precavido.

O grupo, normalmente pequeno, ia postar-se no terreno fronteiriço e mais elevado em relação à casa onde morava o visado. Então, através do funil, eram nomeados (ou melhor berrados) os males cometidos e zurzidos os seus autores, como um aviso aos moradores. Uma estranha forma de morigerar os costumes da sociedade aldeã, que também ganhava adeptos na nomeação da confraria de S. Martinho, em Águas Boas. Aquele ritual também se acompanhava por vezes com buzinas. Não tinha época. As noites eram pardas e permitiam as chamadas «*berras*».

biblRIA

Outro modo de castigar os desregramentos e fazer crítica acerva e contundente aos transgressores dos cânones de honra das gentes das aldeias é o que leva ainda hoje a juncar com flores ou verdes ou simples ervas pedaços de estradas, entre uma casa e outra casa, a denunciar qualquer cumplicidade amorosa. Isto acontece relativamente a homem casado e mulher solteira ou vice-versa ou homem e mulher casados que, na gorra das noites, em encontros fortuitos, procuram a maciez de outro ninho.

A juncada vai-se diluindo, uma mão-cheia de verdes aqui, outra mais além, mas quanto baste para indiciar quem anda com quem e quem trai quem, engrossando sempre às portas dos autores impenitentes...

Com objectivo semelhante — a crítica social, por vezes bem mordaz, mas naturalmente sempre oportuna — havia o costume de eleger em alguns lugares, nomeadamente no de Águas Boas, mordomos e mordomas de uma estranha confraria, a de S. Martinho. Os seus nomes, depois de seleccionados entre uma dentada de ironia e o conto de uma passagem para ilustrar a preferência, apareciam fixados em editais nos lugares públicos, à sucapa ou pela calada da noite.

A escolha contemplava quem mais honrava o deus Baco, não já podando, empando ou sulfatando, mas quem lhe tinha uma excessiva devoção que levava à queda mais caricata, ao dessacato mais hilariante, entre odores vínicos e palavra entarameladas no gorgomilo tinto e áspero.

Não já para denunciar mazelas, antes para dar lugar à prática de tão exótico quão pernicioso costume, era o de transportar para o adro e largos das capelas tudo o que desse na real gana aos foliões: carros e carroças, gaiolas de coelhos ou galinhas, com os bichos dentro por vezes, vasos de plantas, alfaias agrícolas. Era realizado isto nas noites de sábado para domingo, de tal modo que, quando o dono se dirigisse ao templo, desse de caras com o disparate, não se coibindo naturalmente de fazer explodir entre dentes uma qualquer praga (que também se diziam entre o cálix e a hóstia para pegar o mal a alguém, na mais fiel mistura de religião e superstição). Com muita calma é que de certeza não ficava, por muito cristão que fosse.

Havia um dia muito próprio para fazer estas coisas, ou melhor, uma noite. Era a noite de S. João, com especial importância nos lugares de Gesta, Silveiro e Perrães. A juventude arregaçava as mangas e não olhava a cargas nem a riscos. Trabalhava toda a noite acarretando (sem estragar), para o largo do Sobreiral, da Senhora das Febres ou para o Rossio, carros, cabanais, picotas, tararas, capoeiras. Por vezes, chegaram a figurar um largo campo de cultura, onde não faltavam um bocado de abóboras com os seus braços estendidos, um bocado de milho, uma faixa de erva. E tudo isto exigia um poço, que faziam com adobes que iam buscar aos arceiros. Então nele implantavam uma picota e, muitos anos, duas, com baldes de água pendurados nos braços. Todavia, foi-se verificando um certo abrandamento. Os foliões ficavam-se pelo embelezamento do cruzeiro de Cristo Rei com toda a espécie de vasos de flores que, nesse tempo, eram simples alcatruzes dos engenhos dos poços cheios de terra.

Mas a brincadeira que alguns adoravam fazer era ir pelos burros (ou mesmo carneiros) e fazê-los rodar até debaixo das torres das capelas. Aí amarravam-lhes uma corda curta que iam prender ao badalo do sino. Para compensar os animais daquela

DIBRIA

prisão, serviam-lhes braçados de erva. Quando baixavam o dente ou sacudiam a tromba, ou o burro atirava às estrelas um relincho solitário, os animais esticavam a corda e, então, o sino tocava, tocava. O povo saía à rua ao engano.

Quando chegaram os anos dos pavilhões, em que sobressaía uma forte vedação de verdes e um coreto para tuna ou jazz, este costume esmoreceu um pouco, mas não totalmente. Ainda hoje em Perrães, Gesta e, sobretudo, no Silveiro é cultivado, especialmente com coisas mais leves e mais cheirosas — vasos de plantas ou flores.

JOGOS E MODAS DE RODA

No campo etnográfico, ocupam também lugar de destaque os jogos e as modas de roda. Os tempos livres eram preenchidos da melhor maneira, brincando, cantando e convivendo.

Para os que já não eram propriamente crianças, havia o jogo da malha, o mastro, o rebolo e as cavalhadas, a recordação dos torneios há muitos séculos levados a cabo nos castelos entre gente de armas e nobre linhagem. Era frequente aparecerem nos programas das festas, tal como a corrida dos sacos, a subida do mastro (e, mais tarde, as gincanas de bicicletas), as cântaras à cabeça das raparigas. As cavalhadas aparecem nas festas de Nossa Senhora das Febres, em Perrães, no fim do século passado. Eram executadas por homens a cavalo que saltavam obstáculos e trampolins oscilantes, partiam bilhas de barro com paus, apanhavam objectos do solo sem desmontar. Havia o jogo do galo, que tinham de apanhar a galope e ir metê-lo numa gaiola situada a alguma distância. Também o jogo da cadeira exigia igual destreza.

DIBRIA

Em 1882, segundo «Soberania do Povo» de 10/9/1882, a propósito da tropa de linha que surgiu no arraial, era noticiado: *«o povo estava curioso de ver os lanceiros a cavalo com as suas lanças embandeiradas e na sua ignorância julgavam todos que eram figuras que deviam fazer as cavalhadas que costumavam divertir os romeiros por aquela ocasião»*. Tinha sido o administrador do concelho de Oliveira do Bairro que *«fez vir para o arraial tropa de linha, não se sabe bem por que motivo»*.

Este era um jogo para elites, o que já não acontecia com a malha ou o rebolo.

Mas quem mais brincava eram sem dúvida as crianças e a juventude. Havia a roda das pancadas, a corda queimada, o rabo-rabeiro, a moda da carrasquinha, a cabra-cega, o jogo do botão, da pinha e do pião, o fole-farinha, (também chamado pica-cu), a machadinha, o lenço-lencinho (*«barrete, barrás, já caiu lá pra trás»*), o esconde-esconde (*«os cavalos a correr/ e as meninas a aprender/ qual será a mais bonita/ que se irá esconder»*); a vassourinha, também com outro nome, o ramo-raminho (*quente, frio, frio, quente...* consoante o comparsa da brincadeira estava mais longe ou perto do ramo que o outro escondera); o jogo do rou-rou, (*«rou-rou, agacha-te que já lá vou...»*); o jogo da pinha e da bilharda, o salta-carneiro, o rabo-rabinho, o anelzinho, a macaca (*«casa, casinha e vizinha»*), a barra, etc.

Sem a presunção de descrever todas em seus movimentos, deixamos aqui, com registo mais desenvolvido, os jogos e as danças de roda que nos pareceram de mais valor

etnográfico e folclórico, sem embargo de um dia podermos voltar ao assunto.

A machadinha era uma bonita dança de roda em que, aos pares, as crianças traçavam um círculo com os corpos. Uma ficava no centro, enquanto as da roda cantavam:

«Ah, ah, ah, minha machadinha
ah, ah, ah, minha machadinha,
quem te pôs a mão,
sabendo que és minha,

sabendo que és minha,
eu também sou tua,
salta, machadinha,
para o meio da rua.»

A estes versos respondia a que estava no centro: *«No meio da rua/ não hei-de ficar/ eu hei-de ir à roda/ escolher o meu par»*. De seguida saltava do centro, atravessava a roda e cantava: *«eu não te quero/ tu não me serves/»*, enquanto se dirigia a uma outra para a ela se abraçar, cantando: *«Só a ti, só a ti/ eu hei-de amar»*. Então, a criança preferida ia ocupar o centro da roda e a dança recomeçava com igual entusiasmo.

A roda das pancadas era uma brincadeira mista, constituída por um círculo de crianças. Com uma no centro e outra do lado de fora. Começava com a que estava fora a perguntar a esta e àquela:

— Viste por aí a minha Maria?

A resposta que se repetia, duas ou mais vezes, era:

— Nem de noite nem de dia,

até que uma ousava responder: — *«está ali»* e apontava simultâneamente para a que se achava no centro e que se entretinha a fazer com os pés, achegando de um e de outro lado, um montinho de areia. Então surgia este diálogo:

— Bom dia, Maria.
— *Bom dia, Manel.*
— Que é que estás a fazer?
— *O fermento.*
— Com que é que o cobriste?
— *Com o rabo do gato e da peneira.*
— Onde o deitaste?
— *Na cantoneira.*
— Então salta cá para fora, quero dar-te uma carreira.

Maria furava a roda, por onde Manel menos julgasse, uma vez que lhe interessava ganhar espaço entre ambos de modo a evitar que apanhasse algumas pancadas nas costas, correndo assim sempre lesta à sua frente. Logo que pressentisse que podia ser apanhada, batia nos braços ou nas costas de um elemento da roda, quase secretamente, que saltava e começava a correr atrás de Manel, enquanto Maria ia ocupar-lhe o lugar. Logo que Manel estivesse para ser caçado, a mesma cena, com outro a correr atrás do que corria atrás de si e assim sucessivamente. Até que chegava o fim do recreio ou re-

bibRIA

solviam partir para outra brincadeira.

Para se jogar **a corda queimada** — *«corda queimada/ quem te queimou? — Foi o Zé do Carmo/ que por aqui passou»* constituía-se uma fila de crianças que tinham de passar por duas outras que formavam um arco com as mãos, depois de terem combinado entre si dois nomes que podiam ser de flores, pássaros ou outros de que mais gostassem em jeito de senha. Enquanto a fila passava, o arco das mãos estava erguido e cantavam: *«Linda falua,/lá vem, lá vem,/ é uma falua, /que vem de Belém.»*

Quando se aproximava a última dizia: *«peço ao senhor barqueiro/ que me deixe passar/ tenho filhos pequeninos/ para além do mar»*. As que faziam o arco baixavam os braços e uma perguntava-lhe qual dos nomes acordados ao ouvido uma da outra, rosa ou cravo queria. A escolha era feita, com alguma hesitação. Depois, conforme a sua preferência, passava para trás de uma ou de outra enquanto a fila continuava a girar e a dizer: *«Passarei, passarei,/ mas nenhum deixarei»*, ao que os do arco respondiam: *«passarás, passarás,/ mas alguém deixarás. / Se não for o da frente, / será o de trás»* e assim sucessivamente, até que chegava a vez da última. Nessa altura, formavam-se dois grupos e desenhava-se uma fronteira com o pé e cada um deles, com todos os elementos bem agarrados entre si e dando as mãos ao outro, tentava fazer saltar o outro o traço no chão, com energia e muito alarido. Quem perdia era quem, não aguentando a força adversária, galgasse o tal risco da imaginária fronteira.

Lenço lencinho: as crianças formavam uma roda, parada, à excepção de uma que rodava por fora com um lenço nas mãos e dizendo sempre *«lenço, lencinho, /barrete barrás, /já caiu lá para trás»*. Isto obrigava a grande atenção, porque, de repente, o lenço podia cair subtilmente atrás de uma e, se ela não se apercebesse, era empurrada depois pelo mandante do lenço para dentro do círculo, para *o choco*. Também acontecia que, ao vê-lo, uma criança, soltando-se da roda, corria atrás do que havia depositado o lenço. Se o apanhava, aquele entrava na roda e já não seguia para o choco, e ia aumentar a roda, enquanto o ganhador da corrida ia deixar o lenço. E assim sucessivamente. Por vezes *o choco* era ocupado por mais do que uma.

Na parte ribeirinha (Silveiro, Gesta e Perrães) existia a **moda da carrasquinha**, que não era mais do que uma dança de roda muito usada. Executada na escola, mais tarde, ela já antes tinha a preferência das moçoilas. Pelos próprios versos se explica o processo gestual: *«A moda da carrasquinha/ é uma moda excelente,/ deita o joelho em terra/ e dá palmas a toda a gente./ Ó Matilde sacode a saia/ e de repente levanta o braço./ Já que não me dás um beijo,/ dá-me um abraço.»*

O jogo do botão era simples para quem o executava, difícil para a mãe que tinha de andar sempre a pregar botões. Eram dois os intervenientes que arremassavam cada um por sua vez o botão contra uma parede. De preferência, contra uma porta, os botões saltavam melhor. Se o segundo jogasse de tal forma que o seu botão ficasse próximo do primeiro, dentro de um círculo de um palmo, de modo que os dedos polegar e mindinho tocassem os dois botões, era o vencedor, que tinha direito a ficar com o botão do adversário. Normalmente, tinham botões para jogar e botões de inferior qualidade para perder.

biblRIA

A cabra-cega era outro jogo de larga tradição popular. Consistia em colocar no chão um ovo choco coberto com terra e vendar os olhos de uma criança que, por sua vez, se munia de um pau. Para ganhar tinha de esborrachar o ovo, no espaço de tempo combinado previamente.

CRENDICES

Se mergulharmos no tempo em que não havia escolas nem livros para ler (o analfabetismo reinava, como erva ruim por todo o país ou eram raros os que tinham esse privilégio), talvez entendamos melhor este capítulo. Por princípio, os filhos respeitavam as arreigadas crenças dos progenitores que lhes iam transmitindo todas as ensinanças que vinham dos seus maiores. Assim, os costumes e usanças herdadas não perdiam a continuidade acrescentadas de uma ou outra palavra mais consentânea com o rodar dos tempos e lugar.

Por outro lado, o povo profundamente católico começou a caldear superstição e crendices com a sua fé, chegando a um ponto de não saber distinguir o que é uma coisa ou outra.

Havia o ritual dos serões, onde eram ensinadas rezas e fórmulas que excomungavam todos os males. Havia orações para tudo, histórias diversas, num perpetuar de tradições que as gentes achavam sagradas. Era o seu mundo, para além do amanho das terras.

bibRIA

Aconteceu isso também na Bairrada, também em Oiã. Para cada mal há uma reza, para cada mal um esconjuro, para cada momento uma oração. Não raro é encontrarmos ainda quem vá, em busca da cura para males físicos, às chamadas *«mulheres de virtude»*, as quais, mediante invocações de santos e santas, que são remédio para toda a moléstia, avisam que é pecado rir ou duvidar.

Curas? Contam-se casos, apontam-se exemplos, até desenganados dos médicos. Podemos não acreditar, mas quem reza esses esconjuros ou ensalmos garante que *«podem não acreditar, mas é verdade»*.

A medicina popular, que é uma mistura de superstição, crendice e religião, quando não abundavam os médicos, tinha a sua razão de ser. Como tal, o povo recorria muitas vezes ao sobrenatural, utilizando rezas e fórmulas. Nesse aspecto, como em muitos outros, as gentes de Oiã e da Bairrada não eram diferentes das do Barroso ou do Alentejo. Ligeiramente diferentes podiam ser, e são, as fórmulas, também os processos, mas os objectivos eram sempre os mesmos: a cura dos seus males. As chamadas *«curas milagrosas»*, provêm da sugestão, da crença que se põe na *«mulher de virtude»*. Os tratamentos são sempre acompanhados de cerimoniais, mais ou menos morosos, mais ou menos engenhosos. Os rituais são absolutamente necessários não só para despertar a crença do paciente, como as rezas se destinam a solicitar a ajuda do Céu.

Há fórmulas para todas as doenças: para cortar o coxo, a impingem, endireitar a espinhela caída, cortar a erizipela e o engaranho (que é uma variação da doença de falta de ar, que também se elimina), o trasorelho, toda a espécie de quebraduras, até os braços

derrubados. A farmacopeia varia de região para região, mas a finalidade é sempre a mesma: curar os pacientes dos males para os quais não acham remédios junto da medicina científica. Perante tais situações, não admira que recorram aos curandeiros, quando *«estão desenganados dos médicos»*. Não recorre só à medicina popular e às bruxas para consultas, defumadores e rezas, gente simples, sem formação e estudos, também pessoas cursadas e expeditas.

No entanto, ao contrário do que se verifica em terras de Barroso e outras regiões, no geral não são utilizados remédios repugnantes que já vêm também da Idade Média *«desde a ingestão de piolhos à de remédios preparados com excrementos, quer humanos, quer animais... chás e xaropes feitos à base de tudo quanto de mais repelente se possa imaginar»* — no dizer de Manuel Dias in «Exorcismos e Feitiços da Medicina Popular».

Em horas de desânimo e desespero, o povo é dado a acreditar na intervenção sobrenatural, recorre a ensalmos, mezinhas, também a amuletos, os mais diversos e, em casos extremos, vai mesmo à bruxa para pôr o mau olhado num vizinho, para saber por que terras e mãos de mulheres anda o marido, para *segurar* o rapaz, fazer *cacadas*, para saber em que lugar da eternidade está um ente familiar ou para soltar os espíritos ou até falar com eles.

Com o devido respeito, que estas coisas do povo nos merecem, deixamos aqui do nosso saquitel de pesquisa algumas das fórmulas mais representativas usadas na freguesia.

bibRIA

Talhar o bicho

Fritam-se em azeite cabeças de alhos ou, em alternativa, palhas de trigo ou centeio. Feito isto, vão-se colocando os dentes de alho ou as palhas sobre as feridas dos lábios. Ao mesmo tempo diz-se:

«Bicho, bichão,/ sapo, sapão,/ aranha, aranhão,/ bicho de toda a nação,/ em louvor de S. Silvestre,/ quanto faço tudo preste/ e em louvor/ de Nosso Senhor,/ que é o nosso verdadeiro mestre».

Há outra fórmula mais exigente. A *«talhadeira»* e o doente têm de estar em jejum. Molham-se três pontas de silva em azeite, que são passadas ao de leve pelo lume. Durante três dias consecutivos, são passadas as pontas de silva por cima da parte atingida. Além disso, a mulher tem de cuspir na ferida, rezando no fim uma avé-maria. O paciente durante esses três dias não pode mudar de roupa nem comer carne, nem tão-pouco chegar-se ao pé dos currais. As palavras são estas:

«Bicho mau ou o quer que és,/ se és sapo ou sapito/ ou aranha ou aranhito/ ou cobra ou cobrão,/ ou toda a qualidade de bicho mau/ que não chegue ao coração,/ assim como eu te cerco/ e corto em jejum,/ assim tu hás de morrer/ e secar sem fazer/ mais mal nenhum./ Santa Iria três filhas tinha:/ uma se assava, outra sofria./ Perguntou à Virgem Maria/ com que se curaria./ Com o cuspo da sua boca/ e a palavra avé-maria».

Cortar o ázere

O ázere pode ser um borbulhaço, normalmente surgido durante a noite. Só pode

cortar o ázere quem ao menos uma vez tenha passado o rio Douro. O tratamento é ministrado, fazendo passar à volta da parte infectada três ou quatro pontas de *«saboeiro»*. A oração diz-se apenas uma vez:

«Ó saboeiro, virgem, honrado,/ na terra de Deus foste criado/ pelo poder de Deus louvado,/ vem apagar este fogo/ que aqui anda ateado./ Assim como o Douro eu passei, /eu este ázere cerquei».

Cortar o unheiro

O unheiro relaciona-se com o facto dos olhos chorarem ou picarem a despropósito, o que não permite grande descanso. Quem corta este mal faz nove montinhos de bagos de trigo (ou de arroz) também em número de nove. Derrama de seguida água num copo. Com os bagos de cada montinho faz pequenos círculos em derredor do copo e ao mesmo tempo diz:

«Eu te corto, unheiro ou névoa abolida, que fiquem sãos como na hora em que foram baptizados».

Dito isto, é rezada uma avé-maria, ao memo tempo que a *«talhadeira»* lança na cinza ou no lume a água do copo. Depois, volta a deitar água no copo e reinicia-se o rito. Assim nove vezes.

Cortar o sol

biblRIA

Este ritual tem uma certa encenação. É colocar um guardanapo na cabeça de quem diz ter dores de cabeça fortes. Por cima do guardanapo, um copo com alguma água. O copo tem de ser de vidro liso e com base larga para se segurar. Feito isto, recita-se:

«Sol turvo, solo claro,/ que nasces na serra/ e te pões no mar,/ pelo poder de Deus /e da Virgem Maria,/ volta, sol, ao teu lugar».

A água do copo chega a borbulhar, se a doença for de sol. Este esconjuro diz-se no mínimo cinco vezes. Todavia se o paciente não melhorar, pode voltar a repetir-se a cerimónia, porque a cura, às vezes, tarda.

Cortar a erisipela

A erisipela é uma doença semelhante ao sarampo, muito contagiosa. Manifesta-se por inflamação da pele. O cerimonial, para a gravidade da doença, é simples. Consiste em amarrar uma tira de pano vermelho ao local infectado e dizer estas palavras:

«Deus lhe perguntou:/ Onde vais erisipela vermelha?/ —Vou apodrecer a tua carne/ e vou beber o teu sangue/ e vou moer os teus ossos./ —Pois, o meu sangue não hás-de beber/ nem a minha carne hás-de apodrecer/ nem os meus ossos hás-de moer, / que eu tenho aqui umas contas para te rezar».

Curar os "augados"

Esta doença surge muito nas crianças. Ritual simples: a *«mulher da virtude»*, uma sertã, lume e sete pedaços de carne, que se fritam. Feito isto, vai-se desenhando uma

cruz nas costas, a começar pelo ombro direito até à anca esquerda, o mesmo acontecendo em relação ao ombro esquerdo e anca direita. Cada bocado de carne servirá para fazer a untuosa cruz. Sete cruzes serão traçadas nas costas do doente. Finda a cerimónia os bocados de carne atiram-se ao cão, dizendo: *«Fica tu augado, cão, e o meu menino não»*. O traçar das cruzes será sempre acompanhado destas palavras:

«Se estás augado, eu te desaugo. Se estás invejado, eu te desinvejo. Se estás acanhado, eu te desacanho».

(No fim, são rezadas três avé-marias e uma salvé-rainha)

Cortar o ar

É uma doença cuja causa se atribui normalmente a golpe de vento e toca muita criança. Se uma criança anda amouxida, se não está augada, foi vítima do ar. A cerimónia é encenada com um alqueire com o fundo voltado para cima, o qual deverá ser coberto de cinza de borralho e sal virgem. O doente coloca os pés em cima da cinza e do sal virgem. Uma vez aí postado, a pessoa encarregada do ensalmo começa a rodar uma faca da direita para a esquerda, à volta dos pés, ao mesmo tempo vai dizendo:

«Manuel, tens ar? Ar, te corto , com cinza do borralho, com sal salgado, o ar da panela, o ar do tempo, o ar do vento, o ar da janela, o ar da porta, o ar da galinha choca, o ar da figueira, o ar da oliveira, o ar do morto, o ar do mirrado, o ar do excomungado, o ar de todos os ares. Pela Santíssima Trindade (3 vezes) que esta criatura de Deus sare. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, amén».

Requisitos para tudo acabar em bem: o doente deve estar em jejum e a oração deverá ser feita antes da hora do meio dia. Se for depois, já não terá o efeito desejado. Este esconjuro deve ser feito durante nove dias. Não aceitando uma novena, pode o ar ser talhado num só dia. Para tanto bastará dizer o ensalmo nove vezes seguidas. Uma estranha exigência para o paciente: é que não se lave durante três dias.

Cortar o ar de defunto

A pessoa que sofre desse mal, deve colocar-se, de preferência, atrás de uma porta ou de outro local de onde possa ver o cortejo fúnebre com o duplo cuidado de não ser vista por nenhum acompanhante. Nesse local, previamente escolhido, deve recitar, por três vezes: «moribundo, que já foste vivo, leva o morujo contigo para o outro mundo».

Depois ainda reza: *«em louvor das três Pessoas da Santíssima Trindade, sarará esta criatura de Deus, amén. padre nosso, ave-maria e salve-rainha, em louvor do Santíssimo Sacramento»*.

Cortar o quebranto/mau olhado

Dores de cabeça (quebranto) e mau olhado são coisas que não faltam nunca. Como não faltam, há algumas fórmulas, entre as quais destacamos:

«Dois olhos mal te viram,/ dois olhos bons te hão-de ver./ A Senhora do Pranto/ /te tire este quebranto./ Em nome do Pai e do Filho/ e do Espírito Santo».

biblRIA

Pode dizer-se duas vezes. No fim de cada uma delas, reza-se uma avé-maria e uma salvé-rainha.

O quebranto é tão grave, segundo os entendidos, que, se a pessoa dormir com ele, levará nove dias a curar-se, pelo que convém ser cortado, logo que se dê conta dele, com este ensalmo: *«Eu (Manuel) me chamo, quebranto tenho, que dois me deitaram e três mandam tirar, que são as três pessoas da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo»*. No fim, rezam-se, em louvor do Santíssimo Sacramento e da Santíssima Trindade, um P.N. e uma A.M..

Segundo a crendice popular, o quebranto transmite-se pelo olhar de certas pessoas, especialmente, se forem feiticeiras. São malesinhos que tanto podem atingir as pessoas como os animais.

Cortar o trasorelho

O trasorelho é uma das doenças mais vulgares nas crianças e também dá em gente crescida. Aparecem inchaços junto das orelhas, com especial incidência na parte posterior. Quem, pequerricho, não teve trasorelho e não ouviu falar da canga?

Para fazer a cura deste mal, que em pessoas adultas é bastante perigoso, porque, se não for cortado a tempo, pode afectar os órgãos genitais, é peça indispensável a canga, que se coloca no pescoço do paciente, mas não só a canga, também as apiaças (correias) que se enrolam nos antebraços e a corda, a que se chama brocha, por debaixo do pescoço. Tal como se os braços fossem os cornos e o pescoço a barbela da vaca, salvo o devido respeito. Não há que rir porque estas coisas são de respeito e têm carácter de coisa santa.

bibRIA

Feito isto, que é essencial para que se obtenha resultado favorável, a talhadeira pergunta: *«João, tens trasorelho?»* O paciente dirá que sim com convicção. Ela continuará: *«trasorelho sai daqui, que bois e vacas puxam aqui»*. À medida que vai dizendo estas palavras, vai rodando rente à pele do pescoço uma faca. Esta cerimónia multiplica-se por séries de três, até à novena. No fim de cada série, é retirada a canga e reza-se: *«Em louvor das três Pessoas da Santíssima Trindade, sarará esta criatura de Deus, Ámen!»* De seguida, reza-se um padre nosso, uma avé-maria e uma salvé-rainha em louvor do Santíssimo Sacramento.

Durante três dias, o doente não pode lavar os pés nem mudar de roupa, sobretudo, a roupa interior.

Este tratamento tem-se adaptado ao tempo. Se, o doente ia nove dias seguidos aguentar a canga, hoje pode ser feito tudo no mesmo dia. No final, é amarrado um pano ou substituído este por uma boa fricção de herudoide. Mas convirá evitar o frio das noites ou madrugadas. Sempre é mais seguro.

Cortar feridas

Qualquer ferida pode ter uma cura rápida. Necessário é bater à porta certa de *talhadeira* eficaz. O ritual é simples. A *talhadeira* molha o dedo indicador em saliva e passando por volta da ferida, humedece-a. De seguida, faz a cruz em cima da parte do corpo atingida ao mesmo tempo recita: *«Assim como eu não comi nem bebi, assim tu*

seques e mirres aí».

Isto repete-se três vezes e quem ministra a cura tem de estar em jejum. De manhã e em jejum, a mulher tem sempre mais virtude.

Como se cura um mau jeito, pé desmanchado, carne desligada.

O povo utiliza muitas expressões como esta *«abriu-se-me um pulso»*, *«estorceguei um pé»*, *«tenho um braço aberto»*, etc, o que normalmente impede o trabalho.

Para fazer desaparecer esses problemas são auxiliares indispensáveis: um banco de quatro pernas e voltado para o ar, uma vassoura, uma tesoura que se crava na vassoura, uma agulha e uma almofada (ou um pano) e uma bacia com água quente. Sobre os bordos da bacia coloca o paciente o pé (ou o braço) de modo a pousá-lo em dois pontos dos bordos. Cumprido isto, a pessoa encarregada da cura pega na agulha entre os dedos e com ela faz que cose à volta da parte atingida. Depois, ergue-se e faz passar a agulha pela almofada (ou pano), ao mesmo tempo que vai recitando:

«Eu coso carne quebrada, nervo torto, fio fora do lugar. Assim mesmo é que eu coso, carne quebrada torne a soldar, nervo torto, torna ao teu posto e fio torna ao teu lugar».

Endireitar a espinhela (ou o bucho)

Reza simples que consiste em fazer com o crucifixo uma cruz sobre a boca do estômago (ou na espinha, se for o caso) sempre de baixo para cima e da direita para a esquerda, porque assim é que dá certo enquanto irá dizendo: *«Bucho (ou espinhela) torna ao sítio de onde eras. O Divino Espírito Santo e as três Pessoas da Santíssima Trindade ponham neste corpo o bucho (ou a espinhela) no seu lugar».* O ritual termina com um padre nosso, uma avé-maria e uma salvé-rainha.

DIDRIA

SUPERSTIÇÕES

«Ele há coisas»— diz o povo. Essas coisas muitas vezes não passam de certas superstições que hoje têm ainda a sua clientela fiel e disposta a recorrer a todos os remédios ou ritos de modo que os males se afastem de uma penada, porque de almas penadas alguns dizem andar carregados, almas de gente conhecida ou até desconhecida, que é preciso atender com missas, para que tenham direito ao céu. Como as gentes sabem aquele adágio — *«gato escaldado de água fria tem medo»* — previnem-se:

- Ver gatos pretos, entornar azeite, passar por debaixo de uma escada, mijar no lume dá azar.
- Partir um espelho dá sete anos de azar.
- Se alguém passar por cima de uma criança, ela não cresce mais, a não ser que se desfaça o gesto.
- Se mulher grávida, ao subir de escada, lançar o pé direito no primeiro degrau, o filho

é rapaz. Se for o esquerdo, será rapariga.

• Mulher grávida não deve saltar arames, porque o cordão do umbigo pode enrolar.

• Se mulher amamenta filho e o peito endurece foi mau olhado.

• Ninguém se salva se, à hora da morte, tiver dinheiro enterrado.

• Ferraduras ou cornos colocados atrás das portas afuguentam o diabo.

• Casamento de primos pode dar filhos tolos até à quinta geração.

• Se a mulher tem sete filhos varões, o último é lobisomem.

• Lobisomens serão os filhos de compadres e comadres.

• Se o casal tem sete filhas, a última é bruxa.

• Varrer de noite a casa é deitar fora a riqueza.

• Quando o vinho se entorna na mesa é sinal de alegria.

• Quando os pinheiros aparecem comidos das lagartas, diz-se que o ano vai ser de fome.

• Se há figos lampos em quantidade, nos começos de Julho, diz-se que nesse ano vai haver muitos casamentos.

• Quando um cão uiva diz-se que adivinha revolta de tempo.

• Deitar a boroa de lar para o ar é mau: o diabo dança-lhe em cima.

• Quando as corujas crocitam de noite ou os cães uivam de dia é sinal de que alguém estará para morrer.

• Quando um aranhão passeia a roupa de alguém é sinal de dinheiro fresco (e em caixa).

bibRIA

• Quando a abelha zumbe em volta de uma pessoa é sinal de visita.

• Porém, se for a borboleta a fazê-lo, é sinal de carta.

• É bom amarrar à perna de uma mesa ou cadeira um cordel quando se perde algum objecto. Ajuda a aparecer.

• Não se devem deixar deitados no berço os bébés, quando passa um cortejo fúnebre.

• Quando se casam dois pares de noivos, (no mesmo lugar e mesmo dia, ressalve-se este pormenor) a fortuna foge de um para o outro.

• O signo-saimão, colocado nas portas dos currais e até noutras afugenta o demónio.

• Quando vaca ou porca têm criação, um raminho de arruda colocada a um canto ajuda a bom parto, dá sorte. Também umas calças viradas do avesso têm semelhante efeito.

• É mau podar ou enxertar pela lua nova.

• O cabelo deve ser cortado no minguante para que não espigue e no quarto crescente para que cresca mais depressa.

• Semear abóboras pela lua cheia é que é o ideal.

• Se as cebolas não forem plantadas e arrancadas no minguante de certeza que grelam.

• Mulher grávida não deve trazer a chave à cinta para que o filho não nasça com os lábios rachados.

• Crianças que as mães ouçam chorar dentro da barriga, cuidado, saem lobisomens.

• Cuidado: se os gatos comerem as embíbias, a crianças saem ladras.

• Apontar com o dedo em riste para as estrelas dá azar: aparecem cravos ou verrugas

nos dedos das mãos.

• Quando cai um dente, deve ser arremessado para trás e dizer: *«dente fora/cagalhão na cova/nasça outro/para a casa nova»*.

• Quem de rapaz ou rapariga apanhar a fatia do bolo da noiva que esta lançar para trás, será o próximo a casar-se.

• Casamento em dia de chuva (de preferência miúda) dá muita sorte.

• Mulher grávida que encoste à barriga animal de pêlo ou de pena está sujeita a que os filhos nasçam com sinais no corpo (manchas).

• Se cair uma gota de leite no lume, secará a vaca.

• Passar por debaixo de pá do forno é quanto basta para não se crescer mais.

• Quando alguém estiver a matar um animal, não deve dizer *coitadinho*, porque vai custar mais a morrer.

• Quando uma das orelhas está quente diz-se que estão a falar de nós: bem, se for a direita, mal, se for a esquerda.

• Se as ninhadas forem feitas no mês de Maio para evitar os efeitos das trovoadas as pesssoas colocam ferrinhos por debaixo da palha.

MEDICINA CASEIRA

bibRIA

• **Bichas** — chá de hortelã ou esfregar as fontes da cabeça com dentes de alho ou mesmo cheirando petróleo.

• **Vias urinárias** — ervas de rabo de salva, que também são eficazes em banhos de assento.

• **Intestinos** — ervas de S. Roberto em chá e chá de folhas de marmeleiro.

• **Estômago** — chá de erva cidreira ou de limonete.

• **Catarreira** — tomar vinho fervido com unto e açúcar.

• **Dores de dentes** — beber aguardente ou colocar sal ou mesmo um pedacinho de cigarro no dente afectado.

• **Dores de ouvidos** — leite de mulher parida.

• **Diarreia** — chá de folhas de nespereira.

• **Picadelas de abelhas** — deitar o gume de uma faca em cima.

• **Constipação** — chá de folhas de laranjeira ou limoeiro com mel.

• **Diabetes** — chá de folha de oliveira.

• **Nervos** — chá de tília ou de flores de laranjeira.

• **Rins** — chá de ervas de S. Roberto ou de hipericão.

• **Tensão** — chá de folhas de oliveira (para descer) ou de cenoura (para subir).

• **Catarreira** — tomar vinho fervido com unto e açúcar ou chá de folhas de laranjeira ou ainda gemadas ou aguardente ao deitar.

• **Bexiga** — chá de barbas de milho e pés de cereja.

• **Nervos** — chá de folhas de alface.

• **Olhos** — chá de marcela e malva.

• **Coração** — chá de alho que tanto acode ao coração, como é alívio para o reu-

matismo ou obriga a defecção das bichas.

• **Espetadelas** (pregos, forquilhas, engaços) — castigar a ferida com azeite a ferver e a escorrer de uma palha de trigo ou centeio.

RESPONSOS

Dentro da chamada Medicina Popular acontece com muita frequência as pessoas *«apegarem-se»* aos santos, não só da sua devoção, mas, àqueles que melhor podem curar males seus ou até dos seus animais domésticos, (sobretudo vacas e porcos). Muitas vezes, assumem essas orações-pedidos uma espécie de negócio, que acabam por ser cumpridas, algumas vezes religiosamente. Nem que seja depondo pés de porco no altar de Santo António.

Cada santo parece ter a sua tarefa específica no campo da saúde mas há aqueles que também acumulam. Outros não são tidos nem achados.

Santo António é de todos quantos ocupam altares na freguesia o mais solicitado. Tanto atende aqueles que se querem casar como os que têm gado doente em casa. A ele são dirigidos vários responsos, dele se contam lendas. Como português que é, parece com ele haver uma maior à vontade, uma conversa mais franca, uma grande confiança, como se verifica por estes versos antigos:

bibRIA

Santo António da capela,
mandou-me apanhar marcela
para fazer chá.
Tenho uma dor de barriga
que não sei se passará.

Vamos, raparigas,
ao Santo Antoninho,
mostrar as nossas ligas,
ao rico santinho.

Santo António da estrada,
vejo-me nesta enrascada,
que me faz suar.
Arranja-me o matrimónio
que hoje me vou casar.

Vamos, raparigas,
bonitas e feias,
ao Santo Antoninho
mostrar nossas meias.

Carteira que se perca, bicicleta que seja roubada, peça de roupa que se extravie, cão que fuja, galo que desapareça, tudo isto se entrega à missão de Santo António. O que

é necessário é colocar muita devoção na oração, sobretudo, não deixar para trás uma única palavra. Isso pode ser o bastante para que as coisas venham a correr mal. Estas fórmulas e são muito mais eficazes do que a pessoa limitar-se a amarrar um pano ao pé de uma mesa ou de uma cadeira... Todavia, uma das cláusulas para as orações surtirem o efeito desejado é os responsos serem feitos o mais possível em cima do desaparecimento do objecto, nos primeiros oito dias.

1

Se milagres desejais,
recorrei a Santo António,
vereis fugir o demónio
e as tentações infernais.

Pela sua intercessão
foge a peste, o erro, a morte,
o fraco torna-se forte
e torna-se o enfermo são.

Recupera-se o perdido (1)
rompe-se a dura prisão
e no auge do furacão
cede o mar embravecido.

Todos os males humanos
se moderam, se retiram,
digam-no aqueles que o viram
e digam-no os lusitanos.

bibRIA

1) Menciona-se o objecto perdido. Depois da leitura destas quadras, a pessoa encarregada de responsá-lo termina com esta súplica: —*«Rogai por nós, bem aventurado Santo António para que sejamos dignos das promessas de Cristo».*

2

Em nome do Pai e do Filho
e do Espírito Santo.
Bendito louvado e adorado
seja Santo António, sol brilhante,
que em Lisboa, França e Itália,
era a luz mais rutilante.
Ó beato Santo António,
ao Monte Sinai subiste,
o teu santo breviário perdeste,
em busca dele volveste,
uma voz do céu ouviste:

António volta atrás,
teu santo breviário acharás
em cima dele Jesus Cristo vivo,
quatro coisas lhe pedirás
e ele te dirá:
o roubado restituído,
o perdido achado,
o esquecido lembrado
e o vivo guardado.

3

Estando milagroso Santo António
em Pádua, a pregar o seu sermão,
veio um anjo e disse:
—Tu, António, hás-de crer
que a Lisboa hás-de chegar
e, por sete sentenças falsas,
o teu pai hás-de livrar.
António assim que ouviu isto,
uma Avé-Maria pediu
e caminho de Lisboa seguiu.
À rua nova chegou
e logo lá encontrou
justiça com toda a gente.
Ele disse: — Onde levais esse homem?
— Este homem matou outro,
enterrou-o no seu quintal.
—Vamos à cova do morto
que ele dirá a verdade.
— Levanta-te aí, morto,
das partes do Omnipotente,
diz aqui quem te matou
e desengana esta gente.
O homem se levantou,
como neste mundo andou
e disse: — Este homem não me matou
nem de mim teve sinais.
O homem que me matou
na companhia o levais,
mas o meu sagrado Messias
não permite que descubra mais.
— Ó meu padre Santo António,
dizei-me onde morais,

biblRIA

que vos quero dar graças,
já que não presto para mais.
— Eu sou vosso filho Fernando,
mudei o nome para António
para vos poder livrar
das tentações do demónio.

Segundo a lenda, Santo António deixou as pessoas a rezar a avé-maria, dirigiu-se ao púlpito e disse: «Muito neva na serra de Alvarenga».

Embora não tenha altar na freguesia, S. Romão é santo a que recorrem algumas pessoas:

«Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Eu me entrego à luz e à cruz, à rainha da verdade e à Santíssima Trindade que nos livre de cães danados e por danar homem morto, mau encontro, e ao padre S. Romão. Tem a cabeça em Roma e o corpo em Portugal, homem vivo de mau perigo, S. Romão seja comigo. P.N. e A M».

Outras vezes, a oração é dirigida ao próprio Deus como é o caso deste «responso», para nos defender de todos os perigos:

«Justo Juiz de Nazaré, Filho da Virgem Maria, que em Belém foste nascido entre os idólatras, eu vos peço, Senhor, pelo vosso sexto dia, que o meu corpo não seja preso, nem ferido, nem em mãos de justiça envolto.
Pax tecum, pax tecum, pax tecum, Cristo assim o disse aos discípulos! Se os inimigos vierem para me prenderem, tenham olhos, não me vejam, tenham boca, não me falem, tenham ouvidos, não me ouçam.

bibRIA

Com as armas de S. Jorge serei armada, com a espada de Abraão serei coberta, com o leite da Virgem Maria serei esbarrofada, na arca de Noé serei arrecadada, com as chaves de S. Pedro serei fechada, onde não me possam ver nem ferir, nem matar, nem sangue de nosso corpo tirar.

Também vos peço, Senhor, por aqueles três cálices bentos, por aqueles três padres vestidos, por aquelas três hóstias consagradas, que consagraste no terceiro dia, desde as portas de Belém até Jerusalém, com prazer e alegria. Deus adiante, paz na guia, Deus me dê a companhia, que Deus deu à Virgem Maria, desde a casa Santa de Belém até Jerusalém, com prazer e alegria.

Deus é o meu Pai, Virgem Maria a minha mãe. Com as armas de S. Jorge serei armada, com a espada de Santiago serei guardada, para sempre, ámen».

SANTOS ADVOGADOS E PROTECTORES

Se Santo António é casamenteiro e trata sobretudo de doenças de animais domésticos e atende às aflições dos humanos mortais, sendo aquele que mais altares possui em toda a freguesia (Gesta, Carris, Águas Boas), outros advogados há e para outras espécies de males.

S. Geraldo (Oiã), advogado dos *cravos*, cuja cura se paga com fé e um raminho

de cravos normalmente por dia de sua festividade (dez dias após a quinta-feira da Ascenção).

Santo Amaro (Malhapão), advogado de todos os males de ossos e aleijões (em retribuição, figuras de cera de gente e partes do corpo são guardadas na *casa dos milagres*).

Nossa Senhora das Febres (Perrães), advogada das febres, das sezões e do paludismo.

Nossa Senhora do Livramento (Silveira), advogada dos mancebos em tempo das sortes e de militares.

Nossa Senhora das Dores (Silveiro), advogada de todas as mazelas, de todos os achaques, de todas as dores.

S. Sebastião (Oiã) a quem se rezava, e reza, para livrar as pessoas da fome, da peste e da guerra.

Santa Margarida (Águas Boas), advogada contra toda a espécie de bicheza desde as formigas aos lagartos.

Santa Luzia (Águas Boas), advogada dos olhos.

S. Roque (Perrães e Silveiro), advogado das mordidelas de cão.

ADAGIÁRIO

bibRIA

Nos provérbios, que nunca são restritos a determinada zona porque de norte a sul o povo serve-se deles, introduzindo-lhes algumas variantes, adaptadas ao modo de vida e até do tempo, se engrandece e exalta a filosofia popular, o seu saber consubstanciado na experiência de gerações sucessivas. Muitas vezes, são a interpretação fiel dos seus padrões de vida e valores morais, outras, ironicamente distorcem o que, no fundo, as pessoas querem dizer.

Os provérbios são sentenças e sabenças populares e constituíam (e ainda constituem) normas de conduta que se vão transmitindo, com mais ou menos consistência, na certeza de que por vezes valem bem um discurso. Se privilegiam o espírito, a moral, não esquecem o corpo, a valorização da beleza e do encanto feminino. São capazes de servir de esponja para muitos actos, mas, na maioria, são faca afiada (e por vezes de dois gumes) a castigar os prevaricadores. São portadores de uma sábia ironia (a *«albarda faz o burro»* e *«quem desdenha quer comprar»*), como também remetem o homem para o seu interior, levando-o à conclusão de que *«nem só de pão vive o homem»* ou de que *«da discussão nasce a luz»*. Resumem esperança e fé em melhores dias — o homem bairradino é um homem habituado ao sofrimento, à vindima desfeita mas nem por isso deixa de ser homem forte, daí não deixar de concluir: *«atrás de tempo tempo vem»*, ou *«De hora a hora, Deus melhora»*. Contém também a zombeteria como arma derrubadora de presunções e falas-baratos (*«quando um burro fala, os outros baixam as orelhas»*) ou libertam chispas de sarcasmos, ásperos e gordos (*«vozes de burro não chegam ao céu»*). Pelos provérbios, chega-se a talhar o perfil feminino pretendido, considerando os valores morais (*«muito riso, pouco juízo»* ou *«Maria Nabiça, quanto vê*

quanto cobiça» ou ainda *«remenda o teu pano que te dá até ao ano»)*. Outros definem critérios de preferência (*«a mulher e a sardinha quer-se a mais maneirinha»*).

Os adágios e anexins que aqui deixamos, dos muitos que ouvimos e fomos recolhendo no dia a dia, são expressões do filosofar primeiro e imediato do homem. Não deste ou daquele homem, desta ou daquela zona , embora não seja descabido dizer-se que cada zona escolheu para seu uso os que mais se adaptam à sua forma de viver e sentir o tempo e o lugar em que estão inseridos. Para muitos funcionam como códigos de honra e foram-se construindo a partir de conclusões e acções vividas ao longo dos tempos.

Não tivemos a pretensão de uma recolha exaustiva, mas, os mais usados (e por vezes os mais curiosos) aqui ficam. Muitos estão relacionados com a vida campestre, com as festas do ano, com o ciclo do amor e da morte. Uns brejeiros, outros carregados de malícia. Aqui ficam, porque também são das gentes de Oiã como o são das gentes da Bairrada ou da Beira Interior. Como os ouvimos, aqui os deixamos. Nem sequer temos a tentação (pouco proveitosa) de lhes dar uma certa ordem alfabética ou escaloná-los por temas. O rigor de critérios não serviria de nada. Fazem parte de uma cultura popular rica. Serviram por via oral de uma leitura preciosa para muitas gerações. São uma rudimentar carta de ricos preceitos.

eLIBRIA

- *Em Abril queimou a velha o carro e o carril e o bocado, que lhe ficou, em Maio o queimou. E ainda lhe ficou o coucão que em S. João o queimou.*
- *A terra o dá, a tumba o leva.*
- *Quem de novo não vai, de velho não escapa.*
- *Arde melhor a lenha molhada do que a cinza enxuta.*
- *Quem faz um cesto faz um cento se lhe derem verga e tempo.*
- *Cala-te cesto, que vais para a vindima.*
- *Cala-te, cesta rota.*
- *Gaba-te, martelo, que para bater é que te quero.*
- *Cada macaco no seu galho.*
- *Casa que caibas e fazenda que não saibas.*
- *Bens de padre e sacristão, cantando vêm e cantando vão. Se chegam à primeira, não chegam à segunda geração.*
- *Cavalo dado não se olha a dente.*
- *Quem deixa caminhos e anda por atalhos nunca lhe faltam trabalhos.*
- *Gabou-a, estragou-a.*
- *Conforme os favais, verás os mais.*
- *Corpo grande, alma pequena.*
- *Um homem atrapalhado é pior do que tolo.*
- *No melhor pano cai a nódoa.*
- *Encomenda sem dinheiro fica no cais de Aveiro.*
- *Entre homem e mulher não metas a colher.*
- *Soluça o menino para viver e o velho para morrer.*
- *Ao menino e ao borracho põe Deus a mão por baixo.*

- *Línguas de má fé não dizem metade do que é.*
- *Mulher e cão olham sempre para a sua mão.*
- *Quem com puta joga o vinte acaba pobre ou pedinte. Quem dela faz cabedal vai parar à cadeia ou ao hospital. E, se putas eram e putas não são, levam um homem à extrema-unção.*
- *Mulher honrada não tem ouvidos.*
- *Apertar a mão é no princípio do saco.*
- *Peso e medida dão o seu a seu dono.*
- *O que é bem feito bem parece.*
- *Ao que tem que ser ninguém lhe foge.*
- *Ouro não vale mais do que o seu peso.*
- *Criados e bois, de um ano até dois.*
- *Palavra dada não tem volta.*
- *Pedros e burros negros nem comprá-los nem vendê-los.*
- *Pelo Natal, bico de pardal.*
- *Pelo S. Simão, fava no chão.*
- *Pelo S. Silvestre, alho à reste.*
- *Pelo S. Martinho, vai à adega e prova o vinho.*
- *Nem com toda a fome à caixa, nem com toda a sede à pipa.*
- *Depois de burro morto, cevado ao rabo.*
- *Burro com fome cardos come.*
- *Com vento suão nem palha nem grão.*
- *Quem tem filhos tem cadilhos e quem os não tem cadilhos tem.*
- *O saber não ocupa lugar.*
- *Quem muito aperta mal segura.*
- *Quem tem cu tem medo.*
- *Quem tem cu não perde lugar.*
- *Quem não olha à frente atrás fica.*
- *Quem o seu não vê, o diabo lho leva.*
- *Fraco é o vilão que em Maio rega o seu chão.*
- *Se queres ver o homem morto, dá-lhe couve alta em Agosto.*
- *Nunca sirvas quem serviu nem peças a quem pediu.*
- *A pobre não peças e ao rico não emprestes.*
- *Todos os conselhos tomarás, o teu não deixarás.*
- *Depois de casa roubada, trancas à porta.*
- *Depois de noiva casada, não lhe faltam casamentos.*
- *Amigo que não presta e faca que não corta, nem que se percam, pouco importa.*
- *Ano coveiro não é vinhateiro.*
- *Arme a tenda quem a entenda.*
- *A ordem é pobre e os frades são muitos.*
- *Boa casa, boa brasa.*
- *Canta o galo e ronca o burro, é meio-dia seguro.*

LIBRIA

- *Casa que não é ralhada não é governada.*
- *Caldeireiro na terra, chuva na serra.*
- *De água e vassoura ninguém é pobre.*
- *Do meu trabalho se rirão, mas o meu dinheiro não levarão.*
- *Dos Santos ao Natal, inverno natural.*
- *De S. João ao S. Pedro é que o vinho mete medo.*
- *É fugir ao dever que o pagar está certo.*
- *Em Abril águas mil, mas às vezes são coadas por um funil.*
- *Entre parentes e irmãos ninguém meta as mãos.*
- *Fevereiro quente traz o diabo no ventre.*
- *Filhos criados, trabalhos dobrados.*
- *Em casa de ferreiro, espeto de pau.*
- *Em tempo de guerra, não se limpam armas.*
- *São mais as vozes do que as nozes.*
- *Quem vai à guerra dá e leva.*
- *Deus dá as nozes a quem não tem dentes.*
- *Dá Deus o frio conforme a roupa.*
- *Onde há galo, não cantam galinhas.*
- *Atrás de tempo, tempo vem.*
- *De hora a hora, Deus melhora.*
- *O que não tem remédio, remediado está.*
- *Olha para o que eu digo, não olhes para o que faço.*
- *Zangam-se as comadres, dizem-se as verdades.*
- *Quem muito dorme pouco aprende.*
- *Quem dá pão, dá a criação.*
- *Uma mão lava a outra.*
- *Não há sábado sem sol nem domingo sem missa.*
- *O casamento e a mortalha no céu se talha.*
- *Muito riso, sinal de pouco juízo.*
- *Fala o roto do mal remendado.*
- *Só fala quem tem que se lhe diga.*
- *Não cuspas para o ar que te pode cair em cima.*
- *Bem cantas, mas não me enganas.*
- *A ocasião faz o ladrão.*
- *Quando o vento vem da serra, é chuva como terra.*
- *Quando o vento vem do mar, é chuva até fartar*
- *Quando o vento vem de frente, é chuva para toda a gente.*
- *Se estiver o dia para chorar, é o inverno a passar.*
- *Quando Deus queria, do norte o vento soprava e do sul chovia.*
- *Se em 2 de Fevereiro estiver o dia a rir, está o inverno para vir.*
- *Quando mija um português, mijam dois ou três.*
- *Não há fome que não dê em fartura.*
- *Quem não tem dinheiro não tem vícios.*

biblRIA

- *Mais vale um gosto na vida do que três vinténs.*
- *O olho do dono engorda o cavalo.*
- *Março marçagão, manhãs de inverno, tardes de verão.*
- *Maio sem trovões é como o homem sem quilhões.*
- *Quem não trabuca não manduca.*
- *Terra e cono cada ano seu dono.*
- *Junho, foice no punho.*
- *Pelo Santiago pinta o bago.*
- *Em Outubro colhe-se tudo*
- *Pelo S. Martinho prova o teu vinho.*
- *Fraco é o burro que não pode com a albarda.*
- *Galinha que em casa fica sempre pica.*
- *Geada na lama, chuva na cama.*
- *Lázaro, Ramos, Páscoa estamos.*
- *Leve o diabo paixões, venha Maria para casa.*
- *Lua nova trovejada trinta dias é molhada.*
- *Mão posta ajuda é.*
- *Mulas, mulheres e letras escrevem-se com as mesmas letras.*
- *Nem bonita que espante nem feia que meta medo.*
- *O homem põe e Deus dispõe.*
- *Nunca faltou cova ao morto nem casa ao vivo.*
- *Nunca o invejoso medrou nem quem ao pé dele morou.*
- *O Fevereiro enganou a mãe no soalheiro.*
- *O que é demais é moléstia.*
- *O trabalho do menino é pouco, quem no perde é louco.*
- *Quando a raposa anda aos grilos, mal da mãe, pior dos filhos.*
- *Enquanto se capa não se assobia.*
- *Quem muito diz pouco acerta.*
- *Quem tem pena fica depenado.*
- *Quem tiver de morrer no palheiro não lhe erra a porta.*
- *Quem não poupa a água e a lenha não poupa nada do que tenha.*
- *Quem não sabe tocar rabecão não lhe ponha a mão.*
- *Quem dá tudo a fazer dá tudo a comer.*
- *Quem dinheiro tiver fará o que quiser.*
- *Quem empresta o que tem a pedir vem.*
- *Quem se obrigou a amar obrigou-se a padecer.*
- *Quem cabras não tem e cabritos vende de algum lado lhe vêm.*
- *Remenda o teu pano que dará até ao ano.*
- *Todo o burro come a palha. O que é necessário é saber dá-la.*
- *Não se apanham moscas com vinagre.*
- *Vale mais deixar a ruins do que pedir a bons.*
- *Se a Senhora das Candeias em Fevereiro ri, está o inverno para vir; se chora, está o inverno fora.*

biblRIA

- *A limpeza Deus a amou e a mulher do cú a merda tirou.*
- *Quem vai para o mar avia-se em terra.*
- *Há mais marinheiros do que marés.*
- *Enquanto o pau vai, folgam as costas.*
- *Quem dá o que tem a pedir vem.*
- *Quem mal anda, mal acaba.*
- *Quem meus filhos beija minha boca adoça.*
- *Cá se fazem, cá se pagam.*
- *Quem deve não teme.*
- *Quem dá o que tem a mais não é obrigado.*
- *Quem desdenha quer comprar.*
- *Quem não chora não mama.*
- *Mulher doente, mulher para sempre.*
- *Quem canta seu mal espanta.*
- *Águas paradas não movem moinhos e caldos de ganhinha nunca fizeram mal a ninguém.*
- *Filho és, pai serás. Como fizeres, assim acharás.*
- *Quem cala consente.*
- *Quem não se sente não é filho de boa gente.*
- *Amigo não empata amigo.*
- *Para trás mija a burra.*
- *Vozes de burro não chegam ao céu.*
- *Presunção e água benta cada um toma a que quer.*
- *Uma mão tapa a outra.*
- *Muito madruga quem Deus ajuda.*
- *De uma fraca moiteira sai um bom coelho.*
- *Quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é tolo ou não tem arte.*
- *Numa mão o pão, noutra a educação.*
- *Quem te avisa amigo é.*
- *De pequenino é que se torce o pepino.*
- *Quem tem mãe tem tudo, quem não tem mãe não tem nada.*
- *Quem tudo quer tudo perde.*
- *Quem semeia ventos colhe tempestades.*
- *Até ao lavar dos cestos é vindima.*
- *Candeia, que vai à frente, alumia duas vezes.*
- *Quem porfia sempre alcança.*
- *De poeta e de louco todos têm um pouco.*
- *Dinheiro e santidade são menos de metade.*
- *Não guardes para amanhã o que podes fazer hoje.*
- *É ao dono do furão que dói o coração.*
- *Devagar, que quero ir depressa.*
- *Uns comem os figos, outros ficam com os dentes bôtos.*

bibRIA

- *Aproveita o que não presta e verás o que é preciso.*
- *Dos fracos não reza a história.*
- *Com papas e bolos se enganam os tolos.*
- *Cão que ladra não morde.*
- *No melhor pano cai a nódoa.*
- *Quem vê caras não vê corações.*
- *Homem prevenido vale por dois.*
- *Palavra de rei não volta atrás.*
- *Agarra fama, deita-te na cama.*
- *Morra homem, fique fama.*
- *Quem tem medo compra um cão.*
- *Quando um burro fala, os outros baixam as orelhas.*
- *A mulher e o vinho fazem errar o caminho.*
- *Quem está de fora racha lenha.*
- *Quem foi ao vento perdeu o seu assento.*
- *Quem foi ao ar perdeu o seu lugar.*
- *Quem não tem pano não arma loja.*
- *Patrão fora, dia santo na loja.*
- *Quem não arrisca, não petisca.*
- *Apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo.*
- *Vai de casa a roupa lavada.*
- *Quem tem telhados de vidro não atira pedras ao do vizinho.*
- *Quem dá aos pobres empresta a Deus.*
- *A fartura faz mal ao doente.*
- *Filho de peixe sabe nadar.*
- *Os homens não se medem aos palmos.*
- *Para maroto, maroto e meio.*
- *Guardado está o bocado para quem o há-de comer.*
- *A albarda faz o burro.*
- *O hábito faz o monge.*
- *A mulher e a sardinha quer-se da mais maneirinha.*
- *A mulher e a pescada quer-se da mais encorpada.*
- *Na casa manda ela, mas nela mando eu.*
- *Quem tem unhas é que toca guitarra.*
- *A viola quer-se na mão do tocador.*
- *Homem pequenino, velhaco ou bailarino.*
- *Calça branca em Janeiro é sinal de pouco dinheiro.*
- *Muita parra, pouca uva.*
- *Grão a grão, enche a galinha o papo.*
- *Longe da vista, longe do coração.*
- *Maria Nabiça, quanto vê quanto cobiça.*
- *Quem tem boca vai a Roma.*
- *Para bom entendedor meia palavra basta.*

BIBRIA

- *Quando não chove em Fevereiro nem bom prado nem bom celeiro.*
- *Peixe não puxa à carroça.*
- *Quem não tem vergonha todo o mundo é seu.*
- *Com melão vinho de tostão.*
- *Graças a Deus, muitas — graças com Deus, poucas.*
- *Deus castiga sem pau nem pedra.*
- *Quem se veste de ruim pano, veste-se duas vezes no ano.*
- *Mais vale prevenir do que remediar.*
- *Atrás de quem pede ninguém corre.*
- *Quem não deve não teme.*
- *Quem dá o que tem, antes que morra, merece com uma cachaporra.*
- *Para quem não quer há muito.*
- *Ladrão que rouba a ladrão tem cem anos de perdão.*
- *É tão ladrão o que rouba como o que fica à porta.*
- *Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso.*
- *Mais vale só do que mal acompanhado.*
- *Chega-te para os bons e serás um deles - chega-te para os maus e serás pior do que eles.*
- *Quando vires as barbas do teu vizinho a arder, põe as tuas de molho.*
- *Com os tolos nem para a missa.*
- *Mais vale a morte do que tal sorte.*
- *Queres ver o teu corpo, mata o teu porco.*
- *Mais vale cair em graça do que ser engraçado.*
- *Quem quer festa sua-lhe a testa.*
- *Quando se faz uma panela, faz-se um testo para ela.*
- *Quem se mete em atalhos mete-se em trabalhos.*
- *O seguro morreu de velho.*
- *Cada cabeça cada sentença.*
- *Palavras loucas, orelhas moucas.*
- *Quem não está bem muda-se.*
- *Quem não pode aluga.*
- *Ninguém diga: desta água não beberei.*
- *Ou é sono ou é manha do dono.*
- *Em terra de cegos quem tem olho é rei.*
- *Palavra de rei não volta atrás.*
- *Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.*
- *Em dia de S. Lourenço, vai à vinha e enche o lenço.*
- *Quando Deus queria até do norte chovia.*
- *Lua nova trovejada, trinta dias é molhada.*
- *Pelo Santiago pinta o bago.*
- *Grande nau, grande tormenta.*
- *A pensar morreu um burro.*
- *Quem anda à chuva molha-se.*

bibRIA

- *Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele.*
- *Ovelha que berrega bocadada que perde.*
- *Quem mal não tem mal não pensa.*
- *Quem não tem que fazer faz colheres.*
- *Roma e Pavia não se fizeram num dia.*
- *Quem tem muitos filhos é rico, quem tem muitos irmãos é pobre.*
- *Muito esquece a quem não sabe.*
- *À morte ninguém escapa, nem o rei nem o papa.*
- *Quem com ferros mata com ferros morre.*
- *Burro que dá um coice, dá-o sempre.*
- *Mal por mal, mais vale cadeia do que hospital.*
- *Mudar de moleiro não mudar de ladrão.*
- *O cacho que nasce em Março, vindima no regaço.*
- *Chuva pela S. João tira o vinho e não dá pão.*
- *Primeiro dia de Agosto, primeiro dia de inverno.*
- *Setembro ou seca fontes ou leva açudes e pontes.*
- *Senhora da Nazaré (oito de Setembro) já não lhe sei rezar, que me tiram a merenda, mais a sesta do jantar.*
- *Ano de nevão, ano de pão.*
- *Para ir bem a Portugal, deve haver três cheias antes do Natal.*
- *Quem vier por bem que bata à porta.*
- *Mulher que bem se aseia nunca é feia.*
- *Quem não sabe é como quem não vê.*
- *Duas pedras ásperas não fazem farinha.*
- *Casamento e mortalha no céu se talha.*
- *Boda molhada, boda abençoada.*
- *Homem velho e mulher nova fazem filhos até à cova.*
- *O homem é fogo, a mulher a estopa, vem o diabo e assopra.*
- *Tanta vez vai a cântara à fonte que um dia lá deixa a asa.*
- *Grão a grão, enche a galinha o papo.*
- *Quem erra e se emenda, a Deus se encomenda.*
- *No poupar é que vai o ganho, não é no casar cedo.*
- *Cada qual puxa a brasa à sua sardinha.*
- *Fia-te na Virgem e verás o tombo que levas.*
- *Deus nos mate com a fartura, que a fome ninguém a atura.*
- *O que arde cura e o que aperta segura.*
- *De boas intenções está o inferno cheio.*
- *Laranja de manhã é oiro, ao meio dia prata e à noite mata.*
- *Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar.*
- *Morra Marta, morra farta.*
- *Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer.*
- *Pede o guloso para o desejoso.*
- *Tu que sabes e eu que sei, cala-te tu, que eu me calarei.*

bibRIA

CANCIONEIRO

bibRIA

JULGÁVAMOS inicialmente que havia pouco material etnográfico a recolher em Oiã e seu termo, mas concluímos felizmente pela existência de um florilégio com quantidade e qualidade que nos confortam, porque é liricamente rico.

As quadras ora são de amigo cantando coisas de amor:

O meu coração é relógio,
no peito dá badaladas;
no dia em que te não vejo
trago-te as horas contadas.

Assubi ao limoeiro,
cinco folhinhas cortei,
cinco sentidos que tinha
todos em ti empreguei.

ora são de escárnio e maldizer, tão da tradição portuguesa, que com pequenas alterações retomam o cancioneiro primitivo:

Tens um chapéu à peralta,
andas todo aperaltado.
O teu pai não é tão rico
que te traga afidalgado.

Marinhão que andas no mar,
volta atrás, que andas perdido.
Essa mulher que tu aí levas,
é casada e tem marido.

Todavia, está por um fio esta riqueza cultural que nos aparece exposta em versos de rara beleza e sonoridade: quadras amorosas, romances ainda que truncados como *O Cego de Amor*, (se comparado com versos do «Romanceiro Português», Colecção Educativa, da responsabilidade de Urbano Tavares Rodrigues), poesias de cariz religioso que não diferem das recolhidas em outras partes do País, ainda que seja em Loulé, no Algarve, para o caso das loas ao Menino Deus ou a sul do Rio Douro, para o caso das orações populares. Está por um fio porque o fio é a vida dos que diziam ou cantavam ou rezavam estes versos. Muitas poesias tradicionais já se perderam para sempre nas arcas da memória colectiva que mais se apaga a cada dia.

Como herança transmissível, foram as aldeias os verdadeiros sarcófagos desta riqueza, vinda de geração em geração, ensinada às crianças, aos adultos, ao borralho do tempo em que os filhos não se deitavam sem pedir a bênção aos mais velhos da casa —*«deite-me a sua bênção, meu pai!»* — ou nas horas da sesta e do descanso. Este repositório valioso, por vezes, encontra-se, imagine-se, mais vivo nas pessoas que não sabem uma letra do tamanho do seu corpo, embora sejam portadoras de cultura, pelo que nos recusamos a considerá-las analfabetas.

biblRIA

Já ninguém mais ensina versos às crianças entre o povo. Mais ninguém canta ao desafio nas romarias, nas desfolhadas. Ninguém desenterra lendas, ainda que seja a de Santo António a guardar os pardais com a grade encostada à Quinta. As cantigas de embalar já não têm berço, outrora uma canastra, quando não, um cesto vindimo. As décimas que são? E, no entanto, fizeram época os popularmente versos chamados de quarenta pontos.

Eram os seus autores poetas populares, sendo o mais talentoso na Bairrada o Manuel Alves, do Vale do Boi. Deles sobraram algumas décimas que, há décadas, eram cantadas em serenata às moças, fazendo-se acompanhar os cantadores e namorados de violas, violões, bandolins e mesmo pandeiretas. Quem está hoje para lengas-lengas, que se diziam e contavam aos serões, nos grupos dos amigos, nos palcos, na vida? Talvez consigamos dar-lhes por uns tempos uns pingos de vida, esperando verdadeiramente que nenhuma destas páginas tenha a função da certidão de óbito da cultura popular da nossa freguesia. Voltamos a frisar, ela é rica, meritória e grande, tanto mais que temos a certeza de que muito material terá ficado por recolher.

Arreigado aos cristãos princípios, o povo tinha orações para tudo e até dispunha de fórmulas para esconjurar a trovoada: *«Nossa Senhora da Conceição, faça sol e chuva*

não» ou *«Céu aberto, coração ferido, sangue derramado de Nosso Senhor Jesus Cristo, que se meta entre nós e o perigo»*. Também para afugentar o diabo: *«Vá para o mar molhado, para os bicos dos tojos, para as pedras negras, para o lugar que ganhou e leve o que deixou»* (três vezes ao deitar), ou ainda *«aleluia, aleluia, aleluia, credo, credo, credo, abrenúncio, abrenúincio, abrenúncio.»*

O cristão tanto se desbarretava ao passar pela igreja paroquial, como dizia, quando davam as horas da torre: *«A esta hora bendita, nasceu Jesus Cristo»* e lá rezava um padre nosso e uma avé maria.

POESIA LÍRICA

É de noite, é sol posto,
e o meu amor não vem.
Ou o mataram a ele
ou ele matou alguém.

Não sei que mal fiz ao sol
que não dá na minha rua.
Hei-de-me vestir de preto,
que de branco anda a Lua.

Rua abaixo, rua acima,
toda a gente me quer bem.
Só a mãe do meu amor
não sei que raiva me tem.

Quero cantar, ser alegre,
que a tristeza não faz bem.
Eu nunca vi a tristeza
dar de comer a ninguém.

O ladrão do negro melro,
toda a noite assobiou.
Ao romper da madrugada,
bateu as asas, voou.

O meu amor ontem à noite
pela vida me jurou
que se ia deitar ao mar,
mas eu atrás dele não vou.

Forte coisa é a baleia,
lá no mar se criou.
Três dias choveu areia,
quando Tróia se arrasou.

bibRIA

Por que andas de mal comigo,
ó minha doce trigueira?
Quem me dera ser o trigo
que andas calcando na masseira.

Casa rica tem fartura,
quem doba tem sarilhos.
Andam os pardais aos figos
e as galinhas ao milho.

O fruto que a árvore deu
é o que se cá procura.
Um pinguinho de azeite
que alumia a Virgem pura.

Salomão quando morreu,
o corpo deu à sepultura.
Na caveira lhe nasceu
uma árvore de grande altura.

O papel em que te escrevo
sai-me da palma da mão,
a tinta sai-me dos olhos
e o papel do coração.

O anel que tu me deste
era de vidro e quebrou-se,
o amor que tu me tinhas
era pouco e acabou-se.

Salta, à merenda, pelo prado
de esgalhada pelo ar.
A sombrinha de um valado
ouvia a gente a namorar.

Se me tratas de amigo
prova bem lá que o és.
Vem para a ceifa comigo,
para a terra sujar os pés.

A fazenda é um brio,
a mulher é uma prenda.
Se me derem à escolha,
antes mulher que fazenda.

biblRIA

Não quero amor António,
que amarga como trovisco.
Quero, antes, Emanuel.
que é nome de Jesus Cristo.

Minha mãe para eu me casar
prometeu-me tudo quanto tinha.
Depois de eu me casar,
deu-me uma agulha sem linha.

Para a mulher ser infeliz,
basta só ser mulher.
Anda sempre na boca do mundo,
esteja ela onde estiver.

Minha amora madurinha,
diz-me quem te amadurou:
foi o sol e foi a lua
e o calor que ela apanhou.

Ó meu amor, quem te disse
que eu não gostava de ti?
Não gosto de outra coisa,
coisa mais bonita nunca vi.

Pois se tu gostas de mim,
eu gosto de ti também.
Se queres casar comigo,
vai pedir-me à minha mãe.

Embora o que Deus nos deu
caiba numa mão fechada,
o pouco com Deus é muito,
o muito sem Deus é nada.

Chamaste-me tudo na vida,
eu tua alma quero ser.
A vida acaba com a morte,
a alma não pode morrer.

Oh que púcaro tão belo,
que água tão saborosa.
Quem na bebe é um cravo,
quem na dá é uma rosa.

biblRIA

Ó ares da minha terra,
vinde por aqui levar-me
que os ares da terra alheia
não fazem senão matar-me.

Vou-me embora, vou-me embora,
que me ralha a minha mãe.
São dez horas, são dez horas
e o meu amor não vem.

Marinhão, que andas no mar,
volta atrás que andas perdido.
Essa mulher que tu aí levas,
é casada e tem marido.

Semeei milho miúdo,
à roda da minha eira,
Nasceram só mulheres,
oh que fraca sementeira.

Para falar ao meu amor
encostei-me a uma laranjeira.
Hei-de casar-me com um lavrador,
ainda que meu pai não queira.

bIBRIA

Ó Lua, que vais tão alta,
mais alto vai o luar,
mais alta vai a aventura
que Deus tem para nos dar.

Ontem à meia-noite,
ouvi cantar e chorei
pela minha mocidade
que tão mal a empreguei

No céu vai uma nuvem,
todos dizem: eu bem na vi.
Todos falam e murmuram
e ninguém olha para si.

Minha mãe, casai-me cedo,
enquanto sou rapariga.
O milho sachado tarde,
Não dá palha nem espiga.

Liberdade, liberdade,
quem a tem chama-lhe sua.
Eu não tenho liberdade
de pôr o pé na rua.

Debaixo do cemitério,
não chove nem cai orvalho.
Ó João, se queres ser meu,
não me dês tanto trabalho.

As estrelincas do céu correm,
todas numa carreirinha.
Também os amores correm
da tua mão para a minha.

Rua abaixo, rua acima,
todos me querem bem.
Só a mãe do meu amor
não sei que raiva me tem.

Oh que lindo par eu levo,
aqui à minha direita,
oh que linda rosa branca,
oh que belo cheiro deita.

Comadre, rica comadre,
eu gosto da sua pequena,
é bonita, apresenta-se bem,
tem a face morena.

Ó igreja de santa cruz,
feita de pedra morena,
dentro de ti vão rezar
dois olhos que me dão pena.

Fui ao arco da igreja,
aos teus pés ajoelhei.
Ó virgem, por mim rezava,
ó virgem, por ti rezei.

Ó luar da meia noite,
já te podes ir embora.
A minha mãe, esta noite,
não me deixa ir lá fora.

biblRIA

Gosto tanto de te ver,
meus olhos sonham contigo.
Quando tu não vens, choram,
choram por ti, meu amigo.

Se fores domingo à missa,
ajoelha onde eu te veja.
Não faças andar meus olhos
em leilão pela igreja.

Dizem que Nossa Senhora
é moleira numa aldeia.
As estrelas da aurora
são como as da lua cheia.

A mulher é desgraçada
até no vestir da saia.
Não há desgraça nenhuma
que aos pés da mulher não caia.

Na vida de uma mulher,
há sempre um homem que passa,
e tu passaste a correr,
causaste a minha desgraça.

bIbRIA

Tanta silva, tanta silva,
tanta silva, tanta amora,
tanta menina solteira
e o meu pai sem uma nora.

Oh, que lindo chapéu preto
naquela cabeça vai,
oh que lindo rapazinho
para genro do meu pai.

Ó ramo, ó lindo ramo,
ó ramo de oliveira,
tu és o mais lindo ramo
que andava na brincadeira.

Ó ramo, ó lindo ramo,
ó ramo da Alexandria,
tu és o mais lindo ramo
que andava na romaria.

Ó João, ó cara linda,
não saias de noite à rua,
os meus olhos nunca viram
cara linda como a tua.

S. João para as moças
fez uma fonte de prata.
Se as moças lá não vão,
S. João todo se mata.

A mulher é causadora
de muitas paixões geradas,
mas, por este mundo fora,
há multidões de desgraçadas.

Eu solteiro e tu solteira,
precisamos de nos casar.
Se gostas de mim, aceita,
venho-te aqui convidar.

Ó mar largo, ó mar largo,
ó mar largo sem ter fundo,
mais vale andar no mar largo
do que nas bocas do mundo.

biblRIA

O amor de um estudante
não dura mais de uma hora.
Tocam os sinos, vão para as aulas,
vêm as férias, vão-se embora.

O coração mais os olhos
são dois amantes leais.
Quando o coração tem penas,
logo os olhos dão sinais.

O meu coração é relógio,
no peito dá badaladas.
No dia em que te não vejo
trago-te as horas contadas.

O vinho é coisa santa,
criado na cepa torta.
A uns faz perder o tino,
a outros errar a porta.

Deixa falar quem fala,
quem fala fala na rua.
Eu como na minha casa,
cada um come na sua.

Ó alegria do mundo,
diz-me onde tens andado.
Tendo corrido mil terras,
Não te tenho encontrado.

Ó meu amor, meu amor,
minha primeira afeição.
Andas de mal comigo,
diz-me qual é a razão.

Atirei com uma azeitona
à janela do morgado,
ai jesus, ai Jesus, ai Jesus,
que já estou roubado.

Em cima de um tronco seco,
escrevi o nome teu.
Ao ler desse teu lindo nome,
o tronco reverdeceu.

Semeei no meu quintal
a semente de repolho,
nasceu-me um velho careca
c'uma batata no olho.

Semeei no meu quintal
a semente do pepino,
nasceu-me lá um velho
a tocar violino.

A janela do teu quarto
fica pertinho da rua.
Deitado na minha da cama
vejo-te aos saltos na tua.

Pedi eu a morte a Deus
e ele disse que não ma dava,
que pedisse a vida,
que a morte certa estava.

bibRIA

Se eu tivesse a liberdade
que as pulgas têm no lençol,
apalpava as moças todas,
esta é dura, aquela é mole.

Não me ponha a mão na cinta,
diga de longe o que quer.
Não perde você que é homem,
perco eu que sou mulher.

No ventre da Virgem Mãe,
encarnou divina graça.
Entrou e saiu por ela,
como o sol pela vidraça.

CANTIGAS

1

Ó minha amora madura,
diz-me quem te amadurou.
Foi o sol e foi a lua
e a geada que ela apanhou.

O calor que ela apanhou,
no cimo da silveirinha,
ó minha amora madura,
ó minha amora madurinha.

Debaixo de água está lodo,
debaixo do lodo areia.
Debaixo de uma amizade,
todo o mundo receia.

2

Trigueirinha, trigueirinha,
assim me chama o meu Pedro.
Não sou linda de espantar
nem feia que meta medo.

Chamaste-me trigueirinha,
isso é do pó da eira.
Hás-de-me ver ao domingo,
como a rosa na roseira.

biblRIA

Ó meu amor, se tu fores
ao tribunal das formosas,
abraça-te às trigueirinhas
que as brancas são enganosas.

3

As papoilas encarnadas
a brilhar entre os trigais,
são tão lindas, delicadas,
como as rosas nos rosais.

Quando a brisa vem do sul,
curva as espigas e elas
luzem como em céu azul
de noite luzem estrelas.

Quando o trigo ao sol se malha,
no verão as raparigas
enfeitam chapéus de palha,
com as papoilas amigas.

bibRIA

4

Olha a ramboia, olha a ramboia,
anda sempre a ramboiar
e a mulher do papo seco
já não sabe trabalhar.

Papo seco, papo seco,
papo seco sem caroço,
por causa do papo seco,
anda o povo em alvoroço.

A ramboia está doente,
está doente e não tem cura.
Foram chamar a pinha acesa
para a levar à sepultura.

ROMANCEIRO:
o Cego de Amor

— Levante-se, minha mãe,
não esteja a dormir.
Está um pobre cego,
à porta a pedir.

— Se ele pede e reza,
dá-lhe pão e vinho,
se ele não quiser
que siga o caminho.

— Não quero o seu pão,
nem também o seu vinho,
só quero que a menina
me ensine o caminho.

— Toma, Mariquinhas,
aqui e mais além.
Sou um pobre cego,
Não vejo ninguém.

— Por condes e marqueses
eu fui procurada.
Por um triste cego,
serei desgraçada.

— Adeus, minha mãe,
adeus, minha terra,
adeus, minha mãe,
que tão falsa me era.

biblRIA

POESIA INFANTIL

1

Olha a rolinha,
foi e já veio
à quinta nova
dar um passeio.

Olha a rolinha,
toda contente,
com a mão na trança,
não lhe caia o pente.

Olha a rolinha,
tira-a da fita,
leva-a para casa,
que ela é bonita.

2

Pico, pico, saranico,
Quem te pôs tamanho bico?
Foi o Senhor Jesus Cristo.
Ele vai, ele vem,
é de lata
a jogar o seu vintém,
é de prata
onde o rei pousou a nata.
O piolho na tripeça,
a pulga na balança,
dá um pulo
e vai à França.

3

Quem quer ver a barca bela,
que se vai deitar ao mar?
Nossa Senhora vai nela
e os anjos vão a remar.

S. Vicente é o piloto,
Jesus Cristo, o general.
Que linda bandeira levam,
a bandeira de Portugal!

biblRIA

4

Olhei para o céu,
estava estrelado,
vi o Deus Menino,
nas palhas deitado.

Nas palhas deitado,
nas palhas estendido,
filho de uma rosa
de um cravo nascido.

Arre, burriquito,
vamos a Belém,
ver o Deus Menino,
que a Senhora tem,

que a Senhora tem,
que a Senhora adora,
vamos, burriquito,
vamos embora.

DÉCIMAS

Mote:
Tu és rica e eu sou artista,
sem mim não podes passar.
Enquanto eu tiver vigor
para ti hei-de trabalhar.

Quando no mundo me achei
de pobreza revestido,
com ela tenho aprendido
este pouco que eu já sei.
Sempre para ti trabalhei
e não fiz outra vida.
Hoje, sou só artista,
tenho honra em meu braço.
Tu precisas do que eu faço
tu és rica e eu sou artista.

bibRIA

Quando no mundo me viste,
logo de mim precisaste:
fiz-te barco em que embarcaste,
fiz-te a cruz onde dormiste,
fiz-te o fato que vestiste,
fiz-te botas para calçar
e para te ensinar a andar
te fiz um carro com três rodas,
tenho feito tantas modas,
sem mim não podes passar.

Faço casas para habitares
amasso pão para comeres,
fiz livros para aprenderes,
as leis para me castigares,
fiz barcos para embarcares,
sou navegador e pescador,
hortelão e lavrador,
fiz rico vinho que bebes,
tenho feito santos na dor,
enquanto eu tive vigor.

Antes que não te faça mais nada,
vou-te fazer o caixão
para te levar à mão
à derradeira morada.
Vou-te fazer a enxada
com que te hão-de sepultar.
Para teus ossos encerrar,
vou-te fazer um jazigo.
Sem contas ter contigo
Para ti hei-de trabalhar.

CANÇÃO DE EMBALAR

Rouxinol do bico preto,
deixa a baga do loureiro,
deixa dormir a menina,
que está no sono primeiro.

Vai-te embora, papão negro,
de cima deste telhado,
deixa dormir a menina,
um soninho sossegado.

O meu menino é de ouro,
de ouro muito fino.
Hei-de mandá-lo para o céu
enquanto é pequenino.

CANTIGAS AO DESAFIO

1

— Menina que tanto sabe,
diga-me onde aprendeu:
numa camisa de linho,
quantos pontinhos lhe deu?

— Quantos pontinhos lhe dei,
eu lhe vou explicar:
dei-lhe dezoito numa manga
e dezanove num colar.

bibRIA

— Sabes cantar ao divino,
também sabes ao profano.
Diz-me lá, por cantiga,
as horas que tem um ano.

— As horas, que tem um ano,
contei-as no mês de Abril.
Cada mil tem dez centos
e dez centos tem mil.

2

— Dizes que o cantar é rir,
são versos de fantasia,
mas eu atrevo-me a distinguir
o nascimento de Maria.

— Nunca houve tanta alegria,
enquanto aqui escreveu:
quem pergunta saber quer
a quantos Maria nasceu.

biblRIA

— Aqui está quem achou e leu,
em versos ninguém se poupe,
creio que a virgem nasceu
às onze horas da noute.

— Quero que no canto se poupe,
mas cá espero a pancada:
às mesmas horas da noute
foi dos anjos adorada.

— Reza a escritura sagrada
pergunta que hás-de achar:
está no céu arrebatado
um anjo em seu lugar.

— E não é necessário cismar
para estas versos seguir.
Fizeram-se para guardar
os anjos que eram mil.

— E se pegas de mim a abrir
e a tirar do meu talento,
aí pega de cair
a lei de Deus ao mesmo tempo.

— Eu isto tiro de dentro
das pedras do meu anel:
debaixo do firmamento
está o anjo S. Gabriel.

— Está por tinta e papel
e eu cá leio e assino:
foi o anjo S. Gabriel
que foi levar a notícia ao limbo.

— Foi levar a notícia ao limbo,
é nascida a bela aurora,
eu para o canto estou na hora.
Rapaz, se não podes larga,
Deus te dê no céu vitória,
mais à Virgem imaculada.

biblRIA

— Lá vem a manhã na serra,
Lá vem o claro dia.
Atrevi-me a distinguir
o nascimento de Maria.

— Desde que Virgem é baptizada,
são versos em que eu cismo:
diz-me quem a baptizou
ou quem lhe deu o baptismo.

— No Jordão em que eu cismo
assento no meu caderno:
quem lhe pôs o nome de Maria
foi o mesmo Padre Eterno.

— Valha-me o divino Verbo
e valha-me aqui neste dia:
foi o mesmo Padre Eterno
que lhe pôs o nome de Maria.

Padre nosso pequenino
versão a)

Padre nosso pequenino,
quando Deus era menino,
pelo mundo foi andar.
Com ele em Roma foram dar,
revestido ao altar,
missa nova para dizer,
missa nova para cantar
e eu que a quero ouvir
para minha alma salvar.
Vamos ver a barca nova
que se vai deitar ao mar.
A Senhora vai lá dentro
e os anjinhos a remar,
S. José por contramestre
e o Senhor por capitão
e bendita seja a luz
se eu disser esta oração.

bibRIA

versão b)
Quando Deus era menino,
pelo mundo foi andar.
Três marias viram estar,
todas três a comungar,
com três paninhos de valor
para limpar o Senhor.
— Aonde vão as três marias,
de noite e pelo luar?
— Vão à cata de Jesus Cristo,
nunca o puderam achar.
Foram dar com ele em Roma,
revestido, a um altar,
com cálice de ouro na mão,
missa nova quer cantar.

versão c)
Padre nosso pequenino,
quando Deus era menino,
pôs o pé naquele altar,

três Marias viu estar
com paninhos de valor
para alimpar Nosso Senhor.
Limpa, limpa, Madalena,
pela grande, pela pequena,
A Senhora é minha madrinha,
o Senhor é meu padrinho,
já me pôs a mão na cabeça
para que nada me empeça
nem de noite nem de dia,
nem ao pino do meio dia,
Já os galos cantam, cantam,
já os anjos se levantam,
já o Senhor está na cruz,
para sempre, ámen, Jesus.

versão d)
Padre nosso pequenino,
quando Deus era menino
e andava pelo mundo,
três horas a passear
e outras três no seu altar,
tate, tate, Madalena,
não me queiras alimpar,
isso são as cinco chagas,
que por nós hão-de passar

versão e)
Padre nosso pequenino,
tem as chaves do divino
Quem as deu, quem as daria,
S. Pedro e Santa Maria,
cruz no monte, cruz na fonte,
nunca o demónio nos encontre,
nem de noite nem de dia,
nem ao pino do meio dia,
já os galos cantam, cantam,
já os anjos se levantam,
já o Senhor se pôs na cruz
para sempre, ámen Jesus.

biblRIA

Salvé-Rainha

Salvé Rainha pequenina,
rosa divina,
cravo de amor,
mãe do meu Senhor,
dai glória a meus defuntos
e a mim entendimento
para que eu possa receber
o Santíssimo Sacramento.
Ao céu estou arriscada,
e à hóstia consagrada.
Quem quer saber quem eu sou,
pergunte a Jesus Cristo,
que está pregado na cruz,
com três cravos
e dois espinhos
que lhe pregaram os dez marinhos.
Quem esta oração disser,
um ano com devoção,
ganhará indulgências,
mil anos de perdão.
Quem o sabe não o diz,
quem o ouve não o aprende.
No dia do juízo,
verá como se arrepende.

biblRIA

Outra versão

Salvé Rainha pequenina,
rosa divina,
cravo de amor,
mãe do Senhor,
dai glória aos meus defuntos
e a mim entendimento
para que eu possa receber
o Santissimo Sacramento.
Estou arriscada ao cálice
e à hóstia consagrada
e ao Menino Jesus
que está pregado na cruz,
entre cravos e espinhos
que lhe pregaram dois marinhos.

Quem esta oração disser,
um ano, dia a dia,
terá tantos anos de perdão
como mar tem de areia
e o campo de flores
e o adro de erveirinhas
e o céu de estrelinhas.

Orações da noite

1

Com Deus me deito,
com Deus me levanto,
com a graça de Deus
e do Espírito Santo.

A Senhora me cubra
com o seu divino manto,
que, se eu bem coberta for,
não terei medo nem temor
nem de coisa que mal for.

Se eu adormecer, acordai-me,
Se eu morrer, alumiai-me,
com as pessoas da Santíssima Trindade.
Em nome do Pai e do Filho e do
Espírito Santo.

bibRIA

2

Nesta cama me vou deitar
para o meu corpo descansar.
Se a morte me vier buscar
e eu não puder falar,
eu me entrego a Jesus
e à sua Santa Cruz
e à relíquia que vem dentro
e ao Santíssimo Sacramento
e à Pascoa pascal
e às três missas de Natal.
O Senhor está na cruz,
para sempre, ámen, Jesus.

3

Com Deus me deito,
com Deus me levanto,
com a graça de Deus
e do Espírito Santo.
Nossa Senhora me cubra
com o seu divino manto.
Se bem coberta for,
não haja medo nem temor.
Santa Maria Madalena,
abre-me aqui esta pedra,
que é com fé e com crença,
que o demónio não me vença
nem de noite nem de dia.
Encomendo-me a Deus
e à Virgem Maria.
Senhor, que eu me deite,
que dormir quero
a minha alma vos entrego.
Se eu adormecer, acordai-me,
se eu morrer, alumiai-me,
com as três velas
da Santíssima Trindade.
Em nome do Pai e do Filho
e do Espírito Santo, ámen.

bibRIA

4

Nesta cama me deitei,
sete anjinhos nela achei,
três aos pés,
uatro à cebeceira
e a Senhora na dianteira,
ela me disse:
— dorme e repousa,
não temas nehuma cousa,
já toca a hora,
a Virgem adora,
seja Deus com minha alma
que me deito agora.

5

Aqui me deito, Senhor,
nesta sepultura viva.
não sei da morte,
nem sei da vida.
Alma, confirma na fé
que a morte contigo é.
Se passares pelo rio de Jarafás,
vai de arreda, Satanás,
vai de arreda, Ferrabrás,
tu comigo não irás.
Ó meu Senhor do conforto,
perdoai-me a minha morte
que é tão grande e tão forte.
Perdoai-me os meus pecados
que são grandes e mortais,
Tenho vergonha, Senhor,
devo-los confessar,
ó meu rico confessor,
ó meu rico sabedor,
a alma que me deste,
não ma deixeis morrer triste,
já que na cruz ma remiste,
já que no céu lhe dais descanso.
Quem esta oração disser,
um ano de dia a dia,
alcançará tantos perdões,
como o mar tem de areinhas
e o campo de flores.
Quem o sabe não o diz,
quem não o diz não o aprende.
Lá verá no dia do juízo,
lá verá quem se arrepende.
(Em louvor da sagrada Paixão
de Nosso Senhor Jesus Cristo,
padre nosso e avé-maria)

biblRIA

Orações para o tempo de trovoada (que também era costume afugentar pondo no lume raminhos de alecrim benzidos na igreja em domingo de Ramos):

1

S. Jerónimo, Santa Bárbara, a Virgem,
Santo Antão, miserere nobis,

santo lado aberto,
coração ferido,
sangue derramado,
santo meu Deus,
meu Jesus Cristo,
metei-vos entre nós e o perigo.

2

S. Jerónimo se levantou,
seu sapatinho calçou,
seu cajadinho pegou
e seu caminho andou,
Nossa Senhora lhe perguntou:
— onde vais, S. Jerónimo?
— Vou abrandar esta tempestade.
— Abranda, abranda,
para o monte montinho,
para onde não haja
nem pão nem vinho,
nem folha de figueira,
nem pedrinhas de sal,
ámen

bibRIA

3

S. Gregório se levantou,
seu sapatinho calçou,
seu bordãozinho pegou,
Nossa Senhora o encontrou:
— Onde vais, S. Gregório?
— Vou derramar a trovoada.
— Derrama-a bem derramada,
onde nem haja nem eira nem beira
nem raminho de figueira
onde haja só as duas
tabuínhas de Moisés
onde Nosso Senhor pôs
os seus sagrados pés.

Ao apagar da luz, à noite, os crentes rezavam: *«Boa noite, salvação para as almas e graça para servir a Deus»* ou: *«Boa noite, salvação às almas, creio no Paraíso»*, seguindo-se um padre nosso e uma avé maria.

Oração da Manhã

Eu sou (F...) da pia,
eu me entrego a Deus
e à Virgem Maria,
ao santo deste dia
e ao Santíssimo Sacramento
e às relíquias
que lá estão dentro
e às três missas de Natal.
para onde eu for,
ou vier ou estiver,
nunca me aconteça mal.
Santo anjo da guarda,
santo anjo do Senhor.

Confissão

Senhor do conforto,
foste preso e foste morto,
perdoaste a tua morte,
foi tão cruel e tão forte,
perdoai os meus pecados,
esquecidos e lembrados
que aos pés do meu confessor
não pude dar conta
deles confessados.
Mas confesso-me a vós, Senhor,
que sabeis quantos eles são.
dai-me penitência a eles
e à minha alma perdão,
céu aos meus defuntos
e a mim a salvação
para que a minha alma não se perca
nem morra sem confissão.

Em louvor do azeite

Sou filho da oliveira,
neto de azambujo formado
e Jesus Crucificado,
Virgem mãe, padroeira,
alumio uma noite inteira

biblRIA

ao Santíssimo Sacramento.
Apesar de tanto tormento,
de debaixo da pedra andar,
a ferver e a escaldar.,
verde foi o meu nascimento,
mas de luto me vesti.
Para dar luz aos homens
mil tormentos padeci

Outras orações

1

Oração a S. José
mais a da Virgem Maria
tanto caminha de noite,
como caminha de dia.
Lá ao chegar a Belém,
toda a gente tremia.
Porteiros, abri a porta,
que lá vem a Virgem Maria,
toda coberta de ouro
e prata lusidia.
Ainda isso não é nada
para o que ela merecia.
Merecia bracinhos de ouro
e seu filho retratado.
O sangue que dele corre
vai para o cálix sagrado.
O homem que o beber,
será bem-aventurado:
neste mundo será rei,
no outro será coroado.
Cantemos todos, cantemos
este bendito louvado.
Também os anjinhos cantam
na capela do sacrário,
já o sacrário está aberto
já o Senhor anda fora,
foi visitar uma alma
que estava para ir embora.

bibRIA

Senhora das Dores
Senhora das Dores,
a quem adorais,
o vosso menino,
bendita sejais,

Bendita sejais,
Senhoras da Dores,
ouvi nossos rogos,
mãe dos pecadores.

Mãe dos pecadores,
mãe de piedade,
pedi ao Senhor,
pela cristandade.

Pela cristandade,
eu não sei pedir,
não sou merecedor
do Senhor me ouvir.

Avé-maria
Avé Maria
de grande valor
rainha dos anjos,
do céu esplendor.

Do céu esplendor,
de mil maravilhas,
acção de graças
da Virgem Maria.

Da Virgem Maria
que Deus escolheu
para ser mãe sua
e dela nasceu.

Que dela nasceu,
nasceu o bom Jesus,
salvador do mundo
espelho de luz.

Espelho de luz
que a todos dá luz
divino senhor,
pregado na Cruz.

bORIA

Lengas-lengas

1

Rei,
capitão
soldado
ladrão
menina
bonita
do meu
coração.

2

— Que é o almoço?
— *Cascas de tremoço*
— Que é o jantar?
— *Bordas de alguidar.*
— Que é a merenda?
— *Pãezinhos de tenda.*
— Que é a ceia?
— *Morrão de candeia.*

bibRIA

3

A criada lá de cima
é feita de papelão.
Quando vai fazer a cama,
diz assim para o patrão:
— Sete e sete são catorze,
com mais sete vinte e um.
Tenho sete namorados
e não gosto de nenhum.

4

Amanhã é domingo,
toca o sino,
o sino é de ouro,
mata-se o touro,
o touro é bravo,
mata o soldado,
o soldado é valente,
mata a gente,
a gente é fraquinha,
mata a galinha,
a galinha é mole,
rebenta o fole.

5

Três horas dorme o santo,
quatro o que não é tanto,
cinco o que tem cuidados,
seis o que tem seus criados,
sete o estudante,
oito o extravagante,
nove o porco,
dez o morto.

6

Era, não era,
no alto de uma serra,
andava lavrando
com os bois de bugalhos
e um arado de centeio,
quando uma carta lhe veio.
Era pai morto
e a mãe por nascer,
coisa que não podia ser.
Que havia o homem de fazer?
Deitou os bois às costas
e deixou o arado a comer.
Ao saltar de um valado
se não era o cão,
mordia-lhe o cajado
Foi direito ao Junqueiro,
encontrou uma pessegueiro,
carregado de avelãs,
de ameixas temporãs.
Veio o dono das maçãs:
— Ah ladrão que me andas
a roubar as uvas
sem estarem maduras.
Atirou-lhe uma pedra,
fez-lhe sangue no artelho
e correu-lhe para o joelho.

7

Avé-maria,
venha a carne para a bacia.
Cheia de graça,
venha o vinho para a cabaça.

bibRIA

O Senhor é convosco,
estamos connosco.
Bendita sois vós,
venham cá para nós.
Entre as mulheres,
venham as colheres.
Bendito é o fruto,
venha o conduto.
Do vosso ventre,
é cá com a gente.

8

Salvé rainha,
salta na vinha,
lá vem o dono
com a vergastinha.
Ah, ladrão,
tu a fugir
e eu a saltar.
Deixa estar, ladrão,
que mas hás-des pagar.

bibRIA

9

Disse a meu pai que queria
ser irmão da caridade,
que me entregasse ao abade
lá da nossa freguesia.
Eu todos os dias faria
oração religiosa.
Nesta casa respeitosa,
aprendi a fazer de tudo.
Diz missas, que eu te ajudo.
Se me julgas mentiroso,
eu tinha por obrigação,
aos feriados e domingos,
às velas tirar os pingos,
sem nada cair no chão.
Mas fazia outras coisas mais,
arcava castiçais,
limpava os morrões das torcidas.
Se disto ainda duvidas,
ainda te conto mais.
Foram-me ao coro agarrar,

pensavam que eu era mole,
fizeram-me dar ao fole,
até o órgão tocar.
Dei-lhe e tornei-lhe a dar.
Toquei peças virginais,
não pude tocar mais.
Até nas modas variei,
eu te conto, se tu queres:
a flauta e os frades esfolei.

10

Primeiro: dar de comer a quem tem fome.
(Muito fraca é a mulher que põe os cornos ao homem!)
Segundo: dar de beber a quem tem sede.
(O vinho maduro é melhor do que o verde).
Terceiro: vestir os nus.
(Mas o manjar melhor é de galinhas e perus).
Quarto: visitar os encarcerados.
(Mas o manjar muito bom é o dos franganitos assados).
Quinto: dar pousada aos peregrinos.
(Hei-de arranjar uma mulher boa para mãe dos meus meninos)
Sexto: remir os cativos.
(o mês que vem é o mês dos figos).
Sétimo: enterrar os mortos.
(Os melhores são os dos pés tortos).

bibRIA

LENDA DE SANTO ANTÓNIO

Um dia, os pais de santo António resolveram ir a uma festa da outra banda do rio. Antes de saírem, porém, recomendaram vivamente ao filho que bem guardasse os pardais da Quinta. Porém, santo António não ficou satisfeito e logo pensou no que havia de fazer para não deixar à vontade as aves e ir para a festa.

Sabem o que fez?

Resolveu colocar uma grade de encontro à porta da Quinta para guardar os pardais e partiu para a beira do rio e dos barqueiros a quem os pais tinham avisado de que, se o filho por ali aparecesse, eles não lhe concedessem passagem. E os barqueiros assim fizeram. Mas santo António que tinha levado o seu gabão, perante tal recusa, estendeu-o sobre as águas e, vogando sobre as ondas, passou-se para a outra margem.

NOTAS

1) Codice nº 8569, do Fundo Geral dos Manuscritos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
2) Inquérito Paroquial de 1721 - A.N. Torre do Tombo.
3) Era ali produzida artesanalmente a chamada telha de bigode que não era mais do que a normal telha caleira com uma pequena aba que la cobrir a telha seguinte.
4) Naturalmente significativo era o local denominado Passadourinho, também nas Agras, e via estreita antiga.
5)) Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, da Editorial Enciclopédia.
6) «Arcediago era o nome dado às circunscrições eclesiásticas em que desde o século IX se dividiam as dioceses para facilitar o seu governo. Estas circunscrições, que o cristianismo obrigou a subdividir em numerosas freguesias, tomavam o nome das terras onde se encontravam as respectivas igrejas matrizes e eram confiadas aos arcediagos rurais. No território português estes arcediagos começam a aparecer nos meados do século XI e correspondiam em muitos casos às extensas paróquias suévicas e às terras medievais» (Avelino de Jesus da Costa in Dicionário de História de Portugal, dir. por Joel Serrão, vol. 1 Lisboa 1971, página 176. Mas Arcediago era, também segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, o dignatário eclesiástico investido pelo bispo de certo poder, nomeadamente junto dos párocos, priores, curas e abades e, por vezes, «o mais alto diácono que secundava as funções do Bispo». Ao arcediago do Vouga pertenciam todas as freguesias da orla marítima acima do Mondego até ao limite da diocese do Porto, antes da criação da diocese de Aveiro. Esgueira era a sede do arcediagoa Bairrada pertenciam-lhe Pocariça, Mogofores, Tamengos, Ventosa do Bairro, Bolho, Casal Comba, Barcouço, Luso, Vacariça, Vila Nova de Monsarros e Pampilhosa.
7) Jorge Hugo Pires de Lima, o Distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício, XLI e XLII.
8) Nas aldeias mais afastadas dos antigos concelhos de Coimbra e Aveiro havia uma espécie de juizes menores, como que delegados ou auxiliares juramentados dos juizes municipais que tinham como missão prender e segurar criminosos e resolver pequenas contendas, cujo valor não ia, ao tempo, além de vinte vinténs. A eles se chamava ora juizes pedancos ou de vintena e também ouvidores. À área da sua jurisdição chamava-se juradia, cintena e até ouvidora e até concelho, entre os moradores do burgo. Ouvidora era assim aterra que, na primitiva organização judiciária de Portugal, possuia entre os seus moradores o respectivo ouvidor ou juíz de crime, como eram os casos de Oiã e Perrães.
9) Soberania do Povo de 24/3/1887 e 24/6/1887.
10) Neste ano, na região grassava a grande praga das bexigas. Em Oiã, havia da mesma casa cinco e seis pessoas atingidas e muitos casos mortais por agregado familiar.
11) Soberania do Povo, 23/1/1898.
12) S.P. 17/1/1936
13) Tombo das Terras Foreiras da Vila de Aveiro e Esgueira, pag. 612 a 615, AUC.
14) Da «Grande Enciclopédia Luso-Brasileira», Editorial Enciclopédica:
«Ao longo da história do direito português, e também na actualidade, as palavras enfiteuse, emprazamento, aforamento, prazo ou foro designam um mesmo instituto jurídico. É assim definido no artigo 1653º do Código Civil em vigor: "Dá-se o contrato de emprazamento, aforamento ou enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada, a que se chama foro ou cânon". A respeito das origens remotas da enfiteuse hispânica, o modo de ver tradicional considera-a como uma herança que nos ficou do domínio romano, quando não se recua, conjecturalmente, às colónias helénicas da Península (Gama Barros, Vaz Serra, J. Beneyto). O instituto ter-se-ia depois

BIBRIA

mantido, no período visigótico, de forma a atingir o direito da Reconquista, sem quebra de continuidade. Paulo Merêa veio demonstrar, no entanto, que um exame desprevenido das fontes invocadas pela tese dominante não leva à conclusão de terem os Visigodos praticado locações perpétuas, descendência rectilínea da enfiteuse romana (posteriormente intervieram na discussão, sobretudo, Noguera de Guzmán, R. Gibert, E. Levy Almeida Costa).

A chave da relação era o encargo, que impendia sobre o concessionário de aplicar diligente esforço no aproveitamento do prédio: já visando-se, as mais das vezes, o amanho de terra inculta ou suficientemente produtiva (vinhas, campos cerealíferos, pomares, almuinhas, etc); já preparando a exploração de indústrias anexas da agricultura (moinhos, marinhas de sal); já, por último, quando o contrato rompe no domínio urbano, tendo por objecto o sítio onde o concessionário levante a moradia. Escusado se torna sublinhar a importância que este elemento do contrato teve para a sua grande divulgação nessa época de propriedade latifundiária, de largos arroteamentos a empreender e de escassíssimos recursos humanos, materiais e técnicos. A pensão anual a satisfazer ao senhorio, *o foro ou terrádigo*, consistia geralmente numa parte alíquota dos frutos do respectivo prédio, neste caso designada também por *ração* ou *porção*. Com frequência se estabeleciam cláusulas em homenagem ao esforço do agricultor: quer isentando-o do pagamento do cânon até o prédio produzir os primeiros frutos ou uma certa quantidade deles, ou durante um período inicial fixo de três ou de cinco anos, para o efeito presumido suficiente; quer fixando-se, sobre o mesmo prédio, uma quota mais gravosa na parte já fertilizada do que na terra por arrotear, ou um cânon de onerosidade progressiva. Além do foro, que constituía a prestação central, estipulavam-se, por vezes, pequenas dádivas ou mimos a que o concessionário ficava adstrito em épocas festivas (*direituras, forragens ou miunças*), os serviços pessoais, *a jugada*, a *eirádiga* (ou a *lagarádiga*), a obrigação de alimentar o mordomo do senhorio uma vez por ano e as *primícias* e *dízimos* eclesiásticos».

15) Capitão Manuel Martins da Maia era casado com Francisca Ferreira, filha de Simão Francisco e Maria Ferreira, do lugar do Carril, enquanto ele era filho de João Martins e Maria Lourença, do lugar de Oiã. O casal teve três filhos: Sebastião, que nasceu em 12/10/1745, Manuel em 10/2/1737 e Tomás a 14/11/1759. Sebastião Paulo vistoriou em 1818 a capela do lugar do Ramalheiro.
16) «Árvore Genealógica da família Ferreira Pinto Basto», de Domingos de Araújo Afonso.
17) A esposa faleceu no Funchal de tuberculose em 28 de Fevereiro de 1913. De igual doença morreu, decorridos poucos meses, a filha do casal. As ossadas de ambas foram transladadas do cemitério das Angústias, do Funchal, para o cemitério de Oiã em 1919.
18) D. João Evangelista de Lima Vidal, in «AVEIRO - Suas Gentes, Terras e Costumes», págs. 269, 1967.
19) Um dos padres que ali repousa é Manuel Domingues Portugal que fez testamento em 8 de Dezembro de 1860 e onde não se esqueceu dos bens da alma, mas também do que a criada, Maria Martins, lhe fizera, ela que *"concorreu para o aumento da sua fortuna"*. Foi contemplada, entre outras coisas, com 30 alqueires de milho, uma arroba de carne de porco, toda a louça de serviço de chá, a terra lavradia dos Covões e ainda dois cordões de ouro...
20) Jornal «Bairrada Livre» que se publicou alguns meses após o 25 de Abril, com a Redacção em Bustos.
21) «A Freguesia da Palhaça», de Manuel Simões Alberto, pág. 24, ed. 1969.
22) Idem, pág. 55 a 58.
23) «Couto de Aguim», págs 17 e 18.
24) «Pateira de Fermentelos», de J. S. de Sousa Baptista, no «Arquivo Distrital de Aveiro», XII volume, pág. 256.
25) «Tombo de Perrães», pág. 67, AUC.
26) Idem, pág. 64.
27) Idem, pág. 67.
28) «Formação da Ria e Povoamento da Região de Aveiro», D. João Gonçalves Gaspar, in «Boletim Cultural da Gafanha da Nazaré», nº 2, 1986; «Relance da História Económica de Aveiro», 1930 e Alberto Souto, Origens da Ria de Aveiro.
29) «O Furadouro — O Povoado, o Homem e o Mar», págs. 56 e 57 — de Eduardo Lamy Laranjeira, 1984.

SOARIA

30) Amorim Girão, in «Bacia do Vouga», pág. 53, 1922.
31) Idem, pág.58.
32) «Soberania do Povo», 13/10/1901.
33) Idem, 31/1/1939.
34) Documentos paroquiais avulso.
35) Idem.
36) Livros paroquiais, óbitos, Biblioteca Municipal de Aveiro.
37) Documentos paroquiais avulsos.
38) Livro de Pastorais, Oiã, 1866.
39) «Diocese de Aveiro no século XVII», de D. João Gonçalves Gaspar.
40) Livro da Confraria do Santíssimo, 1794.
41) Documentos paroquiais avulsos.
42) Livro da Confraria do Santíssimo, 1794.
43) Livro paroquial das confrarias.
44) Idem, respeitante à Irmandade das Almas.
45) Documentos avulsos da Junta da Paróquia.
46) Idem.
47) «Soberania do Povo», 19/7/1906.
48) Idem, 27/1/1907.
49) Idem, 17/2/1907.
50) Idem, 20/10/1904.
51) Idem, 6 de Abril 1957.
52) Ofício, registado sob o nº 7, proveniente da administração do concelho, sendo seu administrador Basílio Cabral de Lima. Tem data de 8 de Maio de 1868 e é dirigido ao pároco, padre José Duarte Rosa, que nasceu na rua do Carvalhal, em Fermentelos, filho de Jacinto Duarte Rosa, das Agras e de Maria Teresa de Jesus.
Tomou posse da freguesia de Oiã em 3 de Dezembro de 1865, conservando-se nela até 1876, ano em que adoeceu, vindo a falecer a 14 de Dezembro desse mesmo ano. Encontra-se sepultado no cemitério de Oiã.
53) «Relatório sobre o Estado da Administração Pública», 1868.
54) «Almanaque Burocrático Geral, Distrital e Concelhio para 1875», página 40, de Aristides Abranches.
55) O lugar do Furadouro, neste ano de 1928, tinha apenas dois fogos. Havia, segundo Joaquim Simões Loureiro, 18 indivíduos com defeito físico em todos estes lugares.
56) «Soberania do Povo», 4/6/1905.
57) Idem, 15/2/1904.
58) «Pateira de Fermentelos», Arquivo Distrital de Aveiro, Volume XII, pág. 260.
59) «A Diocese de Aveiro no Século XVIII» de João Gonçalves Gaspar, pág. 64, 1974.
60) Tombo de Perrães, pág. 67 — Arquivo da Universidade de Coimbra.
61) O distrito eclesiástico da Bairrada era composto pelas freguesias de Aradas, Ílhavo, Soza, Vagos, Mamarrosa, Covão do Lobo, Mira, Vilarinho do Bairro, S. Lourenço do Bairro, Óis do Bairro, Sangalhos, Ancas, Troviscal, Oliveira do Bairro, Oiã, Fermentelos, Requeixo, Eirol, Eixo, Cacia e Esgueira.
62) Em 24 de Outubro de 1870 residiam na freguesia os seguintes clérigos: Manuel Domingos Portugal, natural de Malhapão, ordenado em Setembro de 1855, (tinha então 62 anos) a quem o pároco José Duarte da Rosa atribuiu um comportamento regular; João Rodrigues Areeiro, ordenado em Dezembro de 1855, de Perrães, (tinha 41 anos de idade); Manuel Pires Alves, ordenado em Março de 1854 (tinha 40 anos) e, tal como o anterior *«bom comportamento»* (este padre chegou a ser vice-presidente da Câmara de Oliveira do Bairro) e Manuel Vieira Diniz, natural da Oliveirinha, coadjutor em Junho de 1856, (tinha 50 anos) e exibia *«bom comportamento»*.

biblRIA

ÍNDICE

DUAS PALAVRAS 7

OIÃ — TERRA DE OLIVEIRAS 13
Do Viso ao Castelo 20
Freguesia Religiosa 21
Antigas Chagas Sociais 22
Duas Ouvidorias 25
Freguesia Civil 26
Vila 31

ÁGUAS BOAS E O SEU PRAZO 33
O Prazo 39
A Capela 41
Baile das Merendas 47
As Senhoras da Quinta 49

CARRIS 53

GESTA, ANTIGO CENTRO RELIGIOSO 55

MALHAPÃO EM HONRA DAS COLHEITAS 63
Coronel Viegas 71

PEDREIRA — DA PEDRA À MELANCIA 79

PERRÃES — TERRA DE PÉRO ANES? 83
1ª e 2ª Doação 87
Tombo 1º da Ouvidoria de Perrães 92
Rol dos Moradores da faixa ribeirinha 98
Romaria das Febres e Feira dos burros 105

RAMALHEIRO, A TEIMOSIA DOS SÉCULOS 109

REGO — CARREIRO POR ONDE VINHAM BARCOS 113

SILVEIRA, À BEIRA DAS AZENHAS 119

SILVEIRO, CHEIRANDO A BOSQUE E RIO 125
Capelas 134
Terra que foi mar 136
Moinhos e Quintas 138
Arte da esteira 141

IGREJA MATRIZ 145

bibRIA

Das fundações à inauguração 145
Valioso património 154
Igreja Velha 160
Arrolamento dos bens da igreja 163

COISAS DO ADRO 165

SÉTIMO ENTERRAR OS MORTOS 173
O culto dos mortos 177
Encomendação das almas 180
Superstições 185

DAS SETE CONFRARIAS 187
Confraria do Santíssimo Sacramento 190
Confrarias da Senhora do Rosário, Espírito Santo... 197
Irmandade das Almas 200

O PROGRESSO VEIO DE COMBOIO 205
Estrada 206
Apeadeiro 208
Estação 214
Padre António Resende 217

AS ESCOLAS E O ENSINO 221
A festa do galo 232

MORREU A MENINA, MORREU A TUNA 237
Tunas 240
Contradanças 243

A CAPELA DA SENHORA DAS FEBRES 247

MIGALHAS HISTÓRICAS 261

INQUÉRITOS QUE SÃO PEDAÇOS DE HISTÓRIA 271
Inquérito de 1755 275
Inquérito paroquial de 1721 276
Inquérito paroquial de 1758 277
Inquérito de 1775 279

USOS E COSTUMES 285
Natal 289
Andar à reza 296
Semana Santa 302
A serração da velha 304
Os Jogos e Modas de Roda 307
Crendices 310
Superstições 315
Medicina caseira 317
Responsos 318
Santos advogados e protectores 321
Adagiário 322

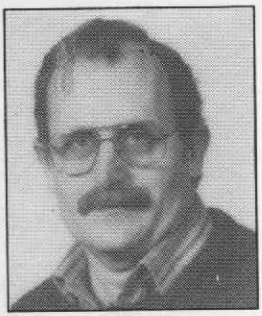
CANCIONEIRO 331

biblioteca
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO
367

bibRIA

Nº de Registo: 16357
Data Entrada: 3/10/2000
Cota: F.L. 908(469/Oiã) MOT
M.F.N.: 5298
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CONIMBRIGA DO BAIRRO

Oia, Terras e Gentes
F.L. 908(469/Oiã) MOT e.
016357



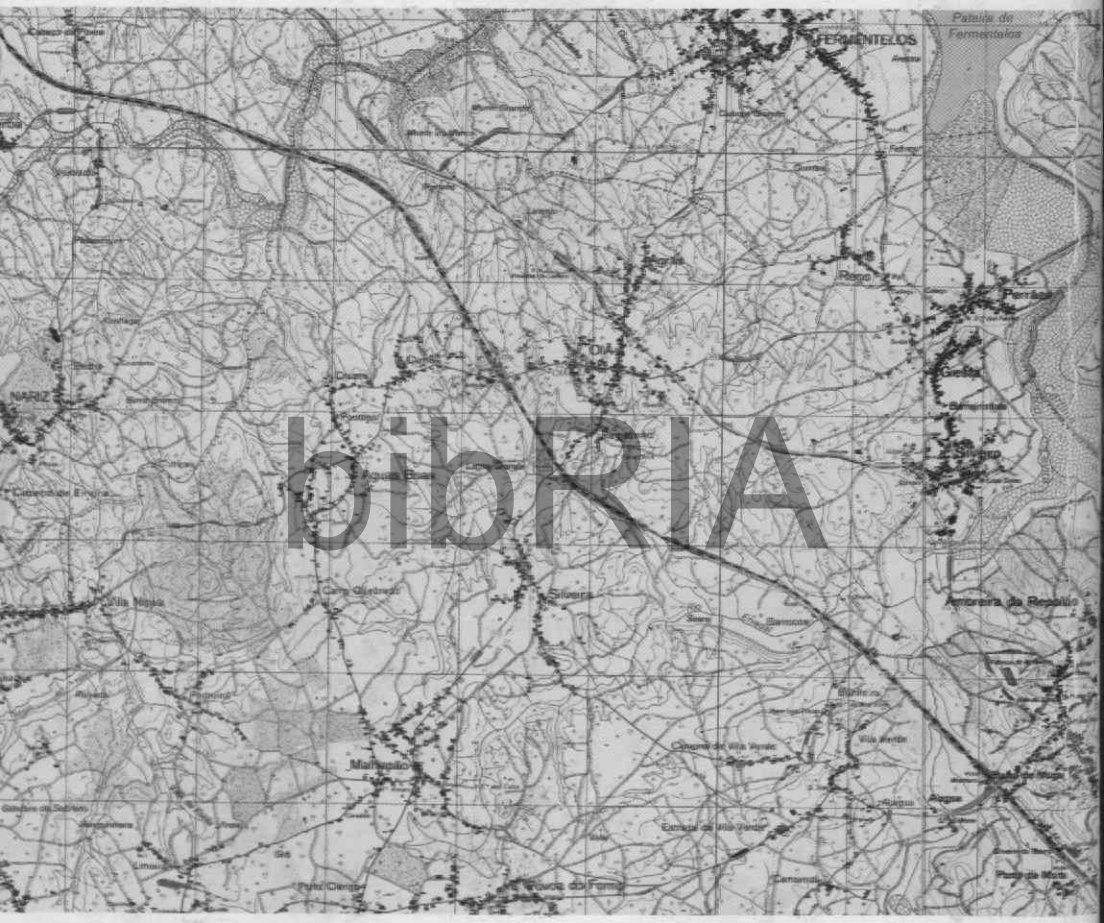
Armor Pires Mota nasceu a 4 de Setembro de 1939, no lugar de Carro Quebrado. Fez os primeiros estudos na escola primária de Águas Boas, findos os quais ingressou no Seminário de Aveiro. Chegou a teologia, abandonando, entretanto, a carreira em 1961, ano em que publica o seu primeiro livro de poemas com o título «*Cidade Perdida*», com capa do artista aveirense Gaspar Albino na sequência da publicação de poesias que então fazia nos jornais Correio do Vouga, Jornal da Bairrada e Soberania do Povo.

Nesse mesmo ano passou a frequentar o ensino liceal. Entretanto, é chamado para cumprir o serviço militar que o leva a Mafra e a Estremoz. Foi mobilizado em 1963 e fez a sua comissão de serviço na Guiné, combatendo no Oio, Como, Mansabá, Canjambari. Ainda em comissão, começou a publicar no JB o seu diário de guerra que, em 1965, havia de ver a luz das livrarias, mas por poucos dias, já que a ex-Pide incluía o «*Tarrafo*», assim é o título, no seu índex de obras proibidas, depois de recolhido e apostrofado.

Continuou a escrever, em prosa e verso, nos jornais regionais, mas também no Diário de Notícias, Diário do Norte, Diário da Manhã, Notícias de Lourenço Marques, O debate, assumindo mesmo a chefia da redacção da revista Itinerário que se publicava em Coimbra.

Em 1968 concorreu ao Prémio Camilo Pessanha, da Agência Geral do Ultramar, com o manuscrito «*Baga-Baga*» que ganharia. O júri foi constituído pelo Doutor Hernâni Cidade,

bibRIA



biblRIA

Oia, Terras e Gentes
F.L. 908(469/Oiã) MOT e.
016357

Natércia Freire, Francisco da Cunha Leão, Luís Forjaz Trigueiros e Monsenhor Moreira das Neves. Nesse mesmo ano publica um volume de contos e narrativas «*Guiné Sol e Sangue*».

Em 1968 era funcionário da Caixa Geral de Depósitos (Aveiro), mas, em breve, estava a trabalhar nas Caves Aliança que abandonou a favor da Handy Portuguesa e do jornal Soberania do Povo. Era convidado pelo Dr. Manuel José Homem de Mello não só para trabalhar para aquela empresa como para ser o Redactor Principal do semanário que, no espaço de três anos, vê crescer o número de assinantes de mil para quatro mil. Lá inseriu uma série de crónicas sobre as arbitrariedades dos Serviços Florestais que reuniu em volume em 1971 sob o título de «*Préstimo a Caminho de Lisboa*».

Em 1975 abalançou-se a ser pequeno empresário e, em 1974, apesar das novas tarefas, publicou em poesia o livro «*O Tempo em que se mata o mesmo em que se morre*» para em 1976 escrever «*Carta a Álvaro Cunha*» e, depois, no ano seguinte «*Meu País de Si Inimigo*», em prosa.

Em 1979 voltou a publicar poesia, «*Impossível um Pássaro*», o que só voltou a acontecer de novo em 1985 com «*De Abril os Frutos*».

No ano de 1988 regressou, esporadicamente, à Soberania do Povo, que abandona para chefiar a Redacção do Jornal da Bairrada (1989) que entretanto passara a semanário.

Embora continue empresário, não abdica de escrever e, nessa sequência, tem prontos dois romances — «*Noiva de Guerra*», «*Português e Miliciano*» e um livro de contos, com o título «*A Bandeira da Criação*» e apronta um livro de poemas para comemorar os seus 30 anos de escrita.

Armor Pires Mota figura em três antologias — «*Contos Portugueses do Ultramar*», «*Corpo da Pátria*» e «*Vestiram-se os poetas de soldados*».

É sócio da Associação Portuguesa de Escritores e sócio fundador da Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada (AJEB).

bibRIA